

ALBÉRICO AFONSO COSTA
SETÚBAL,
CIDADE VERMELHA
1974 | 1975



SETÚBAL SOB A DITADURA MILITAR

1926 | 1933

AUTOR **ALBÉRICO AFONSO COSTA**

DESIGN DE COMUNICAÇÃO **DDLX - DESIGN COMUNICAÇÃO LISBOA | JOSÉ TEÓFILO DUARTE [DIRECÇÃO DE ARTE]
GONÇALO DUARTE, EVA VINAGRE, JOÃO SILVA [DESIGN] WWW.DDLX.PT**

EDIÇÃO **ESTUÁRIO | INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL**

IMPRESSÃO **SIG – SOCIEDADE INDUSTRIAL GRÁFICA, LDA.**

Fotografias das págs. 129, 169, 199, 219 © Arquivo Américo Ribeiro
Fotografias da badana do autor © António Correia

Depósito Legal: 373359/14

ISBN: 978-972-8017-22-4

Fevereiro 2014

ALBÉRICO AFONSO COSTA
SETÚBAL, CIDADE
VERMELHA 1974 | 1975
SEM PERGUNTAR AO ESTADO QUAL O CAMINHO A TOMAR

ESTUÁRIO | HISTÓRIA

ÍNDICE



NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS 9**PREÂMBULO 13****PRIMEIRA PARTE 18**

- 1. Setúbal – Do ciclo conserveiro à industrialização dos anos sessenta **19**
 - 1.1. O ciclo conserveiro **19**
 - 1.2. Viver em Setúbal entre os anos 30 e 60 **22**
 - 1.3. Da traineira ao navio da Setenave **24**
 - 1.4. Habitação e especulação - um binómio indissociável **25**
- 2. Quando Setúbal acordou em Abril - O impacto do golpe-de-Estado militar **27**
 - 2.1. O papel desempenhado pelo Círculo Cultural de Setúbal **33**
 - 2.2. A neutralidade do Regimento de Infantaria **34**
 - 2.3. A génese do Movimento Democrático de Setúbal **36**
 - 2.4. Após a celebração, as lutas multiplicam-se... **38**
 - 2.5. O velho e o novo poder autárquico **40**

SEGUNDA PARTE 44

- 1. O 25 de Abril no país - Do golpe militar à Revolução **45**
- 2. A evolução política (28 de Setembro, 11 de Março, 25 de Novembro) **47**
 - 2.1. A maioria silenciosa **48**
 - 2.2. A conjuntura política do 11 de março **50**
 - 2.3. As eleições para a Assembleia Constituinte **52**
 - 2.4. O Verão quente de 1975 **55**
 - 2.5. O 25 de novembro de 1975 **61**
- 3. O 7 de março de 1975 - Foi na cidade do Sado... **64**
 - 3.1. Ação de indignação contra a PSP **66**
 - 3.2. Diferentes leituras dos acontecimentos **67**
- 3.3. A tese da conspiração. Ligações com o 11 de Março? **69**

TERCEIRA PARTE 74

- 1. Novas formas de organização política e social no contexto da Revolução Portuguesa (1974-1975) **75**
 - 1.1. As Comissões de Moradores **77**
 - 1.1.1. As reivindicações das Comissões de Moradores **91**
 - 1.1.2. A luta dos quinhentos escudos por assoalhada **95**
 - 1.1.3. A disputa política e ideológica pela liderança dos órgãos de poder popular **98**
- 2. As Comissões de Trabalhadores - A luta operária e as formas de auto-organização **101**
 - 3. Órgãos de coordenação do movimento popular **106**
 - 3.1. A Inter-Comissão dos Bairros de Barracas **106**
 - 3.2. Assembleia Geral do Concelho de Setúbal **107**
 - 3.3. Conselho de Moradores **110**
 - 3.4. Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares **111**
 - 3.5. Comité dos Organismos Populares de Setúbal (COPS) **114**
 - 3.6. O Comité de Luta de Setúbal **118**



QUARTA PARTE 128

- 1. O poder autárquico no novo enquadramento político e social **129**
- 1.1 A ação da Comissão Administrativa (CA) da Câmara Municipal de Setúbal (CMS) **129**
 - 1.1.1. A génese da Reunião Inter Câmaras (RIC) **135**
 - 1.2. A manifestação das betoneiras **138**
 - 1.3. Os terrenos do Vitória Futebol Clube **141**
 - 1.4. Conflito com a Comissão de Trabalhadores **143**
- 1.5. O polémico hasteamento da bandeira da União Soviética na Câmara Municipal de Setúbal **150**
 - 1.6. Documento do COPCON contesta funcionamento do poder autárquico **154**
 - 1.7. A Comissão Administrativa entre vários fogos **156**

QUINTA PARTE 162

- 1. A organização partidária **163**
 - 1.1. Partido Comunista Português **164**
 - 1.2. Partido Socialista **168**
 - 1.3. Extrema-esquerda **172**
 - 1.4. Movimento Democrático Português (MDP) **177**
 - 1.5. Partido Popular Democrático (PPD) **178**
 - 1.6. Centro Democrático e Social (CDS) **182**
- 2. A imprensa **183**
 - 2.1. O Setubalense **183**
 - 2.2. O Distrito de Setúbal **188**
 - 2.3. Notícias de Setúbal **190**
 - 2.4. Margem Sul **193**
- 2.5. Outras formas de comunicação – Os cartazes e as pichagens **198**
- 3. A Igreja Católica e o Processo Revolucionário em Curso (PREC) **201**
 - 3.1. A Casa do Gaiato **201**
 - 3.2. Asilo Dr. Paula Borba **203**
 - 3.3. A criação da Diocese de Setúbal **204**
 - 3.4. Santa Casa da Misericórdia de Setúbal **208**

SÍNTESE CONCLUSIVA 211**CRONOLOGIA 1974 222****CRONOLOGIA 1974 262****BIBLIOGRAFIA 324****FONTES 326****ENTREVISTAS 326****SIGLAS 327****ÍNDICE REMISSIVO 330**



NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS

Com este livro pretendemos dar continuidade ao projeto de investigação sobre a História da cidade de Setúbal que iniciámos, em 2011, com a publicação da *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*. O segundo trabalho “*Setúbal Sob a Ditadura Militar (1926-1933)*” nasceu da necessidade de aprofundar o estudo deste período praticamente desconhecido entre o fim da ardente experiência republicana e o designado Estado Novo.

O surgimento deste terceiro volume dedicado ao estudo do período da Revolução de 1974-1975 decorre da investigação iniciada no âmbito das comemorações do 40.º aniversário da Revolução de Abril.

Os próximos anos serão dedicados ao prosseguimento da pesquisa sobre o período do Estado Novo (1933-1974) que encerrará este ciclo de estudos sobre a História Contemporânea da cidade.

Na preparação deste livro contei com a generosa e desinteressada ajuda de amigos, de colegas e da família.

Estou profundamente grato ao Carlos Mouro, João Madeira, Cunha Bento e Luísa Solla pela leitura atenta e rigorosa e pelas sugestões preciosas na revisão do texto.

A Alice, mais uma vez, consentiu que este meu projeto editorial se intrometesse nos nossos planos pessoais e interferisse na sua produção literária. Foi uma cúmplice incansável em todos os momentos da realização deste trabalho, particularmente nas imensas tarefas de revisão.

Sem a ajuda da Filipa Lobato, Conceição Brito, Fátima Reis, Filomena Isidro e da minha filha Ana na árdua tarefa de transcrição de documentos a minha tarefa teria sido mais árdua e o trabalho final ficaria mais pobre.

Etelvina Baía e Pedro Brinca permitiram a utilização de algumas das fotografias do seu livro *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois*. As fotografias de Joaquim Canelas do período do 25 de Abril em Setúbal e as fotografias do Fer-

nando Pinho foram indispensáveis para a concretização deste trabalho. Do mesmo modo os documentos cedidos por Jorge Luz, José Labareda, Nuno Carvalho, Abílio Ferreira e Carlos Luz foram também preciosos.

Pude contar com o testemunho e as recordações de diversos protagonistas da época: Abílio Ferreira; Acácio Lopes; Adriana Espanca; Alberto Pereira; Albino Mendonça; Arlindo Mota; Benjamim Carvalho; Carlos Luz; Carlos Tavares da Silva; Cristina Moura; Fátima Brinca; Francisco Gil; Henrique Guerreiro; João Mário Bárbara; Jorge Luz; Paulo Valdez; Jorge Santos; Luís Fernandes; Pedro Nunes; Quaresma Rosa; Sertório Herrera; Valentim Pinto; Viriato Soromenho Marques. A tod@s estou reconhecido e agradecido.

Estou grato pelos apoios institucionais do Instituto Politécnico de Setúbal e da Câmara Municipal de Setúbal. À Dr^a Maria das Dores Meira, Presidente da CMS, ao Dr. Pedro Pina, Vereador da Cultura, ao Dr. Luís Liberato, Diretor de Departamento da Cultura, Educação e Desporto, à Dr^a Lúcia Águas, diretora da BMS, a tod@s, registo os meus agradecimentos pelo apoio à realização deste projeto.

A capa e toda a conceção gráfica é produto da excelência do trabalho do João Silva e da Lília Correia do atelier DDLX dirigido pelo meu amigo José Teófilo Duarte. Todo este trabalho criativo foi feito de forma *pro bono*.

Escrever sobre acontecimentos contemporâneos é um risco. Um risco sério. Por isso mesmo, assumo a responsabilidade de toda e qualquer inexatidão, falha, ou limitação que o presente trabalho possa conter, não obstante todos os contributos e apoios de que a presente investigação é tributária.

Setúbal Abril de 2017

Albérico Afonso Costa





PREÂMBULO

Nenhum dos livros que publiquei sobre a História de Setúbal me causou mais inquieta apreensão e se revelou de uma dificuldade tão manifesta. Esta investigação sobre os anos ardentes do PREC confronta-se com memórias vivas cujos “proprietários” são testemunhas dos factos que se pretendem narrar e de que foram simultaneamente produtores e produto.

Habitantes que eram de uma cidade incandescente, apesar de o tempo decorrido propiciar já algum distanciamento, as memórias que narram acusam ainda, no fulgor da descrição, os afetos e desafetos que se sentiam à data, gerando a reconfiguração de factos, alguns dos quais eivados de imprecisões que o tempo foi sedimentando.

E se essas memórias se afirmam como matéria-prima inestimável para o historiador, também o bisturi rigoroso da análise histórica deve funcionar implacável, face ao cotejo da rememoração individual com todas as outras fontes.

A memória individual conflitua muitas vezes com a realidade que a História quer preservar, face ao trajeto pessoal de quem nela interveio e a observa e reproduz com os olhos de quem dispunha à data dos acontecimentos narrados. E se isso é verdade, e se aplica a qualquer tempo e a qualquer memória pessoal, o conflito acentua-se face a um decurso revolucionário, abrasador, em que a paixão e o ódio convivem no tempo efémero de uma Revolução.

Todos estes fatores tiveram sobre a tessitura deste livro um efeito contraditório: por um lado a investigação revela-se um terreno fértil face à multiplicidade de testemunhos a colher e a trabalhar; por outro, retirar desses testemunhos a carga de subjetividade em que os mesmos incorrem, com todas as suas vertentes ideológicas e opinativas, revela-se uma difícil tarefa que coloca o autor no instável equilíbrio de um chão movediço.

Viajar nos anos do PREC setubalense é um exercício fascinante. Mas é também uma atividade perigosa.

E sê-lo-á tanto mais perigosa quanto maior tiver sido o grau de empenhamento interventivo do historiador, também ele recetáculo de emoções, vinculações culturais e ideológicas, também ele resultado de um tempo irrepetível em que investiu a parte substancial da reserva de utopia de que cada participante de uma revolução é detentor.

Por isso mesmo, a análise do PREC setubalense se revelou de acrescida dificuldade, não obstante o desafio irrecusável que constituía.

A responsabilidade ética do historiador ao proceder à análise crítica das fontes disponíveis, por forma a delas retirar os factos expurgados da tensão apaixonada com que foram vividos, afirma-se aqui, mais que nunca, imprescindível.

Recorrendo às palavras desalentadas do historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012), vivemos num tempo em que “o passado (...) perdeu o seu papel, no qual os velhos mapas e cartas que guiaram os seres humanos (...) já não representam a paisagem em que nos movemos”¹.

De facto, a paisagem mudou. Mas, como nos lembra o mesmo Hobsbawm, os historiadores são os “recordadores profissionais daquilo que os seus concidadãos desejam esquecer”².

Hoje estamos perante um esquecimento legitimado e mais que isso programado. Nos finais da década de noventa do século passado proclamou-se a ideia do fim da História. A História acabou, disseram-nos vozes assisadas e de reconhecida autoridade nas catedrais de pensamento neoliberal. A legitimação do esquecimento passou a ser, deste modo, assumida, integrando uma vertente da ideologia que pretende consagrar o fim das transformações sociais.

Também por isso, pela luta, assertiva, contra o deliberado planeamento do esquecimento, aqui está este livro, lembrando os intensos dezanove meses vividos em Setúbal no período revolucionário de 1974-75.

Justifica-se esta investigação ser feita numa cidade como Setúbal onde a iniciativa popular e cidadã assume formas peculiares de protagonismo político e social.

Num espaço urbano marcado profundamente por uma industrialização rápida com múltiplos problemas não resolvidos, o golpe militar iniciado em Lisboa abrirá a porta e encontrará o jovem proletariado setubalense que vai meter mãos à obra com pressa, muita pressa, em resolver problemas que antes não tinham solução.

Aparecem, como normais, soluções que até então seriam inimagináveis: as casas devolutas são ocupadas por quem vive em barracas ou não tem casa; assembleias nos bairros decidem novas formas de vivência coletiva; Comissões de Trabalhadores pedem contas a patrões e diretores comprometidos com a repressão perpetrada pelo regime anterior; empresas abandonadas são autogeridas pelos trabalhadores.

1 Eric Hobsbawm, citado por Tony Judt, *Quando os Factos Mudam, Ensaios 1995-2010*, Edições 70, 2015, p.38.

2 *Idem, Ibidem*. p. 39.

Os espaços físicos da polícia política e das organizações filo-fascistas são ocupados e utilizados para novas funções.

De alguma forma, podemos dizer que os jovens trabalhadores setubalenses, constituídos numa vanguarda ampla e dinâmica que congregava os operários da zona industrial e os moradores das barracas e dos bairros populares, deram um importante contributo para que aquela ação militar se transformasse numa revolução emergente.

Foi a época em que os “de baixo” se sentiram muito “em cima” e em que os “de cima” apanharam o maior susto das suas vidas.

Na investigação histórica coexistem e confrontam-se várias versões do passado. Na elaboração deste livro, para além das fontes primárias que sustentam a investigação, socorremo-nos de algumas obras que se apresentam indispensáveis para quem estuda este período da História portuguesa na cidade de Setúbal.

Em primeiro lugar, um estudo pioneiro de Chip Dows e outros investigadores sobre o movimento social urbano durante este período, feito logo em 1976, ainda na ressaca da Revolução³; o livro no âmbito das comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril coordenado por Etelevina Baía e Pedro Brinca é, de igual modo, um riquíssimo depositário de memórias de alguns dos mais destacados protagonistas deste período histórico na cidade de Setúbal, sendo uma referência bibliográfica para todos os que vierem a estudar esta conjuntura⁴; Jaime Pinho, no seu livro *Fartas de viver na Lama*, estuda a concretização do Programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), com frescos bastante vivos da vida dos bairros populares de Setúbal⁵; Francisco Lobo, um dos principais atores políticos deste período da história da cidade, num registo autobiográfico, traz as suas memórias que são, para além disso, uma interpretação dos principais acontecimentos em que esteve envolvido⁶.

O presente livro está dividido em cinco partes.

Na primeira parte tentar-se-á explicar as transformações de que a cidade foi alvo nos tempos imediatamente anteriores a Abril, para que se entenda a razão pela qual o golpe funcionou aqui como um rápido rastilho que ateou o fogo a uma Revolução.

Descrever-se-á, ainda, como Setúbal sentiu o 25 de Abril propriamente dito, como aqui decorreu o golpe, os obstáculos superados e a situação vivenciada no tempo veloz que se lhe seguiu.

3 Chip Dows et al, *Os Moradores à Conquista da Cidade – Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Sociedade Editora O Armazém das Letras, Lisboa, 1978.

4 Pedro Brinca e Etelevina Baía, *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois*, 2 vols, Setúbal na Rede, Setúbal, 2001.

5 Jaime Pinho et al, *Fartas de Viver na Lama – 25 de Abril, O Castelo Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Edições Colibri, Lisboa, 2002.

6 Francisco Lobo, *Histórias de Setúbal*, edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Setúbal, 2008.

Na segunda, far-se-á uma breve abordagem do 25 de Abril, no sentido de nos situarmos no país que éramos em 1974.

Abordar-se-á a evolução política, a radicalização crescente da cidade após os golpes de 28 de Setembro e 11 de Março, a ambiência do chamado *Verão quente* e, finalmente, o 25 de Novembro, enquanto data a partir da qual começou o refluxo revolucionário, um fim de ciclo, o esmorecer de um “incêndio”.

Na terceira parte analisar-se-á o decurso da Revolução, tentando articular a situação a nível nacional com a específica situação desta cidade em toda a sua carga idiossincrática.

O novo poder autárquico, o governo da cidade, será analisado na quarta parte. A Comissão Administrativa, que funcionará até às primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de dezembro de 1976, não irá ter vida fácil. Viverá dias de grande inquietação, com os Paços do Concelho várias vezes ocupados, sofrerá pressões de origem vária, protagonizará episódios bizarros, tomará decisões questionáveis, sendo que, no entanto, nunca uma Câmara foi sentida como a casa dos seus munícipes, como a que governava naqueles dias atravessados pela Revolução.

A organização partidária, a imprensa local e a Igreja Católica serão o objeto de estudo na última parte. A organização partidária permite uma outra leitura desta particular conjuntura política. Como se organizavam os partidos, que áreas de intervenção privilegiavam, que tipo de dinâmicas ou de contenções imprimiam, quais eram os seus programas, como se posicionavam face às eleições, enfim, o que era a Setúbal partidária.

A nível da imprensa local será *O Setubalense* a afirmar-se como o principal arauto da Revolução, dentro da imprensa escrita. A consulta dos outros jornais propiciará, de igual modo, uma visão conjunta da ambiência política.

O relacionamento dos setubalenses com a Igreja Católica será o último tema a tratar.

O labor da investigação histórica é sempre um processo em (re)construção. Este trabalho deve ser entendido como uma primeira tentativa, ainda que limitada, de síntese interpretativa de um período tão rico da História da cidade.

A investigação posterior encarregar-se-á de consultar novas fontes e promover novas leituras acerca desta conjuntura que trouxe tantas mudanças à vida coletiva desta comunidade.

As mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, na habitação, no sistema de ensino, na fruição cultural e as profundas alterações das elites que passaram a governar a cidade são, entre outros, temas que pensamos retomar em futuras investigações.

Setúbal, janeiro de 2017

Albérico Afonso Costa



PRIMEIRA PARTE

Era um redondo vocábulo, uma soma agreste.

José Afonso in “Venham mais cinco”. 1973.

1. SETÚBAL – DO CICLO CONSERVEIRO À INDUSTRIALIZAÇÃO DOS ANOS SESENTA

1.1. O CICLO CONSERVEIRO

Em 1860 a vila de Setúbal vai ser elevada à condição de cidade.

Esta ascensão justificava-se pelo dinamismo económico, social e cultural que Setúbal havia conhecido na segunda metade do séc. XIX.

O significativo aumento demográfico que Setúbal vai ostentar a partir da última década de oitocentos, inequivocamente ligado à instalação da indústria conserveira, imprimirá à jovem cidade uma cadência bem diferente daquela que lhe era íntima enquanto vila piscatória e rural.

Em 1897 é possível contar 26 fábricas; vinte anos depois, serão já 55, sendo que no decurso dos anos 20, o número ascenderá a 140 fábricas¹.

Nestas 140 unidades fabris há de tudo: há fabriquetas minúsculas, que se instalam onde quer que seja, oficinas de vão-de-escada sem quaisquer condições sanitárias, há unidades de média dimensão já com alguma expressão, e outras de volume considerável.

Os anos 20 do século passado correspondem à plenitude conserveira em Setúbal. O declínio desta monoindústria iniciar-se-á nos anos 30, com alguns balões de oxigénio, trazidos pela II Guerra e, posteriormente, pela guerra colonial.

A indústria conserveira havia sido responsável pelo crescimento da cidade, quer em termos demográficos quer em termos económicos. Mas não só. A própria configuração urbana, seja no que diz respeito à ocupação do seu espaço, seja no que diz respeito à sua identidade social, é tributária desta atividade.

As fábricas aparecem por toda parte. Trabalha-se em permanência conforme o

¹ Albérico Afonso Costa e Carlos Mouro, “Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal”, in *Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Escola Superior de Educação-Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 1990, pp.17-44.

GERMINAL

SEMANARIO

DEFENSOR DOS OPPRIMIDOS

Secretário da redacção—MARTINS DOS SANTOS
Administrador—A. SOBRAL
Editor—JOSÉ ARTHUR QUARESMA

ASSIGNATURAS
(Pagamento adiantado)

Em Setúbal | Fora de Setúbal
12 numeros . . . 240 rs. | 12 numeros . . . 270 rs.
Subscriptores 20 reis no acto da entrega

ANUNCIOS

No corpo do jornal, linha 50 reis
Na secção respectiva 20 reis
Permanentes, contracto especial

Redacção e administração: R. de S. Antonio, 13, 1.º

Typographia: Praça da Ribeira, 6—Setúbal

O MOMENTO

A Humanidade, no momento historico presente, atravessa uma faze d'uma angustia deveras inarrável, em que o desalento e o desespero enregelam as almas dos mais fortes e valiosos, em que a Dôr, chegada ao seu paroxismo, intensificada, avolumada desmarcadamente, lança o potente mortifero do pessimismo no chagado coração do homem moderno. Milhões! milhões! milhões de seres desventurados, sem pão, sem lar, sem luz e sem instrução, elevam do mais escosso das vielas da miseria a sua voz, em que ha todo um poema d'infortúnio, clamando o seu direito ir recusavel a Vida, a paz, ao bem, ao amor, à alegria—elles que tudo produzem e nada têm, elles para quem a Terra, mãe fértil e

mem moderno a uma vida livre, bella, de plena e integro felicidade,—uma nova e racional concepção do bem social, do homem e da natureza se vai operando nos espiritos, uma esperança bem fundada no futuro se vai consolidando na consciencia dos homens d'hoje.

E Deus, essa hypothese anti racional, cõe por terra aos em purros herculeos da sciencia; e a religião agoniza, moribunda, ante o facho illuminado da razão; e a propriedade baqueia, insustentavel em face do direito que todos têm a tudo; e a caridade, essa mistificação hypocrita, é apotejada, em nome da Justiça; e a maldade e o amor são regenerados, o trabalho é reabilitado, a Igualdade e a Liberdade e a Verdade são, em summa, proclamadas, contra a auctoridade, o estalo, o erro, a mentira e a oppressão.

noticia, mas por erro de paginação não sahiu na secção «A porção da Esperança».

Ahi, sim, ahi é que era a gente tip.

Em todo o caso desopilámos um locado.

CONSERVAS

Amanhã deve realizar-se na Liga dos Revendedores, pelas 8 horas da noite, uma reunião promovida pela commissão organisadora do novo syndicato de conservas, afim de dar publica conta dos seus trabalhos e entregar o seu mandato à commissão dirigente eleita.

Segundo lemos no «Elmano», parece que á ultima hora surgem difficuldades para a realisação do syndicato.

Sem pretendermos armar em prophetas, logo nos pareceu que, após tanto trabalho, tudo ficaria como d'antes.

para o desempenho do mesmo cargo.

Em presença dos factos via-se a camarilha em palpos d'aranha pois a questão era algo bicuda, emaranhada.

Chamaram-se todos os conselheiros, todas as reservas, até o sr. Henrique Pereira, vice-presidente, deposto, metteu a sua colherada.

Era de ver a azafama, andava tudo n'uma polvorosa, até o Polvor. A modesta bibliotheca camararia foi apeada, por todas as dependencias do edificio se viam os doutores compulsando livros, consultando leis, o diacho.

Até que se ouve a voz cava, sumida, de um dos doutores:—

Eureka! está salva a patria!
E vai o leitor ver como se anicha um afilhado e se calca aos pés a justiça. Vejam a manigancia que é realmente digna dos

d'aquelle pardião se conservassem firmes e não se despenhassem por sobre aquellas cabeças alvares que assim julgam, do animo leve, processos tão delicados e de tamanha magnitude.

Não terminemos sem citar o nome do inclito vereador que requereu para que o candidato A não fosse admitido.

Chamam-lhe por ahi o Isidoro das farinhas.

Mas perguntarão: Foj s. ex.ª quem escreveu tal requerimento?

Não, leitor, não foi, porque elle não sabe escrever, e ler muito pouco.

Perdoe-lhes, Senhor, que elles não sabem o que fazem.

Continua o pifio presidente fingido a insultar tudo e todos, Pois não vae mal o emerito gatuno.

compasso da chegada do peixe. Um jovem operariado organiza-se em consonância com as ideias maioritárias que à época grassavam no movimento operário, ao mesmo tempo que o patronato se organiza, igualmente, em sindicatos. O contexto político de estertor da Monarquia favorece a intervenção cidadã.

O ideário anarco-sindicalista vai impor-se, a par das ideias socialistas e de um republicanismo que leveda dia-a-dia, à medida que a Monarquia vai cavando a própria sepultura. Uma frente unida dos republicanos e anarquistas sela como que um pacto, por vezes tácito e por vezes explícito, de combate ao regime que se esvaía, impotente.

De resto, vai ser em Setúbal que a via revolucionária para a implantação da República será decidida, naquele que será o último congresso do Partido Republicano realizado na Monarquia, no dia 25 de abril de 1909.

A República adiantar-se-á em Setúbal. No dia 4 de outubro a população incendiará a sede da polícia monárquica e hasterá as cores republicanas no edifício da Câmara Municipal. No dia cinco, a República caminhava já com segurança em toda a cidade que assistia parceira à destruição dos antigos símbolos monárquicos. Mas não só. Várias igrejas são incendiadas, como punição a quem tinha desde sempre apoiado e mantido a Monarquia.

As relações entre o operariado setubalense e os republicanos irão começar a esfriar após os primeiros tempos do novo regime. A República depressa esquecerá o apoio determinante que o movimento operário lhe havia prestado, sendo que esse “esquecimento” provocará uma desilusão e um sentimento de traição visíveis nas lutas que incessantemente se irão travar.

O Germinal
hebdomadário de
inspiração anarco-
sindicalista.

Hemeroteca da BPMS

Neste início do século XX, durante o que podemos considerar como o primeiro ciclo de industrialização conserveiro, Setúbal ficou conhecida pela polícia como a “Barcelona Portuguesa”.

A cidade aguerrida travava dia-a-dia uma guerra social permanente e intensa, em tentativas constantes de ensaiar melhores condições de vida. Confrontações sucessivas, greves gerais que paralisavam todo o espaço vital setubalense, ataques a armazéns de víveres quando a fome e o mercado negro mostraram a sua face, atentados à bomba, integraram o pulsar desses anos, justificando aquele apelido que a polícia transcrevia nos múltiplos relatórios descritivos que enviava aos seus superiores, a maior parte das vezes a pedir reforços.

Nos primeiros anos da década de vinte do século passado, o operariado setubalense sofrerá os primeiros grandes reveses na sua confrontação com o patronato e com o governo republicano.

No período da Ditadura Militar e do Estado Novo, não obstante as resistências pontuais que protagonizou, vai sofrer um longo período de letargia cívica e política. A segunda vaga de industrialização dos anos sessenta vai de novo dotar a cidade de um proletariado jovem e insubmisso que se reencontra em Abril com uma ambiência latente de revolta, que o fascismo havia tentado esmagar.

Setúbal, nos anos quentes da Revolução de 1974, será consagrada como a “Cidade Vermelha”².

As alterações profundas no tecido social e produtivo local e a ação dos principais movimentos sociais, nos dias que seguem ao golpe-de-Estado militar de Abril de 1974, ajudarão a entender este novo batismo.

Quem hoje observar a cidade encontrará na mancha urbana edificada testemunhos das diferentes fases do seu crescimento.

Na parte oriental de Setúbal são visíveis artefactos industriais que não deixam margem para dúvidas de que foi por ali que a cidade cresceu quando a industrialização dos anos 60 a tomou de assalto; mas também a ocidente é possível ver a Secil no polémico enquistamento na Serra da Arrábida.

O burgo inicial, que se continha nas diferentes muralhas sucessivamente alargadas, à volta das quais se processava o crescimento urbano, integra hoje um pequeno núcleo que constitui o seu centro histórico.

Compreender a cidade atual é compreender antes de mais os diversos caminhos que levaram à sua ampliação; as diferentes etapas que correspondem a metamorfoses evidentes, mudanças que transfiguraram a malha urbana concorrendo para que a Setúbal de hoje seja uma realidade diversa e distinta da Setúbal de há um século. De facto, a Setúbal conserveira e a Setúbal industrial dos anos 60 e das décadas posteriores até à atualidade não são cidades comparáveis. Entre uma e outra há o risco do tempo e o traço da história.

² Em 1976 Daniel Edinger e Michel Lequenne realizam o documentário intitulado, justamente, *Setúbal Ville Rouge*. É uma produção francesa (Iskra), em 16m/m, com cerca de 93 minutos de duração.

1.2. VIVER EM SETÚBAL ENTRE OS ANOS 30 E 60

“Das 130 unidades fabris existentes em 1920 restavam em 1948 apenas 42. A crise económica estava instalada na indústria conserveira, faltando outros sectores capazes de absorver a mão-de-obra excedentária. Era também visível a falta de capacidade de inovar ou reconverter rapidamente uma indústria dominada por um espírito empresarial oportunista e retrógrado”³.

Dos anos 30 aos anos 60, Setúbal mergulhará, de facto, num marasmo económico gerador de desemprego e miséria. Proliferam nesta altura os bairros-de-lata, alguns dos quais perdurarão até ao 25 de Abril.

A crise dos anos 30 abate-se sobre a cidade levando-a a descer a patamares de agonia. O operariado setubalense conhece nesta altura o peso de derrotas que o revanchismo patronal acentuará. Longe iam os tempos daquele proletariado aguerrido e organizado capaz de parar a cidade com temíveis greves gerais.

Agora, prolifera a miséria, os salários descem, a organização das associações de classe é destruída. A mendicância atinge índices alarmantes. A repressão não para. Não obstante a miséria generalizada, a cidade continuará a receber populações que aqui chegam na esperança de melhores dias.

Uma outra cidade vai começar a formar-se junto dos Quatro Caminhos, acima da linha do comboio, junto a lixeiras que por ali se multiplicam, sem o mínimo de condições de habitabilidade, sem quaisquer infraestruturas que minorem a insalubridade patente que estas zonas vão ostentar.

É a cidade segregada que vai contornando a outra, que alastra dia a dia, que passa fome, cujas crianças entram na designação racista e generalizada de “ciganos”; é a cidade apartada da outra cidade pelo fosso invisível mas concreto da falta de recursos, que habita barracas de madeira e lata e é numericamente semelhante à cidade tradicional e edificada; é a cidade descontínua que existe também a poente, com o seu núcleo no Casal das Figueiras.

O Estado Novo irá tratar à sua maneira deste gravíssimo problema social, com repressão e caridade.



Bairro da folha, nos Olhos de Água, 1963.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal

³ Carlos Vieira Faria, *As cidades na cidade, Movimentos Sociais e Urbanos em Setúbal (1966-1995)*, Esfera do Caos, Lisboa, 2009, p. 85.



Bairro da folha, nos
Olhos de Água, 1963.

Arquivo Fotográfico Américo
Ribeiro, Câmara Municipal
de Setúbal

pequenas comemorações, em que se arremimentam “senhoras de bem” que aí pontificam em sucessivas performances de uma publicitada bondade. O bodo aos pobres acontecerá na altura do Natal e da Páscoa.

As instituições destinadas ao exercício da caridade como a Casa de Santana, a Casa do Gaiato, as Florinhas de Setúbal, a Liga dos Cancerosos Pobres serão destinatárias de contribuições e donativos disponibilizados por vezes pelas próprias Juntas de Freguesia.

O pico das mobilizações caritativas coincide, como já anunciámos, com o Natal. Passada esta quadra, a par das *matinés* e festinhas, reprimia-se a mendicidade.

A esmola nas ruas era considerada desnecessária porquanto existia um Albergue Distrital que protegia os indigentes. Havia mercearias que forneciam gratuitamente géneros alimentares, de forma rotativa, pelo que na perspetiva do regime não haveria qualquer necessidade de pedir esmola.

O referido Albergue Distrital tinha na presidência o Comandante da PSP, encarregado de proceder à detenção de quem era apanhado a praticar mendicidade. Se mendigasse por ser doente seria levado ao Hospital. Se a causa fosse a falta de trabalho ser-lhe-ia dada ocupação na Junta Autónoma das Estradas⁵. Fazem-se

4 Jaime Pinho et al, *Fartas de Viver na Lama – 25 de Abril, O Castelo Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Edições Colibri, Lisboa, 2002, p.38

5 Em 1932 Salazar e Duarte Pacheco criaram o Comissariado do Desemprego com o objetivo de resolver o problema da falta de trabalho. No entanto irá colocar os desempregados a trabalhar de uma forma coerciva nas obras públicas do Estado Novo. Consideravam que os subsídios de desemprego existente nos estados liberais eram um incentivo à preguiça. Ver: Albérico Afonso Costa, “Não se dão esmolmas procura dar-se trabalho”, in *Os Anos de Salazar nº13 – As oportunidades perdidas da oposição (1946-*

apelos à população para que se abstinhasse de dar esmolas.

A presidência da Câmara compromete-se a incluir nas obras municipais em curso nas freguesias pessoas nestas condições.

Era o Estado Novo na sua plenitude!

A chamada “epidemia dos pentes” vai provar a ineficiência deste combate à mendicidade. Dezenas de garotos de ambos os sexos andam pelas ruas vendendo pentes. A venda dos pentes seria o disfarce do exercício da mendicidade (Pinho, 2002, p. 39).

Esta era a Setúbal miserável que o Estado Novo queria tornar invisível, mas que aparecia a cada esquina; era a Setúbal com maior taxa de mortalidade infantil em todo o Distrito, de acordo com o recenseamento geral da população feito nos anos 50; era a Setúbal que se acomodava em tugúrios insalubres, sacudindo os ratos e outras pragas.

A situação vivida em Setúbal não era única. Nas grandes cidades, o problema habitacional era gravíssimo. No sentido de ultrapassar carências evidentes, são lançados vários programas que visam a melhoria habitacional do País.

Neste contexto, em 1948, é inaugurado em Setúbal o Bairro Carmona.

As habitações são o espelho da ideologia estadonovista relativamente à forma como deviam ser tratados os “pobres”, essa categoria sociológica tão cara ao regime de então. São habitações exíguas com dois quartos onde apenas cabe a cama, um pequeno *hall* que tem o nome pomposo de sala e uma cozinha onde mal cabe uma pessoa. Há ainda uma casa de banho sem banheira, dado que esse luxo ocupa espaço e espaço é aquilo que não há.

Do projeto não constam arruamentos. A envolvência das casas deste bairro será dada por passeios de saibro, logo destruídos pelas chuvas de Inverno e uma estrada de três metros.

O Bairro Carmona será considerado um bairro modelo.

Em 1949 será construído o Bairro dos Pescadores e em 1952 será a vez do Bairro da Conceição. Este último configurar-se-á como um bairro diferente, destinado à pequena burguesia. Já na década de setenta surgirão mais dois bairros: o Bairro Marcelo Caetano, em 1970 (hoje Bairro Humberto Delgado) e o Bairro Salazar, em 1972 (hoje bairro 25 de Abril).

De 1948 a 1972 o Estado Novo construiu, 1339 fogos (Pinho, 2002, p.39).

1.3. DA TRAIINEIRA AO NAVIO DA SETENAVE

Na década de sessenta, a cidade de Setúbal será alvo de uma nova vaga de industrialização.

As indústrias modernas, ligadas aos grandes grupos económicos e ao capital estrangeiro, escolherão Setúbal para a instalação e funcionamento das suas empresas, beneficiando da localização estratégica deste espaço situado no eixo Lisboa-Sines e dotado de um porto cheio de potencialidades.

1948), edição Planeta DeAgostini, 2008, pp 46-56.

A nova indústria que a cidade acolhe é formada por grandes unidades de produção que integram os sectores de tecnologia de ponta. A cidade conhecerá um fortíssimo desenvolvimento industrial a que corresponderá uma profunda transformação na estrutura económica e social.

A Setúbal conserveira, monoindustrial, dotada apenas de unidades ligadas à alimentação e de outras indústrias que lhe são subsidiárias, ficava definitivamente para trás face a esta irrupção industrializante e onde pontifica a metalo-mecânica, a maquinaria, a construção e reparação navais, a química industrial e a montagem de automóveis. A traineira, símbolo da pesca que alimentava a fábrica, é substituída pelo navio construído ou reparado nos estaleiros da Mitrena, que um contingente de operários jovens, escolarizados, vindos das escolas técnicas reformadas no pós-guerra, habita.

A cidade assistirá a um aumento exponencial do emprego, a que acresce um aumento significativo e rápido da população, do número de fogos e da área construída. São destes anos a SOCEL, a IMA, a MOVAUTO, a Barreiros. A instalação industrial não parará de aumentar durante toda a década de sessenta, sendo que a partir de 69 há uma aceleração do crescimento. Surgem a Setenave, a Sorefame, a Mague e a Equimetal, entre outras de menor dimensão. É a metalo-mecânica pesada a instalar-se.

Deste modo, no fim da década de sessenta, Setúbal é um centro privilegiado de investimento para os grandes grupos económicos.

1.4. HABITAÇÃO E ESPECULAÇÃO - UM BINÓMIO INDISSOCIÁVEL

De 1960 a 1981 a população residente no concelho passará dos 56 344 para os 98 366 habitantes. Face a esta explosão demográfica, provocada pela invasão da mão-de-obra que encontrará emprego nas fábricas que se vão instalando, a construção civil assumirá um papel importante.

A construção cresce em altura, assistindo-se a um *boom* da propriedade horizontal. É a altura do aparecimento de aglomerados urbanos como o Bairro do Liceu e o da Reboreda.

As populações pobres ligadas às pescas, à indústria conserveira e à construção civil distribuem-se pelas periferias.

Ao mesmo tempo que a cidade cresce em altura, aparecem também novos bairros-de-lata: Viso, Peixe Frito, Terroa. Os primeiros bairros sociais começam a desenhar-se.

A par de tudo isto, em Tróia, a Torralta constrói um complexo turístico.

A oriente, a vaga migratória vinda do Alentejo ocupará áreas como as Praias do Sado, o Faralhão, as Curvas, o Poço de Mouro.

A cidade mudava irreversivelmente, crescendo de uma forma não planificada, ao sabor das transações imobiliárias. A expectativa de crescimento desencadeou a compra de terrenos rurais na mira de, posteriormente, se transformarem em solo urbano.

O esquema era simples: compravam-se terrenos rurais ou com vocação industrial, que seriam transformados posteriormente, através de loteamentos, em solos com aptidão para a construção urbana.

Deste modo, o que havia sido comprado por “tuta e meia” seria vendido a preço de ouro, pelo “toque de Midas” do loteamento.

Estaremos, pois, em presença de um monopólio do solo nas mãos dos privados. Há um capital próprio que investe na compra dos terrenos, na edificação de casas, e na sua comercialização. E haverá, sobretudo, uma especulação que agravará de forma violenta o preço dos alojamentos, o qual não é consentâneo com os recursos das populações. As rendas de casa vão aumentar 140% entre os anos de 70 e 74. O facto de todo o solo disponível se encontrar nas mãos dos privados bloqueia o crescimento da cidade.

A análise das escrituras de venda dos terrenos permitirá verificar que há duas ou três figuras que açambarcam tudo. Também se verificam ramificações com a banca, a nível de quadros possantes na hierarquia. A banca, num *strictu sensu*, não entra. Mas entram os seus diretores e outras figuras gradadas, pelo que não será abusivo dizer que o capital financeiro sustenta esta explosão imobiliária.

Manuel Salgado, citado por Dows, referir-se-á a esta questão da seguinte forma: “Estas transações, que visavam o monopólio do solo circundante da cidade, aceleraram a especulação imobiliária, agravando o custo dos alojamentos. O tipo de habitação que se construiu em Setúbal neste período afastou-se das necessidades e recursos da população.

Por outro lado, a expectativa criada pelo desenvolvimento da indústria de ponta e, daí, a abertura dum mercado potencial privilegiado, justificou o interesse do capital financeiro que afluiu em elevadas somas para o negócio imobiliário”⁶.

Há que ter em conta também a organização da construção. Se por um lado a construção das fábricas, estaleiros ou zonas turísticas é realizada por grandes empresas com tecnologia considerável, por outro lado a construção urbana, propriamente dita, é realizada por pequenas empresas locais com tecnologia básica. A má construção é notória e não condiz com os preços praticados, exorbitantes e especulativos. O desfasamento entre a capacidade económica das famílias e o preço da habitação é evidente.

Constrói-se a eito. Faltam infraestruturas básicas quer nos bairros classificados como bairros para ricos, quer nos bairros que se assumem como bairros para pobres. Desde o esgoto ao arruamento tudo é instável, feito *ad hoc*, realizado de forma provisória... que se vai eternizando.

É esta cidade, incerta no traçado, simultaneamente velha e nova, precária e definitiva, em mutação rápida após um marasmo de décadas e infiltrada por vagas migratórias que a expansão industrial provocou, que o 25 de Abril vai encontrar.

6 Chip Dows et al, *Os Moradores à Conquista da Cidade – Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Sociedade Editora o Armazém das Letras, Lisboa, 1978. p.153.

Uma cidade cuja memória de lutas passadas lhe outorgava um cunho de rebeldia que concorreria de forma definitiva para a transformar num palco único de acontecimentos singulares que aqui irão ter lugar; uma cidade a arder na pressa da mudança, sem tempo para grandes diálogos ou consensos; uma cidade que vivia mal consigo própria, em que parte significativa da população vive no degredo dos bairros-de-lata e ao mesmo tempo está rodeada de inalcançáveis casas vazias. Finalmente, uma cidade de gente de trabalho que habita fábricas recentes, fruto de uma expansão industrial até aí desconhecida. É esta cidade que o 25 de Abril vai abraçar.

2. QUANDO SETÚBAL ACORDOU EM ABRIL: O IMPACTO DO GOLPE-DE-ESTADO MILITAR

As notícias do golpe militar que ocorria em Lisboa estalaram em Setúbal bem cedo, como se os ecos dos capitães amotinados se ouvissem na margem direita do Sado. A cidade ansiosa e tensa seguia a par-e-passo todos os acontecimentos.

Logo no dia 25 surgem pequenas manifestações em vários locais. São promovidas por grupos de jovens que saboreiam pela primeira vez a liberdade, testando a passividade das forças policiais.

O *Setubalense* de 26 de abril, referindo-se ao dia anterior, enfatiza que a vida na cidade decorreu sem incidentes, que tudo se passou normalmente e que os setubalenses, correspondendo ao apelo das Forças Armadas, recolheram cedo a casa. A primeira grande manifestação de apoio à Revolução ocorrerá no dia 26 de abril. Será preparada e liderada pelos jovens que então militavam no Círculo Cultural de Setúbal. Será também aqui que se fazem os primeiros cartazes que nessa tarde serão empunhados na rua a exigir “O FIM à Guerra” e a reivindicar o fim da polícia política - “O Povo quer o julgamento dos crimes da PIDE”.

Entre o dia 25 de abril e o 1º de maio há uma agitação febril. Festeja-se mas não se calam as injustiças que durante décadas tinham sido silenciadas. Nos bairros e nas fábricas é testada a força coletiva. Explodem reivindicações. Concretizam-se as primeiras formas de organização.

Nestes dias multiplicam-se as reuniões, as manifestações e as formas de agitação e propaganda, sustentando e dando vida às reivindicações e à generalização do movimento. Os cartazes produzidos de forma bastante artesanal, os murais, os comícios improvisados na rua ou em espaços coletivos são tudo formas que têm por fim o alastrar e aprofundar do movimento reivindicativo.

Às primeiras horas de dia 27 as instalações onde funcionavam a PIDE/DGS e a Legião Portuguesa serão ocupadas pelos militares. A ocupação é presenciada e aplaudida por centenas de pessoas e tem a supervisão do Movimento Democrático de Setúbal (MDS).

Na delegação da PIDE/DGS os ocupantes encontrarão parte dos arquivos des-

truídos e documentação queimada⁷. Outros documentos encontrados serão apropriados pelos militares. Todos os polícias lograram fugir antes de ser consumada a ocupação.

No edifício da Legião foram igualmente apreendidas peças de mobiliário e arquivo, bem como armamento.

O 1.º de Maio consagra e legitima os anseios coletivos de liberdade e de unidade popular.

O *Notícias de Setúbal*, jornal da Igreja Católica, fixa desta forma o seu testemunho:

“O povo, desde manhã, veio para a rua numa alegria desmedida. Carros apitando, flores e sorrisos por todos os lados. O “V” de Vitória feito com os dedos era uma constante. Pelas 15 horas foi a grande concentração no largo do Bocage onde, da varanda dos Paços do Concelho, se emitiram frases alusivas ao momento (...). Dísticos com as mais variadas frases, bandas de música, bandeiras de sindicatos, tudo esteve presente na grande homenagem aos trabalhadores.”⁸.

Por sua vez, *O Setubalense*, de dia 3, integra várias reportagens sobre os festejos daquele 1.º de Maio. Na primeira página inclui uma fotografia da Praça de Bocage repleta de manifestantes com dezenas de cartazes vertendo a indignação contra o regime deposto e exaltando as primeiras reivindicações.

A varanda da Câmara Municipal é o local escolhido para os oradores se dirigirem aos milhares de populares que se concentram na praça. É mais um sinal para afirmar que a Câmara, ainda formalmente dirigida pela vereação nomeada pelo antigo regime, tinha deixado de contar. Os organizadores do Movimento Democrático de Setúbal haviam informado o presidente da edilidade de que pretendiam utilizar a varanda do edifício. A aquiescência daquele, desde sempre apoiante do regime deposto, revela a compreensão e a impotência face às mudanças políticas, não tendo sido colocados quaisquer obstáculos aos manifestantes. Estava consumada a mudança simbólica do poder local de uma forma mais pacífica do que aquela que tinha ocorrido nas vésperas do 5 de Outubro de 1910, dia em que o palácio camarário ardera sob a ação dos manifestantes, ante a resistência das forças da ordem então ali instaladas.

O repórter d’*O Setubalense* dá conta do que se passa junto aos oradores que se dirigem à multidão concentrada na praça: “Na varanda dos Paços do Concelho pudemos presenciar verdadeiras explosões de alegria, entre todos os democratas



Tomada da sede da PIDE/DGS.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal

⁷ A delegação da PIDE/DGS era no Bairro Salgado. Esquina da Rua dos Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral (s/nº - entre o 6A e o 8) com a Rua Garcia Peres nº 19.

⁸ *Notícias de Setúbal*, incorretamente datado de 27 de abril de 1974 dado que se reporta aos acontecimentos do 1.º de Maio de 1974. Como o jornal é semanal e saía ao sábado a data deveria ser 4 de maio.



**Manifestação 1º de
Maio de 1974, em
Setúbal**

Arquivo Fotográfico Américo
Ribeiro, Câmara Municipal
de Setúbal

presentes. Abraços, palmas e até lágrimas. Como nota dominante a chegada de Jorge Luz, exilado em França, e Adilo Costa, candidato pela CDE nas últimas “eleições” e que recentemente saíra do cárcere da ex-PIDE/DGS, em Caxias⁹. Carlos Luz, jovem militante comunista foi outro dos oradores. A bandeira do PCP será desfraldada na varanda da CMS¹⁰.

A concentração para celebrar o 1º de Maio estava marcada para as 15 horas mas, segundo o testemunho de um dos participantes, desde o início do dia começaram a reunir-se populares na Praça de Bocage. Durante toda a tarde, da varanda da

9 O *Setubalense* de 3 de maio de 1974.

10 Entrevista concedida por Abílio Ferreira em 17 de janeiro de 2017.



Câmara Municipal de Setúbal (CMS), ecoaram canções de José Afonso. Depois de um longo período de concentração naquela praça, de acordo com *O Setubalense*, os manifestantes percorreram a Avenida Luísa Todi, as Fontainhas, o Largo das Areias, o Bairro da Conceição, as avenidas Duarte Pacheco, e 5 de Outubro, a Fonte Nova, regressando à Praça de Bocage.

O articulista do citado periódico, reportando-se à manifestação/concentração do 1º de Maio refere: “Nunca tal foi visto, nem durante as grandes manifestações feitas ao Vitória. Não havia chão sem gente, não havia gente sem flor. Nas árvores, candeeiros, janelas, em todo o lado em que o corpo humano pudesse chegar, havia alguém (...).”

E continuando no mesmo registo colorido refere, ainda: “Homens, mulheres, jovens de ambos os sexos, empunhando dísticos e cartazes, onde se liam entre outros, “Ao fim de 48 anos somos livres”, “Abaixo o fascismo”; “Vivam as Forças Armadas”, “Setúbal está com a Junta de Salvação Nacional”, “Viva o Partido Comunista Português”, “Álvaro Cunhal no Governo”, “os jovens estão com os trabalhadores para um Portugal democrático”, “sindicatos livres”, e muitos outros referentes à situação que o país atravessa”¹¹.

O repórter dá também destaque ao facto de na varanda da CMS, onde os oradores

Manifestação 1º de Maio de 1974, Praça de Bocage. O jovem estudante Carlos Luz dirige-se aos manifestantes da varanda da CMS.

¹¹ *Idem. Ibidem.*



Praça de Bocage.
Manifestação 1.º
de Maio de 1974.

Coleção Abílio Ferreira.

desta primeira reunião popular, que foi realizada em recinto fechado, estavam ainda, para além dos oradores Dimas Pereira e Adilo Costa, “alguns trabalhadores que estiveram nas masmorras da ex-PIDE/DGS”. Mais uma vez a bandeira do Partido Comunista terá lugar de destaque no comício.

A sessão foi aberta por Jorge Luz, que em nome dos jovens, exigiu o fim da guerra colonial, o regresso dos soldados, a independência das colónias, o direito ao voto aos 18 anos, bem como a luta contra o capitalismo e total liberdade sindical.

Carlos Lopes, o orador seguinte, apresenta o 25 de Abril como um “Movimento de Libertação” que é necessário prosseguir e aprofundar “nas fábricas, ruas, cafés, Juntas de Freguesia, Câmaras, Governos Cíveis, no Governo da nossa nação”.

Por sua vez Carlos Nascimento, toma a palavra na qualidade de “trabalhador” que desde muito jovem havia sido sempre explorado pelo anterior regime, apelando a que todos cerrem fileiras para obter: “liberdade sindical, direito à greve, aumento de salários sem aumento do custo de vida, ensino secundário grátis”. Terminará a sua intervenção com vivas ao “Partido Comunista Português e ao seu secretário-geral, Álvaro Cunhal”.

se dirigiram aos manifestantes, ondular uma bandeira do Partido Comunista.

Explica que no mesmo lugar que foi “palco de manifestações de apoio ao regime fascista (...) nunca a foice e o martelo pensaram alguma vez aparecer ali”.

Viriato Soromenho Marques, então estudante liceal, recorda: “O 1.º de Maio foi uma coisa muito unitária, muito fraterna. Havia uma grande explosão de alegria nas pessoas. Aqui em Setúbal nunca tinha visto tanta gente. Eu, na altura, morava na Rua do Romeu, perto da Praça de Bocage, nem se podia circular pela Praça”¹².

À noite, no pavilhão do Clube Naval Setubalense realizou-se um comício de apoio ao Movimento das Forças Armadas, com grande número de oradores: Jorge Luz, Carlos Lopes, Teodósio, Carlos Nascimento, Abílio Ferreira, Valdemar de Sá, Adriana Espanca, Fernando Rodrigues e José Afonso. Foi presidido por Carlos Lopes. Na mesa

12 Entrevista concedida por Viriato Soromenho Marques em 26 de junho de 2016.

Adriana Espanca, que foi a única mulher a tomar a palavra no comício, fez a apologia da igualdade de direitos para homens e mulheres.

A intervenção mais global fica a cargo de Abílio Ferreira, que se revelará como um dos quadros mais influentes do PCP em Setúbal, sendo, aliás, apresentado pelo *Setubalense* como *Incansável*.

Começa por historiar o processo de génese do MFA, denunciando os atos da “feroz ditadura de Marcello Caetano e Salazar que se abateu sobre a classe operária”, lembra alguns dos que se distinguiram como lutadores e perseguidos pelo anterior regime, como o Padre Mário de Oliveira, o Professor Rui Luís Gomes, os padres do Macuti (que se ergueram em defesa dos povos coloniais), Maria Lamas e o General Humberto Delgado. Explica que foi “a luta de todo o povo progressista com a classe operária à frente que criou as condições para que o povo tivesse estes momentos inesquecíveis e patrióticos”. Finalmente acusa o “Portugal de Caetano e Tomaz” de ser um perigo para o mundo, constituindo “um elemento de provocação a nível internacional que procurou arrastar a NATO para o Atlântico Sul, para aí proteger a sua ação criminosa em África”.

A última intervenção coube a José Afonso que fez um apelo à unidade e à mobilização popular: “É fundamental que nos voltemos a reunir para tratarmos de problemas. A partir de hoje é necessário que se repitam estas reuniões. O perigo do fascismo ainda não acabou e temos como exemplo o Chile.

A partir de hoje é necessário unirmo-nos para derrubar os últimos núcleos da resistência fascista. Temos de passar da fase do coração para a fase da cabeça e da ação”¹³. O comício realizado no 1º de Maio terminou com vivas ao MFA e a Portugal e todos a entoarem a *Grândola Vila Morena*.

Apesar de o comício ser apresentado como uma realização “unitária” dos trabalhadores e organizada pelo Movimento Democrático de Setúbal, a maioria dos intervenientes ou pertence ao PCP ou é um *compagnon de route* muito próximo.

A intervenção de José Afonso no comício, apesar de não pertencer ao PCP, é quase inevitável. O autor da canção *Grândola Vila Morena* tinha um enorme ascendente sobre grande número dos jovens opositores setubalenses. Era um intelectual que havia desde sempre integrado a mais corajosa oposição à ditadura e a canção de que era autor havia sido escolhida como senha para o início do golpe, transformando-se imediatamente numa espécie de hino oficioso da Revolução. Era já, à



Comício no Pavilhão do Naval, 1.º de Maio de 1974. Reconhecem-se na foto José Afonso e ao seu lado direito Dimas Pereira.

Arquivo Associação José Afonso

¹³ *O Setubalense* 3 de maio de 1974.



Comício no Pavilhão do Naval, 1º de Maio de 1974. Alguns dos oradores ostentam uma brçaadeira do MDS.

Arquivo Associação José Afonso

Marca claramente o terreno da luta política com uma grande capacidade de se antecipar aos outros concorrentes políticos.

2.1. O PAPEL DESEMPENHADO PELO CÍRCULO CULTURAL DE SETÚBAL.

O Círculo Cultural de Setúbal (CCS) vai ser o epicentro de todos os acontecimentos. Já antes do 25 de Abril o Círculo se havia imposto como um espaço central de intervenção cívica. Aí se organizavam, numa teia informal de sociabilidades várias, jovens operários, estudantes universitários, estudantes liceais e da escola técnica, e outras figuras da elite intelectual setubalense¹⁴.

Politicamente a maioria destes jovens situava-se na orla do Partido Comunista Português, apesar de só uma pequena minoria fazer parte das suas estruturas organizativas. Alguns destes jovens estavam organizados no Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT), estrutura semilegal do PC para os jovens trabalhadores. Mas não só. A paisagem política do Círculo propiciava uma verdadeira mostra da esquerda destes anos. Aí compareciam militantes socialistas, do Partido Revolucionário do Proletariado, da LUAR, e também dos designados grupos de extração marxista-leninista.

José Afonso era um dos animadores desta tertúlia político-cultural e uma referência fundamental e inigualável para estes jovens.

Na noite de 25 e nas que se seguiram, o Círculo Cultural será pequeno para albergar todos os que queriam discutir e fazer o futuro.

O jornal *O Setubalense*, de 29 de abril, relata assim a primeira reunião ocorrida em liberdade: “A velha casa quase veio abaixo com a entrada de tantos os que queriam escutar, participar. Na rua em frente da Moagem, uma massa de gente, já sem lu-

14 Carlos Luz, Carlos Tavares da Silva, Jorge Luz, Abílio Ferreira, Alberto Pereira, António Quaresma Rosa são alguns dos nossos entrevistados que sublinharam a importância do Círculo Cultural de Setúbal como espaço de resistência à Ditadura.

gar na sala, esperava notícias, enfim, tudo o que se pudesse saber”¹⁵.

Uma das primeiras decisões tomadas nessa reunião foi a ocupação da sede da polícia política e da Legião Portuguesa. A ocupação destas instalações ocorrerá no dia 27 de abril. Uma delegação de cidadãos de Setúbal desloca-se ao Quartel de Vale de Zebro, no sentido de pedir a ajuda dos fuzileiros para ocupar a sede da polícia política, em Setúbal. Nesta altura, os militares do Quartel do 11 haviam-se declarado “neutrais” face à revolução em marcha.

O Movimento Democrático de Setúbal não descurará qualquer aspeto organizativo, incluindo a promoção de uma ampla angariação pública, na cidade, de fundos para sustentar a sua atividade política. No dia 2 de maio faz um comunicado que será divulgado na imprensa “informando a população de Setúbal que vão circular pela cidade Comissões devidamente identificadas para recolha de fundos destinadas a satisfazer necessidades urgentes do movimento”.¹⁶

2.2. A NEUTRALIDADE DO REGIMENTO DE INFANTARIA 11

O Regimento de Infantaria 11, de Setúbal, foi um dos quartéis que não esteve solidário com os revoltosos, apresentando uma aparente neutralidade. O comandante, o Coronel José Alves Carvalho Fernandes, ficará numa prudente expectativa. As forças políticas de esquerda, particularmente aquelas que se agrupavam no MDS, estavam bastante apreensivas com aquele comportamento. De facto, enquanto em Setúbal e no resto do país se vitoriava o MFA e as manifestações de júbilo prosseguiam, não se entendia o posicionamento deste chefe militar.

Assim sendo, alguns manifestantes concentram-se junto ao quartel, apelando ao convívio com os militares, à semelhança do que ocorria em Lisboa e em outras cidades do país, não havendo, no entanto, qualquer recetividade por parte destes. Perante este mutismo, os ativistas ligados ao MDS tentam entrar em contacto direto com o comandante. Sem sucesso.

José Afonso, em conversa com outros militantes de esquerda, lembrar-se-á de um jovem, Albino Mendonça, frequentador das tertúlias do Círculo Cultural. Esse jovem namorava então a filha do Comandante Carvalho Fernandes. É neste contexto que se decide fazer uma carta ao comandante de que Albino Mendonça seria portador. Na carta explicava-se que o povo de Setúbal estava solidário com o MFA e que os ativistas do MDS ofereciam a sua colaboração aos militares do 11. Na mesma carta perguntava-se igualmente qual a posição do comandante face aos acontecimentos que ocorriam no País e na cidade.

É o próprio Albino Mendonça que recorda a forma como foi envolvido neste episódio:

“O Comandante fechou-se dentro do Regimento dia 25 e ninguém conseguia contactar com os militares e nem os militares com a população. Era assim uma

¹⁵ *O Setubalense*, 29 de abril de 1974.

¹⁶ *O Setubalense*, *idem ibidem*.



Militares. Abril de 1974.

Arquivo Fotográfico Américo
Ribeiro, Câmara Municipal
de Setúbal

situação um bocadinho estranha (...). O Quartel estava fechado e a população estava cá fora. A população queria comunicar com os soldados. As notícias estavam sempre a chegar e as pessoas iam ao Quartel do 11 e o portão estava fechado e havia essa barreira física em relação aos soldados (...). O pessoal pensava: o que é que a gente vai fazer para chegar ao quartel, para chegar ao comandante e aos soldados? E alguém se lembrou de mim. Eu penso que foi o Zeca Afonso, relacionava-me com o Zeca nos cafés, nas tertúlias, ele praticou judo comigo no Clube Naval. Penso que foi ele. Espera lá, há aqui um indivíduo que namora a filha do comandante. É capaz de ser a pessoa para fazer essa ligação. Foram ter comigo, dizendo: a gente precisa de fazer chegar uma carta ao comandante do Regimento e a pessoa em que nós pensámos eras tu. Eu achei aquilo interessante e concordei. Não há problema nenhum. Eu vou lá. É um bocado parecido com a guerra do Raul Solnado. Eu fui bater à porta do Quartel do 11. É claro que eu não levava só uma carta. Eu levava uma carta e uma carga de folhetos daquele tempo, em que se dizia *os soldados são filhos do povo e o povo está com o MFA*. Os folhetos tinham a ver com aquele momento que se estava a viver. Eu fui carregado com esses impressos, que um dia antes seriam considerados altamente subversivos mas naquele dia não. Eu bati à porta e disse que o meu nome é Albino Mendonça. O comandante sabia o meu nome. Deixaram-me entrar. Quando entrei na parada do 11, fui praticamente submerso pelos soldados que também estavam ávidos de informação cá de fora. Eles não sabiam o que se estava a passar. Eu fui carregado com aqueles folhetos e eles cercaram-me com aquela vontade de informação e os folhetos desapareceram num instante. Fui conduzido ao gabinete do comandante, aquilo

tinha uma escada do lado direito. Lá fui e fui posto perante o comandante do regimento, a pessoa que viria a ser mais tarde o meu sogro. Tenho aqui uma carta para si. Faça favor. Uma carta do Movimento Democrático de Setúbal. Ainda hoje não sei o que aquela carta dizia. De certeza que não dizia para matar o portador que eu hoje ainda estou vivo. Ele abriu a carta na minha presença. Leu a carta. Tudo bem está entregue. Eu depois respondo. E não me disse mais nada”¹⁷.

Fernando Rodrigues, dirigente do MDP, que se assumiu como um dos autores da carta revela que terá tido a seguinte resposta do comandante: “se precisar chamo-o, se não precisar prendo-o”¹⁸.

No entanto Albino Mendonça não refere que tenha existido resposta por parte do comandante.

O coronel José Carvalho Fernandes acabará por receber ordens da Junta de Salvação Nacional (JSN) e a partir daí começar-se-á a estabelecer uma relação normal do 11 com as novas instituições políticas da cidade.

Albino Mendonça, à laia de justificação, refere ainda:

“O Comandante do Quartel do 11, que viria a ser mais tarde o meu sogro, era um militar de carreira, era o coronel mais novo do exército português, tinha entrado para a vida militar com nove anos. Era um militar cem por cento, era um militar tradicional. Não sabia o que se estava a passar, o movimento dos capitães não o informou. Ele não fazia parte”¹⁹.

Esta prudência do comandante ditará o seu afastamento do comando da unidade.

2.3. A GÉNESE DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE SETÚBAL

Estes serão dias de ardência libertadora. Para coordenar todas as ações será criado o “Movimento Democrático de Setúbal” (MDS), um espaço frentista, que albergará todas as forças políticas de esquerda. A criação do MDS tem como objetivo integrar os novos sectores sociais que chegam à política. Esta sigla aparece num quadro em que os partidos não estão ainda legalizados e institucionalizados. Seria ainda uma forma prudente de o PCP, num primeiro momento, influenciar estes sectores. A palavra “comunismo”, depois de tantos anos amaldiçoada, poderia ser geradora de receios...

Nesta frente, apesar das diferenças partidárias que cedo se irão revelar, havia um passado recente de amizades e cumplicidades que não se desfaziam.

É sob esta sigla que esta esquerda ainda indiferenciada ser reunirá e é sob esta sigla que se legitimam as medidas tendentes a substituir na cidade as estruturas do Estado fascista, nomeadamente a escolha dos nomes que integrarão a futura Comissão Administrativa da Câmara Municipal. Do mesmo modo, aqui serão decididas as primeiras reivindicações que serão apresentadas ao novo poder político e também ao patronato das empresas.

17 Entrevista concedida por Albino Mendonça em 2 de maio de 2016.

18 Entrevista a Fernando Rodrigues: Pedro Brinca e Etelvina Baía, *op. cit.*, vol. I, p. 116.

19 Entrevista concedida por Albino Mendonça em 2 de maio de 2016.

para integrar a Comissão Administrativa, na entrevista que nos concedeu, quando lhe perguntámos qual a importância do Movimento Democrático de Setúbal na mobilização dos setubalense nos primeiros dias após a Revolução, começou por nos dizer “É a primeira vez que ouvi falar nessa sigla”²³....

2.4. APÓS A CELEBRAÇÃO, AS LUTAS MULTIPLICAM-SE...

Passados os dois primeiros dias de celebração, o tempo passa a ser de ação.

Nas instalações da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) realizar-se-ão vários plenários de trabalhadores de diferentes sectores. Logo no dia 28 de abril um grupo de operários metalúrgicos “assumiu o controlo da vida do sindicato, nomeando uma Comissão Pró-eleitoral, que se encarregou de ativar a normalização da vida do sindicato e promover eleições livres”²⁴.

No dia 29 de abril reúne um plenário dos Empregados de Escritório do Distrito de Setúbal, para preparar eleições democráticas.

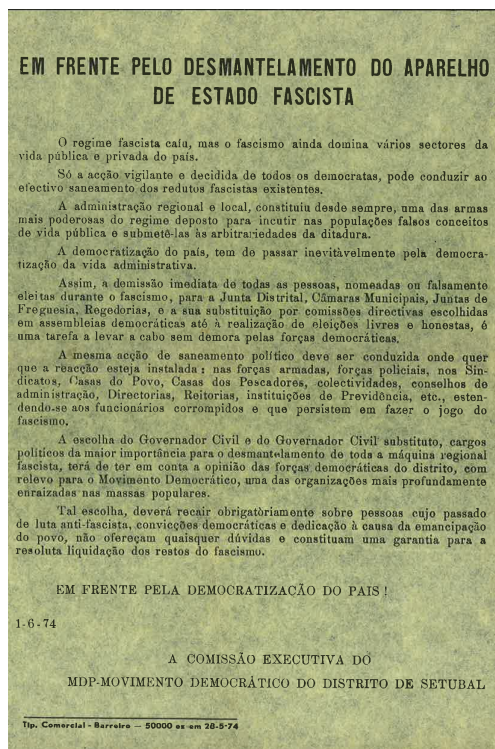
A 2 de maio, uma Assembleia Geral dos Caixeiros do Distrito de Setúbal demite a antiga direção. A assembleia nomeou uma comissão provisória até à realização de eleições, encarregando-a de reestruturar o sindicato.

Por sua vez, um grupo de trabalhadores do Sindicato dos Químicos utilizou um processo mais expedito, logo no dia 26 de abril. Ocupou a sede do Sindicato e destituiu a direção, assinando uma ata em que declarava responsabilizar-se pela gestão do Sindicato até à realização de eleições.

Uma reunião dos pescadores de Setúbal decide afastar a direção da Casa dos Pescadores, elegendo uma Comissão Provisória que passou a dirigir a instituição. Estes são apenas alguns exemplos da ação de grupos de trabalhadores, no sentido de afastar as direções sindicais coniventes com o anterior regime. Tratava-se agora de escolher novos protagonistas compro-

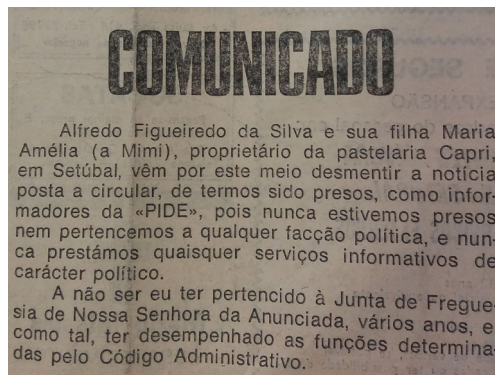
23 Entrevista concedida por Alberto Pereira em 28 de junho de 2016.

24 “Movimento Sindical”, *Idem. Ibidem.*

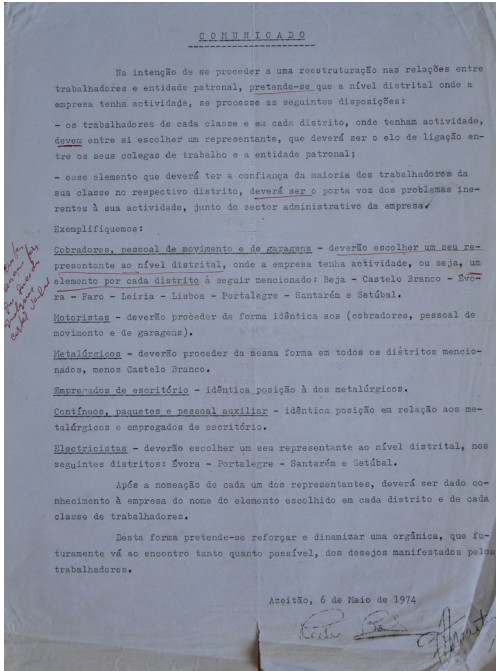


Panfleto dos Metalúrgicos.

Arquivo Jorge Luz

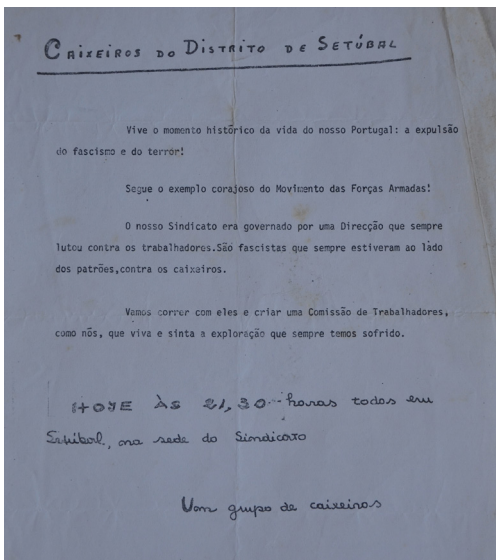


Comunicado publicado no jornal *O Setubalense* de 3 de maio de 1974.



Apelo à organização operária, Maio de 1974.

Arquivo Jorge Luz



Caixeiros do Distrito de Setúbal.

Arquivo Jorge Luz

metidos com a nova situação política.

Nos primeiros dias de maio, ainda antes da tomada de posse do primeiro governo provisório, trabalhadores de várias empresas de Setúbal entram em greve, exigindo melhores condições de vida.

Os trabalhadores da recolha do lixo paralisam durante vários dias até verem satisfeitas as suas reivindicações por parte da Comissão Administrativa da Câmara. Para além do aumento dos salários diários, passarão a receber trinta dias por mês. A remuneração das horas extraordinárias tem um acréscimo sobre os valores estabelecidos “durante o período de emergência para a apanha do lixo em atraso”²⁵.

Os trabalhadores da Setenave paralisam igualmente, impondo uma subida nos salários. A administração da empresa satisfará as exigências dos operários do estaleiro. Os trabalhadores da transportadora João Cândido Belo ensaiam uma forma de luta original e bastante popular. A greve consistiu na recusa de cobrar bilhetes, continuando a prestar todos os serviços aos utentes de forma gratuita. Ao fim do segundo dia, a administração vai atender às pretensões apresentadas.

Os trabalhadores da PROPAN e SIPAVEL, depois de alguns dias de negociações, viram as suas reivindicações satisfeitas.

Por sua vez, centenas de trabalhadores de vários sectores da administração pública vão reunir, em frente do Quartel de Infantaria 11, apresentando um caderno reivindicativo ao delegado da Junta de Salvação Nacional (JSN).

A quase totalidade das médias e grandes empresas da cidade conhecerão processos de luta nos dias que se seguem ao 25 de Abril, provocando profundas alterações nas relações laborais nestas empresas.

Enquanto tudo isto se passava, os setubalenses presenciavam as primeiras mudanças na toponímia da cidade. A Rua 22 de maio passava a designar-se Rua das Forças Armadas e a Avenida Dr. Oliveira Salazar era crismada de Avenida 25 de Abril.

Os bairros sociais e de barracas estão também na van-

²⁵ O Distrito de Setúbal, 28 de maio de 1974.

guarda das alterações dos antigos nomes ligados ao regime. Ao Bairro da Fundação Salazar é atribuído o nome de Bairro 25 de Abril, a Cova do Canastro passa a Bairro da Liberdade, o Bairro Marcelo Caetano será o Bairro Humberto Delgado. Azeitão e outras freguesias do concelho vão conhecendo também uma profunda revolução na toponímia²⁶.

2.5. O VELHO E O NOVO PODER AUTÁRQUICO

No dia 8 de maio de 1974, reunia pela última vez o executivo camarário nomeado pelo governo presidido por Salazar.

O ainda presidente da Câmara, Manuel José Constantino de Góis, faz a sua derradeira intervenção perante o seu vice-presidente João José Mendes de Matos, os vereadores Fernando Batalha Pedrosa, José Maria da Silva Belo, José Fernando da Silva Rosa Mendes e da vereadora Maria Ângela Alves de Sousa Craveiro Parreira da Gama. Os vereadores Artur Fernando Sentieiro Marques e Luís da Conceição Serra Pinto não compareceram à reunião.

Depois de justificar a ausência dos dois vereadores, Manuel Góis começa por dar conhecimento de que na última reunião da vereação, em que estiveram presentes todos os membros, foi decidido, por unanimidade, enviar ao General António de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional, um telegrama de saudação.

No telegrama enviado afirmava-se que a Câmara Municipal de Setúbal estava “consciente da grandeza histórica do momento que Portugal atravessa”, manifestando ao Movimento das Forças Armadas “a sua simpatia pela patriótica ação levada a efeito no passado dia 25”. O município estadonovista aderiu à nova conjuntura política dando “o seu incondicional apoio à Junta de Salvação Nacional, prontificando-se a colaborar, enquanto essa colaboração [fosse] julgada útil, dentro da sua esfera de ação, na execução do programa elaborado”. No telegrama expressava também “o desejo de que uma imediata reestruturação nacional dos Municípios permita a rápida solução dos graves problemas existentes, nomeadamente o das remunerações condignas de todos os trabalhadores camarários e assimilados”²⁷.

Não obstante este proselitismo face ao novo poder político, nessa mesma reunião, Manuel Góis acaba por dar conhecimento à Câmara de que pretende pedir a exoneração do cargo, no dia seguinte.

Fica registada na ata a solenidade da sua decisão:

“Era com emoção que o dizia. Depois de se manter 11 anos, no exercício das suas funções, julgava que, pela orientação seguida, as vinha desempenhando com o assentimento geral da população da sua terra. Ao saber, porém, que andam de mão-em-mão, listas onde se colhem assinaturas que pedem a sua demissão logo fizera o

26 A importância que foi dada às mudanças na toponímia pode ser verificada pelo facto de numa das primeiras reuniões da CA (7/6/1974) se ter nomeado uma Comissão de Toponímia em que se destacam os nomes de Alberto Pereira da CA, Abílio Ferreira, Jorge Luz, António José Casmarinha, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, quase todos importantes quadros do PCP local.

27 Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, realizada em 8 de maio de 1974.

TELEGRAMA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, PRESIDIDA POR MANUEL GÓIS, DE APOIO À JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

“A Câmara Municipal de Setúbal consciente da grandeza histórica do momento em que Portugal atravessa, e certa de exprimir o sentir da esmagadora maioria da população do concelho resolveu:

1. Manifestar ao Movimento das Forças Armadas a sua simpatia pela patriótica ação levada a efeito no passado dia 25;
2. Dar o seu incondicional apoio à Junta de Salvação Nacional, prontificando-se a colaborar, enquanto essa colaboração for julgada útil, dentro da sua esfera de ação, na execução do programa elaborado. Expressar o desejo de que uma imediata reestruturação nacional dos Municípios permita a rápida solução dos graves problemas existentes, nomeadamente o das remunerações condignas de todos os trabalhadores camarários e assimilados;
3. Congratular-se pelo alto espírito cívico de que deu provas a população de Setúbal na patriótica manifestação realizada no dia 1 de Maio e, também, pela correção incedível demonstrada pelos Democratas que utilizaram o edifício dos Paços do Concelho por ocasião da mesma manifestação.”

Por proposta do Sr. Presidente foi deliberado, por unanimidade, ratificar integralmente o telegrama transcrito.

Telegrama enviado a 3 de maio de 1974

propósito de deixar o lugar. É certo que ocupara um cargo que não pretendia e de que só poderia ser destituído pelo governo, mas não hesitara em tomar esta resolução para que tudo se fizesse com o menor prejuízo para a cidade”²⁸.

No regime que então acabara, os presidentes de Câmara não eram eleitos, sendo nomeados pelo Governo.

Não se entende, deste modo, como saberia Manuel Góis que o exercício do cargo, ao longo de onze anos, havia sido feito “com o assentimento geral da população da sua terra”.

A posição agora tomada pelo município, cujo presidente havia sido nomeado ainda por Salazar, não era inédita.

Nos dias imediatamente a seguir ao 25 de Abril vamos assistir, por todo o lado, a múltiplas e apressadas tentativas de adesão à nova realidade política quer por medo, quer por oportunismo, mas sobretudo pela incompreensão, pelo menos no caso de Setúbal, de que a situação que se vivia era demasiado explosiva, para consentir pactos com os que haviam servido o regime anterior.

Em quarenta minutos apenas terminava a reunião. Encerrava-se um longo ciclo político de 48 anos de governação da cidade de Setúbal e do país, sob a batuta de uma das mais longas ditaduras da Europa.

Logo nos dias a seguir à revolução, ativistas do Círculo Cultural e o Movimento Democrático de Setúbal fazem pressão para a demissão do executivo camarário.

²⁸ Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, realizada em 8 de maio de 1974. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal.

Começaram a fazer circular um abaixo-assinado exigindo a demissão imediata da vereação e em algumas paredes da cidade aparecem pichagens no mesmo sentido. Face a esta pressão, o Presidente não chegou a resistir 15 dias, apesar da tentativa de adesivagem ao novo poder político.

A demissão do elenco presidido por Manuel Góis abre as portas para a nomeação de uma Comissão Administrativa que iria dirigir os destinos da cidade de Setúbal até às primeiras eleições autárquicas, realizadas em 12 de dezembro de 1976. O delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Ministério do Interior nomeará, a 15 de maio de 1974, a Comissão Administrativa que, no dia 16, tomará posse no Governo Civil do Distrito de Setúbal.

Francisco Lobo explica como ocorreu o processo de seleção da equipa que viria a substituir a vereação indigitada pelo governo deposto: “Como sabem, na altura, foi o MDP/CDE, única força unitária antifascista que existia, que avançou com o processo organizativo deste país. Foi, portanto, o MDP que procedeu às consultas a pessoas que mereciam um mínimo de crédito político, de trabalho, de honestidade. Assim, reuniram as sete pessoas necessárias à Administração da Câmara, e fez-se a apresentação à população no Clube Naval, numa Assembleia convocada pelo MDP, que estava literalmente cheio e que por unanimidade concordou com a nossa vinda.

A Junta de Salvação Nacional (JSN) sancionou a proposta que lhe foi apresentada e fomos empossados por um despacho seu. Foi uma operação rápida, porque na altura verificava-se uma greve do pessoal dos serviços de Higiene e Limpeza o que provocava já uma grande acumulação de lixo nas ruas”²⁹.

A Comissão Administrativa nomeada foi presidida Júlio Severino Marques dos Santos (industrial), tendo ficado como vogais Alberto Manuel de Sousa Pereira (agente técnico de eletricidade e máquinas), Francisco Leonel Rodrigues Lobo (empregado fabril), Maria Odete dos Santos Costa (advogada), Mário José Brandão Ferreira (economista), Renato Custódio Nogueira (arquiteto) e Vítor Zacarias da Piedade Sousa (Chefe de Secção Fabril).

Abílio Ferreira, referindo-se ao processo de escolha dos elementos propostos para integram a Comissão Administrativa recorda que “foi apresentada, pelo Movimento Democrático de Setúbal (MDS), uma lista de nomes à Junta de Salvação Nacional e a responsabilidade da escolha do presidente da CA foi da Junta”. Para este dirigente do PCP a inclusão de Júlio Santos na lista para fazer parte da CA deveu-se ao facto deste “ter sido um dos apoiantes da candidatura de Humberto Delgado à presidência da República”³⁰.

A proposta de CA inicialmente apresentada pelo MDS incluía o nome do engenheiro Rui Barbosa de Matos. A inclusão do arquiteto Renato Nogueira será uma escolha pessoal do Presidente indigitado no próprio dia da tomada de posse. Esta

29 Entrevista de Francisco Lobo, membro da CA da CMS. Dows. *Op. Cit.* p. 134.

30 Entrevista concedida por Abílio Ferreira em 17 de janeiro de 2017.

substituição é justificada pelo facto de Barbosa de Matos ser funcionário público e por isso não poderia integrar a Comissão Administrativa.

Esta escolha irá provocar divergências dentro do PCP, havendo sectores que afirmam que Renato Nogueira tinha sido um homem comprometido com o regime fascista, dirigente da Mocidade Portuguesa e que estaria ligado à especulação imobiliária.

Chegou mesmo a ser promovida uma “Assembleia Popular” na antiga fábrica do gás, na Avenida Luísa Todi. O PCP terá indicado Francisco Lobo da CA e Álvaro Dias, conhecido militante do PCP, para irem esclarecer as razões da escolha. A razão fundamental residia no facto de os trabalhadores da limpeza da Câmara estarem em greve. E era necessário que a CA tomasse posse sem delongas. Os emissários terão sossegado os presentes na Assembleia explicando que muitos deles tinham também sido membros da MP e que isso não deveria ser motivo para serem ostracizados.

SEGUNDA PARTE

*Maravilha, Maravilha venham ver o barco doido
Sem amarras que o segurem
Pela praia entra a maré.*

José Afonso in “Enquanto há força”. 1978.

1. O 25 DE ABRIL NO PAÍS – DO GOLPE MILITAR À REVOLUÇÃO

A 25 de Abril de 1974, um golpe militar, sem paralelo, termina com a mais velha ditadura europeia.

A ditadura portuguesa acabava nesta data, sem glória nem resistência, vergada sob o peso de uma guerra colonial com o seu cortejo de mortos e feridos, da falta de democracia que uma polícia política providenciava e de um atávico atraso, provocado por uma economia baseada nos baixos salários e no esforço da guerra. Não será por isso estranha a adesão que o golpe teve desde o início da sua execução. Nem será estranha a radicalização que o próprio Movimento das Forças Armadas sofrerá no tempo imediato à concretização da queda do regime.

Este é um golpe-de-Estado que apesar de pensado, programado e organizado, pelo menos desde o ano anterior, é inesperado para a quase totalidade da população portuguesa, que vivia um crescente e inorgânico mal-estar, dada a guerra e falta de perspetivas em relação ao seu fim, que o marcelismo, à sua maneira, ia deixando expresso de forma titubeante.

Nos tempos imediatamente anteriores a Abril, havia greves, contestação estudantil, tinha havido o boicote a eleições, um agravamento da repressão policial, enfim, existia um conjunto de sinais que acusavam de forma indubitável um crescente e insuportável aumento de indignação e revolta face ao regime. Tudo isto não era, contudo, suficiente para desencadear um movimento que acabasse com a ditadura. Seria, porém, este o chão em que o golpe se transmutou em revolução, ainda que a planificação daquele não contivesse a possibilidade de semelhante transfiguração. Uma das especificidades do golpe português respeita ao patamar da hierarquia em que se situam os responsáveis pela conjura. É o patamar intermédio, formado por jovens oficiais, que vai ser o autor desta rutura.

São jovens capitães que acusam o desgaste de 13 anos de guerra sem fim à vista, sem norte, sem qualquer definição para a conclusão do conflito, que o marcelismo vai gerindo de forma cada vez mais trágica e inconclusiva.

“Historicamente as grandes revoluções não são, nunca foram cerebrais operações de Estado-Maior claramente delineadas na sua direção principal, etapas, planeamento, etc... São uma desordem subversora em marcha, grandes movimentos telúricos de massa visando derrubar a ordem estabelecida e que explodem, as mais das vezes, sem que nenhum diretório político as convoque. Onde seguramente existem partidos e movimentos políticos, teorizando, prevendo, atuando, antes e depois, mas onde a vaga social de choque em muito os transcende. Sendo explosões que resultam de condicionalismos e fatores historicamente acumulados, as revoluções não deixam de constituir processos estruturalmente espontâneos no seu eclodir, nas suas dinâmicas. Mas que demonstram uma misteriosa inteligência coletiva, uma dupla e quase sempre certa intuição difusa: a intuição do momento (a compreensão da correlação de forças: “Nós podemos vencer e eles não têm forças para nos derrotar”) e a intuição da força própria (a consciência da gente simples, dos mais fracos, do mundo do trabalho, de que, naquele momento, é possível mudar o Mundo com as suas mãos, que o futuro está ao seu alcance, que vale a pena intervir, que tudo é possível). Foi isto que foi a revolução portuguesa de 1974-75.”¹

Fernando Rosas, “Notas para um debate sobre a revolução e a democracia”, *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. Raquel Varela, Bertrand Editora, Lisboa, 2012, pg. 266.

Para além deste desgaste, o evidente contágio dos estudantes fardados de alferes e de furriéis terá consequências irremediáveis, sendo responsável por uma crescente politização do movimento.

Na verdade, a transplantação que o regime, no pânico da guerra, havia feito das Faculdades para as colónias, vai gerar um exército *sui generis*, com gente muito jovem a chefiar companhias, ao mesmo tempo que na calada da noite dedilha a viola e canta José Afonso, sabendo de cor a letra dos *Vampiros*.

Esta gente, a quem a guerra interrompeu o curso ou adiou a carreira, que tem saudades da família e anseia pelo regresso, será matéria-prima de incedível qualidade para prossecução de um projeto golpista.

E se no início os fundamentos da necessidade do golpe radicavam em questões corporativas, pouco tempo depois essas questões passam para segundo plano, assumindo-se com transparente pragmatismo ao que se vinha: instaurar a Democracia para acabar com a guerra.

A resposta popular a estes propósitos foi muito além do que os golpistas iniciais podiam alguma vez supor. Enquanto o MFA, nas suas primeiras declarações, pedia à população que se mantivesse em casa, enxameavam-se as ruas numa euforia garrida. Enquanto o MFA pedia calma, contenção, paciência, declinava-se a urgência reivindicativa.

O eco das palavras sensatas dos militares era devolvido como uma granada, na-

¹ Fernando Rosas, “Notas para um debate sobre a revolução e a democracia”, *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. Raquel Varela, Bertrand editora, Lisboa, 2012, p. 266.

queles primeiros dias que se seguiram à queda do regime, estilhaçando o poder do Estado, já desocupado das figuras que o haviam preenchido e que fugiam agora, assustadas, tentando salvar a pele.

Na altura da sua prisão, Marcello Caetano declarará que se rende” para que o poder não caia na rua”. Contudo, o poder não caía na rua porque era na rua que se levantava. Um exército a explodir de felicidade e massivamente vitoriado, um exército que interage com um movimento popular que lhe agradece a libertação, não é, não pode ser, nem o guardião do poder estatal, nem a sua insuspeitada reserva de violência. A incondicionalidade da entrega deste exército às reivindicações que explodem por toda a parte é o maior fator de radicalização que dia-a-dia vai decorrendo na sociedade portuguesa, agora em festa.

A pouco e pouco, pouco restava do golpe militar. O que agora fazia o seu caminho era uma revolução, “sem perguntar ao Estado/ qual o caminho a tomar” nas palavras expressivas de José Afonso.

A Revolução estava em marcha. Iniciavam-se as negociações para acabar com a guerra. Empresas ocupadas, autogeridas ou nacionalizadas, ocupações de casas devolutas, reforma agrária, emergência de órgãos de duplo poder, e todas e cada uma das chamadas liberdades democráticas, surgem em tempo *record*, conquistadas, ali, onde doía, na rua, como que a tentar recuperar as décadas perdidas numa ditadura que já parecia distante, embora estivesse ainda tão próxima.

A progressiva radicalização revolucionária vai ainda impor o núcleo duro de um estado social com tudo o que isto significa em termos de solidariedade social; vai possibilitar a democratização generalizada dos acessos à escolaridade, ao serviço nacional de saúde, aos cargos públicos; vai entrar de rompante na economia, nacionalizando a banca, e passando para as mãos do Estado os grandes grupos económicos. Quando aqui falamos da crescente radicalização não podemos esquecer que ela vai também ocorrer no quadro da resposta às tentativas da direita em recuperar o espaço que dia-a-dia ia perdendo e já em desespero reverter a situação.

Os golpes do 28 de setembro e 11 de março vão marcar de forma indelével os grandes momentos potencializadores do avanço revolucionário.

2. A EVOLUÇÃO POLÍTICA (28 DE SETEMBRO, 11 DE MARÇO, 25 DE NOVEMBRO)

Neste ponto trataremos, de modo bastante abreviado, a forma como os principais momentos da evolução política nacional (28 de Setembro, 11 de Março, eleições para a Assembleia Constituinte, o “Verão Quente”, 25 de Novembro) irão ser vividos em Setúbal.

Daremos um destaque especial ao 7 de Março pelo enorme impacto que estes acontecimentos tiveram na cidade e também pelas consequências que acarretaram ao nível da radicalização da luta política.

De algum modo o General Spínola e a JSN tinham tentado, ao escolherem Adelino da Palma Carlos para liderar o I Governo Provisório, uma solução de estabilidade, providenciando uma partilha de poder, pela atribuição de pastas governati-

vas aos principais líderes partidários (PS, PPD e PCP). Esta solução não aguentou mais de um mês e meio.

Não faremos nenhuma referência especial a esta primeira crise política, vivida na nova governação, dado que não teve impacto na vida política e social da cidade e ocorreu nos bastidores do poder político sem interferência direta do movimento popular.

Seguiu-se o II Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, que toma posse a 12 de julho de 1974. Este terá sido o primeiro momento em que as forças conservadoras manifestam publicamente o seu desacordo com o processo revolucionário.

2.1. A MAIORIA SILENCIOSA

O designado golpe de 28 de Setembro foi uma segunda tentativa, mais visível e com maior impacto, de inversão do processo revolucionário. Sob a capa de uma “Maioria silenciosa” é convocada uma manifestação sendo que os seus organizadores não escondem o seu afecto quer pelo general Spínola quer pelo antigo regime. Era a direita que até aí havia estado em pousio a tentar levantar cabeça e a impor-se contra tudo o que o 25 de Abril havia trazido.

A manifestação é interdita pelo MFA. São feitos apelos “à vigilância popular” e são levantadas barricadas no sentido de impedir a concretização da manifestação que é denunciada como manobra contra revolucionária.

Spínola, na sequência destes acontecimentos, demitir-se-á.

À semelhança do que aconteceu noutros pontos do país também em Setúbal houve uma forte reacção por parte dos partidos de esquerda a esta tentativa de golpe. Na noite de 27 de setembro os partidos de esquerda PS, PCP, MDP, e também as organizações da esquerda revolucionária, começaram a organizar brigadas de vigilância nas entradas na cidade as quais revistavam todos os carros. Durante a noite e madrugada a vigilância manteve-se tendo sido presas algumas pessoas que detinham armas.

Fernando Rodrigues, dirigente do MDP e um dos organizadores locais da resistência ao golpe de Estado, lembra a articulação estabelecida com oficiais do MFA e a forte mobilização popular com destaque para o papel desempenhado pelos trabalhadores da IMA, da SECIL, da SAPEC e da SETENAVE neste processo: “Foi muito emocionante porque eram milhares de homens, mulheres e crianças a descerem pela cidade, num movimento muito forte de pessoas solidárias na luta contra o fascismo”.

É ainda ele que se reporta à importância que as barricadas de Setúbal desempenharam para impedir o movimento contrarrevolucionário: “As barricadas de Setúbal impediram o acesso de todo o sul a Lisboa, durante dois dias, e só desmobilizámos quando tivemos a certeza de que as forças reacionárias tinham desmobilizado e desistido. Por isso as barricadas revelaram-se fundamentais e decisivas para impedir o avanço do fascismo. Tanto assim que esse movimento

desmembrou-se e acabou por não se concretizar, pelo menos naquela altura”². *O Setubalense* noticiou: “Cerca das duas horas da madrugada na estrada da Rasca, foram detidos por militantes do PS, de vigia, dois elementos possuidores de uma pistola e alguns panfletos da manifestação reacionária³. Foi imediatamente comunicado o acontecimento às FA, enquanto os fascistas ficavam sob o controle daquele piquete. Mais tarde foram levados pelo exército para o Regimento de Infantaria 11”⁴.

Durante os dias 28 e 29 de setembro os diversos partidos políticos distribuem pela cidade e publicam na imprensa comunicados a condenar o “golpe de Estado” e a apelar à mobilização popular.

O Partido Socialista preconiza uma maior firmeza e unidade na “governança democrática e uma aceleração do processo de democratização. Impõe-se um efetivo saneamento do aparelho de Estado de todos os provocadores e elementos antidemocráticos”⁵.

A Comissão Concelhia do Partido Comunista Português insurge-se contra as manobras que as “forças reacionárias” têm desenvolvido contra a democracia e constata que os últimos acontecimentos ocorridos em Portugal são “uma tentativa muito séria de alteração da ordem, uma tentativa de golpe com vista a repor no poder a camarilha fascista”⁶.

Também o Partido Popular Democrático divulga um comunicado condenando “o espírito reacionário da manifestação que se preparava para o dia 28 do corrente”. O PPD, apela à calma e vigilância do povo português e na hora difícil que se atravessa importa manter “bem alto o valor da liberdade e a confiança nas instituições democráticas pluralistas, não permitindo que sejam restaurados esquemas políticos fascistas, nem que se cometam quaisquer excessos que façam perigar a via democrática escolhida pelo Movimento das Forças Armadas no 25 de Abril”⁷. Por sua vez, a OCMLP – Grito do Povo explica os acontecimentos do 28 de Setembro pela “moleza” com que são tratados os fascistas que assim ganham coragem para passar ao ataque. Alerta contra “os fascistas que têm apoio e proteção em alguns setores do aparelho de Estado e do Exército e preparam-se para de novo nos oprimir”⁸.

No dia 29 de setembro o PS, PCP e MDP distribuem um comunicado conjunto a

2 Entrevista de Fernando Rodrigues. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op. Cit.*, vol.1. p. 116.

3 Referência à manifestação da “Maioria Silenciosa” de apoio ao General António Spínola e que não chegou a realizar-se.

4 *O Setubalense*, 30 de setembro de 1974.

5 Comunicado do Partido Socialista de 28 de setembro de 1974, publicado no jornal *O Setubalense* de 30 de setembro de 1974.

6 Comunicado da Comissão Concelhia de Setúbal do Partido Comunista Português, publicado no jornal *O Setubalense* de 30 de setembro de 1974.

7 Comunicado do Partido Popular Democrático, publicado no jornal *O Setubalense* de 30 de setembro de 1974.

8 Comunicado da Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa – Grito do Povo, publicado no jornal *O Setubalense* de 30 de setembro de 1974.

condenar as “manobras reacionárias” que estavam em preparação e apelam para a mobilização popular.

Dentro deste espírito frentista contra a “reação”, todos os partidos da coligação governamental que integram o Governo Provisório irão preparar uma grande manifestação e comício no dia 30 de setembro que termina na Praça de Bocage. No comício final dirigir-se-ão aos manifestantes da varanda da Câmara Municipal o Governador Civil, representantes do Partido Socialista, do Partido Popular Democrático, do Partido Comunista, do Movimento Democrático Português, do Movimento da Juventude Trabalhadora, do Movimento Democrático das Mulheres e também um representante da Comissão Administrativa. Tomará ainda a palavra um oficial em representação do comandante do Quartel do 11.

Neste período de 19 meses do PREC, esta manifestação será a iniciativa que vai congrega maior número de forças políticas. Os únicos excluídos destas manifestações são as organizações da esquerda radical que não tinham representação no governo. De sublinhar a hegemonia que o PCP tem nesta iniciativa. Basta constatar que contou com cinco intervenções no comício, se somarmos as intervenções de partidos e instituições que lhe estão próximas e que este partido controlava diretamente (Para além da intervenção a que tinha direito como membro do governo, tomaram a palavra representantes do MDP, MDM, MJT e CA da CMS). Outro aspeto curioso é a participação na manifestação/comício do Governador Civil que tinha tomado posse na semana anterior e havia sido contestado pelo PCP e pelo PS. Agora, é convidado a integrar esta frente anti-golpista. Ficava assim estabelecida a reconciliação do poder local e dos partidos políticos de esquerda com o representante do aparelho de Estado no Distrito.

O golpe/conspiração do 28 de Setembro dará gás ao movimento popular que sente confiança na sua força, compreendendo que foi também pela sua mobilização que se barrou o projeto conspirativo que ali se traçara.

2.2. A CONJUNTURA POLÍTICA DO 11 DE MARÇO

O 11 de Março, por sua vez, iniciará um período sem precedentes de agudização da luta revolucionária. A natureza substantiva deste golpe é diferente da do 28 de Setembro. Se naquele se tentava pôr o que se chama hoje a sociedade civil como testa de ferro da contra revolução, neste estamos perante um dissenso dentro das próprias forças armadas. Aviação contra aviação.



Manifestantes no 28 de Setembro

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal

Às 9h da manhã, a força que iria desencadear o golpe estava pronta na pista de Tancos. Às 11h45, dois aviões T6 e quatro helicópteros sob o comando de Spínola sobrevoam e atacam com rajadas de metralhadora o quartel do RAL1, perto do aeroporto de Lisboa. Um morto (o soldado Joaquim Carvalho Luís), 15 feridos e largos danos nas instalações da Unidade. A partir daí multiplicam-se episódios de defesa e de resposta contra o golpe que às 14h00 é dado como perdido.

Imediatamente a seguir ao ataque ao RAL1 surgem os primeiros apelos à mobilização popular por parte da Intersindical. Levantam-se as primeiras barricadas nas estradas de Vila Franca e Setúbal e de igual modo vão-se organizar piquetes de trabalhadores em locais estratégicos: Bancos, Emissora Nacional, etc.

À semelhança do que ocorrera no golpe de setembro a população coloca-se imediatamente ao lado do MFA, acorrendo aos quartéis.

A casa de António de Spínola é assaltada e as sedes do PDC e do CDS em Lisboa e do PPD no Porto são alvo de retaliações.

A contrarrevolução perdera definitivamente. Mais do que isso, esta tentativa golpista funcionaria como um acelerador da Revolução. Três dias depois a banca é nacionalizada, assim como vários sectores estratégicos da economia portuguesa. Em Setúbal, quem passeasse pela baixa veria pessoas com o transístor colado à orelha. Os setubalenses avisavam-se uns aos outros. Um golpe.

Rapidamente as pessoas saem para a rua. As saídas da cidade são cortadas. Há barricadas nos pontos estratégicos. Piquetes mistos de civis e militares entram em ação. Todos os carros são vistoriados. Podem conter armas. No comunicado transmitido na rádio e na televisão o governo havia alertado para a eventualidade de os “grandes detentores de capital e empresários” poderem levantar todo o seu dinheiro dos bancos.

Um piquete de trabalhadores do Entreposto dirige-se ao Banco de Portugal. É encerrado. Pouco tempo depois uma ordem conjunta do COPCON, da Intersindical e do Sindicato dos Bancários ordena o encerramento de todas as agências bancárias, que serão posteriormente evacuadas. O comércio fecha as portas. A partir daqui, nada será como dantes.

Há em Setúbal uma especial sensibilidade para estes acontecimentos dado que a cidade havia sido confrontada quatro dias antes com gravíssimos incidentes. Estes incidentes dada a sua importância serão tratados em ponto autónomo.

Com o 11 de março no país e particularmente em Setúbal o processo de radicalização política é visível a vários níveis. As nacionalizações e a reforma agrária marcarão os meses seguintes de toda a atividade política.

A expressão “Processo Revolucionário em Curso” (PREC) vai-se rapidamente popularizar. Expressão utilizada quer pelos que simpatizavam com a situação política, quer por aqueles que a utilizavam de forma crítica. Os campos da Revolução e contrarrevolução tornam-se irredutíveis.

Na cidade de Setúbal vivem-se com intensidade estes momentos e há vários indi-

cadores que o mostram, desde o novo ciclo de ocupações de casas até às diferentes formas de controlo operário nas empresas.

As relações entre a esquerda e a direita estão extremadas. O que é também visível nesta tomada de posição de José Afonso perante uma eventual utilização da canção “Grândola Vila Morena”, de sua autoria, numa iniciativa do Partido Popular Democrático: “Tendo lido nos jornais diários a notícia de que no decurso de um comício piquenique promovido pelo PPD teria sido cantada em coro a canção “Grândola Vila Morena”, venho por este meio reafirmar que (...) estava fora de imaginar qualquer abusiva apropriação cantante por parte de grupos ligados ao capital (...).

Considero pois abuso ou despudor (...) que os mesmos indivíduos que designam para os representar na Assembleia Nacional Constituinte defensores da censura fascista e continuadores da ordem colonial, se sirvam dela para lançar poeira aos olhos dos incautos”⁹.

2.3. AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

As eleições para Assembleia Constituinte em 25 de abril de 1975 consagram uma das principais promessas do Programa do MFA. No entanto, depois do 11 de março, a realização das eleições deixa de ser uma matéria consensual.

A esquerda radical e mesmo o PCP colocam o centro das suas preocupações na importância do reforço e aprofundamento das conquistas revolucionárias e temem que os resultados das eleições não sejam coincidentes com a sua influência social e política e por isso possam constituir um travão ao avanço da Revolução.

Por sua vez, as outras forças políticas, com destaque para o Partido Socialista e para o Partido Popular Democrático, defendem acima de tudo a realização de eleições porque consideram que essa será uma forma de aumentar a sua influência política. Esperam que a sua preponderância junto das populações rurais do norte e do centro do país, e mesmo junto das populações urbanas das pequenas cidades, será determinante para terem um resultado eleitoral que lhes permita uma legitimidade democrática que se sobreponha às forças que privilegiam o aprofundamento do processo revolucionário.

Há também um sector dentro do MFA e do próprio Conselho da Revolução (CR) que estaria disposto a adiar as eleições ou mesmo impedi-las.

É neste quadro que vai ser assinado um pacto entre o MFA e os partidos políticos. Este acordo consagra a realização de eleições, mas também a preponderância e a institucionalização do MFA e do Conselho da Revolução como órgãos de poder de Estado.

A campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte abre oficialmente em 1 de abril de 1975. Paralelamente, em 7 de abril, a Assembleia do MFA anuncia a sua decisão pelo “carácter socialista da revolução portuguesa”. A menos de uma semana da realização das eleições, em 19 de abril, o Conselho da Revolução define

⁹ O *Setubalense* de 14 de maio de 1975. Citado por Jaime Pinho. *Op. cit.*, p. 146.



**Eições para a
Assembleia Constituinte,
25 de abril de 1975.**

Arquivo Fotográfico Américo
Ribeiro, Câmara Municipal
de Setúbal

como orientação geral que a construção socialista da economia deve ser obra dos trabalhadores portugueses.

O Presidente da República, General Costa Gomes, a 24 de abril, na mensagem de encerramento da campanha eleitoral, sugere também que os portugueses deveriam escolher “entre os partidos autênticos que não barram a via socialista” e “que prometeram o pluralismo essencial ao exercício da Liberdade”. Para o historiador Aniceto Simoes seriam “tudo atitudes facilmente confundíveis com o apelo ao voto no socialismo, ou seja, no Partido Socialista”¹⁰.

Participaram nas eiões os seguintes partidos, Partido Socialista; Partido Popular Democrático, Partido Comunista Português, Partido do Centro Democrático Social, Movimento Democrático Português, Frente Socialista Popular, Movimento de Esquerda Socialista, União Democrática Popular, Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas), Partido Popular Monrquico, Partido de Unidade Popular, Liga Comunista Internacionalista. E ainda Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM) e Centro Democrático de Macau (CDM).

Fora da disputa eleitoral ficarão algumas organizaões da extrema-esquerda. No caso da LUAR e do PRP/BR por desvalorizarem a participação eleitoral. As eiões seriam, na perspetiva daquelas organizaões, meras manobras da burguesia. O que verdadeiramente interessava era a tomada do Poder através dos órgãos do poder popular.

10 Aniceto Afonso, “A Revolução dos Cravos”, João Medina (coord), *História de Portugal*, vol. XIV, edição Ediclube, Lisboa, s/d., p. 62.

O MRPP será impedido de concorrer às eleições, por se ter recusado a alterar o seu símbolo, que apresentava semelhanças evidentes com o do PCP. O principal argumento da proibição era de que a foice e o martelo, enquanto elementos centrais da simbologia, fariam incorrer em erro um eleitorado ainda com uma enorme taxa de analfabetismo. O MRPP recusar-se-á a alterar o símbolo.

De facto, os resultados eleitorais de 25 de abril consagram uma muito expressiva maioria do PS com 37,9% dos votos, PCP com 12,5%, MDP/CDE com 4,1%.

Na Assembleia Constituinte ficarão representados os partidos mais votados: PS, PPD, PCP, CDS, MDP-CDE e UDP. Das organizações da extrema-esquerda apenas a UDP conseguiu eleger um representante.

A importância destas eleições, para além de terem sido as primeiras em liberdade, num país que sempre havia reivindicado actos eleitorais livres, radica também no facto de a legitimação do poder passar da rua para o resultado eleitoral. O partido ganhador, o PS, reclamava agora a sua legitimidade para a governação tendo em conta aqueles resultados. A rua ficava para trás, não em termos da mobilização que continuava a operar-se, mas à luz da nova conjuntura saída directamente de almeçadas eleições.

Setúbal viverá a primeira campanha eleitoral de forma entusiástica. A dimensão do empenhamento eleitoral dos partidos concorrentes afere-se pela ocorrência numa só noite, no primeiro fim-de-semana, de oito comícios e sessões de esclarecimento. No fim-de-semana seguinte ocorrerão vinte iniciativas de campanha em múltiplos espaços da cidade. Repetem-se comícios e sessões, inventam-se espaços, distribuem-se comunicados e tarjetas e à medida que o mês se cumpre e as eleições se aproximam o ritmo acelera.

Quer o Partido Comunista quer o Partido Socialista mobilizaram todos os seus apoios, tendo sido realizados centenas de comícios e sessões de esclarecimentos. Todas estas sessões eram bastante concorridas havendo sempre múltiplos debates com os candidatos que se apresentavam.

Todos os intervenientes sublinham este aspeto.

Alberto Antunes, um dos dirigentes do PS de Setúbal, recorda a participação popular nas eleições para a Assembleia Constituinte: “Foi muito viva e muito intensa. Nessa altura qualquer sessão de esclarecimento anunciada com 24 horas de antecedência tinha um número significativo de participantes. Fizemos muitas sessões de esclarecimento onde procurámos informar as pessoas sobre o que era a demo-



O Setubalense,
31 de março 1975

Hemeroteca da BPMS



cracia e sobre os valores pelos quais o PS se batia”¹¹. Os resultados eleitorais no Distrito de Setúbal ditaram uma esmagadora vitória dos partidos de esquerda. O PS ficou em primeiro lugar com 38,15%, obteve 143 917 votos e elegeu 7 deputados pelo Distrito para a Assembleia Constituinte. O PCP elegeu igualmente 7 deputados com 142 559 votos com 37,79%. O MDP elege também um deputado. Os partidos da extrema-esquerda tiveram todas as votações pouco expressivas no Distrito, não conseguindo eleger qualquer deputado. Destes, a força mais votada foi a FSP com 6 642 votos (1,73%). Dos partidos de direita apenas o PPD logrou eleger um deputado com 21 633 (5,73%). Ainda assim como menos votos que o MDP que obteve 22 733 votos. A representar o Distrito de Setúbal serão eleitas apenas duas mulheres. Maria Assunção Vitorino, professora, eleita nas listas do PS e Hermenegilda Rosa Pereira, operária têxtil, a representar o PCP.

O Setubalense,
19 de fevereiro 1975
Hemeroteca da BPMS

2.4. O VERÃO QUENTE DE 1975

Após as eleições para a Assembleia Constituinte a estratégia de intervenção por parte de todos os partidos políticos vai mudar. Enquanto o Partido Socialista e os partidos à sua direita veem na votação de 25 de abril a genuína expressão da vontade popular manifestada em eleições, o Partido Comunista, que ficou aquém da sua influência política e social, vai desvalorizar as eleições. Da mesma forma, os partidos à sua esquerda, ainda com maior contundência, desconsideram completamente os resultados eleitorais e apostam tudo no avanço permanente da Revolução. A diferença de leituras dos números alcançados na eleição para a Assembleia Constituinte irá generalizar a conflitualidade política nas diversas instâncias do poder militar e civil. Esta litigância ao nível das estruturas do Estado terá também reflexos ao nível da luta social e política *dos de baixo*. Nas fábricas, nos campos, nos quartéis, na comunicação social são demarcados, cada vez mais, dois campos políticos distintos: o campo da Revolução e o campo da contrarrevolução. No entanto estes campos estão longe de ser homogêneos, como veremos. Ainda não tinha passado uma semana após o ato eleitoral, na manifestação do 1.º de Maio organizada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), em Lisboa, o serviço de ordem da central sindical impedirá o cortejo do PPD de entrar no estádio 1.º de Maio. Aí pontificam figuras como Magalhães

11 Entrevista de Alberto Antunes concedida ao jornal *Setúbal na Rede* em 24 de abril de 2000.

Mota, Pinto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa. O mesmo serviço de ordem tentará, de igual modo, impedir que o cortejo do PS, onde estavam Mário Soares e Salgado Zenha, ambos membros do Governo, aceda ao estádio. Depois de alguns confrontos acabarão por forçar a entrada. No entanto, Mário Soares será impedido pelos serviços de ordem da CGTP de subir à tribuna e tomar a palavra, enquanto Álvaro Cunhal será ovacionado.

A partir do 1.º de Maio de 1975 as posições vão-se extremando progressivamente, eclodindo com grande impacto nacional e internacional, no chamado “caso *República*”.

O conflito existente no jornal *República* irá provocar a irreversível confrontação política entre o PS e o PCP¹².

Em 19 de maio de 1975, grande parte dos trabalhadores do *República* ocupa e demite a direção do jornal acusando-a de o ter transformado na correia de transmissão dos interesses do Partido Socialista.

A direção do PS responsabiliza o Partido Comunista por este episódio, acusando-o de pretender controlar o “último baluarte da liberdade de informação” existente em Portugal. A direção socialista considerava que a maior parte da informação pública (TV, rádio e jornais) era controlada pelo PCP, depois do 11 de Março. O PS vai aproveitar este incidente para extremar a sua atitude, decidindo que os seus ministros abandonarão o Governo dirigido por Vasco Gonçalves. Os ministros do PPD, dias mais tarde, solidarizam-se e saem igualmente.

O IV Governo Provisório, sem os ministros do PS e do PPD, fica numa posição muito frágil, apenas com o apoio do Partido Comunista. O Presidente da República pede ao Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, que forme novo Governo, o célebre e efémero V Governo Provisório, que se propõe continuar a ação do anterior.

Neste novo quadro político, o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático vão exigir uma partilha diferente do poder ao nível do Estado. Essa nova partilha deverá corresponder à vontade popular expressa nas primeiras eleições democráticas.

Este desacerto de pontos de vista vai ter consequências a diversos níveis. Cada vez mais a política da concertação vai ser substituída pela do confronto.

O MFA é o órgão de poder onde se repercutem, desde logo, as divergências de interpretações eleitorais.

Em 21 de junho de 1975, alguns dos Conselheiros da Revolução redigem um documento que tenta validar o que é considerado o sentido do voto expresso nas eleições de 25 de abril: “O M. F. A. definiu já, entretanto, que esse caminho será feito por via pluralista.

O pluralismo significa livre expressão e discussão de opiniões, bem como de ex-

12 O jornal *República* foi fundado em 15 de janeiro de 1911, por António José de Almeida, destacado dirigente republicano e um dos protagonistas do 5 de outubro de 1910. O periódico esteve, desde a sua fundação, ligado a figuras de relevo da Maçonaria portuguesa e teve um papel relevante de oposição ao Estado Novo. Era um jornal afeto ao Partido Socialista e em 25 de Abril era dirigido por Raul Rego, um destacado membro da Maçonaria e da direção do PS.

periências na construção da nova sociedade, em diálogo aberto e permanente com todo o povo português. O pluralismo socialista compreende a coexistência, na teoria e na prática, de várias formas e concepções de construção da sociedade socialista. O M. F. A. repudia, portanto, a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial. O pluralismo partidário, tal como consta da Plataforma de Acordo Constitucional, implica o reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas”¹³.

O documento admite a construção de uma sociedade onde exista o pluralismo partidário e repudia a *implantação do socialismo por via violenta ou ditatorial*. O Partido Socialista irá apoiar entusiasticamente este documento, classificando-o como uma espécie de *segundo programa do MFA*.

A facção do MFA mais influenciada pelo PCP e por alguns setores da esquerda radical retomarà a iniciativa ao aprovar, no início de julho, o Documento Guia Povo-MFA que consagrará as organizações populares emergentes como órgãos de poder de Estado com legitimidade própria.

O mesmo documento prevê que as Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outras organizações de base popular formassem “Assembleias Populares Locais até à Constituição da Assembleia Popular Nacional, órgão superior de participação popular”. À legitimidade eleitoral, conseguida nas eleições para a Assembleia Constituinte, opunha-se outra que previa a “participação revolucionária das massas, no sentido de se criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa perspetiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular”.¹⁴ Este documento vai provocar reações desfavoráveis por parte da facção mais moderada do MFA e também por parte do PS e do PPD. Consideram que é uma fuga em frente por parte do PCP e dos seus aliados, para aprofundarem ainda mais o seu poder no aparelho de Estado. Consideram igualmente que a possibilidade da construção de uma sociedade pluralista em Portugal foi posta em causa.

Contudo, o *Verão quente* de 75 é muito mais do que as querelas institucionais ou partidárias que se acabaram de referir. É, sobretudo, a interiorização de um *modus vivendi* em Revolução; é a constatação da precariedade de todas as instituições políticas num Portugal em que tudo havia durado tempo de mais e a emergência de outros poderes que se iniciavam, paralelos; era a desforra do cidadão comum dos anos de silenciamento a que havia sido sujeito; era a música que ecoava através dos microfones das rádios, e em particular, da Rádio Renascença, liberta do espartilho da Igreja Católica; era a ambiência da permanente possibilidade de um golpe e contragolpe; eram as manifestações de dezenas, centenas de milhares de

13 Plano de Ação Política do Conselho da Revolução, de 21 de junho de 1975. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

14 Documento Guia Povo-MFA. (DECISÃO DA ASSEMBLEIA DO MFA de 8/7/75). Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra.

MANIFESTO DOS S.U.V.

“Soldados Unidos Vencerão (SUV) é uma frente unitária anti-capitalista e anti-imperialista que aparece no momento em que a reação fascista se organiza de novo, aproveitando-se das hesitações e das divisões introduzidas no seio dos trabalhadores assim como da política dos governos que não souberam nem quiseram defender as justas reivindicações das lutas dos operários e camponeses dos quais nós, soldados, fazemos parte.

Considerando que já por diversas vezes fizemos cedências à burguesia, nomeadamente ao submetermos a nossa luta à aliança com o MFA, movimento de oficiais das Forças Armadas, que por causa das suas contradições e hesitações no passado, e de hoje estar ao serviço de elementos contrarrevolucionários, nos tem valido não só o afastamento e hostilidade de camadas importantes da população (especialmente dos nossos irmãos camponeses) como também a desmoralização de numerosos combatentes das nossas fileiras e o adormecimento perante a ofensiva reacionária dentro e fora dos quartéis, S.U.V. propõe-se levar a cabo uma ofensiva autónoma com carácter de classe.

– Para lutar por uma via democrática nos quartéis (impondo eleições e funcionamento democrático das ADU’s, a livre circulação de imprensa e propaganda operária e popular, e a realização de plenários de soldados quando e sempre que nós queiramos).

– Para lutar pela constituição de comissões de soldados, órgãos do poder dos trabalhadores fardados nos quartéis, eleitas e revogáveis a todo o momento em plenários de soldados.

– Para incentivar e aprofundar a ligação dos órgãos de poder popular (comissões de trabalhadores, conselhos de aldeia e comissões de moradores), fortalecendo o poder dos explorados através das Assembleias Populares.

– Para expulsão dos oficiais reacionários.

– Contra todas as tentativas de afastamento de militares progressistas.

– Pela melhoria das condições de vida dos soldados (contra o pré de miséria, pelos transportes gratuitos, pelo rancho comum, contra a disciplina militarista).

Soldados Unidos Vencerão (SUV) luta **COM TODOS OS TRABALHADORES** pela preparação de condições que permitam a destruição do Exército burguês e a criação do braço armado do poder dos trabalhadores: o Exército Popular Revolucionário. Sempre, sempre ao lado do povo é o nosso lema.

Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros – Unidos Venceremos.

peças a defenderem o que já se alcançara e parecia irreversível. Era também a Reforma Agrária, a Sul, e as dezenas de sedes do PCP e de outros partidos de esquerda que eram assaltadas e destruídas, no Centro e no Norte do País.

Setúbal conhecerá o *Verão quente* da forma que se acabou de referir a que vai crescer um processo de radicalização política intrínseco. *A cidade sem muros nem ameias* apresenta uma fisionomia própria, com a sua esquerda radical a ensaiar formas de coordenação do “Poder Popular”, a apoiar e a promover ocupações um pouco por todo o lado, desde habitações até a edifícios para creches, para sedes de partidos políticos ou de grupos culturais.

Filmes, exposições, sessões de esclarecimento, teatros, comícios, integram o dia-a-dia da cidade que se afirma vermelha, conforme será conhecida.

Trabalhadores em greve, trabalhadores em autogestão, sindicatos que se formam e outros que renascem sobre as cinzas do corporativismo, são o espelho de uma cidade em dinâmica revolucionária, não obstante as cautelas e os apelos à ordem

COMUNICADO DA DIREÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE SETÚBAL

Os Reacionários do VI Governo Provisório mais uma demonstraram de que lado estão. Os Fascistas do Ministério de Trabalho também mais uma vez demonstraram que defendem os patrões e não os explorados.

Assistimos neste fim de semana a barbaridades – caso da destruição da Rádio Renascença pelo Agrupamento Militar Independente (AMI) – barbaridades estas que nem sequer caberiam na cabeça de Pinochet.

Alguns Fascistas do Conselho Superior da Revolução querem construir o Socialismo destruindo o que é do Povo.

Alguns Fascistas do Conselho Superior da Revolução estão camuflando o inquérito do SUPER-PIDE, tenente-coronel Ferreira da Cunha.

CAMARADAS!

O ex-Ministério de Trabalho – o atual Ministério das Corporações – meteu o nosso Contrato Coletivo de Trabalho Vertical no caixote do lixo, marimbando-se para as justas reivindicações do nosso Setor.

CAMARADAS!

A HORA DE COMBATE CHEGOU!

FORA COM OS FRANQUISTAS E PINOCHET DO VI GOVERNO PROVISÓRIO!

O atual Ministério das Corporações vigarizou o assinado em 28/10/75, pondo-se decididamente ao lado dos seus amigos, que são o PATRONATO.

O Setor da Construção Civil, com tomada das empresas e paralisação total do trabalho no próximo dia 10/11/75, vai mostrar a todos os Fascistas do VI Governo Provisório que, com o Povo, não se brinca. Apela-se para todos os Delegados Sindicais para que estejam em permanente contacto com o Sindicato, pois poderá ser que de um momento para o outro novas formas de luta tenham que ser tomadas.

Mais se apela para que ninguém abandone os seus postos de trabalho, tanto de dia como de noite, formando-se para isso piquetes dentro das empresas.

VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA!

CONTRATO VERTICAL PARA A RUA, JÁ!

SALÁRIOS DE FOME, Não!

A DIREÇÃO

O Setubalense, 12 de novembro de 1975.



Teatro Sobe e Desce.¹⁵

Foto de Joaquim Canelas

do PCP, o seu maior partido que, no entanto, se via numerosas vezes ultrapassado e impotente, incapaz de acompanhar a pedalada de um movimento de massas pouco admirador dos limites que aquela força partidária tentava impor-lhe.

Apesar de tudo isto o PCP, não obstante os resultados eleitorais, vai manter intacta a sua capacidade de intervenção social e política continuando com

¹⁵ O Sobe e Desce foi fundado em abril de 1975. Quarenta pessoas ocuparam um armazém devoluto na Rua Jacob Queimado, onde montaram a sala de espectáculos.

APOIO ÀS RESOLUÇÕES DO MFA E AO PRIMEIRO-MINISTRO VASCO GONÇALVES

Disse a vogal senhora Dr.^a Maria Odete dos Santos Costa que após os graves acontecimentos dos últimos dias da semana finda entendia que esta Comissão Administrativa devia manifestar expressamente a sua solidariedade para com as resoluções tomadas pela Assembleia do MFR e a sua inteira confiança no General Vasco Gonçalves.

Dentro deste pensamento propunha que ao Conselho Superior da Revolução ao senhor Presidente da República, ao senhor Primeiro Ministro e à Quinta Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas fossem enviados telegramas do seguinte teor:

Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal sessão pública vinte e um julho manifesta total apoio e adesão decisões históricas Assembleia MFA.

Mais apoia Conselho Superior Revolução, Presidente República, Primeiro Ministro Vasco Gonçalves repudiando afirmações caluniosas recentemente proferidas. Passando caminho socialismo Governo revolucionário Comissão Administrativa manifesta total confiança Primeiro Ministro superação crise política”.

Referindo-se à exposição há dias feita pelo senhor General Vasco Gonçalves, perante a Assembleia do MFA disse a vogal senhora Doutora Maria Odete dos Santos Costa que como nesse notável documento se esclarece o capitalismo não se apresenta apenas sob a forma de fascismo. Com o “vinte e cinco de Abril”, tinha sido tomada uma frente antifascista mas não anticapitalista. Só o avanço da Revolução tinha vindo a clarificar esta distinção.

A recente crise corresponde a uma luta de classes que se iria agudizar até se atingir a solução final. Tivera agora a sua expressão máxima na manifestação organizada no último sábado pela cúpula do Partido Socialista. Os dirigentes deste Partido pretendem separar o MFA do povo, arrastando o País para uma tragédia mas a crise do último fim-de-semana foi superada.

Após as considerações feitas pela vogal senhora Doutora Maria Odete dos Santos Costa foi deliberado por unanimidade, enviar os telegramas a que já se fez referência.

Ata da CA da Câmara Municipal de Setúbal, 21 de julho de 1975

uma presença significativa não só no movimento social, mas também ao nível do aparelho de Estado. De resto, a indigitação de Hélder Madeira para Governador Civil representa um reforço dos comunistas ao nível do Estado.

Durante este período o PCP vai colocar a sua força social e política distrital, ao serviço dos governos provisórios e do MFA. Vai ser, ainda que as bases o ultrapassem por vezes, um partido institucional, com poder, com um aparelho que se vai reforçando, e com um discurso que por vezes não é consentâneo com o que os seus militantes dele esperam, apodando de contrarrevolucionários todos aqueles que desobedecem à linha por ele traçada, considerada como a única linha justa. O partido inequivocamente antifascista vai ser também o partido inequivocamente anti-esquerdista, colocando travões a todas as lutas que lhe saiam fora do controlo. Mas a Setúbal do Verão de 75 é um osso duro de roer: É a Setúbal das Comissões de Moradores que não cedem um milímetro nas suas reivindicações; é a Setúbal da luta pelos 500 escudos por assoalhada que vai alastrando; é a cidade em que *O Setubalense* escreve na primeira página: “A hora é de luta - Vamos olear as espingar-

das”; é a Setúbal do Comité de Luta que integra comissões de soldados e que preconiza organizar e armar o poder popular; é a cidade que contesta espontaneamente a vinda de um Bispo aquando da fundação da Diocese.

E se a vivência de Setúbal no PREC, e particularmente no seu Verão quente, se inscreve no quadro geral de uma revolução em marcha, ela não deixa de ter um carácter singular. O 25 de Abril, e os intensos dezanove meses que integram o PREC português, vão configurar, para a direita, aquilo a que Fernando Rosas chama “o grande susto dos que se tinham habituado a ver o mundo a seus pés”¹⁶.

2.5. O 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Como já anteriormente foi referido, em 1975 o Verão não terminou em Portugal com o equinócio do outono. Pelo contrário. Nos meses de setembro, outubro e novembro o termómetro político terá subido a níveis improváveis. O País radicalizava-se. Setúbal, a capital da utopia, ascendia ao topo da radicalização. Dois grandes blocos, não homogéneos, preenchiam o espaço político não deixando margens para hesitações ou contemporizações: de um lado o PCP e a esquerda radical e do outro o PS com a direita atrelada e assustada. Ou, por outras palavras, de um lado os que pretendiam manter e, no caso da extrema-esquerda, acelerar o processo revolucionário, e do outro os que pretendiam a regressão e amenização da temperatura política.

Estamos perante uma situação de indefinição, de permanente instabilidade, de atmosfera que antecipa a ocorrência de um golpe a qualquer momento, de intimidade com o improvável que pode acontecer; estamos no cimo de um vulcão cuja atividade tem consequências imprevisíveis: ou rebenta de lava incandescente provocando um terramoto, ou amaina e regressa a uma aparente tranquilidade com o poder a gerir e controlar as instituições que lhe haviam fugido na vaga de entusiasmo que a libertação provocara. De facto, na análise destes meses incertos, não pode esquecer-se que passara apenas um ano sob o fim da ditadura.

Alguns dias antes do 25 de Novembro, o País havia assistido ao cerco à Assembleia da República e ao sequestro dos deputados.

Em concomitância com esta ação, em Setúbal, também uma manifestação convocada e liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil cerca a delegação do Ministério do Trabalho exigindo a aprovação da contratação coletiva. A manifestação prolongar-se-á pelos dias 12, 13 e 14 de novembro. O delegado do Ministério do Trabalho, Ferreira Bastos, não cumprirá a ordem de encerramento das instalações, mantendo-se ao lado dos trabalhadores.

De acordo com as declarações de um dirigente do PSD, nas noites de 23 e 24 de novembro, uma parte das armas do quartel do R.I. 11 foi levada para o posto da Polícia de Segurança Pública. Quem quer que fosse que as tivesse levado conside-

16 Fernando Rosas, “Notas para um debate sobre a revolução e a democracia”, *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. Raquel Varela, Bertrand Editora, Lisboa, 2012, pg. 267.

rava que as armas estariam mais seguras no posto da Polícia do que no Quartel, afastando a possibilidade de alguns militares virem a distribuí-las à população ou a partidos da esquerda radical.

No dia 25 de Novembro os militantes locais da esquerda revolucionária seguiram o guião da resistência ao que consideravam o “golpe fascista”. Dezenas de populares concentraram-se junto ao quartel do 11 a pedir a distribuição de armas.

O Comité de Luta estabelece contactos constantes com a Comissão Administrativa da Câmara, propondo formas de articulação e resistência. O mesmo Comité reunirá durante todo o dia 25 e início de 26 de novembro.

Apesar dos militantes do PRP e da LUAR deterem algumas dezenas de armas não irão tomar a iniciativa de as distribuírem nem aos elementos mais radicalizados do Comité de Luta, nem aos sectores populares que influenciavam.

São feitos apelos retóricos ao armamento da população. São exercidas pressões sobre a oficialidade e alguns soldados do Regimento de Infantaria local no sentido da distribuição das armas disponíveis à população. Ensaiam-se articulações com outros pontos do Distrito que não se concretizam. Esperam-se instruções de Lisboa para avançar. A espera eterniza-se e as ordens não chegarão.

As forças que se articulavam em torno do Comité de Luta haviam conseguido, de forma audaz, noutras situações, ter iniciativa política. No 25 de Novembro, contudo, estiveram sempre numa posição de prudente expectativa, ou, pelo menos, ficaram surpreendidos pela iniciativa do “inimigo” que os colheu, intimidou e paralisou.

Durante o 25 de Novembro, as forças militares leais aos executores do golpe não tiveram uma presença na cidade de Setúbal que limitasse ou diminuísse a intervenção do Comité de Luta e de outras forças sociais e políticas presentes no terreno. Esta opção de não trazer tropas para o terreno deveu-se certamente à estratégia de evitar confrontos num ambiente que se sabia hostil. De facto, ou por falta de forças militares, utilizadas preferencialmente em Lisboa, ou pelo temor que na “cidade vermelha” a relação de forças lhes fosse desfavorável, optaram por manobras de intimidação, utilizando meios aéreos.

Os voos rasantes por parte dos F16 e a utilização de helicópteros, particularmente sobre o edifício da CMS onde se encontrava reunido o Comité de Luta, sobre as instalações do jornal *O Setubalense* e pela casa onde se encontrava sedeadada a Rádio Pirata do PRP, surtiram efeito, conseguindo condicionar a ação dos partidos de extrema-esquerda.

A convicção de Fátima Brinca era a de que os governantes e os militares “acreditavam que este movimento era muito maior do que realmente chegou a ser. E isso assustou um bocado os governantes deste país, de tal maneira que quando foi declarado o Estado-de-Sítio, Setúbal foi a única cidade do País que não obedeceu. Tanto assim que saiu *O Setubalense* para as bancas ao mesmo tempo que os aviões militares faziam razias ao terraço do jornal, convencidos de que se estava perante



O Setubalense, 26 de novembro de 1975. Edição elaborada durante o estado-de-sítio.

Hemeroteca da BPMS

um grande movimento de massas”¹⁷. Fernando Ribeiro, um dos responsáveis da “Rádio Voz da Revolução”, considera, no que diz respeito ao PRP, que o que não funcionou foram os canais de comunicação. Tal facto terá impedido que tivesse havido uma resposta coletiva. Por isso, no último momento falharam “as comunicações entre os operacionais do PRP que há meses se vinham preparando para responder com armas à força das armas”.¹⁸ A desarticulação da resistência feita pelos militares incidiu, no fundamental, sobre os militantes do PRP, que a partir desse dia foram entrando na clandestinidade de acordo com o seu maior ou menor envolvimento nos acontecimentos. Foi o caso de Fernando Ribeiro que conta que foi avisado por setores da esquerda revolucionária de que estaria a ser procurado pelos militares dadas as suas responsabilidades na rádio: “Passava pouco das três da tarde quando decidimos sair de Setúbal e foi nessa altura que ouvimos helicópteros a sobrevoar a casa. Como receava que nos prendessem saí de casa e da cidade e, pelo que sei, os outros também saíram”¹⁹. As instalações da rádio do PRP foram depois arrombadas pelos militares e o material utilizado foi confiscado. Também outras organizações da extrema-esquerda, como a FSP e o MES, aconselharão a passagem à clandestinidade dos seus dirigentes locais. João Bárbara, dirigente do MES em Setúbal, contou-nos que uma parte deste partido se refugiou no sótão da avó de um dos militantes, onde estiveram poucos dias na clandestinidade²⁰. Outros militantes, que perceberam a mudança radical da conjuntura, procuraram espaços políticos diversos, mais condicentes com os novos tempos. Para alguns destes ativistas, Setúbal tinha condições e estava preparada para resistir ao 25 de Novembro. Foi essa convicção que esteve na base das palavras de ordem que aparecerão n’O Setubalense - “Armas para o povo já” - e nos apelos emitidos pela Rádio Voz de Setúbal para a mobilização e o armamento dos trabalhadores, desafiando as determinações impostas pelo Estado-de-Sítio. Alguns apontam o dedo ao PCP pela falta de empenho em ter mobilizado os trabalhadores para resistir: “A nossa ideia era contar com toda a gente particularmente com o PCP que tinha um enorme ascendente junto dos trabalhadores.

17 Entrevista de Fátima Brinca concedida ao jornal *SetubalnaRede*, 28 de agosto de 2000.
 18 Entrevista de Fernando Ribeiro concedida ao jornal *SetubalnaRede*, 4 de dezembro de 2000.
 19 *Idem. Ibidem.*
 20 Entrevista concedida por João Bárbara, em 2 de maio de 2016.

Para combater a direita do que precisávamos era exatamente da movimentação popular e isso poderia ter sido conseguido através da mobilização dos militantes do PCP”²¹.

Uma apreciação incorreta da conjuntura política por parte da maioria dos partidos da esquerda radical vai também contribuir para o afastamento da ação cívica e política de determinados sectores do movimento popular.

Ir-se-á assistir a uma desmobilização das CMs: “começaram a desistir alguns, houve uma camarada que quando veio o 25 de Novembro disse: “Eu estava a trabalhar para o regime socialista mas agora vem o regime fascista e eu vou-me embora”. Houve assim um certo desfasamento”²².

A desmobilização acarretará o esmorecimento das lutas: “A partir do 25 de Novembro todas as comissões foram abaixo. O apoio que tinham da parte do COPCON, da Câmara, das Freguesias, de todos os lados acabou, não podemos agora contar, e as comissões desmobilizaram”²³.

Apesar da leitura apocalíptica do 25 de Novembro feita pela maioria dos partidos de extrema-esquerda que consideravam que se tinha iniciado um processo de fascização do regime, e do objetivo enfraquecimento que o chamado “poder popular” vai acusar, o 25 de Novembro esteve longe de destruir as formas autónomas de organização existentes em Setúbal.

Durante o resto do ano de 1975 e mesmo durante o ano de 1976 não assistimos a uma rendição do movimento social.

De destacar a ligação da cidade/campo que continuará a exercer uma função muito ativa ao nível da solidariedade com a Reforma Agrária.

As CMs, em articulação com o processo SAAL, ainda que prescindam de uma atividade política mais direta, continuarão a estar mobilizadas e conseguirão construir algumas centenas de fogos resolvendo o problema habitacional de uma parte das populações mais carenciadas.

O movimento sindical permanecerá praticamente incólume, do ponto de vista da sua capacidade de intervenção e mobilização.

3. O 7 DE MARÇO DE 1975 – FOI NA CIDADE DO SADO...

O 11 de Março em Setúbal começa a 7. Os acontecimentos decorrentes do boicote a um comício do PPD marcado para o dia 7 de março iniciarão um dos períodos mais conturbados na cidade de Setúbal nos dezanove meses da Revolução. Por isso analisá-lo-emos com o detalhe que a economia desta investigação permite.

21 Entrevista de Fernando Ribeiro. *Idem. Ibidem.*

22 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da classe média. Dows. *Op. Cit.* p. 104.

23 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da classe média. Dows. *Op. Cit.* p. 108.

*“Foi na cidade do Sado / No Pavilhão do Naval
Havia uma bronca armada / pelas bestas do capital.*

*Aos sete do mês de março / Quinta-feira já se ouvia
Dizer à boca calada / Que o PPD era a CIA.*

*Uma tarjeta laranja / Convite ao povo fazia
Venham todos ao comício / da Social Democracia.*

*Eram talvez quatrocentos / Gritando a plenos pulmões:
Abaixo o capitalismo / Não queremos mais tubarões”²⁴.*

Esta será certamente uma das canções menos conhecidas da discografia de José Afonso. Constitui um relato cronológico que segue de perto e descreve um dos episódios mais violentos ocorridos em Setúbal durante o período do PREC que opõe a esquerda radical à direita política e à Polícia de Segurança Pública.

Esta canção do “Zeca” ilustra também, de uma forma particular, o seu empenho militante e a sua ação e intervenção políticas na cidade de Setúbal.

Ilustra, de igual modo, a forma como se assumia como *compagnon de route* dos jovens da esquerda revolucionária.

Atente-se na continuação do registo da canção feita no rescaldo dos acontecimentos de 7 de Março de 1975:

*“Lá dentro sessenta manos / do PPD exibiam
Matracas e armas de fogo/ E o mais que os outros não viam.*

*A um sinal combinado/ Já quente a polícia vem
Arreia, polícia arreia/ Que o Totta Açores paga bem.*

(...)

*Cai morto João Manuel/De nascimento Algarvio
Dezoito já eram feridos/ Ficou o Naval vazio”²⁵.*

No dia 5 de março de 1975 o jornal *O Setubalense* publicitava em anúncio pago “PPD – Grande Comício em Setúbal”. O evento deveria ocorrer no Pavilhão do Naval Setubalense e teria a presença, como figura central, de Magalhães Mota, um dos fundadores do partido e também Ministro sem pasta do Governo Provisório²⁶.

Face a este anúncio, os círculos da esquerda revolucionária (PRP-BR, LUAR, FEC –

²⁴ “Viva o Poder Popular”, letra popular, música José Afonso, edição LUAR, reedição da Associação José Afonso, Setúbal, 2013.

²⁵ *Idem, Ibidem.*

²⁶ *O Setubalense*, 5 de março de 1975. Seriam ainda oradores Santos Silva e Carlos Macedo. Paulo Valdez da juventude local do PPD, seria outro dos oradores.

ml e FSP) iniciam também uma convocatória informal com o objetivo de boicotar o Comício do PPD e constituem mesmo uma Frente Anti Fascista (FAF), que assinou o comunicado à população, com o objetivo de boicotar o comício.

O comício, publicitado para a sexta-feira seguinte, não chegou a realizar-se.

Muito antes da hora marcada para o início da sessão, começa a concentrar-se grande número de pessoas à porta do Pavilhão do Naval, gritando “Abaixo o PPD”, “Morte ao PPD”, “Abaixo o capitalismo”, “Viva o comunismo”.

Num segundo momento os contramanifestantes entram para o interior do Naval.

O confronto é inevitável. A PSP tinha preparado esta intervenção, tendo sido reforçada por um pelotão proveniente de Almada.

Os elementos da PSP entram no interior do sala com o intuito de dispersar o grupo que se opunha à realização do comício, conseguindo depois de alguns confrontos evacuar o recinto.

No entanto, esta intervenção vai ainda acirrar mais os ânimos e às palavras de ordem contra o PPD juntam-se agora outras contra a polícia.

Mais tarde, por volta das 23,30, a polícia irá disparar rajadas de metralhadora da sua sede sita na Avenida Todí, coincidindo esta ação com a saída do cinema, situado do outro lado da avenida. Destes incidentes vão resultar cerca de duas dezenas de feridos, e um morto, um jovem que acabava de sair do Grande Salão Recreio do Povo.

3.1. AÇÃO DE INDIGNAÇÃO CONTRA A PSP

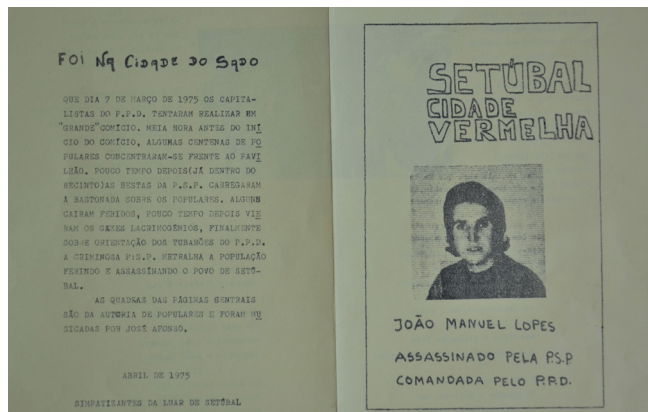
A intervenção violenta da polícia vai provocar na população uma onda de indignação contra a PSP, permitindo que os partidos da esquerda radical promovam e reforcem a mobilização popular. Serão feitos apelos ao cerco da esquadra da polícia e às Forças Armadas para que intervenham. Uma delegação da esquerda irá ao quartel do 11, pedindo à tropa que atue, pedido que não é inicialmente aceite pelo comandante.

A intervenção das Forças Armadas, através do COPCON, far-se-á, contudo, mais tarde, pelo envio de tropas dos Fuzileiros, da Escola Prática de Artilharia de Ven-



Cartaz do Comício do PPD de 7 de Março de 1975 que não chegou a realizar-se.

Foto de Fernando Pinho.



Panfleto da LUAR.

Arquivo Jorge Luz

A presença dos militares é vista de uma forma contraditória. Objetivamente, estes vão funcionar como uma força de interposição entre os manifestantes e a polícia, evitando que a esquadra fosse assaltada.

Mas os manifestantes viram também a presença das tropas enviadas pelo COPCON como seus aliados contra a polícia. De resto, a polícia havia recusado a entrega das armas aos militares. Ricardo Botas, oficial miliciano no Regimento de Infantaria 11, e que terá chamado os primeiros reforços militares, lembra que: “os polícias não foram castigados mas apanharam uns bons safanões. Cerca de duas horas depois de termos tomado conta da esquadra, chegaram reforços com o pessoal da Marinha e com unidades blindadas. Durante a madrugada a polícia foi tirada de dentro da esquadra mas, por seu lado, o número de manifestantes tinha engrossado. Os militares fizeram um corredor para que os polícias passassem mas os manifestantes pressionaram o corredor, pelo que os polícias ainda apanharam uns pontapés. Lembro-me perfeitamente que alguns militares também fizeram o gosto ao dedo”²⁷.

3.2. DIFERENTES LEITURAS DOS ACONTECIMENTOS

As leituras divergentes feitas pelos diversos protagonistas ajudar-nos-ão a perceber melhor os acontecimentos. A intervenção da polícia é considerada excessiva por parte de quase todos os atores políticos à exceção do PPD e do PS. O primeiro partido a pronunciar-se sobre os incidentes vai ser o PPD. Às 5 da manhã de dia 8, a sua Comissão Política Distrital lança um comunicado, responsabilizando, em tom dramático, os elementos da extrema-esquerda pelo sucedido: “Estamos na nossa sede de Setúbal e à angústia que sentimos ao vermos as nobres intenções dos valorosos capitães de Abril tão vilmente atingidas, junta-se a dor de que estamos a ser possuídos ao sabermos que a desgraçada iniciativa, daqueles que poderão ser os covéis da democracia portuguesa, já fez vítimas”²⁸.

Ainda na manhã de sábado, a Comissão Concelhia do PCP divulgou um primeiro

²⁷ Entrevista de Ricardo Botas, oficial miliciano no Quartel do 11. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op.Cit.* vol. 1 p. 211.

²⁸ Comunicado da Comissão Política Distrital do PPD de 8 de março de 1975.

comunicado acusando “grupos de provocadores de se atirarem contra as forças policiais”.

O PCP não deseja ser confundido com os partidos que boicotaram o comício: “Os métodos de trabalho do Partido da classe operária, o PCP, nada têm a ver com os métodos arruaceiros, provocatórios e irresponsáveis”²⁹.

O Partido Comunista critica igualmente a atuação da polícia não só por ter “disparado rajadas sobre o povo” mas também por não ter prendido “os provocadores” no pressuposto de que deveria “pedir-lhes contas pelos seus atos”³⁰.

Para o Partido Socialista estes acontecimentos enquadram-se nas ações promovidas pelos “agrupamentos extremistas”, que fomentariam a insegurança, com o “objetivo de impedir a realização de eleições para a Assembleia Constituinte”.

A secção de Setúbal do MDP/CDE centra a sua condenação na intervenção da polícia: “A metralha que caiu sobre Setúbal, por muito que se diga que ela visava apenas pretensos provocadores, manifesta um estado de espírito marcadamente, contra o qual nos devemos prevenir ainda, mais uma vez, vigiando, organizando, lutando”³¹.

Por sua vez, o núcleo de Setúbal do MES responsabiliza o PPD e a PSP pelo ocorrido: “Houve de facto à boa maneira fascista uma atitude provocatória da parte do PPD, onde aliás se acoitam elementos notoriamente fascistas que ainda há um ano militavam na Ação Nacional Popular (ANP), Legião Portuguesa (LP), Mocidade Portuguesa (MP)”³².

Também o núcleo da UDP de Setúbal toma posição: “A polícia de choque alugada pelo PPD massacrou com cassetetes e gases lacrimogéneos vários companheiros”³³. Num outro comunicado acaba por exigir “a dissolução imediata das polícias fascistas PSP e GNR”³⁴.

A LUAR considera que “houve na realidade uma expressão maioritária e popular que sob a palavra de ordem “morte ao capitalismo” se opôs à realização do anunciado comício do PPD, expressão esta que devia ser aceite pelos promotores da sessão”³⁵.

Para *O Setubalense* que, de alguma forma, se constitui como porta-voz dos contra-manifestantes, o boicote ao comício do PPD era a prova de que o povo rejeitava a direita e queria a revolução socialista. Esta ação deveria constituir-se como um exemplo de intervenção para os militantes revolucionários de outras localidades.

29 Comunicado da Comissão Concelhia do PCP de 9 de março de 1975, reproduzido no jornal *O Setubalense* de 10 de março de 1975

30 *Idem, Ibidem.*

31 Comunicado da Secção de Setúbal do MDP/CDE, reproduzido no *Notícias de Setúbal* de 15 de março de 1975.

32 Comunicado do núcleo de Setúbal do MES, reproduzido no *Notícias de Setúbal* de 15 de março de 1975.

33 Comunicado do núcleo da UDP de Setúbal, reproduzido no *Diário de Lisboa* de 10 de março de 1975.

34 *Idem, Ibidem.*

35 Comunicado da LUAR, reproduzido no *Diário de Lisboa* de 10 de março de 1975.

O *Notícias de Setúbal*, jornal da Igreja Católica, através de um artigo do seu diretor, Mário Moura, condena as três formas de violência que terão ocorrido. A violência policial, a violência política dos que se opuseram à realização do comício a dos que de uma forma oculta instigaram também à violência por não se conformarem: “com a ideia de perder privilégios de muitos anos”.³⁶

Para Vitor Zacarias, Presidente da CA, a situação vivida em Setúbal é o reflexo de “uma verdadeira escalada que se vem verificando na vida política nacional”. Sem explicitar culpados acaba por afirmar que “Além do mais há a comentar que a cidade de Setúbal tivesse sido eleita para nela se desenrolarem incidentes a que só foi possível pôr termo com a intervenção das Forças Armadas”³⁷.

A leitura dos comunicados das diferentes forças políticas e sociais é bastante elucidativa. Em relação aos partidos há três posições distintas.

3.3. A TESE DA CONSPIRAÇÃO. LIGAÇÕES COM O 11 DE MARÇO?

O 7 de Março em Setúbal é visto por vários sectores da esquerda como estando associado a uma conspiração mais vasta, preparada para inverter o curso revolucionário iniciado em Abril de 1974.

A maioria das pessoas que entrevistámos, ligadas ao boicote do comício, continua convicta de que se tratou de uma provocação orquestrada entre sectores do PPD, polícia e elementos pró fascistas que queriam fazer regredir a revolução.

De resto, esta perspetiva é clara nos comunicados das organizações da esquerda revolucionária após os acontecimentos de 7 de março.

Um dos participantes da conferência de imprensa no Círculo Cultural afirma que, antes de ir para o comício, “um polícia de nome Coelho” lhe havia dito “não vás, porque a polícia tem ordem para disparar sem qualquer problema”³⁸.

Não são só as organizações que promoveram o boicote ao comício que defendem esta perspetiva. Há outras forças sociais e políticas que o fazem.

O *Diário de Lisboa* é o primeiro a suscitar esta questão logo em 8 de março, afirmando que a realização do Comício do Partido Social Democrata teria sido “o pretexto para o desencadear de uma série de acontecimentos de extrema gravidade que parecem enquadrar-se numa manobra mais vasta que ultrapassa em muito aquilo que foi considerado, à primeira vista, como, apenas, mais um boicote a um comício”³⁹.

O PCP, não obstante a sua posição inicial, vai trazer vários argumentos para sustentar a tese de que foram “a reação e os seus aliados” os responsáveis por terem desencadeado esta manobra provocatória: “Há motivos sérios para pensar que alguns elementos da PSP, de conluio com a reação, organizaram deliberadamente

³⁶ *Notícias de Setúbal*, 15 de março de 1975.

³⁷ Intervenção de Vitor Zacarias. Ata da reunião da CA da CMS de 10 de março de 1975.

³⁸ *O Setubalense*, 12 de março de 1975.

³⁹ *Diário de Lisboa*, 8 de Março de 1975.

INTERVENÇÃO DE FRANCISCO LOBO NA MANIFESTAÇÃO DE 12 DE MARÇO DE 1975

Viam-se bandeiras do P.C.P., P.S.P. e MDP/CDE, além de muitos dísticos com frases alusivas, assim como “Fuzilamento aos traidores”, “O Povo tem direito aos traidores fuzilados”, “Pena de Morte aos reacionários”. “Abaixo a reação”, etc...

Em primeiro lugar usou da palavra Francisco Rodrigues Lobo da C.A da Câmara de Setúbal, dizendo: “A reação mais uma vez não passou. Também anteriormente Setúbal, terra muito procurada pelos reacionários para a sua ação destruidora, viu morrer um militante que tentava travar a sua escalada, e muitos outros feridos. Também já anteriormente mostrou a raiva de que é investida, tirando a placa duma rua que no dia anterior passava a perpetuar a memória de um homem notável desta terra, Jaime Rebelo, o «homem da boca cerrada». Mas o tempo repõe as coisas nos seus devidos lugares e hoje e não podem mais restar dúvidas quanto às intenções daqueles que tentam reter o passo à democratização deste país com calúnias e as mais obscuras intenções à luta aberta e ao terror. Eles voltarão, fomentando dificuldades económicas e desemprego, situações possivelmente a enfrentar. É preciso neutralizar os fascistas, desencapotar os falsos democratas e aumentar a vigilância. A reação não passou, a reação não passará.

O Setubalense, 14 de março de 1975

as cenas de tiroteio, disparando friamente contra os populares”⁴⁰.

Quem deu ordem de fogo permitindo que a PSP disparasse contra a população indefesa “ferindo a torto e a direito, encurralando pessoas que saíam pacificamente do cinema”? pergunta o PCP. Como se explica que a primeira página do jornal *Expresso* de 8 de março “publicado meia dúzia de horas depois dos acontecimentos também já soubesse de tudo”?

Todas estas dúvidas levam à conclusão de se ter estado em presença de um “conluio provocatório a que elementos do PPD e alguns elementos fascistas da PSP não são alheios”⁴¹.

Enquanto no 1.º comunicado a ênfase é colocada nos métodos dos arruaceiros irresponsáveis da esquerda radical, num segundo comunicado, bastante bem elaborado, enfatiza-se o conluio entre a polícia e o PPD.

Como já vimos, também a canção de Zeca Afonso estabelece a ligação entre o 7 e o 11 de Março: “Aos onze do mesmo mês/ às onze horas do dia/ Enquanto João passava/ Enquanto João jazia.

Perspetiva diferente defende Paulo Valdez, atual dirigente do PSD, que na altura seria o jovem orador do comício no Pavilhão do Naval.

“A única provocação que houve era nós existirmos”.

Nega a existência de qualquer provocação ou qualquer ligação aos sectores que quisessem desestabilizar a situação política. Sustenta que a maior parte dos militantes do PPD de Setúbal eram estudantes, elementos da classe média (professo-

⁴⁰ Comunicado da Comissão Concelhia do PCP de 9 de março de 1975.

⁴¹ *Idem, Ibidem.*

INTERVENÇÃO DE ODETE SANTOS NA MANIFESTAÇÃO DE 12 DE MARÇO DE 1975

«Acabámos de viver uma inesquecível jornada, mas a reação, qual víbora peçonhenta, não está morta. É preciso, imperioso e urgente, esmagar-lhe de vez a cabeça. O 28 de Setembro não foi suficiente, a reação continua à espreita, construindo intrigas, tecendo teias onde nós iríamos cair sem apelo nem agravo, se não fosse a resposta pronta do MFA, a resposta do povo português. (...). Esta campanha reacionária que agora se desenha com nitidez e da qual todos estamos já convencidos, tinha como finalidade se o golpe desse resultado, essa minoria de criminosos surgiria como salvadora do país. O general António de Spínola queria tornar-se um novo Salazar, que criou à volta de si o mito do salvador. Mas a esses oficiais traidores, caiu-lhes finalmente a máscara. O discurso de renúncia do general Spínola, após o 28 de Setembro, indicava já quais eram as suas verdadeiras intenções. Muita gente não acreditou, mas agora devem estar convencidos. A máscara caiu e na sua cara, como em tantas outras, não há mais nada senão o esgar de ódio e de sangue.

O Setubalense, 14 de março de 1975

res, médicos, bancários) que tinham gosto pela intervenção política e que em Setúbal essa intervenção era muito condicionada pela esquerda”⁴². Lembra que durante todo o período após o 25 de Abril toda a propaganda partidária afixada era destruída de imediato: “passámos a ter que colar os cartazes depois da meia-noite para que se aguentassem pelo menos um dia”⁴³.

Um outro interveniente nos acontecimentos do 7 de Março, por nós entrevistado, Pedro Nunes, está convicto de que “existiam ligações entre os sectores spino-listas e o PPD”⁴⁴. Este interveniente, ainda hoje militante do PSD, refere que vários elementos do PPD local se teriam oposto ao comício em Setúbal porque temiam a confrontação. Nesta versão “o comício teria sido imposto por Lisboa”, sendo que, depois, os oradores nem chegaram a aparecer”⁴⁵. Este facto seria a prova de que se pretendia provocar os elementos da esquerda revolucionária. Não dispomos de elementos suficientes para afirmar de forma inequívoca que o 7 de Março sucedeu na sequência de um conluio entre as forças golpistas do 11 de Março e alguns elementos da polícia.

Nesta perspetiva tratar-se-ia de criar um ambiente de confrontação e instabilidade políticas que propiciaria o golpe que viria a suceder quatro dias depois.

Entre a tese de um boicote feito por elementos da esquerda revolucionária na turbulência dos dias que corriam e a tese de uma provocação da direita, acolitada pela polícia, subsiste, pois, um mar de dúvidas. O que é inegável é que grande parte dos protagonistas da época relaciona estes dois acontecimentos. Todos os partidos políticos, excetuando o PPD e o PS estabelecem relações de causalidade entre os dois factos históricos.

42 Entrevista concedida por Paulo Valdez em 9 de abril de 2014.

43 *Idem, Ibidem.*

44 Entrevista concedida por Pedro Nunes, em 11 de abril de 2014

45 *Idem, Ibidem.*

O “rigoroso inquérito” apara apurar as responsabilidades dos graves incidentes ocorridos em Setúbal, prometido pelo Governo Provisório, acaba por ser realizado pelo EMGFA.

As respetivas conclusões incriminam os grupos da esquerda radical na ação do boicote ao comício do PPD e ilibam a atuação da PSP.

Os sectores da esquerda revolucionária nunca se conformaram com as conclusões deste inquérito.

O Secretariado de Setúbal da FUR repudia o relatório do EMGFA sobre os acontecimentos do 7 de Março. Considera que foi um “relatório forjado à pressa pelo EMGFA”.

O Comité de Luta, em conjunto com as organizações que integram a FUR, decide fazer um “Inquérito Popular” aos acontecimentos do 7 de Março que acabará por não se concretizar.

O próprio inquérito ao 11 de Março também ficou incompleto, porque a vitória do 25 de Novembro o tornou imprestável à luz da nova conjuntura política.

Daniel Proença de Carvalho, advogado de vários militares golpistas, presos a seguir ao 11 de Março, pugnando pela libertação dos seus clientes, refere em requerimento dirigido aos Promotores de Instrução do Processo: “Em 11 de março os requerentes tentaram apenas, infelizmente em vão, levar a cabo a tarefa que os seus camaradas agora vitoriosos conseguiram obter. Eis porque não compreendemos como se mantêm presos os requerentes. Espere-mos que se investigue em profundidade as origens do 11 de Março, porque talvez se encontrem entre os revoltosos do 25 de Novembro os verdadeiros autores do 11 de Março”⁴⁶.

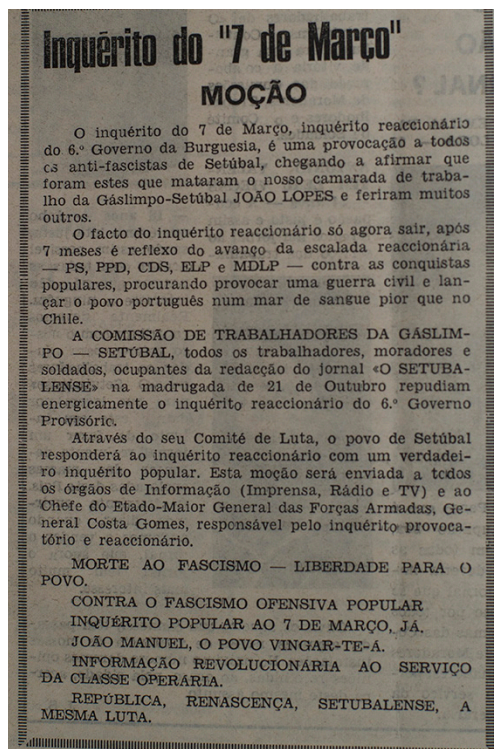
Numa nota final sobre o inquérito ao 11 de Março os autores do *Livro Branco da 5ª Divisão* explicam o fim desta história: “Todos os militares implicados no golpe contrarrevolucionário de 11 de Março de 1975, foram reintegrados, indemnizados, beneficiaram da legislação especial e muitos foram promovidos ao generalato por escolha do Conselho da Revolução”⁴⁷.

Reintegrados, indemnizados, promovidos ao generalato. Numa palavra, vencedores. A investigação em profundidade do 11 de Março ficou por fazer.

E com essa lacuna, lá atrás, ficou pendurado, num cabide da História e também por aprofundar o inquérito ao 7 de Março.

46 Requerimento do advogado Proença de Carvalho aos Promotores de Instrução da Comissão de Inquérito aos acontecimentos de 11 de Março de 1975. *Livro Branco da 5ª Divisão (1974-1975)*, Livraria Ler Editora, Lisboa, 1984, pp.317 e 318.

47 *Idem, Ibidem*. p.324.



Resposta do Comité de Luta ao Relatório do Estado-Maior-General das Forças Armadas sobre os acontecimentos de 7 de março.

RELATÓRIO DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS SOBRE OS ACONTECIMENTOS DE 7 DE MARÇO

Sobre os acontecimentos registados em Setúbal, de 7 para 8 de março de 1975, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas distribuiu o seguinte comunicado, em que apresenta as conclusões das investigações da Polícia Judiciária Militar:

1 - Atendendo à inequívoca gravidade de que se revestiram os acontecimentos, em Setúbal, de 7 para 8 de Março de 1975, dos quais resultaram um morto e vários feridos graves entre a população civil e as forças da polícia de Segurança Pública daquela cidade, além de elevados danos materiais em bens públicos e privados, foi em tempo determinado pelo Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas a realização de um rigoroso inquérito por intermédio da Polícia Judiciária Militar.

2 - Concluído agora o respetivo processo, depois de exaustiva averiguação dos factos, impõe-se dar conhecimento público das suas conclusões.

3 - Os acontecimentos em causa desenrolaram-se em duas fases distintas, consistindo a primeira na obstrução ao comício do Partido Popular Democrático, e a segunda na tentativa de assalto à 1ª Esquadra da PSP de Setúbal.

4 - Os fatos carreados para o processo vieram demonstrar, insofismavelmente, que ambas essas fases foram objeto de uma cuidada organização, destacando-se, porém, na segunda uma nítida manobra de elementos agitadores que, explorando de forma eficaz o ressentimento popular contra a intervenção da PSP no Pavilhão do Clube Naval Setubalense, conduziram a população a um confronto com as forças da ordem visando o desprestígio da corporação, fim este bem patente nos panfletos distribuídos logo na manhã seguinte, dia 8, nos quais se exigia o «desarmamento e dissolução imediata da PSP e GNR» (sic.)

5 - Esses elementos, disseminados na multidão, em pequenos grupos claramente referenciados, tiveram o apoio de atiradores postados em locais escolhidos que, a partir de um preciso momento, começaram a disparar sobre a Esquadra e os agentes que se encontravam na rua.

6 - Todos os civis feridos por tiros, foram-no em consequência de ricochetes, sendo de notar que os projéteis que atingiram a parede da Esquadra (em número de vinte e oito).

7 - O projétil que atingiu um civil na frente, causando-lhe a morte, revela-se, em face do diâmetro do orifício de entrada, ser de um calibre inferior ao de qualquer arma utilizada pela polícia.

8 - Vários outros indícios se depreendem do processo demonstrando que foram usadas pelos manifestantes armas de diverso calibre, sendo de assinalar que durante o tiroteio foi referenciado um civil, na Rua do Mercado, deslocando-se em corrida e empunhando uma espingarda G-3.

9 - É falso que, como chegou a ser divulgado, a PSP tenha feito uso de metralhadoras sobre a população. O que se verificou foi um graduado da PSP ter feito, com fim intimidativo e para obstar o avanço de algumas centenas de manifestantes sobre a Esquadra, duas rajadas de pistola-Metralhadora para o ar, com pontaria muito alta, por cima do Mercado Municipal, consumindo um total de 8 cartuchos.

10 - Não se demonstra, pois, a existência de facto algum que constitua motivo de reparo à atuação da PSP de Setúbal.

O seu comandante distrital, apesar do grave risco que corria, tentou dialogar várias vezes com os manifestantes, persuadindo-os a não atacarem a Esquadra.

As armas de fogo só foram usadas pelos agentes em último extremo, quando foram pessoalmente atacados e era eminente a invasão da Esquadra, tendo o seu tiro cessado logo que os manifestantes se afastaram.

11 - Por todas estas razões foi mandado arquivar o processo de inquérito, sem qualquer procedimento disciplinar ou criminal contra os agentes da PSP intervenientes na ocorrência.

12 - É deliberadamente que, sem comentários, se deixa à opinião pública do País tirar destes factos as conclusões que merecem, sublinhando-se apenas que a provocação de situações semelhantes, além de vítimas a que pode dar origem, constituirá excelente oportunidade para atuação das forças interessadas em destruir a Revolução.

TERCEIRA PARTE

Sem perguntarem ao Estado qual o caminho a tomar.

José Afonso in “Enquanto há força”. 1978.

1. NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA (1974-1975)

Como já sublinhámos, Setúbal, desde o início do processo de industrialização, nunca conseguiu resolver verdadeiramente o problema da habitação popular. Aquando da primeira vaga industrializante associada ao ciclo de crescimento conserveiro, guetizou milhares de trabalhadores nas zonas ocidental e oriental da cidade. Desde o início do século XX que os bairros-de-lata fizeram parte da paisagem urbana sadina.

Nas décadas de sessenta e setenta, o problema habitacional agravou-se. O novo fluxo demográfico revelou-se inoportável para as velhas estruturas urbanas. Neste período, Setúbal conhecerá novamente o ressurgimento dos chamados “bairros da folha”, barracas improvisadas e sem quaisquer condições de habitabilidade e salubridade. Estes espaços na periferia da cidade atrairão de novo milhares de indivíduos.

O Casal da Figueiras, o Castelo Velho e o Viso a ocidente, e os Quatro Caminhos, a Cova do Canastro, o Maltalhado, a Tetra e os Pinheirinhos, a oriente, são fortes polos de atração urbana, em que as barracas e as casas abarracadas proliferam¹. Estas zonas na periferia da cidade continuarão a ser espaços de segregação física, provocando objetivamente uma segregação social.

Nestes locais, e em vários outros da cidade, prosperam as construções clandestinas sem qualquer licenciamento camarário.

Esta segregação física e social cria dinâmicas de subtração ao controlo político e ideológico por parte do Poder e por sua vez estabelece novos espaços de sociabi-

¹ As barracas eram alojamentos habitualmente muito precários feitos com restos de madeira e restos de “folha-de-flandres”, um desperdício associado à indústria conserveira. As casas abarracadas, tendo uma estrutura também muito precária, eram construídas em alvenaria. Por vezes as barracas evoluíam para casas abarracadas quando os seus ocupantes tinham condições de irem construindo, com tijolos, estruturas mais sólidas.

BAIRRO DA LATA DO CASTELO VELHO

O bairro tinha uma parte de dentro das muralhas e outra à volta. Os esgotos eram em valas – valetas! Aquilo era uma encosta e aquilo ia por ali abaixo, as águas de sabão... Mau cheiro! Lembro-me perfeitamente. Escuridão terrível. Elas e eles tinham tapado (havia sítios dentro do forte que já não tinham cobertura) com coberturas feitas de lata, acrílicos, plástico, zinco.

Viam-se crianças nuas da cintura para cima, outras nuas da cintura para baixo, cheias de fome que andavam “ao comer” pela baixa de Palmela, no convento das freiras (...).

Não havia ruas, mas um caminho e carreiros, lama de águas e despejos. No nível superior formava-se um largo grande redondo com as barracas à volta e fileiras de barracas qua faziam quartos para trás. Em cima tinha-se mais vista.

Nunca dava para ver muitas barracas ao mesmo tempo, nunca se tem um plano global do bairro. Tinha barracas em cima e barracas agarradas à muralha, em redor, a maioria de madeira e telha de barro, umas pouco forradas a zinco, duas ou três casas abarracadas de tijolo (...).

O bairro da lata esconde-se no buraco de uma encosta, protege-se contra um paredão, escorrega para baixo e dispersa-se (...).

As barracas encostam-se, apertam-se na falta de um espaço mínimo, surgem a partir dos sítios menos visíveis por entre a confusão das taipas já existentes e progridem a pouco e pouco, utilizando a parede a mais próxima, traçando simulacros de ruelas, desenhando largos (...).

A tradição não influi na maneira e no que se constrói. Pelo contrário: o bairro é o retrato da sociedade a que pertence. Não que os haja melhores, mas porque são feitos com as sobras da sociedade que os produz (...).

Jaime Pinho, *Fartas de Viver na Lama*, p. 64.

lidade, novos elos de ligação entre os residentes. Estes elos são fomentados e germinam no quadro da situação de marginalidade em que se encontram e das difíceis condições de existência que partilham entre si.

A situação de profunda discriminação para a qual são lançados cria resistência e revolta de forma explícita, quando os poderes políticos, local e central, são interpelados para resolver situações concretas.

O Partido Comunista, a extrema-esquerda e setores católicos progressistas começam a intervir nesta realidade social, logo no início da década de setenta.

“A situação da habitação no concelho de Setúbal era extremamente grave. Em abril de 1974, cerca de 28 mil habitantes viviam em casas deficientes e, de entre estes, 16 mil em bairro de lata ou em zonas degradadas e insalubres. Na zona antiga da cidade – Bairro de Troino, Santa Maria do Sul, Fontainhas – 1800 famílias, em geral gente idosa, habitava em casas velhas, muitas delas sem o mínimo de conforto e grande parte sem casa de banho. Nos bairros de Santos Nicolau e na Azinhaga do Maltalhão habitavam em pátios, partes de casa e quartos cerca de 400 famílias. No Casal das Figueiras, Castelo Velho, Dias e Monarquina, Quatro Caminhos, Pinheirinhos, Terroa e Bairro da Liberdade 900 famílias estavam alojadas em barracas”².

2 Francisco Lobo, *Histórias de Setúbal*, edição URAP – União de Residentes Antifascistas Portu-

Quando ocorre o 25 de Abril, milhares de famílias em Setúbal não tinham acesso a elementares condições de higiene e de saúde. O acesso à habitação, o abastecimento de água, o fornecimento de energia elétrica, o saneamento básico, eram necessidades fundamentais que estavam longe de ser satisfeitas na maioria dos bairros populares da cidade de Setúbal.

Rui Canário caracteriza como “explosiva” a situação em Portugal nos inícios da década de sessenta: “Na sequência de uma elevada taxa de crescimento económico nos anos 60, acompanhada de um crescimento dos principais centros onde se concentrava o proletariado industrial (Lisboa, Porto e Setúbal), a situação da habitação popular em meio urbano era um problema explosivo nas vésperas do 25 de Abril de 1974.”³.

O médico Mário Moura, chegado a Setúbal no início da década de 60, recorda que em todo o bairro do Viso existia apenas uma casa construída em alvenaria⁴.

Também Francisco Lobo, em entrevista concedida em 1977 aos organizadores do livro *Os moradores à conquista da cidade*, dá conta das carências existentes em matéria de habitação e da incapacidade em resolver este problema.

“Em 1974 falou-se no Plano Integrado de Setúbal (PIS) que previa 10 000 habitações a construir até 1980, e que em fins de 1975/76 já estariam prontas 3 mil. Hoje esse mesmo plano fala em três mil e neste momento constroem-se as primeiras 128”⁵.

1.1. AS COMISSÕES DE MORADORES

Não admira que com a rutura política operada em Abril de 1974 o problema habitacional esteja entre as primeiras prioridades da população mais pobre de Setúbal, em particular a que vivia em barracas ou casas abarracadas.

A Comissão Administrativa, numa das suas primeiras iniciativas para conhecer a situação concreta no terreno, retrata com enorme realismo o quadro que encontrou nos bairros de barracas de Setúbal: “Visitámos os bairros pobres da cidade de Setúbal (...) um imenso formigueiro humano, vivendo no meio de estrume e dejetos, situação que nos fez recuar, em pleno século vinte, à Idade Média. Sítios onde há vários meses, talvez um ano não entrava o carro do lixo, forçando as pessoas a instalar autênticas montureiras”⁶.

A ocupação de casas devolutas há muito tempo, recém-construídas ou, ainda, mesmo em processo de construção, aparece como a solução mais óbvia⁷.

gueses, Setúbal, 2008, p. 60.

³ Rui Canário, “Movimentos de moradores e educação popular na Revolução Portuguesa de 1974”, in *Trabalho Necessário*, Ano 12 n.º 18 de 2014, pp. 202 e 203.

⁴ Entrevista concedida por Mário Moura em 26 de março de 2014.

⁵ Chip Dows et al., *Os Moradores à Conquista da Cidade – Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Sociedade Editora o Armazém das Letras, Lisboa, 1978, p.128.

⁶ *Comunicado da Comissão Administrativa da CMS, O Setubalense*, 21 de junho de 1974. Este *Comunicado* reproduz algumas das intervenções de membros da CA na reunião de 7 de junho.

⁷ Este movimento não é exclusivo da cidade de Setúbal. Os grandes centros industriais de Lisboa e Porto vão conhecer movimentos idênticos. De resto este movimento começa em Lisboa. Nos primeiros dez dias após o 25 de Abril terão sido ocupadas entre 1500 e 2000 casas de habitação social.

*Lá vêm subindo o abismo
Da sombra donde vieram
Já sem medo e sem vergonha
Virados prá luz do dia
Será esta a nossa porta?
Perguntavam um pouco inquietos
Por terem p'la vez primeira
Quatro paredes e um tecto
Por certo ninguém lhes disse
Que são os heróis de agora
Maiores que Alexandre Magno
Numa batalha perfeita
Sem perguntar ao Estado
Qual o caminho a tomar
Correm risco correm penas
Quem sabe onde vão parar
Correm risco correm penas
Quem sabe onde vão parar
Lá vêm os nossos soldados
Esses, sim, sabemos quem são
Os nossos filhos, os nossos irmãos
Os nossos pais, diz a criança
Não tenhamos medo*

*Pois ninguém melhor
Poderá resolver esta luta
A favor de quem?
Ao lado de quem?
A favor de quem?
Ao lado de quem?
A favor de quem?
Ao lado de quem?
Vamos, coragem, chegou o
momento
De preparar os nossos argumentos
Não tenhamos medo
São nossos amigos
Não tenhamos medo
São nossos amigos
São os nossos filhos,
Os nossos irmãos
Os nossos pais, diz a criança
Já estão a dobrar a rua
Lá vêm eles
Já estão a dobrar a rua
Lá vêm eles
Não tenhamos medo*

*Pois ninguém melhor
Poderá resolver
Esta luta
Maravilha maravilha
Venham ver o barco doido
Sem amarras que o segurem
Pela porta entra a maré
Venham ver a barco doido
Água cai pela chaminé
Venham ver o barco doido
Água cai pela chaminé
Maravilha maravilha
Já vejo os móveis dançar
Entra a água pela porta
O telhado vai tombar
Quando o mar se enfurece
Andamos em rodopio
Sobre caminhos de prata
Correm lágrimas a fio.*

José Afonso,
Álbum *Enquanto há força*, 1978

Neste contexto, em Setúbal vamos assistir a diversas ocupações de casas ao longo do período entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro. Podemos, no entanto, identificar dois ciclos de ocupações ocorridos nas diferentes conjunturas políticas surgidas neste arco temporal.

Logo nos dias a seguir ao primeiro de maio, um dos pontos da agenda política local passa por tentar resolver a existência de milhares de famílias a viverem em bairros-de-lata na periferia da cidade. É este o quadro em que ocorre a vaga de ocupações.

Esta primeira vaga apresenta ainda formas bastante espontâneas, apesar do apoio dos ativistas do Círculo Cultural. As casas oficiais, ainda em processo de construção, são o principal alvo das ocupações.

O primeiro ciclo de ocupações ocorreu no bairro da Fundação Salazar. Tratava-se de um bairro social numa fase de construção. O patrono convidava a uma intervenção. Depois da destruição da sua placa toponímica bairro, e da substituição óbvia pela de *25 de Abril*, com o aplauso da população, iniciou-se o processo de ocupação.

Fernando Pereira, trabalhador gráfico e um dos animadores do Círculo Cultural, relata a forma como se ocuparam as primeiras casas: “Nessa ocasião começaram a aparecer pessoas que viviam em barracas ali perto, como é o caso do bairro da Cova do Canastro, e foi mesmo aí que se decidiu ocupar a Fundação Salazar, na

BARRACAS POBRES

Depois, lá por trás, ainda havia um terceiro núcleo de barracas, virado para o Casal da Figueiras, mesmo muito miseráveis, as mais pobres, onde as pessoas não tinham papas na língua (aliás ninguém tinha papas na língua quando dava para puxar pelo tamanco), onde entrava água, barracas sem chão, de terra batida. Aqui havia algumas pessoas que tinham a fama de já ter dormido com metade do Bairro; outras de terem roubado, outras estado presas.

O bairro era muito triste, mulheres que se prostituíam. A mulher de X dormia com velhos, com as crianças aos pés da cama. Isto prolonga-se pelo pós 25 de Abril.

Jaime Pinho, *Fartas de Viver na Lama – 25 de Abril O Castelo Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Edições Colibri, Lisboa, 2002, p. 78.

BARRACAS RICAS

Nas melhores barracas o chão era de cimento.

Numa entrava-se, tinha um quintal grande, tinha árvores, mas não eram árvores de fruta, eram árvores que já lá estavam, um pinheiro e outra árvore qualquer. Tinha uma mesa de pedra com uns bancos de pedra, um tanque de lavar roupa, à entrada. Entrava-se e tinha uma cozinha, com uma janela. Depois tinha uma porta que dava para um quarto, com uma janela que dava para o quintal do vizinho, coveiro. Depois tinha uma outra porta que dava para uma sala, também com uma janela que dava para o quintal. Depois dessa sala saíam uma porta para um quarto e uma porta para outro quarto, também com janelas para o quintal do coveiro. E depois, saía-se da barraca propriamente dita, e tinha uma outra barraca que era a casa-de-banho; pretendia ser uma casa-de-banho, era o sítio onde as pessoas tinham um balde – era uma casa-de-banho particular. Esta era uma barraca privilegiada (...).

Eram barracas que se podem considerar privilegiadas, porque também tinham um quintal e portanto alguma privacidade. Eram assim todas as barracas que estavam na parte de baixo, à volta das muralhas. Aí eram barracas das pessoas que trabalhavam, os “ricos” do bairro, separadas umas das outras, com quintais individuais. A seguir era a de uma outra família em que ela era conserveira e ele pescador, a seguir outra barraca individual, a seguir era de um outro casal que também era pescador e operária conserveira. Em frente – e era a única que não estava encostada às muralhas – havia uma barraca de um rapaz que se chamava Zé Alentejano, carpinteiro.

Aqui, como em qualquer bairro-de-lata setubalense, as famílias de alentejanos distinguiam-se. Eram sempre barracas isoladas, geralmente muito bem-feitas, mais limpas e asseadas.

Jaime Pinho, *Op. Cit.*, pp. 76, 77.

altura em fase de construção. Pouco tempo depois, era ver dezenas de famílias de trouxa às costas para ocuparem as casas da Fundação Salazar.

Tudo isto foi muito rápido, as coisas aconteciam em cima umas das outras, mas do que me lembro melhor é dos miúdos. Das expressões de felicidade de dezenas de crianças que nunca tiveram nada e que agora iam ter uma casa com janelas, vidros, casas-d- banho e tudo...

Foram dezenas de famílias a ocuparem os prédios, com a nossa ajuda num proces-

so que continuou nos dias seguintes. E depois a coisa ficava logo oficializada, estava ocupado e nada havia a fazer.”⁸

Esta rapidez a que se reporta Fernando Pereira é não só fruto do ambiente revolucionário que se vivia, mas também da existência de um movimento reivindicativo que precede o 25 de Abril.

O movimento alastrou a outras zonas da cidade, generalizando-se a ocupação de casas pelos moradores dos bairros-de-lata de Setúbal. Uma vez de forma espontânea, outras vezes impulsionados diretamente por elementos de organizações de extrema-esquerda, que têm uma real implantação em alguns destes locais onde foram edificadas as barracas.

É neste quadro que começam a constituir-se as primeiras Comissões de Moradores (CM) nos diversos bairros da cidade. Habitualmente, existia um grupo que se assumia como “pró-comissão” o qual convocava um plenário e apresentava uma proposta de C.M. ao plenário. Uma vez era a própria pró-comissão que acabava por ser proposta e eleita pelo plenário; outras vezes nela eram integrados elementos do bairro os quais apareciam e se mostravam disponíveis para integrar a CM. A divulgação e a generalização da informação sobre estes processos de luta permitiam a rápida tomada de consciência por parte de grande número de moradores dos bairros mais carenciados. Dows, na sua investigação sobre as lutas urbanas em Setúbal, sintetiza o *modus operandi* destes movimentos: “Este processo começa, normalmente, pela ação de um grupo de indivíduos, muitas vezes militantes de partidos, que organizam assembleias de bairro tendo por fim a discussão e a coletivização das reivindicações, a eleição de um órgão representativo – a Comissão de Moradores – e a escolha de formas de ação”⁹.

Jaime Pinho, no seu livro *Fartas de viver na Lama*, que estuda a concretização do Programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local)¹⁰, precisa a forma como se constitui a Comissão de Moradores do Bairro da Azeda de Baixo em julho de 1974: “Realiza-se no bairro uma sessão política, promovida pelo Grupo Autónomo do Partido Socialista (GAPS). Fala-se da necessidade de uma comissão de bairro democraticamente eleita, que possa ser porta-voz dos problemas e carências junto das autoridades.

Aceita a sugestão, realiza-se, no largo, ao ar livre, uma nova reunião da população, para ser eleita a Comissão (provisória). No início estão presentes elementos do mesmo grupo político, que se retiram quando se procede à discussão e eleição de uma comissão promotora, que impulsiona os contactos necessários”¹¹.

O Círculo Cultural continuará a desempenhar um papel central neste movimen-

8 Entrevista de Fernando Pereira concedida ao jornal *Setúbal na Rede* em 10 de maio de 1999.

9 Chip Dows, *Op. cit.* p.13.

10 O Programa SAAL foi criado por despacho dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente em 4 de agosto de 1974. José Manuel Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

11 Jaime Pinho, *Op. cit.*, p.160.

to de ocupações sendo que a formação das comissões de moradores será estimulada: “Nós ocupávamos as casas e depois as casas eram postas à disposição de quem não tinha casa”¹².

Estes jovens, com diversas orientações ideológicas, sentem-se confortáveis neste espaço frentista que lhes permite desenvolver a sua intervenção cívica em prol dos moradores mais pobres da cidade. É ainda Fernando Pereira que dá pormenores sobre a evolução deste processo: “A população começou a ir ter connosco ao Círculo Cultural para nos pedir ajuda nas ocupações e na resolução dos seus problemas, porque ainda havia o medo de irem presas e de outro tipo de retaliações. E nós, no Círculo Cultural, éramos o garante de que tudo correria bem e que as pessoas não iam presas. Depois das ocupações íamos falar com os militares do Quartel do 11 e com a Comissão Administrativa da Câmara. Isto era só um pró-forma porque, depois de ocupadas as casas ninguém podia fazer nada.

Mas era bom porque quando íamos falar com os senhorios para dizer como é que as coisas andavam, eles engoliam em seco e resignavam-se quando dizíamos que já tínhamos ido à Câmara e ao Quartel”¹³.

A tentativa de legitimação das ocupações, junto dos órgãos do aparelho de Estado, era a forma de dar mais segurança aos moradores ocupantes.

Vítor Zacarias, da Comissão Administrativa, dá a sua perspetiva sobre os mesmos acontecimentos: “Muita coisa foi feita à revelia das diretrizes que definimos, as pessoas pensavam que a liberdade lhes dava o direito de fazer tudo, não entenderam que as coisas não podem ser feitas de um momento para o outro e, assim, ocorreram muitos excessos, principalmente no processo de ocupação de casas”. E acaba por reconhecer que foram ultrapassados: “As ocupações eram-nos apenas participadas. E é preciso ver que naquela época, nem autarquias, nem os militares do Quartel do 11, nem ninguém sabia muito bem o que se devia fazer. E depois eram os senhorios a reclamarem por causa das ocupações”¹⁴.

A generalização do processo de ocupação irá criar zonas de conflito entre estes sectores populares e a CA da Câmara Municipal e mesmo com os militares. A CA vai tentar disciplinar as ocupações “selvagens”, recorrendo a vários meios, incluindo a sua grande influência sobre vários sectores do movimento social. A convocação, em 2 de março de 1975, da Assembleia Geral do Concelho de Setúbal, órgão que reunia as Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e Sindicatos, foi a iniciativa com mais impacto no sentido de evitar que este movimento extravasasse cada vez mais as margens da legalidade de que a CMS era a principal responsável. Nesta Assembleia, entre outros assuntos, foi aprovada uma deliberação que determinava que as Comissões de Moradores deviam articular a sua intervenção com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia, no senti-

12 Entrevista concedida por João Bárbara, em 2 de maio de 2016.

13 Entrevista de Fernando Pereira, ao jornal *Setúbal na Rede* em 10 de maio de 1999.

14 Entrevista a Vítor Zacarias. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op. cit.* p.34.



do do estabelecimento de critérios de distribuição das casas vagas e impedir que estas fossem ocupadas de uma forma “selvagem”. Deste modo, competiria às CMs proceder a um levantamento das casas vagas cujo resultado seria canalizado para as diferentes juntas de freguesia da cidade. Por sua vez a CMS teria a responsabilidade final de distribuir as casas de acordo com um conjunto de critérios consensualizados.

No entanto, os acontecimentos de 7 de março de 1975 e o próprio golpe militar de 11 de março de 1975 irão ser um fator de radicalização da luta política, transformando em letra morta estas resoluções da Assembleia Concelhia.

A Reunião Inter-Câmaras do Distrito de Setúbal (RIC), estrutura que integra as Comissões Administrativas das Câmaras do Distrito, dias antes do 11 de Março produz um violento comunicado contra as ocupações, integrando-as como parte ativa de um processo contrarrevolucionário: “É de lamentar que certos meios que se dizem progressistas tenham alinhado ao lado da reação, aproveitando-se da agitação para tentar impor-se desprezando a unidade que deveria ser o único objetivo dos democratas”, concluindo que “a reação preocupa-se em fomentar a ocupação de casas e terrenos, método que não pode de forma alguma resolver o problema habitacional do país, e que só contribui para criar um clima de confusão que não favorece a construção da democracia”¹⁵.

15 Comunicado à população da Reunião Inter-Câmaras do Distrito de Setúbal (RIC) reproduzido no jornal *O Distrito de Setúbal*, 11 de março de 1975.

Manifestação de Moradores.

Foto de Joaquim Canelas

A conjuntura política do 11 de Março de 1975 impulsiona um segundo ciclo de ocupações. Serão ocupadas dezenas de casas por parte dos moradores que vivem nos bairros de barracas. Alguns destes moradores vão à Câmara, como já tinha acontecido em situações anteriores, pedir o direito à ocupação.

Estas ocupações terão uma marca política cada vez mais acentuada e muitas delas são fortemente patrocinadas pelos vários partidos da esquerda revolucionária que, em colaboração com as Comissões de Moradores, organizam estes processos. Estas novas estruturas de poder popular alargam-se praticamente a todos os bairros da cidade.

Aqueles processos não se limitaram a dar resposta aos problemas de habitação das populações mais pobres da cidade. Houve também ocupação de outros edifícios para criar creches, jardins-de-infância, espaços para a alfabetização de adultos, grupos de teatro de intervenção e, ainda, sedes para os partidos políticos de esquerda.

Algumas Comissões de Moradores aproveitam para ocupar edifícios onde instalarão também as suas sedes.

A Comissão Administrativa irá demarcar-se, cada vez com mais intensidade, destas práticas, afirmando que nada tem a ver com semelhantes atitudes, reprovando-as “pelo oportunismo e pela injustiça de que se revestiram tais ocupações”¹⁶. Responsabiliza “os grupos revolucionários” de iniciarem e incitarem o processo de ocupações. Na sua perspetiva aquelas teriam mais aspetos negativos do que positivos, prevendo até uma inevitável confrontação com as Forças Armadas, quando estas tivessem de intervir para proceder às desocupações.

Em março de 1975 Rodrigues Lobo, vice-presidente da CA, explicava que a Câmara Municipal tinha em curso um processo para resolver a situação dessas casas ocupadas para atender aqueles que delas mais necessitavam, analisando as situações de acordo com os proprietários e afirmando: “A maioria dos invasores não são os que se encontram em piores condições. São indivíduos que pagam rendas de casas elevadas, ou que pretendem uma casa com mais divisões ou até mais bonita, e os pobres desgraçados que vivem em condições mais miseráveis continuarão na mesma situação. É facto que os grupos revolucionários iniciaram o processo e incitam-no, mas julgamos que os resultados obtidos serão mais negativos que positivos”¹⁷.

Francisco Lobo afirmará que a perspetiva da Comissão Administrativa era distribuir “as casas devolutas a pessoas que viviam em barracas, seguindo para isso o processo sancionado na primeira Assembleia do Concelho”¹⁸.

Como vemos a CA da CMS é fortemente pressionada. Em desespero de causa, a

16 Intervenção de Francisco Rodrigues Lobo, vice-presidente da C.A. da CMS. *Atas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal*. Reunião de 17 de março de 1975. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal.

17 Rodrigues Lobo. *Idem. Ibidem*.

18 Rodrigues Lobo. *Idem. Ibidem*.

CA pedirá auxílio à autoridade política e militar do MFA e ao seu potente poder simbólico para limitar o ciclo de ocupações. A 5ª divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, órgão fortemente influenciado pelo PCP, através da chamada Comissão Dinamizadora do Distrito de Setúbal, promoverá uma sessão de esclarecimento, no Pavilhão do Clube Naval Setubalense, para dar conhecimento à população da “situação habitacional na cidade de Setúbal”. Esta sessão será dirigida por quatro elementos do MFA¹⁹. Na mesa estarão ainda presentes o presidente e o vice-presidente da CA da Câmara Municipal, Vítor Zacarias e Francisco Lobo, respetivamente.

O pavilhão do Naval estava literalmente cheio de quantos queriam conhecer a posição do MFA. Os esclarecimentos redundarão em violentíssimos ataques por parte dos oradores contra os ocupantes de casas, utilizando a artilharia retórica mais pesada da época que era acusar alguém de estar em conluio com as forças fascistas, leia-se com a “reação”.

O capitão Reis Moura abre a sessão explicando ao que vinha. As suas primeiras palavras vão diretas aos destinatários: “A impaciência é amiga da reação. Nós neste momento aqui em Setúbal, parece estarmos um pouco impacientes e a darmos mais uma oportunidade a que a reação estrebuche mais um pouco. De há uns tempos para cá, em Setúbal, temos vindo a verificar uma onda aguda de ocupação ilegal de casas. Tanto o MFA como a Câmara, têm consciência disso, e sabemos que há pessoas extremamente necessitadas, mas a ocupação não se está a fazer entre os mais necessitados (...).

Tivemos contactos com a Câmara e sabemos que a Câmara está empenhada em resolver os problemas, não com a rapidez que todos nós desejaríamos, pois uma casa leva muito tempo a construir.

Sabemos que o povo de Setúbal continua confiante no MFA. Mas a reação está a aproveitar-se desta ocupação ilegal de casas e não podemos dar-lhe esta oportunidade”²⁰.

Os restantes oradores afinarão por um diapasão semelhante. O alferes Ricardo Botas utilizará também uma metáfora relacionada com o tempo: “já demos provas evidentes que estamos com o povo, mas as cadelas apressadas parem os cachorros cegos”. E depois prossegue no mesmo tom: “Não podemos ir atrás de veleidades e atitudes pseudorrevolucionárias. Temos que ver onde pomos os pés. Queremos que a nossa sociedade deixe de ser capitalista e passe a ser uma sociedade socialista dentro do programa do MFA (...).

A nossa revolução só pode continuar enquanto vocês estiverem unidos a nós, enquanto cada um fizer o seu 25 de Abril pessoal, a sua revolução. O caminho que se está a tomar não é o da revolução é da anarquia. A Comissão Administrativa da Câmara, juntamente com o gabinete de planeamento e o MFA, elaborou um pla-

19 Os militares que participam que dirigem a sessão de esclarecimento são: o capitão Reis Moura, o tenente Rodrigues, o alferes Ricardo Botas e o 1º sargento Laranjeira.

20 *In O Setubalense* de 24 de março de 1975.

no que vai ser a entrega das casas devolutas às pessoas que vivem em barracas. Esse plano ficou definido na Assembleia do Concelho de Setúbal. Acontece que certos grupos, ou certas organizações, querendo adiantar-se, querendo armar-se em salvadores do povo, passaram à frente do que nós tínhamos planeado. Quiseram fazer à pressa, e foi isso que deu origem à onda de ocupações”²¹.

As intervenções do Presidente e do vice-presidente da CA apelam para que cessem as ocupações selvagens e prometem que “todas as casas que estão devolutas vão ser ocupadas pela Câmara” e que serão distribuídas pelas pessoas mais necessitadas. O alferes Botas fará ainda uma outra intervenção com um *ultimatum*, exigindo que os ocupantes abandonem as casas: “Temos que atirar abaixo a reação. Temos que lhe pôr o pé em cima e partir-lhe a espinha.

Para nós entregarmos uma casa a todo o português que tem necessidade dela, é necessário que todas as pessoas que ocuparam casas caoticamente, sem lei e sem atenderem aos apelos do MFA, que ocuparam casas e estão a prejudicar o nosso processo, é necessário que até segunda-feira essas casas sejam desocupadas para serem entregues às pessoas que na realidade delas têm necessidade”²².

Esta sessão de esclarecimento, com forte participação popular, foi uma espécie de comício com um objetivo muito claro. Condicionar as ocupações. E teve, de facto, impacto impedindo a sua generalização.

A seguir a esta reunião, promovida pela 5^a Divisão, a CA aproveitará para radicalizar o discurso contra os ocupantes. A vereadora Odete Santos acusa de novo os ocupantes de estarem em conluio com as forças da “reação” que se opunham às conquistas revolucionárias decorrentes do golpe-de-Estado de 11 de março de 1975. Odete Santos fala das importantes conquistas obtidas a seguir à “intentona” de 11 de março, destacando entre elas a nacionalização dos bancos e das companhias de seguros. Segundo a oradora a reação, porém, não desistira e logo lançou nova ofensiva. A arbitraria ocupação de habitações constituía uma das suas facetas: “Era evidente tratar-se de plano concertado pois surgira simultaneamente em vários concelhos. Pretendia criar-se um ambiente de desordem. Ainda no dia anterior haviam sido partidos vidros de montras na Rua Augusto Cardoso. Não tinha havido o propósito de roubar, mas apenas de causar prejuízos e praticar distúrbios. Pretendia-se criar um clima de insegurança e convencer que não existiria proteção para a propriedade privada”.

Prosseguindo no seu discurso alega, ainda, que “atos semelhantes têm sido explorados com idênticos fins noutros países. Setúbal tem estado na vanguarda dos concelhos onde aqueles factos se vêm verificando”²³.

Ainda na mesma reunião, Francisco Lobo referindo-se ao problema da ocupação

21 *O Setubalense*, 24 de março de 1975.

22 *O Setubalense*, 24 de março de 1975.

23 Intervenção de Odete Santos, vogal da C. A. da CMS. Atas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal. Reunião de 24 de março de 1975. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal.

MANIFESTO DA COMISSÃO DE MORADORES DE NOVA CINTRA E QUATRO CAMINHOS

A luta pelo direito à habitação – Comunicado à população

No domingo, dia 16 de março, pela manhã, algumas famílias que viviam em casas abarracadas e barracas na zona de Quatro Caminhos e Nova Sintra, apoiadas pela Comissão de Moradores, ocuparam 2 prédios.

Estas famílias foram consideradas conforme a situação familiar e de habitação em que estavam e, também, pela coragem que demonstraram em querer sair das terríveis condições em que viviam. Depois destas ocupações, outras famílias da zona dos Pinheirinhos, seguiram o exemplo, ocupando outras casas, tendo também o apoio da Comissão dos Quatro Caminhos e Nova Sintra.

Porque é que se ocupam casas?

As pessoas não suportam mais viver como até aqui, em barracas de oleado e madeira, onde chove e os ratos passeiam, onde as crianças morrem de infeções e pneumonias e os adultos têm a saúde arruinada.

Constroem-se neste momento em Setúbal cerca de 4000 casas novas e existem cerca de 700 casas antigas desocupadas. E, embora sejam os trabalhadores dos bairros como o nosso que fazem estas casas elas têm rendas que eles não podem pagar.

O prédio que ocupámos nos Quatro Caminhos é novo, mas nem por isso temos menos direito a ele, pois que foram camaradas nossos que o construíram e o dinheiro utilizado foi roubado à custa do trabalho de outros camaradas nossos. **ISSO É QUE É IMPORTANTE!**

Ou será que as casas novas são só para os ricos e os pobres têm que esperar pelas casas para «pobrezinhos»?

As casas novas existentes são suficientes para **TODAS AS FAMÍLIAS DE BARRACAS E CASAS ABARRACADAS DA CIDADE DE SETÚBAL!**

Quem se opõe à ocupação de casas?

Pelas ruas da cidade algumas pessoas falam contra as famílias que ocuparam casas. Essas pessoas têm casas confortáveis, não sabem o que é viver numa barraca sem nenhuma condições higiénicas e sentindo a exploração na pele. E para atacarem as famílias que tiveram a coragem de lutar por aquilo a que têm DIREITO, aferram-se à ideia de que as casas têm donos e que eles têm o direito de pedir por elas o que quiserem, esquecendo-se que esses donos são indivíduos que fizeram fortunas à custa de roubos encobertos pelo regime anterior e que ainda não foram todos desmascarados pelo atual regime.

Outras dessas pessoas falam naqueles que ocuparam casas, tendo já outras em boas condições, e alargam essas acusações às famílias que não tinham nenhuma. Pois, os que já as tinham pertencem à mesma classe das pessoas que atacam as ocupações – são burgueses a quem a única coisa que importa é o seu próprio interesse. Isso não acontece com as famílias das barracas – elas estão unidas e o interesse delas é o mesmo. **É O DIREITO À HABITAÇÃO!**

No meio disto tudo o que faz e diz a Câmara? – A Câmara que diz que é defensora dos interesses do povo de Setúbal.

Na primeira posição que ela toma, põe-se do lado do capitalista, passando uma licença de habitação para o prédio da Bosh, que meses antes a mesma Câmara se negara a passar dizendo que o prédio não estava em condições. Se não foram feitas novas obras, como é passada esta licença de habitação, agora, no dia seguinte ao da ocupação?

Mais: a Comissão Administrativa da Câmara fala em leis, diz que a ocupação é ilegal e que a Bosh é que tem razão. Mas, que leis são essas?

– São leis que defendem o capitalista. São leis feitas antes do 25 de Abril, como é o caso da vistoria, e outras feitas depois do 25 de Abril, que é o caso da lei dos 120 dias mas todas elas defendem os capitalistas.

E afinal, o que é ilegal?

São as pessoas a viverem em casas abarracadas e barracas, ou é a exploração que a Bosh e outras que tais fazem, que lhes dá tantos lucros que lhes chega para construir prédios?

Na noite de 3.ª feira, 18, as comissões e populações dos Bairros de Pinheirinhos, Castelo Velho e Liberdade concentraram-se na Câmara, apoiando a justa luta dos ocupantes dos prédios dos Quatro Caminhos. Numa reunião frente à CA da Câmara, o povo destes bairros exigiu que a CA apoiasse a luta dessas famílias pelo direito à habitação, e que o fizesse publicamente.

Então, a posição da CA foi de não apoio à ocupação dizendo que não podia defender os interesses das famílias ocupantes, pois que para isso não tinha poderes. Respondemos-lhes que se a Comissão Administrativa não se sentia com capacidade para defender os interesses do povo, que já tinham sido considerados justos, então, mais valia demitir-se, e deixar de dizer às pessoas que a Câmara é do povo.

Depois de 6 horas de permanência da população na Câmara, a CA rendeu-se à imposição do povo e assinou um documento comprovativo da posição que se comprometeu tomar, a favor das famílias ocupantes. Eram cerca das 4 horas da manhã de 4ª feira, 19, quando as pessoas voltaram para casa.

Que lições podemos tirar desta luta?

- 1.º – Que no nosso país ainda não chegou o dia em que «O POVO É QUEM MAIS ORDENA». Pior que isso: as autoridades que se dizem representantes do interesse do povo, como a C.A da Câmara, continuam ao serviço do capitalismo.
- 2.º – Aprendemos que, quando o povo se une e luta por uma causa justa, ganha força enorme e consegue passar por cima de todas as leis que existam e que sejam contra o povo. Então, o próprio povo faz a lei.
- 3.º – Também aprendemos que só organizados conseguiremos vencer, como ficou provado na noite de 18 para 19 de março. É neste sentido que a Comissão de Moradores de Nova Sintra e Quatro Caminhos apela para todos os bairros de barracas e casas abarracadas que ainda não estejam organizados ou que estejam em princípio, para uma união de todos para uma luta que é de todos:

O DIREITO À HABITAÇÃO!

Setúbal, 20 de março de 1975

de casas lembrou que “ele e o senhor Presidente foram assediados até altas horas da noite por grupos que nesta mesma sala lhes exigiam a legalização das situações que criaram como ocupantes de casas devolutas pretendendo que a Comissão Administrativa se opusesse à intervenção das Forças Armadas”²⁴.

A Comissão Administrativa é o principal interlocutor das CMs para resolver os inúmeros problemas que se colocam às populações, mas há Comissões de Moradores que vêem na CA um obstáculo à sua iniciativa: “Todos os nossos projetos têm sido travados pela Câmara Municipal de Setúbal e por outros órgãos locais”²⁵. Esta posição expressa pela Comissão de Moradores das Pontes deve-se ao facto de não terem conseguido resolver o problema da eletrificação, existindo igualmente problemas de higiene e limpeza e ausência de esgotos, havendo um real perigo de saúde pública no bairro.

Ainda que o esforço da maioria das CMs fosse hercúleo, detetam-se por vezes dificuldades de mobilização: “Vivem no bairro à volta de 1500 pessoas. Operários das fábricas, só operários da Setenave há 40 ou 50. Este é um bairro novo, tem dois anos e pouco; é um bairro de emigrantes. Fizemos um porta-a-porta para saber porque é que as pessoas não apareciam. As pessoas não são de Setúbal. Vieram à procura de emprego e são tímidas, não nos conhecemos uns aos outros”²⁶. A descrença, o cansaço e a interferência das organizações partidárias nas reuniões levam também à diminuição da participação popular. “Íamos a todas as reuniões com os bairros todos na Câmara, para fazer o conselho de moradores, ou o Poder Popular, ou não sei quê. A gente chegava lá, primeiro estavam os partidos à luta uns com os outros e depois o que é que se dava? A gente chegava lá às 10 horas, estava lá a tropa estava tudo. Se as coisas correram mal em Setúbal, se a Revolução não está feita quem estragou tudo foram os partidos, não foi mais ninguém (...). Eu tinha que me levantar às cinco da manhã agora veja, levávamos até à meia-noite com uma coisa que não dava nada, a partir da meia-noite é que íamos começar a reunião? Isto deu-se muitas vezes e eu sou capaz de dizer na cara de eles todos. A gente teve de desmobilizar, deixámos de lá ir”²⁷.

A disputa política e ideológica era vista como pouco produtiva. Há também queixas da existência de pouca mobilização: “Nós chamamos os moradores para darmos a notícia e aparecem aqui 5 ou 6 pessoas. As pessoas estão desacreditadas, veem o quantitativo de tempo que as coisas levam e não veem nada feito, desmoralizam-se”²⁸. “A gente tem uma grande dificuldade neste bairro, é que aqui há 90% de burguesia e

24 Intervenção de Francisco Rodrigues Lobo, vice presidente da C.A. da CMS. Atas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal. Reunião de 24 de março de 1975. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal.

25 *O Setubalense*, 27 de agosto de 1975.

26 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da classe média, Dows, *Op. cit.* p. 105.

27 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro popular. Dows, *Op. Cit.* p. 92.

28 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro popular. Dows, *Op. Cit.* p. 86.

10% de trabalhadores. Uns são médicos outros são empregados de oficina ganham 14/15 contos por mês. Uns são burguesia outros são tendência para a burguesia. Veja, fizemos espetáculos, fizemos festas, debates sobre a Reforma Agrária, filmes culturais, teatro, canto livre e havia uma aderência de quase 100%. A gente marca um plenário e aparecem 20-30 pessoas. A aderência que nós temos aqui é aqueles que mais ou menos trabalham; o resto está tudo deitadinho em casa e os outros que trabalhem para eles”²⁹.

Há sectores que se vão pura e simplesmente distanciar das disputas políticas e ideológicas, distanciando-se do confronto com a CA da CMS.

“Começámos com uma folia muito grande. Depois começámos a ver que a nossa comissão estava bem vista perante o SAAL, perante a Câmara, quer dizer é das mais bem vistas perante eles em aspeto de não-violência, trabalhar sem a violência. O que eles queriam é que nós fossemos para a reação, e deu-se um ataque à Câmara que não nos cheirou porque não tínhamos nada que atingir quem tanto nos ajudou. Nós trabalhámos com a Câmara e a Câmara connosco”³⁰.

“A gente chegou a assistir na Câmara onde havia um Comité de Luta. Mas essa gente... íamos lá mas aquilo era só para discutir, nunca chegaram a uma conclusão de saberem a finalidade das coisas que havia para fazer”³¹.

“A primeira CM formou-se há cerca de um ano e meio, foi eleita em plenário com muita gente. Uma vez até conseguiram reunir quase cem pessoas. Existiu partidatismo e houve problemas, deu um grande divisionismo aqui dentro”³².

Francisco Lobo critica fortemente a extrema-esquerda: “Aqui uma acusação que eu faço a partidos de esquerda que enfraqueceram o movimento popular pela ânsia de condução de massas. Surge de forma desordenada, desamparada radicalista a luta das ocupações, dos quinhentos escudos por assoalhada, a criação de coordenadoras de comissões de comités de luta, etc.”³³.

Ainda que algumas Comissões rejeitassem o controlo político-partidário o campo estava bem demarcado: “quando se trata de manifestações do PPD ou do CDS não aparecemos. Agora quando é lutas revolucionárias ou de esquerda vamos sempre, pois, aqui não olhamos a partidos”³⁴.

Chegado o 25 de Novembro assiste-se a uma desmobilização das Comissões de Moradores:

“Entretanto a situação política tem uma grande importância na vida da Comissão

29 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da classe média. Dows, *Op. Cit.* p. 95.

30 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro popular. Dows, *Op. Cit.* p. 87.

31 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da classe média. Dows, *Op. Cit.* p. 104.

32 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da classe média. Dows, *Op. Cit.* p. 104.

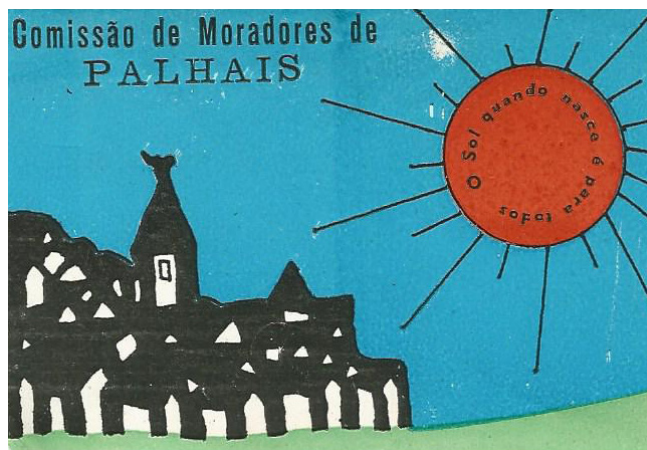
33 Entrevista de Rodrigues Lobo. Dows, *Op. Cit.* p. 142.

34 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro popular. Dows, *Op. Cit.* p. 93.

de Moradores, e quando aparece o 25 de Novembro as CMs caem 50% ou ainda mais, caíram quase verticalmente (...) algumas (...) subsistiram, pois eram aquelas em bairros com muitas carências, esses bairros mais para a periferia, os das barracas e o do SAAL.”³⁵. Apesar de todos os problemas e contrariedades vividos, neste período, Rodrigues Lobo no seu livro memorialístico *Histórias de Setúbal* acaba por fazer um balanço muito positivo do papel desempenhado pelas Comissões de

Moradores. Ao nível da realização de várias obras, teriam contribuído para aumentar a qualidade de vida das populações. Lembra que neste período foram “cometidos alguns excessos próprios de uma dinâmica generalizada no Portugal de Abril”. Excessos que, na sua opinião, foram apenas “pequenas gotas de água num mar de esperanças concretizadas”. Enfatizando o empreendedorismo e o ativismo das Comissões de Moradores, refere uma longa lista de realizações: “Algumas desempenharam papel importantíssimo no melhoramento do concelho com iniciativas de grande interesse em todas as áreas de vivência. Exemplos dessas iniciativas foram os novos equipamentos sociais que começaram a nascer, caso dos parques infantis, alguns construídos pelos próprios moradores, como aconteceu no Quebedo, Reboreda, Praias do Sado ou na Avenida Bento de Jesus Caraça. Foram também criados jardins infantis e creches na Praça do Brasil, Bairro Salgado, Bairro da Liberdade. No Faralhão, Alto da Guerra e Manteigadas foram construídas escolas pelos próprios moradores. Algumas ruas foram pavimentadas a expensas dos moradores. No Alto da Guerra e na Gâmbia os moradores compraram alcatrão para pavimentar a estrada”³⁶. Contudo o que guarda de mais importante da ação das CM’s foi a sua capacidade reivindicativa junto da Câmara Municipal, perante as Juntas de Freguesia e perante os órgãos do governo central.

Nos dias que precedem o 25 de Novembro, iremos assistir a um recrudescimento das ocupações de casas impulsionado pelo Comité de Luta de Setúbal, sendo ocupadas casas novas, recém-construídas, situadas em bairros de classe média, pertencentes a empresários da construção civil. Estes, segundo o Comité de Luta, eram indivíduos associados à especulação imobiliária.



Comissão de moradores de Palhais.

Colecção de José Labareda

35 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da classe média. In Dows, *Op. Cit.* p. 97.

36 Francisco Lobo, *Histórias de Setúbal*, edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Setúbal, 2008, p. 65.

1.1.1. AS REIVINDICAÇÕES DAS COMISSÕES DE MORADORES

As Comissões de Moradores vão alargando progressivamente a sua esfera de intervenção. Para além da legitimação das ocupações, irão também elaborar os seus programas de ação de acordo com as necessidades básicas mais prementes: falta de água canalizada, falta de luz elétrica, saneamento básico, arranjos dos caminhos, cabines telefónicas³⁷, transportes, recolha regular do lixo, creches, escolas, melhores transportes públicos³⁸. São as CMs que determinam as prioridades e definem o que faz mais falta, o que é preciso fazer primeiro.

As reivindicações das Comissões de Moradores são, de alguma, forma a sua própria história. As mais de três dezenas de CMs existentes na cidade têm histórias diferentes para contar, em matéria de reivindicações e também de realizações. Estas diferenças estão naturalmente relacionadas e condicionadas pela composição social das diversas comissões e pelo tipo de carências que existiam nos distintos espaços urbanos.

As prioridades não eram iguais para todas as Comissões. Enquanto para os bairros de barracas a questão premente era, desde logo, conseguir uma habitação digna, para outros bairros a prioridade ia para a reparação das casas degradadas. Tentava-se melhorar, ou mesmo criar infraestruturas como a canalização de água e esgotos ou trazer eletricidade. Para outros bairros mais recentes, habitualmente ocupados pela classe média, as infraestruturas físicas estavam resolvidas e as suas prioridades iam para a aquisição do equipamento social que faltava, destacando-se a reivindicação de jardins-de-infância, escolas, transportes, recolha de lixo, cabines telefónicas, etc.

Nas Comissões de Moradores dos bairros do Liceu e do Montalvão apareceram ainda reivindicações de parques de estacionamento para automóveis e aquecimento de uma piscina, que Dows classifica como “Equipamento social superior”, questões que se situavam para além dos direitos sociais básicos. Moradores de outros bairros consideravam estas reivindicações como “burguesas”.

Por sua vez as reivindicações das CMs das zonas periféricas da cidade, as chamadas zonas rurais, vão fundamentalmente para a resolução do problema do saneamento básico, da eletrificação, da degradação dos edifícios escolares e dos transportes públicos e dos próprios arruamentos. Há zonas, como é o caso das Pontes, onde estava tudo por fazer.

Uma análise conjunta dos dois quadros apresentados ilustra bem que houve vários benefícios concretos que foram realizados pelas CMs. Foram concretizadas ou melhoradas várias infraestruturas com destaque para estradas, acesso aos transportes, acesso à iluminação pública, instalação de cabines telefónicas...

³⁷ A reivindicação de implantação de cabines telefónicas nestes bairros era muito importante dado que nestes bairros o habitual era não existir um único telefone.

³⁸ Houve situações em que os autocarros eram “desviados” do seu percurso habitual. Grupos de habitantes obrigavam os motoristas a levar o autocarro a esses bairros como forma de pressão para a criação de novas carreiras.

REALIZAÇÕES DAS COMISSÕES DE MORADORES Fonte: Dows *et al.* (adaptado)

| BAIRROS DIVISÃO E NOMES | | | ALOJAMENTO | INFRAESTRU- TURA FÍSICA | EQUIPAMENTO SOCIAL | FARMÁCIA | LIGAÇÃO CIDADE/CAMPO | ATIVIDADES CULTURAIS |
|----------------------------|------------------------|---------------------|------------|----------------------------|-----------------------|----------|-------------------------|-------------------------|
| BAIRROS POPULARES | BARRACAS E ABARRACADOS | Monarquina | ● | | ● | | ● | ● |
| | | Liberdade | ● | ● | ● | | ● | ● |
| | | Quatro Caminhos | ● | | | | ● | |
| | | Maltalhado | ● | ● | | | | |
| | | Casal das Figueiras | ● | ● | | | | ● |
| | | Castelo Velho | ● | ● | ● | | | ● |
| | | Dias | ● | ● | | | | ● |
| | | Pinheirinhos | ● | ● | ● | | | ● |
| | OFICIAIS | Pescadores | | ● | ● | | | ● |
| | | 25 de Abril | | ● | ● | | | ● |
| | | Humberto Delgado | | ● | ● | | | ● |
| | DEGRADADOS | Fontainhas/S. Dom. | | ● | | | ● | |
| | | Troino | ● | ● | | | ● | ● |
| | MISTURA | Azedo | | ● | ● | | | |
| 1º Maio/Peixe Frito | | ● | ● | ● | | | ● | |
| BAIRROS CLASSE MÉDIA | OFICIAIS | Nª Srª Conceição | | ● | | | | |
| | | Afonso Costa | | ● | ● | | | |
| | OUTROS | Camarinha | | | ● | ● | | |
| | | São Gabriel | | | ● | | | |
| | | Reboreda | | ● | | | ● | ● |
| | | Salgado | | | ● | | ● | ● |
| | | Santa Maria Sul | | ● | | | ● | ● |
| | | Alves da Silva | | | ● | | ● | |
| | | Praça do Brasil | | | ● | | ● | |
| | | Estrada Ciprestes | | ● | ● | | ● | |
| | | Monte Belo | | ● | ● | | | |
| | | Batista/Tebaida | | ● | ● | | ● | |
| | | Amoreiras | | ● | ● | | | |
| | | Liceu | | | ● | ● | ● | |
| Montalvão | | | | | | ● | | |

REIVINDICAÇÕES DAS COMISSÕES DE MORADORES Fonte: Dows *et al.* (adaptado)

| BAIRROS DIVISÃO E NOMES | | ALOJAMENTO | INFRAESTRU- TURA FÍSICA | EQUIPAMENTO SOCIAL | FARMÁCIA | |
|----------------------------|------------------------|---------------------|----------------------------|-----------------------|----------|---|
| BAIRROS POPULARES | BARRACAS E ABARRACADOS | Monarquina | ● | ● | ● | |
| | | Liberdade | ● | ● | ● | |
| | | Quatro Caminhos | ● | ● | ● | |
| | | Maltalhado | ● | ● | | |
| | | Casal das Figueiras | ● | ● | ● | ● |
| | | Castelo Velho | ● | ● | ● | |
| | | Dias | ● | ● | | |
| | | Pinheirinhos | ● | ● | ● | |
| | OFICIAIS | Pescadores | | ● | ● | |
| | | 25 de Abril | | ● | ● | |
| | | Humberto Delgado | | ● | ● | |
| | DEGRADADOS | Fontainhas/S. Dom. | | ● | ● | |
| | | Troino | ● | ● | | |
| | MISTURA | Azeda | | ● | ● | |
| | | 1º Maio/Peixe Frito | ● | ● | ● | |
| | BAIRROS CLASSE MÉDIA | OFICIAIS | Nª Srª Conceição | | ● | |
| Afonso Costa | | | | ● | ● | |
| OUTROS | | Camarinha | | ● | ● | ● |
| | | São Gabriel | | ● | ● | |
| | | Reboreda | | ● | ● | |
| | | Salgado | | ● | ● | |
| | | Santa Maria Sul | | ● | ● | |
| | | Alves da Silva | | | ● | |
| | | Praça do Brasil | | | ● | |
| | | Estrada Ciprestes | | ● | ● | |
| | | Monte Belo | | ● | ● | |
| | | Batista/Tebaida | | ● | ● | |
| | | Amoreiras | | ● | ● | |
| Liceu | | | ● | ● | | |
| Montalvão | | | ● | | | |

Como se pode ver, muitas destas reivindicações são comuns aos diferentes bairros, existindo também um processo de “contaminação” em relação a determinadas reivindicações que passam a ser adotadas nos programas de ação de Comissões de Moradores e que no início não tinham sido identificadas como prioridades. Esta “contaminação” resulta também da influência e do desempenho das estruturas de coordenação que foram sendo criadas.

Há ainda um conjunto de realizações que são habitualmente fruto do voluntarismo dos elementos mais politizados destas comissões, normalmente quadros das organizações de esquerda. São exemplo daquelas as “farmácias” que são criadas por algumas CM’s que consistiam na distribuição de medicamentos, na sua maioria amostras gratuitas, disponibilizadas por médicos e mesmos por alguns laboratórios. O voluntarismo vai ao ponto de alguns elementos integrarem mais do que uma Comissão de Moradores, como nos explicou João Bárbara, dirigente à época do Movimento de Esquerda Socialista (MES), e um dos ativistas do movimento social urbano³⁹.

As atividades culturais, que tinham grande adesão nos bairros populares, também não são descuradas. Destacamos a projeção de filmes e a apresentação de peças de teatro, na maior parte das vezes realizadas por grupos cénicos surgidos durante o período da Revolução, de que é exemplo o grupo da Palhavã. Promovem-se também sessões de canto livre. José Afonso participa em várias destas iniciativas. Existem ainda atividades desportivas, festas e, naturalmente, debates políticos que tinham neste período uma grande popularidade. Há ainda CMs que promovem cursos de alfabetização. Outras incentivam atividades desportivas (jogos de futebol, torneios de atletismo, etc.), em que participam os diversos bairros de barracas de Setúbal.

Num processo de solidariedade com as cooperativas agrícolas, vai promover-se a venda direta de géneros produzidos por estas.

Ao nível das realizações, Rodrigues Lobo faz uma distinção entre as freguesias rurais, que são mais empreendedoras, e as urbanas que são mais reivindicativas. O exemplo deste empreendedorismo seria a Comissão de Moradores das Manteigadas que “colocou água, luz, esgotos, arruamentos e fez uma sede social”⁴⁰.

A determinação com que os moradores dos bairros de barracas vão progressivamente, por diversas formas, impondo o direito a uma habitação digna é surpreendente. Contra tudo e contra todos esta gente intui que havia chegado a sua hora! Quer através do complexo e difícil processo de ocupação das casas quer, depois no quadro do processo SAAL, os habitantes das barracas vão, de um modo firme, impor os seus direitos.

José Afonso referir-se-á a estes moradores considerando-os “os heróis de agora/ maiores que Alexandre Magno/ numa batalha perfeita/ sem perguntar ao Estado/

39 Entrevista concedida por João Bárbara, em 2 de maio de 2016.

40 Entrevista de Francisco Lobo. Dows, *Op. Cit.* p. 136.



Grupo de teatro
“Sobe e Desce”.

Foto de Joaquim Canelas

qual o caminho a tomar/ Correm risco correm penas/ Quem sabe onde vão parar”. Muitos destes líderes populares, apesar de terem conhecido uma vida que os atirou para a marginalidade do espaço urbano, apesar da sua pouca escolaridade, dos seus empregos precários e mal remunerados, vão ter uma grande capacidade de afirmação.

Quer nas reuniões com representantes do Poder Local, quer no confronto com o Poder Central, estes homens e mulheres não vacilaram.

No quadro do processo SAAL, as Comissões de Moradores tiveram de relacionar-se com os técnicos respectivos (engenheiros, arquitetos, assistentes sociais), gerir os fundos para a construção das suas casas, relacionar-se com as instituições bancárias, elaborar contratos com construtores civis, produzir uma “escrita” própria no sentido de resistir à burocracia e, finalmente, prestar contas nos plenários de moradores.

1.1.2. A LUTA DOS QUINHENTOS ESCUDOS POR ASSOALHADA

Setúbal irá conhecer um outro processo de luta que ficou conhecido pelos “quinhentos escudos por assoalha” e que terá um grande impacto na cidade. Esta iniciativa é impulsionada por algumas Comissões de Moradores de bairros da classe média (bairros do Liceu, da Azeda, de São Gabriel) pretendendo, segundo os próprios promotores, travar a especulação dos grandes senhorios e obrigar a uma nova política habitacional. Esta perspetiva, permitiria também a integração de novos grupos sociais no “processo revolucionário”⁴¹.

⁴¹ Chip Dows, *Op. Cit.* p. 50.

A explosão demográfica que a cidade sofre a partir da década de setenta, e que já foi referida no texto introdutório, causou uma intensa procura de habitação também nos bairros recém-construídos para a classe média. A falta de habitação vai provocar um processo especulativo nas rendas de casa que chegam a atingir os mil escudos por assoalhada, sendo que a média se situava à volta dos setecentos escudos por assoalhada.

Nos inícios de junho de 1975 um plenário, promovido por estas Comissões de Moradores, aprova uma moção que define que os inquilinos não deverão pagar aos senhorios mais de 500\$00 por assoalhada, considerada uma renda justa e não especulativa.

Nesta reunião é decidido que cada senhorio deve ser contactado de imediato. Não havendo acordo, a renda deverá ser depositada na Caixa Geral de Depósitos, em nome do senhorio, segundo o princípio de 500\$00 por divisão assoalhada e 300\$00 no caso do espaço arrendado ser cave. A proposta aplicava-se, naturalmente, para os casos em que a renda fosse superior aos 500\$00 por divisão. O procedimento de depositar aqueles valores na CGD, segundo os dirigentes destas CMs, impediria os moradores de serem acusados de incumprimento no pagamento das rendas de casa, respeitando assim, uma decisão coletiva.

Este movimento generaliza-se a outros bairros da classe média, onde as rendas de casa eram mais caras. Segundo *O Setubalense*, de 2 de julho de 1975, neste preciso mês de julho já existiriam cerca de 3000 pessoas a efetuar aqueles pagamentos na CGD.

No início de setembro de 1975 uma reunião de inquilinos discute várias propostas contra as rendas especulativas. Nessa reunião fica decidido integrar outras dimensões da especulação imobiliária. Havia que ter em linha de conta a localização dos apartamentos, o tipo de construção, número de assoalhadas e o rendimento das famílias. Existem várias propostas sobre estes temas que não são consensuais e, por isso, são adiadas decisões sobre a matéria. Atente-se no seguinte registo que integra um compromisso de luta:

“Nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e nacionalização como socialização das grandes e médias empresas de construção civil. Estas nacionalizações são feitas sem qualquer indemnização; eliminação total das novas licenças para construções de luxo; desenvolvimento imediato da construção social e socialização imediata da habitação com exceção da casa própria”⁴².

A luta dos 500\$00 por assoalhada vai granjear pouca simpatia por parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, que a identifica como uma luta “oportunista”. Vai ter também a oposição ou, pelo menos, o distanciamento de várias Comissões de Moradores dos bairros populares e particularmente das comissões de moradores dos bairros de barracas. Estas consideram que quem paga-

42 Comunicado de Inquilinos sobre a política de habitação de 1 de setembro de 1975. Comissão Dinamizadora da Luta dos Inquilinos.

va 2500\$00 ou 3000\$00 de renda de casa seria rico e, sendo assim, não tinha que se meter na luta dos moradores pobres.

Mesmo dentro dos partidos da esquerda radical há quem veja a reivindicação dos 500 escudos por assoalhada como uma luta “reformista”, pouco condicente com o processo revolucionário que se vivia. No entanto, os promotores desta luta defendem-se, explicando que os 500 escudos por assoalhada não seriam um fim em si mesmo, mas uma maneira de “atacar a especulação dos grandes proprietários, levando à definição duma nova política habitacional e, ao mesmo tempo, pondo em causa as Comissões de Moradores reformistas e as autarquias locais”⁴³.

O Comité de Luta acarinhará este processo tentando alargá-lo ao que alguns consideravam ser os bairros “privilegiados”. Para isso, chega a aprovar uma proposta em que eram gizadas variáveis que determinariam o preço da renda. Estas variáveis deveriam ter em conta a localização da casa, a qualidade dos materiais e ainda a relação da renda com o rendimento de cada agregado familiar.

Também o Poder Central vai manifestar forte oposição a esta forma de luta. Uma nota do Ministério do Equipamento e do Ambiente dirigida “Aos Moradores de Setúbal” considera a luta como ilegal e, portanto, sancionável. Em tom ameaçador alerta a população para a gravidade de aderir a esta iniciativa: “Na sequência da distribuição de panfletos anónimos na cidade de Setúbal que incitavam a população a não cumprir os contratos de arrendamento legalmente celebrados (...). Considera este Ministério ser seu dever alertar a população para a ilegalidade e gravidade das decisões tomadas, sujeitas às penalidades previstas na lei e dos prejuízos que dela podem advir para a economia do País”⁴⁴.

A luta dos 500 escudos por assoalhada é uma proposta de luta radical que põe em causa o conceito de propriedade e as leis vigentes do inquilinato. Esteve longe de ser consensual sendo que, apesar de ter sido acarinhada pelos sectores mais jovens da classe média e de ter tido um grande impacto na cidade, a fazer fé nos números de adesões publicitadas pela imprensa local e veiculada pelos organizadores desta luta, não se conseguiu generalizar ao conjunto dos bairros da cidade. O balanço deste processo de luta tem leituras diferentes:

“Vimos um grande oportunismo nessa luta. Nós vimos indivíduos que ganhavam 20-25 e 30 contos entrarem nessa luta e senhorios que tinham uma casita, que sabe Deus como é que eles fizeram aquilo e que recebiam 2500-3000\$00, e ver indivíduos desses entrar na luta. Isso dá um divisionismo enorme, porque nós não podemos considerar um indivíduo que tenha uma casa um milionário ou um burguês. Penso que foi um fracasso. (...).

Foi uma luta que podia ter sido boa, sobretudo se tivesse avançado para a percentagem. Até pensamos que essa luta teve um certo fundamento, eram os organismos

43 Chip Dows, *Op. Cit.* p. 50.

44 Comunicado do Ministério do Equipamento e do Ambiente, reproduzido no jornal *Notícias de Setúbal* de 19 de julho de 1975.

de base que lançaram essa luta e tiveram um grande apoio e até houve um momento dado em que aqui em Setúbal a Revolução era a luta dos 500\$00, se falhasse, falhava a Revolução, e a Revolução não é isso, é uma coisa muito mais complexa”⁴⁵. Cristina Moura, uma ativista das Comissões de Moradores, observa: “Inicialmente esta luta teve uma grande popularidade e adesão e foi apoiada de forma entusiástica por muitas pessoas vítimas das rendas especulativas”⁴⁶.

Como referimos, esta luta encontrou resistências várias. Dos moradores mais pobres, até à autarquia, as oposições multiplicam-se subindo ao Governo Central. A conjuntura política saída do 25 de Novembro, vai determinar que o Governo intensifique o ataque contra esta forma de luta. Os processos em tribunal aumentam. Outros inquilinos cessam os depósitos na CGD e tentam entrar em acordo com os senhorios. Segundo o Grupo Dinamizador da Luta das Rendas de Casa em maio de 1976 haveria ainda 600 famílias em luta⁴⁷.

1.1.3. A DISPUTA POLÍTICA E IDEOLÓGICA PELA LIDERANÇA DOS ÓRGÃOS DE PODER POPULAR

Após uma primeira fase de ocupações, relativamente espontânea, liderada por militantes do Círculo Cultural, a luta pela liderança e hegemonia deste movimento popular passa a ser um espaço de confrontação política e ideológica entre os partidos da esquerda radical e o PCP. Mesmo entre os partidos da extrema-esquerda, a disputa é igualmente grande.

Valentim Pinto, membro das duas primeiras Comissões de Trabalhadores da Setenave, à época próximo das posições das organizações “marxistas-leninistas” que dariam origem à UDP e militante profundamente envolvido nas lutas sociais, dá-nos a sua interpretação dos aspetos contraditórios desta competição entre as várias organizações da esquerda em Setúbal: “Havia situações em que o PCP olhava para a extrema-esquerda como inimiga figadal, mas havia outras situações de lutas concretas em que havia uma unidade ao nível das bases. Isso sentia-se ao nível de reivindicações concretas, onde estavam em causa os interesses dos trabalhadores. Essa unidade existia também ao nível das manifestações, onde as diferenças eram unicamente nas palavras-de-ordem. Só um observador atento podia ver as diferenças. Uns defendiam a “Revolução Socialista”, outros a “Revolução Popular” e outros ainda a “Revolução Democrática”⁴⁸.

Para Valentim Pinto existia igualmente uma grande rivalidade entre as organizações da esquerda radical: “Mesmo entre estes grupos existiam grandes divergências. Muitas vezes os grupos guerreavam-se. Nós [UDP] considerávamos o PRP/BR um partido bombista. O PRP e a LUAR olhavam para a OCMLP e para a UDP

45 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da classe média. Dows. *Op. cit.* p. 106.

46 Entrevista concedida por Cristina Moura, em 2 de maio de 2016.

47 Dows. *Op. cit.* p. 51

48 Entrevista concedida por Valentim Pinto, 16 de junho de 2016.

como partidos neorrevisionistas. Havia muitas tensões ao nível da discussão ideológica”⁴⁹.

Os primeiros focos de tensão e de diferenciação na apreciação da situação política que ocorrem no Círculo Cultural estão relacionados com a ocupação de casas devolutas por parte de famílias que vivem em bairros-de-lata.

Referindo-se a este período, uma ativista identificada como “militante das lutas urbanas de Setúbal” recorda que “havia grande representatividade de comissões, bastante conflito também à volta delas... talvez pouca coesão entre si, daí tanta discussão sobre quantos haviam de estar presentes. Mas que havia bastante mobilização ao nível dos bairros isso havia o que as tornava bastante representativas”⁵⁰.

Ainda a mesma militante recorda que numa fase inicial da existência das comissões de moradores os conflitos partidários não eram muito visíveis, e que só no período de maior agudização da disputa política é que os conflitos são mais perceptíveis: “Surgiam problemas internos de organização, de bagunça por as pessoas não estarem habituadas a estarem 200 ou 300 pessoas numa assembleia e portanto falava tudo ao mesmo tempo e de vez em quando exaltavam-se, mas não surgia a luta partidária inicialmente, mesmo quando estavam militantes partidários (de qualquer partido) à frente. Isso começou mais tarde”⁵¹.

Rodríguez Lobo lembra que esta disputa era mais acesa nalguns bairros de barracas, onde as organizações de extrema-esquerda tinham mais influência, com destaque para o Castelo Velho, Casal das Figueiras e Bairro da Liberdade: “A Dr.^a Odete Santos foi para a zona do Casal das Figueiras, batendo às portas e dizendo ao que ia. À sua frente, dois ou três jovens, ligados ao PCP/ml, antecipavam-se e diziam aos moradores para não atenderem a Dr.^a Odete Santos, pois era social-fascista”⁵².

Apesar da forte disputa política e ideológica, que se travava no seio das organizações de coordenação do poder popular, há esforços de convergência e a disputa entre a esquerda revolucionária e o PCP nem sempre foi linear.

Isabel Guerra, uma ativista que trabalhou nos bairros sociais e que foi dirigente do PRP, em época de balanço acaba por reconhecer: “Embora corra o risco de ser injusta, a experiência que tenho em Setúbal diz-me que muito pouca gente apoia uma organização de moradores que não seja partidariamente”⁵³.

Em 2 de julho de 1975 reúnem-se delegações da FSP, LCI, LUAR, MDP/CDE, MES e PCP para analisarem a situação política e discutirem “propostas de ação para a luta de massas” no sentido de “combater a crise económica e política e avançar no processo revolucionário”⁵⁴.

49 Valentim Pinto. *Idem, Ibidem*.

50 Entrevista efetuada em março de 1976 a uma militante das lutas urbanas de Setúbal. Dows, *Op. cit.* p. 122.

51 *Idem Ibidem* pg.129

52 Francisco Lobo, *Op. cit.* p. 65.

53 Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op. cit.* p. 81.

54 *O Setubalense*, 4 de julho de 1975.



Houve acordo nos seguintes aspetos:

“1 – Impulsionar o movimento popular de massas em torno dos principais problemas económicos e políticos sentidos pelas massas trabalhadoras.

2 – Ultrapassar as velhas estruturas do Estado burguês, pelo esforço da criação dos órgãos unitários que os trabalhadores já criaram ou venham a criar nas empresas, campos e quartéis, no decurso da sua luta contra a reação capitalista.

3 – Impulsionar a realização de Assembleias Populares, onde estarão representados os órgãos unitários dos trabalhadores, de modo a estes deterem ao nível de cada Zona um verdadeiro poder”⁵⁵.

Neste comunicado conjunto há uma nota final referindo que “as organizações presentes esclarecem que o PRP-BR se recusou a discutir a Ordem de Trabalhos, tendo por isso abandonado toda esta plataforma comum de trabalho”⁵⁶. Assinado pelas delegações de Setúbal da FSP, LCI, LUAR; MDP/CDE, MES e PCP.

Esta convergência entre o PCP, MDP/CDE e as organizações de esquerda não será alheia à hegemonia conjuntural que o PRP tem no movimento popular em Setúbal. O combate político e ideológico terá uma maior visibilidade na disputa pela coordenação dos órgãos do “poder popular” como veremos no respetivo capítulo. A crispação política em Setúbal ir-se-á igualmente exacerbar depois das eleições para a Assembleia Constituinte, como já verificámos.

⁵⁵ *Idem, Ibidem.*

⁵⁶ *Idem, Ibidem.*

Público participante
numa peça de teatro do
Grupo “Sobe e Desce”.

Foto de Joaquim Canelas

2. AS COMISSÕES DE TRABALHADORES - A LUTA OPERÁRIA E AS FORMAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

A amplitude e a diversidade das situações que ocorrem no mundo do trabalho na zona industrial de Setúbal justificam por si só uma investigação autónoma que trataremos em próxima publicação.

O aprofundamento do estudo das lutas operárias necessita ser desenvolvido, de preferência, por uma equipa multidisciplinar que investigue as diversas fontes disponíveis (arquivos do Ministério do Trabalho, arquivos das principais empresas, dos sindicatos) de modo a poder aceder a documentos significativos, com destaque para os cadernos reivindicativos, comunicados das entidades patronais e CTs, protocolos e acordos alcançados, jornais de greve. Será igualmente indispensável promover uma exaustiva recolha de testemunhos dos elementos mais destacados das Comissões de Trabalhadores, Comissões Sindicais, diretores e administradores de empresa.

A análise da informação recolhida possibilitará o conhecimento do ambiente laboral na Setúbal deste período, com as suas diversas formas de organização e mobilização operária (Comités de Greve, Comissões de Trabalhadores, Comissões Sindicais, etc.), possibilitando ainda a identificação e o posicionamento das instâncias de negociação envolvidas (Administrações de Empresa, Patronato, Ministério do Trabalho, Governador Civil, MFA, Comissão Administrativa da CMS, Sindicatos, etc.).

De resto, há trabalhos académicos em curso e outros concluídos que iniciaram o estudo desta matéria. Refira-se a tese de doutoramento, recentemente concluída, sobre a Setenave, de Jorge Fontes, um investigador do IHC da FCSH. Também Miguel Ángel Pérez Suárez, na sua tese de mestrado “As Comissões de Trabalhadores e a Luta Operária na revolução Portuguesa (1974-1975)”, estudou os processos de luta encetados em algumas das unidades fabris da zona industrial de Setúbal.

De destacar ainda as investigações desenvolvidas no âmbito do Gabinete de Investigações Sociais (GIS) e publicadas na revista *Análise Social* sobre as lutas operárias depois do 25 de Abril.

Dadas as razões atrás referidas, neste ponto limitar-nos-emos a tentar compreender as grandes linhas de força que atravessam o movimento laboral reivindicativo, tentando ainda interpretar as diversas soluções procuradas pelos trabalhadores neste complexo e multifacetado momento social e político.

A imprensa da cidade dá uma grande centralidade às lutas do mundo do trabalho. A página “Movimento Sindical”, coordenada pelo Movimento Democrático de Setúbal, logo nos primeiros dias de maio, faz apelos à organização nas fábricas no sentido de serem criadas “Comissões de Empresas”⁵⁷.

Esse apelo foi levado a sério nos locais de trabalho. As Comissões de Trabalhadores irão proliferar em todo o parque industrial da cidade, desde as grandes até às pequenas unidades de produção.

57 “Movimento Sindical”, in *O Setubalense* de 6 de maio de 1974.

E, ao mesmo tempo que as Comissões de Moradores iam fazendo o seu caminho, também estas estruturas de organização laboral respondiam à chamada não deixando créditos por mãos alheias.^h Sem esperar por qualquer quadro normativo legal, proveniente de Lisboa, estes órgãos foram impondo o direito à greve nas principais unidades fabris e serviços da cidade.

O País mudava todos os dias e as reivindicações sucediam-se. Em algumas empresas, particularmente do sector automóvel, os processos de luta que vão acompanhar aquelas reivindicações haviam sido iniciados nos últimos anos que precederam a queda do regime^{s8}. Havia, portanto, nestas empresas uma perfeita consciência do que se queria e, mais do que isso, premência em conseguir o que há tanto tempo se exigia.

Nenhuma empresa resistiu às profundas alterações entre o capital e o trabalho neste período. Entre abril e julho de 1974 não houve praticamente uma só empresa, das pequenas às grandes unidades fabris com milhares de operários, que não tivesse encetado um processo reivindicativo.

Neste período, todas as principais fábricas vão eleger, em plenários bastante participados, as suas Comissões de Trabalhadores (CTs). Estas organizações constituem-se como órgãos de democracia direta para dialogar com as respetivas administrações no sentido da imposição dos seus cadernos reivindicativos.

Estas novas estruturas, que crescem por toda a parte como cogumelos, vão ser obra da espontaneidade do sopro histórico que então se vivia, mas vão também ser o produto da ação de jovens operários, pertencentes à esquerda revolucionária, ao PCP e ao próprio PS.

Nesta fase, as direções sindicais em gestação, ou em reestruturação, estarão afastadas, ou pelo menos não liderarão estes conflitos laborais iniciais, pelo que a liderança dos processos de luta será promovida quase exclusivamente pelas Comissões de Trabalhadores.

Serão processos de luta diversos assumindo, nalguns casos, cadernos reivindicativos muito extensos (caso da empresa TECNISADO^{s9}), tendo havido situações em que a dinâmica do conflito se vai transformar em luta pelo poder dentro da fábrica, (caso da SOCEL, da SAPEC e também da SETENAVE e PROPAM).

Contudo, este movimento social nas empresas não vai viver só de reivindicações. Progressivamente assume uma forte politização. Vai pedir contas aos patrões, aos diretores e aos encarregados que colaboraram na repressão e perseguição aos trabalhadores mais ativos durante o regime anterior. Exige o seu afastamento e julgamento pelos atos cometidos.

^{s8} Entrevista concedida por Sertório Herrera, em 20 de junho de 2016.

^{s9} Esta empresa que pertencia ao grupo “ENTREPOSTO”, foi das primeiras do parque industrial de Setúbal a eleger uma Comissão de Trabalhadores. Logo em 10 de maio de 1974 foi apresentado um extenso Caderno Reivindicativo discutido e aprovado por todos os trabalhadores. Este caderno integrava mais de duas dezenas de reivindicações, com destaque para o aumento imediato de dois mil escudos para todos os trabalhadores, a semana de 40 horas, salário completo em caso de doença ou sinistro.

Os confrontos irão ser diferenciados, indo desde a ameaça de greve, até à greve total, passando pela ocupação das instalações da empresa, culminando num ou noutro caso no sequestro de diretores e administradores.

Nesta situação de generalizada conflitualidade há a perceção por parte dos trabalhadores de que as lutas que travam não podem ficar isoladas. Tal será, aliás, uma das suas permanentes preocupações, não só neste momento como em momentos posteriores. A Comissão de Trabalhadores da Setenave promoveu as formas mais exuberantes de quebrar o isolamento ao promover manifestações imponentes de centenas e mesmo de milhares de operários de fato-de-macaco e capacete a marchar sobre a cidade. No caso de outras empresas há um apelo fortíssimo à generalidade dos trabalhadores dentro das próprias fábricas que é complementado pela ligação ao exterior através da imprensa, como no caso da SOCEL.

Por sua vez a PROPAM, que passou por grandes dificuldades, conseguiu concretizar várias formas de solidariedade operária, incluindo a monetária, para suprir a falta de pagamento de salários de vários meses.

O decurso destas lutas, que se sucedem com grande espontaneidade e radicalidade, é denotador da inexistência de controlo por parte das estruturas sindicais e dos partidos políticos que integravam o Governo Provisório.

Depois deste período, em que a explosão reivindicativa é autónoma, ou pelo menos se faz à margem de qualquer “quartel-general” dirigente e controlador, a situação altera-se progressivamente.

O espetro do desemprego, das deslocalizações, do encerramento de fábricas, a que se junta a pressão por parte do Governo e dos sindicatos, serão fatores a ter em conta e que de algum modo farão como que amaciar a torrente grevista e aguerrida que estes tempos iniciais conheceram.

Pelo lado do patronato os dias sucedem-se sombrios. As respostas são desiguais consoante a força das empresas e grau de litigância e organização dos trabalhadores. No caso de algumas das maiores empresas implantadas em Setúbal de que são exemplo a SAPEC, a SOCEL, a SECIL e a SETENAVE as administrações tentam, de acordo com a conjuntura, satisfazer as reivindicações salariais. Cederão de igual modo relativamente a outras exigências de índole mais política. Por exemplo, a administração da SOCEL teve de transigir no saneamento de um número significativo de quadros superiores, exigido pelos trabalhadores, tendo também de partilhar a gestão da produção com a CT. Estas serão as empresas que melhor sobreviverão à crise de 1974-75, dada a sua dimensão.

Há outro conjunto de grandes e médias empresas, de que fazem parte as indústrias ligadas ao ramo automóvel que, satisfazendo algumas das reivindicações salariais impostas nos dois primeiros meses a seguir à Revolução, começam a ensaiar uma estratégia de deslocalização das unidades de produção para outros países em que esperam não encontrar esta conflitualidade social.

Estão neste caso fábricas como a Barreiros, a MOVAUTO, a IMA, o Entrepósito. Algumas destas empresas conhecerão processos de reconversão que se vão pro-

longar por vários meses e até alguns anos, no sentido de assegurar os postos de trabalho. Outras irão encerrar.

Por fim há todo aquele universo de pequenas empresas, entre as quais algumas unidades fabris ligadas à indústria conserveira. Em alguns casos as entidades patronais optam por pura e simplesmente fechar as empresas, enquanto noutros serão obrigadas a diferentes soluções, que passam desde o controlo operário à cogestão e autogestão.

Assistimos a situações variadas: o Café Central, um café de referência na cidade, situado na Praça de Bocage, vai conhecer a cogestão, tendo acordado com os sócios um esquema de exploração em que os trabalhadores tirariam os seus salários e outras remunerações, sendo os lucros divididos em partes iguais, caso existissem; a Serração do Monte Belo que configurará um caso de autogestão, em que o patrão queria despedir os trabalhadores e acaba por acordar com eles 10% dos lucros a troco da cedência das máquinas; a TELED – Multinacional, fábrica de vestuário de proteção e acessórios técnicos, situada nos arredores de Setúbal, optará pelo controlo operário depois de confrontações com a entidade patronal, estudando novos modelos de vestuário; a Herdade da Gâmbia em que os trabalhadores, face ao não recebimento do salário, saneiam o patrão e entram em autogestão, formando a cooperativa agrícola do 1.º de Maio; finalmente, na indústria conserveira, cuja fonte de lucro era o baixo salário e o horário flexível, deparamo-nos com uma progressiva agonia, sendo disso exemplo a fábrica de conservas UNITAS, onde cerca de noventa trabalhadores/as estão sem trabalho e sem vencimentos, sendo grande parte moradora no bairro do Castelo Velho.

No caso destas últimas empresas há vários casos em que a ocupação ocorre na sequência da falência ou mesmo da fuga dos patrões. As ocupações, nestes casos, integram situações mais defensivas que pretendem sobretudo a manutenção dos postos de trabalho.

Durante este período não conhecemos qualquer iniciativa com algum significado por parte das Comissões de Trabalhadores, no sentido de criar uma estrutura de coordenação autónoma destes órgãos, que dê resposta às questões concretas do mundo do trabalho, apesar da existência de problemas tão graves nas diversas unidades fabris do parque industrial da cidade⁶⁰.

Esta “incapacidade”, ou indisponibilidade para a formação de um órgão coordenador das lutas laborais, está diretamente ligada ao facto de as principais Comissões de Trabalhadores serem influenciadas e dirigidas por militantes das organizações da extrema-esquerda e do PCP.

60 A Setenave integrará a Comissão Interempresas, criada por iniciativa da UDP com o apoio de outras organizações da extrema-esquerda, em janeiro de 1975. Esta Comissão agrupava cerca de 30 CTs da área de Lisboa e Setúbal e será responsável pela dinamização de uma manifestação contra a NATO e o desemprego em fevereiro de 1975, apesar da oposição da União dos Sindicatos do Sul, do PCP e do PS. Em setembro de 1975 algumas CTs do parque industrial de Setúbal integrarão o Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), iniciativa que será dinamizada por militantes do PCP.

O PCP dirige a maioria dos sindicatos. Tem, para além disso, uma presença muito forte em grande número de CTs, ainda que não seja maioritário em algumas das maiores empresas como a SETENAVE, a SOCEL, ou a SAPEC. Não sente, deste modo, qualquer necessidade de formação de órgãos, que para além de tudo poderiam pôr em causa a sua supremacia.

Por outro lado, as organizações “marxistas-leninistas” têm elementos dispersos em várias CTs e alcançam a hegemonia na Setenave. Também não desejam avançar com propostas concretas de coordenação, nem farão o mais pequeno esforço para numa estrutura onde ficariam em minoria.

Isto não significa que não houvesse a consciência da necessidade de formas de solidariedade operária, particularmente para as empresas com salários em atraso, como ocorreu na PROPAN, ou no apoio dado aos operários agrícolas de Alcácer do Sal.

Benjamim Carvalho, membro da primeira Comissão de Trabalhadores da fábrica Barreiros, explica que aposta do PCP foi sempre nos sindicatos e nas comissões sindicais nas empresas: “As Comissões de Trabalhadores não eram fáceis de controlar porque estavam sempre a ser avaliadas pelos trabalhadores. Já nos sindicatos não era assim”⁶¹.

Como veremos adiante, o Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares e depois o Comité dos Organismos Populares de Setúbal, que integram Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores, serão atravessados por forte disputa ideológica na qual consomem grande parte das suas energias.

Também o Comité de Luta, criado em outubro de 1975, é um órgão fortemente politizado. Será constituído pelo mesmo tipo de Comissões a que se juntarão ainda as Comissões de Soldados. Não terá, contudo, capacidade para dar atenção e resposta à complexidade das situações que foram sendo criadas nas várias unidades fabris da cintura industrial de Setúbal.

Estes tempos que se abrem com a Revolução vão ser tempos de febril atividade e arrebatado e permanente empenhamento. A gravidade dos problemas com que se defrontam os ativistas destes processos de luta engole, absorve, consome energias. Para além disso, a instabilidade que se vive não propicia grandes análises nem dá margem para o exercício de ações em conformidade com teorias. Vive-se cada momento como é possível viver, avança-se quando é possível avançar, recuando-se também, muitas vezes, quando a realidade se transforma em revés.

E se a não promoção de um órgão de coordenação laboral por parte dos partidos tem a ver com a contabilidade do ganhar ou perder influência, no caso destes ativistas pode ser também explicada por essa voragem, esse turbilhão de um tempo irrepetível.

61 Entrevista concedida por Benjamim Carvalho em 13 de abril de 2016.

3. ÓRGÃOS DE COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR

Nos primeiros dias a seguir ao 25 de Abril, vamos assistir a uma generalização das lutas nas fábricas e ao surgimento, um pouco por toda a parte, de movimentos reivindicativos de cariz urbano, fundamentalmente no que diz respeito à habitação. Um possante movimento popular, de contornos iniciais ainda imprecisos, vai eclodir, procurando ser fundador de um outro tempo em que cada momento coincidia com um novo desafio.

Os processos de coordenação deste movimento popular vão passar por fases várias. No que diz respeito às reivindicações habitacionais, a coordenação é, num primeiro momento, informal, baseada fundamentalmente no conhecimento pessoal entre os moradores nos bairros de barracas.

Também os ativistas do Círculo Cultural de Setúbal exercerão, de algum modo, uma coordenação mínima entre os diversos bairros.

Há um grau muito diferenciado de consciencialização e de compreensão por parte das diversas estruturas eleitas pelos trabalhadores e pelos moradores. Enquanto algumas destas estruturas ficam muito centradas na resolução dos problemas concretos que determinaram a sua constituição, há outras que percebem que é necessário promover e aprofundar formas superiores de organização e de coordenação. Também aqui, os atores ligados aos diversos partidos de esquerda desempenham um papel determinante na dinamização destes processos organizativos. A matriz ideológica destas organizações integrava um conjunto de princípios fundadores que iam no sentido de “generalizar, coordenar” (e para alguns armar) os órgãos de Poder Popular.

Será nestes órgãos que encontraremos as formas mais avançadas de auto-organização.

3.1. A INTER-COMISSÃO DOS BAIRROS DE BARRACAS

O primeiro organismo de coordenação formal dos moradores aparece no início do ano de 1975 com a designação de “Inter-Comissões dos Bairros de Barracas” (ICBB), o qual integra os 10 bairros de barracas existentes na cidade e algumas Comissões de Moradores.

Para Chip Dows o aparecimento da ICBB tem a ver com o “desenvolvimento da consciência coletiva da necessidade de encontrar formas de ação unitárias para um aumento da sua força social e capacidade de pressão sobre as instituições e órgãos do poder político”⁶².

Esta pressão exerce-se, sobretudo e como já referimos, sobre a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, (CA) no sentido da legitimação dos processos de ocupação.

A CA é igualmente pressionada a dar resposta a outras reivindicações. A necessi-

62 Chip Dows et al, *Os Moradores à Conquista da Cidade – Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Sociedade Editora o Armazém das Letras, Lisboa, 1978, p. 52.

dade de melhorar as condições de adaptabilidade das casas ocupadas e das infraestruturas dos bairros onde estas se situavam configurava uma urgência, tal como se impunha a concretização de novos equipamentos sociais.

De resto esta pressão é reconhecida pelo próprio vice-presidente da CA que relata vários momentos de tensão com os moradores dos bairros de lata que por mais de uma vez chegaram a ocupar as instalações da Câmara Municipal: “Um numeroso grupo de moradores dos bairros dos Pinheirinhos, Castelo Velho, Liberdade, Nova Cintra e Quatro Caminhos invadiu, no dia 18 de março de 1975, a Câmara Municipal de Setúbal com o objetivo de levar o Executivo Municipal a apoiar as ocupações ilegais levadas a efeito por moradores de barracas e casas abarracadas. Já passava das dez da noite quando chegaram ao Município (...).

“Três elementos da Comissão Administrativa que ainda se mantinham no edifício foram confrontados com a manifestação. A porta-voz do grupo justificou aquela presença, que tinha como objetivo a justa luta por uma habitação condigna extensiva a toda a gente e a declaração pública do apoio da Câmara Municipal a esse direito. Anunciavam também a ocupação de algumas habitações, por moradores de barracas, e queriam o apoio da edilidade para esse ato”⁶³.

A ICBB foi uma estrutura impulsionada por algumas das organizações políticas que deram origem à União Democrática e Popular (UDP), particularmente a Frente Eleitoral de Comunistas - Marxistas Leninistas (FEC-ml).

A ICBB vai ter também um papel importante na divulgação do processo SAAL em diversos bairros da cidade.

Nesta fase, liderará o processo de concretização deste projeto que permitiu a construção de centenas de casas.

3.2. ASSEMBLEIA GERAL DO CONCELHO DE SETÚBAL

A Assembleia Geral do Concelho de Setúbal (AGCS) é a primeira grande iniciativa por parte do PCP para intervir junto das Comissões de Moradores (CM) no sentido de disputar este terreno à extrema-esquerda.

A primeira assembleia realiza-se a 2 de março de 1975, reunindo cerca de 1500 participantes. A capacidade de mobilização é evidente, tendo esta reunião sido preparada em várias outras assembleias promovidas em momentos anteriores em algumas zonas do concelho.

Na AGCS estão representados CMs, Comissões de Trabalhadores (CTs), sindicatos, coletividades, associações culturais, associações desportivas.

Aquela assembleia aprovará um conjunto variado de propostas que irão muito para além da resolução dos problemas imediatos da habitação. A necessidade de promover a articulação com as CMs, CTs e com as coletividades surge como uma urgência.

63 Francisco Lobo, *Histórias de Setúbal*, edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Setúbal, 2008, p.117.

Mas há também propostas para a defesa do meio ambiente. A preservação do rio Sado que as indústrias e a pesca do arrasto punham em perigo é posta em evidência. Foram aprovadas oito propostas/reivindicações, a serem apresentadas às autoridades locais e nacionais, que previam: “1.º Severas punições aos infratores das normas legais em vigor; 2.º Criação de uma legislação adequada que salvaguarde os reais interesses da população que serão no fim de contas concordantes com as medidas de defesa do meio ambiente; 3.º Fiscalização apertada das descargas das fábricas feita por um organismo do Estado; 4.º Fim do arrasto no Rio, medidas de fiscalização eficiente acompanhadas de esclarecimento à classe piscatória; 5.º Fim do uso indiscriminado da monda química; 6.º Criação de uma Comissão Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com base nas Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores; 7.º Criação de parques marítimos e fluviais; 8.º Transformação da “Caldeira” de Tróia numa zona de defeso, reprodução e viveiro de espécies”⁶⁴. Também a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia avança um conjunto vasto de propostas com uma acentuada sensibilidade ecológica, com destaque para a criação de um Parque Natural que viesse a integrar a Serra da Arrábida e a de São Luís. Neste sentido serão também aprovadas medidas que deveriam ser postas em “prática imediatamente”. A maior delas ia no sentido de condicionar a atividade da cimenteira SECIL e das pedreiras: “Que se obrigue a empresa SECIL a utilizar em todos os seus fornos filtros que impeçam a poluição atmosférica; Que a mesma empresa seja obrigada a proceder à reflorestação das zonas alteradas; Que a área de exploração levada a efeito pela SECIL dos calcários e margas seja restringida ao máximo e rigorosamente limitada”⁶⁵.

Com esta iniciativa o PCP, em articulação com a Comissão Administrativa, tenta também institucionalizar uma relação com interlocutores que se mostrem mais colaborantes com a CA no sentido de resolver o problema das populações. De resto, algumas destas propostas apresentadas na Assembleia Geral do Concelho são feitas pelas comissões que tinham sido criadas pela própria Comissão Administrativa, como era o caso da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.

Não admira por isso que na reunião da Comissão Administrativa de 3 de março de 1975, um dia após a realização da AGCS, esta tenha sido uma questão central a merecer a intervenção dos diversos vereadores. Francisco Lobo é o primeiro a tomar a palavra enfatizando que esta Assembleia foi “o mais importante acontecimento que até agora teve lugar na cidade”. Esta sua convicção era explicada pela “amplidão que atingiu (assistiram milhares de pessoas) e pela natureza dos problemas tratados que são os que mais afetam as populações”⁶⁶.

No entanto, na sua intervenção não deixa de registar críticas: “Pena foi que pessoas de responsabilidade se não tivessem apercebido da sua importância para que

64 Reproduzido no jornal *O Distrito de Setúbal* de 11 de março de 1975.

65 *O Distrito de Setúbal* de 11 de março de 1975.

66 Arquivo Histórico Municipal. Ata da reunião da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal, de 3 março de 1975.

a afluência ainda fosse maior”. Sem explicitar a quem se refere, considera sobretudo grave que “a imprensa não tivesse dado ao acontecimento maior relevo pois os órgãos de informação deviam esclarecer as populações e mantê-las ao corrente de tudo o que para elas, para as suas vidas, possa ter interesse”⁶⁷.

Mas de todos os problemas existentes o que mais preocupa a Comissão Administrativa é o processo de ocupações.

Por isso, um dia depois, na reunião de 3 de março, vai apresentar uma das propostas/reivindicações da Assembleia do Concelho de Setúbal, no sentido da sua imediata aprovação.

Neste quadro de grande urgência de tomada de medidas, Vítor Zacarias vai submeter à apreciação da Comissão Administrativa a seguinte proposta:

“1 - Que todas as Comissões de Moradores procedam ao levantamento das casas vagas e entreguem a relação na respetiva Junta de Freguesia com indicação das que necessitam de obras;

2 - Que em relação a estas cujos proprietários não tenham ainda iniciado as obras a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal inicie a sua reparação urgente;

3 - Que a Câmara Municipal de Setúbal substitua os proprietários nos contratos de arrendamento nos seguintes casos: a) Casas não declaradas na Câmara Municipal de Setúbal, b) Casas que necessitam de obras que sejam realizadas pela Câmara que já tenham estado arrendadas, c) Casas que continuam vagas após o prazo estabelecido por Lei, cento e vinte dias, d) Casas que nunca estiveram arrendadas e das quais não tenha sido requerida a avaliação, após o referido prazo de cento e vinte dias, e) Casas que não obstante terem sido objeto de avaliação continuem por arrendar;

4 - Que em relação às casas não arrendadas, após o decurso do referido prazo de cento e vinte dias, e àquelas em que a Câmara proceda a obras, seja a Comissão de Moradores e a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia respectiva a indicar as pessoas a quem devem ser atribuídas;

5 - Que em relação às casas não declaradas a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia em colaboração com as Comissões de Moradores, afixe a relação das que se situam na área da Freguesia, cabendo à Comissão Administrativa da Câmara a afixação de uma relação de todas as da área do concelho;

6 - Que os interessados nas casas constantes destas relações se inscrevam na Junta de Freguesia onde se situe o prédio pretendido no prazo de quinze dias a contar da publicação da lista.

7 - Que em relação às casas que ainda nunca estiveram arrendadas e de que não tenha sido requerida a avaliação seja a Câmara Municipal a requerer esta;

8 - Que em relação a todas as outras, seja a Comissão de Moradores, a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia e a Comissão Administrativa da Câmara a

⁶⁷ Arquivo Histórico Municipal. *Idem. Ibidem.*

fixar a renda corrigindo, quando necessário, os critérios da Lei com critério de carácter social e geral;

9 - Que detetados os casos de irregularidade se prossiga na aplicação das sanções penais contra os infratores previstas na Lei.

10 - Que se proponha ao Governo a inclusão nas bases desta proposta um diploma adequado”⁶⁸.

Esta proposta será aprovada por unanimidade. Integra um vasto programa de ação da própria CA e pretende regulamentar com todo o detalhe as relações que se deveriam estabelecer entre os órgãos emergentes do Poder Popular, as Juntas de Freguesia e a instituição camarária, responsabilizando as CMs pelo cumprimento da legislação entretanto publicada. A liderança deste processo, por parte da CA, permitir-lhe-ia diminuir a pressão a que estava sujeita e simultaneamente canalizava a energia empreendedora destas CMs na concretização dos seus próprios cadernos reivindicativos. Como sintetizava Rodrigues Lobo, nessa mesma reunião: “Para além dos problemas concretos que se pretendiam apresentar o mais importante foi ter sido proporcionada às pessoas uma oportunidade para exporem o que consideram necessário realizar para que depois as autarquias locais possam elaborar os seus planos como autênticos mandatários das populações”⁶⁹.

A proposta aprovada pretendia também sensibilizar o Governo para alterar a legislação sobre a habitação, de acordo com a nova conjuntura que se vivia.

A assembleia a que nos vimos referindo aprovará, ainda, uma moção de desconfiança ao jornal *O Setubalense*, acusando-o de ser “reacionário de esquerdistas” e de “atacar democratas honestos”.

Esta proposta irá causar grande celeuma na cidade e provocar uma forte reação por parte da redação daquele periódico.

3.3. CONSELHO DE MORADORES

Alguns elementos mais ativos das Inter-Comissões dos Bairros de Barracas estarão na origem de uma outra estrutura de coordenação com a designação de Conselho de Moradores (CM), a qual pretendia integrar todas as Comissões dos Bairros de Barracas e Casas Abarracadas e também todas Comissões de Moradores da cidade.

Esta estrutura nascerá em junho de 1975 por influência, mais uma vez, da militância de diversas organizações da esquerda radical, particularmente as organizações marxistas-leninistas. O CM assume uma composição mais formal do ponto de vista organizativo. Tem um *Regulamento e Estatutos*, pretendendo-se disciplinar a atuação de todas as comissões envolvidas.

O *Regulamento* estipula que o “Conselho de Moradores reunirá em Assembleia,

68 Arquivo Histórico Municipal. Ata da reunião da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal de 3 março de 1975.

69 Arquivo Histórico Municipal. *Idem. Ibidem.*

em sessões ordinárias, quinzenalmente, com a presença de 3 elementos de cada comissão”. Estabelece que as reuniões “poderão ser públicas”, os moradores poderão ter direito ao uso da palavra, mas nunca direito ao voto. Prescreve ainda um conjunto de normas específicas sobre o funcionamento do Secretariado e demais órgãos da estrutura.

Os *Estatutos* definem um conjunto alargado de objetivos políticos e aspetos de natureza programática, dos quais se destacam: “ a) união de todas as Comissões de Moradores da cidade de Setúbal, com vista a uma luta organizada em torno da resolução dos problemas dos bairros e da cidade (habitação, equipamento social, saúde, transportes, etc.); b) ser unitário e apartidário; c) deverá colocar-se na vanguarda da luta do povo pela conquista dos seus direitos e portanto ser autónomo e independente de todas e quaisquer entidades junto das quais se faça representar; d) atuar a partir das assembleias ou plenários dos respetivos bairros e submeter-se à crítica das massas populares”⁷⁰.

Neste documento fundador, apesar de não se preconizarem formas concretas de articulação com as Comissões de Trabalhadores, preconizam-se formas de articulação entre a luta dos bairros e as lutas nas empresas.

O Conselho de Moradores pretendia federar todas as Comissões de Moradores e Comissões dos bairros-de-lata da cidade. Não conseguirá concretizar esse objetivo. Este órgão de coordenação aparecerá como tendo uma marca política partidária definida. Do mesmo modo, o Conselho de Moradores aproveitará o facto da Comissão Administrativa da Câmara se distanciar das “ocupações selvagens” e de não conseguir resolver todas as reivindicações de equipamentos sociais para os diferentes bairros, para contestar fortemente a ação do poder local autárquico.

Estas circunstâncias impedirão que as Comissões de Moradores influenciadas pelo PCP e mesmo outras afetas a setores independentes, que não partilham de uma estratégia de confronto com a Autarquia, se aproximem, motivando a recusa de integração nesta estrutura.

Os elementos do Conselho de Moradores vão acabar por entrar progressivamente para as estruturas criadas pelo PCP, defendendo os seus pontos de vista. Em grande medida são os que alimentam as discussões nestes órgãos de coordenação. Esta sigla continuará até pouco depois do 25 de novembro tendo progressivamente menos capacidade de influenciar quaisquer iniciativas de relevo. Acabam por se dissolver no processo de apoio ao SAAL.

3.4. COMITÉ DE UNIDADE DOS ORGANISMOS DEMOCRÁTICOS E POPULARES

A iniciativa, por parte da Comissão Administrativa e do PCP, em constituir a Assembleia Concelhia ficou parcialmente paralisada depois da aceleração do processo revolucionário após o 11 de Março.

Nesta conjuntura, serão as organizações da esquerda radical que irão alargar e

⁷⁰ *Estatutos do Conselho de Moradores de Setúbal.*

aprofundar a sua capacidade de influência nos “órgãos de poder popular”. Por isso, o Partido Comunista sente necessidade de disputar a hegemonia que estas organizações da esquerda revolucionária detêm. Era já um partido institucional, com um peso significativo ao nível do aparelho de Estado. Esse peso fazia-se sentir quer a nível nacional, quer a nível local. Tinha, ainda, uma fortíssima influência sindical e nas estruturas autónomas dos trabalhadores. É neste contexto que surge um novo órgão com a designação de “Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares” (CUODP).

O nascimento deste Comité, no início de julho de 1975, é uma iniciativa impulsionada pela Comissão coordenadora da Assembleia Geral do Concelho de Setúbal e pela União dos Sindicatos do Sul, importante estrutura de coordenação sindical ligada à Intersindical. Segundo o respetivo Secretariado, este Comité de Unidade contou com “cinquenta e uma representações de Comissões de Trabalhadores, de Comissões de Moradores, Sindicatos e outros organismos democráticos e populares”⁷¹.

A integração das direções sindicais nestas estruturas revelava-se vital, dado que o PCP era claramente a força política com maior capacidade de influenciar o movimento sindical. O facto de a votação no PCP nas eleições para a Constituinte ter ficado aquém das suas expectativas obrigava-o a mostrar a sua influência no terreno, tarefa que não era facilitada, no caso de Setúbal, pelo ativismo dos partidos à sua esquerda.

Para Dows, a génese desta nova estrutura de coordenação seria uma resposta por parte da “esquerda reformista” à linha da “esquerda revolucionária” e também uma “resposta à mobilização do Partido Socialista (PS) contra o V Governo Provisório”⁷².

A criação desta estrutura por parte do PCP representa também a vontade de integrar as organizações populares no espírito do novo projeto de aliança Povo/MFA, plasmado no *Documento Guia Povo/MFA* que tinha sido aprovado em 8 de julho na Assembleia do MFA. Este documento tinha provocado uma forte reação por parte do Partido Socialista e do Partido Popular Democrático (PPD). Consideravam-no subordinado aos interesses dos comunistas visando impor um novo sistema corporativo de sinal contrário.

O CUODP vai ser fortemente contestado por parte das CTs e CMs influenciadas pela esquerda revolucionária, acusando aquele Comité de ser uma “correia de transmissão do PCP” tendo sido convocado sem ter a participação de todas as CTs e CMs da cidade de Setúbal.

O respetivo Secretariado acabará por assumir as circunstâncias em que ocorreu a sua criação. Esta estrutura teria nascido da convocação de “uma reunião de emergência na passada sexta-feira [18 de julho] por se preverem graves incidentes no

71 Circular nº1 do Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares (CUODP)

72 Dows *et al*, p. 54.

COMITÉ DE UNIDADE DOS ORGANISMOS DEMOCRÁTICOS E POPULARES

Circular nº 1

Secretariado do Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares

A todas as Comissões de Moradores, Trabalhadores, Sindicatos, Coletividades e demais Organismos Populares.

AS ORGANIZAÇÕES POPULARES CORREM PERIGO

1- Principalmente depois da última Assembleia do MFA em que foi debatido e aprovado o projeto da aliança Povo/MFA, que reconheceu a existência e importância dos organismos que o povo tem vindo a criar nos bairros, campos, fábricas e outros locais de trabalho, e em que ficou definido claramente que esses seriam os órgãos futuros do poder, um poder que na realidade estaria nas mãos do povo e ao seu serviço, a burguesia e os partidos que a defendem têm vindo a desenvolver intensa atividade contrarrevolucionária que visa a destruição da unidade popular.

2- Este Secretariado conclui que só tem medo da organização popular e do poder popular quem na realidade não está com o povo e com os seus anseios.

3- Reconhecendo as inúmeras deficiências que existem ainda nas forças de organização popular e a necessidade de as superar rapidamente, foi convocada pela Comissão Coordenadora da Assembleia do Povo de Setúbal uma reunião de emergência na passada 6.ª feira por se preverem graves incidentes no fim de semana passado. Essa reunião foi convocada em menos de doze horas, contou apesar disso com a presença de 51 representações de Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Sindicatos, Coletividades e outros organismos democráticos e populares.

Nessa reunião foi constituído o Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares, formado por 1 delegado de cada organismo popular do concelho que por sua vez elegeu um Secretariado que ficou encarregado de levar à prática as decisões do Comité.

4- O Secretariado do Comité de Unidade concluiu na sua reunião que uma das principais deficiências da organização popular é não haver ligação e trocas de experiências entre os diversos organismos (Comissões de Trabalhadores, Moradores, Sindicatos, Coletividades e outros).

Este Secretariado concluiu pois ser de grande utilidade e necessidade a ligação entre todas as estruturas populares.

As trocas de experiências e ensinamentos, o reforço da unidade e a organização das massas populares e o aumento da sua autoridade em tudo o que diz respeito à vida do concelho e do País são tarefas que se põem hoje na ordem do dia:

Para que os assuntos que ao povo dizem respeito não sejam decididos nas suas costas urge chamar à participação e decisão o próprio povo.

5- Na sua reunião de domingo 20, o Secretariado do Comité de Unidade decidiu convocar uma ampla reunião com as Comissões de Moradores, Trabalhadores, Sindicatos, Coletividades e outros organismos para 6ª feira, DIA 25, no INATEL, com a seguinte

Ordem de trabalhos

PONTO ÚNICO – ORGANIZAÇÃO POPULAR DE SETÚBAL DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES, MORADORES E OUTROS ORGANISMOS DEMOCRÁTICOS E POPULARES.

Setúbal, 2 de julho de 1975

O Secretariado do Comité da Unidade

fim-de-semana”⁷³. Teria havido a necessidade de convocar uma “ampla reunião com as Comissões de Moradores, Trabalhadores, Sindicatos, coletividades e outros organismos” a qual se realizaria no dia 25 de julho nas instalações do INATEL. Essa reunião será tumultuosa. O Secretariado do Comité de Unidade será acusado de não ter convocado grande parte das estruturas representativas dos moradores e dos trabalhadores. E continuará a não ser consensual a presença dos sindicatos neste *fórum* de coordenação. Um elemento da Comissão de Moradores do Bairro da Azeda/São Gabriel afirma que “os sindicatos não são defensores da classe operária, com exceção de um ou dois”⁷⁴.

3.5. COMITÉ DOS ORGANISMOS POPULARES DE SETÚBAL (COPS).

A 1 de agosto de 1975, após acaloradas discussões, é conseguido o consenso sobre uma estrutura e um modo de funcionamento para os órgãos emergentes do “poder popular” com a designação de Comité dos Organismos Populares de Setúbal (COPS)⁷⁵.

A nova estrutura é, de algum modo, uma cedência à pressão dos partidos da esquerda radical. O nome é mudado. Cai a designação de “Unidade” e “Democrático”. São designações mais próximas do léxico utilizado pelo PCP. Particularmente a designação de “Democrático” era perspetivada por algumas organizações como fazendo parte daquele universo vocabular em que se incluía a chamada “democracia burguesa”. A designação “COP” possibilitava a integração de todas as sensibilidades ideológicas.

No entanto, esta reunião será, mais uma vez, palco de intensa disputa entre os elementos das CMs, CTs e sindicatos, uns influenciados pela extrema-esquerda e outros influenciados pelo PCP.

O principal ponto de discórdia continuava a ser a presença das direções sindicais que são contestadas pela esquerda radical, considerando que a natureza destas era diferente da das outras organizações de trabalhadores e moradores. Os contestatários da presença sindical argumentavam que estes não eram suficientemente democráticos, nem tinham sido eleitos por todos os trabalhadores.

Após várias horas de debate sobre questões organizativas a reunião conseguiu chegar a um consenso sobre os modos de funcionamento que deveriam ser adotados.

Cândida Santos, na época estudante universitária e uma das principais dinamizadoras deste processo, recorda: “Entendemos que seria mais fácil negociar com as autoridades públicas o que necessitávamos, como era o caso dos financiamentos, se estivéssemos unidos num único organismo”⁷⁶.

73 Circular nº1 do Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares (CUODP). O comunicado refere-se ao anunciado Comício do Partido Socialista, na Fonte Luminosa, em Lisboa, no qual, Mário Soares iria pedir a demissão do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

74 *O Setubalense*, 1 de agosto de 1975.

75 *O Setubalense*, 13 de agosto de 1975.

76 Entrevista de Cândida Santos concedida ao jornal *Setúbal na Rede*, 31 de julho de 2000.

No entanto, aquela ativista não esconde os objetivos políticos da estrutura: “pretendia coordenar as ações e promover uma boa gestão de meios. E apesar das diversas tendências ideológicas presentes, havia também a intenção de criar a unidade na ação política contra a reação”⁷⁷.

As divergências conseguiram ser pontualmente mitigadas, partindo da ideia de que era preferível secundarizar as questões teóricas e as questões estatutárias no sentido de se conseguir chegar à resolução dos problemas concretos das populações. A esta unidade não era também alheia a situação que se vivia no norte do País onde nascia uma intensa atividade contrarrevolucionária. As sedes dos partidos de esquerda eram assaltadas e destruídas e foram igualmente perpetrados vários atentados bombistas

Deste modo foi produzido um documento caracterizando a situação política e económica do País no qual se definiam as prioridades para a institucionalização do “Poder Popular”, que foram sintetizadas em quatro pontos:

- 1.º - Os trabalhadores terão de se organizar para tomar o Poder.
- 2.º - É necessário elaborar uma proposta de organização dos trabalhadores que vise criar as formas organizativas capazes de tomar e exercer o poder político e económico como única forma para atingir o Socialismo.
- 3.º - Tal proposta de organização deve ter em conta:
 - a) Esclarecimento político dos trabalhadores;
 - b) Saneamento e recolocação de pessoal;
 - c) Controle operário;
 - d) Armamento e treino dos trabalhadores.
- 4.º - Se criem Comités de Vigilância Armada (CVA) como formas de organização que visem promover a tomada do Poder pela classe operária”⁷⁸.

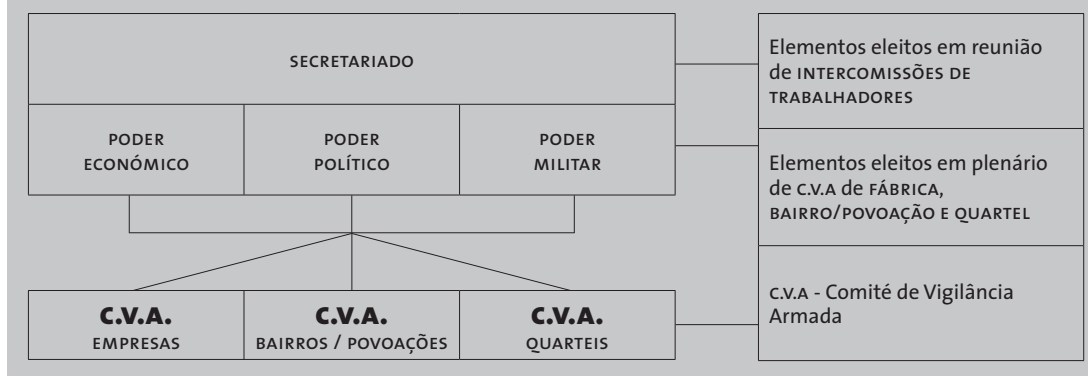
Foi igualmente elaborado um projeto de estatutos e um projeto organizativo. Outra das decisões consensualizadas foi a demissão do Comité de Unidade dos Órgãos Democráticos e Populares e a eleição de um Comité Coordenador Provisório do COPS.

No projeto de organização dava-se especial realce à criação de “Comités de Vigilância Armada” a serem criados nas empresas, nos bairros e nos quartéis”.

⁷⁷ *Idem. Ibidem.*

⁷⁸ Projeto de Organização Popular (nas fábricas, bairros/povoações e quartéis) do Comité de Organismos Populares de Setúbal.

ORGANIGRAMA DO PROJECTO DE ORGANIZAÇÃO POR ZONA



No entanto o COPS continuou a gastar muitas das suas energias em discussões infundáveis. Entre os partidos da esquerda revolucionária e o PCP eternizavam-se os dissensos, sendo que mesmo dentro dos partidos da esquerda radical não havia completa unanimidade sobre as formas organizativas e a intervenção que deveria assumir aquela estrutura.

A questão da legitimidade de participação colocava-se desde logo. Contestava-se o direito ao voto dos sindicatos e das associações culturais e desportivas. Mas também não se chegava a acordo em aspetos programáticos que analisados à luz dos dias que corriam se poderiam apodar de bizantinos: deveria constar dos estatutos a etapa da revolução que se estava a viver? Que tipo de revolução era esta, revolução socialista, revolução democrática e popular, ou revolução democrática? Estas questões esbarravam com a urgência na resolução dos problemas concretos com que as pessoas se confrontavam. Os moradores dos bairros de barracas desesperavam face à inutilidade daquelas lutas ideológicas, quando o que verdadeiramente desejavam e necessitavam era verem o seu problema habitacional resolvido ou, pelo menos, encaminhado para uma solução: “Houve conflitos logo de entrada com os problemas dos bairros de barracas e dos outros bairros, porque se entrava em discussões teóricas; começou-se por discutir os estatutos que aquilo deveria ter, quem deveria estar presente, com que representatividade, etc. – uma coisa portanto que era na altura um bocado teórica e começaram a surgir os problemas com os bairros de barracas que chegavam lá e chateavam-se com aquelas reuniões e achavam que se deveria era discutir casos concretos. Os bairros de barracas faziam com que aquilo corresse mal, havia discussões intermináveis em relação à burguesia dos outros bairros e assim, uma certa bagunça, de tal maneira que os bairros de barracas acabaram por sair, e criar depois o grupo deles que também não foi aceite pelos outros bairros”⁷⁹.

79 Entrevista com uma militante das lutas urbanas de Setúbal. Dows, *Op. Cit.* p. 121.

Estávamos, portanto, perante diferentes interesses em confronto: “Havia, por exemplo, um bairro que lutava por uma piscina. Então a gente luta por uma casa, aqueles vão lutar por uma piscina? A gente assim não alinhamos, e os bairros da lata nunca mais participaram”⁸⁰.

A diversidade reivindicativa gerava dificuldades na coordenação: “As reuniões ao nível de agrupamento dos secretariados de CM e CT não têm funcionado muito bem. Nós temos ido para lá com boa vontade de colaborarmos e de colaborar com conosco, mas o que se tem verificado é que as pessoas, talvez pela inexperiência, não é, isto o processo é muito recente, não têm funcionado muito bem. Nós apoiamos todo este tipo de luta popular ao nível de CM e CT”⁸¹.

Os documentos produzidos pelo COPS sobre a situação política e económica, as formas de organização preconizadas e as condições para o exercício do poder refletem um grau de radicalização política muito acentuado.

Os Comitês de Vigilância Armada nas empresas, nos quartéis, nos bairros e em diversas povoações, espelham o voluntarismo desta vanguarda que dirigia e impulsionava os órgãos de Poder Popular mas estava longe de ser uma necessidade sentida pela maioria dos trabalhadores e da população de Setúbal.

O COPS é mais uma tentativa de coordenação e de centralização, numa só estrutura, das Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e Sindicatos. No entanto, nunca se conseguiu impor como um espaço com capacidade de iniciativa política que concretizasse os objetivos para que foi criado.

No início de agosto de 1975, numa das últimas reuniões do COPS, participaram elementos do Movimento das Forças Armadas (MFA). O PCP, por mais de uma vez, irá recorrer à presença de elementos do MFA em algumas reuniões, aproveitando o poder simbólico e real do Movimento para legitimar as suas posições políticas. A discussão revelou-se bastante dura. O Capitão Ferreira da Silva porá em causa a representatividade desta estrutura de coordenação, afirmando: “Isto não é Poder Popular, não foi para isto que eu fiz a Revolução”. O Tenente Albuquerque, outro representante do MFA presente na reunião, será ainda mais contundente: “Eu não estou para emparelhar com uma organização de assalto ao Poder, que indiretamente se converterá num governo fascista (...). Vocês podem estar aqui a criar um governo fascista”. Por sua vez, os elementos da esquerda radical defendem-se destas acusações e reafirmam a representatividade das Comissões de Trabalhadores e das Comissões de Moradores presentes. Um representante da Comissão de Moradores da Palhavã retorquirá: “É o povo que está aqui. Nós somos trabalhadores”⁸².

80 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro popular. Dows, p. 88.

81 Depoimento de um elemento de uma Comissão de Moradores de um bairro da lata. Dows, p. 85.

82 *O Setubalense*, 6 de agosto de 1975.

3.6. O COMITÉ DE LUTA DE SETÚBAL

O Comité de Luta (CL) é uma das experiências mais conhecidas de coordenação do “Poder Popular” setubalense e a sua existência coincide com a fase de maior politização e confrontação social.

Os seus principais responsáveis inspiram-se nos conselhos operários. Serão, pois, os *soviets* dos primeiros anos da Revolução Russa de 1917 e os *conselhos operários* da Revolução Alemã de 1918-1919 que influenciam os principais dirigentes deste Comité de Luta.

Os órgãos de duplo poder russo, as formas organizativas ensaiadas noutros processos revolucionários, são elementos canónicos, integrando a ideologia que alimentava estes jovens ligados às organizações da esquerda revolucionária. Mas para além da genuína inspiração ideológica, a criação de uma coordenação destas estruturas de poder popular assumir-se-á como forma de combater politicamente a hegemonia do PCP e de tentar subtrair à influência deste importantes sectores do proletariado setubalense organizado nas estruturas sindicais, nas Comissões de Moradores e nas Comissões de Trabalhadores.

A génese do Comité de Luta de Setúbal, como novo órgão de coordenação das organizações de Poder Popular, está profundamente associada à radicalização da luta social e política. Mas está também ligada à emergência do movimento de soldados nos dois meses que precedem o 25 de novembro de 1975. Pela primeira vez às Comissões de Moradores e às Comissões de Trabalhadores se juntam delegados das Comissões de Soldados. Mais uma vez são os partidos da esquerda revolucionária a ter a iniciativa política.

Tratava-se de ultrapassar, na prática, as contradições que tinha aprisionado o COPS. Com a nova estrutura esvaziava-se a presença dos sindicatos, onde o Partido Comunista era dominante.

Para Fátima Brinca, da Comissão de Trabalhadores da MOVAUTO e jornalista d’O *Setubalense*, o aparecimento do Comité de Luta é consequência da grande manifestação popular de 8 de setembro de 1975, que constituiu a primeira grande mobilização por parte da extrema-esquerda⁸³.

Esta manifestação convocada pela Frente de Unidade Revolucionária (FUR)⁸⁴ percorre várias ruas de Setúbal e é integrada por vários milhares de trabalhadores com uma paragem frente do Quartel do 11. Aí, os manifestantes apelam aos soldados para que se lhes juntem. As portas estavam fechadas e, num primeiro momento, o comando opõe-se à saída dos militares. No entanto acabarão por sair dezenas deles, os quais se juntam aos manifestantes, confraternizando e colocando a hierarquia militar perante um facto consumado.

A adesão dos soldados à manifestação veio concretizar, na prática, a preconizada

83 Entrevista de Fátima Brinca concedida ao jornal *Setúbal na Rede*, 28 de agosto de 2000.

84 A FUR é criada em 25 de agosto de 1975, inicialmente com a designação de Frente de Unidade Popular, com a participação do PCP, do MDP/CDE, do MES, da FSP - Frente Socialista Popular, da LUAR, da LCI, do PRP/BR. O PCP abandonará esta Frente uns dias depois.

aliança entre a componente militar e a componente civil constituída pelos dirigentes das Comissões de Moradores e das Comissões de Trabalhadores.

O Comité de Luta nascerá de uma Assembleia das Comissões de Trabalhadores e das Comissões de Moradores, realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal no dia 6 de outubro de 1975, integrando elementos das Forças Armadas. Era a forma da esquerda radical se opor ao que considerava “a tentativa de controlo do movimento popular por parte do PCP”⁸⁵.

Segundo Jacinto Teles, nessa reunião foi discutida de forma intensa como seriam as comissões e como funcionaria o Comité de Luta. As propostas aprovadas foram as apresentadas pelos grupos de extrema-esquerda, como foi o caso do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), União Democrática e Popular (UDP), Movimento de Esquerda Socialista (MES) e Frente Socialista Popular (FSP).

Por sua vez, *O Setubalense* descreve a forma como decorreram os trabalhos na 1ª reunião do CL. Depois de eleito o Secretariado, afirma-se que um dos objetivos do Comité é “Manter os trabalhadores e moradores informados da verdadeira situação política e militar do país”. Seria “sem dúvida nenhuma um passo em frente na defesa da revolução”⁸⁶.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos são dadas diversas informações sobre a situação da ocupação de casas e sobre as principais lutas dos soldados e trabalhadores do País. Foi ainda aprovada uma moção de apoio aos militares revolucionários “exigindo a extinção da Assembleia Constituinte”. As palavras de ordem que ecoavam no ar eram: “Fora com os reacionários dos quartéis” e, ainda, “extinção do VI Governo Provisório”⁸⁷.

A primeira reunião do CL estabeleceu três pontos para a ordem de trabalhos: A eleição dum Secretariado Misto (SM) de trabalhadores, moradores e soldados; análise Político Militar e tarefas imediatas.

O SM seria composto por quatro Comissões de Moradores, cinco soldados e seis Comissões de Trabalhadores. Os sindicatos e as associações culturais e desportivas podiam participar nas reuniões, sem direito a voto.

As Comissões de Moradores eleitas foram as do Bairro do Liceu, Quatro Caminhos, Maltalhado e São Gabriel. As Comissões de Trabalhadores que integraram esta coordenação pertenciam às seguintes fábricas: Entrepósito, SAPEC, Unitas, Setenave, SECIL e Bronzes Cetóbriga.

Os critérios para integrar o Secretariado Misto radicam-se na importância das unidades fabris em termos do número de operários e em critérios ideológicos (por exemplo a Bronzes Cetóbriga era uma pequena empresa cuja escolha se deverá ao facto da respetiva CT integrar um jovem bastante ativo do PRP). Outro critério era o da fábrica em causa se encontrar em processo de luta.

Nas primeiras reuniões, para atenuar as discussões centradas em aspetos ideoló-

85 Entrevista de Fátima Brinca concedida ao jornal *Setúbal na Rede*, 28 de agosto de 2000.

86 *O Setubalense*, 10 de outubro de 1975.

87 *Idem, Ibidem*.

gicos, é decidido que se deveria privilegiar a dinamização da organização popular. Criam-se grupos de trabalho diversos, sendo que os estatutos ficariam para uma segunda fase. As dificuldades que tinham paralisado a ação do COPS eram, assim, superadas. Deste modo, surgem grupos de trabalho de habitação, articulados com as CMs. Tentarão resolver todos os seus problemas desde a legitimação das ocupações aos problemas concretos de saneamento. Este grupo desempenhou um papel de relevo ao nível do apoio aos bairros de barracas, particularmente na implementação dos projetos SAAL.

O grupo de trabalho “ligação cidade/campo” articula-se com as cooperativas agrícolas para resolver, entre outros, os problemas do escoamento dos produtos, através da venda direta aos consumidores da produção das cooperativas⁸⁸.

Foram ainda formados grupos ligados à saúde, criando, de uma forma embrionária, processos de distribuição de medicamentos gratuitos às famílias mais carenciadas. Formou-se também um grupo de infância, para criar e gerir os infantários populares.

O grupo de “dinamização e organização do poder popular” integrava o núcleo duro da ação política imediata. Tinha como incumbência promover formas de autodefesa, incluindo o armamento dos trabalhadores.

Jacinto Teles, já citado, foi um dos fundadores do “Secretariado Misto do Comité de Luta”, estrutura de coordenação política.

Recorda o contexto e o ambiente em que aquele foi criado: “Foi uma reunião muito participada, estiveram lá cerca de 500 pessoas e durou horas. O ambiente era efervescente, pois na altura a luta política em Setúbal centrava-se entre a extrema-esquerda e o PCP que, como partido experiente, foi para essa reunião organizado. Mas de facto, com o nosso lirismo e entusiasmo, conseguimos sempre deixar o PCP de fora. Isto ao ponto de alguns membros do PCP, instruídos para votarem de determinada maneira, mudarem completamente o voto depois dos nossos debates de ideias”⁸⁹.

Cândida Santos, que esteve no COPS e, depois no Comité de Luta, considera que este era mais representativo do que a Comissão Administrativa da Câmara, alegando que o CL tinha sido “parcialmente eleito” e a Comissão Administrativa tinha sido nomeada. Não esconde, no entanto, a “boa colaboração entre as duas partes”⁹⁰.

Um dos aspetos mais relevantes da ação do Comité de Luta, do ponto de vista desta ativista, foi a promoção da relação com as cooperativas agrícolas, a que chamava a ligação cidade/campo.

Face às dificuldades de escoamento dos produtos agrícolas que as cooperativas enfrentavam, os elementos das Comissões de Moradores iam buscar diretamente os produtos àquelas cooperativas utilizando transportes cedidos por algumas

88 Entrevista concedida por João Mário em 2 de maio de 2016.

89 Entrevista de Jacinto Teles concedida ao jornal *Setúbal na Rede*, 25 de setembro de 2000.

90 Entrevista de Cândida Santos concedida ao jornal *Setúbal na Rede*, 31 de julho de 2000.



Trabalhadores agrícolas a caminho de uma manifestação.

Arquivo Fotográfico
Américo Ribeiro, Câmara
Municipal de Setúbal

Comissões de Moradores que tinham a seu cargo o transporte, a exposição e a venda dos produtos. Tratava-se de um trabalho exigente e com algum profissionalismo, para que os produtos não sofressem um processo de degradação. O voluntarismo destes elementos teve um processo de erosão que foi acelerado pela mudança da conjuntura política, em 25 de Novembro. As vendas diretas foram progressivamente diminuindo e acabaram praticamente por extinguir-se, em meados de 1976.

O Comité de Luta terá formas de articulação direta com o COPCON para resolver os problemas concretos da população⁹².

O papel catalisador dos militares no CL é reconhecido por vários protagonistas: “Penso que um dos grandes trunfos do Comité de Luta foi o facto de ter militares. E de facto os militares que lá estavam serviram de muito como catalisadores da discussão. Eles começavam muitas vezes por dar informações sobre questões militares o que era porreiro eles poderem introduzir. Quando se geravam conflitos, eles, porque nunca assumiram uma posição partidária, serviam um bocado como catalisadores e intermediários na discussão. Sendo soldados – a maioria deles era de facto soldado – tinham uma certa autoridade para discutir questões políticas, coisa que os outros não tinham (...). Digamos que, para além do respeito normal que havia na altura às fardas, eles mantiveram uma posição que eu acho muito concreta ali dentro, de tentar que os conflitos não se agravassem e situar o problema na dimensão política que eles tinham (até porque a sentiam muito aqui no Regimento de Infantaria 11)”⁹³.

Jacinto Teles considera que o Comité de Luta “chegou mesmo a ter o poder” em Setúbal: “Isso via-se ao nível da Câmara Municipal e das vezes que reuníamos com a Comissão Administrativa. Em muitas ocasiões conseguíamos bloquear ações que considerávamos negativas para o povo e fazíamos valer as nossas posições.

91 Entrevista concedida por Cristina Moura em 2 de maio de 2016.

92 O Comando Operacional do Continente (COPCON) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 310/74, de 8 de julho. Era dirigido pelo general Otelo Saraiva de Carvalho, principal operacional do 25 de Abril de 1974.

93 Entrevista com uma militante das lutas urbanas de Setúbal. Dows, *Op. cit.*, p. 131.

Nesse sentido nós tínhamos muito poder em Setúbal. De tal modo que a força e organização de Setúbal, aliada à sua ligação com os militares, fizeram o país acreditar que a cidade estava em condições de resistir à investida do 25 de Novembro”⁹⁴. Embora negue a existência da criação de um embrião de um “exército popular”, não descarta a possibilidade de alguns elementos do CL terem essa perspectiva: “As coisas iam mais no sentido das pessoas sentirem uma ameaça e de estarem ao lado do MFA que defendia o povo. Não digo que, eventualmente, não tenha havido gente a propor que a estrutura fosse para essa área”⁹⁵.

A estratégia do Comité de Luta na disputa pelo Poder na cidade de Setúbal, particularmente a disputa pela hegemonia do Poder Popular emergente, passa pelo controlo do mais importante meio de comunicação da cidade: *O Setubalense*.

A esquerda radical e particularmente o PRP-BR vai dominar esta nova estrutura de centralização dos órgãos de Poder Popular.

A própria paternidade do Comité de Luta por parte do PRP é assumida por alguns destes protagonistas.

Fernando Ribeiro, responsável pela *Rádio Voz da Revolução* explica as articulações: “Era uma rádio do PRP a qual estava ligada ao Comité de Luta de Setúbal. A partir dela o Comité e o Partido transmitiam as respetivas palavras de ordem, comunicados e música revolucionária”⁹⁶.

A realização de um Comício do PRP, em Setúbal, com a presença de Carlos Antunes, quatro dias após o nascimento do Comité de Luta, não pode ser apenas coincidência. Neste comício, Carlos Antunes esclarece ao que vem: “A opinião da Direção do PRP/BR é que o tempo que corre não é tempo para palavras mas tempo de ação”⁹⁷. Explicando que não se pode falar em política sem falar na organização dos trabalhadores, conclui que “o essencial neste momento é o problema da tomada do Poder, da insurreição”⁹⁸.

No palco por detrás dos oradores, havia sido colocado um cartaz com palavras de ordem “Unir, Organizar, Armar”. Estas integravam a síntese das prioridades políticas do PRP/BR.

O destaque é dado pel’*O Setubalense*, de 12 de outubro, em que se pode ver a fotografia do cartaz do comício e da assistência em primeira página. No número seguinte, de 15 de outubro, o destaque vai novamente para Carlos Antunes. Metade da primeira página é de novo ocupada pela sua fotografia e pelo início da entrevista que ocupa, ainda, mais uma página e meia da edição.

Ainda naquela página é destacada a ação do Comité de Luta sob o lema: “UNIR, AVANÇAR E ARMAR O PODER POPULAR”. A similitude das palavras de ordem

94 Entrevista de Jacinto Teles. *Setúbal na Rede*, 25 de setembro de 2000.

95 *Idem, Ibidem*.

96 Entrevista de Fernando Ribeiro concedida ao jornal *Setúbal na Rede*, 4 de dezembro de 2000.

97 Intervenção de Carlos Antunes no comício do PRP, em Setúbal, a 10 outubro. *O Setubalense*, 12 de outubro de 1975.

98 *Idem, Ibidem*.



Soldados no muro
do Quartel do 11

Arquivo Fotográfico Américo
Ribeiro, Câmara Municipal
de Setúbal

do PRP e do Comité de Luta não é, deste modo, pura coincidência.

Por sua vez o jornal *A Revolução* (órgão oficial do PRP-BR) integra nas suas páginas várias reportagens sobre a ação do Comité de Luta. A reunião do Comité de Luta de 27 de outubro decide ocupar o trisemanário *O Setubalense*.

Fátima Brinca relata as conclusões da reunião do Comité de Luta, de 20 de outubro de 1975: “O poder popular é uma realidade. E por mais que existam oposições, os trabalhadores desta cida-

de vermelha avançam para a tomada do poder”⁹⁹.

O semanário *A Revolução*, quando preconiza a criação de um exército revolucionário, dá como exemplo Setúbal, para elucidar como se constrói esse exército: “Os trabalhadores armados e os militantes revolucionários terão que juntar-se aos militares revolucionários nos quartéis e para isso contam desde já com a estrutura dos Soldados Unidos Vencerão (SUV). As atuais unidades revolucionárias terão que contar em termos militares o que são as fábricas ou os campos da sua região. Na região de Setúbal haverá assim o forte de Almada, a unidade Lisnave, a unidade Siderurgia, a unidade Setenave, etc. e com estas unidades se incorporarão todos aqueles que no Regimento de Infantaria de Setúbal (como exemplo) estejam dispostos a estar do lado revolucionário. Assim se irá formando o exército revolucionário capaz de fazer a insurreição”¹⁰⁰.

Esta conjuntura, em que uma miríade de organizações populares proliferava, era propícia à aplicação das perspetivas “conselhistas” de muitos destes protagonistas. O COPS e o Comité de Luta de Setúbal assumem-se como tentativas de criar estruturas de coordenação e de centralização do Poder Popular emergente, que se quer constituir como alternativa aos órgãos do aparelho de Estado, querendo competir com os órgãos do Poder Burguês.

“A perceção que nós tínhamos é que éramos de facto os protagonistas do poder. Tínhamos consciência de que os órgãos do poder de Estado estavam muito fragilizados”¹⁰¹.

A consistente infiltração de militantes do PRP, do MES, da FSP e da UDP nestas estruturas tem claramente como objetivo disputar, a nível local, o poder aos patrões e ao governo autárquico. As suas ligações a algumas estruturas do Exército, como o COPCON, configuram espaços de criação de condições de armamento e proteção destas estruturas de poder emergentes.

99 *In O Setubalense* de 27 de outubro de 1975.

100 *Idem. Ibidem.*

101 Entrevista concedida por Valentim Pinto, 16 de junho de 2016.

PROPOSTA DO SECRETARIADO PARA NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÕES

Neste ponto analisou-se o apoio a dar a uma Manifestação Popular Anti-Fascista e Anti-Imperialista de apoio à luta dos Soldados da Base Aérea 6.

É do seguinte teor a convocatória para essa manifestação:

Todos os seis governos da burguesia têm tentado tomar, e por vezes conseguiram, medidas antipopulares. Mas o VI Governo a todos tem levado a palma. Tem feito todos os possíveis para que os fascistas levantem a cabeça impunemente. Por isso nós dizemos:

VI GOVERNO – TRANSIÇÃO PARA O FASCISMO

VI GOVERNO NÃO – GOVERNO POPULAR SIM!

Tentou calar as vozes da vontade popular, selando a Rádio Renascença (RR) e negando o aval à *República*.

Concretamente no Montijo, os patrões da «Gazeta do Sul» abandonaram as instalações não satisfazendo o pagamento dos ordenados aos trabalhadores por estes quererem pôr o jornal ao serviço do Povo.

Não permitimos que calassem a R.R., não permitimos que calem a *República* e a *Gazeta*.

REPÚBLICA, RENASCENÇA, SETUBALENSE, GAZETA AO SERVIÇO DA LUTA DO POVO!

Tenta reprimir o Povo, mas como não tem soldados que lhe obedçam, quer constituir um exército profissional de mercenários. A isto nós dizemos:

CONTRA O A.M.I. (Agrupamento Militar de Intervenção) – OFENSIVA POPULAR!

Deixa andar os fascistas à solta, os pides vêm passar os fins de semana a casa e vão tomar cafés só com dois guardas. A isto nós dizemos:

MORTE AO ELP [Exército de Libertação de Portugal] E A QUEM O APOIAR!

Mantêm-nos na dependência e beija os pés aos imperialistas, anti-nacionais e anti-democráticos como são o Pacto Ibérico e a NATO, permite inclusivamente que estes tenham bases no nosso território prontas a reprimir o Povo português, como é o caso da base da NATO no Montijo. A isto nós dizemos:

FORA A NATO, FORA A CIA – INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

Mas o Povo não permitirá isto. Os nossos órgãos da vontade popular, com tantas dificuldades erguidos e unidos, não serão esmagados pela burguesia.

TRABALHADORES, MORADORES, SOLDADOS – ASSEMBLEIAS POPULARES!

O que temos de fazer não é andar para trás, mas o contrário: unir ainda mais os operários da cidade

aos operários do campo. (Sejam eles do Sul ou do Norte pois muitos deles andam enganados).
OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS – UNIDOS VENCEREMOS!

Temos que nos unir aos soldados e militares progressistas, pois estes são filhos do Povo fardados que temporariamente estão na tropa; eles não podem estar contra os seus pais, e familiares, contra o seu Povo fazendo o jogo da burguesia exploradora. A isto nós dizemos:

OS SOLDADOS, SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO!

O Povo, por sua vez, não lutará contra os seus filhos e irmãos fardados e se não permitiu que eles nos seus lares e terras fossem oprimidos, não serão os muros dos quartéis, que nos irão separar deles e impedir de continuar a dar-lhes o nosso apoio que agora será contra os reacionários que ainda estão nos quartéis. A isto nós dizemos:

7 E 11 MARÇO – INQUÉRITO POPULAR!

REACIONÁRIOS FORA DAS BASES, JÁ!

O Povo do concelho do Montijo e aqueles que queiram aderir a esta manifestação apoiam os soldados na sua luta contra os reacionários que já passaram ao ataque. Como exemplo destes ataques temos a prisão, despromoção e passagem à disponibilidade de um militar progressista, a ameaça de morte a outro militar da Força Aérea. Com estes procedimentos tenta a burguesia impedir a organização da classe dos soldados. A isto nós dizemos:

VIVA A JUSTA LUTA DOS SOLDADOS DA Base Aérea n.º 6!

O POVO ESTÁ COM OS SOLDADOS DA Base Aérea n.º 6!

Todos à manifestação apartidária!

Proposta aprovada no Comité de Luta, 3 de novembro de 1975

No entanto, a sua ligação e ascendente político sobre alguns sectores da oficialidade vai impedir a criação de órgãos de duplo poder dentro do próprio Exército. Há a convicção de que esta ligação privilegiada aos “sectores progressistas das Forças Armadas” seria suficiente para introduzir fissuras definitivas entre os apoiantes da Revolução e aqueles que se lhe opunham.

O aparecimento dos SUVs cria uma nova dinâmica, dada a rutura horizontal que provoca dentro do Exército. No entanto, os SUVs depressa serão infiltrados por elementos do PRP, do MES e do PCP que procederão à sua instrumentalização para os diferentes “projectos globais” que defendem.

Apesar da componente militar estar representada no Comité de Luta, esta componente armada nunca é verdadeiramente assumida de uma forma permanente e como estímulo à consolidação de formas de duplo poder.

COMUNICADO DE 12 DE NOVEMBRO DO SECRETARIADO DO COMITÉ DE LUTA SOBRE A POUCA REPRESENTATIVIDADE DESTES

Chegou-se à conclusão que a representatividade do Comité não é significativa, uma vez que a ligação das respetivas comissões às bases é fraca.

Por outro lado, as comissões que representam maior número de trabalhadores não têm estado presentes nas assembleias que se têm realizado, o que leva a pôr em causa a sua representatividade. Perguntamos: O que se passa na Setenave, na IMA, na Barreiros, na Socel, na Inapa, na Secil, na Sapec e outras? Prestarão os representantes destas empresas contas aos trabalhadores que dizem representar?

No momento em que se depara com o avanço do fascismo no coio do poder político-militar, e em que é urgente criar-se uma estrutura organizativa popular de carácter político, que mobilize os trabalhadores neste momento concreto de luta, é mais que nunca necessário que a classe se una e se organize através dos seus órgãos de base. Alertamos também os camaradas para um facto que vem a justificar esta organização, que foram as palavras altamente reacionárias do “bardamerda” do primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo para os trabalhadores da Construção Civil.

O Setubalense, 14 de novembro de 1975

O que não significa que não tivessem sido ensaiadas situações pontuais de organização da produção e da distribuição como a que ocorreu com a “ligação cidade/campo” em que o Comité de Luta cria uma rede de distribuição dos produtos das cooperativas agrícolas e de comercialização de mercadorias de fábricas controladas pelos trabalhadores.

Dentro dos que participam no CL há quem faça um balanço bastante negativo: “O CL aqui em Setúbal foi uma autêntica barraca (...). O CL estava numa situação partidária, tinha uma Comissão de Soldados e tinha alguns elementos que faziam parte do Secretariado e isso tudo, que eram tipos partidários assim como o MES e a FSP, tínhamos comunistas, tínhamos socialistas, tínhamos uma quantidade de coisas.

Quando se deu o 25 de Novembro o que é que sucedeu? Fomos todos ao RI 11 e depois dirigimo-nos para lá, para o CL. A barraca era tanta, tinham sete propostas em cima da mesa e não sabiam organizar aquilo”.

Após o 25 de Novembro o Comité de Luta vai sofrer um profundo golpe. O revés sofrido não significa, no entanto, o seu desaparecimento. Será, aliás, visto por alguns dos seus elementos como um reduto de resistência ao perigo de “fascização” do regime. O seu protagonismo na vida política da cidade diminui consideravelmente, iniciando um processo de discussão ideológica e organizativa sobre o seu futuro no novo quadro político.

Uma das consequências destas discussões foi a da separação entre as Comissões de Moradores e as Comissões de Trabalhadores segundo a ideia de que cada um destes setores sociais tinha problemas diferentes e, por isso, carecia de estruturas diferentes para representar os respetivos interesses.



Soldados vitoriando a população.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal

É assim decidido promover plenários autónomos de Comissões de Moradores e de Comissões de Trabalhadores para elegerem, respetivamente, estruturas de coordenação que as representassem. No plenário das Comissões de Trabalhadores participam representantes de 26 unidades fabris. É eleito um Secretariado próprio que a partir daí as representará. No plenário das Comissões de Moradores estarão presentes sete elementos que elegerão o respetivo Secretariado.

Estava assim consumado o desaparecimento da sigla Comité de Luta que tanto furor havia causado no período revolucionário.

Em julho de 1976 há uma nova reorganização do movimento de moradores com a designação de Intercomissões de Bairros de Barracas que continuará a ser um importante interlocutor com o processo SAAL. Do ponto de visto político intervirá ativamente no processo de candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à Presidência da República.

No final do mês de março de 1976 o Comité de Luta fará um derradeiro plenário de balanço da sua atividade.

Nesse plenário será explicada a necessidade de mudar o nome do Comité de Luta: “O nome estava queimado com sua atuação no 25 de Novembro”.

As comissões presentes decidem eliminar o nome, com 15 votos a favor, 7 contra e 3 abstenções, passando a chamar-se “Secretariado das Comissões de Trabalhadores e das Comissões de Moradores”¹⁰².

102 *Nova Vida*, 29 de março de 1976.

QUARTA PARTE

Quando o mar se enfurece andamos em rodopio.

José Afonso in "Enquanto há força". 1978.

1. O PODER AUTÁRQUICO NO NOVO ENQUADRAMENTO POLÍTICO E SOCIAL

1.1 A AÇÃO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA (CA) DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL (CMS)

A Comissão Administrativa tomará posse, no Governo Civil de Setúbal, a 16 de maio, depois da nomeação feita pela Junta de Salvação Nacional (JSN). Júlio Marques dos Santos terá a responsabilidade de presidir ao novo executivo camarário. No dia da tomada de posse, a CA vai sofrer a sua primeira crise a propósito da substituição do Eng.^o. Barbosa de Matos pelo arquiteto Renato Nogueira, como veremos adiante.

Logo a seguir à tomada de posse, a CA começa por se inteirar dos diferentes *dossiers* da governação da cidade. Nesse mesmo dia faz uma reunião de vereação em que delibera “por unanimidade atender as reivindicações do pessoal de higiene e limpeza por se enquadrarem no espírito da lei”¹. Os trabalhadores da limpeza da cidade haviam entrado em greve que só seria suspensa depois de terem visto satisfeitas as suas reivindicações.

A vereadora Odete Santos, a este propósito, considerará que, embora sendo justas as reivindicações, a altura da greve foi inoportuna: “Só após negociações, na situação política atual, é que se deverá pensar em greve. E aquela com que nos deparámos não foi antecedida de quaisquer negociações. (...). Afigura-se-nos, pois, que essa greve foi impensada e apressada”².

A primeira reunião pública ordinária da CA decorrerá a 24 de maio. Será uma longa reunião com uma ordem de trabalhos de vinte e seis pontos.

1 Arquivo Municipal de Setúbal. Ata da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal de 24 de maio de 1974.

2 Arquivo Municipal de Setúbal. Ata da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal de 7 de junho de 1974.

COMUNICADO DO PRESIDENTE DA CA DA CMS SOBRE A COOPTAÇÃO DO ARQUITETO RENATO NOGUEIRA

Ao público em geral e ao M.D.S em especial, venho justificar a atitude que tomei ao indicar de minha inteira responsabilidade, o Exm.º Sr. Arquiteto Renato Custódio Nogueira para fazer parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal.

- 1 – Dada a incompatibilidade de funções que surgiu à última hora, em relação ao Exmo. Sr. Engenheiro Rui Barbosa Matos, inicialmente indicado, pelo facto de ser funcionário público.
- 2 – Considerando que o momento era de extrema urgência e gravidade, dada a greve do pessoal de higiene e limpeza, da CMS, a qual começava a provocar indícios de putrefação em alguns locais da cidade, onde o lixo se amontoava.
- 3 – Considerando que eu próprio exigia a presença de um técnico de construção civil integrado naquela comissão.
- 4 – Tendo sido consultado ainda o M.D.S. com vista à indicação de um técnico daquela especialidade e não me tendo sido apresentado nenhum, no curto espaço de tempo exigido, muito embora houvesse a possibilidade de escolha de outras individualidades propostas por aquele M.D.S., mas que não satisfaziam a minha exigência técnica, arqueei a responsabilidade de imediato proceder à nomeação do Exmo. Sr. Arquiteto Renato Custódio Nogueira, usando aliás poderes que me foram conferidos pela Junta de Salvação Nacional.

Setúbal, 16 de maio de 1974

O Presidente da Comissão Administrativa

Uma das principais deliberações foi a da criação de um dia certo para as reuniões públicas da Câmara, a uma hora em que os munícipes pudessem facilmente participar. Nesse sentido, o Presidente propõe que se elabore um comunicado à população a informar: “A Comissão reunirá, em reunião privada todos os dias a partir das vinte e uma horas e trinta minutos. A sessão pública normal realizar-se-á às sextas-feiras com início às dezasseis horas e trinta minutos”³.

Nesta reunião, ficamos a conhecer a diversidade e a amplitude dos problemas com que a CA se irá confrontar no futuro. Os pontos da ordem de trabalhos remetem-nos, desde logo, para as reivindicações salariais dos trabalhadores dos diversos serviços municipais, para as dúvidas sobre a aprovação dos loteamentos urbanos, para os problemas de saneamento mais urgentes, para os graves problemas existentes nos bairros de barracas e abarracados.

É determinado efetuar inquéritos para melhor conhecer a situação nos bairros da Cova do Canastro, do Casal das Figueiras, do Peixe Frito, da Azeda e do Alto da Guerra. São igualmente identificadas necessidades de intervenção para promover “operações de desmosquitização e desratização em várias zonas da cidade infetadas” por aquelas pragas. Eram identificadas as zonas a beneficiar das opera-

³ Proposta do Presidente da Comissão Administrativa. Ata da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal, de 24 de Maio de 1974.

ções de saneamento: “O bairro do Montalvão, as valas da Camarinha, o parque das Viaturas da Câmara, o Mercado da Conceição, a lixeira do Livramento, e as zonas da Terroa e do Peixe Frito”⁴. Na reunião de 7 de junho, o problema volta a ser discutido. Odete Santos, com veemência, aponta a gravidade da situação em que vivem as pessoas dos bairros das barracas⁵.

A degradação extrema de vários bairros-da-lata vai exigir uma intervenção de emergência por parte da CA. Era imperioso reduzir os riscos provocados pela falta de água e saneamento. Não eram só os bairros-da-lata a exigir intervenção. A falta de infraestruturas básicas estendia-se a várias zonas da cidade para além da periferia. Havia bairros em que a recolha dos dejetos se fazia através da “Pipa”, uma camioneta, que os recolhia e depois os atirava diretamente para o Sado numas “cabines” existentes próximas do Clube Naval Setubalense. De resto, os esgotos da cidade, na sua maioria, utilizavam as antigas ribeiras que funcionavam como condutores diretos para o rio, sem qualquer tratamento.

Nessa primeira reunião considera-se, ainda, que a situação financeira da Autarquia é preocupante. Por isso, o Presidente da CA faz a proposta de requerer à Direção Geral da Administração Local a atribuição à “Câmara Municipal da parte dos adicionais às coletas da contribuição industrial referente às firmas, com relação à atividade que exercem neste concelho”⁶. Na reunião de 7 de junho é reafirmado, num tom alarmista, que a “situação financeira da Câmara deste concelho é catastrófica”.

As limitações financeiras são lembradas por Francisco Lobo: “As Câmaras não têm autonomia financeira (...). Nós se quisermos comprar um tijolo temos que pedir uma participação. Mais, neste momento só para pagarmos ao pessoal temos necessidade de uma participação de 46 000 contos e o quadro é muito insuficiente”⁷.

4 Arquivo Municipal de Setúbal. Ata da CA de 24 de maio de 1974.

5 Arquivo Municipal de Setúbal. Ata da CA de 7 de junho de 1974.

6 Arquivo Municipal de Setúbal. Ata da CA de 24 de Maio de 1974. As firmas identificadas como exercendo atividade no concelho de Setúbal eram as seguintes: António Xavier de Lima; Luís & Chambel, Limitada; Carlos Bicho & Filho; Fribel; José Marques Gomes Galo, Limitada; Manuel Corticeiro; Manuel Martins Dias; Montarroio – Sociedade de Materiais de Construção Limitada; Torfer – Sociedade de Materiais de Construção, Limitada; Banco de Angola; Companhia de Seguros “A Nacional”; Companhia de Seguros Metrópole, S.A.R.L.; Martins & Rebelo; Nutripol-Sociedade Portuguesa de Supermercados, S.A.R.L.; Rima – Racionalização e Mecanização Administrativa, Limitada; Victória-Sociedade Anónima de Seguros de Vida; Acumuladores Autosil, S.A.R.L.; Argilbetão – Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão; Banco de Fermento Nacional, S.A.R.L.; Banco Totta & Açores; Companhia Nacional de Navegação; Companhia de Seguros Fidelidade; Companhia de Seguros Garantia; Companhia de Seguros Setubalense; Companhia de Seguros Império, S.A.R.L.; Companhia de Seguros “O Alentejo”, S.A.R.L.; Companhia de Seguros Sagres, S.A.R.L., Companhia de Seguros Tranquilidade; Evicar – Comércio de Camiões, Limitada; Faianças e Porcelanas, Lda; Internacional, S.A.R.L.; Fazem-Fábrica de Soldadura Eletromecânicas, S.A.R.L.; João Dennerlesilán – Sociedade Distribuidora de fios de lã, Lda; Melarte – Comércio, Importação e Exportação, Lda; “O trabalho” – Companhia de Seguros; Olivette Portuguesa, S.A.R.L.; Robbialac Portuguesa, S.A.R.L.; Sociedade Portuguesa Cavan, S.A.R.L.; Lovena - Sociedade Vendedora de Glicerina, S.A.R.L.; Lupa – Companhia Portuguesa de Supermercados, S.A.R.L.; Verona – Indústria Portuguesa de Confeções, S.A.R.L.

7 Entrevista de Francisco Lobo, membro da CA da CMS. Dows, *Op. cit.*, p. 135.

O problema do financiamento da Câmara é, como se vê, um problema crónico. A CA só compreenderá verdadeiramente os inúmeros problemas do concelho depois de se confrontar com as populações que viviam nos bairros mais pobres da cidade. Já referimos que a falta de habitação era o problema central. A pobreza em que vivia uma parte significativa da população do concelho foi o que mais impressionou Vitor Zacarias, vogal da Comissão Administrativa: “Deparámo-nos com situações dramáticas de pobreza extrema nos imensos bairros de lata de Setúbal. Vimos casos humanos terríveis, como crianças a dormirem no chão com ratos a morderem-lhes as orelhas e os pés, famílias sem teto e muita fome por todo o lado”⁸.

Por sua vez, a vereadora Odete Santos propõe a transferência do feriado Municipal, desde 1911 celebrado a 25 de julho, dia de Santiago, para o dia 15 de setembro, aniversário do nascimento do poeta Bocage. Mais uma vez a conjuntura política não esquecia o poeta da cidade, Bocage, que tinha sido entronizado pelos republicanos como poeta jacobino e defensor precoce dos ideais da Liberdade. O nome de Elmano seria no período da Ditadura Militar de novo excomungado pelas elites locais. A edilidade setubalense, logo nos primeiros dias da Revolução de Abril, presta-lhe de novo homenagem como paladino da Liberdade.

As mudanças da gestão nas juntas de freguesia são feitas depois da tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara.

A ocupação dos novos cargos políticos é hegemónizada pelo Movimento Democrático de Setúbal (MDS), que assume a responsabilidade de indicar os nomes que deverão ocupar aqueles lugares. Na primeira sessão pública da Câmara Municipal, é o próprio Presidente da CA que explica a forma de procedimento: “Informou o Senhor Presidente que a Junta de Freguesia de Santa Maria da Graça tinha apresentado, verbalmente, o pedido da sua exoneração e que ia confirmar o mesmo pedido por escrito. Para substituir a mesma Junta de Freguesia, foram indicados pelo Movimento Democrático de Setúbal, os nomes de Dona Maria de Fátima Delgado Silva, Manuel do Nascimento Gomes e Emídio Silvano Campos”⁹.

A proposta é aprovada por unanimidade, tendo-se deliberado comunicar ao Governo Civil, “para os fins convenientes, os nomes que foram mencionados”.

Ainda na mesma reunião decide-se pedir ao Movimento Democrático de Setúbal a indicação de pessoas idóneas, com residência na freguesia de São Julião, para constituírem a Comissão Administrativa da respetiva Junta de Freguesia.

Para aquele autarca nenhum outro partido como o PCP se preocupou tanto com a formação dos seus eleitos nos órgãos municipais.

Nos primeiros momentos a seguir à Revolução, a Comissão Administrativa da Câmara é solidária com o processo de ocupação de casas. Contudo, passado pouco tempo assume uma posição mais institucional, de relativo distanciamento e, até, de crítica face ao que considera “ocupações selvagens”.

8 Entrevista a Vitor Zacarias. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois*, edição do Setúbal na Rede, 1º vol. Setúbal, 2001. p. 34.

9 Atas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal. Reunião de 25 de agosto de 1975.

CONVOCATÓRIA

Só com a opinião de todos poderemos fazer uma revolução verdadeiramente democrática. Solicita-se a comparência de todos os democratas moradores na Freguesia de S. Julião para comparecerem pelas 21 horas na Sede do Movimento Democrático de Setúbal (Av. Luísa Todi – antiga Legião) para tratar da seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Esclarecimento;
- 2 – Apreciação do levantamento social e humano a efetuar a nível do Bairro;
- 3 – Alargamento e criação de Comissões Democráticas de Freguesia.

Comissão Democrática da Junta de Freguesia S. Julião.

* ESCLARECIMENTO INFORMATIVO:

As Comissões Democráticas de Freguesia fazem parte integrante de todo o Movimento Democrático. Assim, as diversas freguesias do Conselho de Setúbal fazem parte do M.D.S., o qual por sua vez está integrado no Movimento Democrático Português e rege-se pelas suas linhas gerias, subordinando-se à Direção da Comissão Democrática do Distrito de Setúbal, na qual está representado. Podem e devem inscrever-se no M.D.S. (através das Juntas de Freguesia ou qualquer outra Comissão, todos os antifascistas sem discriminação de ideologia política, crença religiosa ou camada social, desde que aceitem os princípios estabelecidos pelo Movimento Democrático Português.

No momento presente e para esclarecimento da atual posição do que se passa relativamente às Juntas de Freguesia, informa-se:

As Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia foram eleitas por Assembleias Democráticas abertas à população, às quais foi prestada divulgação através de comunicados, jornais diários, *O Setubalense* e TV.

No caso concreto da Freguesia de S. Julião foi eleita através de Assembleias efetuadas no Clube de Campismo de Setúbal.

Simultaneamente à formação das Comissões Administrativas, foram formadas Comissões Democráticas de Freguesia, visando uma ajuda ao desenvolvimento democrático em curso.

É de dentro deste desejo de democratização de massas que a Comissão Democrática da Junta de Freguesia de S. Julião tem vindo a reunir todas as terças-feiras pelas 21 horas e agora faz a convocatória acima.

Comunicado do Movimento Democrático de Setúbal de 30 de junho de 1974

Esta posição da CA é condicionada pela posição da Junta de Salvação Nacional que, face ao número crescente de ocupações que ocorrem no país, no início de maio de 1974, toma posição contra as mesmas.

Particularmente depois da tomada de posição da JSN, contra as ocupações de casas, a CA passa a utilizar argumentos de cariz político e ideológico para combater este “radicalismo”.

Como já verificámos, quando nos referimos à ação das Comissões de Moradores, o 11 de Março em Setúbal irá dar um novo alento ao ciclo de ocupações, aumentando as dificuldades da CA no seu relacionamento com algumas daquelas estruturas de moradores. A Comissão Administrativa enveredará por uma constante

demarcação face a às ocupações. Procurará o apoio dos setores do MFA que lhe são próximos politicamente (5ª Divisão do MFA) para tentar travar aquele processo. A CA irá também promover a constituição e a organização de Comissões de Moradores em alguns bairros populares, bairros novos e, particularmente, nas freguesias rurais. Vitor Zacarias explica que esta terá sido uma das primeiras preocupações da CA. Era uma forma de encontrar aliados naturais para a concretização do seu plano de ação.

Após a tomada de posse, e face à dimensão dos problemas existentes, a nova CA confronta-se com uma grande falta de recursos. A falta de recursos humanos constituiu uma das maiores debilidades encontradas. Assim o recorda Rodrigues Lobo em várias circunstâncias: “Esta Câmara tinha em 25 de Abril de 1974 um arquiteto a três dias por semana e três agentes técnicos. Era este o equipamento técnico da terceira Câmara do País. Se quisermos ter uma ideia comparativa: o Barreiro tem cinco arquitetos, Almada, sete! O Gabinete de Planeamento que criámos é que nos deu um contributo extraordinário, sem ele nada faríamos”.

Outro dos problemas identificados por este membro da CA prendia-se com a existência de situações de corrupção, relacionadas com os alvarás de loteamento: “Obtinha-se um alvará de loteamento para 200 fogos, depois com a conivência de funcionários faziam-se umas alterações e aquilo resultava em 300 ou coisa parecida”. Seria uma prática normal “comercializar” por 50 contos cada fogo introduzido a mais. Ainda neste âmbito, denuncia igualmente algumas práticas utilizadas que consistiam em apresentar um Plano de Urbanização com determinado número de fogos, respeitando os índices estabelecidos e, depois nas alterações de pormenor, acrescentava-se a cada prédio mais um ou dois andares. E concretiza: “Por exemplo, no plano inicial da Praça do Brasil e Avenida de Goa previam-se prédios de quatro andares. Hoje são na generalidade sete andares, além daqueles dois enormes blocos”¹⁰. A “informalidade” existente, no regime anterior, entre o Presidente da Câmara de Setúbal e os construtores civis promovia situações de abuso e corrupção com as quais a CA teve de se confrontar, como explica Odete Santos: “Quando aqui chegámos encontrámos casos extraordinários: obras que tinham sido iniciadas por meio de autorizações verbais dadas pelo Presidente e sem projetos aprovados, etc. Os construtores aperceberam-se que esta Comissão não iria pactuar no jogo anterior”¹¹.

A CMS vai contar com um apoio inesperado do Governo para a constituição do tal Gabinete de Planeamento referido por Francisco Lobo. Nuno Portas, Secretário de Estado da Urbanização e Urbanismo, contacta a CA no sentido de criar uma equipa técnica, com o objetivo de fazer um estudo pormenorizado do concelho. É ainda Francisco Lobo quem recorda a importância desta equipa, criada para resolver grande parte dos problemas que se colocavam à cidade: “O Plano deno-

10 Entrevista de Francisco Lobo, membro da CA da CMS. Dows, *Op. cit.*, pp. 135 e 136.

11 Intervenção de Odete Santos numa Mesa-redonda promovida pelo jornal *Margem Sul*, 4 de julho de 1974.

COMUNICADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Para esclarecimento do público e com a finalidade de desfazer certas notícias menos corretas a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal informa que o único Bairro existente neste concelho, e que é sua propriedade, é o Bairro Presidente Carmona totalmente ocupado. Neste, com 400 fogos foi determinado um inquérito rigoroso às situações de ilegalidade que porventura possam existir neste Bairro.

Os restantes Bairros existentes na cidade são propriedade de organismos do Estado ou dele dependentes a Câmara não pode aí interferir para a sua eventual ocupação quando neles se encontram devolutos alguns fogos.

Os Bairros em referência são:

1 - Bairro dos Pescadores com 188 fogos, pertencente à Junta Central da Casa dos Pescadores em que neste momento está em construção uma 2.^a fase com 224 fogos.

2 - Bairro Marcello Caetano com 391 fogos, pertencente à Caixa Nacional de Pensões.

Neste momento, também está em curso uma 2.^a fase para 410 fogos.

3 - Bairro da Conceição, com 200 fogos, construído em 1952 pelos Ministérios das Obras Públicas e das Corporações, em regime de propriedade resolúvel, e, presentemente, também a cargo do Fundo de Fomento da Habitação.

4 - Bairro da Fundação Salazar, com 200 fogos, a cargo da Administração daquela Fundação.

Desconhece esta Comissão Administrativa se nestes bairros existem casas vagas visto que os respetivos processos não correm par esta Câmara Municipal.

Setúbal 25 de junho de 1974

minado *Plano de Estruturas do Concelho*, foi um trabalho minucioso sobre todo o território, abrangendo todos os sectores da vida local – económico, social, habitacional, educacional, urbanismo, saúde, transportes, viário, ambiente e com um profundo entrelaçamento com as populações locais¹². O gabinete técnico que fez o estudo foi liderado pelo arquiteto Ricardo Salgado.

1.1.1. A GÉNESE DA REUNIÃO INTER CÂMARAS (RIC)

Por iniciativa da Câmara de Setúbal, as comissões administrativas da Câmara de Almada, Barreiro, Moita e Montijo fazem uma reunião, nos últimos dias do mês de maio, para “trocar impressões e assentar em diretrizes de orientações comuns”. Esta será a primeira de várias outras reuniões que progressivamente integrarão outras Câmaras do Distrito de Setúbal. Posteriormente será criada uma estrutura de coordenação comum, com a designação de Reunião Inter Câmaras (RIC), que dará origem depois à Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

Este *forum* irá ter um protagonismo cada vez maior, permitindo políticas coordenadas entre as autarquias em diversas áreas, entre as quais se destacam as ques-

12 Francisco Lobo, *Histórias de Setúbal*, edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Setúbal, 2008, p. 60.

COMUNICADO DA REUNIÃO INTER-CÂMARAS DO DISTRITO DE SETÚBAL (RIC)

A Reunião Inter-Câmaras do Distrito de Setúbal na sua sessão de 23 de fevereiro de 1975, ao analisar a situação política do Distrito, entende dever alertar a população para o seguinte:

Em todo o País se verifica uma escalada da reação. Após a derrota do 28 de Setembro, os reacionários passaram a adotar uma maneira de agir mais inteligente. E assim, começaram a fomentar a agitação, a confusão, tentando dividir as forças democráticas. É de lamentar que certos meios que se dizem progressistas, tenham alinhado ao lado da reação, aproveitando-se da agitação para tentar impor-se desprezando a unidade que devia ser o único objetivo dos democratas.

Tem-se assistido a ataques ao Governo Provisório e ao M.F.A.

Só o povo, com a consciência da importância histórica do momento, tem lutado para que cada vez mais se cimente a sua união com as forças armadas.

A reação tem o cuidado de escolher certos pontos do País, que pela sua consciencialização política, são os seus alvos mais importantes.

O Distrito de Setúbal é um desses alvos. A R.I.C. do Distrito de Setúbal verifica que certos acontecimentos que ultimamente têm vindo a ocorrer, revelam, inequivocamente que a reação está organizada e lança os seus ataques com particular incidência no Distrito de Setúbal.

Senão vejamos:

1 – Iniciou-se uma violenta campanha contra as Reuniões Inter-Câmaras, acompanhada de ataques às Assembleias do Concelho, tendo por fundo uma violenta campanha anticomunista.

2 – As autarquias locais são objeto de acérrimos ataques. Criam-se conflitos com as Comissões Administrativas, que no seu elenco têm democratas que lutaram corajosamente contra a ditadura fascista. A reação serve-se de trabalhadores do aparelho administrativo, tentando apô-los às C. Administrativas, dando-lhes a falsa ideia de que estes são os seus patrões. Fomentam-se boatos contra as autarquias locais, e incitam-se as pessoas à violência.

3 – Assiste-se também a um plano de assalto aos Sindicatos, o que tem obrigado a uma mobilização dos trabalhadores que têm ocorrido em sua defesa.

4 – Também nas nossas escolas se têm infiltrado elementos reacionários. Estudantes em greves desorganizadas ocupam instalações. Um caso há em que se fez ressuscitar a A.N.P., através de panfletos assinados por esta sigla, espalhados num estabelecimento de ensino.

5 – A reação preocupa-se também em fomentar a ocupação de casas e terrenos, método que não pode de forma alguma resolver o problema habitacional do país, e que só contribui para criar um clima de confusão que não favorece a construção da democracia.

6 – Certa imprensa regional sabe acompanhar muito bem esta investida reacionária tornando-se praticamente o seu órgão oficial. Artigos onde se adultera propositadamente a verdade, e se procura criar o descontentamento em pessoas menos esclarecidas, são a constante de certos jornais.

Estes são os principais indícios de que a reação tenta passar no nosso Distrito. Embora com atuações diferenciadas nos vários concelhos, e com mais incidência nuns do que noutros, são estes os traços fundamentais da campanha reacionária.

E tudo isto acontece porquê?

Motivos já por demais conhecidos, impediram que a nova Democracia não avançasse em passos seguros no combate às atividades fascistas e no caminho do saneamento.

Encontram-se ainda em postos importantes da administração pública pessoas cujo comprometimento com o regime fascista é bem evidente. (...).

Essa falta de firmeza no saneamento, bem patente nos tímidos Decretos promulgados pelo Governo Provisório, está na origem dos ataques sofridos pelas forças democráticas.

Assim, a Reunião Inter-Câmaras do Distrito de Setúbal congratula-se e aplaude a Lei n.º 3/75 que

atribui à Junta de Salvação Nacional poderes legislativos, com particular incidência no saneamento. A R.I.C do Distrito de Setúbal chama a atenção para a importância desta lei que permitirá que o saneamento se processe com segurança, determinando-se assim o desmantelamento da reação no aparelho estadual e das autarquias locais.

E por que é que a reação investiu neste momento?

A Campanha Eleitoral está próxima. Chega o momento em que o povo deverá usar a sua arma: o VOTO.

É óbvio que a reação não está interessada em que o Povo use essa arma.

E qual a melhor maneira de impedir essa arma?

A isto responde a reação, amedrontando, amedrontando.

É este o significado da campanha reacionária desencadeada nesta altura.

A isto têm de responder as forças democráticas com firmeza e determinação.

A isto tem de responder o Povo reforçando a sua união com o M.F.A.

A isto responde e responderá a RIC do Distrito de Setúbal, desmascarando, como o faz agora, as manobras reacionárias, e alertando a população para os verdadeiros desígnios dos que incitam à confusão e ao caos.

Empenhada na construção da Democracia, a RIC do Distrito de Setúbal fará tudo o que estiver ao seu alcance para que Portugal Democrático se torne realidade.

tões financeiras, o estabelecimento de uma política comum em relação aos trabalhadores municipais, ou ainda as questões técnico-jurídicas relacionadas com os loteamentos. Ir-se-á também pronunciar sobre questões políticas de atualidade local e nacional, tomando posições sobre as designadas “ocupações selvagens”, ou desaconselhando a greve aos trabalhadores municipais. A ata da CA de 12 de maio refere: “No nosso Distrito também os trabalhadores de alguns municípios aderiram já à greve apoiando a resolução dos trabalhadores do porto.

Não pondo em causa a justeza das reivindicações, a RIC de Setúbal chama a atenção para as consequências desta greve neste momento pois o seu aproveitamento pela reação deixa de servir os interesses dos trabalhadores para causar a instabilidade e o caos fazendo perigar as conquistas democráticas”¹³.

A RIC desempenhará também um papel importante junto do Governo Central como instrumento de pressão no sentido de resolver vários problemas comuns aos concelhos que a integravam.

Rodrigues Lobo valoriza muito a existência desta estrutura: “As RICs foram uma verdadeira escola de formação autárquica”¹⁴.

A seguir identificaremos alguns momentos em que a ação da CA foi contestada,

13 Arquivo Municipal de Setúbal. Ata da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal, de 12 de M maio de 1975.

14 Francisco Lobo, *Histórias de Setúbal*, edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Setúbal, 2008, p. 58.

tendo até consequências políticas ao nível da substituição da sua presidência. Momentos de grande pressão como a chamada *manifestação das betoneiras* ou a controvérsia à volta dos terrenos do Vitória Futebol Clube; momentos tensos, de grande voltagem e paixão política, como o hasteamento da bandeira da URSS no mastro principal do edifício da CMS; far-se-á uma referência aos confrontos com a Comissão de Trabalhadores e, por fim aludir-se-á à polémica que envolveu o Documento do COPCON.

De realçar, porém, que todos os episódios referidos têm como pano de fundo um movimento social destemido que reivindica, exige, reclama, e entra e sai do edifício da Praça de Bocage com o à vontade singular de quem pisa um espaço seu.

1.2. A MANIFESTAÇÃO DAS BETONEIRAS

A Comissão Administrativa não foi só pressionada por parte das Comissões de Moradores e pelo movimento popular para resolver os graves problemas de habitação e infraestruturas de que a cidade carecia. Será igualmente pressionada pelos promotores imobiliários e pelo setor da construção civil.

Ainda não tinha decorrido um mês após a tomada de posse da Comissão Administrativa, e já esta sofria o primeiro grande processo de contestação. A 14 de junho de 1974 os patrões do sector da construção civil vão promover uma manifestação na Praça de Bocage contra o que consideravam ser a tomada do poder pelo PCP. Numa potente demonstração de força, dezenas de máquinas ocupam a Praça. Centenas de trabalhadores dessas empresas, devidamente capitaneados pelos construtores, acompanham-nas.

Os patrões da construção civil entendem que a Câmara tem dado cobertura às ocupações. Entendem, igualmente, que a Câmara começava a condicionar os processos de loteamento e a bloquear ou impedir Planos de Urbanização que já estavam prontos para concretização. Nesta situação, estava o plano de urbanização da Várzea de Setúbal, cujo processo é bloqueado pela CA. Razões de natureza ambiental fundamentaram este bloqueio.

De facto, esta urbanização começava a ser contestada sob a alegação de que aqueles terrenos eram inapropriados para a construção, não só por estarem no leito de cheias, mas também por serem ótimos terrenos agrícolas.

O então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, e o também Subsecretário de Estado, Ribeiro Teles, surgirão como defensores daquela tese. De resto, estas questões, relativas à restrição da construção, serão objeto de legislação específica, de que foi exemplo o Decreto-Lei 356/75. Este diploma não permitia a construção em terrenos bons para a agricultura.

A manifestação terá, de facto, um grande impacto na cidade.

Os construtores civis conseguem mobilizar centenas de trabalhadores das suas empresas, ao mesmo tempo que colocavam na Praça maquinaria “pesada” (dezenas de camionetas, betoneiras e outro equipamento da construção civil), numa coreografia que encena força e intimidação.

MANIFESTAÇÃO DAS BETONEIRAS

Era a manifestação de construtores civis e trabalhadores da construção, organizada por um dos mais conceituados construtores do concelho.

Isto, porque começava a notar-se a implementação de um sistema de esquerda, no país, o que se sentiu especialmente em Setúbal que, como se sabe foi aquele condado que Otelo Saraiva de Carvalho quis impor e tornar numa comuna. As coisas precipitaram-se, em Setúbal, por causa do controlo da esquerda, nomeadamente do PCP, e quem era empresário, na altura, e quem tinha a noção do que se estava a passar, achou por bem reagir e demonstrar publicamente que também existia. O que é certo, é que a manifestação levou à Praça de Bocage centenas de trabalhadores da construção que se quiseram solidarizar com os empresários. E embora se tenha dito que eles estavam lá porque eram obrigados, posso dizer que isso não é verdade, porque quem viveu aquela altura sabe que a adesão foi espontânea. (...)

Aquela era uma época muito conturbada, onde tudo o que fosse empresariado era rotulado de fascista e corria o sério risco de ser destruído. A isso juntaram-se os problemas com a banca, que exercia um grande controlo e só nos emprestava 50 contos de cada vez. Ao mesmo tempo veio o surto de ocupações das casas acabadas de construir. As pessoas ocupavam as casas e depois queriam pagar uma renda de 500 escudos por assoalhada aos construtores.

João Vítor da Conceição (Construtor Civil), *Memórias da Revolução, vol.1, Coordenação de Etelvina Baía e Pedro Brinca, p. 49*

A manifestação percorrerá as ruas da cidade e ocupará a Praça de Bocage. A ameaça de encerramento das empresas e concomitante desemprego dos trabalhadores paira no ar.

A Câmara Municipal, no próprio dia da manifestação, contará com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos que, junto aos manifestantes, exerce uma ação de contrainformação. Membros daquele Sindicato denunciam, junto dos trabalhadores, a instrumentalização de que estavam a ser alvo. Isto mesmo relembra Sertório Herrera, à data dirigente local do Sindicato dos Metalúrgicos: “Estive nessa manifestação das “Betoneiras” para desmobilizar os trabalhadores que estavam a participar nessa manifestação, o objetivo era fazer-lhes ver os riscos que estavam a correr. Eles pensavam que estavam ali para uma coisa e afinal era outra”¹⁵.

Francisco Lobo recordará desta forma a manifestação de 14 de junho: “Logo uma das primeiras manifestações a que nós estivemos sujeitos, foi a dos construtores civis, conhecida pela «das betoneiras». Portanto, isto até serve perfeitamente para exemplificar o empolamento que as coisas aqui tiveram. Os empresários da construção e especuladores de terrenos movimentaram-se.”¹⁶.

O edifício da Câmara foi cercado durante um dia. Pela primeira vez, na cidade, o patronato e a direita irão utilizar os mesmos métodos de manifestação e pressão

¹⁵ Entrevista concedida por Sertório Herrera, em 20 de junho de 2016.

¹⁶ Entrevista de Francisco Lobo, *Dows* p. 136.

utilizados pela esquerda e pelo movimento popular, logo a seguir ao 25 de Abril. Os ecos desta manifestação serão depois ampliados, dado que vários órgãos de comunicação social nacionais a noticiarão.

Na reunião da CA de 21 de junho, a seguir à manifestação, o tema será longamente analisado. A possibilidade de desemprego que esta situação poderia provocar é analisada, constituindo a maior preocupação. Por todos os motivos. A CA conheceria casos concretos em que o que se pretendia verdadeiramente era prejudicar a economia nacional. Na sequência da reunião, a CA torna público um longo comunicado acerca da manifestação dos construtores civis, sob o título sugestivo “Retorno às manifestações espontâneas do regime fascista”.

Grande parte do referido comunicado é utilizada para contestar o “acervo de mentiras” publicado no jornal *O Século*: “Sob a epígrafe GRANDE MANIFESTAÇÃO NAS RUAS DE SETÚBAL, *O Século* acoita nas suas páginas as provocações de duas ou três empresas da construção civil que, em Setúbal, procuram gerar a confusão e criar um ambiente propício para que se retorne aos terríveis tempos do fascismo”. No comunicado tenta-se ainda desvalorizar a ação do patronato e descredibilizar os dados enunciados na notícia d’*O Século*: “Diz a referida notícia que cerca de 5000 operários da construção civil, trabalhadores das pequenas e médias empresas se manifestaram juntamente com as respetivas entidades patronais, contra as greves, contra os falsos democratas, contra o desemprego, contra a fome. Uma correção se impõe fazer, desmascarando aqueles que nas páginas do jornal *O Século* se colocam ao serviço da reação. É que não foram 5000 operários a manifestarem-se, mas apenas um número que calculamos em 50. Tudo o resto era a força bruta das betoneiras, escavadoras e outras máquinas”¹⁷.

Os construtores civis pretendiam ser recebidos pela Comissão Administrativa que se recusa nesse momento a recebê-los. Para justificar a recusa alegará uma importante reunião com um grupo de arquitetos e a Comissão de Moradores da Cova do Canastro em que “se apreciava um projeto de urbanização para a resolução dos problemas deste Bairro da Lata”¹⁸.

A Comissão Administrativa, em estreita colaboração com o Sindicato da Construção Civil, irá promover igualmente uma grande manifestação dando resposta à mobilização dos construtores civis.

Apesar da manifestação, a Comissão Administrativa não fecha o diálogo com os

17 Comunicado da Comissão Administrativa da CMS de 22 de junho de 1974, intitulado “Retorno às manifestações espontâneas do regime fascista”, como resposta à manifestação dos construtores civis. Ainda no mesmo comunicado é esclarecido que “Também nós, Comissão Administrativa da Câmara de Setúbal somos contra os falsos portugueses, contra os falsos democratas, contra a anarquia, contra o desemprego, contra as greves no momento atual”.

O documento prossegue afirmando que a CA já teria dialogado com os construtores civis para resolver os problemas concretos do sector. Para a Comissão os construtores que se manifestam são aqueles a quem convém o regresso ao fascismo, com a agravante de não darem a cara “empurrando para a frente, como pobres bandeiras em farrapos, a meia dúzia de operários que tinham sob as suas ordens”.

18 *Ibidem*.

construtores civis. Pelo contrário, vai promover reuniões, com a presença dos militares, em que explica que a Câmara tem um vasto plano de habitações. Tal plano beneficiaria indubitavelmente o setor: “Às acusações que nos fizemos de que queríamos paralisar a construção civil respondemos que o plano habitacional era muito mais vasto do que o do passado, e que, portanto, o que necessitávamos era talvez de mais gente para trabalhar no sector”¹⁹.

Nessas reuniões, terá ainda sido sugerida a formação de cooperativas de construção como forma de defesa contra o desemprego e um melhor aproveitamento de máquinas e técnicos. Nestas circunstâncias a CA acenou com a possibilidade de obtenção de novos alvarás, acessíveis a todos.

Os problemas com o setor da construção civil não vão terminar. As maiores empresas são as que têm maior capacidade de pressão, quer através da manipulação dos trabalhadores, quer junto do próprio Governo. É ainda Rodrigues Lobo que explica que por “duas vezes foi obrigado a dar explicações a dois ministérios por uma tomada de posição da Câmara sobre uns terrenos pertencentes a uns especuladores de terrenos e empresários de construção civil que pretendiam reaver o alvará de loteamento caducado, ameaçando com o desemprego centenas de operários”²⁰. Esses mesmos empresários mantinham largas dezenas de fogos numa outra urbanização, em quase paralisia.

Os promotores imobiliários percebem mais cedo do que os outros, que as relações endogâmicas, que desenvolviam com a anterior administração local, passavam a ser condicionadas pela nova conjuntura política.

De futuro, os construtores civis adotarão outras formas de relacionamento e de pressão sobre a Câmara sem a espetacularidade desta manifestação. É por isso sem espanto que procurarão outros meios para atingir os seus objetivos.

1.3. OS TERRENOS DO VITÓRIA FUTEBOL CLUBE

No início do ano de 1975 a situação financeira do Vitória Futebol Clube agrava-se. A meio do mês de janeiro, os jogadores da equipa principal ainda não tinham recebido nem os ordenados de dezembro, nem os prémios, no valor de 90 contos.

Em 19 de janeiro, a equipa de juniores do Vitória Futebol Clube falta ao jogo do campeonato nacional, que deveria ter sido disputado no Estádio da Luz.

É este o contexto em que se processa o conflito entre o Clube e a Câmara relativamente à venda de terrenos que esta considerou ilegal e especulativa.

Aliás, é esse mesmo o teor do comunicado que a CA distribuiu à comunicação social acusando a direção do Vitória de graves irregularidades.

A CA da Câmara Municipal elaborou um comunicado, para distribuir à imprensa, no qual acusa a Direção do Vitória de Setúbal de graves irregularidades que “culminaram com a venda especulativa de terrenos cuja alienação lhe era interdita”.

19 Entrevista de Francisco Lobo, *Dows, Op. cit.*, p. 140

20 *Idem, Ibidem*, p.141.

Aí se referia que em 19 de fevereiro de 1956, a Câmara havia celebrado com o Vitória um contrato em que lhe cedera cinco parcelas de terreno, com área total de 77 575 metros quadrados, situados no campo do Bonfim. De acordo com o mesmo comunicado, “o contrato estipulava que os terrenos reverteriam para a posse da Câmara com todas as benfeitorias, entretanto realizadas e sem direito a qualquer indemnização, caso lhe fosse dado destino ou utilização que não fosse a prática de modalidades desportivas ou de diversões devidamente autorizadas pelos estatutos ou pelas leis em vigor.”

O Vitória teria registado os terrenos em seu nome em novembro de 1967. Mas do respetivo registo não constava, curiosamente, a referida cláusula. Deste modo, de acordo com o registo, o Vitória era pleno proprietário daqueles terrenos, podendo dispor deles como melhor entendesse. O registo, no entanto, não estava em conformidade com o contrato celebrado.

O Vitória havia já vendido 20 lotes. Alguns daqueles estariam integrados numa zona de proteção ao Liceu, sendo destinados a zona verde, não podendo, portanto, ser urbanizados.

É esta situação que irá fazer correr rios de tinta, acirrar ânimos, extremar posições. As partes em conflito têm muito poder, demasiado poder, movimentando interesses consideráveis: “De um lado, temos o Vitória, conjunto de setubalenses e de pessoas profundamente arreigadas à cidade, sinceramente interessadas em que Setúbal caminhe na vanguarda de um verdadeiro desporto com «D» grande, mas tais pessoas não se confundem com as direções do clube. De outro lado, temos os interesses do Município conjunto de pessoas sócias ou não do Vitória”²¹.

A Câmara tem perfeita noção de que não pode tratar este assunto de uma forma meramente administrativa. Assim sendo, vai propor ao Ministério da Administração Interna, que concordará com a proposta, que sejam os municípios a decidir. Impunha-se um referendo sobre o assunto.

No dia 29 de janeiro de 1975, no pavilhão do Clube Naval Setubalense, irá realizar-se uma sessão de esclarecimento sobre esta matéria. A fim de elucidar os seus municípios, a Comissão Administrativa convoca a população para decidir sobre o destino a dar aos terrenos. A representar a Câmara esteve o Presidente Júlio Severino Santos e a vereadora Odete Santos. As suas intervenções foram fortemente contestadas pelos presentes. O jornal *O Distrito de Setúbal* diz que “a assistência gritava e assobiava”.

Dois dias depois, o Vitória reunirá em Assembleia Geral. De novo o caso dos terrenos virá à baila, em ambiente escaldante, sublinhando-se em intervenções sucessivas a situação económica do clube. Continuava o braço-de-ferro entre a Direção do Vitória de Setúbal e a CA da Câmara Municipal. Esta recuará na proposta de referendo. Para legitimar a utilização dos terrenos, e para que a CA não perdesse a face, vai ser o Governador Civil a desbloquear a situação. Usando

21 Comunicado da CA da Câmara Municipal sobre os terrenos cedidos ao Vitória Futebol Clube.

COMUNICADO DA CA DA CMS SOBRE OS TERRENOS CEDIDOS AO VITÓRIA FUTEBOL CLUBE

Em 19 de fevereiro de 1956, a Câmara celebrou com o Vitória um contrato em que lhe cedia cinco parcelas de terreno, com área total de 77 575 metros quadrados, situados no campo do Bonfim. O contrato estipulava que os terrenos reverteriam para a posse da Câmara com todas as benfeitorias, entretanto realizadas e sem direito a qualquer indemnização, caso lhe fosse dado destino ou utilização que não fosse a prática de modalidades desportivas ou de diversões devidamente autorizadas pelos estatutos ou pelas leis em vigor.

O Vitória registou os terrenos em seu nome em novembro de 1967. Mas do respetivo registo não consta, anormalmente, a referida cláusula. Assim, face ao registo, o Vitória é um pleno proprietário, que pode dispor dos terrenos como entender.

Dos terrenos doados com restrições, vendeu entretanto, o Vitória 20 lotes, por preços que vão desde 160 a 800 contos. Num deles já está edificado um prédio e há dois em construção. Alguns dos lotes estão implantados numa zona de proteção ao Liceu Nacional, na qual não podia haver qualquer urbanização, porquanto destinados a zona verde.

Nos termos do contrato, a Câmara poderia fazer reverter a si, imediatamente, os terrenos ilicitamente vendidos. Mas a Comissão Administrativa encontra-se perante um processo em que estão em conflito interesses de bastante peso: De um lado, temos o Vitória, conjunto de setubalenses e de pessoas profundamente arraigadas à cidade, sinceramente interessadas em que Setúbal caminhe na vanguarda de um verdadeiro desporto com «D» grande, mas tais pessoas não se confundem com as direções do clube. De outro lado, temos os interesses do Município conjunto de pessoas sócias ou não do Vitória.

Perante este antagonismo, a Comissão Administrativa propôs e o Ministério da Administração Interna concordou, que sejam os munícipes a decidir.

o poder que o *Código Administrativo* lhe outorgava irá “autorizar a desvinculação da escritura de doação, sob ónus, dos terrenos já vendidos correspondentes aos 20 lotes”.

1.4. CONFLITO COM A COMISSÃO DE TRABALHADORES

Em fevereiro de 1975, a Comissão Administrativa irá viver uma profunda crise, provocada por um conflito que oporá a Comissão de Trabalhadores aos próprios trabalhadores. Esta crise ditará a exoneração do Presidente da Comissão Administrativa. O processo é aparentemente desencadeado pelo afastamento da telefonista sob a acusação de que não seria leal à Comissão Administrativa. Esta será substituída por um outro funcionário.

A Comissão de Trabalhadores defende a trabalhadora afastada e elabora uma carta/comunicado dirigida à CA criticando o seu procedimento.

A Comissão Administrativa irá considerar que é “uma carta atentatória da dignidade da Câmara” e vai suspender dois elementos da CT, considerados os principais responsáveis. Num comunicado à população, irá explicar o afastamento dos dois elementos da CT, não só como um ato administrativo, mas também como uma ação política da Câmara “contra a reação”.

A leitura da ata da reunião da Comissão Administrativa, de 17 de fevereiro, possi-

bilita a compreensão clara das intenções deste órgão e do que estava verdadeiramente em causa. Nessa reunião, Odete Santos informou que pretendia ler um comunicado dirigido à população do concelho mas que “desejava precedê-lo de alguns comentários”.

Nesses esclarecimentos iniciais, conforme consta da referida ata, declarou que “a reação está a utilizar processos mais inteligentes do que os usados antes do 28 de Setembro, usando processos que surpreendiam o povo desprevenido, como por exemplo dirigindo ataques contra as Comissões Administrativas e os Partidos Democráticos”.

A vereadora referiu ainda que “a Comissão Administrativa recebera uma carta da Comissão de Trabalhadores na qual a mesma Comissão se insurge contra a admissão de uma telefonista. Esclareceu que se trata de um lugar que só poderá ser ocupado por uma pessoa que mereça a confiança da Comissão, por proporcionar a escuta de conversações que depois poderão ser comunicadas a elementos reacionários, havendo ainda hoje pontos-chave dos serviços camarários, ocupados por elementos que não merecem confiança política, mas a Comissão mercê de uma legislação muito débil não pode efetuar o saneamento devido.

Neste momento, porém, em que o país entra numa fase mais democrática é necessário que a Comissão Administrativa tenha o apoio da população e por isso, entende dever anunciar que se entrará numa via eficaz de saneamento”²².

Depois desta explicação prévia, Odete Santos lê o comunicado que será distribuído à população. No fundamental o comunicado pretende explicar o saneamento dos dois elementos da CT e a legitimidade da ação da CA que apenas pretende opor-se a uma conspiração reacionária contra as conquistas democráticas iniciadas a 25 de Abril.

No mesmo documento, desvaloriza a composição da Comissão de Trabalhadores: “Não é uma dita Comissão de Trabalhadores que tem à sua frente chefes de serviço, que se poderá opor com ameaças à força da democracia e, neste caso, à Câmara que se apoia na população”.

O comunicado faz também uma ameaça aos trabalhadores que não colaborem com a CA: “A Câmara Municipal não é como dantes. Está e quer estar ao serviço do povo. Os funcionários camarários terão de compreendê-lo e terão uma escolha a fazer: ou se põem ao serviço do povo e para tal apoiam com o seu trabalho honesto a Câmara, ou terão de ser afastados por não se integrarem no espírito do vinte e cinco de Abril. O saneamento impõe-se e é inadiável”²³.

Face à exposição apresentada por Odete Santos, os vereadores aprovarão por unanimidade que “fossem suspensos do exercício das suas funções com direito aos vencimentos inerentes aos seus cargos os seguintes funcionários municipais: Álvaro Batista Guerreiro e Fernando Caldeira Marques da Costa”.

22 Ata da reunião da Comissão Administrativa de 17 de fevereiro de 1975.

23 Comunicado à População lido pela vereadora Odete Santos e transcrito na Ata da reunião da Comissão Administrativa de 17 de fevereiro de 1975.

COMUNICADO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Constata-se que com frequência está a ser admitido pessoal para os Serviços desta Câmara sem serem necessários.

Alguns desse pessoal admitido é oriundo de fora do concelho, isto quando se começa já a desenhar uma crise de desemprego no concelho de Setúbal.

A culminar o processo atrás descrito, verificou-se no passado dia 12.2.75, a admissão de uma telefonista.

Verifica-se mais uma vez:

1º - O elemento admitido não reside no concelho de Setúbal;

2º - Não há necessidade da admissão de um telefonista;

3º - O elemento não estava inscrito para admissão para qualquer serviço desta Câmara Municipal;

4º - O elemento não é especializado na tarefa que lhe foi cometida.

Assim, a Comissão representativa dos trabalhadores desta Câmara, analisando os pontos anteriores, e tendo em consideração que:

1º - Há pessoal a prestar serviço nesta Câmara Municipal, que pode sem prejuízo dos serviços a que está adstrito, que bem poderia desempenhar a função de telefonista.

2º - Que o Decreto-Lei nº 576/74 - art.º 4º, proíbe a admissão de pessoal, a não ser especializado e com autorização superior.

3º - Que há pessoas inscritas do concelho de Setúbal, que estão devidamente inscritas para admissão nos diversos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, algumas das quais são familiares de atuais trabalhadores municipais.

Julga,

- Que a Comissão Administrativa agiu precipitadamente prejudicando os munícipes do concelho, não procurando, como lhe compete, dar satisfação à sua justa pretensão de emprego;
- Que a Comissão Administrativa prejudicou os trabalhadores que servem atualmente este Município, e que pretendem uma justa promoção;
- Que os serviços ficaram prejudicados, pela admissão de pessoal não qualificado para o desempenho do lugar;
- Que a prepotência de não fazer o recrutamento do pessoal através das inscrições existentes, é altamente atentatória dos direitos de quem pretende trabalhar, e prejudica a dignidade dos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal e especialmente os da Secção de pessoal.

Assim:

Entende esta Comissão de Representantes dos Trabalhadores (C.R.T) que a Comissão Administrativa reveja imediatamente a posição assumida, reparando perante os munícipes em geral e os trabalhadores municipais, em particular, o erro que estava a ser cometido.

Chama-se a atenção que, como já foi estabelecido anteriormente, não pode a Comissão Administrativa deliberar sobre assuntos relativos a pessoal, sem o acordo da C.R.T., que para isso recebeu mandato dos trabalhadores.

Caso não sejam satisfeitas estas justas pretensões, será este assunto submetido à Assembleia Geral dos Trabalhadores, que naturalmente tomará as decisões que se impuserem para seu desagravo.

A Comissão de Representantes dos Trabalhadores
Setúbal, 14 de fevereiro de 1975.

Juntamente ao saneamento dos membros da CT a Câmara afasta mais dois funcionários por terem ligações com a PIDE, fazendo crer que estavam todos envolvidos nas “manobras reacionárias em curso”²⁴.

Esta posição da Câmara irá desencadear uma onda de indignação por parte de dezenas de trabalhadores da CMS, que se solidarizam e apoiam os membros da CT saneados. A Câmara será ocupada, pressionando a CA para que revogue a suspensão dos membros da CT.

Rodrigues Lobo recorda as dificuldades vividas nesse dia: “A Câmara Municipal é invadida por muitas centenas de manifestantes, com propósitos altamente agressivos para com os elementos da Comissão Administrativa, acompanhados de ameaças de morte e incitamentos a que fossem lançados pelas janelas. Naturalmente que nem todos os presentes estavam do mesmo lado, o que refreou essas intenções, não deixando, no entanto, de terem sido cortadas ligações telefónicas”²⁵.

Foram chamados, para acudir à CA, o Comandante do Regimento de Infantaria 11, o comandante da PSP e o Governador Civil. A situação de impasse prolongar-se-á durante todo o dia e durante toda a noite. Os trabalhadores da Câmara não desarmam e exigem a readmissão dos elementos da CT afastados. O Governador Civil terá um papel de mediador. Depois de várias horas de negociação, às 6 da madrugada, a CA aceita a readmissão dos dois elementos da CT e compromete-se a redigir um comunicado em que esclarece que os dois elementos da Comissão de Trabalhadores afastados, Marques da Costa e Álvaro Guerreiro, “não tinham qualquer ligação com os outros dois, na altura saneados por ligações a organismos fascistas”.

Por sua vez os trabalhadores decidem abandonar o edifício, terminando a ocupação da Câmara.

Nesta confrontação os trabalhadores da Câmara contarão com o apoio do Secretariado dos Trabalhadores da Administração Local do Distrito de Setúbal, e também de comissões de trabalhadores de outros municípios.

O conflito foi lido como uma ação de elementos do Partido Socialista, que consideravam ser necessário lutar contra o controle absoluto do PCP na Câmara.

Orlando Barros, militante socialista e trabalhador da Câmara, recorda estes acontecimentos: “Particpei na tomada do edifício em protesto contra a decisão da Comissão Administrativa, de contratar uma telefonista. Não estava em causa a pessoa ou a necessidade dela, mas sim os receios que muitos trabalhadores tinham de que esta fosse mais uma tentativa de colocar na Câmara ainda mais pessoas ligadas ao PCP. Devido a pequenos episódios que vinham ocorrendo desde o 25 de Abril, e quase diariamente, as pessoas tomavam noção de que a estrutura da

24 Arquivo Municipal de Setúbal. Ata da reunião da Comissão Administrativa, de 17 de fevereiro de 1975.

25 Francisco Lobo, *Histórias de Setúbal*, edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Setúbal, 2008, p. 24.

À POPULAÇÃO DO CONCELHO

Integrado na campanha reacionária que cada vez mais nitidamente se desenha no sentido de contrariar as conquistas democráticas iniciadas no 25 de Abril, alguns funcionários não saneados vêm escrever à Comissão Administrativa da Câmara uma carta provocatória alegando pretensas ofensas do direito dos trabalhadores.

Estes indivíduos tentam opor-se à admissão de uma telefonista de confiança da Câmara, procurando assim continuar a sabotar esta Comissão no seu trabalho em prol da população do concelho.

Pois que é de tal que se trata:

– Já que a lei de saneamento tem sido inoperante para afastar os elementos fascistas instalados antes do 25 de Abril em muitas das autarquias pelo país fora, estes sabotadores, amparados pelas campanhas da reação e dos seus aliados, têm vindo a sabotar todo o trabalho válido das Comissões instaladas à frente das Câmaras no início da Revolução em curso.

Esta sabotagem, no que nos toca, reveste, entre outros, os seguintes aspetos:

– mau tratamento do público, atitudes sobranceiras, comentários em desabono do Governo Provisório, no sentido de criar um ambiente desfavorável à democratização e de criar a ideia de que «continua tudo como dantes, ou pior».

– escuta telefónica das conversações de trabalho dos responsáveis da Câmara, interferências e mesmo corte das ligações.

Independentemente das medidas de saneamento a tomar, desde já assiste o direito a esta Câmara de admitir pessoal da sua confiança para o bom andamento do trabalho em prol da população e sempre que se torne necessário.

Não é uma dita Comissão de Trabalhadores, que tem à sua frente Chefes de Serviços, que se poderá opor, com ameaças, à força da democracia e, neste caso, à Câmara que se apoia na população.

A Câmara Municipal não é como dantes. Está e quer estar ao serviço do povo.

Os funcionários camarários terão de compreendê-lo e terão uma escolha a fazer: ou se põem ao serviço do povo e para tal apoiam com o seu trabalho honesto a Câmara, ou terão de ser afastados por não se integrarem no espírito do 25 de Abril.

O saneamento impõe-se e é inadiável. A sua ineficácia que se tem verificado até hoje, deve-se a uma falta na legislação que só a luta popular ombro a ombro com o MFA e a partir do 28 de Setembro permitirá modificar e confiamos que será em breve publicada nova legislação.

Entretanto continuam na administração pública no nosso país indivíduos afectos ao regime fascista e que são hoje lacaios da reação, como por exemplo elementos ligados com a ex-PIDE-DGS, componentes das pseudo-comissões de recenseamento do anterior regime e ainda elementos da ex-ANP.

Sabemos que a população se queixa e se insurge contra este estado de coisas. Nas Assembleias de moradores muitas vezes têm surgido opiniões, sugestões e propostas para uma real modificação das relações da Câmara com o público.

Assim, a Câmara vê-se na obrigação de tomar as medidas que considerar necessárias para que a sabotagem não continue, e está firmemente decidida a exigir um rápido e completo saneamento, por forma a que fiquem ao serviço do concelho apenas aqueles que se integram no espírito do Portugal Novo, que com firmeza se consolida.

A reação não passará mesmo que com as vestes de Democracia.

A Comissão Administrativa da Câmara confia no Povo que saberá desmascarar os falsos democratas, que cortará o passo à reação erguendo barreiras a cada esquina por um PORTUGAL LIVRE E DEMOCRÁTICO.

Sessão pública da Câmara Municipal de Setúbal, 17 de fevereiro de 1975.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL.

Câmara servia para uma guerra pelo poder entre o PCP e a extrema-esquerda. O que muitos trabalhadores faziam era tomar posições no sentido de tentar contrariar aquilo que vinha acontecendo”²⁶.

A nível local, o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático apoiarão a luta dos trabalhadores contra a CA. O PPD terá também visibilidade neste processo de contestação à Câmara, redigindo comunicados à população e mobilizando os seus membros neste apoio, tentando cavalgar e aproveitar politicamente esta luta. A Juventude Social Democrata (JSD) será particularmente acintosa contra a Câmara, identificando-a com os “sociais fascistas instalados nas Comissões Administrativas”.

Os partidos de extrema-esquerda assumirão uma posição de distanciamento face a este conflito.

O PCP mobilizará os sindicatos e CTs no sentido de apoiarem a CA. Haverá mesmo vários sindicatos que tomam posições públicas de apoio à CA.

De resto, a luta extravasará para o espaço público. Ainda na tarde de 19 de fevereiro serão convocadas duas manifestações, em frente à Câmara. Uma que apoia a Comissão de Trabalhadores da Câmara, outra que apoia a Comissão Administrativa. O *Setubalense* relata desta forma o confronto entre os dois grupos de manifestantes: “Na passada quarta-feira, 19 de fevereiro, e referentes à luta dos trabalhadores da CMS, duas manifestações foram convocadas. Uma, para as 18,30 horas que concentrou milhares de pessoas e não teve oradores; e outra para as 19 horas a que assistiram muitos elementos do Partido Comunista Português, alguns empunhando cartazes e dando vivas ao Partido. (...)”

Da parte dos adeptos do PCP, ouvia-se: “Viva a Comissão Administrativa”, “PCP, PCP”, “Abaixo a reação”, “Unidade”, etc. Da outra parte: “Morte ao Revisionismo”, “Traidores da Classe Operária”, “Abaixo a Comissão Administrativa”, “Venham cá para Baixo”, “Câmara Popular” e outras.

“A certa altura, para se juntarem aos seus camaradas, chegou um grupo de elementos do PCP do Barreiro e também de Almada que se deslocaram em camionetas”²⁷.

Por sua vez, o *Diário de Lisboa* apresenta também uma narrativa própria: “As forças democráticas de Setúbal reagiram convocando para ontem à tarde uma manifestação a que deram o seu apoio o PCP, MDP/CDE, MJT e MDM solidarizando-se com a comissão administrativa. O PPD e o Secretariado dos Trabalhadores da Administração Local do Distrito de Setúbal tomaram posição a favor dos dois funcionários suspensos contra a comissão administrativa”²⁸.

A Comissão Administrativa contará ainda com o apoio da RIC: “A Reunião Inter Câmaras do Distrito de Setúbal ao analisar a situação política do Distrito, entendeu dever alertar a população para o seguinte: Em todo o país se verifica uma esca-

26 Entrevista de Orlando Barros. Pedro Brinca e Etelevina Baia. *Op. Cit.*, p. 197.

27 *O Setubalense*, 21 de fevereiro de 1975.

28 *Diário de Lisboa*, 20 de fevereiro de 1975.

OFÍCIO ENVIADO AO GOVERNADOR CIVIL

Com a presente venho dar conhecimento de que nesta data oficializei o meu pedido de demissão dessa Comissão Administrativa o qual tinha sido feito na vossa presença verbalmente ao Ex. Sr. Governador Civil no passado dia dezoito do corrente cerca das vinte e quatro horas. Junto se remete cópia do ofício que hoje mesmo entreguei ao sr. Governador Civil.

Com as melhores saudações democráticas me despeço esperando que não haja nunca razões que alterem as nossas relações particulares de amizade.

De vossas Excelências muito atenciosamente, Júlio Severino Marques dos Santos”.

lada da reação. Após a derrota do 28 de Setembro, os reacionários passaram a adotar uma maneira de agir mais inteligente. E assim, começaram a fomentar a agitação, a confusão, tentando dividir as forças democráticas. É de lamentar que certos meios que se dizem progressistas, tenham alinhado ao lado da reação, aproveitando-se da agitação para tentar impor-se, desprezando a unidade que devia ser o único objetivo dos democratas”.

Sem se referir ao episódio ocorrido em Setúbal, não deixa de apontar os novos alvos da contrarrevolução em marcha: “As autarquias locais são objeto de acérrimos ataques. Criam-se conflitos com as Comissões Administrativas, que no seu elenco têm democratas que lutaram corajosamente contra a ditadura fascista. A reação serve-se de trabalhadores do aparelho administrativo, tentando apô-los às C. Administrativas, dando-lhes a falsa ideia de que estes são os seus patrões. Fomentam-se boatos contra as autarquias locais, e incitam-se as pessoas à violência”²⁹.

Júlio Santos, no decurso da ocupação, pede a demissão do cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara, pedindo a exoneração ao Governador Civil. Será a principal vítima política deste processo. O elemento considerado mais moderado da CA batia com a porta e renunciava ao mandato.

Com esta crise em que, segundo Francisco Lobo, o Governador Civil terá “ameaçado” exonerar a CA, o afastamento de Júlio Santos acabará por reforçar o peso do núcleo duro do PCP na Câmara Municipal. Alberto Pereira, vereador na altura em que ocorreram estes acontecimentos, considera que a CA “terá sido precipitada ao afastar os dois membros da Comissão de Trabalhadores”³⁰.

29 Comunicado da Reunião Inter Câmaras do Distrito de Setúbal, de 23 de fevereiro de 1975.

30 Entrevista concedida por Alberto Pereira, em 28 de junho de 2016.

1.5. O POLÊMICO HASTEAMENTO DA BANDEIRA DA UNIÃO SOVIÉTICA

NA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL. A astronauta soviética, Valentina Tereshkova, membro do Soviete Supremo do Comité Central da União Soviética fez no início de junho de 1975 uma visita a Portugal, a convite do MDM. No aeroporto foi recebida por Álvaro Cunhal e por outros membros do Comité Central do PCP, tendo ainda participado em vários comícios e reuniões em Lisboa, Setúbal, Sesimbra e Grândola.

A sua passagem por Setúbal provocará uma inesperada crise política que determinará o afastamento do recém-nomeado Presidente da Comissão Administrativa.

Valentina Tereshkova foi felicitada nos Paços do Concelho pelo Governador Civil e pelo Presidente da Comissão Administrativa da CMS e por Maria Isabel Velez do MDM de Palmela.

Vítor Zacarias, Presidente da CA, saudou a visitante em nome da cidade. Explicou o processo de mobilidade social ascendente nas sociedades socialistas e na União Soviética. Terminou o seu discurso afirmando: “É assim que nós queremos que seja também em Portugal. Viva a União Soviética, viva a Valentina Tereshkova, viva Portugal”.

Era desta maneira apresentado à sociedade setubalense um dos símbolos da modernidade e também da “superioridade” da União Soviética face ao mundo capitalista.

Durante a cerimónia, a bandeira da então União Soviética estava hasteada no mastro principal do edifício municipal.

Quando terminou o seu discurso, o Presidente da CA estava longe de pensar no terramoto político em que ele próprio estaria envolvido nos dias seguintes.

Nesse dia mesmo, a quebra da rotina do hasteamento da bandeira iria provocar a reação da oposição política à Câmara. O Partido Socialista terá, mais uma vez, um papel de destaque, considerando que a colocação da bandeira soviética no mastro principal do edifício camarário integrava um ato de subserviência face a um país estrangeiro.

Num comunicado à população, esgrimirá os seus argumentos contra a ação da CA, pedindo ao Governador Civil, ao Governo e ao MFA que interfiram neste assunto, classificado como sendo da maior gravidade. Exige a exoneração da CA.

Na reunião da CA, de 2 de junho, Vítor Zacarias, ainda antes do cumprimento da ordem de trabalhos, intervém para desvalorizar o incidente, desmentindo e repudiando o “significado atribuído aos factos a que se refere o relato de um comunicado hoje distribuído na cidade”.

Tratar-se-ia, na sua perspetiva, unicamente de um lapso protocolar que explica desta forma: “Como acontece em todos os domingos e dias feriados tinham sido içadas à hora habitual nos três mastros da varanda do edifício as referidas três bandeiras que, portanto, ali se encontravam, quando, já próximo da hora da recepção, foi recebida a bandeira russa. Nessa altura quando lhe perguntaram se içava esta bandeira e à observação que só mastro grande estava livre respondeu: Ice.

Evidentemente que não havia qualquer propósito de colocar a bandeira russa em lugar de destaque. Tudo resultou de um mero ato impensado do qual porém assumia inteira responsabilidade”³¹.

Sertório Herrera, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, tem outra versão destes acontecimentos. Refere que este episódio foi vivenciado de uma forma bastante intensa pelo seu pai que na época era o contínuo da Câmara Municipal, contínuo do Presidente, como era chamado na altura. José Barrosinha de Oliveira exercia aquelas funções há várias décadas na CMS e uma das suas tarefas era precisamente o hastear da bandeira ou das bandeiras se fosse esse o caso: “Era o meu pai que hasteava a bandeira todos os dias. O meu pai ia todos os dias para a Câmara e a primeira coisa que fazia era hastear a bandeira. Na véspera desse dia foi-lhe dito que não seria ele quem iria hastear a bandeira. Esta ordem entristeceu-o muito. Isto foi uma grande tristeza para o homem. Ele já tinha sido contínuo do Major Mexia, do Góis, do Júlio Santos, e depois foi do Lobo. Foi um grande desgosto para ele”³².

Nesse dia, quem iria hastear as bandeiras nos mastros da Câmara era o próprio Presidente da Comissão Administrativa, Vítor Zacarias. Hastear pela primeira vez a bandeira da URSS no edifício da Câmara Municipal era uma honra especial que não se poderia perder.

Vítor Zacarias hasteará a bandeira da União Soviética no mastro principal do palacete camarário e numa posição subalterna a bandeira nacional e a bandeira do município.

Sertório Herrera tem uma explicação para a substituição do seu pai nas funções que desempenhava com tanto zelo e empenho há várias décadas: “Vaidade. O homem [Vítor Zacarias] resolveu ser ele a fazer aquela grandíssima asneira. O meu pai nunca faria aquilo. O meu pai sabia que nenhuma bandeira podia substituir no poste principal a bandeira nacional (...). O meu pai tinha um grande orgulho naquilo que fazia e tinha um grande respeito por todos os presidentes da Câmara. Ele era o contínuo do Presidente da Câmara”³³.

Independentemente das versões sobre quem é que foi responsável pelo hasteamento da bandeira da URSS em lugar de destaque face à bandeira nacional, a análise das atas da Câmara permite-nos constatar que Vítor Zacarias dará conta de que teve uma reunião com o Governador Civil e com dirigentes locais do PS na qual explicou o sucedido.

Nesta reunião a CA ficou com a convicção de que o problema estava resolvido e o vereador Egas Sales considerou mesmo que a CA não devia redigir qualquer comunicado de resposta ao sucedido, porque isso seria perder tempo, dado que o assunto não teria importância e já estaria sanado.

Veio a revelar-se que esta convicção não era conforme à realidade.

31 Arquivo Municipal de Setúbal. Ata da reunião da CA, de 2 de junho de 1975.

32 Entrevista concedida por Sertório Herrera, em 20 de junho de 2016.

33 *Ibidem*.

ENTREVISTA DO CAPITÃO ADELINO REIS MOURA, DELEGADO DO MFA EM SETÚBAL

As pessoas que se indignaram com tal facto [hasteamento da bandeira da União Soviética], fizeram questão de fazer chegar o seu protesto junto do Governador Civil porque era a bandeira nacional que estava em causa e a cidade de Setúbal que, mais uma vez, via novamente perturbado o seu ambiente. Na altura, como Delegado do MFA, eu trabalhava bastante perto do Governador Civil, o então capitão-de-fragata Fuzeta da Ponte. Depois das queixas, entendeu-se fazer uma reunião entre o Governador, enquanto representante do poder civil, e o delegado do COPCON enquanto representante do poder militar. Na sequência da reunião, e numa decisão perfeitamente acertada, o Governador Civil decidiu apresentar o caso ao ministro da Administração Interna, que também era militar. Fomos lá no mesmo dia e ele ficou muito preocupado com o que se tinha passado. Mas ao mesmo tempo a sua preocupação transmitiu-nos algum receio sobre as medidas a tomar porque elas poderiam perturbar ainda mais a situação em Setúbal. Depois de uma longa conversa mais militar que política, falámos com o gabinete do então Primeiro-ministro, na altura o brigadeiro Vasco Gonçalves. Quando chegámos ao gabinete, por mero acaso encontrava-se lá o saudoso capitão Salgueiro Maia. Contámos o episódio e Salgueiro Maia disse-nos que as pessoas que permitiram a troca das bandeiras não podiam continuar na Câmara, mesmo sendo essas as mesmas pessoas que haviam lutado por um regime democrático em Portugal. Foi decidido demitir a Comissão Administrativa e assim aconteceu. Chamámos os diversos elementos da Comissão ao Governo Civil e demitimo-los.

Isto gerou alguma celeuma, mas tudo foi rapidamente ultrapassado (...).

Numa cidade onde tinha ocorrido o fenómeno do içar da bandeira da União Soviética e onde nós sabíamos que haviam já algumas forças que queriam era democracia e liberdade, ainda hoje compreendo a dificuldade que gente como os elementos do PS e do PPD tinham em expressar-se. Isto porque havia uma organização que trabalhava de uma forma tão pouco transparente que quem quisesse pôr as coisas à discussão e analisar os problemas não tinha qualquer hipótese. E este fenómeno da bandeira teve um grande significado porque foi exatamente o despoletar de um conjunto de democratas que não tinham voz em Setúbal. E acho que viram naquele momento uma oportunidade de questionar o MFA sobre se as coisas poderiam chegar ao ponto de se içar uma bandeira da União Soviética no mastro destinado à bandeira de Portugal.

Entrevista concedida pelo Capitão Adelino Reis Moura. *Memórias da Revolução*, vol.2, Coordenação de Etelvina Baía e Pedro Brinca. *Op. Cit.*, p. 42.

De facto, quando se pensava que o assunto já havia sido dado por encerrado pelo Governador Civil e pelo Governo, o Ministro da Administração Interna decide exonerar o Presidente da CA.

Também aqui as versões são contraditórias. O Governador Civil assegura que teve um papel determinante na demissão de Vítor Zacarias: “Demiti imediatamente a Comissão Administrativa e o seu presidente, mas isso não foi muito bem aceite e mais tarde houve uma reunião tumultuosa na Câmara Municipal de Setúbal acerca dessas demissões, tendo eu sido convidado a participar.

Embora inicialmente tivesse dito que não ia, porque não achava interesse, tendo em conta que era uma reunião da câmara e da comissão administrativa, eles insistiram tanto que lá fui e acabei por ser sequestrado, já que não me deixaram sair quan-

EXONERAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE SETÚBAL

Na sequência dos acontecimentos ocorridos na Cidade de Setúbal, aquando da visita da cosmonauta Valentina Terechkova no dia 1 de junho corrente, em que não foram prestadas as honras devidas à Bandeira Nacional, foi efetuado um inquérito pelo Ministério da Administração Interna com a participação do delegado do MFA do Regimento de Infantaria de Setúbal.

Apurando-se a responsabilidade única nos acontecimentos, que se consideraram graves, do Presidente da Comissão Administrativa foi o mesmo exonerado das respetivas funções pelo Ministério da Administração Interna.

Setúbal, 6 de junho de 1975

O GOVERNADOR CIVIL

António Carlos Fuzeta da Ponte

do quis ir embora. Os fuzileiros souberam que eu estava lá e foram buscar-me”³⁴. Esta posição do GC está em contradição com todos os relatos das atas da CA. Para além do que consta na ata de 2 de junho, também na ata da reunião de 9 do mesmo mês, Francisco Lobo informa os seus colegas de vereação de que terá recebido um telefonema do Governador Civil assegurando que o assunto estava encerrado. A versão do capitão Adelino Reis Moura, à época Delegado do MFA em Setúbal, também não é completamente coincidente com a versão do Governador Civil, quando assegura que a demissão teria sido imediata. O Delegado do MFA reporta-se a uma reunião com o Ministro da Administração Interna e com o gabinete do Primeiro-Ministro. Há ainda que não subestimar a posição de Salgueiro Maia que terá considerado: “que as pessoas que permitiram a troca das bandeiras não podiam continuar na Câmara”³⁵.

O assunto não estava de facto encerrado. Vítor Zacarias acabará por ser exonerado apesar de todos os protestos da CA e da RIC, inconformadas com a decisão governamental.

A esta resolução do Governo não foi alheia a pressão que o Partido Socialista terá assumido em Lisboa. Nestas circunstâncias, a direção local do PS terá recebido um forte apoio da respetiva estrutura central.

Benjamim Carvalho, militante socialista, que viveu de perto este episódio, lembra que “os militares ficaram muito incomodados com a situação que foi criada” o que terá impedido o seu abafamento. A direção local do Partido Socialista elaborou um relatório sobre o hasteamento da bandeira da URSS, para ser entregue ao Conselho da Revolução³⁶.

Para Alberto Pereira, membro da CA, a “direita aproveitava tudo para criticar a Câmara” e a vinda da astronauta russa terá sido mais um pretexto: “uma russa que vem

34 Entrevista concedida pelo Almirante Fuzeta da Ponte. Etelvina Baía e Pedro Brinca. *Op. Cit.*, p. 109.

35 Entrevista concedida pelo Capitão Adelino Reis Moura. Etelvina Baía e Pedro Brinca. *Op. Cit.*, p. p. 42.

36 Entrevista concedida por Beijamim Carvalho, em 13 de abril de 2016.

a Setúbal, ainda por cima, recebida com algumas honras causou engulhos na direita e no PS³⁷. No entanto este vereador da CMS acaba por ver alguns aspetos positivos neste episódio ao considerar que “no fundo eu reconheço que “o destino” escreveu direito por linhas tortas porque afastou uma pessoa menos competente e acabou por pôr no lugar uma pessoa mais competente. A cidade ficou a ganhar. Ficámos a ganhar uma pessoa prudente que sabia ouvir, pouco impulsiva”³⁸.

Abílio Ferreira interpreta estes acontecimentos à luz da “ingenuidade e impreparação por parte de Vítor Zacarias”³⁹.

Lapso/ignorância protocolar ou subversão propositada do protocolo? Não sabemos. O que sabemos é que este episódio provocará mais uma crise no poder autárquico setubalense. A Comissão Administrativa e a RIC, apesar de aceitarem a decisão ministerial, afirmam em comunicado que irão “fazer todos os esforços para que a mesma não seja definitiva, pedindo a abertura de um inquérito”.

Não sabemos os esforços que foram feitos por estas entidades no sentido da abertura de novo inquérito sobre este incidente. O que sabemos é que Vítor Zacarias não voltará à presidência da CA, apesar de ter sido nomeado outro Governador Civil, próximo do PC. E mesmo durante o V Governo Provisório, em que haveria condições políticas para proceder a esta regressão administrativa, a situação manter-se-á inalterável.

1.6. DOCUMENTO DO COPCON CONTESTA FUNCIONAMENTO DO PODER AUTÁRQUICO

O designado documento do COPCON é uma resposta ao Documento dos Nove, ou Documento Melo Antunes. Nele se defende um programa político inspirado no modelo de Poder Popular. Apoiado por Otelo Saraiva de Carvalho e pelos militares politicamente próximos da extrema-esquerda, este documento defendia perspetivas e propostas semelhantes às que constavam dos programas de alguns partidos, como o Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR), o Movimento de Esquerda Socialista (MES) e também a União Democrática Popular (UDP). O documento terá sido redigido por militantes ligados ao PRP e UDP e militares do COPCON.

O documento faz um balanço bastante crítico do Poder Local emergente. Responsabiliza as Comissões Administrativas por um certo desalento e descrença das populações locais face ao processo revolucionário. Para o COPCON as causas desta ineficiência são políticas: “A substituição das administrações fascistas das autarquias locais foi feita na maioria dos casos por elementos da pequena e média burguesia local, afetos ao PCP e MDP/CDE, que se revelaram incapazes de solucionar os principais problemas existentes”⁴⁰.

Na reunião da CA de 25 de agosto de 1975, é lavrado um protesto público contra

37 Entrevista concedida por Alberto Pereira, em 28 de junho de 2016.

38 *Ibidem*.

39 Entrevista concedida por Abílio Ferreira em 17 de janeiro de 2017.

40 Reproduzido pelo jornal *O Setubalense* de 5 de setembro de 1975.

estas acusações: “A maioria dos indivíduos escolhidos para as autarquias locais são indivíduos com um passado reconhecido de luta antifascista que os identifica como garantes de apoio à revolução iniciada a 25 de Abril. São na generalidade pessoas que puseram muitas vezes em causa a sua existência na conquista e defesa dos interesses das populações. São pessoas corajosas, abnegadas dos maiores propósitos de servir. São pessoas que mais uma vez, quando ainda o terror e o espectro de um governo fascista acobardava a maioria das gentes deste país, estiveram presentes e ocuparam corajosamente lugares de responsabilidade”⁴¹.

Recusando filiações partidárias, a CA reitera a independência e a autonomia dos autarcas nomeados: “A maioria das pessoas convidadas para as autarquias locais não tinham opções políticas partidárias. O MDP/CDE era uma organização antifascista unitária na qual se inseriam todas as correntes de pensamento, aonde desde as primeiras horas afluíram os antifascistas ativos. E hoje como no tempo do fascismo esses militantes dão tudo o que têm ao seu país. Trabalham 24 horas por dia, auxiliando as populações no que lhes é permitido, enfrentando estoicamente os ataques desferidos maldosamente, raivosamente, inconscientemente, por todos aqueles que não estando interessados na revolução portuguesa dinamizam as massas menos preparadas lançando-as em lutas injustas e odientas”⁴².

Refuta igualmente a acusação de “pequeno-burgueses”, explicando: “A acusação de burgueses de que também são alvos esses militantes, é de todo injusta porquanto não é unicamente nas condições económicas que se determina o ser ou não ser burguês. Não são burgueses os que lutam sincera e abnegadamente por uma sociedade justa e direitos e obrigações iguais para todos onde deixem de haver privilegiados. Burgueses são sim os que não querem abdicar dos seus comodismos e privilégios e os sobrepõem aos interesses coletivos. Burgueses são aqueles que mesmo nada tendo se alheiam dos problemas das sociedades. Sobre a inoperância de que também são atacadas as autarquias locais só um desconhecimento profundo das possibilidades económicas, estruturas técnicas e humanas e dos condicionalismos a que estão sujeitas ao poder central aliado ainda a uma máquina por sanear, a um código administrativo por queimar, a mentalidades tacanhas que tudo contrariam e receiam os pode levar a tais afirmações”⁴³.

Foi aprovado por unanimidade que estas considerações proferidas pelo vice-presidente, e lavradas em ata, deveriam ser transmitidas ao COPCON, à RIC, ao Ministério da Administração Interna, à Presidência da República e à Quinta Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas.

A 6 de setembro a CA irá redigir um longo comunicado à população que designa “Comunicado da Câmara de Setúbal sobre o Poder Popular”, onde se identifica com o documento “Linhas de Ação Programática e Tarefas do V Governo Provisó-

41 Intervenção de Francisco Rodrigues Lobo, vice-presidente da C.A. da CMS. Atas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal. Reunião de 25 de agosto de 1975.

42 *Ibidem*.

43 *Ibidem*.

rio”, começando por fazer uma longa citação do documento do Governo presidido por Vasco Gonçalves.

É mais uma forma de separar águas e de alinhar politicamente com a corrente que ao nível militar segue Vasco Gonçalves e a 5ª Divisão do MFA, demarcando-se das críticas feitas pelo Documento do COPCON.

De acordo com o comunicado, o V Governo apontou o caminho correto para ultrapassar as dificuldades que enfrentam “os órgãos tradicionais do poder local”. Nesta perspectiva as maiores dificuldades prendiam-se com “a insuficiência da resposta às carências concretas das populações e a insuficiência de ligação orgânica entre estes órgãos (câmaras e juntas) e as unidades organizativas de base das populações (CM e CT)”⁴⁴.

Ainda segundo a CA, o Documento Guia Povo/MFA e as Linhas de Ação Programática e Tarefas do V Governo Provisório abriam o caminho para uma relegitimação do poder autárquico “permitindo a curto ou a médio prazo a substituição das Comissões Administrativas por elementos efetivamente representativos não baseados em percentagens eleitoralistas”⁴⁵. O que significava que para a CA da Câmara de Setúbal a legitimidade revolucionária e popular podia ser sobreposta à legitimidade eleitoral que tinha sido manifestada nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Seis dias depois de a Câmara ter divulgado este documento, que configurava um apoio público ao chefe do V Governo Provisório, Vasco Gonçalves seria exonerado do cargo pelo Presidente da República, Costa Gomes.

A Câmara até aqui tinha tido uma relação cordial e até de deferência com todos os militares. No caso do documento do COPCON, contudo, não vai hesitar em criticar publicamente, com veemência, as posições aí expressas pelos seus autores, o que ilustra a fissura e também a partidarização existente no seio do MFA e que abrange todos os campos políticos.

1.7. A COMISSÃO ADMINISTRATIVA ENTRE VÁRIOS FOGOS

Como vimos, durante todo o período do PREC, a Comissão Administrativa da Câmara sofreu um quase constante processo de contestação. Este permanente condicionamento vai explicar que neste período de dezanove meses a CA conhecesse três presidentes (Júlio Santos, Vitor Zacarias e Francisco Lobo). Esta instabilidade acompanha também a vereação. Do núcleo inicial, nomeado pela Junta de Salvação Nacional, permanecem unicamente Francisco Lobo, Odete Santos e Alberto Pereira.

Por sua vez, Rogério Palma Rodrigues, Manuel Paulino da Cunha Morgado e Egas Nunes Sales serão também vereadores.

De facto, a CA destes meses conturbados será pressionada quer pela esquerda

⁴⁴ Comunicado da Câmara de Setúbal sobre o Poder Popular de 6 de setembro de 1975.

⁴⁵ *Ibidem*.

quer pela direita, mas será, sobretudo, condicionada pelo movimento popular. Os depoimentos feitos por elementos da Comissão de Moradores do Castelo Velho são bastante elucidativos das pressões a que está sujeita a CA. Com frequência, entram grupos numerosos na Câmara Municipal, particularmente nos dias em que há sessões públicas: “reivindicam de uma forma quase violenta o que querem, por vezes não querem esperar. A época é assim! Uma vez abanaram o presidente da Comissão Administrativa, abanaram o homem! Porque não dá satisfação imediata a tudo o que exigem”⁴⁶.

(...) Quando era preciso ir para a Câmara, as pessoas iam todas juntas. O presidente passou muito! Ia o bairro em peso.

As pessoas não forçam a entrada nos gabinetes. Também não é preciso; nessa altura as entradas estão todas abertas, incluindo o salão nobre. Há um salãozinho entre o salão nobre e o gabinete do presidente – as pessoas entram e saem quase livremente. O presidente revela uma enorme paciência e resistência. Tem que se sujeitar”⁴⁷.

A Liga Comunista Internacionalista (LCI)⁴⁸, em finais de julho de 1975, emite um comunicado público em que critica a ação da CA: “Pois, esses senhores, tentaram, logo de início, a entrada em massa para a Câmara Municipal, para as Juntas de Freguesia, dir-se-ia que ansiosos por contribuir, através da sua gestão administrativa, de cor mais ou menos «progressista», para a sobrevivência de todo o sistema de relações de produção capitalista, o mesmo sistema que afinal, dizem combater. Depois de a terem insistentemente «namorado», escrevendo nas paredes «os fascistas para a rua, a Câmara para o Povo», as forças reformistas e sociais-democratas da cidade conseguiram finalmente invadir a Câmara Municipal”⁴⁹.

Depois de censurar a forma como a Comissão Administrativa se apoderou do poder local censura duramente a sua ação política: “Lá estão, atarefados e satisfeitos. Mas nós perguntamos: será que agora a Câmara é do Povo; será que a «nova» Câmara defende realmente os interesses históricos das classes trabalhadoras; será que o proletariado de Setúbal a sente como coisa sua, como lugar de combate contra os seus inimigos de classe? E perguntamos também: o que é que os reformistas e os sociais-democratas entendem por «Povo»?

Entretanto ao que aí se assiste, na prática, é ao comprometimento dessas forças que se dizem da classe operária, com as forças poderosas do capital local. Porque outra coisa não pode fazer uma administração reformista isolada, senão empenhar-se em aplicar pequenos remendos nos casos mais «chocantes», como o da especulação na construção civil; em lançar campanhas de ocupação dos tempos livres, convidando a população (que população?) para «aparecer e discutir» (o

46 Depoimento de um elemento da Associação de Moradores do Castelo Velho. Jaime Pinho, *Op. cit.*, p. 119.

47 Jaime Pinho. *Op. cit.*, p. 120.

48 A LCI era uma organização que se reivindicava da herança política de Trotsky, um dos dirigentes da Revolução Russa de 1917, que será perseguido por Estaline e finalmente assassinado na cidade do México, em 1940.

49 Comunicado da LCI transcrito n’O *Setubalense*, 31 de julho de 1975.

qué?) nos salões barrocos da Câmara; em fazer, afinal, uma política descarada de colaboração com as forças inimigas do proletariado”⁵⁰.

A ação política da Câmara será também contestada não só pelos partidos da extrema-esquerda mas também pelo Partido Socialista. Francisco Soares Feio, eleito vereador nas primeiras eleições autárquicas, acusa a Comissão Administrativa de ter uma gestão “puramente partidária”. O MDP e o PCP teriam impedido o PS de integrar a CA de acordo com as palavras daquele vereador: “O PS sempre contestou este tipo de gestão e não fomos convidados para fazer parte da Comissão Administrativa. A Câmara estava nas mãos dos comunistas e do MDP, que era um apêndice do PCP. Eles não queriam mais partido nenhum no poder porque não queriam estar controlados pelas forças democráticas porque assim mais facilmente conseguiriam atingir os seus fins. E nas primeiras eleições autárquicas viu-se quem é que tinha razão, pois o PS ganhou-as”⁵¹.

A pressão exercida pelo Partido Socialista é confessada por Vitor Zacarias: “Houve uma outra situação que me marcou muito, o caso das reivindicações de alguns trabalhadores da Câmara que, acicatados por forças políticas em desacordo com as nossas diretrizes, como foi o caso do PS, começaram a fazer reivindicações, cortaram os fios do telefone e chegaram mesmo a fazer-nos ameaças. Mas como, através de um oficial do Quartel do 11, os militares decidiram ser conciliadores, as coisas resolveram-se pouco tempo depois e as pessoas desmobilizaram”⁵².

Rodrigues Lobo interpreta desta forma as dificuldades vividas no exercício das suas funções camarárias: “Com o tempo as coisas foram sendo ainda mais difíceis porque neste tipo de reuniões apareciam sempre os “infiltrados”, gente de direita que queria lançar a confusão nas reuniões.

Era um fenómeno curioso porque, tal como ainda acontece hoje, essa gente tinha uma imagem revolucionária. Ou seja, os movimentos reacionários têm como pontas de lança indivíduos que dão a ideia de terem discursos e atitudes revolucionárias (...). Esta foi uma lição que a História nos deu e de que a CIA é mestra. Ora isto fazia com que muitas pessoas pensassem que estavam perante revolucionários e, por isso, ninguém os contestava”⁵³.

A comparação com a reação não era só uma figura de estilo. Para Rodrigues Lobo os reacionários estavam efetivamente travestidos de revolucionários.

A instabilidade política que se vivia no seio da governação camarária pode ser também constatada pelo facto de neste curto período ter conhecido três presidentes da Comissão Administrativa.

O primeiro presidente da CA, Júlio Santos, manteve-se no cargo até 18 de fevereiro de 1975. Segundo um dos seus correligionários não aguentou as exigências do lugar e desistiu: “Na altura as coisas eram muito difíceis, os problemas eram gra-

50 *Ibidem*.

51 Entrevista de Francisco Soares Feio. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op. Cit.*, p. 72.

52 Entrevista de Vitor Zacarias. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op. Cit.*, p. 35.

53 Entrevista de Rodrigues Lobo. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op. Cit.*, p. 207.

ves e vinham de todo o lado. Depois era a nossa ânsia em atender a toda a gente e resolver todos os problemas, uma situação que exercia enormes pressões sobre todos nós”⁵⁴. No comunicado em que apresenta o pedido de demissão não justifica a sua saída.

No cargo será substituído por Vitor Zacarias, um dos vogais da CA e militante antifascista, que havia participado no assalto ao Quartel de Beja (1962), tendo estado preso vários anos.

A sua presidência vai durar até maio de 75. É exonerado pelo Ministro da Administração Interna no contexto que atrás referimos, o içar da bandeira da União Soviética no mastro central do edifício da CMS.

O lugar será ocupado por Francisco Rodrigues Lobo, outro resistente antifascista, que participara igualmente, no assalto ao Quartel de Beja.

A sua presidência irá até à realização das primeiras eleições autárquicas, no final do ano de 1976.

Se quisermos fazer um balanço desta primeira gestão camarária em Democracia, as palavras sumárias que caracterizarão essa gestão, serão a urgência, a tensão e a pressão que sobre esse governo da cidade se abaterá sem qualquer tipo de complacência.

Trata-se de uma gestão autárquica não eleita, que emerge de uma situação de fim de ditadura, com a legitimidade possível, que as circunstâncias singulares que proporcionaram o seu aparecimento lhe haviam concedido.

Trata-se de uma gestão autárquica que surge no tempo de todas as ruturas, que tem de enfrentar a urgência de uma população que sentia ter chegado a sua hora; que vai estar perante Comissões de Moradores e as betoneiras da Construção Civil; que quando é empossada se confronta imediatamente com uma greve dos trabalhadores do lixo que se amontoa na cidade; que enfrenta a intrepidez dos que fazem ocupações e lhe entram pelas portas do edifício camarário a exigir a legitimação do espaço ocupado e que, ao mesmo tempo, tem de responder pelos seus atos perante os sucessivos governos centrais.

Finalmente, trata-se de uma gestão autárquica que, para além de todas as vicissitudes referidas, tem o fio condutor possante do Partido que a influencia, estando por isso condicionada pelos compromissos que a nível central todos os dias se fazem e se desfazem.

Por isso mesmo, esta CA terá sempre uma posição institucional de alegada responsabilidade, quando confrontada com as ações do movimento popular que dia-a-dia se reforça e atua; qualquer greve, qualquer ocupação, por muito justa ou justificada que pudesse ser, desde que tivesse o seu epicentro fora da esquadria do controlo de que esta gestão depende, será caracterizada como contrarrevolucionária e ao serviço da “reação”. Assim sendo, esta CA assumir-se-á, muitas vezes,

⁵⁴ Entrevista a Vitor Zacarias. In Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal -25 anos depois*, edição do Setúbal na Rede, vol I, Setúbal, 2001, p. 35.

como um poder refreador das lutas que não controla, sob a capa de uma invocada prudência e moderação.

Entre a pressão de um avassalador movimento de massas e dos diversos partidos políticos à direita e à esquerda, entre senhorios que se sentem desapossados e inquilinos que se sentem explorados, a CA terá uma escassa margem de atuação, tentando ultrapassar o seu relativo isolamento, reforçando o apoio às CMs que lhe são politicamente mais próximas e também àquelas que não estão dependentes da influência da esquerda radical e por isso lhe são menos hostis.

Não obstante o que se referiu, envidará esforços e tomará decisões políticas para a resolução dos problemas da cidade; decidirá sobre as prioridades de investimentos e aprovará novos planos de urbanização à luz das novas exigências.

Entre o controlo do partido que a domina e o controlo da população que lhe exige obra e ação, a Comissão Administrativa não terá vida fácil.



QUINTA PARTE

*Mas quem vencer esta meta,
Que diga se a linha é recta.*

José Afonso in "Fura Fura". 1979.

1. A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

As organizações políticas de esquerda vão liderar e hegemonizar a intervenção política e cultural na cidade. O Partido Comunista Português (PCP), o Partido Socialista (PS) e as organizações da esquerda radical (Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias (PRP-BR), União Democrática e Popular (UDP), Frente Eleitoral Comunista – Marxista Leninista (FEC-ML), Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), Frente Socialista Popular (FSP), Movimento de Esquerda Socialista (MES), Liga Comunista Internacionalista (LCI), Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) – vão efetivamente ter uma ação visível na Setúbal da Democracia. O Partido Comunista e o Movimento Democrático Português (MDP) ocupam os principais lugares no poder político local e também noutros órgãos do aparelho de Estado (Previdência, Ministério do Trabalho, Região de Turismo, Junta Distrital) e Bombeiros. Repartem também entre si a influência e o controle das novas estruturas sindicais resultantes dos escombros dos sindicatos corporativos.

A correspondência entre vários organismos oficiais e o MDP a pedir pareceres para nomeações ilustra bem o peso que este partido e o PCP tinham nas decisões a nível local.

Por sua vez os partidos da extrema-esquerda têm uma influência nos órgãos do novo Poder Popular emergente da Revolução. É nas Comissões de Trabalhadores das principais fábricas da cidade e, também, nas Comissões de Moradores que conseguem disputar a influência ao PCP. O Partido Socialista tem uma influência mais difusa em algumas Comissões de Trabalhadores, Sindicatos e também em Comissões de Moradores.

1.1. PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O Partido Comunista Português (PCP) nos últimos anos do consulado marcelista tinha sofrido vários reveses organizativos com a prisão de alguns quadros importantes na região de Setúbal.

É apanhado pelo 25 de Abril com uma estrutura que tinha sido abalada pela Ditadura, na margem sul do Tejo e também em Setúbal¹.

Carlos Luz, militante do Partido Comunista em Setúbal, desde janeiro de 1973, conta-nos que a organização da margem sul do Partido tinha um PIDE infiltrado nas estruturas do PCP o qual provocou várias prisões e afetou o trabalho político e a estrutura organizativa antes do 25 de Abril².

Alberto Pereira diz-nos que antes do 25 de Abril o PCP teria “10 militantes na cidade de Setúbal”³.

Apesar disso, é o Partido com mais militância ativa e também com maior grau de influência política na cidade. É o único verdadeiramente organizado, com uma estrutura centralizada, com funcionários, que obedece aos cânones do “centralismo democrático”. A sua aposta no controlo do movimento sindical e nas estruturas locais do aparelho de Estado, transformá-lo-ão rapidamente num partido com uma enorme influência social, política e cultural em Setúbal.

Prova disso foi a sua enorme capacidade de mobilizar as estruturas oposicionistas, quer as que tinham um vínculo orgânico com o Partido, quer as que influenciava politicamente. Nesta situação estão o Movimento Democrático de Setúbal, o Movimento da Juventude Trabalhadora, o Movimento Democrático das Mulheres e o Círculo Cultural de Setúbal.

Esta influência foi rapidamente evidenciada na forma como reagiu, a nível local, ao 25 de Abril. Logo nas manifestações de 26 de abril e, depois, no dia 1.º de Maio, a sua hegemonia no movimento social é já bastante visível, como constatámos. São os seus militantes e simpatizantes que tomam a palavra no comício, à tarde, na Praça de Bocage e, à noite, no Pavilhão do Clube Naval Setubalense, mobilizando de igual modo os que não sendo militantes do PCP eram escolhidos para participarem nas iniciativas.

Nestes acontecimentos as únicas bandeiras partidárias visíveis são igualmente as do Partido Comunista. É ainda sob a sua iniciativa que se estrutura a organização do movimento sindical.

Através da sigla MDS, nos primeiros meses após o 25 de Abril, e depois com a sigla

1 Augusto Lindolfo, militante clandestino do PCP foi preso em 30 de maio de 1971 em Tunes, no Algarve. Era um militante fundamental na estrutura do PCP: controlava o Baixo Ribatejo (corda industrial de Vila Franca), a Margem Sul, o Alentejo e o Algarve. Na prisão passa a colaborar com a polícia política, denunciando tudo quanto conhecia das regiões que controlava e ainda se dispôs a escrever para a polícia relatórios de interpretação sobre as relações do PC com a ARA (Ação Revolucionária Armada) ou com o Movimento Comunista Internacional. Toda a organização do PC no sul do País foi desmantelada e a recuperação lenta só começa a dar sinais tímidos a partir de 1973.

2 Entrevista concedida por Carlos Luz, em 2 de junho de 2016.

3 Entrevista concedida por Alberto Pereira, em 28 de junho de 2016.

MDP, o PCP ousará ter uma ação preponderante em toda a sociedade setubalense, ainda que muitos dos militantes que integram estes movimentos não estejam organizados nas suas respetivas estruturas, as quais vinham de antes da Revolução. O PCP terá capacidade de um rápido recrutamento de novos elementos que fazem parte dos vários organismos que brotam um pouco por toda a parte: Comissões de Moradores, Juntas de Freguesia, Sindicatos, Comissões de Trabalhadores. A existência de uma estrutura partidária profissional possibilitará a coordenação e dará consistência à intervenção e à aplicação das perspectivas políticas próprias. O PCP realizará o seu primeiro comício, em Setúbal, ainda não tinham passado dois meses após o golpe-de-Estado de 25 de Abril, antecipando-se assim a todas as outras forças partidárias. No entanto, no dia 1.º de Maio, quer no comício na Praça de Bocage, quer no comício à noite no Clube Naval, foi o PCP que esteve já por detrás, em grande parte, da organização destes eventos.

No dia 18 de junho a organização local do Partido, com o acordo da respetiva direção política, escolheria a Praça de Touros para realizar o seu comício, sendo este espaço um dos maiores da cidade. Era uma forma inequívoca de mostrar a sua força e capacidade de mobilização. Disso mesmo dava conta *O Setubalense*: “Realizou-se no passado sábado na praça de touros Carlos Relvas, o primeiro comício político na cidade de Setúbal. A assistência soube emprestar ao ato, a cor e a garra comunista. Punhos cerrados, bandeiras vermelhas, *slogans* que, saindo das gargantas secas daquela enorme massa de gente, deram a imagem da força comunista”⁴.

Octávio Pato, um dos mais conhecidos e prestigiados dirigentes do PCP, à época, será o principal orador do comício.

Na sua intervenção começará por se centrar na denúncia do regime anterior que caracterizou como: “Uma cruel ditadura fascista que durou quase cinquenta anos”. Mostra apreensão em relação à situação económica do País e aponta o fim da guerra colonial como imperativo nacional que urgia resolver. Invetiva de forma clara os adversários políticos da direita: “Aqueles que aparecem agora a intitular-se simultaneamente antifascistas e anticomunistas, o que procuram é esconder o seu ódio à democracia. O anticomunismo foi no passado e continua a ser no presente, a bandeira na qual se procuram agrupar todos os reacionários e todos os que odeiam a democracia”⁵.

Por sua vez, o *Margem Sul* dá grande destaque, na primeira página, à advertência de Octávio Pato: “É debaixo da bandeira do anticomunismo que a reação procura agrupar-se”⁶.

Os resultados eleitorais do PCP para a Assembleia Constituinte permitem-lhe eleger sete deputados, os mesmos que o PS. O MDP elegerá um deputado. No entanto, estes resultados ficaram aquém das expectativas iniciais.

4 *O Setubalense*, 24 de junho de 1974.

5 *O Setubalense*, 24 de junho de 1974.

6 *Margem Sul*, 4 de julho de 1974.

No “Verão quente” o PCP em Setúbal estará presente, hegemonizando todas as estruturas do aparelho de Estado. Na Câmara Municipal reforça a sua posição, em relação à primitiva Comissão Administrativa escolhida logo após a Revolução. O confronto da CA com a Comissão de Trabalhadores ditará o afastamento de Júlio Santos, um velho militante do MDP, um industrial que fazia a ponte com sectores do PS. Essa substituição permitirá que a presidência da Câmara passe para o núcleo duro do PCP, primeiro com Vítor Zacarias e depois com Rodrigues Lobo.

Nas juntas de freguesia, o PCP tem também um papel predominante e, apesar de existirem alguns elementos independentes e até militantes do PS, a ação e a direção política destas estruturas é determinada pelas orientações comunistas.

A aposta forte que o PCP fez na organização do movimento sindical permitiu-lhe ter uma influência decisiva na maioria das direções dos sindicatos sediados em Setúbal. Estará igualmente presente na maioria das Comissões de Trabalhadores das empresas da zona industrial. Praticamente em todas elas, quer do setor secundário quer do terciário, o PCP constituirá células. Em algumas das grandes fábricas, as células do PCP chegam a ter mais de uma centena de militantes, o que lhe permitirá uma grande capacidade de intervenção e mobilização.

As grandes empresas serão um terreno a disputar com a extrema-esquerda. Em algumas daquelas será ultrapassado, como foi o caso da Setenave onde o PCP só conquistou a CT depois de 1976, já num período de refluxo revolucionário.

A sua presença nas coletividades de cultura e recreio será progressivamente reforçada. Os apoios concedidos pela CA da Câmara para várias iniciativas nestas instituições permitirão consolidar uma influência que, dia-a-dia, se torna mais efetiva. O PCP estará ainda na presidência da Caixa de Previdência de Setúbal, controlará a delegação do Ministério do Trabalho, a Junta Distrital, a direção dos Bombeiros e a Comissão de Turismo da Serra da Arrábida. E o Governo Civil, a partir de julho de 1975, será igualmente dirigido por Hélder Madeira, do PCP.

Tudo organismos com uma enorme importância. Importância política e não só política. No caso da Junta Distrital e da Comissão de Turismo estamos perante organismos com acesso a gestão de fundos muito significativos.

Carlos Tavares da Silva, militante comunista já antes do 25 de Abril de 1974, reconhece a forte influência que o PCP tinha na época: “Cada um de nós estava em vários sítios ao mesmo tempo com uma linha política e ideologia bem definidas”⁷. Não obstante esta hegemonia no espaço social e político, o PCP irá ensaiar momentos de unidade com outros partidos políticos. Um frentismo antifascista será levado à prática, num primeiro momento.

O rescaldo do 28 de Setembro permitiu festejos unitários integrando os partidos do “arco da governação” da época. Logo de seguida as comemorações do aniversário do 5 de Outubro serão igualmente aproveitadas para celebrar a unidade republicana realizando uma “romagem de saudade” ao túmulo dos democratas

7 Entrevista concedida por Carlos Tavares da Silva, em 14 de junho de 2016.

antifascistas sadinos falecidos. *O Setubalense* noticia, desta forma, o evento: “À frente com a bandeira nacional e a bandeira do Partido Socialista, seguiram em cortejo para junto do túmulo do Dr. António Luís Pereira de Almeida”.

A comemoração da vitória republicana de 5 de Outubro contou ainda com um comício no Pavilhão do Naval em que tomaram a palavra representantes do MDM, MJT, PCP, MDP, CA da CMS, PPD e PS.

Nas comemorações da vitória sobre o golpe do 11 de Março de 75 encontramos o último fôlego do frentismo contra a “reação fascista”. Num comício organizado pelo PCP, em 12 de março, participa também um representante do Partido Socialista. Aqui o outro parceiro do Governo, o PPD, deixa de ter qualquer intervenção. Após as eleições para a Assembleia Constituinte (AC) não haverá mais ações conjuntas com os parceiros da governação. A partir daqui o PCP irá preferir, pontualmente, unidades com as organizações situadas à sua esquerda, numa lógica de pesca à linha. Logo no 1.º de Maio de 1975, a LCI será convidada a intervir no comício final e há também um processo de aproximação com a Frente Socialista Popular.

A Frente de Unidade Revolucionária (FUR) terá igualmente visibilidade, na perspectiva de unidade com a extrema-esquerda.

No entanto, apesar do sucesso político e desta enorme capacidade de influenciar os vários espaços institucionais quer a nível do aparelho de Estado, quer da organização da sociedade civil, o PCP terá algumas convulsões organizativas.

De facto, passados apenas três meses após o 25 de Abril, o PCP irá conhecer as primeiras dissidências. Num longo documento de dez páginas intitulado “Demissão de Militantes do Partido Comunista Português Abaixo-assinados”, três jovens militantes, dois dos quais integravam já a estrutura clandestina local do PCP antes do 25 de Abril, tendo um deles estado preso e exilado no período da Ditadura, contestam a falta de democracia existente no PCP local e as suas formas de funcionamento burocrático⁸.

Na primeira parte do documento designada “Análise à organização do PCP no concelho de Setúbal” é feita uma dura crítica aos métodos de ação da estrutura local do PC. Na perspectiva dos abaixo-assinados esses métodos estariam em contradição com os respetivos estatutos: “O estabelecimento da unidade de pensamento e da ação do Partido e da disciplina partidária, não é feita em Setúbal a partir da “discussão franca e livre em todos os organismos do Partido dos problemas e da atividade das organizações respetivas”, como é preconizado no Artigo 15.º dos *Estatutos*. Essa discussão franca e livre, característica fundamental de qualquer organização revolucionária, é entre nós substituída por um insuportável ambiente de relações humanas, de intriga e calúnia. Da mesma forma, “ser sincero,

8 O documento referido é dirigido ao Comité Central do PCP, à Direção da Organização Regional do Sul e à Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, fundamenta o pedido de demissão de Carlos Jorge da Silva Luz (militante do PCP desde janeiro de 1973); Jorge Alberto Barbosa de Matos (militante desde maio de 1974) e Jorge Carlos da Silva Luz (militante do PCP desde fevereiro de 1972).

honesto e leal para com o Partido e para com todos os camaradas, ter uma elevada conduta moral, ser modesto e não admitir que a verdade seja escondida ou deturpada” (alínea 1) do Artigo 9.º dos *Estatutos* do PCP) são práticas não extensivas a todos os elementos no seio da organização partidária do concelho de Setúbal”.

Para além da acusação de terem sido cometidas várias infrações aos *Estatutos*, é também referido o facto de que a Comissão Concelhia não foi eleita pelos organismos de base.

O documento reporta-se, ainda, a várias situações consideradas anómalas. Entre elas destaca-se o processo de nomeação da Comissão Administrativa da CMS, dado o facto de os elementos eleitos nas estruturas do PCP e do MDP terem sido substituídos sem que os organismos do Partido tivessem sido de novo ouvidos. Situação semelhante teria ocorrido em relação aos elementos do PCP escolhidos para a Comissão de Turismo e para a Junta Distrital.

A situação do Movimento da Juventude Trabalhadora, o controle e a falta de articulação com o jornal *Margem Sul*, a falta de apoio a algumas empresas em luta, o deficiente trabalho de agitação e propaganda e ainda o recrutamento indiscriminado de novos militantes, alguns deles com comportamentos anteriores “objetivamente anticomunistas”, são assuntos detalhadamente tratados neste documento de demissão.

Estes militantes que agora se insurgiam contra os métodos de funcionamento do seu partido eram militantes reconhecidos nas estruturas locais do PCP. Prova disso é que tanto Jorge Luz como Carlos Luz haviam sido escolhidos para intervir nos dois comícios do 1.º de Maio de 1974 e ambos integravam as estruturas dirigentes locais do PCP e do MDP. Jorge Luz e Carlos Luz faziam ainda parte da redação do recém-criado *Margem Sul*.

A estas demissões seguir-se-ão outras. No início de setembro 1974 será a vez de um grupo de cerca de duas dezenas de jovens, pertencendo a maioria ao MJT. Eram operários e trabalhadores de várias empresas de Setúbal, entre os quais destacamos Henrique Guerreiro, Francisco Queiroz, Helena Afonso, José Pina, António Caldeira. Estes jovens haviam tido um papel preponderante em algumas Comissões de Trabalhadores e também em todo o processo reivindicativo que se seguiu ao 25 de Abril.

A maioria destes jovens que entra em rutura com o PCP passará a integrar as organizações da esquerda revolucionária em Setúbal, particularmente a LUAR, o MES e o PRP. O enorme reforço e visibilidade que estas organizações terão em todo o período do PREC será também da sua responsabilidade.

No 25 de Novembro de 75 sairão também alguns jovens da União dos Estudantes Comunistas (UEC), com destaque para Viriato Soromenho-Marques e Lígia Penim, em corte ideológico com o PCP. Irão aderir à Liga Comunista Internacionalista. Estas demissões devem ser compreendidas no quadro da crise de crescimento do PCP neste período, crise que se sentirá a nível nacional e também em Setúbal. Aqui, haverá um crescimento exponencial do Partido, o que permitirá a atração e

a adesivagem de grande número de pessoas que estavam longe de se sentir atraídas por razões de natureza ideológica e política...

Uma prática de controlo das estruturas locais do PCP protagonizada por Carlos Domingos, funcionário enviado pelo Partido para dirigir a estrutura local, terá criado vários momentos de mal-estar entre os jovens do Partido, como nos asseguraram vários dos entrevistados.

Também a presença da extrema-esquerda, que tinha um posicionamento mais desinteressado e uma postura mais radical de intervenção política, constituía uma forma de pressão para alguns jovens militantes do PCP que não se sentiam confortáveis perante o “realismo” da política do Partido quer a nível local, quer a nível nacional.

1.2. PARTIDO SOCIALISTA

O Partido Socialista (PS) não tinha uma intervenção organizada em Setúbal antes de 1974. No entanto, alguns dos quadros que aderiram ao PS, logo após o 25 de Abril, tinham já uma intervenção cívica na cidade, quer através do Círculo Cultural, quer no quadro da intervenção da Ação Católica.

Nos primeiros meses após o 25 de Abril a afirmação pública do PS é feita fundamentalmente através de duas organizações designadas “autónomas”: O Movimento Socialista Popular (MSP) e o Grupo Autónomo do Partido Socialista (GAPS).

O Movimento Socialista Popular, criado por Manuel Serra, contava, desde antes de 1974, com alguns simpatizantes na cidade, oriundos da Juventude Operária Católica (JOC). Manuel Serra irá aderir ao Partido Socialista ainda no mês de maio de 1974⁹.

Também o GAPS terá uma presença muito ativa nos meses a seguir à Revolução, dinamizando sessões de esclarecimento e divulgando propaganda contra a guerra colonial. Na Feira de Santiago, em julho de 74, organizará uma exposição em que eram denunciados os crimes ocorridos na Guerra Colonial. A sua ação terá visibilidade particularmente junto dos jovens¹⁰.

A estrutura inicial do PS em Setúbal será, assim, fruto da convergência destes movimentos e das personalidades locais que lhe estão associados.

Estes elementos do PS farão parte deste ativismo militante das Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores que se destacam nos primeiros meses após o 25 de Abril, na cidade de Setúbal.

A confrontação de Manuel Serra com a linha maioritária dirigida por Mário Soares, no primeiro Congresso do Partido Socialista realizado na legalidade, em de-

9 Manuel Serra era um prestigiado militante antifascista. Foi o líder civil do Golpe de Beja, em 1961, uma das tentativas frustradas para derrubar Salazar.

10 O Grupo Autónomo do Partido Socialista foi uma Plataforma Política criada por João Soares que se constituiu em 4 de maio de 1974 no quadro do Partido Socialista. Tinha uma intervenção política autónoma. Segundo o documento fundador tinha por objetivo: “Uma ação direta junto dos trabalhadores e de massas não politizadas no sentido da sua consciencialização e formação política”. Em Setúbal Fernando Pereira será o dirigente mais destacado do GAPS.

COMUNICADO DO PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!!!

A conspiração que, a coberto duma pretensa «maioria silenciosa», as forças reacionárias tentaram fazer triunfar acaba de se saldar por um fracasso estrondoso.

O Movimento das Forças Armadas, mais uma vez, deu provas da sua inteira dedicação aos superiores interesses do país, do povo português, da democracia e da descolonização.

A larga mobilização e concentrações populares que, em todo o território nacional, barraram o caminho à conjura reacionária foram mais uma prova da unidade do povo com as forças armadas em torno dos objetivos comuns da democratização e da descolonização em marcha.

Os militantes socialistas, mobilizados através da organização nacional do Partido, estiveram por toda a parte na primeira linha desta jornada de vigilância.

Mas o facto de, ao cabo de cinco meses após o derrubamento do fascismo, ainda ser possível que, a cada momento, as conquistas comuns sejam postas em causa mostra também as hesitações e insuficiências do processo de democratização.

O Partido Socialista preconiza uma maior firmeza e unidade na governação democrática e uma aceleração do processo de democratização. Impõe-se um efetivo saneamento do aparelho de Estado de todos os provocadores e elementos antidemocráticos.

É preciso que todos os democratas e o povo reforcem a sua vigilância e tomem iniciativas em todo o País para prevenirem e evitem novas agressões fascistas, para defenderem a ação do M.F.A e do Governo Provisório e reclamarem maior firmeza na democratização do País.

Façamos do 5 de Outubro uma decisiva jornada popular de luta por estes objetivos em estreita unidade de todas as forças antifascistas.

O Partido Socialista não desarmará.

O fascismo não passará.

Viva a unidade do povo e das Forças Armadas!

Viva a Democracia!

VIVA PORTUGAL

28 de setembro de 1974

zembro de 1974, irá fragilizar temporariamente a intervenção do PS na cidade no que diz respeito a estes jovens que se tinham destacado nas primeiras iniciativas do Movimento Popular. Uma parte significativa destes jovens acabará por aderir à Frente Socialista Popular que integrará a cisão de Manuel Serra com o Partido Socialista.

Ainda em dezembro de 1974, aquando do I Congresso do PS na legalidade, Rogério Severino faz uma longa reportagem deste congresso, apresentando-o como um exemplo de democracia participativa: “Ao contrário dos anteriores congressos de outros partidos, em que o “ámen” a tudo foi uma constante, no Congresso do Partido Socialista, o debate das propostas de alteração ao Programa, foi vivo e

ardente e ampla a discussão e apresentação de pontos de vista”. O empenho militante deste jornalista no PS é total: “Portugal pode continuar a acreditar no Partido Socialista como o maior partido, como o único que poderá obter a maioria nas eleições que se avizinham. O Partido Socialista é um grande partido do qual a classe trabalhadora muito tem a esperar”¹¹.

A influência que Manuel Abrantes e Rogério Severino têm no jornal *O Setubalense* constituiu um grande apoio à divulgação das iniciativas socialistas e à afirmação do PS em Setúbal, até ao Congresso que se realizará no fim do ano de 1974.

As adesões ao PS são também fruto da notoriedade nacional dos dirigentes socialistas nacionais com destaque para Mário Soares e Salgado Zenha.

A afirmação do Partido Socialista em Setúbal, nos primeiros meses após a Revolução, não foi tarefa fácil. A disputa política é feita num quadro em que à esquerda o PCP controla os principais órgãos do aparelho de Estado, da administração local e das estruturas sindicais e a extrema-esquerda e o Partido Comunista hegemonomizam grande parte do movimento social.

No entanto, o Partido Socialista vai progressivamente marcando presença em várias Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e também no movimento sindical. Benjamim Carvalho afirma que neste período o Partido Socialista tinha 18 núcleos de empresa a funcionarem de forma organizada¹². Era, contudo, uma presença menos militante e com menos visibilidade pública que a do PCP. Até porque, ainda segundo este dirigente local do PS, “muita gente tinha medo de se assumir como militante do PS”. De facto, a presença dos militantes socialistas nessas estruturas não terá um carácter hegemónico. São militantes integrados no turbilhão social da época. A sua implantação será mais difusa, não tendo grande visibilidade numa cidade com um processo de radicalização política muito acentuada. A estrutura local do PS nos primeiros meses após o 25 de Abril é, por outro lado, muito pouco profissionalizada. A situação só se alterará progressivamente depois da vitória eleitoral para a Assembleia Constituinte.

O Partido Socialista, em todo este período, estará afastado de todos os órgãos do aparelho de Estado, desde a Câmara, passando pelas juntas de freguesia até à Segurança Social. Acácio Lopes, administrador do jornal *Notícias de Setúbal* e militante socialista, reporta-se a esta situação: “O Partido Comunista radicalizou-se e tomou conta de tudo. Tratava todos abaixo de cão. O Partido Socialista foi cativando os moderados e aumentando a sua força social”¹³.

Para além do ativismo dos militantes locais no movimento social, haverá também apoio do PS, a nível central, para dinamizar algumas sessões de esclarecimento sobre temas acerca da Organização Sindical, Saúde e Segurança Social, entre outras. Estas sessões terão lugar na sede do PS e em diversos espaços públicos, sendo por vezes dirigidas para trabalhadores de empresas específicas.

11 *O Setubalense*, 18 de dezembro de 1974.

12 Entrevista concedida por Benjamim Carvalho, em 13 de abril de 2016.

13 Entrevista concedida por Acácio Lopes, em 26 de maio de 2016.

Em 14 de setembro de 1974 o PS fará a primeira grande afirmação pública na cidade, realizando um comício na Praça de Touros Carlos Relvas, o mesmo espaço já utilizado pelo PCP. Tratava-se claramente de tentar medir forças, no terreno, com o rival à sua esquerda. Irá promover uma grande mobilização regional e um empenhamento da estrutura central do Partido. O comício é apresentado tendo como objetivo o “esclarecimento e propaganda do ideário e linhas políticas de atuação do Partido Socialista”. As figuras de cartaz serão Mário Soares, Manuel Serra, Salgado Zenha, Sottomayor Cardia e José Manuel Ribeiro.

A edição de 17 de setembro de 1974 do jornal *O Distrito de Setúbal* reporta que o recinto estava completamente repleto e que estiveram presentes 10 000 pessoas, referindo, ainda, que “foi o maior comício de Setúbal até hoje realizado”.

O *Diário de Lisboa* refere-se também às cerca de 10 000 pessoas que se haviam aglomerado na Praça Carlos Relvas, participando no comício organizado pelo Partido Socialista. É ainda a reportagem do *Diário de Lisboa* que refere:

“A importância da sessão mede-se também pelos dirigentes presentes: Mário Soares, secretário-geral, Sottomayor Cardia e Manuel Serra.

Grande número de cartazes e a transmissão de trechos de música patriótica «aqueceram» o já de si visível entusiasmo dos participantes, que subiu ainda mais de tom quando o ministro dos Negócios Estrangeiros, saudado entusiasticamente, disse ao microfone: O fascismo aqui não passará! (...)

Falando de improviso, o secretário-geral do P.S. começou por tratar o tema da «herança vergonhosa» que nos foi deixada pelo fascismo: famílias pauperizadas, crianças desamparadas, a terceira idade morrendo em muitos casos à fome. Paralelamente a força do trabalho escolhia a emigração e a Previdência não passava de uma burla (...).

Não nos podemos fiar em promessas: disso estamos fartos. Precisamos de estar atentos e organizados para obrigar o Governo a cumprir e podermos demonstrar os nossos direitos, até de greve, no aspeto construtivo e contra o capitalismo”.

Este comício acaba por ter um impacto significativo constituindo um incentivo para os militantes socialistas locais. Não foi, porém, suficiente para inverter o ciclo de hegemonia que o PCP foi construindo em Setúbal durante o período do PREC. Durante o ano de 1974 haverá algumas iniciativas em que participam o Partido Socialista, o Partido Comunista e, mesmo, o PPD. No entanto esta participação é feita no quadro de grande subalternidade em relação ao PCP. Basta lembrar que nestas iniciativas o PS tinha direito a uma intervenção enquanto que o PCP, como força organizadora, tinha a presença do MDM, MJT, MDP, CA da CMS e, com frequência, a coordenação das estruturas sindicais.

O episódio do hasteamento da bandeira da União Soviética no mastro principal do edifício da Câmara e o conflito entre a CA e os dois membros da Comissão de Trabalhadores da CMS serão momentos altos de disputa política entre o PS e o PCP, em Setúbal.

A vida política do PS local é, deste modo, muito marcada pelo despique com o

PCP, particularmente a partir das eleições para a Assembleia Constituinte. Aqui, como no resto do País, duas legitimidades de natureza distinta passam a confrontar-se dia-a-dia. O Partido Socialista, como partido vencedor das eleições a nível nacional, irá esgrimir a legitimidade eleitoral assente na expressão do voto popular. O Partido Comunista, que viu o seu *score* eleitoral ficar aquém das expectativas, vai agitar, sempre que necessário, a sua influência social reivindicando-se como o mais fiel depositário da legitimidade revolucionária. Em Setúbal terá ainda uma dupla vantagem: estar hegemonicamente instalado no principal órgão do aparelho de Estado e ter sido a força política mais votada, não só na cidade de Setúbal, mas também na maioria dos concelhos do Distrito.

1.3 EXTREMA-ESQUERDA

As organizações, que designámos como de *extrema-esquerda*, *esquerda-radical* ou *esquerda-revolucionária* integram realidades políticas diversas e ideologias variadas. Do maoísmo ao trotskismo ou, ainda, à influência guevarista, encontramos géneses diferenciadas que vão ditar diferentes percursos e *praxis* distintas.

Estas organizações são o produto de outras leituras no mundo da esquerda. Todas elas têm o seu aparecimento ligado a acontecimentos internacionais ou a processos de transformação que marcaram o mundo: a “estalinização” da Revolução Russa, o cisma sino-soviético, a Revolução Cubana, a Revolução Cultural Chinesa, o Maio de 1968 em França, o Outono de 1969 em Itália, a Revolução Vietnamita. E se é verdade que praticamente todas aquelas organizações aspiram ser as verdadeiras herdeiras da Revolução Socialista de 1917, também é verdade que para esta esquerda o socialismo soviético já há muito que tinha deixado de ser o modelo virtuoso que havia sido importado e imposto pelos partidos comunistas europeus. A maior parte das organizações, daquela esquerda portuguesa, terá em comum o combate à política “reformista” ou “revisionista” do PCP, não estando, contudo, de acordo quanto à forma de disputar a hegemonia que este Partido tinha no Movimento Popular.

As organizações de origem maoísta, consideravam que o PCP era “social fascista”, isto é, socialista nas palavras, e fascista nos atos. Por isso vão erigi-lo, de uma forma muitas vezes explícita, como o inimigo principal que deveria ser combatido em primeiro lugar. Neste aspeto, foi o MRPP quem assumiu, de uma forma mais determinada, esta postura e levou mais longe esta determinação ideológica. Já outras organizações como a LUAR, FSP, MES e LCI, embora considerando a “inconsequência do reformismo do PC”, viam-no como aliado preferencial na luta antifascista e anticapitalista.

Quase ninguém, nesta esquerda radical, tem uma intervenção política autónoma e com visibilidade pública antes de 1974, na cidade de Setúbal. Há alguns grupos de extração marxista-leninista, em particular a URML e a FEC-ML, que dispõem de militantes a trabalhar numa ou noutra grande empresa, nomeadamente na Setenave, ou a militar nos bairros populares. Mas a presença não é nem significativa

nem comparável à que o Partido Comunista tinha já nessa altura. É certo que havia intervenção política de alguns estudantes e jovens trabalhadores que não se reviam nas posições do PCP e que integravam essa frente de esquerda que frequentava o Círculo Cultural de Setúbal. Contudo, essa intervenção era feita numa lógica frentista e antifascista.

Com a Revolução, rapidamente, a maioria das organizações de extrema-esquerda vai revelar uma grande competência para intervir nos vários espaços onde se desenvolve a luta social e política.

A maior parte daquelas organizações crescerá e aumentará a sua influência política na cidade, cavalcando a radicalização de uma vanguarda operária ampla, que se forja na luta nas empresas, particularmente na primeira fase das greves “selvagens” e nos bairros, mas também à custa de pequenas cisões que ocorrem no PC. Por outro lado, as lutas nas empresas e nas comissões de moradores serão também terreno fértil ao recrutamento de militâncias radicalizadas, que não se compadeciam com as posições do PCP em relação às greves e às ocupações. De facto, estas posições que o Partido Comunista apodava de “realistas” tinham pouco a ver com a ardência revolucionária que se fazia sentir nesta “vanguarda ampla” que existia em Setúbal, a “cidade vermelha”, e cujas reivindicações ultrapassavam em muito o posicionamento institucional daquele Partido.

As organizações que darão origem à UDP terão uma influência significativa em algumas empresas, com destaque para a Setenave. Esta assume uma enorme importância não só porque era a empresa com maior número de trabalhadores, mas porque era também um símbolo importante da radicalização da luta operária. Nesta empresa o PCP só logrará vencer as eleições para a Comissão de Trabalhadores no ano de 1976, terminado o período do PREC.

A UDP terá, ainda, como bastião da sua influência política alguns bairros de baracas, com destaque para o Viso e o Castelo Velho. O próprio topónimo *Bairro do Grito do Povo* consagrará essa influência política, que como se referiu já vinha de antes de 1974¹⁴.

O PRP-BR, a LUAR, a FSP e o MES, aproveitarão a situação revolucionária para rapidamente assumirem lutas importantes em algumas das principais empresas, bem como garantirem uma grande presença e visibilidade em ações no espaço urbano, particularmente ao nível de manifestações e outros atos públicos.

Estes partidos serão os que mais beneficiam com as cisões, já referidas, que ocorrem no PCP local, dado que grande parte dos jovens que entram em dissidência com o Partido Comunista eram quadros já experientes e muitos deles detinham posições de destaque nas principais empresas do parque industrial.

Terão uma ação determinante na liderança do Comité de Luta, em especial o PRP e a FSP.

14 *Grito do Povo* era o nome do jornal da FEC-ML

Também o controle do jornal *O Setubalense* praticamente a partir do início do ano de 1975, que aumentará após o afastamento de Bordalo Pinheiro, diretor e proprietário desta publicação, contribuirá para alargar o protagonismo destes partidos na vida cívica e política da cidade.

A LCI, que integrava este grupo da extrema-esquerda, terá uma menor capacidade de intervenção. A sua influência no tecido social é superficial. A maior parte dos seus membros são estudantes e jovens professores, com uma presença muito pontual no mundo do trabalho. No entanto, apesar da sua pouca implantação, terá uma visibilidade pública significativa, não só pela presença na imprensa mas também por algumas ações de agitação e propaganda que conseguiu realizar.

A LCI terá também capacidade de estabelecer algumas pontes entre estas diferentes organizações. Depois do 25 de Novembro reforçará a capacidade interventiva, pela adesão de alguns quadros importantes vindos da LUAR e do PRP cuja linha política assentava na dicotomia entre o triunfo da Revolução ou a vitória do Fascismo. A realidade pós 25 de Novembro viria a desmentir esta análise. Um pequeno número de jovens quadros provenientes do PCP entrará também para esta organização trotskista.

Por sua vez, o MRPP é um caso à parte. Ao contrário dos outros grupos da extrema-esquerda que disputam ao PCP a hegemonia no movimento popular, mas estabelecendo pontes e formas unitárias de ação em diversos momentos, aquele movimento fará do PCP o seu inimigo principal. Na sua estratégia de intervenção está posta de lado qualquer aliança, mesmo que conjuntural, com a restante esquerda radical, que considera aliada objetiva do “social-fascismo”. Este posicionamento determinará a sua dificuldade de implantação. Num pequeno espaço urbano como Setúbal a contenda ideológica entre estes protagonistas foi substituída, com frequência, pela confrontação física.

O MRPP terá também pouca influência política nos principais órgãos de Poder emergentes, que será substituída por uma intensa agitação e propaganda.

Tendo uma implantação na cidade menos significativa do que qualquer dos outros partidos da esquerda radical, excetuando a LCI, o MRPP conseguirá fazer um comício, em 5 de setembro de 1975, na Praça de Touros Carlos Relvas. Este espaço tem capacidade para milhares de pessoas, sendo que nenhum dos outros partidos de extrema-esquerda havia arriscado marcar qualquer ação para aquele lugar. Até aí só PCP e o PS o tinham escolhido para fazer os seus comícios. Todos os outros partidos haviam arriscado, no máximo, encher o Pavilhão do Naval.

Para colmatar a falta de capacidade de arregimentação local, o MRPP promoverá uma hercúlea mobilização nacional para este comício, que contará com a presença do seu secretário-geral, Arnaldo Matos.

Em termos locais o MRPP privilegiará, no quadro do combate ao “social-fascismo”, as alianças com o Partido Socialista, ao nível das direções de alguns sindicatos de serviços.

Entre a capacidade de influência política desta esquerda, que é, no específico

INTERVENÇÃO NO COMÍCIO DO MRPP

A burguesia portuguesa defendia os seus interesses e opunha-se aos interesses dos povos das colónias, sendo os portugueses lacaios do imperialismo americano que utilizava o povo português como carne para canhão. (...).

O PCP tem tido acerca das colónias uma posição colonialista, pois a situação colonial era sempre esquecida no programa do PCP. Um partido que se diz combatente, que se diz proletário, só pode defender o internacionalismo.

Foi o PCP que, quando da formação dos primeiros núcleos marxistas-leninistas, andou a dizer que nós nos queríamos furtar a uma luta antifascista.

Para nós o PCP coloca-se ao lado da burguesia, ao lado do imperialismo, com toda a demagogia com que o imperialismo se serve para nos enganar. (...).

Anda no ar uma onda de calúnias ao MRPP como sendo anticomunista, mas ele segue as reais vias do marxismo-leninismo. Um movimento que segue à linha a via de Karl Marx e Lenine, defensores do socialismo, é na verdade um movimento do proletariado. Um movimento verdadeiramente comunista jamais poderia estar contra os trabalhadores. Avisa-os, sim, da camarilha do PCP que os pretende enganar.

Se virmos que, na televisão, se apresenta como defensor dos operários, esse alguém nunca fez «puto» na vida.

A foice e o martelo, símbolos da aliança dos operários e camponeses, devem ser usados por quem a merece. (...). Comemoramos a 12 de Outubro o 2º aniversário do assassinio do militante Ribeiro dos Santos, grande filho do povo, que foi assassinado pela PIDE em colaboração com o partido revisionista. Como será que nós podemos acreditar que esse partido esteja agora ao lado do povo?

O Setubalense, de 8 de outubro de 1974

caso da cidade de Setúbal, por vezes determinante, e os resultados eleitorais vai haver uma enorme falta de correspondência. Esta extrema-esquerda setubalense consegue muitas vezes marcar a agenda da luta política, logrando levar atrás de si setores do movimento social, como no caso das Comissões de Moradores, e a usar objetivos impensáveis à revelia de todas as outras forças que se reclamam do novo regime, nomeadamente o PCP.

Os resultados irrisórios obtidos nas eleições - que o método de Hondt, pela primeira vez posto em prática, apurará - não se compadecem, na expressão numérica que ostentam, com aquela influência como, aliás, não o farão igualmente em relação ao Partido Comunista. Praticamente todos estes partidos desvalorizarão a participação na disputa eleitoral.

As eleições para a Assembleia Constituinte serão vistas como uma ação de legitimação e reforço do “Estado burguês” e, portanto, um inimigo “do “poder popular” emergente. Desde logo, o PRP-BR e a LUAR são os que levam mais longe esta determinação, recusando-se a participar nas eleições. Todos os outros partidos, apesar de a elas concorrerem, encaram-nas como mais um momento de agitação e propaganda para aproveitamento das possibilidades de combate dadas pelo Estado burguês no seu próprio campo.

O MDP NA RIC

A semelhança do que já se aprovou para esta sessão da RIC, Almada propôs que representantes da Comissão Executiva Distrital do MDP passassem a fazer parte integrante da RIC mantendo nela todos os direitos das Comissões Administrativas. Os representantes do MDP concordaram com a proposta que foi aprovada por todos os concelhos presentes.

A propósito da colaboração do MDP com as Comissões Democráticas Administrativas registaram-se intervenções no sentido de acentuar a importância dessa colaboração, a qual nem sempre se tem registado com prejuízo da mobilização popular nos concelhos. Foram feitas sugestões no sentido do se criarem comissões de moradores apoiadas no MDP e CA, a partir das quais se garantisse a continuação do importante trabalho de base, mobilizador das populações em função dos seus mais prementes e verdadeiros interesses.

Ata da reunião CA da CMS de 30 de setembro de 1974, Arquivo Municipal.

1.4. MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS (MDP)

Não é fácil fazer a síntese histórica da intervenção do MDP na cidade de Setúbal. Já vimos que, nos primeiros dias após a Revolução, tem um papel essencial na destruição das estruturas do regime a nível local. Do mesmo modo, é com a sigla MDS que amplos setores sociais serão mobilizados, começando a intervir nas autarquias, nos sindicatos e mesmo nas empresas.

A sigla MDP, na cidade, nestes primeiros tempos, aparecerá como uma espécie de espaço institucional oficioso que tinha poder para intervir e decidir em grande número de situações em que o velho Estado fascista deixava de ter qualquer legitimidade.

O MDP chega a integrar formalmente a estrutura de coordenação das Câmaras do Distrito de Setúbal com iguais direitos aos das Comissões Administrativas.

“O MDP vai ser fundamental para a constituição da Câmara Municipal, para a Junta Distrital, para a Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida, instituição importante e com muito dinheiro e de que eu também fiz parte”¹⁵.

Tem uma presença pública regular e com momentos de afirmação autónoma, nomeadamente com comícios próprios. Apresentar-se-á a disputar as eleições para a Assembleia Constituinte, conseguindo eleger um deputado, pelo Distrito, para a nova AC¹⁶.

No entanto, a sua vocação frentista terá cada vez menos espaço de manobra. Numa cidade em que havia uma forte disputa quer entre o PS e o PCP, por um lado, quer entre este último e a extrema-esquerda, por outro, sobrava pouco espa-

¹⁵ Entrevista concedida por Carlos Tavares da Silva em 14 de junho de 2016.

¹⁶ Nos primeiros meses depois do 25 de Abril formalmente a estrutura do MDP, a nível nacional, integra militantes de vários partidos, incluindo militantes do PS e mesmo alguns do PPD. No entanto no dia 1 de novembro de 1974, o Partido Socialista retira publicamente o seu apoio ao MDP, acusando aquela organização de “não passar de um instrumento eleitoral dos comunistas”.

ço para uma frente que nunca deixou de ser hegemônica e controlada pelos comunistas.

O tempo, contudo, não suportava tibiezas. O MDP apagar-se-á progressivamente na cidade. A sua intervenção pública irá processar-se cada vez mais no quadro do cumprimento da estratégia de intervenção do partido que o controlava.

Carlos Tavares da Silva explica a porosidade entre os dois partidos: “Eu estava no MDP através do PCP. Dentro do MDP fazia parte da Distrital e cheguei a estar nos órgãos nacionais e simultaneamente era do PCP. Mas oficialmente era do MDP. A partir de certa altura foi necessário optar”¹⁷.

De resto, alguns dos quadros que dão a cara por este Movimento terão, quase sem exceção, um papel fundamental na afirmação e consolidação da estrutura organizativa do PCP, a nível local.

1.5. PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO (PPD)

Neste período, os partidos de direita têm uma enorme dificuldade em afirmar-se politicamente e em enraizar-se no tecido social da cidade. Desde os primeiros dias após o 25 de Abril, estes partidos serão acusados pela esquerda, e particularmente pela extrema-esquerda, de conivência com o regime anterior.

O aparecimento público do Partido Popular Democrático, em Setúbal, é feito através da publicação n’*O Setubalense* de um Programa do Partido, assinado pelos três membros fundadores do PPD, Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão. O documento é acompanhado de uma nota explicativa em que se apela “às pessoas que se identificarem com os princípios indicados neste programa de ação e desejem prestar a sua colaboração efetiva no Partido Popular Democrático” para se dirigirem “aos representantes da respetiva comissão organizadora desta cidade: José Sequeira Pontes de Oliveira. Avenida Duarte Pacheco, nº 14 – Bairro da Conceição”. O mesmo documento explica que: “Aderiram já a este Partido, podendo, também, ser contactados com vista a novas adesões, o Dr. Jaime dos Santos Forreta e o Dr. António Lourenço de Faria”¹⁸.

A 20 de junho, pouco depois de um mês após ter constituído o seu núcleo fundador, o PPD irá promover a sua primeira sessão de esclarecimento pública. No entanto, esta sessão é feita na própria sede, o que ilustra o receio e as dificuldades que o Partido sente em se afirmar na cidade. Basta lembrar que dois dias antes também o PCP tinha feito o seu primeiro comício, na Praça de Touros Carlos Relvas, com a participação de milhares de pessoas. Esta simples comparação ilustra a diferença de meios e de capacidade de mobilização e afirmação entre as duas forças políticas.

Esta primeira sessão pública do Partido Popular Democrático pretendeu apresentar as respetivas linhas programáticas. O orador principal foi Pedro Roseta

¹⁷ Entrevista concedida por Carlos Tavares da Silva em 14 de junho de 2016.

¹⁸ *O Setubalense*, 17 de maio de 1974 .



O Setubalense,
1 de julho de 1974

Hemeroteca da
Biblioteca Pública
Municipal de Setúbal

que afirmou que o Partido se inspirava nos princípios da Social-Democracia explicando, também, as suas principais tarefas: “Manter a unidade entre o Povo, as Forças Armadas e todas as forças democráticas; criar e fortalecer os meios que nos permitam substituir esta sociedade injusta em que vivemos, por outra onde haja não só liberdade mas, também igualdade”. Este dirigente referiu ainda que: “O PPD não quer uma sociedade liberal ou neoliberal. Não quer uma sociedade alienada. Pretende, sim, uma sociedade em que o poder político seja a expressão das massas, que constituem a maior parte da população. (...) Direito à greve, liberdade sindical, participação, fiscalização e cogestão das empresas por parte dos trabalhadores”¹⁹.

Na sessão foi ainda abordada a Guerra Colonial, nomeadamente a questão da negociação com os Movimentos de Libertação, com vista a um cessar-fogo. O PPD promoverá várias sessões de esclarecimento no sentido de aumentar a sua influência política. A maior parte destas sessões, animadas por um mem-

bro da sua Comissão Central, será feita na sede. Promoverá também sessões de esclarecimento para trabalhadores de empresas específicas, como a que ocorreu em 1 de outubro para os trabalhadores da PROVAL e EVICAR, no refeitório da fábrica, tendo sido abordado o tema: “Problemas do trabalho”.

A hegemonia política e social que a esquerda, em geral, e o PCP, em particular, têm na cidade, levará Marcelo Rebelo de Sousa, no rescaldo do 28 de Setembro, a explicar a bondade da existência do MDP e a sublinhar “a razão de ser do MDP e a utilidade da sua existência, enquanto as várias tendências políticas de raiz democrática ali se concentraram”. Marcelo Rebelo de Sousa enfatizará, ainda, a indispensabilidade da “unidade democrática” na conjuntura em que se vivia, dada a instabilidade provocada “pelos movimentos antidemocráticos”²⁰.

De resto, profere declarações bombásticas sobre a organização das forças fascistas no Distrito. Tais declarações serão divulgadas ao longo de 3 páginas d’*O Setubalense*, com grande destaque na primeira página. A tentativa de demarcação da direita fascista é clara.

O Partido Socialista, numa necessidade evidente de se demarcar do PPD, cola-o, por vezes, nos seus discursos, ao anterior regime: “Já é tempo dos trabalhadores saberem a verdade sobre o PPD. Todos sabem que naquele partido se acolhe toda

¹⁹ *O Setubalense*, 24 de junho de 1974.

²⁰ Intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa na inauguração da sede do PPD, em Grândola. *O Setubalense*, 14 de outubro de 1974.

COMUNICADO DO PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO DE 28 DE SETEMBRO DE 1974

1 – O P.P.D. condenou, em comunicado oportunamente difundido, o espírito reacionário da manifestação que se preparava para o dia 28 do corrente. Porém, a notícia da tentativa da conspiração fascista – a qual veio felizmente a revelar-se mais débil do que chegou inicialmente a supor-se alertou o País para a necessidade de acelerar a implantação de um sólido espírito democrático.

2 – Os acontecimentos agora verificados levam o P.P.D. a pedir insistentemente a todo o Povo Português que se mantenha calmo, embora vigilante, para que os caminhos da Democracia abertos com o 25 de Abril não possam voltar a ser fechados.

É importante que, nesta hora difícil, se mantenha bem alto o valor da liberdade e a confiança nas instituições democráticas pluralistas, não permitindo que sejam restaurados esquemas políticos fascistas, nem que se cometam quaisquer excessos que façam perigar a via democrática escolhida pelo Movimento das Forças Armadas no 25 de Abril.

3 – O P.P.D. reafirma a sua confiança nos órgãos constitucionais, os únicos que podem exercer, legitimamente, o poder em Portugal, e que se têm mantido à altura no grave momento que o País atravessa. A estrita observância da legalidade e a ação decidida das autoridades, constituem a garantia do cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas e, com ele, da instauração definitiva da Liberdade e da Democracia, uma vez mais por ele defendidas.

a burguesia endinheirada. Os senhores do PPD, que nunca fizeram nada pelo povo, vêm agora defender interesses, não os vossos mas os deles.

Se o povo português tivesse a infelicidade de o PPD ganhar as eleições, a ditadura, o fascismo continuavam. Não se acreditem em promessas deles, pois a verdade está nos partidos de esquerda. Dizem os jornais que após o Congresso o PPD vai passar à esquerda? Nem que se pintassem todos de vermelho eles não nos conseguiriam enganar. O PPD e o CDS são os dois maiores perigos de que os trabalhadores têm de se precaver”²¹.

O PPD, pelo facto de integrar o Governo Provisório, será chamado a estar presente em algumas manifestações públicas dinamizadas pelo PCP. No entanto, a sua intervenção política em Setúbal vai ser muito limitada.

Dessa limitação se queixam por várias vezes os seus dirigentes locais. Logo em 3 de julho de 1974 num comunicado distribuído aos órgãos de informação lamentam-se de “que algumas das suas sessões de esclarecimento político têm sido perturbadas por elementos estranhos e afetos a outro partido, ou que pelo menos agem em seu nome, na medida em que procuram perturbar o acesso livre do público a essas reuniões”.

Ainda no fim do ano de 1974, a Comissão Coordenadora do PPD de Setúbal elabora um longo comunicado em que se insurge contra estes ataques: “Tem vindo o Partido Popular Democrático a ser alvo de uma campanha de ataques progressi-

²¹ *O Setubalense*, 27 de novembro de 1974.

vos e sistematizados em determinados órgãos de informação”. Neste mesmo comunicado a Comissão Coordenadora local tem necessidade de se afirmar como um partido de esquerda: “A Social-democracia assume perante a História uma posição socialista oriunda de uma realista visão crítica do marxismo”.²²

Apesar das queixas à limitação da sua atividade política, o PPD terá, uma vida em Setúbal, sem grandes sobressaltos até ao fim do ano de 1974.

Em fevereiro de 1975, quando foi desencadeado o conflito que opôs a Comissão de Trabalhadores da Câmara à Comissão Administrativa, o PPD tomará partido pela CT.

Num comunicado assinado pela Comissão Política do PPD de Setúbal enaltecerá a coragem dos trabalhadores da Câmara Municipal contra os que “julgam monopolizar os seus interesses”. Sem nunca se referir ao PCP, denuncia o que considera o assalto ao Poder operado depois de 1974: “Pela primeira vez é frontalmente contestado pelos trabalhadores uma das Comissões Administrativas que por esse país fora se autoelegeram sem aguardar o voto do povo. O assalto necessário às autarquias locais do fascismo devia ter-se feito por via democrática, como sempre propôs o PPD e nunca pelo oportunismo de um Movimento que apenas desejava tomar posições de controle político a favor de si mesmo ou do partido que o molda ideologicamente”²³. Por sua vez, a Juventude Social-Democrata toma igualmente o partido dos trabalhadores da Câmara, numa narrativa que se aproxima da linguagem utilizada pela esquerda radical de inspiração maoísta: “Assim vem a Juventude Social-Democrata desmascarar os Sociais Fascistas infiltrados nas autarquias locais e nos meios de Comunicação Social que, mais uma vez, utilizando os reacionários métodos Salazaristas Marcelistas tentam lançar o povo de Setúbal e de todo o país contra os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal na sua justa luta contra posições Ditatoriais e Fascistas dos “Auto-Eleitos” membros da Comissão Administrativa da CMS. O Partido Social Fascista e os seus satélites utilizam todos os meios para conquistarem o poder pela alienação do Povo”²⁴.

Este foi praticamente o único momento, durante todo o período do PREC, em que o PPD vai ter iniciativa política e vai colocar a CA da Câmara numa posição, pontualmente, defensiva.

Após os acontecimentos do 7 de março terá a sua intervenção política fortemente condicionada.

Cardoso Ferreira lembra essas dificuldades de presença política do então PPD na cidade de Setúbal: “Naquela altura ser-se assumidamente do PPD e lutar pelos nossos ideais eram atos de autêntica resistência. Com o PCP por trás, a extrema-esquerda teve um papel muito grande nesses conflitos, como foi o caso da LUAR,

22 Comunicado da Comissão Coordenadora do PPD de Setúbal, publicado n’O *Setubalense*, 18 de dezembro de 1974.

23 Comunicado da Comissão Política do PPD de Setúbal de 20 de fevereiro de 1975.

24 Comunicado da Juventude Social-Democrata à População de Setúbal. A Comissão Local de Setúbal da JSD, s/d.

do PRP/BR, da LCI, da UDP e do MRPP. Eram muitas as organizações de extrema-esquerda que por aqui proliferavam e que habitualmente, nas ruas, nos criavam problemas e enormes dificuldades, chegando mesmo ao confronto físico. Impediam-nos de colar cartazes, destruíam-nos todo o material e agrediam-nos fisicamente”²⁵.

As dificuldades de intervenção permanecerão mesmo depois do 25 de novembro. É ainda Cardoso Ferreira que afirma que a situação só se normalizou com a vitória da Aliança Democrática nas eleições de 1979.

1.6. CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL (CDS).

O Centro Democrático e Social fundado a 20 de julho por Diogo Freitas do Amaral, ficou muito marcado pelo facto do seu principal fundador ter sido discípulo de Marcello Caetano.

O CDS foi o partido que teve maior dificuldade em afirmar-se na cidade durante este período. As forças de esquerda colavam-no sistematicamente ao anterior regime.

Depois do 28 de Setembro, os partidos de esquerda, nos seus comunicados e nas tomadas de posição públicas, associam-no também aos partidos de extrema-direita que irão ser ilegalizados.

Rogério Severino, que intervém em nome do Partido Socialista, nas cerimónias de comemoração da vitória da Revolução Republicana em 5 de Outubro, atrela o CDS ao carro dos conspiradores do 28 de Setembro: “Já com o segundo Governo Provisório, e tendo como motivo o apoio a um certo discurso, uma “maioria silenciosa”, insiste em aparecer em força, e fazer uma manifestação. Por detrás a ultra direita: Partido Liberal, Partido do Progresso, Centro Democrático e Social e Partido Trabalhista”²⁶.

Mesmo o Partido Popular Democrático sente necessidade de se demarcar do CDS. A Comissão Coordenadora do PPD de Setúbal, num comunicado à população em que se queixa dos ataques de que é alvo em alguns órgãos de informação locais, aproveita para separar águas: “Podem tentar entre outras, a acrobacia ridícula de meter-nos com o CDS no mesmo saco político, ou irem ainda mais longe no seu delírio verbal, fruto do desespero nascido das nossas progressivas conquistas”²⁷.

Acácio Lopes do PS explica a incapacidade do CDS em afirmar-se em Setúbal: “Apesar de se terem tentado agarrar à Igreja, nunca conseguiram nada”²⁸.

Durante os dezanove meses do PREC, na imprensa local consultada não encontramos referências a iniciativas públicas daquele Partido. Só cartazes em anúncios pagos.

25 Entrevista de Fernando Cardoso Ferreira concedida ao jornal *Setúbal na Rede*, em 9 de abril de 2001.

26 *O Setubalense*, 7 de outubro de 1974.

27 *O Setubalense*, 18 de dezembro de 1974.

28 Entrevista concedida por Acácio Lopes, em 26 de maio de 2016.

(GC) Dr. Serafim Silveira Júnior logo de início se interessou pela obra”.

Importa esclarecer que o GC tinha acabado de ser destituído pela força da “Proclamação da JSN” acima referida. O artigo termina com um “É consolador saber que as autoridades se dispõem a auxiliar aqueles que, movidos por espírito cristão, se propõem promover a pessoa humana”²⁹.

Num outro artigo intitulado “Libertação da Liberdade”, assinado por G. Figueira, o articulista identifica-se com a ação do Movimento das Forças Armadas (MFA) e partilha a sua perplexidade perante os acontecimentos da véspera: “Esfregamos os olhos e ainda custa a crer no que vimos e ouvimos.

O choque da surpresa motiva a natural emoção de que ainda não estamos totalmente refeitos. Mas na verdade o inacreditável aconteceu. Ninguém, ou pouca gente, acreditaria ser possível qualquer movimento que viesse a alterar a situação decorrente há cerca de cinquenta anos”.

Apesar de destacar a perícia e a objetividade do MFA no derrube do anterior regime considera que o “grande herói desta inolvidável jornada foi o BOM POVO PORTUGUÊS”³⁰.

Sobre as manifestações ocorridas ainda no dia 25 de Abril, as mesmas são descritas como ordeiras, tranquilas, apesar da euforia que é descrita: “Os setubalenses ainda assim souberam manifestar a sua exuberância com dignidade. Sem excessos tumultuosos”.

Da organização das manifestações que ocorrem a 26 e da ação das forças políticas emergentes, em articulação com os militares, são dados vários apontamentos jornalísticos.

Desde os primeiros dias depois do 25 de Abril, se constata, por parte d’*O Setubalense*, uma adesão à nova situação política. Em várias notícias dadas perpassa, cada vez mais, um crescente entusiasmo. Nas suas páginas serão relatados os principais acontecimentos políticos, sociais e culturais que ocorrem na cidade.

Dando sinais de abertura à nova conjuntura política, o trissemanário passa a integrar, como já referimos, uma página integralmente coordenada pelo Movimento Democrático de Setúbal. Numa “nota da redação” é explicado o sentido desta iniciativa: “Damos hoje início a uma página dedicada ao mundo do trabalho (...). A coordenação de temas está a cargo da Comissão de Imprensa do Movimento Democrático de Setúbal, que procurará orientar todo o seu trabalho, que acreditamos válido, numa linha democrática de absoluta neutralidade ideológica, como é óbvio”³¹.

Ainda no mês de maio de 1974 irão ocorrer os primeiros sinais de pressão sobre a linha editorial do jornal. A 24 de maio dedica duas páginas, incluindo toda a primeira, para dar conta das pressões que viriam do grupo de jovens responsável pela página “Movimento Sindical”, patrocinada pelo MDS.

29 *O Setubalense*, 26 de abril de 1974.

30 G. Figueira. *O Setubalense*, 26 de abril de 1974.

31 “Movimento Sindical”, página inserta n’*O Setubalense*, 6 de maio de 1974.

Segundo *O Setubalense*: “Ao fim da manhã do dia 16 (quinta feira) fomos contactados telefonicamente por um elemento dos que nos haviam visitado no dia 2 deste mês [Jovens do MDS]. Que o jornal continuava a dar cobertura a indivíduos fascistas. Que o jornal se estava comprometendo. Que o jornal tem de definir a sua posição”³². O articulista refere ainda que o jornal era também acusado de promover uma campanha contra a Câmara, dada a acumulação do lixo na cidade e por ter posições contra as reivindicações salariais, elogiando a administração anterior. A acusação de enfeudamento ao regime anterior baseava-se ainda no facto de não ter “noticiado uma reunião democrática realizada no pavilhão do Clube Naval Setubalense”.

No dia 18 de maio aparecem em várias paredes do centro da cidade pichagens anónimas contra *O Setubalense*. O jornal fotografa algumas delas e reproduz-las: “*O Setubalense* é a CIA”, “*O Setubalense* é um jornal antes do 25 de Abril”, “Não compres *O Setubalense*”.

O artigo denuncia o que considera difamação e incitamento público contra *O Setubalense*. Apesar de escrever que não tem provas contra quem fez estas acusações – “por isso temos de nos limitar a relatar acontecimentos” –, estabelece tacitamente a ligação entre as alegadas ameaças ocorridas no telefonema e a campanha pública contra o periódico.

Assume, de forma violenta: “quem se esconde no anonimato, só poderá fazê-lo por duas razões: por deformação natural duma existência clandestina, ou por estar seguro de que não têm consistência as difamações que, por isso mesmo, não pode provar. (...). Viver no anonimato é negar-se a si próprio. É usar das técnicas repressivas e alienatórias dos abomináveis tempos fascistas. As técnicas equiparam-se. Não se sabe quem as pratica numa era de liberdade”³³.

Teme a violência que pode ser exercida sobre alguns dos seus colaboradores e, a concluir, refere de novo a coincidência das atuações: “Aqui ficam publicamente denunciadas para que os seus promotores possam ser detetados entre os cérebros desta abominável calúnia. Para que quem tenha de exercer a justiça possa interligar as coincidências”³⁴.

Manuel Abrantes, redator do jornal, explicará mais tarde que este episódio está ligado à tentativa do PCP de controlar *O Setubalense*: “Assim que se deu o 25 de Abril de 1974, *O Setubalense* – que tinha sido um jornal situacionista – colocou-se logo ao lado da Revolução.

E vendo os comunistas que no jornal estava gente ligada ao PS e à FSP, uma facção socialista, tentará silenciar-nos escrevendo nas paredes de toda a cidade “Não comprem *O Setubalense*”. A nossa resposta veio na edição seguinte com uma primeira página cheia de fotografias com essas frases nas paredes denunciando as manobras dos comunistas e eles calaram-se. Com o 25 de Abril eles tinham domi-

³² *O Setubalense*, 24 de maio de 1974.

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Ibidem*.

nado e ocupado muita coisa nesta cidade, mas connosco não o conseguiram”³⁵. Neste contexto, a página “Movimento Sindical” terá uma vida efémera n’O *Setubalense*, com apenas dois números. O segundo número do “Movimento Sindical” de 10 de maio, rastreia as principais reuniões do mundo do trabalho e está assinada por Marino Vicente, que virá a ser um dos redatores do *Margem Sul*. Esta mesma página ressurgirá nesta publicação, com grande destaque.

Por seu turno o periódico *O Setubalense* criará uma nova página com características semelhantes à “Movimento Sindical”, com coordenação de Rogério Severino, intitulada “Política do Trabalho”.

É também uma página semanal e é criada para “funcionar como uma secção que, para além do noticiário que chegue à nossa redação, a respeito do movimento dos sindicatos ou empresas, possa também desempenhar funções de formação de trabalhadores e empresários, com vista à consciencialização comum que oriente todas as pessoas no sentido de se aceitar a evolução para uma situação de instauração de um regime socialista”³⁶.

O processo de radicalização política que ocorre na cidade vai “contaminar” a vida do jornal. Progressivamente, a linha editorial reflete a intensa luta social e política que se trava ao nível das reivindicações dos trabalhadores e do movimento social urbano que atravessa o quotidiano da cidade. Toma partido por todas estas lutas, divulga-as e vai ser, para elas, um fator de estímulo.

Podemos verificar que, nesta fase, Rogério Severino e Manuel Abrantes, destacados militantes locais do PS (tendência Movimento Socialista Popular - (MSP), têm um peso preponderante na linha editorial do jornal. Para além da divulgação das lutas operárias é dado também um grande realce às iniciativas do PS e particularmente do MSP.

O desaparecimento do MSP, no Congresso do PS em dezembro de 1974, e a futura constituição da Frente Socialista Popular (FSP) vão ter um impacto direto no processo de esquerdização da linha editorial daquele trissemanário.

A este processo de radicalização política do jornal não é alheio o facto de Manuel Abrantes e Rogério Severino fazerem parte do grupo de socialistas que rompeu com o PS e fundou a Frente Socialista Popular.

O jornal alinha claramente pelas posições das organizações da esquerda revolucionária, destaca as suas principais iniciativas, entrevista os seus dirigentes e divulga e apoia os processos de luta dos trabalhadores nas empresas e dos moradores nas suas Comissões. As principais iniciativas do PCP e do MDP têm também cobertura jornalística e mesmo as posições do PPD são acolhidas no jornal até ao 7 de março. O Partido Socialista a partir da fundação da FSP é claramente secundarizado pel’O *Setubalense*.

A célula d’O *Setubalense* da FSP emite um comunicado defendendo-se da acusação

35 Entrevista de Manuel Abrantes. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op. cit.*, vol. 2. pp. 164 e 165.

36 *O Setubalense*, 17 de maio de 1974.

constante de uma moção, aprovada na Assembleia Geral do Concelho de Setúbal, de que o jornal é “reacionário-esquerdista”. A Comissão Redatorial do jornal publica uma violenta declaração contra esta tomada de posição da Assembleia, incriminando o PCP, sem referir o seu nome.

A partir da formação do Comité de Luta, *O Setubalense* transforma-se uma espécie de porta-voz oficioso desta estrutura de coordenação dos órgãos de “Poder Popular”.

A manifestação de 8 de setembro de 1975 tem também como objetivo dar apoio popular à ocupação e controle, pelos trabalhadores, do jornal *O Setubalense*.

Fátima Brinca, escolhida para porta-voz dos manifestantes, ao ler um “comunicado à população”, explica as razões que justificariam aquele processo de ocupação. Os ordenados em atraso e o abandono a que o proprietário, Bordalo Pinheiro, teria votado o jornal são os motivos invocados³⁷.

De igual modo, o afastamento decidido no início de outubro de três dos seus principais jornalistas (Rogério Severino, Fátima Brinca e Manuel Abrantes), que integravam o grupo que claramente veiculava as posições da esquerda radical, vai ser mais uma das razões alegadas para a ocupação.

Inspirado nos processos de luta do jornal *República* de Lisboa e da *Rádio Renascença*, o projeto de ocupação do jornal acaba por ser inevitável. Na prática, o seu conteúdo editorial refletia desde há muito a influência da extrema-esquerda na Redação³⁸.

Em 21 de outubro os trabalhadores d’*O Setubalense*, com o apoio do respetivo Comité de Luta ocupam o jornal e saneiam o diretor e proprietário Carlos Bordalo Pinheiro.

A 22 de outubro sai o primeiro número d’*O Setubalense* depois do processo de ocupação. No cabeçalho deixa de constar o nome do seu diretor e proprietário que será substituído por uma nova designação: “Edição da responsabilidade dos trabalhadores”. No *Editorial* é reafirmado que o jornal “está ao serviço das comissões de moradores e trabalhadores”.

O Setubalense reporta que na primeira edição da responsabilidade dos trabalhadores a venda do jornal atingiu 10 mil exemplares, contra os 3500 vendidos no tempo da anterior administração. Para o jornal, este sucesso de vendas dever-se-ia ao apoio dado pelas Comissões de Moradores e pelas Comissões de Trabalhadores do Comité de Luta que o teriam vendido nos seus locais de trabalho. Em *Editorial* é explicado que a luta dos trabalhadores d’*O Setubalense* “não respeita a condições salariais, é sim uma luta verdadeira pelo avanço das forças revolucionárias contra o capital, uma luta contra a burguesia dignamente representada pelo ex-diretor deste jornal”.

37 Fátima Brinca apontará ainda como justificação da ocupação uma história que vinha de antes do 25 de Abril segundo a qual Bordalo Pinheiro teria ficado com dinheiros de uma contribuição dos leitores d’*O Setubalense* destinados a suportar a operação de uma jovem inválida.

38 A redação d’*O Setubalense* era constituída por Manuel Abrantes e Rogério Severino, dois destacados dirigentes da FSP, por Fátima Brinca, tida como independente, mas próxima do PRP, como ela própria reconhece.

O jornal integra ainda um comunicado da “Frente de Luta do jornal *O Setubalense*” onde afirma que “conta com a colaboração do povo português em geral, e dos setubalenses em especial, e de todos os órgãos de poder popular. Agora o jornal é do povo e para o povo”. O comunicado termina com a seguinte palavra de ordem: “Informação revolucionária ao serviço da classe operária; *Renascença, República, Setubalense* a mesma luta; Morte ao fascismo e à social-democracia”.

A estratégia destes trabalhadores influenciados pela esquerda radical para controlar o jornal convocava uma espécie de legitimação do Movimento Popular. A adesão dos soldados à manifestação frente ao Quartel do 11 aumentava essa legitimação uma vez que se considerava que a componente militar era imprescindível. Esta ocupação d’ *O Setubalense*, por parte dos trabalhadores, é um marco no processo de radicalização da luta política em Setúbal³⁹.

Os apelos feitos pelo jornal à constituição de um exército popular e ao armamento dos trabalhadores evidenciam a nova linha editorial.

O Setubalense será encerrado após o golpe militar do 25 de Novembro, por não ter acatado o estado-de-sítio e ter saído com uma edição no dia 26 com a “manchete” em primeira página “Armas ao povo já”.

As instalações do jornal serão ocupadas pelo Exército, alguns dos seus trabalhadores presos e interrogados para avaliar o grau de comprometimento na saída do jornal durante o estado-de-sítio.

2.2. O DISTRITO DE SETÚBAL

O Semanário *O Distrito de Setúbal* era um jornal próximo das posições do partido único do regime anterior, a Ação Nacional Popular, versão marcelista da União Nacional.⁴⁰

Como o nome indica, pretendia cobrir as notícias mais relevantes referentes ao Distrito que lhe emprestava o título. Porém as notícias sobre a capital do Distrito tinham sempre um maior destaque a que não era alheio o facto de a Redação estar aqui instalada.

Na primeira edição após o 25 de Abril, um dos colaboradores do periódico, Vítor Botelho, tenta “acertar o passo” com a nova realidade política e dá conta das dificuldades da vivência em Democracia: “Normalmente e a anteceder a elaboração desta coluna quase obrigatória, largos minutos contavam na preocupação imperiosa de escrever sem falsear as leis vigentes.

39 Amílcar Lyra realizou em 1976 o documentário “Um jornal regional em autogestão – *O Setubalense*”. Trata-se de um filme em 16 m/m, sobre o processo de ocupação do jornal, com a duração de 30 minutos. É uma produção da CINEQUANON.

40 O jornal *O Distrito de Setúbal* pertenceu, até 1972, ao dr. Rogério Peres Claro (1921-2015) que foi deputado pela União Nacional pelo círculo eleitoral de Portalegre (1957-1961) e deputado pelo círculo de Setúbal (1965 a 1969). Na legislatura de 1969-1973 foi eleito pela Ação Nacional Popular, já no consulado marcelista. Foi subdelegado da Ala de Setúbal da Mocidade Portuguesa entre, 1949 e 1952, e vice-presidente da Comissão Distrital da União Nacional, de Setúbal. Foi, ainda, diretor da Escola Comercial e Industrial de Setúbal, de 1961-1970.



Acontece que hoje as dificuldades não são menores. É como que um fenómeno, algo parecido com a libertação de um indivíduo que, prisioneiro, recupere ao fim de longos anos o contato com a sociedade, com o dia-a-dia. É como que aprender a andar.”⁴¹ Desde a primeira hora que o jornal, dirigido por Carlos Monteiro, tenta libertar-se da sua marca política anterior tentando, de igual modo, adaptar-se à nova realidade. A 7 de maio, na edição a seguir ao primeiro 1.º de Maio vivido em liberdade, o proprietário e diretor do jornal elabora um editorial sob o título “1.º de Maio Vermelho” em que de uma forma entusiástica adere ao novo ciclo político vivido na cidade e no País: “Um 1.º de maio-conquista, luta, de reivindicações e paz. (...) Foi um 1.º de Maio Vermelho. Sim. Vermelho. De Liberdade. De Coragem. De sangue efervescente. Rubro. Cor de papoilas. De cravos. De Liberdade. De Trabalho. De Esperança. De Paz. (...) Foi um 1.º de Maio sem censura. Sem cortes. Vermelho de fé no programa da Junta de Salvação Nacional”⁴².

É pelas páginas d’*O Distrito de Setúbal* que tomaremos conhecimento de grande parte das reivindicações dos trabalhadores face às entidades patronais, sendo também através das suas páginas que assistiremos ao movimento de ocupações de casas e aos movimentos grevistas na cidade e um pouco por todo o Distrito. A 14 de maio de 1974, um Editorial assinado pelo Diretor analisa os quinze dias vividos depois da Revolução em clima de permanente euforia e entusiasmo popular: “O povo em todos os setores e em todos os recantos do nosso Distrito e de Portugal está a usufruir e a apreciar a suavidade duma aragem revitalizadora. É a Liberdade. É o colóquio. (...)”

O Povo anda em delírio. Desfia o seu rosário de queixas e recalçamentos. Há reivindicações. Apregoam-se direitos. Lançam-se ao ar prerrogativas. Dá largas ao coração. Combate. Luta. Festeja”⁴³.

Ainda no mesmo número, em primeira página, o Diretor desmente um comunicado do Movimento Democrático de Setúbal. Nesse comunicado lia-se que “Carlos Monteiro é diretor d’*O Distrito de Setúbal* órgão ligado à extinta ANP”. O visado explica que além de Diretor era também proprietário e que havia adquirido esse direito quando comprou o jornal em 30 de novembro de 1972 ao antigo proprietário Dr. Peres Claro: “Carlos Monteiro recebeu o jornal livre como li-

41 *O Distrito de Setúbal*, 30 de abril de 1974.
 42 Carlos Monteiro, *O Distrito de Setúbal*, 30 de abril de 1974.
 43 Carlos Monteiro, *O Distrito de Setúbal*, 14 de maio de 1974.

vre é tudo quanto se compra e se liquida com numerário. Fê-lo sem compromissos a não ser de no caso de se pretenderem transferir para outrem, a qualquer título, os direitos adquiridos, se obriga a consultar o primeiro outorgante a quem fica reservado o direito de opção, em igualdade de preço e condições”⁴⁴. Prossegue na explicação referindo que o jornal foi negociado com o seu anterior proprietário e pago com sacrifício, em várias frações, devido às suas limitadas possibilidades financeiras.

Rejeita a acusação de que O *Distrito de Setúbal* estivesse ligado à extinta ANP “pelo menos, desde que o signatário entrou na sua posse, em 1972”. Como prova do seu distanciamento em relação ao Partido Único do anterior regime, alega em sua defesa o facto de ter festejado desde a primeira edição a “eclosão” do Movimento das Forças Armadas: “Com ela está. Apoia os trabalhadores. Vitória o Povo”.

Na edição de 28 de maio o editorialista manifesta algum ceticismo em relação ao período que se vive. Alerta contra os “desmandos” surgidos. Afirma que a liberdade tem “limites” e apela ao bom senso, à justiça e ao respeito pelo outro: “A nossa liberdade acaba quando a liberdade dos outros começa. A liberdade é respeito. A liberdade é amor”. Há uma crítica implícita aos “excessos” ínsitos nas reivindicações e aos abusos da liberdade. Problematiza-se a “preparação” do povo português para viver o momento.

Progressivamente, este jornal vai-se desinteressando dos acontecimentos políticos mais relevantes que ocorrem na cidade. Não se compromete com a tórrida situação política que se vive em Setúbal. Durante o “Verão Quente” não se refere a qualquer evento que envolva as iniciativas do Movimento Popular ou mesmo dos partidos políticos. E até o golpe militar do 25 de Novembro não merece qualquer referência na primeira edição após o Golpe, editada a 2 de dezembro.

2.3. NOTÍCIAS DE SETÚBAL

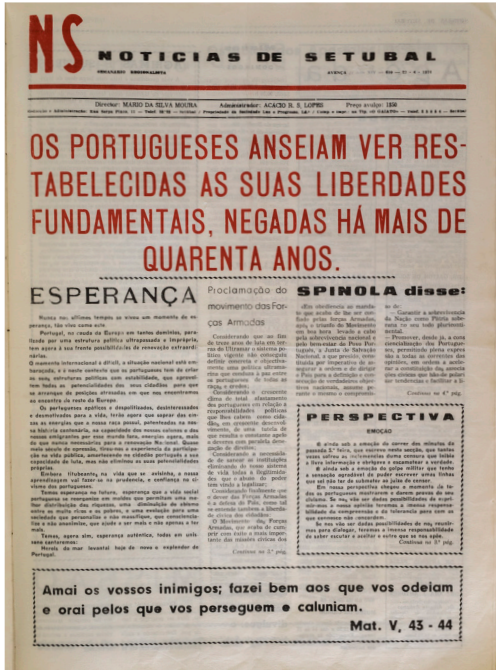
O *Notícias de Setúbal* subintitulava-se *semanário regionalista*, sendo dirigido por Mário Moura e administrado por Acácio Lopes. Pertencia à Sociedade Luz e Progresso. Era o jornal com ligações orgânicas à Igreja Católica. Acácio Lopes explicou-nos que “O Vigário Episcopal D. João Alves dava a cobertura e protegia o jornal, já desde antes do 25 de Abril e continuou a fazê-lo posteriormente”⁴⁵.

O primeiro número depois da Revolução sai logo a 27 de abril e é praticamente dedicado às mudanças políticas que haviam ocorrido dois dias antes. Para além da reprodução da proclamação do MFA e das declarações proferidas pelo General Spínola, parte da primeira página é ocupada com as parangonas “OS PORTUGUESES ANSEIAM VER RESTABELECIDAS AS SUAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS, NEGADAS HÁ MAIS DE QUARENTA ANOS”.

Ainda na primeira página, aparecem-nos dois artigos assumindo a linha editorial

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ Entrevista concedida por Acácio Lopes em 26 de maio de 2016.



do jornal que se identificaria com os revolucionários de 25 de Abril. Um, assinado pelo diretor Mário da Silva Moura, intitulado *Emoção*, dá o tom da posição do jornal: “É ainda sob a emoção do correr dos minutos da passada 5ª feira, que escrevo nesta secção, que tantas vezes sofreu a inclemência de uma censura que inibia a livre informação e obrigava a escamotear a verdade. É ainda sob a emoção do golpe militar que tenho a sensação agradável de poder escrever umas linhas que sei não ter de submeter ao juízo do censor”⁴⁶.

Num outro artigo é afirmada a possibilidade de “renovação” da sociedade portuguesa e de ultrapassagem do atraso em que nos encontrávamos em relação aos outros países europeus: “Temos esperança no futuro, esperança que a vida social portuguesa se organize em moldes que permitam uma melhor distribuição de riquezas, uma diminuição do abismo entre os muito ricos e os pobres, e uma evolução para uma

sociedade que personalize e não massifique, que consciencialize e não anonimize, que ajude a ser mais e não apenas a ter mais”⁴⁷.

O número seguinte, que sai depois do 1.º de Maio, é praticamente dedicado ao Dia do trabalhador e à nova conjuntura política⁴⁸. A maior parte dos artigos assume claramente um tom eufórico e de identificação total com os novos momentos políticos que se vivem em Setúbal.

O Diretor questiona o papel da Igreja nesta nova conjuntura: “E a Igreja? Com mentalidade cristalizada, com hábitos de proteção e privilégios muito antigos, com uma disciplina passiva, como vai adaptar-se? E os nossos bispos e os nossos padres (salvo raras exceções) como vão assumir a responsabilidade de orientar este rebanho em turbilhonante gozo da sua libertação?”

Refere-se, depois, ao papel que deveria ser desempenhado pelos leigos: “Se todo o povo português dormia, anestesiado ou amordaçado, a Igreja essa estava caída em profundo letargo. Tem de acordar, viver respeitosamente este ar livre, a plenos pulmões, ar livre que é a vida esfusante e revitalizante.

Nós cristãos, cidadãos portugueses, temos agora reforçados incentivos para viver e participar”⁴⁹.

46 Mário Moura, *Notícias de Setúbal*, 27 de abril de 1974.

47 *Notícias de Setúbal*, 27 de abril de 1974.

48 Este jornal, certamente por lapso, vem com a data de 27 de abril de 1974, sendo que as principais notícias se reportam a acontecimentos ocorridos depois desta data. Nas citações referentes a este jornal indicaremos 4 de maio de 1974, que corresponde à data do dia em que o jornal habitualmente saía.

49 *Notícias de Setúbal*, 4 de maio de 1974.

O Diretor do *Notícias de Setúbal* considera ainda que só a partir daquela data começariam a existir condições para o cumprimento do Concílio de Vaticano II.⁵⁰

Um outro artigo do jornal dá-nos conta de que os católicos da região de Setúbal se haviam reunido e discutido a nova situação política e as formas de intervenção respectivas: “Um grupo de cristãos da nossa Região Pastoral esteve reunido todo o dia para meditação sobre o tema “Reconciliação”, e para análise da posição do cristão na atual conjuntura nacional”.

As conclusões dos diversos grupos de trabalho que se constituíram apontavam para a necessidade de os cristãos intervirem ativamente na sociedade “segundo os ditames evangélicos”, o que passava pela urgente consciencialização e tomada de posição imediata destes na vida política da região e da Nação.

Outro aspeto que mereceu destaque foi a “necessidade urgente de aparecer uma força que se oponha ao dique do comunismo ateu e que tal força deveria ser constituída pelos cristãos”⁵¹.

Há também aqui uma leitura bastante interessante, por parte da Igreja Católica, acerca dos perigos que encerrava este novo período que se abria em Portugal.

Este grupo de cristãos da Região Pastoral de Setúbal vai chegar a conclusões bastante divergentes da linha editorial do *Notícias de Setúbal* que, de uma forma geral, se vai identificar com as posições da esquerda.

De facto este semanário católico assume, por vezes de forma bastante entusiasta, o partido das movimentações populares que emergem na cidade: “O 25 de Abril derrubou o regime fascista, e restituiu a voz e a iniciativa ao povo, acordou-o da letargia. Agora o povo fala, grita, reúne-se, pretende resolver, apresenta soluções, reivindica, pede, exige com impaciência, sem ordem às vezes, sem experiência de concessões numa defesa acérrima dos seus pontos de vista (...).

Agora há barulho, algazarra, manifestações, reuniões, as pessoas simples não se calam à injustiça, pedem aquilo a que se julgam com direito, são insolentes, às vezes agressivas aqui e ali, em fenómeno de catarse incontrolada”⁵².

Mário Moura, no artigo “A Verdadeira Revolução – A Revolução Marxista”, defende que a causa das desigualdades sociais reside na propriedade privada e que a luta entre o proletariado e a burguesia se intensifica. Conclui que “a pouco e pouco faz do proletariado não já uma classe, mas a própria humanidade, forte pela sua experiência, o seu trabalho, a sua relação pura com o Universo”⁵³.

Os excessos do movimento popular são considerados compreensíveis e há uma inequívoca simpatia pelo processo de esquerdização que teve lugar após o 28 de Setembro: “O povo organiza-se nos partidos populares, nos movimentos, nos

50 O Concílio de Vaticano II realizou-se entre 1961 e 1965. Promoveu um processo de renovação da Igreja Católica, face ao mundo contemporâneo. De algum modo abriu caminho às teologias da libertação que conheceram palco privilegiado junto das comunidades cristãs da América Latina.

51 *Notícias de Setúbal*, 4 de maio de 1974.

52 *Notícias de Setúbal*, 12 de outubro de 1974.

53 *Notícias de Setúbal*, 25 de maio de 1974.



bairros e nas fábricas, em toda a parte – começa a sentir que unido tem força, que unido compreende e decide (...). Os vários centristas ou mesmo direitistas, vão sendo afastados crise após crise, e o 28 de Setembro consolida a força desta orientação”⁵⁴

Em paralelo às posições mais exuberantes por parte do Diretor, cujas tomadas de posição se alinham claramente à esquerda, sendo por vezes coincidentes com as do PCP, há outros artigos que vão dando conta da vida e da atividade da comunidade católica setubalense e da leitura feita pela Igreja Católica dos sucessos ocorridos durante este período.

2.4. MARGEM SUL

O *Margem Sul*, ao contrário das outras publicações, surge já depois do 25 de Abril de 1974. Publica o primeiro número a 4 de julho. O jornal é dirigido por Arlindo Mota, sendo a redação composta por Carlos Jorge, Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, Jorge Luz, Jorge Matos e Marino Vicente.⁵⁵

Luís Fernandes, a convite da organização regional do PCP, assumirá as funções de administração e gestão do jornal⁵⁶.

Os diferentes artigos raramente são assinados.

O último número a que tivemos acesso (o 36) está datado de 25 de abril de 1975, o que significa que o jornal teve uma vida relativamente regular⁵⁷. Durante este período não se publicará durante seis semanas. Neste espaço de tempo, a Redação será alvo de uma profunda remodelação.

Da primeira Comissão Redatorial restava apenas Marino Vicente. O Diretor continuará a ser Arlindo Mota. Os novos redatores eram: António Ferrer, Carlos Alberto, Fernando Camarinhas, José Armando Carvalho, Valdemar Santos e Vicente Bolina. O jornal tinha a sede no Clube de Campismo. Nunca chegou a ter instalações próprias. Para Arlindo Mota o fim deste projeto editorial está associado não só “a problemas financeiros, mas também ao cansaço e a uma certa desilusão”⁵⁸.

54 *Notícias de Setúbal*, 12 de outubro de 1974.

55 Este jornal, por razões que desconhecemos, não integra o acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal. Não se encontra igualmente na Biblioteca Nacional. Ao fim de “longos e porfiados esforços” conseguimos ter acesso a alguns números do jornal, cedidos por Jorge Luz, um dos seus primeiros redatores. Para esta investigação teria sido interessante compulsar todos os números publicados.

56 Entrevista concedida por Luís Fernandes, 12 de janeiro de 2017.

57 O Diretor do jornal garantiu-nos que o último número publicado foi o 43.

58 Entrevista concedida por Arlindo Mota, 5 de dezembro de 2016.

No *Editorial* do primeiro número, são explicadas as razões do surgimento do novo órgão da imprensa setubalense. Referia-se que a grande maioria dos jornais continuava a ser detida pelos grandes grupos económicos e, do mesmo modo, a imprensa local continuava nas mesmas mãos daqueles que “durante anos a puseram ao serviço dos caciques locais e das minorias privilegiadas”. Por essa razão, justificava-se o “aparecimento de uma imprensa verdadeiramente livre e independente do poder económico”⁵⁹.

Para além da leitura do *Editorial*, que plasma os objetivos gerais da publicação, é indispensável a observação do primeiro número do *Margem Sul* para melhor conhecermos os seus propósitos.

A primeira página destaca o Comício do PCP em Setúbal, o qual tinha ocorrido dia vinte e dois do mês anterior, e a realização de uma sessão de esclarecimento do Movimento Democrático das Mulheres de Setúbal, realizada a 29 de junho também do mês anterior.

Na notícia sobre o comício, referindo-se aos oradores, evidencia três das várias intervenções proferidas. A intervenção de Henrique Guerreiro, do Movimento da Juventude Trabalhadora, “que denunciou em termos vibrantes a injustiça e a exploração a que os jovens trabalhadores estão sujeitos, desde a discriminação salarial, o desemprego e a contratação na idade pré-militar, à exploração infantil e à discriminação sindical. Terminou exigindo o direito de voto aos 18 anos e o fim da guerra colonial com a independência dos povos das colónias”⁶⁰; a intervenção de Carlos Domingos, membro da Direção Regional de Setúbal do PCP, que sublinhou o papel desempenhado pelo Partido durante o regime fascista, referindo-se, ainda, à “ação dos grupos esquerdistas que antes do 25 de Abril acusavam o PCP de só mobilizar a classe operária para a luta económica” fazendo agora “todos os esforços para que os operários voltem as costas à situação política, se desinteressem da luta pela liberdade, e apenas se apliquem a reivindicar aumentos de salários e outras regalias”; por fim, a intervenção de fundo, a de Octávio Pato, que encerrou o comício: “Nós comunistas, lutámos no passado, lutamos no presente e lutaremos no futuro, pela melhoria da situação das classes trabalhadoras. Mas não podemos apoiar reivindicações irrealistas, reivindicações que não estão ao alcance imediato da economia do país”⁶¹.

A segunda página do jornal, tem a designação de “Movimento Sindical”, exatamente o mesmo nome da página que começou a ser integrada n’*O Setubalense* logo após o 25 de Abril, da responsabilidade do Movimento Democrático de Setúbal, como já referimos. Esta página é exclusivamente ligada às questões do mundo do trabalho, com realce para atividade sindical.

As duas páginas centrais são usadas para divulgar uma mesa redonda com a Comissão Administrativa da Câmara, dinamizada pelo jornal, em que participam

59 *Margem Sul*, 4 de julho de 1974.

60 *Ibidem*.

61 *Ibidem*.

para além do Presidente Júlio Santos, os vereadores Mário Brandão, Odete Santos, Alberto Pereira e Vitor Zacarias. As questões ambientais, habitação e urbanismo foram objeto de análise dos intervenientes. Esta mesa redonda é apresentada pela redação do *Margem Sul* da forma que se reproduz: “Estivemos com a CA da Câmara Municipal de Setúbal. A sua atividade tem sido intensa. Os resultados são, contudo, ainda pouco espetaculares. Com efeito é muito difícil vencer de um dia par o outro a pesada herança do fascismo”.

Outra das páginas do jornal intitula-se “Documentos”, (talvez em memória da rubrica “Factos e documentos” da *Seara Nova*) em que se transcreve do *Diário de Sessões da Assembleia Nacional*, de 7 de janeiro de 1974, uma intervenção do deputado Casal Ribeiro, ex-vice-presidente da Legião Portuguesa, contra os católicos progressistas. O balanço de oito meses do regime fascista que se instalou no Chile, e que derrubou o Presidente Salvador Allende, é objeto de análise noutra página do jornal, integrando o último discurso proferido por presidente deposto.

Há ainda lugar para informações referentes ao Movimento Democrático Português, particularmente para a divulgação da sua agenda de comícios no Distrito. Neste âmbito, é dada a informação de que “O Movimento Democrático indicou ao Ministério do Trabalho cinco nomes para integrarem a presidência da Caixa de Previdência de Setúbal”.

A última página do *Margem Sul* é inteiramente dedicada ao combate ao esquerdismo. Nesta frente de luta ideológica, explica-se em nota introdutória o objetivo do jornal: “Propomo-nos retratar os pseudorradicais maoistas e trotskistas de Portugal. A mistificação que estes grupos fazem em relação ao marxismo leva muito boa gente a, por vezes, com eles simpatizar. Pareceu-nos, pois, indispensável uma demarcação rigorosa entre o marxismo e as variantes pseudomarxistas destes grupos. A análise que aqui se faz é válida para imprensa tipo *Comércio do Funchal*, *O Tempo e o Modo* e o *Jornal do Centro*”.

O texto apresentado, intitulado “A farsa dos pseudorradicais em Portugal”, é a reprodução de uma parte de um livro de José Manuel Jara, editado pelas Edições Sociais logo após o 25 de Abril. É um texto contra as organizações da esquerda radical durante o período da Revolução. Neste primeiro artigo o alvo é o MRPP e o PCP (ML).

O segundo número do *Margem Sul*, de 11 de julho, destaca na primeira página e nas páginas centrais a ação dos Movimentos de Libertação das colónias com especial realce para a história do MPLA e da sua intervenção política. Nos números seguintes terão destaque também a história dos outros Movimentos de Libertação e da sua ação contra o regime colonial. As páginas “Movimento Sindical e Documentos” mantêm-se. Do mesmo modo que permanece o combate ideológico ao esquerdismo, através da reprodução do livro de José Manuel Jara. Desta vez o alvo é o “chamado PRP “Partido Revolucionário do Proletariado”. O tom é de ironia, sendo os militantes daquela organização são apodados de “os professores da Revolução Proletária”. Na perspetiva do articulista, seriam, obviamente, pro-

fessores desqualificados, até porque o PRP só teria quatro anos de existência: “Tenra idade! É pois natural o infantilismo.

Mas ainda agora chegados, já querem dar lições à classe operária que sempre esteve à frente da luta contra o fascismo e pela democracia. Ignoram toda a luta passada, ignoram a experiência política do Povo e, como ignorantes atrevidos, passam a dar lições de quem deviam receber.

O ar doutoral com que dizem banalidades como verdades recém-descobertas é um dos traços destes pseudorradicais”⁶².

Por sua vez, o jornal de 8 de agosto de 1974 dá grande destaque a uma entrevista conjunta a Avelino Gonçalves, Ministro do Trabalho do I Governo Provisório e a Daniel Cabrita, membro da sua equipa ministerial. Nesta entrevista é abordada a questão das “greves selvagens”. Aí se equaciona a eventual responsabilidade que “o patronato e o grande capital” teriam no fomento algumas daquelas lutas.

A ação dos sindicatos terá uma presença constante nas páginas deste periódico, tal como as iniciativas do MDP, MJT, MDM e PCP.

No jornal editado em 25 de abril de 1975 procede-se a um balanço da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte.

Este balanço é feito através de uma apreciação qualitativa da intervenção eleitoral de cada partido. O balanço não tem ainda em conta os resultados eleitorais, dado que o jornal irá sair precisamente no dia das eleições.

Sobre o Partido Popular Democrático o *Margem Sul* refere que as suas hipóteses eleitorais haviam diminuído largamente “devido à clara opção socialista feita pelo MFA”.

O PPD é avaliado da seguinte forma: “Financiado pelos grandes capitalistas portugueses (também eles decerto defensores do chamado “socialismo em liberdade”), como o Espírito Santo, Melos e C^a., foi também prejudicado pela acentuada viragem à direita do PS que lhe roubou potencial clientela”. Assim sendo, na perspetiva desta publicação, não se entendia a razão pela qual o PPD continuaria no Governo Provisório.

Quanto ao CDS, sublinhava-se o facto de as “bases fascistas” continuarem a financiar o Partido.

Contudo, as apreciações mais negativas irão para o Partido Socialista, que havia desenvolvido toda a sua campanha eleitoral explorando os preconceitos anticomunistas de uma larga faixa da população portuguesa, ainda prisioneira de “meio século de obscurantismo”. Os socialistas serão acusados de implicação no golpe militar do 11 de Março de 1975: “o relatório do 11 de Março veio pôr em evidência o papel nefasto desempenhado pelos responsáveis do PS na criação de um clima alarmista propício ao projetado Golpe da reação. A presença maciça dos oficiais spinolistas no seu Congresso e a entrevista do ex-general ao *Expresso*, em que defende o “socialismo em liberdade”, precisa ainda de ser convenientemente explicada”.

62 *Margem Sul*, de 11 de julho de 1974.

Por fim, o jornal vaticina: “A sua atual política irá decerto granjear-lhe votos à direita, mas a sua credibilidade junto das classes trabalhadoras aparece grandemente prejudicada. Não foi por acaso que o Partido da Democracia Cristã (PDC), da extrema-direita e Freitas do Amaral do CDS aconselharam os seus militantes e simpatizantes a votarem no PS.

Um relativo fracasso eleitoral poderá pôr em perigo a atual direção que jogou tudo nas eleições”.

O balanço feito em relação aos partidos da esquerda radical não é todo igual. A crítica mais contundente vai para os partidos de inspiração maoista – Partido de Unidade Popular (PUP); Frente Eleitoral Comunista - Marxista Leninista e União Democrática e Popular (UDP). Estes três partidos são avaliados em conjunto, considerando-se que todos eles “gastaram os seus tempos de emissão a atacarem o PCP e a clamarem pela necessidade da reconstrução do verdadeiro Partido Comunista”. O MES, a FSP e a LCI são tratados com indulgência. A FSP e o MES são até elogiados: A FSP por ter denunciado “as posições de direita da cúpula do PS”. O MES por ter criticado “acerbamente os partidos burgueses como o PPD e o PS, em especial este último, pelo ludíbrio que representa para as massas trabalhadoras”. Por sua vez, a LCI é alvo de um elogio: “De entre os partidos que se reclamam da extrema-esquerda foi o único que não fez do PCP o alvo predileto da sua campanha”.

Finalmente as campanhas eleitorais do MDP e do PCP reúnem os maiores elogios do articulista, não só pela qualidade das suas intervenções no período eleitoral, mas também por terem sido as forças políticas que mais comícios e sessões de esclarecimento realizaram.

O articulista afirma que Movimento Democrático Português (MDP/CDE) baseou a sua campanha no “apelo à unidade das forças progressistas”. Por outro lado, é também referido “o seu passado na luta antifascista, a lisura de processos usados e os múltiplos comícios de esclarecimento realizados”, circunstâncias que lhe teriam granjeado “invejável apoio popular”.

O Partido Comunista Português é apresentado como o Partido “cuja implantação nas massas trabalhadoras é unanimemente reconhecido”. O PCP, na perspetiva do autor do balanço, teria aproveitado a campanha eleitoral para esclarecer as suas posições “face a um eleitorado marcado por uma campanha anticomunista de 48 anos”. Para o *Margem Sul* o PCP, ao contrário de outros partidos, bateu-se sempre pela unidade: “Apesar dos sucessivos ataques do PS que chegou ao ponto de o acusar de ter “assaltado” os órgãos de informação, o PCP não resvalou para o campo do divisionismo, antes apontou sistematicamente a necessidade do reforço da unidade Povo/MFA”.

Para além deste balanço que integra a apreciação feita à participação eleitoral dos diversos partidos políticos que concorrem por Setúbal, o jornal reproduz um longo artigo intitulado “A Campanha Eleitoral do PCP vista pela Direção da Organização Regional de Setúbal” em que detalhadamente é feita a análise da sua prestação na campanha eleitoral: “Nesta segunda metade da Campanha Eleitoral, o PCP

promoveu, em média diária, 15 sessões de esclarecimento e 2 grandes comícios. Salientamos os dois grandes comícios realizados no dia 21/4/75, um no Montijo, outro em Sesimbra, em que participaram além dos membros das Comissões Concelhias locais, representantes de células de empresa, da UJC, e da UEC, da lista de candidatos do PCP pelo Círculo de Setúbal e o Secretário-geral Álvaro Cunhal”⁶³. Ainda neste número encontramos um polémico artigo de um jovem estudante da UEC de Setúbal, Viriato Soromenho-Marques. Sob o título: “Socialismo em Liberdade” e “Capitalismo de Estado” o autor sustenta que a social-democracia tem por objetivo “lançar a confusão no seio do operariado e das massas populares, tentando ganhá-las para um pretense “Socialismo em Liberdade” (talvez como o escandinavo) ou afastá-las da Revolução” e, continuando no mesmo registo, afirma igualmente que a mesma social-democracia “em vez de conduzir Portugal para uma Pátria Socialista, nos estaria simplesmente arrastando para um absurdo «Capitalismo de Estado»”. Por fim, conclui: “Socialismo só há um: aquele que abre as portas à infinita felicidade do Comunismo”⁶⁴.

A análise destes números do jornal ajuda-nos a perceber os objetivos da nova publicação. Trata-se de um projeto editorial intimamente ligados às estruturas do PCP e do MDP em Setúbal. Reflete a necessidade de dar a sua interpretação política e ideológica da realidade local numa cidade e também num distrito em que o PCP tem cada vez mais responsabilidades e também mais poder, embora com uma grande pressão à sua esquerda.

Os principais temas escolhidos para as seções do jornal ilustram as prioridades políticas do PCP: a frente sindical, a luta anticolonial, o combate ao esquerdismo e a divulgação da agenda de intervenção local do Partido.

Arlindo Mota, diretor deste periódico, nega “ligações orgânicas ao PCP e mesmo ao MDP”⁶⁵. Assegurou-nos que “se tratou de um projeto pessoal” que ele próprio teria custeado. Admite, no entanto, que a “venda militante de ativistas do MDP e do PCP ajudaram a sustentar financeiramente o *Margem Sul*”⁶⁶.

2.5. OUTRAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO – OS CARTAZES E AS PICHAGENS

Setúbal foi também uma cidade colorida. Numa súbita explosão de cor, as paredes da cidade testemunhavam o que se sentia, o que se queria, mostrando-se repletas de cartazes e pichagens, de conteúdo ora ingénuo, ora militante, quer fosse obra da espontaneidade acesa do momento, ou da ação dos partidos que desta forma davam a conhecer as suas mais urgentes mensagens. Denúncias de injustiças, palavras de ordem partidárias, apelos dos mais variados matizes, solidariedades internacionalistas, vão enxamear os espaços possíveis de utilização. A cidade sentia-se então como uma casa que se ornamentava, engalanada de Revolução. O

63 *Margem Sul*, 25 de abril de 1975.

64 Viriato Soromenho-Marques. *Margem Sul*, 25 de abril de 1975.

65 Entrevista concedida por Arlindo Mota, 5 de dezembro de 2016.

66 *Ibidem*.



Foto do livro de Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois.*



Foto de Joaquim Canelas



Foto do livro de Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois*.

espaço público era um espaço de pública propriedade, ao alcance de quem o quisesse preencher.

Não cabe, no âmbito do presente livro, fazer o retrato da cidade nessa perspetiva, até porque bibliografia vária já tratou desse aspeto⁶⁷.

Contudo, dada a riqueza que esta dimensão do período revolucionário em análise revela, é um trabalho que deverá prosseguir, e através do qual se poderá descodificar a expressão de um tempo polícromo, urgente e pleno de convicções.

3. A IGREJA CATÓLICA E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO (PREC)

O PREC não hostilizará a Igreja Católica. Não podemos falar de uma questão religiosa, como ocorreu durante a 1.ª República, em que Setúbal terá sido das cidades mais anticlericais do País.

Basta lembrar os episódios que ocorreram durante a noite de 4 de outubro de 1910 em que a Igreja do Sagrado Coração de Jesus foi profanada e parcialmente destruída, e o Convento de Brancannes vandalizado e, depois, incendiado. Durante o período republicano, particularmente até ao breve consulado sidonista, a Igreja Católica esteve sempre sob vigilância por parte das autoridades republicanas locais. O rigoroso cumprimento da Lei da Separação da Igreja e do Estado e o controlo de diversas ações de culto ilustram o cumprimento de um guião radical e jacobino na cidade.

Durante o período revolucionário de 1974/75 vamos encontrar alguns focos de tensão com a Igreja, mas que nunca tiveram uma expressão de confronto e de hostilidade ao culto e à intervenção desta na sociedade setubalense.

No entanto ocorreram algumas situações de conflitualidade a propósito de instituições controladas pela Igreja, com visibilidade no espaço público.

3.1. A CASA DO GAIATO

O primeiro conflito ocorreu com a Casa do Gaiato, aquando da realização da 1.ª Assembleia Geral do Concelho de Setúbal (AGCS)⁶⁸.

No quadro da preparação desta Assembleia, uma delegação do Movimento da Juventude Trabalhadora e do Movimento Democrático das Mulheres dirigiu-se à Casa do Gaiato no sentido de propor aos jovens ali institucionalizados a sua representação e participação no referido encontro. Foi feita uma reunião que escolheu delegados para apresentar os problemas que mais afetavam os jovens da Casa do Gaiato. Nesta Assembleia foi lido um documento bastante crítico ao funcionamento da instituição.

67 De destacar os estudos da jornalista Helena de Sousa Freitas sobre este tema, particularmente a sua investigação “Histórias Que as Paredes Contam – O Muralismo como Forma de Comunicação Alternativa na Cidade de Setúbal (1974-2010)”, no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação.

68 A Casa do Gaiato de Setúbal foi fundada em 1955 e integra-se na chamada “Obra da Rua” criada pelo Padre Américo, em 1940, com o objetivo de educar e a dar uma profissão a jovens pobres e abandonados.

Os responsáveis da Casa do Gaiato vão ter uma resposta pronta e contundente ao que consideram ser uma invasão e uma intervenção ilegítimas por parte de grupos políticos. Logo em 6 de março, elaboram um extenso documento intitulado “Relato e análise dos acontecimentos passados no Lar do Gaiato em Setúbal”⁶⁹.

O texto será assinado pelos “Rapazes da Casa do Gaiato de Setúbal”. É constituído por três partes distintas. Uma primeira, com dezassete pontos, em que se descrevem pormenorizadamente os diferentes momentos que levaram à eleição dos delegados a estarem presentes na AGCS. Nesta parte do texto explica-se a forma como os rapazes da Casa do Gaiato foram “manipulados” pelos representantes do MJT e do MDM.

Uma segunda parte, designada “Descrição e Crítica dos acontecimentos relacionados connosco durante a realização da 1.ª Assembleia Geral do Concelho de Setúbal no Clube Naval Setubalense”, integra a narração de factos que denotariam os métodos antidemocráticos da Assembleia. São relatados episódios, em que antigos alunos, que tentaram intervir e alertar os presentes “contra as difamações mentirosas (...) de que a Casa do Gaiato em Setúbal, estava a ser alvo”, foram impedidos de falar. São ainda dadas informações comentado o comportamento da Mesa que dirige os trabalhos e a forma como a Assembleia terá reagido: “Perante tal insistência dos ditos rapazes, uma senhora muito bem emproada no seu casaco de antílope (e dizendo-se defensora dos interesses dos trabalhadores e dos mais pobres) alertou a mesa para a presença da Direção da Casa do Gaiato (quando na Casa do Gaiato não existe nenhuma Direção, mas todos governam e todos ajudam de uma forma democrática) que se encontrava à porta com intuitos reacionários a fim de exercer represálias sobre os rapazes delegados que estavam ali a representar a Casa do Gaiato.

Através da amplificação sonora um elemento da Mesa alertou os presentes para essa dita presença, ao que toda a Assembleia (incluindo a Mesa, delegados das entidades presentes e alguns convidados) muito bem orquestrada entoou o tão já conhecido slogan: Abaixo a Reação, Abaixo a Reação”⁷⁰.

Refere-se ainda que, face ao clima emocional que se gerou, alguns rapazes viram-se forçados a abandonar a sala e outros “foram empurrados e postos na rua numa clara falta de civismo”.

Na terceira parte do documento, articulada em dez pontos e com o subtítulo “A Nossa Decisão” afirma-se: “Não mais permitir a entrada em nossa casa a pessoas que venham com intenções de politizar os rapazes com as ideias dos seus partidos, dado que cada um é livre de escolher o partido que mais lhe convenha”. No ponto 5 responsabilizam-se diretamente algumas organizações: “Como reconhecemos as manobras ardilosas dos citados elementos do MJT e do MDM, exigimos um rigoroso inquérito quanto à legalidade das suas credenciais e que publica-

69 *Notícias de Setúbal*, 8 de março de 1975.

70 *Ibidem*.

mente sejam desmascaradas as suas intenções”⁷¹.

Este episódio não terá tido grande continuidade. A mobilização e a resposta pronta por parte dos responsáveis da Casa do Gaiato, que contou com o apoio implícito da Igreja Católica, terá desmobilizado outras iniciativas no sentido de interferir na gestão daquela instituição.

3.2. ASILO DR. PAULA BORBA

A 9 de julho de 1974 o Asilo Dr. Paula Borba é ocupado pelos trabalhadores com o apoio de alguns moradores do bairro.

Num comunicado, assinado por um “Grupo de Moradores de S. Julião” e intitulado “Asilo Dr. Paula Borba: As freiras fascistas rezam a Deus e cometem crimes!!!”, é lançado um alerta à população sobre as anomalias que existiriam naquela instituição de caridade: “Irregularidades atentatórias às mínimas condições humanas dos asilados e dos trabalhadores do Asilo Dr. Paula Borba são diariamente cometidas por quem está à frente desta casa de “proteção à velhice”.

No que respeita à alimentação, são muitas vezes utilizados restos de comidas retirados dos caldeirões dos porcos (...).

No que respeita à assistência médica afirmamos somente que as “bondosas” freiras preferem antes chamar o padre do que chamar o médico – porque partem do princípio de que é preferível salvar a alma do que o corpo...”⁷².

São ainda descritas várias ilegalidades no funcionamento do Asilo e, principalmente, são narrados vários maus-tratos cometidos contra os utentes e abusos perpetrados contra os trabalhadores.

José Afonso, sensibilizado pelas narrativas que correm na cidade acerca da situação de degradação em que estariam os idosos utentes do Asilo Dr. Paula Borba, marcará presença neste ato.

Esta situação de conflitualidade levará à expulsão temporária das freiras, a qual ocorre sob a pressão de várias centenas de pessoas, mobilizadas por sectores da esquerda radical.

A Igreja Católica interferirá no sentido de proteger as freiras da ira popular e o jornal *Notícias de Setúbal* insurge-se contra a forma violenta como foram tratadas as freiras por parte de “elementos estranhos ao pessoal do Asilo, militantes de agrupamentos políticos – A LUAR em especial, diz-se”.

No entanto, o jornal não esconde as más condições em que era feita a assistência aos idosos. Refere que as freiras foram as vítimas dos “erros de uma estrutura errada e de um tremendo abandono – isso sim – a que as Mesas da Misericórdia sempre têm votado ao Asilo.

Edifícios velhos, camas velhas, roupas insuficientes, falta de verbas, o muito desleixo, fazem deste Asilo, local nada agradável para aquela centena de velhinhos

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² Panfleto assinado por “Um Grupo de Moradores de S. Julião”, s/d.

para ali são arremessados à espera da morte, sem comodidades, sem carinho e sem higiene”. O Asilo será temporariamente dirigido por dois administradores eleitos numa Assembleia conjunta dos trabalhadores e da população do bairro. “Nesse mesmo dia realizámos uma Assembleia com trabalhadores e população e foi daí que saiu um grupo de trabalho para gerir a casa. A Assembleia elegeu dois comunistas como administradores e o pessoal continuava dentro das ocorrências e a par de tudo o que se decidia.

De certa maneira estávamos a ser ultrapassados. O PCP é que tinha força e capacidade organizativa, por isso foram os comunistas que se evidenciaram logo na organização das coisas. A gestão do asilo passou a ser feita por eles, embora costumassem pedir o parecer aos trabalhadores. Os partidos que ajudaram na ocupação, como foi o caso da LUAR e do PRP, acabaram afastados do processo mas decididos a permanecerem atentos a tudo o que se passava. Entretanto a gestão correu muito bem apesar da direita nunca ter desistido da posse do Asilo”⁷³.

O conteúdo do comunicado e a contestação centrada nas freiras colocam-nos perante um litígio que assume uma vertente anticlerical que não terá, no entanto, impacto nas relações institucionais com a Igreja Católica.

Para além do eco social e mediático, este acontecimento não terá grandes consequências na vida da instituição. A tensão social e política vivida na cidade, neste período, desviará a atenção para outros factos.

3.3. A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE SETÚBAL

A ordenação do primeiro Bispo de Setúbal será também alvo de controvérsia no espaço público.

Em 1966 o Patriarcado de Lisboa foi dividido em 3 zonas pastorais. Setúbal foi uma dessas três regiões criadas, passando a ser dirigida por D. João Alves, a quem são cometidas as funções de Vigário Episcopal para a zona pastoral de Setúbal. Em 1974, foi ainda D. João Alves que preparou a formação da nova diocese, que viria a nascer já no final do *Verão quente* de 1975.

Deste modo, a 26 de outubro de 1975 é ordenado D. Manuel Martins como Bispo da recém-criada Diocese de Setúbal⁷⁴.

Apesar de a criação da diocese estar já presente nos objetivos dos altos dignitários da Igreja Católica, não se pode deixar de atribuir um significado político ao facto desta criação ter ocorrido no auge do período revolucionário, quando Setúbal era um dos centros de maior litigância social e política.

Não deixa de ser curiosa a disputa que se travou no seio da Conferência Episcopal Portuguesa, sobre a criação e os limites das novas dioceses. Há uma linha de oposição a que o Santuário do Cristo-Rei e o Seminário de Almada fossem integrados no território da nova Diocese de Setúbal.

⁷³ Entrevista a Avelino Fajardo. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Op. cit.*, vol.2, p.68.

⁷⁴ A Diocese é criada pela Bula papal *Studentes Nos*.

A hierarquia da Igreja Católica, ao mesmo tempo que cria a Diocese de Setúbal, não prescindindo de intervir politicamente num território difícil tendo em conta a conjuntura política, coloca no entanto limites a este novo polo eclesiástico, impedindo que o espaço de formação dos novos padres pudesse ter qualquer espécie de “contaminação” pela nova jurisdição. Também o Cristo Rei, com todo o seu poder simbólico, ficaria de fora da Diocese de Setúbal⁷⁵.

Para o jornal local da Igreja Católica, o papel a desempenhar pelo Bispo nomeado assume uma especial responsabilidade, dado que Setúbal é uma “Diocese descris-tianizada, autêntica terra de missão, com carências abissais de clero e religiosos numa área de forte implantação de ideologias progressistas que lutam pela legítima emancipação da classe trabalhadora a quem tem de ser dedicada atenção particular da Igreja”. É ainda o mesmo jornal que traça o perfil que o novo Bispo deve assumir: “Tem de dar exemplo de Santidade pela caridade, humildade e simplicidade de vida. Estas características têm de ser transparentes na hora que passa neste País, em marcha para a sociedade justa sem classes, para a sociedade socialista tão ao jeito evangélico”⁷⁶.

Valentim Pinto explica que a Igreja Católica queria ter uma voz ativa em Setúbal e por isso escolheu um Bispo com um perfil adequado para a conjuntura: “A Igreja teve uma estratégia inteligente como sempre costuma ter. Temos que ter alguém que seja interlocutor daquela gente. Alguém que nós consideramos que possa incorporar a mensagem social da Igreja e que esvazie um pouco aquele radicalismo e aquela extrema-esquerda, mas que simultaneamente seja um porta-voz das questões sociais mais gritantes. O Bispo foi escolhido cirurgicamente pela Igreja. Foi aquele não podia ser outro. Outro que viesse para aqui ficava isolado”⁷⁷.

A ordenação de D. Manuel Martins vai ser contestada por alguns setores da população tendo sido promovida uma manifestação contra a criação da nova diocese. Durante as cerimónias, frente à recém-nomeada catedral de Setúbal, algumas centenas de populares manifestaram-se contra o bispo, gritando palavras de ordem “Fora o Bispo” e “Abaixo a Igreja”.

Num primeiro momento a PSP foi chamada ao local para defender os que estavam a realizar a cerimónia de sagração do Bispo. No entanto, foi necessário chamar também os militares para dissuadir os manifestantes. Apesar de os católicos, que estavam na Igreja, não terem sido molestados fisicamente, os carros do Cardeal Patriarca e de alguns dos seus acompanhantes terão sido riscados e vandalizados. Segundo o *Diário de Lisboa*, de 27 de outubro, “a cerimónia teve grande afluência de fiéis” e uma parte significativa da hierarquia da Igreja Católica portuguesa esteve presente a dar apoio ao novo Bispo. De destacar as presenças do Cardeal Patriarca de Lisboa, Nuncio Apostólico, arcebispo D. António Ferreira Gomes,

75 Depois de várias vicissitudes esta situação só se normalizará em 1999, sob a ação do novo bispo, D. Gilberto D. G. Canavarro dos Reis.

76 *Notícias de Setúbal*, 19 de julho de 1975.

77 Entrevista concedida por Valentim Pinto, 16 de junho de 2016.



bispo do Porto, bispos de Santarém e Beja, bispo auxiliar de Vila Real. A sagração foi presidida por D. António Ferreira Gomes”.

O Bispo recorda a contestação ocorrida aquando da sua nomeação: “Fui ordenado na Sé Catedral num clima bastante tenso, pois as pessoas agitaram-se ao verem chegar 18 autocarros, os luxuosos carros dos bispos e os sinos a rebate. Foi aí que os jovens começaram a formar grupos, a agitar-se e a lançar insultos, de tal maneira que acho que só não houve tragédia porque não calhou. A coisa foi de tal maneira que a polícia sentiu-se incapaz de dominar a agitação e afastou-se. Foi preciso virem os militares para garantirem a pacificação”⁷⁸.

Esta contestação está ligada ao facto de sectores da esquerda radical considerarem que a Igreja Católica estava ligada às forças conservadoras da sociedade portuguesa. Os assaltos às sedes dos partidos de esquerda no norte do País, onde participaram elementos da Igreja, ajudavam a cultivar esta convicção.

De resto, o próprio bispo nomeado, D. Manuel Martins, não ignorava o contexto em que ia viver e as dificuldades que iria encontrar na gestão do seu magistério: “Sabia que era uma terra agitadíssima, sabia das minhas limitações para as-

Ordenação do Bispo de Setúbal.

Arquivo Américo Ribeiro

⁷⁸ Entrevista do Bispo de Setúbal. Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois*, 2.º vol, Setúbal na Rede, Setúbal, 2001. p. 131.

sumir funções de tanta responsabilidade e, por outro lado, sabia como o Verão Quente tinha o seu ponto alto em Setúbal. Naquele dia, deu-se uma manifestação contra a ordenação de mais um Bispo pois acreditava-se que isso ia tornar mais forte uma força reacionária. Por outro lado, no processo revolucionário em que o país vivia, um Bispo só por si já era a expressão da reação. E acreditava-se que este elemento da reação tinha como circunstância agravante o facto de ser do norte reacionário”⁷⁹.

Acácio Lopes, administrador do jornal da Igreja Católica de Setúbal e amigo de D. João Alves, foi um dos católicos que esteve permanentemente à porta da Igreja de Santa Maria da Graça, a tentar defender a ordenação. Recorda que nem pode assistir à cerimónia de consagração do Bispo.

É ainda Acácio Lopes que considera que D. Manuel Martins foi escolhido pelo Papa para dirigir a diocese de Setúbal, por ter sido Vigário-Geral do Bispado do Porto, bispo conotado com a oposição a Salazar. A escolha dever-se-ia também ao facto de “ser um homem com uma grande sensibilidade social e evangélica”⁸⁰.

A contestação ao Bispo ficou circunscrita a este episódio, em frente da Igreja de Santa Maria. Durante a tarde, terá lugar um convívio entre bispos e alguns fiéis no salão paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Anunciada. Ninguém será molestado. O próprio D. Manuel Martins recorda que passou essa mesma noite na rua, a conhecer a cidade. Recorda ainda que daí por diante se sentiu sempre estimado, tendo-se a situação alterado de tal modo que “as pessoas começaram a criar confiança e depois era com o Bispo que vinham desabafar, desde as comissões de trabalhadores, às comissões de moradores e às pessoas anónimas que vinham desabafar”⁸¹.

Ao contrário de outras situações, esta ação contra a consagração do Bispo não terá nenhuma paternidade assumida por parte das forças de esquerda.

O Setubalense registou que “os incidentes foram espontâneos, sem organização premeditada”⁸².

Por sua vez, o novo Bispo, após a ordenação, veste a camisola dos interesses das populações locais: “Agora sou de Setúbal! Aqui anunciarei o evangelho da libertação, na justiça e no amor. Aqui acompanharei entusiasmado, todos os que trabalham e lutam para que o homem seja mais homem, numa sociedade justa”⁸³.

O seu apostolado durante o período revolucionário terá curta duração. Apenas um mês. Na fase de refluxo revolucionário o Bispo de Setúbal aparecerá a defender, em várias circunstâncias, os pontos de vista dos “de baixo”, acabando por merecer o epíteto de “Bispo Vermelho”.

79 Entrevista do Bispo de Setúbal. Pedro Brinca e Etelvina Baía, Op. Cit., p. 131.

80 Entrevista concedida por Acácio Lopes, 26 de maio de 2016.

81 *Idem, Ibidem*, p. 131.

82 *O Setubalense*, 27 de outubro de 1975.

83 *Notícias de Setúbal*, 2 de novembro de 1975.

3.4. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal tinha, dentro do seu quadro de funções, a responsabilidade pela gestão do Hospital de São Bernardo e, ainda, dos asilos Dr. Paula Borba e Acácio Barradas. Estes recolhiam cerca de 200 pessoas idosas, doentes e inválidas.

Segundo o jornal *Notícias de Setúbal*, de 25 de janeiro de 1975: “Os recursos para prover às despesas dos lares são os rendimentos de prédios da Misericórdia, as contribuições dos internos e dos organismos oficiais e as cotas de 206 sócios e de 26 auxiliares”.

Ainda segundo a mesma fonte, o aumento dos vencimentos do pessoal e do custo de vida tornavam urgente o acréscimo das receitas para fazer face às despesas dos asilos.

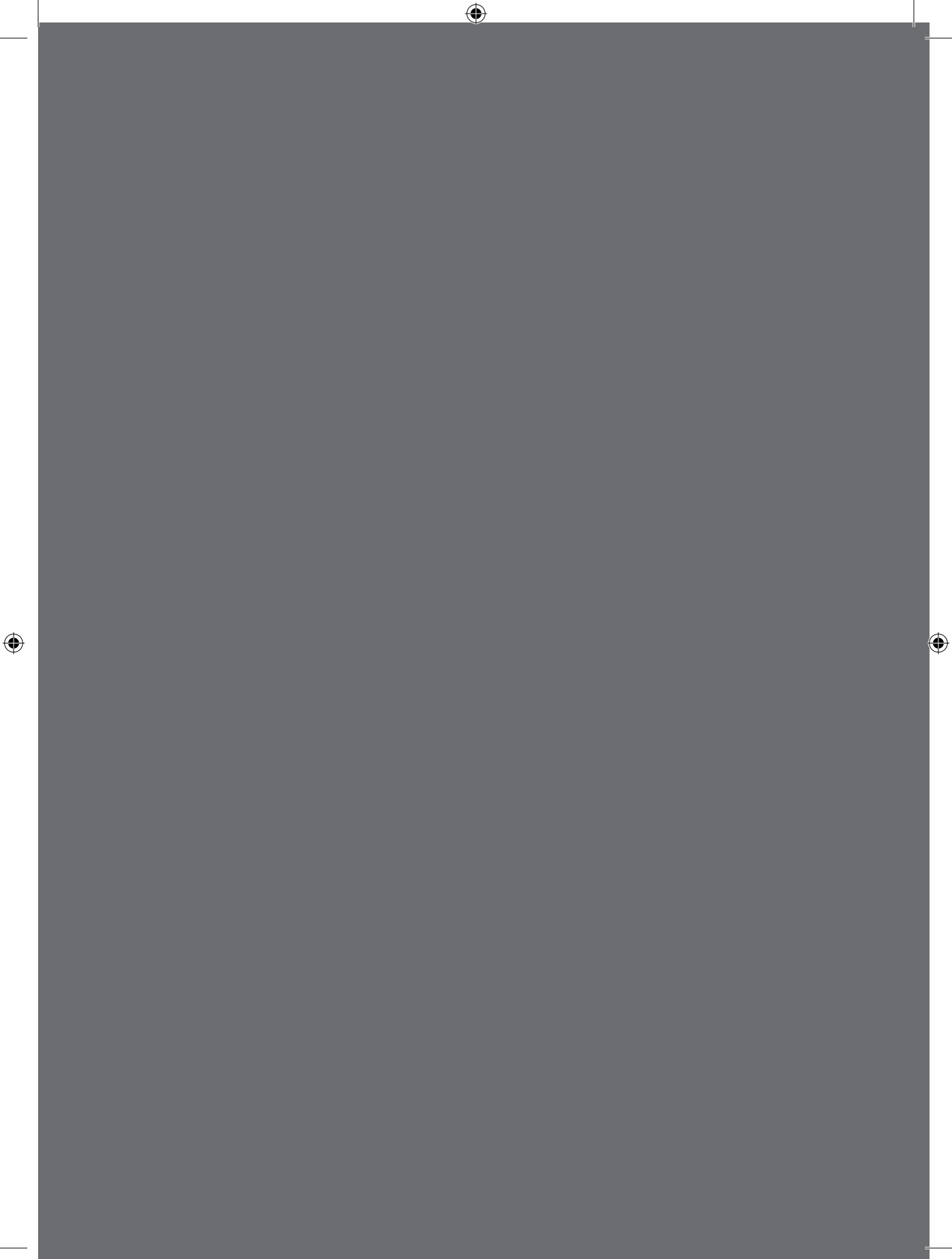
Os próprios responsáveis da Misericórdia reconheciam que, para além das despesas correntes, era preciso ainda dinheiro para renovar as casas que se encontravam em crescente processo de degradação, não permitindo que os assistidos tivessem um bom ambiente. A situação era ainda agravada pelo facto de haver um número excessivo de utentes alojado em cada sala.

Face a tudo isto - a que se juntavam não só as mudanças que ocorriam todos os dias nas principais instituições da cidade, mas também um generalizado clima de acesa contestação - a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal irá pedir a demissão em julho de 1974, ao recém-nomeado Governador Civil. Este não aceitou designar uma Comissão Administrativa, preferindo que se procedesse à eleição de nova Mesa.

Por sua vez, o Presidente da Assembleia Geral, face às dificuldades e aos constrangimentos existentes na instituição, considera ser urgente aumentar o número de sócios e irmãos, no sentido de tornar mais fácil encontrar quem quisesse assumir a responsabilidade da gestão da Misericórdia e, ao mesmo tempo, aumentar a receita de modo a fazer face ao aumento de encargos.

Em 17 de janeiro de 1975, o Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal vai convocar uma reunião informal com os representantes da imprensa e dos partidos políticos, a fim de lhes dar conhecimento das diligências que irá levar a cabo para “obter o maior número de sócios para a mesma Instituição”.

A já aludida recusa do Governador Civil em nomear uma Comissão Administrativa para a Misericórdia prolongou um certo vazio diretivo mas também impediu que a instituição acabasse por sair quase incólume na disputa política. Só em 1976, numa nova conjuntura, é que a Misericórdia terá uma nova estrutura diretiva.



SÍNTESE CONCLUSIVA

SÍNTESE CONCLUSIVA

Nos 19 meses que se seguem ao golpe-militar de 25 de Abril, Setúbal vai viver momentos únicos, entregando-se incondicionalmente à Revolução.

A cidade constitui-se num espaço privilegiado das aspirações emancipatórias do movimento popular.

A urgência em resolver os múltiplos problemas da vivência urbana e a melhoria das condições de trabalho nas empresas desencadeiam numerosas formas de ação, intervenção e organização.

A constituição de Comissões de Moradores e de Trabalhadores, os frequentes Plenários das empresas, as sucessivas vagas de ocupação de casas, as greves “selvagens” dos primeiros dias após Abril, a realização de Assembleias Populares, as massivas manifestações de trabalhadores e de vários sectores da população setubalense constituem expressões de afirmação e organização de um “poder popular” que marca o quotidiano da cidade nos primeiros meses depois do Golpe-de-Estado em 25 Abril de 1974.

Entre esta Setúbal, que agora se assumia como uma das mais industrializadas cidades do País, e aquela que tinha conhecido, durante décadas, um ciclo conservador e monoindustrial, há várias décadas de permeio que lhe mudarão a fisionomia económica, social e a própria estrutura urbana.

De facto, na década de sessenta um processo de industrialização sem precedentes surpreendera esta cidade que passara pelo estertor das conservas e pelo subsequente marasmo que nela se vai instalar, entre os anos trinta e os anos sessenta. Neste período Setúbal é uma cidade parada, com enormes níveis de desemprego que vai gerar uma mendicidade punida por lei e tratada com obras de caridade. Os bairros-de-lata proliferam.

É nos anos sessenta que, em consequência de um destino anunciado de industrialização fulminante, o emprego dispara; há um considerável aumento demográfico que, por sua vez, irá ditar um notável aumento do número de fogos. A antiga

traineira transmuta-se em navio e a Setenave apresenta-se como uma empresa de ponta.

São destes anos a SOCEL, a IMA, a MOVAUTO, a Barreiros. Esta será, assim, uma década de crescimento ininterrupto. A partir de 69 o crescimento acelera. A metalomecânica instala-se. Setúbal irá tornar-se um centro de investimento para os grandes grupos monopolistas.

É esta cidade que a fúria industrializante transformava num enorme estaleiro, que o 25 de Abril vai encontrar.

Uma cidade que crescia em altura e que precisava de mais habitação onde acomodar a avalanche operária que a indústria emprega. Aparecem novos aglomerados urbanos (Bairro do Liceu, Reboreda) à medida que as populações pobres se vão aboletando precariamente nas periferias. As Praias do Sado, o Faralhão, as Curvas, o Poço de Mouro acolherão as populações vindas do Alentejo. Surgem novos bairros-de-lata. A fisionomia da cidade vai mudar dada a urgência de construção. Uma urgência feita de necessidades reais e de uma especulação que atinge índices escandalosos. Compram-se terrenos rurais a preços menores e transformam-se em solos com aptidão construtiva. Sucedem-se os loteamentos. A especulação não se conterà unicamente nesta operação. Faz subir de forma desregrada o preço das habitações. A construção civil em Setúbal é refém dos interesses privados e por isso mesmo a cidade acusa limitações que têm unicamente a ver com o lucro. Entre 1970 e 1974 as rendas de casa vão aumentar 140%. A construção é feita de forma caótica acusando a falta de infraestruturas básicas.

Nas vésperas de Abril estamos, pois, perante uma cidade com uma das maiores densidades proletárias do País, onde um jovem operariado com uma cultura de resistência e reivindicação ascende à condição de vanguarda, liderando lutas com um elevado grau de radicalização.

Trata-se de um proletariado escolarizado cuja frequência das escolas técnicas concedia um grau de formação bem diferente daquele que as gerações anteriores haviam conhecido. As escolas técnicas reformadas tinham colocado no mundo do trabalho uma mão-de-obra preparada que vai saber ler a realidade de forma diversa. Trabalha na metalomecânica, na construção naval, no projeto de Sines, é gente nova de idade e de cabeça, que auferir melhores salários, tem consciência da sua força e a quem o 25 de Abril vai encontrar completamente disposta para a mudança.

O embrião dessa vanguarda havia sido criado e formado no Círculo Cultural de Setúbal, num ambiente de intervenção cívica. A sua existência sentir-se-á nas lutas posteriores ao Golpe, tomando a iniciativa, procedendo ao ajuste de contas com o anterior regime, dirigindo processos reivindicativos, não só nas empresas, como também nas Comissões de Moradores. Engrossará na maré dos órgãos de Poder Popular que entretanto surgirão. É também através dela que a cidade se elevará a um outro patamar combativo, que vai muito além dos projectos iniciais do MFA. O que aqui se pretende é a mudança radical da sociedade.

O dia 25 de Abril propriamente dito decorrerá na cidade com aparente calma ansiosa. Há uma generalizada consciência de que o regime estava já na compulsão do fim. Aguarda-se, arde-se de esperança, enquanto aqui e ali pequenos focos manifestantes se sucedem. E essa vanguarda está lá desde o primeiro momento.

O Movimento Democrático de Setúbal, um espaço frentista que incluirá todas as forças de esquerda, surgirá poucos dias depois. Através desta estrutura o PCP/MDP tentará, de algum modo, liderar a força popular que saía do Golpe e, do mesmo modo, integrar a ação dos jovens do Círculo.

Era uma ação que não era negligenciável. Tratava-se de uma vanguarda ampla que convinha integrar, se não no próprio PC, pelo menos na prática quotidiana de luta onde quer que fosse que se encontrasse. De facto, estes jovens, formados pelas tertúlias sucessivas do Círculo, dominarão as Comissões de Trabalhadores das grandes fábricas, confrontar-se-ão com as administrações, irão impor regalias salariais e melhores condições de trabalho, desdobrando-se ainda numa presença ativa nas Comissões de Moradores, isto é, pontificando em todos os órgãos de democracia direta que haviam emergido da Revolução.

Os dias que corriam eram então dias de afirmação. O aparecimento de Comissões de Trabalhadores e de Moradores, os constantes plenários que aconteciam nestas estruturas que culminavam muitas vezes em manifestações poderosas a que se juntava a população setubalense, integram a marca-de-água deste período. Tudo se estilhaçava e tudo se ia edificando. O que aqui estava verdadeiramente em causa era uma outra forma de viver.

A maior parte das fábricas existentes em Setúbal (SETENAVE, SOCEL, IMA, SAPEC, Sado Internacional, Movauto, Entrepasto e mais de uma dezena de fábricas da indústria conserveira) conhece, neste período, processos sociais em que se exigem aumentos salariais, melhores condições de trabalho, havendo várias empresas em que se saneiam elementos preponderantes das direções fabris. A SOCEL será mesmo ocupada pelos trabalhadores e assim permanecerá durante vários meses. A Movauto e o Entrepasto conhecerão formas de conversão da produção lideradas pelos trabalhadores.

Em simultâneo, assistimos ao surgimento dos movimentos de moradores.

O problema da habitação em Setúbal era, como já atrás foi referido, uma das mais graves questões com que a cidade se debatia. A existência de bairros de barracas e bairros sem infraestruturas mínimas que outorgassem o mínimo de dignidade habitacional às populações que neles viviam vai configurar uma das urgências que a Revolução deveria resolver. A expressão “agora ou nunca” aplica-se aqui à consciência que estes moradores tiveram do tempo que havia surgido. Das ocupações iniciais, lideradas pelos jovens do Círculo, até à constituição e organização destas Comissões, estamos perante um processo imparável, em que se partia do nada para alcançar aquilo que havia sido desde sempre a reivindicação essencial de várias gerações - uma habitação digna.

Esta será uma das mais importantes páginas que a Revolução escreveu em Setúbal.

Muitas vezes sozinhos, muitas vezes ameaçados pelos poderes, muitas vezes em dissenso interior, os moradores setubalenses vão ascender a um outro patamar de realização. A efetiva construção de casas a que o projeto SAAL deu forma é também uma prova da eficácia de uma obstinada determinação.

Estas comissões são influenciadas nalguns casos pela extrema-esquerda e outros pelo PCP, sendo que nas que surgem em primeiro lugar também o PS estará presente.

Num primeiro momento, a CA da Câmara de Setúbal, fortemente influenciada pelo PCP, tentará pôr cobro às profusas ocupações que vão surgindo. Sublinhe-se que no quadro de vazio do Poder, que hoje designamos por Poder Autárquico, a CA assume a responsabilidade da vida local setubalense. E se é verdade que esse vazio inicial é uma realidade, também é verdade que esse Poder que agora surge com a legitimidade incerta dos períodos revolucionários se vai apoderando da realidade local constituindo-se como a única referência da nova legalidade que a Revolução havia trazido.

Entre os órgãos do chamado Poder Popular e este novo poder camarário, embrião do futuro Poder Autárquico, há muitas vezes conflitos insanáveis. As ocupações a que a cidade assistirá, nos primeiros tempos, serão responsáveis por embates violentos entre moradores e estes edis provisórios que não vão ter mão num movimento popular que entende ter chegado a sua hora.

Nesses tempos fundadores as comissões elegiam a CA da Câmara como o órgão possível de diálogo e legitimação dos seus interesses.

Por outro lado, esta sentia-se incapaz de controlar a explosão reivindicativa que punha em causa a própria estrutura social em aspetos basilares, incluindo a propriedade privada. A propaganda estadonovista e a sua narrativa em relação aos comunistas colocava esta CA numa posição abertamente contraditória. Se por um lado os órgãos de Poder Popular esperavam que aquele órgão, dada a sua conotação, apoiasse sem qualquer entrave a sua ação, por outro lado, aquele órgão entende que não deve emitir sinais de radicalidade optando por uma atuação conciliadora que passará pela denegação do legitimar das ocupações.

Contudo, não obstante divergências, antagonismos, tentativas de controlo, dissidências e mesmo deserções, estes moradores manterão até ao fim a decisão inabalável de conseguir uma casa para morar. Porque mesmo depois do decréscimo de energia que Novembro trouxe, quando a quase totalidade dos órgãos de duplo Poder se foram apagando, as Comissões de Moradores vão continuar a caminhada, ainda que em moldes diferentes daqueles em que esta luta se havia iniciado. Setúbal conhecerá ainda outra dimensão de conflito habitacional. A luta dos quinhentos escudos por assoalhada, luta de inquilinos de bairros da pequena burguesia que viam parte considerável do seu salário ser adjudicado ao pagamento da renda de casa, arrastará para a ribalta parte significativa de um outro tipo de moradores. São gente dos serviços, são operários de empresas de ponta, são pessoas que, embora não tivessem conhecido o vilipêndio dos bairros-de-lata, se

consideram extorquidos pela especulação do mercado de arrendamento. É uma luta radical que não obterá solidariedade por parte dos outros moradores nem tão pouco, simpatias dos poderes camarários. E, no entanto, será uma luta que terá proporções significativas e se, por um lado, reflete a vontade de limitar poderes considerados abusivos, por outro reflete, também, a confiança que o movimento popular tinha em si próprio e na sua capacidade de mudança.

Toda esta conflitualidade social será atravessada por disputas ideológicas e partidárias numa incessante competição em que se joga a liderança dos diferentes processos de luta. Joga-se a hegemonia e o controlo político.

Os órgãos de Poder Popular, que vão proliferar na paisagem política destes meses de brasa, serão simultaneamente campos de batalha e escolas de intervenção. A experiência inicial e fundadora de fazer uma assembleia e aí tomar a palavra em público pela primeira vez, a possibilidade de intervenção livre, o cotejo de diferentes ideias, são situações que configuravam ensaios para qualquer coisa que estava a chegar, aprendizagens democráticas para gerações várias que nunca as haviam conhecido: São espaços de grande encontro e desencontro, espaços de realização perpassados por tensões que as diferentes análises propiciavam.

Rapidamente se intui a necessidade de criação de organismos de coordenação. Estes permitiriam mobilizações unitárias, reforçando a capacidade de intervenção e reivindicação.

Surgem assim, a partir desta constatação, diversos órgãos de coordenação que refletem já maturidade política. Eles são impulsionados pelas organizações de extrema-esquerda, nos espaços em que o PCP não consegue a maioria. Este, por sua vez, tentará, de igual modo, criar os seus órgãos coordenadores, não só como resposta àquelas organizações, mas também por não poder, numa situação revolucionária ficar enquistado apenas nos espaços institucionais do aparelho de Estado. Estão neste último caso a “Assembleia Geral do Concelho de Setúbal” e o “Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares”.

Por sua vez, os partidos à esquerda do PC promoverão uma coordenação à volta de órgãos que vão funcionar com palavras de ordem que cumprem todo o itinerário prescrito pelo guião político radical: “generalizar, coordenar, (armar) os órgãos de Poder Popular”. Tratava-se aqui da criação de órgãos de duplo Poder.

Como exemplo do que se acabou de referir temos a “Inter Comissão dos Bairros de Barracas”, o “Conselho de Moradores”, o “Comité dos Organismos Populares de Setúbal (COPS), e, finalmente, o “Comité de Luta de Setúbal”.

Ainda que encontremos as Comissões de Trabalhadores como parceiros fundamentais destes órgãos, serão, no entanto, as Comissões de Moradores que irão estar no centro destas diversas articulações.

São as grandes áreas onde se travam lutas transformadoras, sendo, no fundo, espaços privilegiados de âncora da Revolução; são espaços que ultrapassam os próprios objectivos com que foram formados, assumindo-se como gestores consentidos da vida das comunidades que querem uma casa mas que também querem

uma vida digna. As experiências de farmácias populares ou das atividades culturais que se sucedem ou ainda, da venda direta de cooperativas agrícolas para escoamento dos produtos provenientes da Reforma Agrária, integram um respirar multifacetado que complementa a reivindicação basilar do direito à habitação.

O PCP esteve sempre dentro e fora do processo. Dentro, porque percecionava a força do movimento onde também militava parte importante da sua base social, que não convinha, aliás, deixar sozinha, dado o perigo de contágio com ideias mais radicais; fora, porque aquele não era terreno fácil para quem defendia a centralidade do poder autárquico, enquanto eixo decisor das questões locais, com vocação para arbitrar as zonas de conflito com os proprietários das casas ocupadas, com os senhorios, com os construtores civis e ,até, com os especuladores imobiliários, sendo também o único espaço ao qual reconhecia competência para exercer pressões diretas sobre o Poder Central. O Partido Comunista teme, por outro lado, estar perante uma força que não controla e que ponha em causa a política seguida pelo Governo que não quer hostilizar. O PCP acusará a esquerda radical de esquerdismo e de fazer objetivamente “o jogo da reação”. Esta apodará o PCP de contrarrevolucionário e de aliado do capitalismo.

O confronto de perspectivas entre o PCP e as organizações da esquerda revolucionária estará presente em várias situações. Desde logo, na diferença de análise sobre a legitimidade do Poder. Enquanto para a esquerda radical ela emerge da rua, do plenário, das assembleias de moradores e de trabalhadores, para o PCP essa legitimidade advinha das instituições, fossem elas o Sindicato, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal ou o Ministério do Trabalho.

Contudo, a coabitação de simpatizantes do PCP e da extrema-esquerda dentro das principais organizações de moradores de Setúbal e também nas Comissões de Trabalhadores, se por um lado provoca uma situação de tensão e de disputa política constante, por outro, dado o seu conhecimento mútuo e a proximidade objetiva, potenciará a possibilidade e, mais que isso, a capacidade para a assunção de formas de luta mais participadas e por vezes mais radicais que são visíveis em manifestações de rua ou nos processos de reconversão da produção.

Há uma enorme porosidade entre a base dos militantes do PCP e dos militantes de extrema-esquerda. As formas mais radicais de ação encontram ecos nas bases comunistas, em várias situações concretas como na ocupação de casas desocupadas, nas formas de luta mais radicais ocorridas em várias fábricas como foram o caso da SOCEL e outras, ou ainda em ações com grande impacto mediático como foi o boicote ao comício do PPD, em 7 de março de 1975.

Apesar de tudo isto, desta efetividade do Poder Popular emergente, não podemos falar de um poder exercido de forma completamente autónoma. O léxico partidário constante de alguns documentos produzidos por estes órgãos não deixa sombra de dúvida de que os partidos aí militavam, aí eram reconhecidos, elevando, aliás, o nível ideológico da participação.

E se isso, de alguma forma, concorreu para a formação de quadros políticos que

integravam esses órgãos, dando-lhes um conhecimento e uma visão ideológica que vão fundamentar a ação política, também vai estar na origem do abandono por parte de outros intervenientes que se vão sentir utilizados.

Entre estes órgãos de coordenação de Poder, ou de tentativa de coordenação de Poder, assume especial importância o Comité de Luta, dadas as suas especificidades e o grau de radicalização.

O seu aparecimento coincide com a fase de maior confrontação, a que não é alheio o movimento de soldados surgido dos meses antes do 25 de Novembro.

De inspiração conselheira, tendo como modelo os soviéticos dos primeiros anos da Revolução Russa de 1917 e os conselhos operários da Revolução Alemã de 1918-1919, o Comité de Luta fará a junção das Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e Comissões de Soldados. Será mais uma vez uma iniciativa da extrema-esquerda, onde de forma inequívoca pontifica o PRP, visível quer na similitude das palavras de ordem comuns, quer no destaque que o jornal *Revolução*, órgão central do PRP, dará a todas as iniciativas. Mais do que uma mera estrutura de coordenação de órgãos de Poder Popular, este órgão assume-se como o “motor de assalto ao poder burguês”.

O Comité de Luta terá formas de articulação direta com o COPCON o que propiciará um outro patamar de Poder, ou pelo menos de imagem de Poder. Há nesta estrutura um projeto global de sociedade. Quem aqui milita ou participa não abdicará da resolução dos problemas concretos das populações, ainda que a nível nacional a temperatura política suba todos os dias fazendo adivinhar um ponto próximo de rutura. As expectativas mais radicais de iniciativas revolucionárias recaem sobre esta estrutura, da mesma forma que sobre ela incidem certezas de resistências incondicionais face a qualquer possibilidade de retrocesso da Revolução. O aparecimento dos SUV irá ser responsável por uma maior aproximação de uma anunciada fratura, em que tudo se joga ou perde.

O Comité de Luta hegemonizará, por outro lado, alguns dos meios de comunicação da cidade como *O Setubalense* e a *Rádio Voz de Setúbal*. As constantes palavras de ordem emitidas quer pelo jornal quer pela rádio são explicitamente coincidentes com as que o PRP-BR usa nos seus comícios. As entrevistas de primeira página que *O Setubalense* publicará, a dirigentes daquele partido são inequívocas da hegemonia destes militantes naquela estrutura. O 25 de Novembro trará consigo o esmorecer irreversível deste projeto.

Não é por acaso que o CL aparece em Setúbal. A proclamada *cidade vermelha* após o 7 e 11 de Março atingia um grau de radicalidade que acelerava dia-a-dia, num processo que então era considerado imparável por aquela vanguarda ampla e audaz que testara já a sua capacidade de enfrentamento nas greves “selvagens” logo depois do 25 de Abril e na luta nas fábricas exigindo melhores condições de trabalho e melhores salários.

O percurso pelos 19 meses de Revolução, em Setúbal, passará inevitavelmente frente à Câmara Municipal. Logo em maio de 1974 tomará posse uma Comissão

Administrativa que assumirá as funções institucionais do que se designaria mais tarde por Poder Autárquico. A demissão do Presidente da Câmara nomeado pelo regime deposto, que ainda havia saudado a nova ordem democrática, no sentido de salvar o cargo, vai criar um vácuo de poder que havia a todo o custo que colmatar.

Esta Comissão Administrativa será recrutada dentro do MDS. Depressa se verá que a simpatia política dos seus membros recairá sobre o PCP.

Os gravíssimos problemas sociais que o Fascismo havia reiterada e olímpicamente ignorado apareciam agora em turbilhão. A Revolução torná-los-á inadiáveis e a urgência vai pressentir-se e acumular-se em cada dia que passa. É toda uma sociedade em mudança que está a operar de forma incontrolável ruturas sucessivas. A nova gestão camarária vai ser assumida pelos setubalenses como o Poder referencial da cidade.

À Comissão Administrativa vão ser colocadas todas as questões que estão na base do novo funcionamento urbano.

Tudo lhe passará pelas mãos, sendo certo que os membros que compunham a CA chegavam a um Poder desconhecido, em que cada decisão teria repercussões igualmente desconhecidas. Questões laborais internas, questões práticas imediatas como a desmosquitização e desratização de várias zonas da cidade, mas também surtos de greves e ocupações vão integrar a agenda pesadíssima deste novo Poder. Mas não só. A articulação com o que se passava com os sucessivos Governos Provisórios, cuja caminhada também não era fácil, vai colocar a CA num papel de moderação não consentâneo com a radicalidade que a cidade ostentava. O confronto com a direita que a pouco e pouco após a imobilidade inicial vai tentando respirar, mas também com a esquerda mais radicalizada que apoia incondicionalmente, quando não promove, formas aguerridas de reivindicação, tornam o dia-a-dia desta CA um permanente estado de autoridade periclitante que quando se afirma se situa muitas vezes em território escorregadio, a negar solidariedades transparentemente devidas.

A CA vai confrontar-se com uma “manifestação de betoneiras”, levada a cabo por construtores civis que temem o fim dos múltiplos negócios que tinham em perspectiva; vai tremer quando tem de tomar posição sobre as “negociatas” feitas com os terrenos do Vitória Futebol Clube; vai ter de fazer marcha atrás quando eclode um conflito com a Comissão de Trabalhadores, que havia tentado sanear através de processos pouco ortodoxos; vai ainda ter de substituir a presidência quando é hasteada a bandeira da União Soviética na varanda do edifício camarário, num gesto impensado de apego ao país que o PCP considerava ser um modelo a seguir; vai confrontar-se com Comissões de Moradores a quem havia negado a legitimação de ocupações; vai negar solidariedade a greves que não controla, situando-se por tudo isto num terreno entre o travão e órgão motor de prossecução de um projeto de instauração de uma nova ordem que confessa querer levar por diante. O quadro em que se movimentava não era, porém, um quadro adjuvante de ultrapassagens dos obstáculos que por toda a parte cresciam. A nível nacional também

a situação se complexifica com incêndios a sedes de partidos de esquerda no norte e radicalização revolucionária no sul. O País está dividido. Nada é pacífico, sendo que tudo é posto em causa.

Não será abusivo dizer-se que o PREC setubalense contém algumas especificidades que o tornam singular: A existência de um espaço, o Círculo Cultural de Setúbal, que vai funcionar como escola de formação política para um embrião vanguardista no movimento operário setubalense; a situação de objetiva transformação da estrutura produtiva que não prescinde de um novo proletariado, escolarizado e destemido, no seio do qual a vanguarda operária já atrás caracterizada vai atuar; a impossibilidade por parte do PCP, não obstante a sua larguíssima influência, de conter as pequenas e grandes insurreições quotidianas que davam o oxigénio à ambiência de Revolução.

O Partido Comunista saíra do Fascismo com uma aura de resistência sofrida, sendo que o engrossar de militantes nos tempos imediatamente posteriores a Abril vai acontecer de forma natural. Contudo, o PCP que militava em Setúbal não era o mesmo PCP que existia no Barreiro ou em Almada, na Lisnave. É um partido que pouco antes de 74 havia sido praticamente desmantelado pela polícia política, numa operação de repressiva sem precedentes e que se encontrava agora num processo de recuperação difuso, detendo apenas no seu quadro de militância, aquando do Golpe, meia dúzia de estudantes e alguns quadros operários. De algum modo, vai ser esta circunstância de fragilidade organizativa a que vai acrescer a audácia crescente de um movimento popular em que pontifica a extrema-esquerda, que vai colocar o PC na impossibilidade de contenção e controlo do movimento de massas. Para os comunistas viviam-se tempos de recuperação. Ocupavam-se lugares nas estruturas moribundas do aparelho de Estado. Assim sendo, da Misericórdia aos sindicatos, passando pelo Inatel ou pela Previdência, em todos os cargos suscetíveis de conferir Poder, vamos encontrar o PCP que vai aumentando de forma significativa a sua capacidade de intervenção.

Mas a ocupação do aparelho de Estado e mesmo a vitória eleitoral não são coisas comparáveis a uma verdadeira hegemonia e liderança de um movimento de massas que convictamente entende poder ir mais além. Em última análise, o ir mais além podia significar fazer a Revolução.

A “cidade vermelha” acusa a pressão deste tempo, concorrendo com a sua quota-parte para o extremar das forças fundamentais que habitam o território político. Nela vão ter lugar episódios únicos, como o 7 de Março, cujo balanço ainda hoje é polémico.

É a cidade onde a esquerda se movimenta com o à vontade próprio de quem está na sua casa; é a cidade que encontra José Afonso no dobrar da tarde no café “Tamar” em tertúlia política, na conversa animada, ou no preparar de um qualquer evento; é a cidade que se organiza nos grandes momentos de tensão, em barricadas no 28 de Setembro ou no 11 de Março; é a cidade da vigilância revolucionária, que discute, efabula, sonha e desnorteia; é a cidade em que o PCP ganha as elei-

ções, ocupa parte significativa do aparelho de Estado em recomposição e apesar disso não consegue um controlo total das greves e das ocupações; é a cidade em que uma extrema-esquerda reconhecida age e reage e prepara à luz do dia um tempo anunciado de insurreição; é, por fim, a cidade onde a trama da Revolução melhor se urde e onde melhor se sente a mudança abrupta que o 25 de Abril trouxe consigo.

A singularidade deste tempo revolucionário setubalense integra um fluxo histórico que tem uma energia própria transgressora, e mais que isso, insurrecional. Ao mesmo tempo que pulveriza os poderes que o Fascismo tentara eternizar, instaura um novo *modus vivendi*. Estes 19 meses configuram uma experiência única que Novembro não conseguiu apagar. O que se ganhou foi o produto desta ação.

Trazer estes momentos fundadores e esquecidos à casa da História é o intento fundamental deste livro. Porque é aí a sua morada.



CRONOLOGIA 1974



Tomada da sede da PIDE/DGS, em Setúbal.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal

25 DE ABRIL Durante a manhã do dia 25 de abril, surgem pequenas manifestações em vários locais da cidade, promovidas por grupos de jovens. Nessa mesma noite realiza-se no Círculo Cultural de Setúbal (CCS), uma reunião muito participada em que é decidida a ocupação das sedes da Polícia Política (PIDE/DGS) e da Legião Portuguesa.

26 DE ABRIL Após a hora de saída do trabalho centenas de pessoas começam a concentrar-se na Praça de Bocage. O jornal *O Setubalense*, de 29 de abril, num artigo assinado por Rogério Severino, noticia o acontecimento: “Dezanove horas na Praça de Bocage, repleta de uma multidão compacta, quase ainda incrédula com o momento que estava a passar. Homens de todas as idades, mulheres e crianças, rostos crispados de anos de suor, canseiras e privações. (...). Respirava-se uma atmosfera diferente: o

povo estava lá. Aguardando. E nem a chuva foi capaz de dispersar as gentes. Nada é suficiente para fazer calar as pessoas que querem ser livres. (...). Empunhando imensos cartazes, onde se podia ler “O povo quer o julgamento dos crimes da PIDE”, “Fim à Guerra”, “Viva a Liberdade”, “Vivam as Forças Libertadoras”, “Abaixo a PIDE assassina”, e tantos outros (...). Em frente ao edifício da Câmara Municipal, encerrado, deram-se vivas. Depois percorreram-se as ruas. Frente ao Quartel do Regimento de Infantaria 11, e DRM, entoou-se *A Portuguesa* e saudaram-se os militares”.

A manifestação prosseguiu ao longo da Avenida Luísa Todi até ao Largo da Fonte Nova (Praça Machado Santos) onde algumas pessoas se dirigiram aos manifestantes. Posteriormente passou pela Avenida dos Combatentes e terminou no antigo Largo da Ribeira Velha (Largo Dr. Francisco Soveral).



Militares do Quartel do 11.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal

- Um grupo de trabalhadores do Sindicato dos Químicos ocupou a sede do Sindicato e destituiu a direção, assinando uma ata em que se responsabilizava pela gestão do Sindicato até à realização de eleições.

27 DE ABRIL A sede local da PIDE/DGS é ocupada com a ajuda de alguns fuzileiros do Quartel de Vale de Zebro.

O repórter do *Diário de Lisboa* destaca o acontecimento: “Manifestando a sua repulsa pelos crimes praticados pela PIDE/DGS, a população desta cidade acompanhou em massa as operações de desativação no edifício daquela execranda organização. Não obstante os pedidos de calma, um indivíduo visto nas imediações e identificado como sendo um elemento daquela polícia, foi violentamente agredido pelos populares, tendo sido protegido pelos militares, que o conduziram ao Hospital de S. Bernardo.

Várias pessoas da zona, testemunhando a sua simpatia pelas Forças Armadas, ofereceram aos militares, durante a noite, café, guloseimas e cigarros”.

28 DE ABRIL Um grupo de trabalhadores metalúrgicos escolheu uma Comissão Pré-eleitoral, com o objetivo de ativar a normalização da vida do sindicato e promover eleições.

- As colunas militares que participaram em Lisboa no golpe-de-Estado, ao passarem por Setúbal, foram calorosamente vitorizadas por centenas de populares, tendo-lhes sido oferecidas flores, cigarros e outras prendas.

29 DE ABRIL Forças militares ocupam as instalações onde funcionavam, em Setúbal, a Legião Portuguesa.

O *Setubalense* reportando-se a esta ocupação refere que “Na LP, além de peças de mobiliário

A desactivação da sede da DGS em Setúbal

SETUBAL — Manifestando a sua repulsa pelos crimes praticados pela PIDE/GNR, a população desta cidade acompanhou em massa as operações de desactivação no edifício daquela execranda organização. Não obstante os pedidos de calma, um indivíduo visto nas imediações e identificado como sendo um

elemento daquela polícia, foi violentamente agredido pelos populares, tendo sido protegido pelos militares, que o conduziram ao Hospital de S. Bernardo.

Várias pessoas da zona, testemunhando a sua simpatia pelas Forças Armadas, ofereceram aos militares, durante a noite, café, guloseimas e cigarros.

e arquivo foi apreendida grande quantidade de armamento pertencente àquela organização de apoio ao regime deposto”.

- Plenário dos Trabalhadores dos Empregados de Escritório do Distrito de Setúbal para preparar eleições democráticas. A convocatória apela à participação de todos os profissionais, afirmando que “juntos faremos um sindicato livre ao serviço dos trabalhadores”.

- Reunião do Sindicato dos Motoristas para preparar o futuro do sindicato. Na convocatória é feito um apelo à comparência de “todos os elementos da classe” na sede do sindicato “com vista a tratarmos dos problemas relativos aos nossos interesses, contribuindo assim para a luta geral dos trabalhadores portugueses”.

30 DE ABRIL O *Diário de Lisboa* noticia que “um grupo de democratas de Setúbal veio, através de um dos seus membros, entregar ao nosso jornal a seguinte informação: “Atentos ao desenrolar dos recentes acontecimentos, e pon-

do as suas esperanças na via aberta pelo Movimento das Forças Armadas, um grupo de democratas de Setúbal deliberou reunir-se num encontro de confraternização e troca de ideias, modalidade que se apresenta como um tipo de ação importantíssima no esclarecimento político e social, tão necessário à construção de uma sociedade em que cada homem, personalizado e humanizado, possa realizar-se como tal, no contexto societário em que se insere. O encontro que se projeta para o próximo dia 1 de maio, a partir das 21 e 30, num restaurante a designar, conta com cerca de 80 inscrições, incluindo a de alguns conhecidos companheiros democratas. Pela limitação de espaço e, portanto, do número de inscrições, aqui fica o público Convite para que se dirijam, nesse sentido, ao secretário do encontro Daniel Mendes. Pela liberdade e pela democracia Viva Portugal!”

1 DE MAIO O MDS organiza uma manifestação, durante a tarde, seguida de comício na Praça de Bocage. À noite é promovido um outro co-



Manifestação 1.º de maio, na Av. Luísa Todi, a passar frente ao antigo Hotel Esperança.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal



Manifestação 1.º de Maio de 1974.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal

mício, no Pavilhão do Naval: “O povo, desde manhã, veio para a rua numa alegria desmedida. Carros apitando, flores e sorrisos por todos os lados. O “V” de Vitória feito com os dedos era uma constante. Pelas 15 horas foi a grande concentração no largo de Bocage onde, da va-

randa dos Paços do Concelho, se emitiram frases alusivas ao momento (...). Dísticos com as mais variadas frases, bandas de música, bandeiras de sindicatos (...). Os manifestantes percorreram depois algumas ruas, voltando ao largo de Bocage.

À noite, no pavilhão do Clube Naval, realizou-se um comício onde interveio (...) o cantor José Afonso, terminando com todo o povo a entoar, em coro com o cantor, a “Grândola Vila Morena”.

2 DE MAIO Uma Assembleia geral do Sindicato dos Caixeiros do Distrito de Setúbal demite a antiga direção. A assembleia nomeou uma comissão provisória até à realização de eleições. Fica igualmente encarregue de reestruturar o sindicato.

3 DE MAIO O Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, nomeado pelo Governo presidido por Marcello Caetano (1906-1980), envia um te-



Manifestação 1º de Maio de 1974.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal



Manifestação 1º de Maio de 1974.
Abílio Ferreira a dirigir-se aos manifestantes.

Coleção Abílio Ferreira.

ENCONTROS ALEGRES

Na varanda dos Paços do Concelho pudemos presenciar verdadeiras explosões de alegria, entre todos os democratas presentes. Abraços, palmas e até lágrimas. Como nota dominante, a chegada de Jorge Luz, exilado em França, e Adilo Costa, candidato pela CDE nas últimas “eleições” e que recentemente saiu do cárcere da ex-PIDE/DGS em Caxias. E muitos outros.

Foi extraordinariamente belo ver a presença de muitos homens que, pelo seu amor à Pátria e ao povo, tiveram de fugir e sofrer. Felizmente passou.

Reportagem de Rogério Severino in *O Setubalense* de 3 de maio de 1974



Comício no Pavilhão do Naval, 1.º de Maio de 1974.

Arquivo Associação José Afonso



O Setubalense, 3 de maio 1974.

Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal



Comício no Pavilhão do Naval, 1.º de Maio de 1974.

Arquivo Associação José Afonso

legrama de apoio à Junta de Salvação Nacional em que afirma “estar consciente da grandeza histórica do momento que Portugal atravessa”.

4 DE MAIO Os trabalhadores da recolha do lixo iniciam uma paralisação que se prolonga durante vários dias até que viram satisfeitas as suas reivindicações por parte da Comissão Ad-

**SINDICATO NACIONAL DOS CAIXEIROS
E PROFISSÕES SIMILARES
DO DISTRITO DE SETÚBAL**

Av. 5 de Outubro, 121-1.º Setúbal

ANÚNCIO

Comunica a todos os caixeiros abrangidos por este Sindicato que a Direcção leva a efeito, hoje, dia 2 de Maio, pelas 21.30, uma reunião na Delegação da FNAT, na Praça da Republica, em Setúbal, a fim de manifestarmos o nosso inteiro apoio ao Movimento das Forças Armadas.

ministrativa da Câmara. Para além do aumento dos salários diários, passarão a receber trinta dias por mês. A remuneração das horas extraordinárias teve um acréscimo sobre os valores estabelecidos “durante o período de emergência para a apanha do lixo em atraso”.

- Os presidentes dos sindicatos operários da indústria de conservas do Porto, Leiria, Setúbal e Faro reuniram com os grêmios dos industriais de conservas de peixe do Norte, Centro, Setúbal, Barlavento e Sotavento algarvio para reverem, em conjunto, as tabelas salariais para a referida indústria. Acordaram, igualmente, em saudar o MFA.

- Reunião dos enfermeiros do Hospital de Setúbal com o objetivo de formar uma delegação distrital do sindicato. Foi também discutida a unificação dos vários sindicatos da profissão.

- Os trabalhadores do estaleiro naval da Setenave paralisaram e impõem salários mais altos. A administração da empresa satisfaz as exigências dos operários.

- Os trabalhadores da transportadora João Cândido Belo ensaiaram uma forma de luta

original a qual consistiu na recusa de cobrarem bilhetes, continuando a prestar todos os serviços aos utentes, de forma gratuita. Ao fim do segundo dia, a administração atendeu as pretensões dos trabalhadores.

- Os trabalhadores da PROPAN e SIPAVEL, depois de alguns dias de negociações, viram as suas reivindicações satisfeitas.

- Por sua vez, centenas de trabalhadores de vários sectores da Administração Pública reuniram em frente do Quartel de Infantaria 11, apresentando um caderno reivindicativo ao delegado da Junta de Salvação Nacional (JSN).

5 DE MAIO Reunião dos trabalhadores do Hospital Distrital de Setúbal. Exigem não só que a Administração daquele deixe de estar a cargo da Santa Casa da Misericórdia local, mas também a demissão do diretor clínico.

6 DE MAIO Reunião plenária dos professores do concelho de Setúbal, no Ginásio da Escola Industrial e Comercial de Setúbal. Foi aprovado um vasto caderno reivindicativo.

7 DE MAIO Reunião de trabalhadores metalúrgicos, no Clube Naval Setubalense. A Comissão “ad-hoc”, constituída aquando da tomada do sindicato, deu informações sobre o andamento das negociações do contrato coletivo de trabalho. Foi eleita uma Comissão Diretiva Provisória, constituída por 20 membros das principais empresas do setor, com vista à dinamização de um processo eleitoral democrático.

- Os motoristas de táxi de Setúbal enviaram um telegrama a “saudar calorosamente a Junta de Salvação Nacional e a apoiar o programa por ela estabelecido”. Aproveitaram para enumerar os problemas da classe e pedir “que as licenças de

ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL, DE 8 DE MAIO DE 1974, NOMEADA POR MARCELLO CAETANO

Aos 8 dias do mês de maio de 1974, na sala das Sessões dos Paços do Concelho de Setúbal, pelas 21:30 horas, realizou-se a reunião semanal da Câmara Municipal do mesmo concelho, sob a Presidência do Exmo. Sr. Dr. Manuel José Constantino de Goes estando presentes, além do Sr. Vice-Presidente Dr. João Mendes de Matos, e a Vereadora Sra. D. Maria Ângela Alves de Sousa Craveiro Parreira da Gama, e os Vereadores Srs.: Fernando Batalha Pedrosa, José Maria da Silva Belo e José Fernando da Silva Rosa Mendes. Não compareceram os Vereadores Srs.: Eng. Artur Fernando Sentieiro Marques e Dr. Luís da Conceição Serra Pinto.

Aberta a reunião foram julgadas justificadas as faltas dos Srs. Vereadores e aprovada, por unanimidade, a ata da reunião anterior, com dispensa da sua leitura, em virtude do respetivo texto haver sido previamente distribuído aos membros presentes, de conformidade com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21-11-63.

Lembrou o Sr. Presidente que na última quarta-feira não se realizou a reunião semanal deste corpo administrativo em virtude desse dia ter coincidido com o dia 1.º de Maio, feirado nacional.

Disse o Sr. Presidente que, apesar de certamente ser do domínio público, até por ter sido publicado nalguns jornais já no último domingo, não queria deixar de dar conhecimento nesta reunião pública de que, em reunião em que estiveram presentes o Presidente, o Vice-Presidente e todos os Vereadores desta câmara municipal resolveram os mesmos enviar a S. Exa o General António de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional, um telegrama nos seguintes termos:

(...)

1. Por unanimidade, deliberou a Câmara ratificar a decisão oportunamente tomada pelo Sr. Presidente que permitiu a entrega de uma taça ao Clube do Pessoal da Siderurgia Nacional, para ser disputada no seu IV Grande Torneio Aberto de Ténis de Mesa, e, bem assim, autorizar o pagamento da mesma.
2. Através da carta registada sob o n.º 3 475, tomou a Câmara conhecimento de ter a Direção do Clube Naval Setubalense comunicado que na reunião da sua Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18 de março findo, fez exarar um voto de louvor a esta Câmara Municipal, por todas as facilidades concedidas para bom funcionamento das suas atividades.
3. Segundo informação prestada pelos respetivos serviços, foi tomado conhecimento de que, durante o mês de Abril findo, foram analisados 171 561 litros de leite, sendo 156 561 litros apresentados pela região e 15 000 pela Cooperativa.
4. No uso da palavra, o Vereador Sr. José Fernando da Silva Rosa Mendes disse que apesar de por várias e repetidas vezes se ter referido em reuniões da Câmara, à necessidade de se proceder a uma rápida limpeza de algumas lixeiras existentes na cidade, tipo da que neste momento ainda de encontra na parte poente da Rua General Daniel de Sousa, junto ao

muro antes da Rua Alves da Silva, novamente propunha que fosse determinado que, mesmo com sacrifício de outros trabalhos, os Serviços de Higiene e Limpeza efetuem o levantamento dessas lixeiras até ao próximo dia 15 do corrente.

5. Acrescentou que, no caso de, até a essa data, tal levantamento não tiver sido efetuado deverá ser presente à Câmara um relatório circunstanciado do motivo impeditivo, relatório que será apreciado em reunião.
6. Sobre este assunto, informou o Sr. Vice-Presidente que tinha sido dada ordem na última sexta-feira para serem realizados os trabalhos a que o Sr. Vereador se referia, mas que, por ter sugerido, inesperadamente, um outro serviço de maior urgência – limpeza de esgotos que corriam à superfície na zona da Cova do Canastro – teria sido essa a razão do atraso na execução do trabalho de remoção dos lixos a que o Sr. Vereador se referia. Este, porém, manteve o seu ponto de vista no que dizia respeito à apresentação, pelos serviços responsáveis, do relatório a que se referia.
7. Seguidamente, o Sr. Presidente disse que desejava dar conhecimento à Câmara de que iria amanhã pedir a exoneração do seu cargo.
8. Era com emoção que o dizia. Depois de se manter, quase há 11 anos, no exercício das suas funções, julgava que, pela orientação seguida, as vinha desempenhando com o assentimento geral da população da sua terra. Ao saber, porém, que andam, de mão-em-mão, listas onde se colhem assinaturas que pedem a sua demissão logo fizera o propósito de deixar o lugar. É certo que ocupara um cargo que não pretendia e de que só poderia ser destituído pelo Governo, mas não hesitara em tomar esta resolução para que tudo se fizesse com o menor prejuízo para a Cidade.

Sempre tivera em vista contribuir para o progresso da sua terra e para que nela houvesse paz. De modo algum queria ser agora considerado um estorvo, sob tais aspectos.

Por conversas havidas com o Sr. Vice-Presidente, sabia que este seu colaborador o acompanhava, pedindo igualmente a sua exoneração. Se bem que não fosse dado a fazer elogios, não podia, neste momento, deixar de lhe agradecer pelo menos toda a lealdade de que sempre lhe dera as melhores provas.

Os senhores Vereadores eram, na Câmara, os representantes do povo; não lhe competia, pois, agradecer-lhes a colaboração prestada.

Finalmente, na pessoa do Chefe da Secretaria, que aqui figurava o pessoal da Câmara, agradecia a colaboração que, sem fugir a sacrifícios e apesar das suas baixas remunerações, sempre lhe tinham prestado. A todos dirigia o seu “muito obrigado”.

Nada mais tinha a dizer.

Com a mesma simplicidade com que assumira o cargo o ia deixar.

E não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião pelas 22:10 horas.

PROPOSTAS APROVADAS NO PLENÁRIO DE PROFESSORES, DE 6 DE MAIO DE 1974

1. Que seja exigida a imediata demissão do Diretor da Escola Preparatória de Bocage (Setúbal), Dr. Maurício Pinto da Costa;
2. Pagamento de férias a todos os professores;
3. Extinção das atuais Escolas do Magistério Primário e criação de Escolas Normais Unificadas a nível do Ensino Superior;
4. Equiparação imediata dos vencimentos para todos os professores do Ensino Básico;
5. Regresso dos professores afastados por motivos políticos e apurar das responsabilidades que deram origem ao seu afastamento;
6. Abolição imediata do Exame de Estado;
7. Que, em virtude das suas ligações bem conhecidas com o regime fascista, seja demitido do cargo de Diretor Escolar do Distrito de Setúbal, Carlos Monteiro, que nomeadamente é o diretor do «Distrito de Setúbal», órgão ligado à extinta A.N.P.;
8. Revisão das condições de trabalho do Professor-Estudante;
9. A) Que seja estudada a possibilidade de reforma aos trinta anos de serviço, para os funcionários que tenham já vinte ou vinte e cinco anos de exaustivo serviço profissional;
10. B) Que seja estudada a idade ideal de reforma para os restantes funcionários;
11. Revisão das condições de trabalho da mulher no que diz respeito ao prolongamento do período pré e pós-natal, de um para três meses;
12. Aumento imediato de vencimentos;
13. Concessão de subsídio de férias para todos os professores.

CARTA ENVIADA PELO PROVIDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL AO PRESIDENTE DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Exmo Sr. Presidente da Junta de Salvação Nacional:

A mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal afirma à Junta de Salvação Nacional o seu melhor propósito de uma sincera e leal colaboração no âmbito das suas responsabilidades, na sua defesa do Bem Comum e nos interesses superiores de todos os Portugueses, formulando sinceros votos pela realização plena do programa defenido pelo Movimento das Forças Armadas para que conquiste a Paz e o respeito pela dignidade de toda a pessoa Humana. Pela mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setubal :

O Provedor:

João da Maia Barbosa

Setúbal 7, de maio de 1974

táxis não sejam atribuídas arbitrariamente”, à semelhança das que ocorreram antes de 25 de Abril de 1974.

- Plenário dos trabalhadores da construção civil nas instalações da FNAT. O elevado número de participantes obrigou a que a reunião se realizasse ao ar-livre, na Praça da República.

8 DE MAIO Ocupação de algumas casas no Bairro Marcello Caetano (hoje Humberto Delgado) por moradores da Cova do Canastro (bairro de barracas, hoje 1.º de Maio). Nos bairros de Nossa Senhora da Conceição e Fundação Salazar (hoje 25 de Abril) as casas ocupadas encontravam-se inabitadas, algumas delas ainda em construção.



Manifestação de moradores.

Fotografia de Joaquim Canelas

- Cerca de quatro mil trabalhadores da construção civil entraram em greve, no complexo turístico de Tróia. O trabalho foi interrompido logo pela manhã, quando os operários se reuniram junto dos escritórios centrais, com o objetivo de serem recebidos pela Administração a quem expuseram as suas reivindicações.

- Reúne pela última vez o executivo camarário, presidido por Manuel Góis.

9 DE MAIO O presidente da Câmara, Manuel Constantino de Góis apresenta a demissão que é aceite.

- Reunião dos pescadores, no salão da FNAT. Foi eleita a Comissão Instaladora do Sindicato Livre dos Pescadores de Setúbal.

- Plenário dos trabalhadores do Entrepósito Industrial de Automóveis para analisar os problemas da empresa.

10 DE MAIO Assembleia geral do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal, realizada nas instalações da FNAT, com o objetivo de eleger os novos corpos gerentes.

11 DE MAIO Um numeroso grupo de professores e encarregados de educação, reunidos

na Escola Preparatória de Bocage, de Setúbal, endereçaram um telegrama à Junta de Salvação Nacional, no qual pedem a “atenção e solução urgente para o angustioso problema da carência de edifícios escolares na cidade”.

13 DE MAIO Concentração de grande número de trabalhadores da Setenave junto à Escola de Formação. Deste plenário resulta a elaboração de um caderno reivindicativo determinando a entrada em greve.

14 DE MAIO O *Diário de Lisboa* noticia: “Foi eleita no recente encontro do Movimento Democrático Português a respetiva Comissão Central.” De Setúbal ficaram Marcos Antunes, Adriano da Encarnação, Hélder Madeira e Álvaro Monteiro.

15 DE MAIO O delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Ministério do Interior nomeia a Comissão Administrativa da CMS.

- Reunião de pais onde é apontada a “grave carência de creches e jardins-de-infância no Distrito de Setúbal, onde a maior parte das crianças filhas de pais trabalhadores não têm infantário ou jardim-de-infância onde ficar”.

16 DE MAIO Tomada de posse da Comissão Administrativa, no Governo Civil do Distrito de Setúbal.

17 DE MAIO Os cristãos da região pastoral de Setúbal, reunidos em Assembleia, decidiram enviar um telegrama ao Cardeal Patriarca pedindo a revogação da Concordata, por considerarem que a Igreja não deveria ter qualquer situação de privilégio.

18 DE MAIO Aparecem várias pichagens na cidade contra a linha editorial do jornal *O Setu-*



Manifestação da Setenave.

Foto do livro de Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois*.

balense, rotulando-o de “fascista” e apelando ao seu boicote. Destacam-se, entre outras, as seguintes frases: “*O Setubalense* é um jornal de antes do 25 de Abril”, “Não compres *O Setubalense*”, “*O Setubalense* é CIA”.

20 DE MAIO Reunião dos trabalhadores da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal, com o objetivo de coordenar as reivindicações dos trabalhadores da Previdência, pretendendo-se “a atualização de salários e a igualdade de direitos a nível nacional”.

24 DE MAIO Realiza-se a primeira reunião pública ordinária da Comissão Administrativa da CMS.

- *O Setubalense* denuncia várias pressões no sentido de intromissão na linha editorial do jornal.

25 DE MAIO Assembleia geral do Sindicato Nacional dos Motoristas do Distrito de Setúbal, onde foi eleita uma Comissão Diretiva que ficou a gerir o Sindicato até à eleição de uma futura Direção.



Pichagens contra *O Setubalense*.

Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal

JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Declaração:

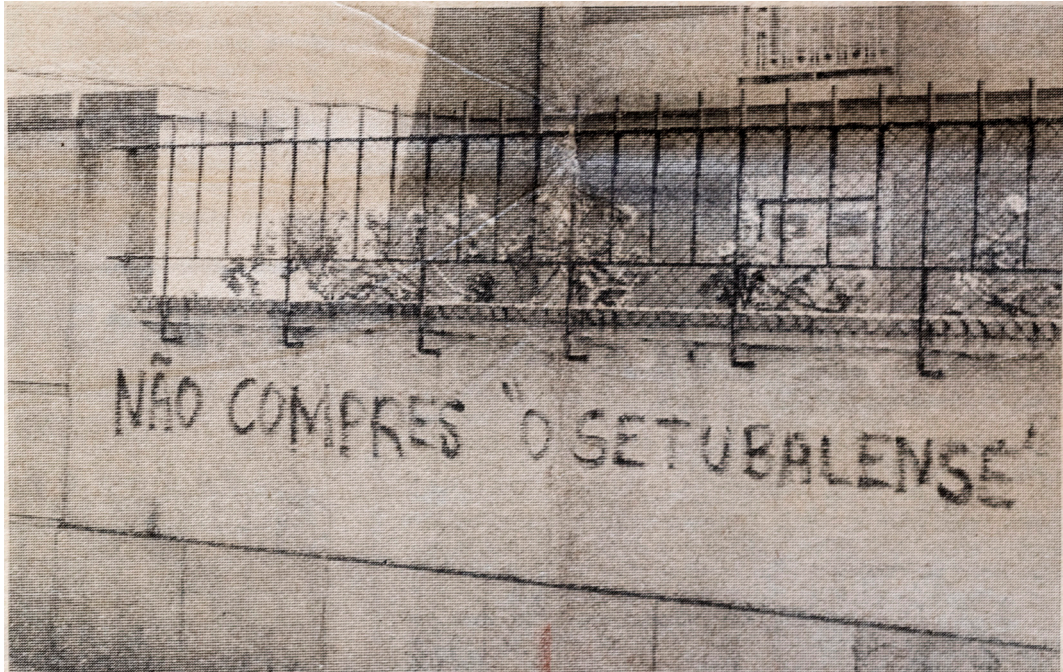
A fim de esclarecer quaisquer dúvidas declara-se que José Manuel da Silva Sousa, com o BI n.º 45458 de 24 /7/70 do Arquivo de Identificação de Lisboa, não consta dos agentes da extinta D.G.S.

Por ser verdade, se passou a presente declaração, que pelo facto apontado, confere ao seu possuidor o direito de transitar em completa liberdade e não ser molestado.

Lisboa, 18 de maio de 1974.

O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS

(Segue a assinatura e selo branco da Junta de Salvação Nacional)



Pichagens contra *O Setubalense*.

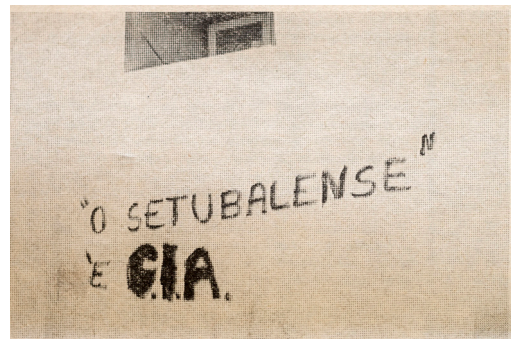
Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal

26 DE MAIO A Praça de Touros Carlos Relvas acolhe o primeiro grande “Canto Livre” realizado em Democracia. Participam José Afonso, Francisco Fanhais, Ary dos Santos e o fadista setubalense Joaquim Lourenço.

27 DE MAIO Plenário dos trabalhadores da Junta Autónoma do Porto de Setúbal onde é elaborado um caderno reivindicativo a apresentar à Direção Geral de Portos.

– Uma Comissão Provisória Representativa dos Professores pede “a demissão de alguns professores do ensino primário comprometidos com o regime fascista”.

29 DE MAIO Reunião dos Bombeiros Sapadores, onde é apresentado um caderno reivindicativo à Câmara. É eleita uma Comissão Administrativa e exige-se a demissão do Comandante.



Pichagens contra *O Setubalense*.

Hemeroteca da Biblioteca Pública de Setúbal

– Início da luta da PROPAM. Os trabalhadores exigem o pagamento dos vencimentos, o saneamento total da Administração e a nomeação, pelo Governo, de uma nova Comissão Administrativa.

31 DE MAIO Delegados sindicais de várias escolas de Setúbal participam numa reunião de professores de todos os graus de ensino na Es-

1.ª ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CMS

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e quatro na sala das Sessões dos Paços do Concelho de Setúbal, realizou-se a primeira reunião pública ordinária da Comissão Administrativa do Município de Setúbal que foi nomeada por Portaria de quinze do corrente mês, do Excelentíssimo Delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Ministério do Interior e que tomou posse no dia imediato, no Governo Civil deste Distrito, conforme consta do respetivo auto. A referida Portaria veio a ser publicada no *Diário do Governo* no dia vinte e três.

Constituem a referida Comissão, o primeiro como presidente e os restantes como vogais, os senhores: Júlio Severino Marques dos Santos (industrial), Alberto Manuel de Sousa Pereira (agente técnico de eletricidade e máquinas), Francisco Leonel Rodrigues Lobo (empregado fabril), Doutora Maria Odete dos Santos Costa (advogada), Doutor Mário José Brandão Ferreira (economista), Renato Custódio Nogueira (arquiteto) e Vítor Zacarias da Piedade Sousa (Chefe da Secção Fabril). Esclareceu o Senhor Presidente que, apesar de não parecer razoável e preceituado no *Código Administrativo*, que não permite intervenções do público na discussão dos assuntos tratados nas reuniões das câmaras municipais, lhe parecer preferível que, entretanto, se seguisse o que está fixado por lei.

Era certo que surgira a dúvida quanto à aprovação da referida ata mas, em face do disposto no artigo trezentos e cinquenta e quatro e seu parágrafo segundo do *Código Administrativo*, parecia que a melhor solução seria a que foi adotada, tanto mais que tal aprovação não impediria a Comissão de revogar ou alterar qualquer das deliberações que dela constassem.

Primeira - No intuito de proporcionar ao público uma hora em que mais facilmente pudesse assistir às reuniões desta Comissão Administrativa, que as mesmas, de futuro, se efetuassem às vinte e uma horas e trinta minutos de todas as sextas-feiras o que seria devidamente anunciado.
Segunda - Que o restante pessoal (varredores, apanhadores de lixo e guardas) pedem cinco mil escudos mensais, livres de descontos.

Terceira – Que pedem trinta dias de férias por ano.

Quarta – Em que pedem que lhes seja mantido o décimo terceiro mês e lhes seja concedido o subsídio de férias (um mês de ordenado).

Quinta – Em que o pessoal assalariado pretende ainda, receber o ordenado até ao último dia do mês a que o mesmo disser respeito.

Foi deliberado que o seu conteúdo seja estudado.

Para encerrar este assunto, disse o Senhor Presidente que era com muito gosto que desejava informar que todo o pessoal vem prestando a melhor colaboração e manifestar o seu reconhecimento pela forma como aceitou as soluções a que já foi possível chegar.

Sobre o assunto a que se vem fazendo referência disse o Senhor Presidente que sobre ele tinha sido publicado um comunicado do teor seguinte:

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal na sua primeira reunião em dezasseis de maio de mil novecentos e setenta e quatro, deliberou por unanimidade atender as reivindicações do pessoal de Higiene e Limpeza por se enquadrarem no espírito da lei.

Mais deliberou que se considerasse abrangido pela mesma decisão o pessoal cujo vencimento estava equiparado ao daqueles trabalhadores.

A Comissão Administrativa manifestou o seu apreço pelo equilíbrio da proposta apresentada, dado o espírito de colaboração demonstrado pelos referidos trabalhadores dispostos a construir o futuro do concelho.

24 de maio de 1974

HO MOVIMENTO DO SUL



O regime fascista que durante quase 50 anos oprimiu e espoliou desenfreadamente o nosso povo, e em particular os trabalhadores, é responsável por monstruosos crimes entre os quais se conta o assassinato de muitos daqueles que à luz pelo Plo e pela Liberdade dedicaram a sua vida. O povo português nunca esquecerá os seus nomes e o seu exemplo.

Em Maio de 1954 foi assassinada a tiro a operária agrícola de Bealeão, Catarina Eufêmia. Nesse ano, como em anos anteriores, os camponeses de Bealeão tinham por jornas mais elevadas que lhes permitissem uma vida que não fosse de autêntica miséria e de fome. Diante a recusa dos agrários que, na ânsia de lucros sempre e sempre maiores, não quiseram atender à suas justas reivindicações, decidiram os camponeses entrar em greve. O agricultor Dr. Fernando Nunes, para poder continuar a pagar jornas de fome, e não conseguindo quebrar a firme unidade e determinação dos camponeses de Bealeão, chamou então um rancho de fora. Informado pelos seus companheiros da luta que estes travavam, de pronto este rancho abandonou o trabalho. Só o retomando quando a isso obrigado pela G. N. R.

O povo de Bealeão, certo da inteira justiça das suas reivindicações, não se deixou contudo intimidar e concentrou-se todo (mais de 1500 pessoas) para voltar a falar com o rancho. Mas a G. N. R. de Beja de armas apontadas, comandada pelo tenente Carrajola e levada pelo agrário, impediu a passagem. Um grupo de 10 mulheres acabou contudo por poder passar. Catarina Eufêmia, membro do Comité Local do Partido Comunista Português e que sempre se encontrava à frente das suas companheiras na luta pelas suas reivindicações, fazia parte desse grupo. A uma pergunta do farragoso tenente Carrajola, Catarina, mãe de três filhos e órfã de outro, respondeu: «O que eu quero é pão para matar a fome dos meus filhos». Três tiros foram a resposta imediata do assassino.

No próximo dia 19 de Maio faz 20 anos que Catarina Eufêmia foi assassinada. Nunca, ao longo destes anos de dura luta contra o fascismo, o nosso povo esqueceu o exemplo de dedicação e firmeza desta corajosa operária agrícola de Bealeão. O seu nome passou a ser um dos símbolos da luta dos trabalhadores portugueses e das mulheres portuguesas e tornou-se conhecido mesmo internacionalmente.

Nesta hora tão importante da vida do nosso país em que se toma indispensável a unidade e a luta de todo o povo português — incluindo as forças armadas patrióticas que derribaram o governo fascista — em torno das suas grandes aspirações para esmagar o fascismo para sempre e conquistar a verdadeira democracia, para liquidar o colonialismo e acabar com a guerra, para libertar o país do poder dos monopólios e do imperialismo estrangeiro, esportistas os trabalhadores e restantes camadas laboriosas do Sul para que o próximo dia 19 de Maio seja uma grande jornada de homenagem a Catarina Eufêmia.

Que esse dia seja marcado por todo um conjunto de iniciativas que fortaleçam a unidade dos trabalhadores e de todo o povo na luta pela Liberdade, pelo fim da guerra, pela Independência Nacional e por uma Vida Melhor!

Maio de 1974

A Direcção da Organização Regional do Alentejo e Algarve do Partido Comunista Português

EM FRENTE PELO DESMANTELAMENTO DO APARELHO DE ESTADO FASCISTA

O regime fascista caiu, mas o fascismo ainda domina vários sectores da vida pública e privada do país.

Só a acção vigilante e decidida de todos os democratas, pode conduzir ao efectivo saneamento dos relictos fascistas existentes.

A administração regional e local, constituída desde sempre, emia das armas mais poderosas do regime deposto para incutir nas populações falsos conceitos de vida pública e submeter-las às arbitrariedades da ditadura.

A democratização do país, tem de passar inevitavelmente pela democratização da vida administrativa.

Assim, a demissão imediata de todas as pessoas, nomeadas ou falsamente eleitas durante o fascismo, para a Junta Distrital, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Regedorias, e a sua substituição por comissões directivas escolhidas em assembleias democráticas até à realização de eleições livres e honestas, é uma tarefa a levar a cabo sem demora pelas forças democráticas.

A mesma acção de saneamento político deve ser conduzida onde quer que a reacção esteja instalada; nas forças armadas, forças policiais, nos Sindicatos, Casas do Povo, Casas dos Pescadores, colectividades, conselhos de administração, Directorias, Rectorias, instituições de Providência, etc., estendendo-se aos funcionários corrompidos e que persistem em fazer o jogo do fascismo.

A escolha do Governador Civil e do Governador Civil substituto, cargos políticos de maior importância para o desmantelamento de toda a máquina regional fascista, terá de ter em conta a opinião das forças democráticas do distrito, com relevo para o Movimento Democrático, uma das organizações mais profundamente enraizadas nas massas populares.

Tal escolha, deverá ocorrer obrigatoriamente sobre pessoas cujo passado de luta anti-fascista, convicções democráticas e dedicação à causa da emancipação do povo, não ofereçam quaisquer dúvidas e constituam uma garantia para a resoluta liquidação dos restos do fascismo.

EM FRENTE PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS!

1-6-74

A COMISSÃO EXECUTIVA DO
MDP-MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO DISTRITO DE SETÚBAL

cola Preparatória do Feijó - Almada, com o objetivo de dinamizar o trabalho sindical no Distrito de Setúbal.

- Comunicado do Movimento Democrático de Setúbal, a convocar a população da Freguesia da Anunciada para um plenário, com o objetivo de eleger a respectiva Comissão Democrática.

1 DE JUNHO Comunicado da Comissão Executiva do MDP apelando ao Governo que escolha um Governador Civil capaz de desmantelar toda “a máquina regional fascista”.

3 DE JUNHO O MDP convoca reunião na freguesia de São Sebastião para a eleição de uma “Comissão Democrática”, a funcionar paralelamente à Junta de Freguesia.

- Inicia-se o processo de recenseamento com vista às eleições de 1975.

5 DE JUNHO Os auxiliares de enfermagem do Centro de Saúde de Setúbal subescrevem um comunicado dirigido a todos os seus colegas do País, em que referem os seus problemas, propondo: “1.º Extinção imediata dos cursos de auxiliares de enfermagem; 2.º Criação de um único Curso Básico de Enfermagem equivalente ao Curso Geral atual; 3.º que aos atuais Auxiliares de Enfermagem seja dada a designação de Enfermeiros desde que tenham pelo menos desempenhado cinco anos de profissão”.

7 DE JUNHO Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), militante católico e dirigente do MES, dinamiza uma sessão de esclarecimento no Stella Maris, onde afirma: “Os cristãos têm de passar de instrumentos de opressão a agentes da libertação”.

- A CA da CMS delibera que a “Biblioteca, de futuro, adquira apenas as seguintes revistas e jornais: *Diário de Notícias, Bola, República, Jornal*

do Fundão, Notícias da Amadora, Ávante, Setubalense, Notícias de Setúbal, Seara Nova e Vértice.

A propósito dos subsídios a atribuir às coletividades sugere: “Haverá que renunciar ao “vestuário” burguês, luxuoso e dispendioso com que se vestiam as atividades culturais e recreativas. Porque esse “vestuário”, porque essa ostentação, são hoje um entrave à democratização dessas atividades. A cultura será mais direta, chegará mais ao povo, se aparecer na sua nudez”.

10 DE JUNHO O grupo musical “Apollo Stars” dá um concerto no Quartel do 11.

– Os trabalhadores da SOCEL dão uma conferência de imprensa para informarem a população sobre a situação que se vive na fábrica.

11 DE JUNHO A Delegação Pró-Sindical da Junta Autónoma do Porto de Setúbal promoveu, nas instalações da FNAT, uma sessão de esclarecimento político, dedicada aos seus trabalhadores, com a colaboração do Partido Socialista. Lopes Cardoso (1933-2000), um dos dirigentes socialistas presentes, afirmou: “Os bens de produção têm que passar a pertencer às pessoas que trabalham com eles”.

12 DE JUNHO Os trabalhadores do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal enviam uma exposição ao Ministro da Justiça, contendo um vasto caderno reivindicativo.

– É saneada a antiga Direção do Clube Recreativo da Palhavã. É nomeada uma Comissão Administrativa, com intenção de fazer do Clube um Centro Social.

14 DE JUNHO Os empresários do sector da construção civil promovem uma manifestação na Praça de Bocage contra o que consideravam

ser a tomada do poder pelo PCP. Dezenas de máquinas ocupam aquele espaço a que se juntam centenas de trabalhadores dessas empresas. Ficou conhecida pela manifestação das “betoneiras”.

15 DE JUNHO Sessão de “canto livre” no Clube Naval Setubalense promovida pelo PCP. Participaram Carlos Paredes, Fernando Alvim, Luísa Bastos, Manuel Correia e Ary dos Santos.

17 DE JUNHO Reunião de um grupo de empregadas domésticas, na sede do MDP, na perspectiva de virem a criar um sindicato.

– A União dos Sindicatos do Sul divulga um comunicado no qual alerta os trabalhadores para denunciarem “situações irregulares de despedimentos”.

19 DE JUNHO Realizou-se, no Clube de Campismo de Setúbal, uma Assembleia dos Sindicatos do Distrito, onde foram eleitos 5 elementos para fazerem parte da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência e Aboonos de Família de Setúbal.

20 DE JUNHO O Partido Popular Democrático (PPD) realiza, na sua sede, a primeira sessão de esclarecimento público, em Setúbal. O objetivo da sessão foi a apresentação das linhas programáticas do Partido. O orador principal foi Pedro Roseta (n.1943) que explicou que o Partido se inspirava nos princípios da Social-Democracia. As suas principais tarefas apareciam especificadas pelo orador da seguinte forma: “Manter a unidade entre o Povo, as Forças Armadas e todas as forças democráticas; criar e fortalecer os meios que nos permitam substituir esta sociedade injusta em que vivemos, por outra onde haja não só liberdade mas, também igualdade”.

MANIFESTAÇÃO DAS BETONEIRAS

A construção civil, tal como muitos outros sectores da economia do País, sofreu imenso neste período. As coisas andaram muito mal e chegaram mesmo a provocar algumas falências. A situação só acalmou a partir de 25 de Novembro de 1975, quando se acabou com o domínio do PCP, a chamada ditadura de esquerda.

(...).

O que vejo depois, é que já não gostei porque a tomada do poder pelo PCP começou a assustar toda a gente. É que sair de uma ditadura para entrar noutra, não tinha graça nenhuma. Foi uma época assustadora para todos, inclusivamente para mim, apesar de ter tido a sorte de não ver construções minhas ocupadas.

(...).

A Câmara e em especial um dos seus elementos, Odete Santos, reagiu muito mal e encarou a manifestação como um ato fascista e dizia mesmo que os funcionários tinham sido obrigados a participar. Como disse, isto não é verdade, mas naquela época as coisas eram complicadas porque fosse o que fosse que se fizesse, ao nível do empresariado, as pessoas eram rotuladas de fascistas pelo PCP. Portanto, os únicos problemas decorrentes da manifestação foram criados pelo PCP, especialmente por Odete Santos, que do varandim da Câmara chamou fascistas aos manifestantes e incitou um grupo de pessoas a aniquilar a manifestação. Inclusivamente, gritou bem alto alguns nomes mais sonantes da construção civil, apelidando as pessoas de fascistas.

(...).

Houve reações e contrarreacções à manifestação de dia 14 porque a sociedade civil era dominada pela sociedade política, e esta estava completamente dominada pelo PCP que era o partido mais organizado e com maior capacidade de mobilização. Portanto, a manifestação de dia 22 foi uma resposta da Comissão Administrativa da Câmara. Acharam que, depois da manifestação de dia 14, tinha de ser organizada outra para dizer que, afinal, a primeira tinha sido feita por fascistas.

Assim, lá juntaram trabalhadores da construção civil, muitos deles jovens, para se manifestarem frente ao Município, a favor da Câmara.

(...).

Chegámos ao ponto de não saber como é que iríamos encontrar as empresas no dia seguinte, se ainda existiam empresas ou se os trabalhadores as tinham tomado durante a noite. Isso levou muitos empresários e industriais a fugirem para o Brasil e outros a venderem os negócios por “tuta-e-meia”, porque as pessoas eram perseguidas e presas constantemente. E muitos só voltaram a partir de 1976, quando a Democracia começou a estabilizar. Éramos o distrito mais industrializado do país, tínhamos uma boa indústria conserveira, a siderurgia, a indústria automóvel e a indústria naval, mas como naquela época havia que destruir o sistema que o PCP intitulava de capitalista, tudo o que fosse empresário não podia existir. A seguir vieram as nacionalizações, porque entendia-se que a iniciativa privada devia desaparecer, e todos estes dados abalaram a nossa economia.

João Vítor da Conceição (construtor civil). Pedro Brinca e Etelvina Baía (Coord.),
Memórias da Revolução, vol.1, p.49.

O orador referiria: “O PPD não quer uma sociedade liberal ou neoliberal. Não quer uma sociedade alienada. Pretende, sim, uma sociedade em que o poder político seja a expressão das massas, que constituem a maior parte da população.

Pedro Roseta faria, ainda, menção de outras reivindicações do seu partido: Direito à greve, liberdade sindical, participação, fiscalização e cogestão das empresas por parte dos trabalhadores”.

- Médicos do Hospital de Setúbal enviam uma carta ao Ministro Pereira de Moura (1925-1998) repudiando as declarações deste sobre as atitudes fascistas de alguns médicos do hospital.

21 DE JUNHO O arquiteto Renato Nogueira, vogal da Comissão Administrativa da CMS, fez uma longa intervenção sobre o problema habitacional na cidade, sublinhando a necessidade de “acabar com os bairros-de-lata”.

- Reunião plenária dos trabalhadores associados no Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório, nas instalações da FNAT, para elegerem a Mesa da Assembleia Geral e da Direção do Sindicato.

- Uma nota do Partido Socialista dá conhecimento da abertura da sua sede, na Avenida Manuel Maria Portela “onde todos os simpatizantes podem aderir ou procurar esclarecimentos”.

- Comunicado do Núcleo de Setúbal do Movimento Socialista Popular (movimento autónomo integrado no Partido Socialista) a apelar aos setubalenses para que se dirigissem à Avenida Manuel Maria Portela a fim de serem esclarecidos sobre os objetivos do Movimento.

22 DE JUNHO Manifestação de centenas de tra-

balhadores da construção civil a apoiar a Câmara. É a resposta por parte da CA à manifestação das “betoneiras”.

- Realização do 1.º comício do PCP na praça de touros local, com a presença de Octávio Pato. (1925-1999). São ainda oradores pelo MJT Henrique Guerreiro e o arqueólogo Carlos Tavares da Silva.

24 DE JUNHO A Assembleia Geral dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal elege os corpos gerentes do Sindicato, com um mandato de julho de 1974 a maio de 1975.

25 DE JUNHO Comunicado da CMS a pedir a nomeação de um Governador Civil para Setúbal. Há receio de conflitos entre trabalhadores e entidades patronais. Deste modo, um dos considerandos do comunicado referia: “Considerando que no Distrito de Setúbal há uma grande população fabril o que pode originar conflitos entre operários e entidades patronais que tornarão necessária a intervenção de um Governador Civil”.

26 DE JUNHO Os trabalhadores d’O *Setubalense* elegem a sua Comissão de Trabalhadores.

28 DE JUNHO Assembleia de Trabalhadores da Setenave no Pavilhão do Naval.

29 DE JUNHO Sessão de esclarecimento no Stella Maris, promovida por Luís Moita.

- Reunião sobre o encerramento do Círculo Cultural de Setúbal.

- Sessão de esclarecimento do Movimento Democrático das Mulheres. Usaram da palavra pelo MDM de Setúbal: Helena Macedo, Joaquina Soares e Antónia de Carvalho.

MÉDICOS DE SETÚBAL CONTRA MINISTRO PEREIRA DE MOURA QUEM SÃO OS FASCISTAS?

Exmo Senhor
Dr. Francisco Pereira de Moura.

Os médicos que prestam serviço no Hospital Distrital de Setúbal, lamentam as afirmações demagógicas e pouco sensatas, proferidas em Bragança e causadoras de perturbação nos serviços de Urgência deste Hospital.

Mais informam que os médicos e enfermeiros em serviço de urgência, são trabalhadores sujeitos a uma atividade das mais duras a exigir a qualquer profissional.

A tranquilidade na atuação e a sua aceitação da parte do doente e seus familiares é uma das condições de êxito nos atos médicos.

As demoras invocadas, a maioria das vezes resultam da recolha de exames complementares; observação atenta e decisão em conjunto para um correcto diagnóstico, com vista à terapêutica ideal.

Qua há deficiências na atuação dos Serviços Médicos, toda a gente sabe, sendo por vezes os médicos as principais vítimas, Que se atire a responsabilidade para cima dum elemento na sua atividade de trabalho, é condenável.

Será o Senhor Ministro Fascista por não dar resolução imediata a todas as justas reivindicações que lhe são apresentadas e que necessitam de observação e estudo vigilante para uma solução correta?

Fazemos-lhe o convite para uma permanência de 24 horas no Banco deste Hospital, vestindo uma bata afim de se identificar com os médicos e enfermeiros e fazemos votos que não seja agredido por qualquer indignado ou bêbado que acorra ali a alta hora da noite.

Fazemos votos para uma brilhante carreira política e caso não se verifique, dedique-se imediatamente aos serviços da sua competência.

Carta enviada ao Ministro Pereira de Moura pelos médicos do Hospital de Setúbal,
Notícias de Setúbal, 20 de junho de 1974.

RESPOSTA DO MINISTRO PEREIRA DE MOURA

Exmos Srs.

Li com a maior atenção a v/carta de 20/6/74, que agra agradeço.

É evidente que as deficiências na actuação dos Serviços Médicos são muitas vezes causadas por deficiências técnicas e de organização a que o pessoal hospitalar é alheio.

Perante este facto, há duas atitudes possíveis da parte do pessoal. Uma, é tentar, enquanto não se fazem as necessárias alterações de fundo, resolver os problemas eficientemente, apesar dos precários meios ao seu alcance, explicando e esclarecendo os doentes sobre os verdadeiros motivos das falhas. A outra atitude – e foi esta que condenei e apontei como sendo uma atitude fascista – é o desleixo, é o total desrespeito pelos doentes, é o desprezo pelo povo trabalhador e pelos seus direitos. Esta era uma atitude que o Governo fascista encorajava e é também contra ela que é preciso lutar – e esta luta é da competência de nós todos.

Sem mais, subscrevo-me:

(Francisco Pereira de Moura)

1 DE JULHO O Sindicato Nacional dos Caixeiros e Profissões Similares do Distrito de Setúbal anuncia a eleição dos corpos gerentes, a realizar em 11 de julho 1974, “devendo os interessados à candidatura apresentar as suas listas, com assinaturas de 100 sócios por cada lista, na sede deste sindicato até ao dia 5/7/74”.

- Ocorre um conflito de natureza política entre a Direção do Coral Luísa Todí e elementos do Grupo Autónomo do Partido Socialista (GAPS). Elementos da Direção do Coral terão colocado cartazes referentes a um concerto que iria ser realizado por cima de outros do GAPS relativos à guerra colonial. A CA da CMS, em ata

1.º COMÍCIO DO PCP EM SETÚBAL

O Movimento da Juventude Trabalhadora de Setúbal saúda o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária.

O M.J.T. aproveita a oportunidade, para falar à Juventude trabalhadora aqui presente, sobre os objetivos da nossa luta.

O M.J.T. lutou nos últimos anos, por via democrática, uma luta de coligação de todos os jovens, num plano estritamente unitário, rejeitando qualquer discriminação política e religiosa. Ao longo destes anos de resistência, temos deparado com dificuldades. Umhas que temos sabido vencer, outras não. Mas temos procurado, acima de tudo, tirar conclusões e posições que se impõem.

Esta organização juvenil, pretende uma sociedade sem exploradores nem explorados para o povo Português. O M.J.T. vai ganhando a confiança dos jovens trabalhadores pela sua luta contra os oportunistas de direita e de esquerda.

(...) Os problemas relativos à existência e exploração a que os jovens trabalhadores estão sujeitos, como por exemplo: a discriminação salarial, o desemprego, a contratação em idade pré-militar, a exploração do trabalho infantil e a discriminação sindical. Existem também problemas que afetam toda a Juventude Portuguesa, em especial todos os jovens trabalhadores. A Guerra Colonial e a do direito de voto aos 18 anos. Estas são as duas grandes lutas do M.J.T.

O direito de voto aos 18 anos é um direito indiscutível da juventude. Pois se é concebida a consciência de trabalhar aos 14 anos, de prestar serviço militar aos 16, deve ser-lhe reconhecido o direito de decidir os seus destinos. Se lhe negarem esse direito, não passa de mais uma maneira de impedirem a luta dos jovens trabalhadores e, em geral, de todas as forças progressistas. Porém, as condições políticas criadas pelo 25 de Abril vêm abrir novas perspectivas na luta pelas conquistas dos seus verdadeiros direitos.

Quanto ao problema da guerra colonial, a nossa posição está bem definida. Queremos afirmar aqui mais uma vez a nossa solidariedade com os movimentos de libertação da Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique, respetivamente P.A.I.G.C., M.P.L.A. e F.R.E.L.I.M.O. na sua justa luta pela independência nacional. Na realidade, entendemos que o problema colonial só deve ser resolvido quando a solução for não neocolonialista, em que os exploradores atuam da mesma maneira a vários títulos. O reconhecimento destes povos à total independência.

(...) Além do mais, não nos podemos esquecer de que o fim da guerra colonial e independência para as colónias, é indispensável para a melhoria das condições de vida do povo Português, dado que ela conduz o País à estagnação económica resultante das perdas astronómicas necessárias para a sua manutenção.

Intervenção de Henrique Guerreiro, do Movimento da Juventude Trabalhadora

de 5 de julho, considera que a colagem de cartazes foi “sistemática, sendo uma nítida provocação. Não pode esta Comissão deixar de tomar posição perante uma tal atitude que está em total desacordo com o espírito democrático que queremos ver instaurado no País e com os princípios que orientam o MFA. Como atitude provocatória que é, revelando que no Coral há elementos irresponsáveis ou reacionários”.

3 DE JULHO O *Setubalense* afirma-se contra a ida de soldados para as colónias.

- O Partido Popular Democrático, através de um comunicado distribuído aos órgãos de Informação, queixa-se “de que algumas das suas sessões de esclarecimento político têm sido perturbadas por elementos estranhos e afeitos a outro partido, ou que pelo menos agem em seu nome, na medida em que procuram perturbar o acesso livre do público a essas reuniões”.

- A Comissão de Trabalhadores da PROPAN, através de um comunicado, informa a população de que “umas dezenas de indivíduos administradores e acionistas tentaram assaltar a fábrica ocupada pretendendo arrombar portas e vedações no que foram impedidos pelos trabalhadores.”

4 DE JULHO Reunião de um plenário dos trabalhadores da SOCEL para discussão do caderno reivindicativo que tinha sido apresentado em 1 de maio. Foi aprovado o saneamento de 16 dirigentes da empresa, tendo sido constituídos piquetes para impedir que os dirigentes saneados entrassem na empresa.

- Sai o primeiro número do *Margem Sul*, jornal influenciado pelo PCP local.

6 DE JULHO Trabalhadores de Setúbal partici-

pam num Encontro Nacional dos Trabalhadores do ramo automóvel.

8 DE JULHO Os trabalhadores da PROPAM continuam a ocupar a fábrica. O *Diário de Lisboa* dá conta de que “os trabalhadores da PROPAM denunciam propósitos de “lock-out” da administração. A fábrica de levedura da PROPAM, em Setúbal, encontra-se ocupada pelos trabalhadores, que pretendem continuar a trabalhar mesmo sem terem ainda recebido 75 por cento dos vencimentos de junho. As reivindicações dos trabalhadores englobam o pagamento dos vencimentos em atraso, o saneamento da Administração e a nomeação de uma Comissão Administrativa para a empresa por parte do Governo Provisório”.

9 DE JULHO Manifestação dos trabalhadores da Função Pública como resposta ao aumento concedido pelo Governo Provisório. Percorrem várias ruas de Setúbal e terminam num comício/concentração em frente ao Coreto, na Avenida Luísa Todí.

11 DE JULHO O *Diário de Lisboa* noticiava que a “A Camara Municipal de Setúbal decidiu por unanimidade abolir o pagamento de taxas nos parques de estacionamento, por concluir que tal sistema não beneficiava o trânsito, era mal aceite pelo público, não trazia vantagens de ordem económica para o município pois as taxas eram insuficientes para pagar ao pessoal que efetuava a cobrança, e constituía um foco de corrupção, por proporcionar a possibilidade de obter vantagens contra o pagamento de gorjetas o que, sob o aspeto moral era reprovável”.

- Operários ocupam a fábrica SIPAVEL, exigindo um inquérito oficial às atividades do gerente. A SIPAVEL é uma sociedade constituída por

capitais alemães que produz insonorizantes, revestimentos e capas de estofos de automóveis. Esta fábrica instalou-se em Setúbal paralelamente à constituição das múltiplas unidades de montagem automóvel. A fábrica emprega 70 trabalhadores.

12 DE JULHO A Comissão de Trabalhadores da PROPAM faz um comunicado em que anuncia que “a ocupação durará até que as reivindicações sejam satisfeitas”.

13 DE JULHO – Reunião da Comissão Coordenadora dos Sindicatos do Concelho de Setúbal, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal, com a presença dos representantes

dos Sindicatos da Construção Civil, Descarregadores de Mar e Terra, Caixeiros, Escritórios, Panificação, Químicos, Hotelaria, Conservas, Cerâmicas, Motoristas e Marinha Mercante.

- Reunião da RIC com a presença de todas as Comissões Administrativas das câmaras do Distrito. Elaboram um comunicado de apoio ao MFA.

17 DE JULHO Reunião da Comissão Instaladora Provisória do Sindicato dos Professores da Zona de Lisboa (distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) com a seguinte ordem de trabalhos: despedimentos, saneamentos e vencimentos.

18 DE JULHO Nascimento do Comité de Unida-

PARTIDO SOCIALISTA Aos TRABALHADORES

O PARTIDO SOCIALISTA tem por objetivo a edificação em Portugal de uma sociedade sem classes, em que os trabalhadores serão produtores associados, o poder, expressão da vontade popular e a cultura, obra da capacidade criadora de todos.

Entre outros objetivos propõe-se:

Acabar com a opressão de que são alvo os trabalhadores, abolindo o corporativismo e impedindo qualquer forma de repressão patronal.

Assegurar o direito à greve como meio eficaz dos trabalhadores defenderem os seus direitos e interesses na empresa ou em qualquer local de trabalho.

Assegurar aos trabalhadores o controle dentro da empresa, através de uma intervenção autogestionária e será aplicado tanto nas empresas nacionalizadas como no sector privado.

Garantir a duração máxima de 40 horas semanais, com dois dias de descanso, sem qualquer discriminação entre trabalhadores ou categorias profissionais.

Abolir o direito absoluto dos patrões de despedir, devendo qualquer decisão de despedimento, individual ou coletivo, ser discutida e aprovada pela comissão que os trabalhadores tiveram constituído na empresa.

Assegurar um período mínimo anual de férias não inferior a um mês, sem qualquer discriminação baseada na antiguidade, categoria profissional ou profissão.

Fixar a idade de 60 anos para ter direito à reforma, mas os trabalhadores não poderão ser compelidos à reforma e portanto, continuando a partir dessa idade a ser-lhes garantido o direito ao trabalho, se não for declarado qualquer fator de incapacidade.

Aplicar eficazmente o princípio «a trabalho igual salário igual» tanto no que respeita aos jovens como no que respeita às mulheres.

julho de 1974



Autocolante do Partido Socialista distribuído em Setúbal

de dos Organismos Democráticos e Populares de Setúbal (CUODP). É uma iniciativa impulsionada pela Comissão Coordenadora da Assembleia do Povo de Setúbal e pela União dos Sindicatos do Sul.

19 DE JULHO Os trabalhadores da Função Pública apresentam ao Governo Provisório um caderno reivindicativo, que integra a defesa dos direitos sociais, saneamento dos fascistas, redução do leque salarial, uniformização de horário, salário mínimo.

- É formado o Secretariado Provisório dos Trabalhadores da Administração Local do Distrito de Setúbal com o objetivo de dinamizar a sindicalização respectiva.

- O Teatro da Cornucópia, de Lisboa, apresentou em Setúbal a peça “O Terror e a Miséria do III Reich”, de Brecht, no salão da FNAT.

22 DE JULHO Os trabalhadores do setor administrativo do Hospital de Setúbal deixam de trabalhar aos sábados à tarde.

- Os moradores do Bairro da Azeda de Baixo elegem a respetiva Comissão de Moradores.

23 DE JULHO A Comissão de Trabalhadores da



Venda de livros do círculo cultural na Feira de Santiago. 1975

Fotografia de Joaquim Canelas

| Programa geral da FEIRA DE SANTIAGO | |
|---|--|
| <p>DIA 23 DE JULHO — TERÇA - FEIRA As 22.00 h. — Teatro de António Aleixo pelo grupo «A Teia» no recinto do M. J. T.</p> <p>DIA 24 DE JULHO — QUARTA - FEIRA As 22.00 h. — Sessão de Cinema no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio.</p> <p>DIA 25 DE JULHO — QUINTA - FEIRA As 23.00 h. — Fogo de Campo organizado pelo C. N. E. no recinto da feira.</p> <p>DIA 26 DE JULHO — SEXTA - FEIRA As 22.00 h. — Sessão de cinema com um filme sobre as zonas libertadas da Guiné-Bissau. Organização do Movimento da Juventude Trabalhadora, na sua sede (antiga fábrica de géis).</p> <p>DIA 27 DE JULHO — SÁBADO As 18.00 h. — Vela — Torneio de Santiago — Organização do Clube Naval Setubalense. As 22.00 h. — Teatro de António Aleixo, pelo grupo «A Teia», no recinto do M. J. T.</p> <p>DIA 28 DE JULHO — DOMINGO As 16.00 h. — Vela — Torneio de Santiago — Organização do Clube Naval Setubalense. As 18.00 h. — Corrida de Touros na praça Carlos Relvas. As 22.00 h. — Colóquio sobre «Educação e ambiente» no pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio — Organização do Movimento Democrático Português.</p> <p>DIA 29 DE JULHO — SEGUNDA - FEIRA As 19.00 horas — Teatro infantil com a apresentação da peça «Jolinho anda para trás» pela companhia Metral no recinto do M. J. T. As 22.00 h. — Sessão de Cinema no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio.</p> <p>DIA 30 DE JULHO — TERÇA - FEIRA As 22.00 h. — Sessão de Cinema no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio.</p> <p>DIA 31 DE JULHO — QUARTA - FEIRA As 22.00 h. — Teatro de António Aleixo pelo grupo «A Teia» no recinto do M. J. T.</p> | <p>DIA 1 DE AGOSTO — QUINTA - FEIRA As 22.00 h. — Sessão de Cinema no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio.</p> <p>DIA 2 DE AGOSTO — SEXTA - FEIRA As 22.00 h. — Colóquio sobre «A situação da mulher em Portugal» no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio — Organização do Movimento Democrático das Mulheres.</p> <p>DIA 3 DE AGOSTO — SÁBADO As 22.00 h. — Torneio relé-paga de Xadrez (partidas de 5 minutos) no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio — Organização da Secção de Xadrez do V. F. C. As 22.00 h. — Colóquio sobre «Pena e Indulto» no salão do M. J. T. — Organização do Movimento Democrático Português.</p> <p>DIA 4 DE AGOSTO — DOMINGO As 18.00 h. — Novidade popular na Praça Carlos Relvas. As 22.00 h. — Torneio relé-paga de Xadrez no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio — Organização da Secção de Xadrez do V. F. C.</p> <p>DIA 5 DE AGOSTO — SEGUNDA - FEIRA As 22.00 h. — Sessão de Cinema no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio.</p> <p>DIA 6 DE AGOSTO — TERÇA - FEIRA As 22.00 h. — Teatro de António Aleixo pelo grupo «A Teia» no recinto do M. J. T.</p> <p>DIA 7 DE AGOSTO — QUARTA - FEIRA As 22.00 h. — Sessão de Cinema no Pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio.</p> <p>DIA 8 DE AGOSTO — QUINTA - FEIRA As 22.00 h. — Colóquio sobre «O Momento Político actual, empenhamento e guerra colonial» no pavilhão da Comissão de Cultura e Recreio — Organização do Movimento Democrático Português. As 23.00 h. — Fogo de Campo organizado pelo C. N. E. no recinto da feira e levantar do acampamento.</p> |

Fábrica SIPAVEL chegou a acordo quanto à satisfação do caderno reivindicativo apresentado. O saneamento de alguns elementos da empresa, anunciado em alguns órgãos de comunicação não chegou a realizar-se.

25 DE JULHO Sessão de esclarecimento, na sede do Partido Socialista, sobre o tema da “Segurança Social”.

- Início do Encontro de Estudos Cinematográficos, realizado em Setúbal. Prolongou-se até ao dia 30 de julho. Foi uma iniciativa dos programas radiofónicos *Página Um* e *Limite*.

28 DE JULHO Início da Feira de Santiago. É a primeira que ocorre no novo regime. Festeja-

A SETENAVE ARRANCA COM A CONSTRUÇÃO DUM GIGANTESCO NAVIO TANQUE DE 316.000 T.



Segunda-feira, 6 de agosto de 1974. Arranque do novo navio-tanque da Setenave. A construção do novo navio-tanque da Setenave arranca com a construção do casco. O navio-tanque da Setenave terá 316.000 toneladas e será construído no estaleiro da Setenave em Setúbal. O navio-tanque da Setenave será construído em Setúbal. O navio-tanque da Setenave será construído em Setúbal. O navio-tanque da Setenave será construído em Setúbal.



setenave
ESTALEIROS NÁVIOS DE SETÚBAL, S. A. R. L.

Diário de Lisboa, 6 de agosto de 1974

-se em democracia, prolongando-se a duração da feira até 8 de agosto. O programa integrou colóquios, espetáculos teatrais, sessões de cinema, provas desportivas e as diversões habituais. No entanto, a grande novidade é a presença dos pavilhões dos partidos políticos.

- Por uma diferença de 41 votos, a lista A venceu as eleições do Sindicato da Indústria Hoteleira do Distrito de Setúbal. A lista vencedora tem a seguinte constituição: Assembleia Geral – presidente: Manuel Henriques Alves (Setúbal), secretários, João de Jesus Lopes (Almada) e Jorge da Conceição Antunes (Montijo); Direção: presidente, António Avelino de Sousa Cunha (Setúbal), secretário, Jorge Gouveia (Almada), tesoureiro, Custódio Fernando Carneiro Bragança (Setúbal), vogais: Júlio Pinalhal (Sesimbra), Jorge da Silva Santos (Setúbal), Ana Maria Silva (Setúbal) e Francisco Jorge Parreira (Barreiro).

“Em julho no decurso de uma festa no Clube Naval Setubalense, animada por José Mário Branco, Fausto e Tino Flores, soa o slogan: “O grito do povo, o grito do povo” enquanto a comissão representativa do bairro toma a palavra: “Nós moradores do Castelo Velho (...), operários de fábricas, da construção, pescadores, (...) exigimos casas decentes (...) assim como para todos os outros que se encontram nas mesmas condições, em Setúbal ou em qualquer parte do País”.

1 DE AGOSTO O Ministro do Trabalho, Capitão Costa Martins (1938-2010) esteve em Setúbal, acompanhado por elementos do seu gabinete, iniciando uma série de visitas aos serviços regionais do Ministério. O capitão Costa Martins inteirou-se dos problemas da Delegação local e da Divisão do Serviço Nacional de Emprego, falando depois com os funcionários de ambos os serviços.

6 DE AGOSTO Publicação do Decreto-Lei de Constituição do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), com o objetivo de realojar as famílias que viviam em bairros-da-lata.

7 DE AGOSTO A Setenave inicia as obras de construção do primeiro navio que lhe foi encomendado.

8 DE AGOSTO Comício do MDP com a presença de Lino de Carvalho (1946-2004) da Comissão Executiva.

12 DE AGOSTO Greve à cobrança de bilhetes nos transportes interurbanos do sul do País. Os trabalhadores da empresa João Cândido Belo não aderiram à greve, por já usufruírem das regalias reivindicadas pelos seus colegas de trabalho.

14 DE AGOSTO O *Diário de Lisboa* integra uma

“crónica” com o seguinte título: “Investimento na construção naval: progresso possível, especulação evitável”. O artigo destaca que o “O distrito de Setúbal está em vias de dar um salto no caminho do seu próprio progresso, tendo em conta os complexos industriais que a Lisnave, Siderurgia e Setenave vão investir no distrito. Isto se o impulso do investimento realizado, ou a realizar, for acompanhado pelo lançamento de infraestruturas de abastecimentos, serviços e comunicações para completar o investimento realizado e fazer uma repartição justa em benefício da população do distrito na sua generalidade. De contrário, a inflação e, mesmo, a mais escandalosa especulação, retirarão toda a vantagem social possível destes empreendimentos capitalistas e produzirão efeitos contrários. Como, aliás, está a acontecer. A última aplicação deste investimento está a fazer-se na península da Mitrena, a doze quilómetros de Setúbal, para o interior, bordejando o Sado. É, certamente, o maior investimento feito até hoje no país por entidades privadas e atinge o montante de três milhões de contos”.

16 DE AGOSTO A Administração da Signetics, fábrica americana de componentes eletrónicos, tenta tirar as máquinas (no período de férias) e planeia despedir cerca de metade dos 1300 trabalhadores. O objetivo era levar a fábrica para a Coreia, onde a mão-de-obra seria mais barata. Os trabalhadores organizam-se em piquetes, por turnos, durante as 24 horas do dia e impedem a saída das máquinas.

23 DE AGOSTO Resolução do Ministério do Trabalho relativamente à empresa Signetics: “Redução para 50% do trabalho e 60% dos salários, mínimo 3300\$00 por mês (MT daria a diferença); nenhum despedimento até ao fim de 74; em dezembro só pagamento do subsídio de Natal; redução do pessoal de chefias; os tra-

balhadores com redução de 50% de trabalho podem optar por despedimentos voluntários; o MT vai-se debruçar sobre os saneamentos (indica dois elementos a sanear, que a Administração não aceita)”.

24 DE AGOSTO 16 casos de cólera detetados em Setúbal.

25 DE AGOSTO O plenário dos trabalhadores municipais do Distrito de Setúbal ocupou-se da análise do Decreto-Lei n.º 372/74. A síntese conclusiva a que chegou refere o seguinte: “Expressar o seu desgosto por continuarem a ser marginalizados no quadro das soluções respeitantes aos trabalhadores da Função Pública, como voltou a suceder ao deferir-se, para momento posterior, a extensão à classe das melhorias agora concedidas aos servidores do Estado. O plenário reafirmou em unísono a sua fidelidade ao Programa do Movimento das Forças Armadas e a confiança na ação de Presidente da República, do Governo Provisório e das Forças Armadas para garantirem aos portugueses um são convívio democrático, uma justa partilha de bens com imediata prioridade para o extrato populacional presentemente mais desfavorecido e um reto e salutar exemplo no respeito pelos princípios expostos naquele programa”.

- O PPD promoveu nova sessão de esclarecimento na sua sede.

29 DE AGOSTO Início da greve dos trabalhadores da PROPAN.

6 DE SETEMBRO Comício do PCP, nas Praias do Sado.

8 DE SETEMBRO Início de um curso intensivo de vela promovido pelo Clube Naval Setuba-

lense, para iniciação e aperfeiçoamento náutico de recreio.

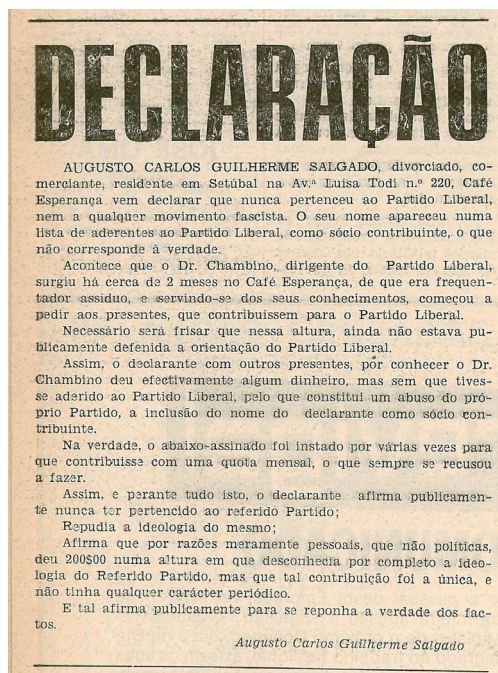
11 DE SETEMBRO Homenagem dos trabalhadores do Entrepasto em memória de Salvador Allende (1908-1973) assassinado no golpe-de-Estado fascista do Chile em Setembro de 1973. Esta homenagem vai provocar um conflito com a Administração por esta não permitir tocar a sirene da fábrica em memória de Allende. Os trabalhadores vencem e a sirene acaba por tocar.

- Paralisação de dois minutos, por parte dos trabalhadores da SETENAVE, em homenagem aos trabalhadores chilenos mortos no golpe-de-Estado.

12 DE SETEMBRO Sessão de esclarecimento do PPD com o economista António Rebelo de Sousa (n.1952) sobre os problemas da juventude.

13 DE SETEMBRO O Conselho de Ministros presidido por Vasco Gonçalves (1921-2005) aprovou a nomeação do Capitão-Tenente de Fragata António Carlos Fuzeta da Ponte (n. 1935) para Governador Civil do Distrito de Setúbal. Esta nomeação vai ser contestada pelas Comissões Administrativas das Câmaras do Distrito. O PS e o PCP apresentaram um protesto pela a escolha de Fuzeta da Ponte. Só o PPD esteve presente na cerimónia. Segundo Manuel Malheiros, um dos escolhidos pelo MFA, a opção por Fuzeta da Ponte teria sido uma imposição do General António de Spínola (1910-1996) para contrapor à hegemonia do PCP no Distrito.

O MDP desde o início de junho tinha promovido uma campanha no sentido de condicionar a escolha do Governador Civil para o Distrito de Setúbal. Para o MDP o GC teria a responsabilidade de contribuir para o desmantelamento da “máquina regional fascista”



e por isso o Governo deveria ter em conta a opinião das forças democráticas do Distrito. Para este movimento a escolha deveria “recair obrigatoriamente sobre pessoas cujo passado de luta antifascista, convicções democráticas e dedicação à causa da emancipação do povo, não ofereçam quaisquer dúvidas e constituam uma garantia para a resoluta liquidação dos restos do fascismo”.

- O Ministério da Economia determina a extinção dos organismos corporativos dependentes deste Ministério, até 31 de dezembro de 1974. Ficam contemplados os grémios dos industriais de conservas de peixe do Norte, Centro, Setúbal, Barlavento e Sotavento do Algarve, o Grémio da União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal e grémios dos vicultores e exportadores de vinhos da região de moscatel de Setúbal.

- Um comunicado assinado por um grupo designado por FAF (Frente Anti Fascista), divul-



O Setubalense, 16 de Setembro 1974

gado após o boicote ao comício do “Partido Liberal” refere que “os fascistas não entrarão em Setúbal. Os responsáveis pelo Partido Liberal fascista na nossa cidade são conhecidos capitalistas ativistas da extinta UN/ANP, de Elmano Alves” o partido fascista, agora conhecido por Partido Liberal, tem andado a vomitar em Setúbal toda a sua enganosa e nazista propaganda, com total liberdade de ação, inclusivamente arrogando-se o direito de agredir democratas em plena via pública e à luz do dia, como se fossem donos e senhores do povo, do País, de tudo, colando nojentos cartazes fascistas sobre cartazes dos Partidos Socialista, Comunista e Movimento da Juventude Trabalhadora”.

14 DE SETEMBRO Comício do Partido Socialista na Praça de Touros Carlos Relvas com o objetivo de promover o “esclarecimento e propaganda do seu ideário e linhas políticas de atuação”. O comício contou com a participação de Mário Soares (n-1924), Manuel Serra (1932-2010), Salgado Zenha (1923-1993), Sotomayor Cardia (1941-2006) e José Manuel Ribeiro. Terão participado cerca de 10 mil pes-



soas e Mário Soares afirmou: “O fascismo aqui não passará”.

15 DE SETEMBRO Realização do II Congresso Regional do Escutismo onde “foram abordados assuntos de grande importância para o escutismo nesta região. O concelho regional conta com a participação de algumas dezenas de dirigentes vindos de todo o distrito de Setúbal bem como a participação de jovens exploradores e caminheiros que pela primeira vez terão voto consultivo”.

- Os trabalhadores das Misericórdias de Setúbal, Almada, Barreiro e Cascais concentram-se junto ao Ministério do Trabalho, em Lisboa, contra o facto de não terem sido abrangidos pelos aumentos salariais dos funcionários públicos.

16 DE SETEMBRO Os trabalhadores da Setenave aprovam, em plenário, uma moção em que se solidarizam com todos os trabalhadores portugueses em processos de luta. Manifestam-se ainda contra a Lei da Greve, como contrária aos

COMUNICADO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DA PROPAM, DE 18 DE SETEMBRO

Continua sem alteração a situação na firma PROPAM. A Administração continua sem liquidar os salários vencidos em 24 de agosto último (antes do início da greve). Os ministérios das Finanças e do Trabalho estudam os relatórios ontem entregues (16-9-74) pela Comissão Interministerial, oficialmente nomeada para o efeito.

A greve dos trabalhadores da firma (iniciada em 29-8-74 pelos motivos já expostos largamente em comunicados) continua, até solução do litígio e até que lhes seja garantida a continuidade no trabalho, em clima de liberdade e democracia.

A solidariedade dos camaradas das empresas vizinhas (da zona industrial de Setúbal) tem-se, entretanto, feito sentir sobre a forma de dâdivas e empréstimos financeiros (até que a Administração seja forçada a pagar o que deve aos seus funcionários). A todos eles os trabalhadores da PROPAM agradecem não só o apoio financeiro, mas também o apoio moral que se faz sentir a todo o momento.

Os trabalhadores aguardam que, oficialmente, chegue à firma um rápido auxílio financeiro por parte do Estado, que ajude a Empresa a retomar o equilíbrio perdido em 2 anos de péssima gestão (já completamente comprovada). Aguardam também que a sua incompetente administração seja definitivamente saneada, como garantia de prosperidade para a Empresa e progresso da Economia Nacional.

A Comissão de Trabalhadores

CARTA DA ADMINISTRAÇÃO DA PROPAM

Exm(s) Snr(s)

Como certamente é do conhecimento de V. Sa (s), tem vindo esta empresa, desde 31-5-74, a enfrentar enormes dificuldades, em virtude de atitudes incompreensíveis e irresponsáveis por parte da maioria do seu pessoal.

Aliás admite-se esta maioria se deixou arrastar por uns muito poucos de entre ela, movidos por obscuros interesses políticos ao serviço de interessados (velados) na aniquilação desta firma. Só assim se entendem as reivindicações e incriminações que os cabecilhas dessas atitudes têm apresentado, não tendo estes hesitado em desencadear uma greve no dia seguinte à publicação da recente lei sobre luta laboral, pois sabiam não poderem vingar tais reivindicações se tivessem de se submeter às disposições dessa lei.

No decurso desses acontecimentos tem sido posta em causa a estabilidade económico-financeira desta empresa à data dessas atitudes por parte do pessoal envolvido. Dado esse facto e desejando a Administração da Propam colher e fornecer todos os dados possíveis sobre a sua gestão, vem solicitar a V. S.^a (s) se digne(m) transmitir-nos por carta o crédito que esta firma vos merecia na referida data do 31 de maio de 1974.

Agradecendo penhorados a brevidade duma resposta, subscrevemo-nos com os protestos da melhor consideração e amizade.

De V. S.^a (s)
Atenciosamente,

A Administração

O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO DE SETÚBAL

O que fiz foi uma análise dos problemas de fundo que existiam e que, enquanto Governador Civil, tinha obrigação de ajudar as Câmaras a resolver. Evidentemente que se vivia um período político de enorme instabilidade no país e, logo após ter tomado posse, aconteceu o 28 de Setembro que deu origem às célebres barricadas de cidadãos que queriam impedir o avanço da reação, entre outras. Eu próprio fui mandado parar várias vezes e, mesmo sabendo que eu era o Governador Civil, insistiam para que o meu carro fosse revistado. Havia um espírito altamente perturbado de grande agitação política, e sendo o distrito de Setúbal uma zona muito politizada, onde as forças políticas de esquerda tinham largas tradições, não esqueçamos que foi no Arsenal do Alfeite que teve origem o PCP, havia depois um conjunto de partidos de extrema-esquerda que perturbavam brutalmente o próprio PCP, acusando-o mesmo de aspetos revisionistas de direita.

Os comunistas tinham um objetivo muito claro em relação ao que esperavam da Revolução, e que não era sempre coincidente com o Programa das Forças Armadas, mas estavam muito organizados na busca desse objetivo e depois eram surpreendidos por partidos como o MRPP ou a UDP, que em sítios como a Setenave não lhes permitiram obter o poder nem o controlo da situação. Eram partidos com uma capacidade de agitação espantosa, o que tornava todos os problemas muito sérios, pois até a simples mudança de uma torneira podia ser considerado um problema político e a solução que se encontrava podia facilmente ser considerada reacionária. Isto exigia muito do Governador Civil, que tinha, como disse, a principal preocupação de garantir as condições de segurança e estabilidade essenciais para a realização das eleições, mas que tinha que estar permanentemente a apagar fogos.

Era o caso das ocupações de casas e de terrenos, que feitas de uma forma completamente ilegal eram apresentadas como direitos revolucionários que, não existindo, eram muito difíceis de contrariar (...).

Houve sempre uma grande espontaneidade de atuação das forças a meu favor e dou-lhe o exemplo de quando uma astronauta russa visitou Setúbal e foi recebida na Câmara. Quando cheguei lá, vi a bandeira da Rússia içada e não havia bandeira nacional, nem sequer havia o hino nacional.

Demiti imediatamente a Comissão Administrativa e o seu presidente, mas isso não foi muito bem aceite e mais tarde houve uma reunião tumultuosa na Câmara Municipal de Setúbal acerca dessas demissões, tendo eu sido convidado a participar.

Embora inicialmente tivesse dito que não ia, porque não achava interesse, tendo em conta que era uma reunião da Câmara e da Comissão Administrativa, eles insistiram tanto que lá fui e acabei por ser sequestrado, já que não me deixaram sair quando quis ir embora. Os fuzileiros souberam que eu estava lá e foram buscar-me (...).

Não, porque essas eleições, como diziam os partidos mais extremados, eram um processo burguês e não um processo democrático que interessasse às forças ditas progressistas. Por isso, ao aperceberem-se da derrota, ainda antes das eleições, prepararam uma série de episódios bastante fortes que pretendiam evitar as eleições, entre os quais se inclui o 11 de Março, que há quem diga que foi um golpe da esquerda e que levou depois às nacionalizações. Só por força de um grupo de grandes resistentes, entre os quais gostava de me incluir, é que se conseguiram fazer as eleições.

Em Setúbal deu-se um episódio extremamente grave a 7 de março, onde morreu uma pessoa, e culpavam-me por ter mandado a Polícia intervir. O Governador Civil é o representante do Governo e se este era de coligação eu representava todos os partidos da coligação. O PPD pediu para fazer

um comício no Clube Naval Setubalense e as forças progressistas não queriam. Fui avisado, fui ameaçado, e o comício terminou com um desacato, com uma invasão e com um incêndio. A Polícia tinha instruções para levar até ao limite a manutenção da ordem, mas acabou por ter que recolher às instalações na avenida Luísa Todí, apedrejada e insultada.

Quando reagiu, atirou para o ar para dispersar os manifestantes e acabou por morrer uma pessoa. Fui imediatamente culpado disso, embora tentasse governar sempre com o leme a meio. Mais tarde, descobriu-se que o homem morreu com um tiro nas costas e de um calibre que não coincidia com o das armas da Polícia.

Isto levou muito tempo a ser descoberto e fez com que eu não sáísse do cargo logo após as eleições de 25 de Abril.

Não saí porque pendiam sobre mim acusações muito graves e até isso estar completamente esclarecido não deixei o cargo, o que vim a fazer só em julho de 1975, quando tomou posse o V Governo Provisório, que pertencia essencialmente a um só partido e com o qual eu não quis pactuar. Saí então com nove quilos a menos, com o principal objetivo plenamente...

Entrevista do Almirante Fuzeta da Ponte. Pedro Brinca e Etelvina Baía (Coord.),
Memórias da Revolução, vol. 1, p. 109

interesses dos trabalhadores, repudiando ainda todas as manobras divisionistas.

– O *Diário de Lisboa* noticia a inauguração da Casa Bocage. “No Bairro de S. Domingos em Setúbal, um dos mais velhos da cidade, foi inaugurada a Casa de Bocage, na Rua Edmond Bartissol, onde nasceu aquele poeta. O ato integrou-se na iniciativa da Comissão Administrativa da Câmara Municipal que conjuntamente com as comissões de Arte, Arqueologia, Cultura e Recreio e com o patrocínio da Fundação Gulbenkian organizaram as cerimónias comemorativas do 209.º aniversário do nascimento do poeta setubalense Manuel Maria Barbosa du Bocage”.

19 DE SETEMBRO O Ministro da Administração Interna, Costa Braz, empossa o Capitão-Tenente de Fragata Fuzeta da Ponte como o novo Governador Civil do Distrito de Setúbal. Esta nomeação vai ser contestada pelas Comissões Administrativas das Câmaras do Distrito.



Anúncio C.D.S.

Distrito de Setúbal, 24 de setembro de 1974

19 DE SETEMBRO Sessão de esclarecimento do PPD dirigida por Correia da Cunha. Foram abordados os temas da cogestão, autogestão e greves.

20 DE SETEMBRO Começou um ciclo de palestras na Casa Bocage, no âmbito das comemorações do 209.º aniversário do nascimento de Bocage. A primeira palestra foi proferida pelo pintor setubalense Lima de Freitas.

21 DE SETEMBRO Foi exonerado o Presidente da Junta Autónoma do Porto de Setúbal, Manuel Constantino de Góis

DECLARAÇÃO

JOSE EDUARDO MARTINS, casado, residente em Setúbal, alvo de injustificada conduta popular ocorrida em 30 de Setembro, vem declarar publicamente que se coloca inteiramente à disposição do Movimento das Forças Armadas e das autoridades legalmente constituídas para iniciar e total averiguação de quaisquer factos que, contra si, venham a ser denunciados e esclarece desde já que o seu prédio onde estava instalado o núcleo de Setúbal do Partido Liberal, foi inicialmente por si oferecido ao Partido Popular Democrático e, depois, ao Partido Socialista, não se tendo concretizado a cedência a estes dois Partidos tão somente porque qualquer deles desistiu da respectiva utilização. Estes factos que, só por si, demonstram o descomprometimento político do declarante poderão ser facilmente confirmados por aqueles dois partidos.

Diário de Lisboa, 3 de outubro de 1974

23 DE SETEMBRO Os secretariados distritais dos trabalhadores municipais e equiparados de Évora e Setúbal resolveram unir-se para uma ação comum em defesa dos interesses da classe. Ficou decidida a elaboração de uma lista parcial de reivindicações que, após ser submetida à aprovação pelas assembleias de

trabalhadores, funcionaria como programa para ação imediata. Foi, assim, discutido o abandono por parte da Administração do subsídio de alimentação ou instalação de refeitórios para o pessoal, a instalação de creches, a dotação dos serviços com balneários para trabalhadores em certas tarefas, e uma proposta de melhoria de remuneração.

- Sessão de esclarecimento do Partido Socialista na sua sede, na avenida Portela. Foram temas de debate o Socialismo, o Comunismo e a Social-Democracia.

25 DE SETEMBRO O Sindicato dos Motoristas do Distrito de Setúbal realizou, nas instalações

ASSALTO À SEDE DO PARTIDO LIBERAL

O partido Liberal e o Partido do Progresso, tal como o Partido Nacionalista, que não tinha sede em Setúbal, eram partidos neofascistas que tentavam matar a revolução. E isso foi tão verdade que, a dois de Outubro, poucos dias depois de desfeitas as barricadas e evitado o golpe de Estado, o MFA ilegalizou estes partidos. Como não tinha sede própria, o Partido do Progresso operava numa sala cedida pelo Partido Liberal e estes dois tinham ligações fortes com o então PPD e também com alguns nomes do próprio Partido Socialista e com a AOC, Aliança Operária Camponesa, um grupo que se intitulava maoísta e que dizia preferir o fascismo ao social fascismo. E o mais curioso é que alguns dos dirigentes dos partidos neofascistas desempenham hoje cargos importantes na vida política e social de Setúbal (...). Assim que se descobriu as armas nos carros detidos nas barricadas, começamos a desconfiar que a sede do Partido Liberal era um depósito de armamento militar roubado. Por isso, a decisão tomada por um conjunto de pessoas ligadas ao GAPS e outras ligadas a um grupo anarquista denominado FAF, Frente Anti-Fascista, foi secundada por toda a população que acorreu à baixa para ajudar no arrombamento das portas. Portanto, o ambiente era de tanta raiva que toda a gente quis participar na acção. Durante o assalto à sede do partido, foram descobertas muitas armas militares, desde metralhadoras a pistolas, passando por granadas, que foram entregues aos militares do SOI, Serviço Operacional de Intervenção, uma espécie de elo de ligação com o COPCON, que apareceram lá durante a acção. E durante o assalto, encontrámos muitos documentos com nomes dos militantes e apoiantes desses partidos. Com alguns nomes não ficámos surpreendidos, porque já sabíamos disso, mas outros deixaram-nos estupefactos porque não esperávamos isso. Eram muitos diretores de escolas de Setúbal, algumas pessoas da cultura, bem como industriais e comerciantes.

Entrevista a Vitor Martins. Pedro Brinca e Etelvina Baía (Coord.),
Memórias da Revolução, vol.1, p.119

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

A Direcção do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal apela para todos os seus associados no sentido de manifestarem o seu apoio ao Governo Provisório e ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, transformando o próximo domingo, dia 6 de Outubro, numa gloriosa jornada de trabalho como demonstração inequívoca da estreita unidade entre as massas trabalhadoras e o Movimento das Forças Armadas, na sua luta vitoriosa contra o fascismo.

Apela ainda para que a remuneração nesse dia seja calculada como se tratasse de um dia normal de trabalho, sendo o próprio trabalhador a decidir qual o destino da mesma.

Contudo, aqueles que o queiram doar poderão entregá-lo à Comissão Coordenadora, através do seu Sindicato com a indicação do seu destino.

A REACÇÃO NÃO PASSOU — A REACÇÃO NÃO PASSARÁ
A DIRECÇÃO — Francisco Carreira Salgueiro

Diário de Lisboa, 4 de outubro de 1974

da F.N.A.T, uma Assembleia Geral de sócios, com a seguinte ordem de trabalhos: Tomada de posse dos novos corpos gerentes; Prestação de contas; Revisão da quotização para o sindicato; Personalização de dirigentes sindicais; Informações de carácter geral.

28 DE SETEMBRO Foram promovidas várias barricadas em todas as entradas da cidade contra o designado “Golpe de 28 de Setembro”. As barricadas prolongaram-se durante três dias.

29 DE SETEMBRO Assalto à sede do Partido Liberal.

30 DE SETEMBRO Manifestação e comício promovidos pela CA da CMS. Participaram todos os partidos integrados no Governo Provisório.

1 DE OUTUBRO Sessão de esclarecimento político do PPD para os trabalhadores da PROVAL e EVICAR. Foi abordado o tema: “Problemas do trabalho”.

2 DE OUTUBRO Sessão de esclarecimento da LCI, no Círculo Cultural de Setúbal, dirigida “aos operários e trabalhadores de Setúbal”.

4 DE OUTUBRO Os trabalhadores e alguns acio-

nistas da PROPAM pedem ajuda financeira ao Governo para resolver os problemas da empresa.

5 DE OUTUBRO O dia da implantação da República foi comemorado com diversas iniciativas, com destaque para as seguintes: Às 9 horas foi hasteada a bandeira no edifício da CMS com a presença do Governador Civil, dos vereadores, representantes locais dos partidos que integram o Governo Provisório, GNR, PSP e Bombeiros Municipais. Foram promovidas cerimónias de alteração da toponímia urbana também com a presença dos partidos do Governo e da vereação setubalense.

À tarde realizou-se uma “romagem de saudade” ao túmulo dos democratas antifascistas setubalenses falecidos. *O Setubalense* noticia desta forma o evento: “À frente com a bandeira nacional e a bandeira do Partido Socialista, seguiram em cortejo para junto ao túmulo do Dr. António Luís Pereira de Almeida”.

A celebração da vitória republicana de 5 de outubro contou ainda com um comício no Pavilhão do Naval no qual tomaram a palavra representantes do MDM, MJT, PCP, MDP, CA da CMS, PPD e PS.

6 DE OUTUBRO Trabalhadores das unidades industriais de Setúbal participam na “Jornada Nacional Um Dia de Trabalho Para a Nação”. Tratou-se de uma iniciativa promovida pelo Primeiro Ministro Vasco Gonçalves (1922-2005) para ajudar “a reconstrução da economia do País”.

7 DE OUTUBRO Na reunião da Comissão Administrativa é dada informação sobre o Domingo de Trabalho Voluntário, tendo sido referido que esse dia “se revelou um sucesso de adesão popular em Setúbal”. É feita a redistribuição dos pelouros da CMS.



Comemorações do dia Mundial da Criança.

Fotografias de Joaquim Canelas

- Comemorou-se o Dia Mundial da Infância com várias iniciativas nas escolas e nos clubes desportivos da cidade.

10 DE OUTUBRO O patronato da indústria conserveira falta a uma reunião de negociação do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) que deveria ter tido lugar na sede da Delegação do Ministério do Trabalho, em Setúbal.

11 DE OUTUBRO É promovido um “Canto Livre” de solidariedade com os trabalhadores da PROPAM. Participam entre outros, José Afonso, (1919-1987) Francisco Fanhais (n. 1941) e Vitorino (n. 1042).

13 DE OUTUBRO Assembleia geral na Casa dos Pescadores de Setúbal. Estiveram presentes os delegados das casas dos pescadores do Continente e Ilhas, a fim de procederem à eleição de dois vogais que representarão a classe na Junta Central das Casas dos Pescadores. Estiveram como observadores na referida assembleia três representantes dos Ministérios da Economia, Trabalho e Assuntos Sociais.

15 DE OUTUBRO Cerca de 300 estivadores e barqueiros do Distrito de Setúbal, escolheram uma Comissão Administrativa para substituir a Direção do Sindicato, que se demitiu. A assembleia teve como finalidade a reestruturação do funcionamento do Sindicato, de modo a que este pudesse servir os interesses dos associados. Ficou também decidido que o presidente da Assembleia Geral, a Direção demitida e a Comissão Administrativa trabalhariam em conjunto.

16 DE OUTUBRO O Governador Civil conferiu posse à Comissão Administrativa da Junta Distrital de Setúbal. A CA foi constituída pelos seguintes membros: Presidente: Albertino da Conceição Ferreira, professor do Liceu; Carlos Tavares da Silva, arqueólogo; António Moreira de Freitas, advogado; Josefino Ferreira, geólogo; Álvaro Henrique da Silva, empregado bancário.

21 DE OUTUBRO Na reunião da CMS é dada informação sobre a realização, no Concelho, de uma Campanha de Informação sobre os problemas relacionados com a saúde pública.

Foi ainda deliberado assinar para a Biblioteca Municipal, os semanários: *Margem Sul, Portugal Socialista e Povo Livre*.

25 DE OUTUBRO Trabalhadores da fábrica Indústrias de Montagem de Automóveis(IMA) ofereceram 50 contos aos trabalhadores da PROPAM. O dinheiro foi obtido pelo dia de trabalho voluntário.

27 DE OUTUBRO Criação da Campanha de Dinamização Cultural do MFA. Vários jovens do Círculo Cultural de Setúbal dispõem-se a participar nas campanhas no norte do País.

COMUNICADO DO PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

Indivíduos não identificados têm escrito nos muros e paredes da cidade frases caluniosas para o P.P.D. comparando-o com o fascismo, nazismo, etc. O P.P.D., que está no Governo de coligação, não acredita que esta agressão ideológica tenha sido emanada de elementos de algum dos partidos que estão no Governo, pois seria o mesmo que estes admitirem que estão no Governo coligados com fascistas. É, portanto, mais uma manobra de elementos da reação ou de indivíduos totalmente ignorantes do que seja Democracia e que, desta forma, procurando criar confusão ou conflitos entre partidos, servem, na verdade, os interesses da reação, prejudicando a unidade tão necessária ao País. É esta a resposta do P.P.D. - Partido Popular Democrático. A bem da Social-Democracia, A Comissão Coordenadora do P.P.D. – Núcleo de Setúbal

5 de novembro de 1974

4 DE NOVEMBRO Delegações de trabalhadores municipais e equipados de todo o País, integrados ou não em secretariados distritais, reuniram-se nos Paços do Concelho de Setúbal, para prepararem a constituição do Secretariado Nacional, representativo da classe, com o objetivo de criarem o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local.

OS PIONEIROS COMEMORAM EM SETÚBAL O ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Perante a assistência, disse um membro do PCP: “Os pioneiros” apresentam-se pela primeira vez em público e escolhem esta data, a mesma em que decorrem na União Soviética os festejos da Revolução Socialista. “Os pioneiros” dão o exemplo da amizade internacional.

Algumas destas crianças viveram na União Soviética onde foram educadas num profundo clima de liberdade dos seus princípios democráticos.

Em Portugal, nas escolas, e durante longos anos, as crianças foram bombardeadas pela propaganda fascista.

Falou depois um “pioneiro” dizendo: Os “pioneiros” do PCP saúdam todos os jovens e trabalhadores de Setúbal. Somos um grupo de jovens dos 5 aos 14 anos e decidimos integrá-los nos ideais democráticos da Revolução de Outubro. Assim, prometemos ser sempre os primeiros a cumprir os nossos deveres”.

Uma “pioneira” leu em língua russa o texto da saudação de um telegrama enviado aos “pioneiros” da União Soviética, que foi por outro “pioneiro” traduzido em português. Os “pioneiros” terminaram a sua apresentação, desfilando ao som do Hino Fraternal.

Reportagem d’O *Setubalense*, de 7 de novembro de 1974

6 DE NOVEMBRO Comício do Movimento Socialista Popular, no Clube Recreativo da Palhavã com a presença de Frei Bento Domingues (n. 1934), António Caboz, Acácio Lopes e Soares Feio.

7 DE NOVEMBRO A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP comemorou o 57.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro. Esteve presente Blanqui Teixeira (1922-2004) do Comité Central do PCP, que disse na sua evocação política: “Comemoramos o aniversário de uma data que teve uma importância decisiva nos destinos do mundo, data que se tornou um marco fundamental na História da Humanidade”.

8 DE NOVEMBRO O correspondente local do *Diário de Lisboa* dá destaque à “grande quantidade de tabaco estrangeiro de contrabando, que foi apreendido pelas Forças Armadas, na zona das Praias do Sado, em Setúbal. Talvez a maior apreensão de tabaco realizada nos últimos anos. Foram também apreendidos três camiões, dois automóveis e uma traineira usados pelos contrabandistas”.

- Isabel do Carmo (n.1940), dirigente do PRP-BR, é entrevistada pelo jornal *O Setubalense*. Na entrevista recusa a necessidade da criação de um partido operário: “A vanguarda da classe operária nasce da base e do seio da classe operária, independentemente de partido e dos partidos atuais. Nós pensamos que nenhum partido é legítimo representante da classe operária, nunca nenhum o foi em nenhuma parte do mundo”.

11 DE NOVEMBRO – Entrevista d’*O Setubalense* a Manuel Alegria, Secretário geral adjunto do PPD. O entrevistado enfatiza a matriz social democrata do Partido: “Social Democracia é um socialismo reformista. É um socialismo

que em lugar de partir de um socialismo de produção, dos meios de produção *vis a vis* um socialismo de distribuição”.

13 DE NOVEMBRO Greve dos trabalhadores da Sado Internacional – empresa cerâmica.

– Sessão de esclarecimento do MSP na Sociedade Musical União e Progresso, em Vendas de Azeitão.

15 DE NOVEMBRO Entrevista d’*O Setubalense* a Francisco Bronze, diretor do *Folha Comunista* órgão oficial da União Revolucionária Marxista Leninista (URML). O dirigente da URML considerou que “A tarefa prioritária dos ML é a reconstrução do partido do proletariado, de um verdadeiro Partido Comunista, já que o Partido de Cunhal se tinha definido na prática, como um partido revisionista, de traição aos princípios do marxismo-leninismo”.

- Sessão de esclarecimento da LCI na sede do Grupo Desportivo da Camarinha.

17 DE NOVEMBRO O MSP realiza uma sessão de esclarecimento na Gâmbia, na qual foram oradores Manuel Abrantes, Rogério Severino e Ricardo Santos. Defendem que “Todas as greves são justas”.

19 DE NOVEMBRO Iniciaram-se trabalhos com o objetivo de regularizar o canal do porto de Setúbal, para permitir a entrada de navios de grande porte, que servem as unidades industriais na margem direita do Sado.

20 DE NOVEMBRO Foram acordadas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal e os empresários agrícolas da

A LCI EXPLICA A FRENTE ÚNICA CONTRA O FASCISMO

Por isso que a “IV Internacional” tenha nascido a partir daí. Quando há falência da III Internacional; quando os partidos comunistas (e isto está ligado à última guerra) declaram que o inimigo número um é a social-democracia... que para eles o problema da luta contra o fascismo não se punha como eles o põem hoje... inclusivamente conheciam que Estaline e Hitler chegaram a acordos sobre reflexos dessa política, enquanto Trotsky e a oposição de esquerda defendiam exatamente o contrário: que o fascismo era um perigo mortal para a classe operária internacional e que era necessário mudar radicalmente de política em relação a eles e que isso passava por uma frente unida da classe operária, por uma unidade com os partidos socialistas, sociais-democratas, e é no contexto de uma guerra mundial dura, que se aproxima e que Trotsky vê perfeitamente no horizonte, que ele e os militantes da oposição de esquerda que restavam, que se salvaram dos processos de Moscovo e das perseguições, decidiram salvar o essencial do programa e da própria prática marxista-revolucionária da Revolução Internacional, fundando a IV Internacional.

O Setubalense, de 11 de novembro de 1974

região. Entre outros aspetos «os empresários comprometem-se a não fazer despedimentos sem justa causa e são proibidos despedimentos sem justa causa, dos trabalhadores com cinco ou mais anos de serviço». Ficou ainda definido que o salário mínimo, por período de 8 horas diárias, para trabalhadores indiferenciados, é de 160\$00 para homens e 120\$00 para mulheres.

ter uma casa equivale a dinheiro actualizado sempre actualizado

V Franca de Xira
quinta da mina
Construído por SOTRANUR, Lda

200 habitações para escritura imediata
ocupação imediata
rendimento imediato e mais 200 para entrega até ao fim do ano

• andares desde 3 a 7/soalhados
• apartamentos mobilados
para habitação própria ou rendimento

Setúbal
TORRES DO SADO
Construído por TETRA, S.A.R.L.

IMPORTANTE:
isenção de sisa até 31 de Dezembro de 1974

Sacavém edifício **CONTINENTAL**
Construído por SOTRANSIL, Lda

TRATA
INVIL
Soc. de Transacções Imobiliárias, S.A.R.L.
MEDIADORA AUTORIZADA

LIBBOA - Avenida da Igreja, Lote 1401 - Telef. 719339, 723232
SETUBAL - Avenida Eng. Duarte Pacheco (local de construção) - Telef. 24731
V. FRANCA DE XIRA - Quinta da Mina (local de construção) - Telef. 22026
SACAVÉM - R. Estado da Índia, En. Estrada Nacional 1 - Km. 6, 19 e 12 - Telef. 2311400, 2510265

Visite os andares modelo

Notícias de Setúbal, 9 de novembro de 1974

O trabalho prestado nos feriados e domingos será pago com o acréscimo de cem por cento e as horas extraordinárias a 50 por cento.

Os empresários agrícolas garantem transporte a grupos de 5 ou mais trabalhadores, sempre que o local de trabalho distar mais de três quilómetros da sua residência.

- Comício do MSP no Pavilhão do Naval com a presença de Manuel Serra (1932-2010) e padre Sampaio (do Macuti).

- Sessão de esclarecimento da LCI no Cine Esplanada das Pontes. Foi afirmado por um dos oradores que “não podemos ter um pé em casa dos trabalhadores e outro em casa dos patrões”.

23 DE NOVEMBRO O *Diário de Lisboa* divulga um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal em que estes

acusam o agrário Manuel Vinhas, proprietário da Herdade Zambujal, de estar a enterrar a azeitona com tratores: “Enquanto o azeite ascende a preços que se tornam inoportáveis para muitas bolsas, centenas de alqueires de azeitonas estão a ser destruídas por proprietários.

Tal atitude significa, além de um atentado à economia nacional, desemprego e fome para muitos trabalhadores que nesta altura do ano iam habitualmente buscar os seus parques rendimentos à apanha da azeitona e à fabricação do azeite”.

26 DE NOVEMBRO Nova sessão de esclarecimento do MSP, na Gâmbia. Defendem que: “Se o povo português tivesse a infelicidade de o PPD ganhar as eleições a ditadura fascista continuava”.

27 DE NOVEMBRO Assembleia geral Extraordinária do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal para discutir o Projeto de lei das associações sindicais.

28 DE NOVEMBRO O Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Santa Clara Gomes, esteve em Setúbal, onde analisou, com os quadros do Ministério dos Assuntos Sociais a situação das Caixas de Previdência.

- Comício da LCI no Clube Recreativo da Palhavã. O comício começou com “os presentes de pé e de punho erguido a cantar a Internacional”.

29 DE NOVEMBRO Reunião plenária de professores, no Liceu Nacional de Setúbal, para discutir a Lei Sindical e o direito à sindicalização.

- Sessão de esclarecimento na sede do Partido Socialista na Avenida Manuel Maria Portela.

30 DE NOVEMBRO Comício do PRP com a pre-

sença de Isabel do Carmo e Carlos Antunes, nas instalações da FNAT.

- Reunião dos monitores da telescola, por iniciativa do Sindicato dos Professores.

2 DE DEZEMBRO Debate político entre a LCI e o PRP-BR. O Partido Socialista e o Movimento de Esquerda Socialista, que tinham confirmado a sua presença não compareceram ao debate. O PS enviou uma carta a justificar a ausência. Os presentes foram também informados que o MDP e o PCP tinham sido convidados para o debate mas não responderam ao convite.

4 DE DEZEMBRO A Administração da fábrica Signetics anuncia que vai fazer despedimentos.

5 DE DEZEMBRO Os trabalhadores do complexo turístico da Torralta reúnem-se em Tróia num plenário para discutirem os problemas da empresa e as reivindicações salariais. Pedem a intervenção do Estado na empresa.

6 DE DEZEMBRO Reunião do Sindicato dos Têxteis com o Secretário de Estado do Trabalho.

8 DE DEZEMBRO O Secretário de Estado da Segurança Social nomeia a Comissão Administrativa da Caixa de Previdência do Distrito de Setúbal, que será presidida pelo advogado José Canhoto Antunes.

9 DE DEZEMBRO Realização, no Pavilhão do Naval, do primeiro comício em Setúbal do MDP depois da sua transformação em Partido. A mesa era composta por Fernando Gravatinha, Vítor Dias, Tavares da Cruz, César Pratas e Ezequiel Vicente.

13 DE DEZEMBRO São presos os administradores da Torralta.

16 DE DEZEMBRO Os trabalhadores da empresa ANSECAL (construção civil) entram em greve parcial como forma de pressionar a Administração para a obtenção do décimo terceiro mês.

– Os operários da empresa CONCITAL (construção civil) aderem à greve.

17 DE DEZEMBRO O Sindicato Livre dos Pintores da Construção e Reparação Naval e Oficinas Correlativas e a respetiva associação dos distritos de Setúbal e Lisboa assinaram uma convenção coletiva para o mesmo sector, que vigorará até 31 de março de 1975.

20 DE DEZEMBRO Os Trabalhadores da União Elétrica Portuguesa/Sul solidarizam-se com os trabalhadores da PROPAM, oferecendo o dia de trabalho voluntário”.

26 DE DEZEMBRO A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal (USDS) distribuiu um comunicado contra o encerramento das atividades comerciais e industriais no dia de Ano Novo: “Ao ter conhecimento de que se manifesta por parte de alguns empresários a intenção de encerrar as suas atividades «comerciais e industriais» no período de fim-de-ano, encerramento que nalguns casos se prolongaria até quinze dias, chama a atenção dos Sindicatos e dos trabalhadores em geral para um estado de alerta no sentido de estes não consentirem no encerramento das empresas onde trabalham.

Esta tomada de posição por parte da USDS deve-se ao facto de a não comparência dos trabalhadores nos locais de trabalho dar origem à desmobilização e à quebra de vigilância, o que naquele momento se revestia de gravidade, dadas as manobras possíveis da reação, nomeadamente no campo do boicote económico.

27 DE DEZEMBRO O Governo nomeia uma Comissão Administrativa para a empresa de ferimentos PROPAM.



CRONOLOGIA 1975

4 DE JANEIRO Os operários mineiros dos distritos de Beja e de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram uma proposta em que exprimem o seu total repúdio pela realização do seminário da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (C.I.S.L.) em Portugal.

6 DE JANEIRO Tomada de posse da Comissão Instaladora de Gestão do Hospital de Setúbal, o qual, a partir desta data, deixou de ficar dependente da Provedoria da Misericórdia de Setúbal.

- O Administrador delegado da SETENAVE, Eng.º Álvaro Barreto (n. 1936), afirmou aos representantes dos órgãos da informação que “até 1976 a Setenave irá criar 6500 novos empregos em Setúbal”, afirmando ainda que “tudo melhoraria se a cidade de Setúbal desse

também um passo em frente na resolução das suas carências”.

8 DE JANEIRO Colóquio sobre “Ecologia” no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal, por iniciativa da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, com a participação do especialista Rocha Barbosa e animado pelo jornalista Afonso Cautela (n. 1933).

9 DE JANEIRO Sob o título “Firma Xavier de Lima - Trabalhadores exigem intervenção do Estado”, o *Diário de Lisboa* noticia: “Xavier de Lima deserta do Vitória de Setúbal: Não são apenas os empregados de António Xavier de Lima (1926-2009) que estão preocupados com a atitude do industrial: também os destinos do clube que nele confiou estão seriamente ameaçados, pois respondeu com a

COMUNICADO CONTRA O SEMINÁRIO DA C.I.S.L. EM PORTUGAL.

No comunicado é referido não reconhecer a esta organização sindical internacional o direito de vir falar aos trabalhadores portugueses e “repudiam totalmente «a manobra (reacionária) de como se serviram abusivamente de um mineiro de Aljustrel, sem conhecimento da direção e da massa associativa do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel, fazendo-o passar por representante dos mineiros de Aljustrel»; propõem ainda que o Governo Provisório tome medidas enérgicas a fim de pôr cobro às tentativas divisionistas, opondo-se à realização de tais seminários que mais não pretendem do que dividir os trabalhadores portugueses. Os mineiros dos distritos de Beja e Setúbal fundamentam a sua proposta nos seguintes considerandos: “durante a longa noite fascista, perseguidos a torturados pelos esbirros da PIDE/DGS, os trabalhadores portugueses sempre lutaram por um movimento sindical unitário e independente; vários sindicatos denunciaram já as manobras divisionistas do seminário, realizado em Portugal pela C.I.S.L., de 16 a 21 de Dezembro passado; a intervenção da C.I.S.L. no movimento unitário dos trabalhadores é uma grave ofensa à dignidade deste; a Intersindical deseja manter as boas relações com todas as Centrais Sindicais Internacionais, mas não pretende filiar-se em nenhuma delas, decisão que já era do conhecimento da C.I.S.L., em 1960, quando os mineiros de Aljustrel reclamavam do patronato salários mais justos e exigiam a readmissão dos camaradas despedidos (nesta altura, cerca de 160) encarcerados torturados nas prisões fascistas pela Pide, nunca a C.I.S.L. os procurou ajudar; a presença de um mineiro em nada representou nem podia representar os mineiros de Aljustrel, pois nem a direção nem os mineiros tinham delegado no sócio qualquer representatividade”.

Sindicato dos Mineiros dos Distritos de Beja e Setúbal

COMÍCIO DO MRPP

P.C.P. – TRAIADOR DA CLASSE OPERÁRIA

Intervio a seguir um camarada da zona Mao-Tsé-Tung do MRPP:

Desde as gloriosas greves da CUF, do Barreiro, em 1943, até aos dias de hoje, a classe operária da Margem Sul tem demonstrado inequivocamente a sua determinação na luta contra a exploração de que foi vítima. Se bem que em determinadas alturas a classe operária da Margem Sul do Tejo fosse controlada por um partido traidor da classe operária e que usa abusivamente o nome de Partido “Comunista”. (...).

Ora atuando diretamente, ora utilizando os seus satélites como a Intersindical, o M.J.T., o M.D.P./C.D.E., o P.C.P. tem demonstrado quais os interesses que defende e a quem defende. Se bem que esse partido traidor ainda desfrute de certa influência sobre certa camada dos elementos mais recuados da classe operária, o facto é que o povo se apercebe à medida que os acontecimentos evoluem, à medida que a revolução avança.

A histórica manifestação da Lisnave demonstra bem o papel desempenhado pelos revisionistas do P.C.P. nessa luta; dizendo que apoia o saneamento, o partido revisionista do traidor Barreirinhas Cunhal, utilizou, aquando dessa manifestação a mesma fraseologia já utilizada nos tempos de Caetano e, através da sua célula, dizia tratar-se de um grupo de aventureiros minoritário que estava a fomentar a desordem. Esse grupo tinha cerca de seis mil trabalhadores, e soube marchar contra as metralhadoras.

Falando em saneamento, esse bando de traidores do povo opõe-se com todas as suas forças ao verdadeiro saneamento. O caso da Lisnave foi um dos mais característicos; mas há outros. A oposição do partido revisionista ao saneamento do fascista Carlos Machado, do *Jornal do Comércio*, entre muitos outros casos, começa a dissipar a nuvem de poeira que esses falsos amigos do povo lançaram aos olhos das massas.

Quando a juventude progressista quis boicotar um comício da juventude fascista do C.D.S., os partidos da burguesia logo se colocaram ao lado do C.D.S. e atacaram os verdadeiros antifascistas”.

O Setubalense, 17 de janeiro de 1974

fuga para parte incerta à confiança que os seus colegas diretivos nele tinham. E é assim que o Vitória de Setúbal está a travar uma das piores crises da sua história, pois havia muitos assuntos pendentes que só Xavier de Lima poderia (ou deveria) resolver”.

10 DE JANEIRO Assalto à Sede do Movimento da Juventude Trabalhadora de Setúbal.

- *O Setubalense* noticia, em primeira página, a conferência de imprensa que anuncia a criação

da Frente Socialista Popular (FSP). Apresentado como o verdadeiro Partido da classe trabalhadora, o jornal integra, ainda, uma longa entrevista a Manuel Serra.

14 DE JANEIRO Manifestação de apoio à unidade sindical, convocada pela Intersindical, na qual participam vários sindicatos.

15 DE JANEIRO *O Setubalense* entrevista, de novo, Manuel Serra, com grande destaque na primeira página do jornal.



Manifestação na Praça do Bocage em 1975.

Fotografia de Joaquim Canelas

16 DE JANEIRO Manifestação dos trabalhadores da Plessey contra os despedimentos.

17 DE JANEIRO O Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal convocou para uma reunião informal com os representantes da imprensa e dos partidos políticos, a fim de lhes dar conhecimento das diligências a levar a efeito “para se obter o maior número de sócios para a mesma Instituição.

O Dr. Patrício Paul expôs a situação presente da Santa Casa, principalmente no que diz respeito à sua gestão e às suas receitas e despesas”.

- O jornal *O Setubalense* noticia que o arquiteto “Manuel Salgado começou a trabalhar no Gabinete de Planeamento da CMS no início do ano de 1975. Foi o primeiro Gabinete criado no país”.

- Comício do MRPP no Pavilhão do Clube Naval Setubalense “promovido pela zona Mao

Tsé Tung do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado. O delegado do Comité Lenine afirmou que “se o povo tivesse tomado o poder, não haveria, hoje, duzentos mil desempregados”.

18 DE JANEIRO A situação financeira do Vitória Futebol Clube agrava-se: “Os jogadores ainda não receberam os ordenados de dezembro nem prémios no valor de 90 contos”.

19 DE JANEIRO A equipa de juniores do Vitória de Setúbal faltou ao jogo do campeonato nacional que deveria ter sido disputado no Estádio da Luz.

- A CA da Câmara Municipal elaborou um comunicado para distribuir à imprensa no qual acusa a Direção do V.F.C. de graves irregularidades que “culminaram com a venda especulativa de terrenos cuja alienação lhe era interdita”.

25 DE JANEIRO A Casa Bocage promoveu um colóquio sobre o Ensino na República Democrática Alemã (RDA). O professor Mário Ramos, assistente numa universidade da RDA, explicou as virtualidades do sistema de ensino desse país.

29 DE JANEIRO No pavilhão do Clube Naval Setubalense realizou-se uma sessão de esclarecimento relacionada com o problema surgido com a venda ilegal, pelo Vitória de Setúbal, dos terrenos anexos ao estádio do Bonfim. A fim de elucidar os seus munícipes, a Comissão Administrativa convoca a população para decidir sobre o destino a dar aos terrenos. A representar a Câmara esteve o Presidente Júlio Severino Santos e a vereadora Odete Santos (n. 1941). As suas intervenções foram fortemente contestadas pelos presentes. O jornal *O Distrito de Setúbal* diz que “a assistência gritava e assobiava”.

30 DE JANEIRO A Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro divulgou um comunicado denunciando o facto de a Secil se recusar a fornecer-lhe o cimento.

A Secil alegou falta de pagamento por parte da Câmara. Esta afirmou que naquele momento devia dez mil escudos, e os serviços municipalizados 25 mil, àquela empresa. Perante estes números, a Comissão Administrativa interroga-se: “Sabotagem económica?” E responde: “Talvez! Até porque alguns trabalhadores ficaram imobilizados por falta de materiais. E mais: isto passa-se no momento em que, por interferência do Ministério do Trabalho, foram distribuídos, por alguns concelhos, trabalhadores profissionais de construção civil que se encontravam desocupados na TORRALTA”.

- À noite, reúne, em Assembleia geral, o VFC para fazer a análise “nua e crua” da situação fi-

nanceira do clube e apreciação de uma proposta da Direção, no sentido de ajudar a resolver “a situação precária que o clube atravessa”. Antes da ordem do dia, vários associados teceram considerações acerca do «caso» dos terrenos, preconizando algumas soluções ou dando sugestões. O vice-presidente do Vitória, Silvério Jones, explicou o caderno de encargos e de receitas. Referiu que “a vida do clube está numa situação difícil. (...) Nesta hora, o importante era os associados unirem-se de modo a resolverem, por si próprios, o problema que atinge o clube”. Depois de ter feito referências ao passado glorioso do Vitória, o vice-presidente “proclamou a união que atualmente existe entre os corpos gerentes (ao contrário do que por aí se diz) e propôs a criação de uma quota suplementar de 10\$00 para cada associado que assista, no Bonfim, aos jogos do Vitória”. A proposta foi aceite sob a condição de apenas ser posta em prática até ser conseguido o montante de 400 contos que seria o preço da montagem da vedação metálica.

1 DE FEVEREIRO Realizou-se no Externato Diocesano uma jornada de reflexão promovida por um grupo de jovens cristãos da cidade, sobre o tema: “Cristianismo e marxismo”. A sessão foi orientada por Manuel Ferreira.

2 DE FEVEREIRO A CA da CMS emite um comunicado explicando a ilegalidade da venda dos terrenos do Vitória e marca um referendo para 15 de fevereiro “para que seja o povo setubalense a decidir sobre o futuro dos terrenos”. O que estava em causa era saber se os terrenos deviam ficar na posse do Vitória ou se deveriam ser devolvidos à posse camarária. Por pressão da direção do Vitória e de alguns sócios a CA recua nesta decisão e o referendo é suspenso.



O Setubalense de 14 de fevereiro de 1975.

7 DE FEVEREIRO Manifestação, em Lisboa, contra o desemprego e contra a NATO convocada pela Interempresas (estrutura de coordenação que agrega cerca de 40 Comissões de Trabalhadores de empresas de Lisboa e Setúbal). A CT da SETENAVE lê um comunicado no fim da manifestação. O Governo Civil de Lisboa tinha proibido esta manifestação.

- Sessão Cultural na Casa Bocage sobre o tema “A Banda Desenhada”, orientado por Carlos Barradas e Vitor Mesquita.

- Sessão de esclarecimento da FSP dedicada aos trabalhadores da MOVAUTO.

12 DE FEVEREIRO Conferência de imprensa do Movimento da Juventude Trabalhadora, em que é anunciada a realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores Estudantes.

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA LIBERDADE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE DURAÇÃO E FINS DE ASSOCIAÇÃO

Artigo 1.º

A Associação de Moradores do Bairro da Liberdade tem a sua sede provisória no Bairro da Liberdade, na freguesia de S. Sebastião, em Setúbal e durará por tempo indeterminado.

Artigo 2.º

A Associação tem por fim:

Melhoria das condições de habitação dos seus associados:

Obter o terreno;

Promover a construção de casas;

Promover a construção de equipamento social e coletivo (creches, postos de socorros, salas de convívio, etc.);

Defesa dos interesses dos associados perante as entidades públicas e privadas;

Administrar e manter todo o património associativo;

Resolver todos os problemas do Bairro ou fazê-los resolver pela Administração Pública (Estado, Câmara Municipal de Setúbal, etc.);

Obter para os seus associados os benefícios de ordem material que a Direção entenda possíveis e os fundos necessários para a Associação;

Organizar e realizar atividades culturais e desportivas de que resulte desenvolvimento do espírito associativo;
Difundir entre as populações com idênticas condições de vida, as vantagens da vida associativa da cooperação.

Artigo 3.º

A Associação está ao serviço dos Moradores do Bairro da Liberdade e desenvolverá a sua atividade dentro de um espírito solidário e não lucrativo, mantendo a associação em matéria de política estrito apartidarismo e absoluta neutralidade religiosa.

CAPÍTULO II DOS SÓCIOS

Artigo 4.º

Podem ser sócios da Associação todos os cidadãos portugueses maiores de 18 anos que residam no Bairro da Liberdade à data da fundação da Associação, bem como os que aí residirem há pelo menos um ano quando atingirem os 18 anos.

A Assembleia Geral determinará, em data futura, as condições em que outras pessoas que não as referidas no corpo deste artigo poderão ser admitidas como sócios.

Artigo 5.º

Compete à Direção decidir sobre a admissão dos sócios podendo os candidatos, se a sua proposta for rejeitada, recorrer para a Assembleia Geral.

Artigo 6.º

São direitos dos sócios:

- Eleger e ser eleito para os corpos gerentes;
- Recorrer para a Assembleia Geral das decisões da Direcção e do Conselho Fiscal que repute ilegais ou injustas;
- Usufruir dos benefícios proporcionados pela Associação;
- Participar ativamente na vida da Associação;
- Ser informado de tudo o que diz respeito à vida associativa;
- Pedir a convocação da Assembleia Geral em reunião extraordinária para tratar de questões que interessam ao bairro ou à vida associativa nos termos do artigo quarto;
- Propor à Direcção, de preferência por escrito, qualquer medida que ache conveniente;
- Habitar o fogo que lhe seja atribuído nos termos destes estatutos.

Artigo 7.º

São obrigações dos sócios:

- Pagar mensalmente à Associação uma quota mínima a fixar pela Direcção;
- Contribuir com o seu trabalho e outros tipos de colaboração para o progresso da Associação;
- Acatar as decisões dos corpos gerentes;
- Cumprir estes estatutos, regulamentos e deliberações da Assembleia Geral e fazer com que outros sócios os cumpram;
- Exercer gratuitamente os cargos para que foi eleito ou nomeado;
- Não recusar sem motivos justificados a sua eleição para os cargos sociais ou comissões especiais;
- Colaborar com a sua iniciativa e as suas críticas em todas as atividades da Associação e dos corpos gerentes.

CAPÍTULO III DO DIREITO DE HABILITAÇÃO

Artigo 8.º

As casas e o equipamento social ficarão em regime de apropriação colectiva pelos sócios;
As casas serão atribuídas aos associados em direito de uso e habitação.

Artigo 9.º

Por morte do sócio utente o direito de habitação transmitir-se-á automaticamente aos familiares pela seguinte ordem:

- 1.º - Cônjuge sobrevivivo;
- 2.º - Descendentes (filhos, netos, bisnetos...) mesmo que menores;
- 3.º - Parentes mais próximos do sócio falecido que nessa altura vivam em casa do falecido em comunidade de mesa e habitação.

Quando na casa habita mais que um descendente ou parente a decisão quanto à atribuição da casa será tomada por comum acordo sendo possível que todos permaneçam na casa até que o decorrer do tempo e as necessidades de cada um imponham outra solução acordada por todos;
Quando na casa ao tempo da morte do sócio habitam além dos descendentes qualquer outra pessoa parente ou não e que com ele viva em economia comum será por comum acordo que se decidirá quem fica a habitar a casa;

Caso não seja possível o acordo previsto no número anterior será a Direção da Associação conjuntamente com o interessado ou eventualmente a Assembleia Geral quem resolverá o conflito.

Artigo 10.º

Na falta das pessoas mencionadas nos artigos anteriores o direito de habitação da casa será transmitido pela Associação ao parente mais próximo do sócio falecido.

Artigo 11.º

Para os efeitos dos artigos anteriores considerar-se-ão como descendentes os filhos adotivos mesmo que a adoção não se encontre legalizada;
Igual critério será aplicável à situação do cônjuge.

Artigo 12.º

O sócio que abandonar a Associação perde os direitos e regalias inerentes ficando nesse caso obrigado a:

- Deixar a casa em bom estado, ficando responsável pelos estragos que provocar na habitação;
- Pagar as quantias em atraso até à data da sua saída;
- Avisar a Direção da Associação com pelo menos trinta dias de antecedência.

Artigo 13.º

A casa do sócio que abandonar a Associação transmitir-se-á a descendentes ou outros parentes desde que residentes no bairro, sejam sócios e não possuam ainda casa própria;
Caso contrário a casa ficará para a Associação que a entregará a outro sócio necessitado.

Artigo 14.º

O sócio a quem seja atribuída uma habitação já total ou parcialmente amortizada por outrem

deverá pagar uma quantia pela sua utilização a determinar conjuntamente pela Direcção e pelo Conselho Fiscal e que será aprovada em Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO
I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 15.º

A orientação e administração da Associação competem aos seguintes órgãos: Assembleia Geral; Direcção; Conselho Fiscal.

Artigo 16.º

O mandato dos sócios eleitos para os órgãos dirigentes é de um ano, renovável uma só vez. As eleições terão lugar em reunião da Assembleia Geral dos Moradores a decorrer no mês de Janeiro;

Em qualquer altura, porém, pode a Assembleia Geral, se houver motivo justificado, revogar os mandatos ou algum dos mandatos.

Artigo 17.º

Os sócios eleitos para fazerem parte dos órgãos gerentes iniciam as suas funções a partir da Assembleia Geral que os elegeu, devendo a mesa dessa Assembleia Geral conferir-lhes a posse nos respetivos cargos.

Artigo 18.º

Os órgãos dirigentes que cessem funções, por qualquer razão, continuarão no exercício delas até que a posse seja dada aos novos órgãos pelo Presidente da mesa da Assembleia Geral. Na sessão em que tenha lugar a posse dos novos membros dos órgãos dirigentes deverão igualmente comparecer os anteriores membros que farão a entrega dos valores, escrituração e demais documentos.

II A ASSEMBLEIA GERAL DE MORADORES

Artigo 19.º

A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios moradores em pleno uso dos seus direitos sociais;

A Assembleia Geral terá uma mesa, eleita por ela, constituída por um Presidente, que dirige e dois secretários que farão as atas das reuniões;

Compete à mesa de Assembleia Geral dirigir os trabalhos nas reuniões e convocar os sócios para as Assembleias Gerais ordinárias ou extraordinárias que lhe forem solicitadas. A direcção dos trabalhos nas reuniões deve fazer-se de modo a que a discussão seja disciplinada, evitando que se afaste dos assuntos a discutir, repetições, perdas de tempo ou qualquer atitude que demonstre menos respeito pelos sócios intervenientes. A mesa deve ainda pôr os assuntos à votação respeitando os estatutos, quando os sócios se considerem suficientemente esclarecidos; Na falta ou impedimento dos membros da mesa a Assembleia Geral designará na próxima reunião quem os substitua.

Artigo 20.º

A Assembleia Geral reunirá ordinariamente em janeiro de cada ano para aprovação dos

relatórios e contas e eleição dos sócios que farão parte dos órgãos dirigentes;
 A Assembleia Geral reunirá ainda extraordinariamente sempre que a Direção, o Conselho Fiscal ou um décimo dos sócios a convoque, por intermédio da Mesa, para discutir ou decidir sobre algum assunto de interesse para a vida associativa;
 As Assembleias têm de ser convocadas oralmente e por escrito com indicação expressa dos assuntos a discutir, dia, hora e local com pelo menos 4 dias de antecedência;
 Quando a sua convocação se dever à iniciativa de um grupo de sócios estes estarão necessariamente presentes, salvo motivo de força maior devidamente justificado sem o que a Assembleia não poderá reunir.

Artigo 21.º

A Assembleia Geral só funcionará em 1.ª convocação com a presença da maioria absoluta dos sócios, se não houver número suficiente será feita 2.ª convocação. Em 2.ª convocação a Assembleia funcionará com qualquer número de sócios.

Artigo 22.º

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos sócios presentes e votantes;
 É nula toda a deliberação tomada sobre assuntos estranhos àqueles para que a Assembleia tiver sido convocada;
 Cada sócio terá apenas direito a um voto. Se não lhe for possível estar presente, poderá ser representado, se assim o quiser, por outro sócio mediante documento escrito;
 Não é permitido ser representante de mais que um ausente.

Artigo 23.º

Compete à Assembleia Geral de Moradores como órgão máximo de decisão:
 A orientação geral da Associação e o controlo dos órgãos dirigentes;
 Eleger os sócios que farão parte dos órgãos dirigentes;
 Se necessário revogar em qualquer altura, os mandatos dos órgãos dirigentes;
 Discutir e aprovar o relatório e contas da Direção e o parecer do Conselho Fiscal e orçamento;
 Deliberar sobre as dúvidas surgidas na interpretação dos habitantes ou da falta de regras;
 Deliberar sobre a exclusão dos sócios;
 Alterar os estatutos;
 Fazer se necessário um regulamento interno;
 Decidir qual o quantitativo das quotas e modificá-las quando necessário;
 Deliberar sobre qualquer proposta ou assunto para que tenha sido convocada, bem como sobre as recusas que os sócios apresentem das deliberações da Direção;
 Fazer os critérios para atribuição dos fogos;
 Deliberar sobre os empréstimos a contrair para realização dos fins associativos, determinando os critérios que fazem as mensalidades que os sócios entregarão para amortização das dívidas da Associação;
 Compete ainda à Assembleia tudo o que não for atribuição dos outros órgãos da Associação.

III DIREÇÃO

Artigo 24.º

A Direção é constituída por um mínimo de 5 associados que escolherão entre si um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e os restantes vogais.

Sendo mais de 5 elementos diretivos escolherão ainda um Vice-Presidente.

Artigo 25.º

As deliberações da Direção são tomadas pela maioria de votos dos seus membros sendo obrigatório a presença de pelo menos 2/3. A Direção reponde coletivamente por todos os seus atos e deliberadamente perante a Assembleia Geral, não podendo os seus membros absterem-se de votar;

2- A Direção obriga-se com a assinatura do Presidente, do Secretário e do Tesoureiro. Na falta ou impedimento de algum deles far-se-á a sua substituição por um dos vogais.

Artigo 26.º

Compete à Direção como órgão de execução:

Administrar com o máximo de zelo e em conformidade com os estatutos e as deliberações da Assembleia Geral os interesses associativos, dando sempre execução às decisões da Assembleia Geral e Concelho Fiscal;

Fazer e zelar pela boa ordem e legalidade dos livros de escrituração, adotando as medidas necessárias para que ela se mantenha em dia;

Negociar e contratar segundo as decisões da Assembleia Geral, as compras, obras, empréstimos e financiamento outorgando sempre em nome da Associação;

Representar a Associação em juízo e fora dele, ativa e passivamente;

Deliberar sobre a admissão e exclusão de sócios;

Ter uma reunião ordinária pelo menos de 15 em 15 dias e todas as extraordinárias que forem necessárias;

Elaborar e submeter anualmente à apreciação da Assembleia Geral um relatório e as contas respeitantes à sua atividade;

Elaborar e submeter à apreciação da Assembleia Geral as propostas necessárias ao bom andamento e cumprimento dos fins associativos;

Elaborar e submeter à apreciação da Assembleia Geral os regulamentos necessários ao bom andamento dos órgãos sociais;

Informar a generalidade dos moradores e a Assembleia Geral de como decorre a administração da Associação e de todos os problemas que afectem a vida associativa;

Promover a difusão da sua atividade e das suas experiências quanto à resolução dos problemas das populações mal alojadas;

Promover iniciativas desportistas, culturais ou de esclarecimento político de sua iniciativa ou dar execução às que forem sugeridas por qualquer dos associados;

Praticar todos os demais atos impostos pelos Estatutos, Regulamento Interno, Assembleias Gerais e ainda todos os que sejam necessários ao bom andamento da vida associativo.

IV CONSELHO FISCAL

Artigo 27.º

O Conselho Fiscal é constituído por um mínimo de três membros que entre eles escolherão um Presidente, um Secretário e um Relator.

Artigo 28.º

Compete ao Conselho Fiscal:

Examinar mensalmente toda a escrituração e as contas da Direção e verificar se estão exatas;

Conferir os saldos da caixa de depósitos;
Fiscalizar toda a atividade administrativa da Associação;
Assistir, quando o entender, a reuniões de Direção, nas quais terá voto consultivo;
Requerer a convocação da Direção e da Assembleia Geral sempre que o ache necessário para dar informações ou solicitar decisões;
Apreciar por escrito o relatório anual e as contas da Direção e bem assim qualquer outro assunto sobre o qual lhe seja pedido parecer.

Artigo 29.º

São receitas da Associação as quotizações dos sócios, os subsídios do Estado e das Autarquias locais, os empréstimos que a Associação detiver e os donativos que lhe forem atribuídos e quaisquer outros;
A participação dos sócios far-se-á em dinheiro, trabalho ou bens.

Artigo 30.º

São fundos da Associação:

Fundo de Investimento;

Fundo de Reserva;

Fundo de Amortização;

Fundo de Manutenção e Reparações;

Fundo desportivo, recreativo e de assistência;

O Fundo de Investimento é formado por todas as receitas destinadas a investir nas obras do bairro;

Os fundos são constituídos por percentagens a determinar em Assembleia Geral conforme as necessidades e retirados dos saldos de exercício.

Artigo 31.º

Nenhum livro que a Associação utilizar para registo do seu trabalho e das contas será confidencial, podendo qualquer sócio consultá-lo e exigir explicações sobre o mesmo.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 32.º

A Associação concederá aos seus associados, gratuita ou generosamente conforme as circunstâncias de cada caso, auxílio em materiais de construção para a construção pelos associados das suas habitações ou melhoria das mesmas.

Artigo 33.º

A Associação poderá criar, caso a caso e de acordo com o associado interessado, regimes de quotização especial por forma a amortizar parcialmente o auxílio que lhe seja concedido.

Artigo 34.º

Os presentes estatutos poderão ser alterados pela Assembleia Geral especialmente convocada para o efeito e em que estejam presentes três quartas partes do total dos sócios.



O *Setubalense* de 17 de fevereiro de 1975.

14 DE FEVEREIRO Comício da Liga Comunista Internacionalista, no salão da FNAT.

18 DE FEVEREIRO Conflito entre a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Administrativa da CMS. São suspensos dois elementos da CT por terem escrito “uma carta atentatória da dignidade da Câmara”.

– Júlio Santos pede demissão do cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara, no decurso do conflito entre a CT e a CA da CMS.

- O *Diário de Lisboa* destaca, em primeira página, este conflito: “O saneamento de dois funcionários da Câmara Municipal de Setúbal acusados de pertencerem à ex-P.I.D.E./D.G.S. e a suspensão de outros dois, provocou um conflito entre a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal e uma Comis-

são de Trabalhadores. Esta tomada de posição levou ao pedido de demissão do presidente da Comissão Administrativa, após uma noite acidentada em que os seus elementos estiveram até cerca de seis horas da madrugada retidos nas instalações pelo grupo de manifestantes, que pretendeu ocupar o edifício, facto que motivou a presença de uma força do R.I. 11, a qual, porém, não chegou a intervir. (...)”.

– Constituição da Associação de Moradores do Bairro da Liberdade.

- Constituição da Associação de Moradores do Bairro do Castelo Velho.

19 DE FEVEREIRO Duas manifestações em frente à Câmara. Uma que apoia a Comissão de Trabalhadores da Câmara; outra que apoia a Comissão Administrativa.

- O *Diário de Lisboa*, mais uma vez, dá destaque ao conflito entre a CA e os trabalhadores da CMS: “Dois inspetores nomeados pelo Ministério da Administração Interna vão proceder a um inquérito com vista a apurar os factos que deram origem aos incidentes ocorridos na Câmara de Setúbal, provocados por trabalhadores da Câmara Municipal daquela cidade, que entraram em conflito com a respetiva Comissão Administrativa, devido à suspensão de dois funcionários ligados à ex-P.I.D.E./D.G.S. e à admissão de uma telefonista sem ser consultada a Comissão de Trabalhadores.

As forças democráticas de Setúbal reagiram convocando para ontem à tarde uma manifestação a que deram o seu apoio o P.C.P., M.D.P/C.D.E, M.J.T. e M.D.M. solidarizando-se com a comissão administrativa. O P.P.D. e o Secretariado dos Trabalhadores da Administração Local do Distrito de Setúbal toma-

COMUNICADO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Na madrugada de 19 de fevereiro, perante o Governador Civil, os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal e a população de Setúbal, foi lido um comunicado da Comissão Administrativa da Câmara em que se afirmava que a suspensão dos 2 elementos da Comissão de Trabalhadores Marques da Costa e Álvaro Guerreiro não tinham qualquer ligação com a de outros dois na altura saneados por ligações a organizações fascistas.

Repudiamos assim, energicamente, o enquadramento político que se pretende dar ao conflito surgido entre os trabalhadores da Câmara e a sua Comissão Administrativa e consideramos desleais as declarações da Vogal dessa Comissão Dr^a Odete Santos que contradizem aquilo que afirmou por escrito em nosso poder : «a suspensão dos dois membros da Comissão de Trabalhadores foi devida a um ofício escrito por esta Comissão à Câmara, e que, em fase dos termos em que foi redigido, a Câmara considerou atentatória da sua dignidade».

As acusações passíveis de procedimento judicial contidas nas calúnia e difamações que correm a nosso respeito serão apuradas em breve e comunicadas à população.

A atuação dos elementos da Comissão de trabalhadores será sempre norteada exclusivamente pela defesa dos interesses destes e da sua liberdade ainda que isso possa ser considerado «incitamento contra alguém».

Ao abrigo do art. 5.º da lei 2015 foi Álvaro Guerreiro em tempo nomeado como delegado do presidente da Câmara numa Comissão de freguesia para o recenseamento eleitoral a recusa da sua parte tê-lo-ia feito incorrer nas penalidades do art. 304.º do *Código Penal* (então em vigor) e ainda na responsabilidade disciplinar por desobediência, a punir nos termos do *Código Administrativo*. É um dos muitos casos de prepotência exercida pelo regime sobre os trabalhadores.

É evidente que querem servir-se de nós, trabalhadores honestos da Câmara, para alcançar vantagens de ordem política. Recusamos esse envolvimento e contamos com a solidariedade dos nossos camaradas trabalhadores e da população. Somos sinceros e honestos de propósitos. Não procedem assim connosco. Os trabalhadores retiram a sua confiança à vogal da Comissão Administrativa Dra. Odete Santos.

Repudiamos as acusações de anticomunismo. Temos muitos comunistas connosco. Comunica-se que foi anulada pela Comissão Administrativa a suspensão dos dois elementos da Comissão de Trabalhadores e estão já em Setúbal 2 inspetores administrativos a averiguarem as atuações desses elementos.

Defendemos a liberdade de trabalho.

Defendemos o direito de crítica.

Exigimos que nos respeitem.

Repudiamos solidariedade a elementos fascistas e totalitários.

20 de fevereiro de 1975

A Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal

COMUNICADO DO PARTIDO REVOLUCINÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO/BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS denuncia o comunicado feito por provocadores fascistas que foi distribuído esta manhã no Liceu de Setúbal. Esta provocação insere-se num conjunto de outras provocações que ultimamente têm sido feitas ao nosso Partido, mas que saberemos desmascarar e punir severamente.

Utilizando a sigla P.R.P.-B.R. estes reacionários que não se poupam a despesas (o comunicado é feito em fotocópias) pretendem espalhar a confusão fazendo desviar a atenção da luta de morte que se trava neste momento em Portugal entre o proletariado e a burguesia, pretendendo reduzir tudo a questões secundárias para assim abrir o caminho a outra revolução.

O proletariado e as organizações revolucionárias saberão distinguir o que é fundamental do que é secundário e destruir a reação que se procura reorganizar, utilizando os mais variados pretextos e provocações.

MORTE AO FASCISMO

CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

PELA DITADURA DO PROLETARIADO

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA – PELO COMUNISMO

Comité Local de Setúbal do P.R.P.-B.R. (Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias)

25 de fevereiro de 1975

ram posição a favor dos dois funcionários suspensos contra a comissão administrativa”.

21 DE FEVEREIRO Sessão de esclarecimento da LCI no Clube Desportivo da Camarinha.

22 DE FEVEREIRO Assembleia Geral do Sindicato dos Operários Metalúrgicos do Distrito de Setúbal para discutir e aprovar os Estatutos eleitorais. Realizou-se na Sociedade Democrática União Barreirense.

– Sessão de esclarecimento da LCI, no Centro de Recreio Popular, no Bairro da Conceição.

24 DE FEVEREIRO O Vice Presidente, Francisco Lobo (n. 1931), informa a vereação de que Júlio Santos oficializara a demissão do cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara.

25 DE FEVEREIRO O *Diário de Lisboa* publica um

esclarecimento do Secretariado Provisório dos Trabalhadores da Administração Local do Distrito de Setúbal, relativamente a uma notícia que surgira cinco dias antes do saneamento de dois funcionários acusados de ligações à P.I.D.E.: «1. O Secretariado dos Trabalhadores da Administração Local do Distrito de Setúbal e os trabalhadores municipais não defendem os dois funcionários suspensos por ligações à ex-P.I.D.E./D.G.S.

2. O Secretariado defendeu os dois trabalhadores membros da Comissão Representativa de Trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, que foram suspensos sem justificação pela Comissão Administrativa.

Na notícia em referência, o P.P.D. e este Secretariado vêm mencionados conjuntamente. Esclarece-se que não há qualquer ligação entre estas duas entidades. Este Secretariado, como organismo de carácter sindical, tem procurado e conseguido ser isento de partidarismos».

26 DE FEVEREIRO A reunião de professores da Escola Polivalente decide: rejeitar exames mais seletivos; considerar justa a luta dos estudantes que estão em greve.

28 DE FEVEREIRO Primeiro comício da FSP depois de se legalizar como partido político. O comício decorreu no Pavilhão do Naval Setubalense, com a presença de Manuel Serra.

2 DE MARÇO Primeira Assembleia geral da População do Concelho de Setúbal. Presentes 1500 pessoas. Discussão de várias propostas, entre as quais um plano de uso de casas vagas.

3 DE MARÇO Entrou em funções o novo comandante do Porto de Setúbal, o capitão de fragata Telmo Rego de Oliveira.

1.ª ASSEMBLEIA GERAL DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE SETÚBAL RESOLUÇÕES PARA CASAS VAGAS E ARRENDAMENTOS URBANOS

- 1 - Que todas as Comissões de Moradores procedam ao levantamento das casas vagas e entreguem a relação na respetiva Junta de Freguesia, com indicação das que necessitam de obras.
- 2 - Que em relação a estas, cujos proprietários não tenham ainda iniciado as obras a Comissão Administrativa da CM de Setúbal, inicie a sua reparação urgente.
- 3 - Que a Câmara Municipal de Setúbal substitua os proprietários nos contratos de arrendamento, nos seguintes casos:
 - a) Casas não declaradas na CMS.
 - b) Casas que necessitam de obras que sejam realizadas pela Câmara e que já tenham estado arrendadas.
 - c) Casas que continuam vagas após o prazo estabelecido por Lei 120 dias.
 - d) Casas que nunca estiveram arrendadas e das quais não tenha sido requerida a avaliação após o referido prazo de 120 dias.
 - e) Casas que não obstante terem sido objeto de avaliação continuem por arrendar.
- 4 - Que em relação às casas não arrendadas após o decurso do referido prazo de 120 dias, e àquelas em que a Câmara proceda a obras, seja a Comissão de Moradores e a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia respetivas a decidir a quem devem ser atribuídas.
- 5 - Que em relação às casas não declaradas a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia em colaboração com as Comissões de Moradores, afixe a relação das que se situam na área da Freguesia, cabendo à Comissão Administrativa da Câmara a afixação de uma relação de todas as da área do concelho.
- 6 - Que os interessados nas casas constantes destas relações se inscrevam na Junta de Freguesia onde se situe o prédio pretendido, no prazo de 15 dias a contar da publicação da lista.
- 7 - Que em relação às casas que ainda nunca estiveram arrendadas e de que não tenha sido requerida a avaliação seja a Câmara Municipal a requerer esta.
- 8 - Que em relação a todas as outras sejam a Comissão de Moradores, a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia e a Comissão Administrativa da Câmara a fixar a renda corrigindo, quando necessário, os critérios da Lei com critérios de carácter social e geral.
- 9 - Que detectados os casos de irregularidade se prossiga na aplicação das sanções penais contra os infratores, previstas na Lei.
- 10 - Que se proponha ao Governo a inclusão das Bases desta proposta em diploma adequado.

A proposta aprovada na 1.ª Assembleia Geral da População do Concelho de Setúbal foi “homologada” pela Comissão Administrativa da C.M.S na reunião de 3 março 1975

ASSEMBLEIA GERAL DO CONCELHO DE SETÚBAL PROPOSTAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ARTE E ARQUEOLOGIA

A Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, propôs:

1 - Com medida de carácter global, a criação de um Parque Nacional que abranja não apenas a Serra da Arrábida propriamente dita, como englobe ainda toda a zona situada a norte e a ocidente da cidade de Setúbal, ou seja as Serras da Arrábida e de S. Luís. Queremos, no entanto fazer notar que estamos inteiramente de acordo com o arquiteto Rafael Botelho (n.1923) quando afirma que não se tratará só de defender certos valores naturais mas de lhes dar função atuante na formação cultural do povo. Por outras palavras, pretendemos, e ainda com o mesmo autor, “a criação de um Parque Nacional dedicado ao povo, para seu benefício, educação, e recreio, e conservado e usado para que se mantenha intacto para gozo das gerações futuras”.

2 - Como medidas a pôr em prática imediatamente:

2.1 - Que se obrigue a empresa Secil a utilizar, em todos os seus fornos, filtros que impeçam a poluição atmosférica.

2.2 - Que a mesma Empresa seja obrigada a proceder à reflorestação das zonas alteradas.

2.3 - Que a área de exploração levada a efeito pela Secil dos calcários e margas seja restringida ao máximo e rigorosamente limitada.

2.4 - Que seja determinada a suspensão da atividade de pedreira da encosta Este da Serra de S. Luís, e obrigado o proprietário do respetivo terreno a proceder à recuperação da zona afetada.

2.5 - Que seja impedido o loteamento e a urbanização das «quintas» ainda existentes entre a cidade e a Baixa de Palmela, por um lado, e as Serras dos Barris e de S. Luís, por outro.

2.6 - Que sejam nacionalizados e abertos ao público o Convento da Arrábida e o Palácio da Bacalhoa.

2.7 - Que os elementos com interesse histórico-artístico existentes em imóveis particulares, por correrem o risco de desaparecer na medida em que se encontram completamente à mercê dos donos dos respetivos edifícios, passem a fazer parte do património municipal.

5 DE MARÇO Comunicado da Reunião Inter-Câmaras do Distrito de Setúbal explicando que “O Distrito de Setúbal é um dos alvos da reação”.

O comunicado aponta alguns exemplos:

“O início de uma violenta campanha contra reuniões inter-câmaras, acompanhada de ataques às Assembleias do Conselho, tendo por fundo uma violenta campanha anticomunista.

As autarquias locais são objeto de acérrimos ataques. Criam-se conflitos com as Comissões Administrativas, que no seu elenco têm demo-

cratas que lutaram corajosamente contra a ditadura fascista. A reação serve-se de trabalhadores do aparelho administrativo, tentando opô-los às Comissões Administrativas, dando-lhes a falsa ideia de que estes são os seus patrões. (...)”.

- O jornal *O Setubalense* publicitava em anúncio pago: “PPD – Grande Comício em Setúbal”. O evento deveria ocorrer no Pavilhão do Naval Setubalense e teria a presença, como figura central, de Magalhães Mota (1935-2007), um dos fundadores do Partido Social Democrático

**ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DE SETÚBAL
PROPOSTAS PARA DINAMIZAR AS COLETIVIDADES**

Ginástica, desporto, recreio, música, grupos corais, artes plásticas, etc., constituem necessidades que as coletividades devem satisfazer. Acontece que as vetustas coletividades, carecem da força indispensável, do apoio urgente, não só de autarquias como (e principalmente) das populações. Considerando aquelas e outras verdades foi proposto e aprovado:

- 1 - Que a Câmara Municipal faça um projeto de construção de um pavilhão gimnodesportivo e de um centro cultural, e lhe dê realização.
- 2 - Que se peça à Sociedade Portuguesa de Escritores que alguns dramaturgos elaborem peças de teatro adequado às características do concelho de Setúbal.
- 3 - Que se contactem os professores de ginástica dos nossos estabelecimentos de ensino para que orientem as atividades desportivas das coletividades.
- 3 - Que o Liceu e Escola Técnica facilitem a utilização dos laboratórios de fotografia pelas coletividades.
- 4 - Que as Comissões de Moradores trabalhem em estreita colaboração com as Direções das Coletividades no desenvolvimento do espírito associativo, e de atividades culturais e recreativas.
- 5 - Que se descentralize a biblioteca municipal, criando várias bibliotecas municipais pelas coletividades e bairros.
- 6 - Que as coletividades promovam jogos juvenis.

Reunião de 3 de março de 1975.

e também Ministro sem pasta do Governo Provisório. O comício, publicitado para a sexta-feira seguinte (dia 7), não chegou a realizar-se.

7 DE MARÇO Tentativa de Comício do PPD e contramanifestação. A PSP atira sobre os contramanifestantes. Há vários feridos e é morto um jovem que vinha a sair do cinema.

8 DE MARÇO As instalações da PSP são ocupadas pelo Exército. Os elementos da Polícia serão evacuados para Lisboa sob a proteção dos militares.

– José Afonso, com a colaboração de participantes nos acontecimentos, compõe a canção “Foi na cidade do Sado...”

– Ocupação do palacete na Rua Detrás da Guarda, junto à Praça de Bocage para as novas instalações do Círculo Cultural.



O Setubalense, 12 de março de 1975

COMUNICADO DA REUNIÃO INTER CÂMARAS

É de lamentar que certos meios que se dizem progressistas, tenham alinhado ao lado da reação, aproveitando-se da agitação para tentar impor-se, desprezando a unidade que devia ser o único objetivo dos democratas.

3 – Assistiu-se também a um plano de assalto aos Sindicatos, o que tem obrigado a uma mobilização dos trabalhadores que têm ocorrido em sua defesa.

4 – Também nas nossas escolas se têm infiltrado elementos reacionários. Estudantes em greves desorganizadas ocupam instalações. Um caso há em que se fez ressuscitar a A.N.P., através de panfletos assinados por esta sigla, espalhados num estabelecimento de ensino.

5 – A reação preocupa-se também em fomentar a ocupação de casas e terrenos, método que não pode de forma alguma resolver o problema habitacional do País, e que só contribui para criar um clima de confusão que não favorece a construção da democracia.

A isto responde e responderá a R.I.C do Distrito de Setúbal, desmascarando, como o faz agora, as manobras reacionárias, e alertando a população para os verdadeiros desígnios dos que incitam à confusão e ao caos.

Comunicado da Reunião Inter-Câmaras do Distrito de Setúbal.

O Distrito de Setúbal 11 de março de 1975.

O *Diário de Lisboa* justificará que “O Círculo Cultural de Setúbal, cuja sede ameaça desmoroamento, ocupou, na noite de 8 para 9, um edifício situado na Rua Detrás da Guarda, nesta cidade, desabitado há anos. O proprietário da casa, segundo acusa o C. C. S. tem várias construções desabitadas na cidade e a sua atividade seria «o lucro fácil, através da especulativa indústria da construção civil», e ter-se-ia recusado sempre, de há dois anos a esta parte, a alugar o edifício ao Círculo, sob a alegação de que iria ser demolido. Estes factos são dados a público em comunicação à população de Setúbal, que fecha com as seguintes palavras de ordem: «Os bens capitalistas ao serviço da cultura popular!» e «Expropriações ao serviço do Povo!».

9 DE MARÇO Primeira reunião conjunta das CM dos arredores de Lisboa e Setúbal.

11 DE MARÇO Funeral de João Manuel Fernandes Lopes, operário da construção naval da



Deslocação de militares do Quartel do 11.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

Gáslimpo, morto, durante os incidentes no dia 7 de março, na sequência do boicote ao comício do P.P.D.

12 DE MARÇO Comício e manifestação contra os implicados no golpe-de-Estado do dia anterior. O Comício é organizado pelo PCP. Participa também um representante do Partido Socialista.

COMUNICADO DA FRENTE SOCIALISTA POPULAR AO POVO DE SETÚBAL

Vem a *Frente Socialista Popular*, denunciar à população de Setúbal, mais um ato de injustiça e de prepotência, efetuado por uma representante da alta burguesia desta cidade.

Antónia Perpétua Ramos Cabrela, após habitar durante 8 anos numa barraca, a partir de meados do passado mês, foi obrigada a viver debaixo de uma árvore, pelo facto da barraca ser demolida. A camarada Antónia Cabrela acompanhada por quatro filhos de idades compreendidas entre os 4 e os 14 anos, foi obrigada a sofrer todas as intempéries que se verificaram nos últimos dias, vivendo debaixo de uma árvore, enquanto diversas casas continuam vagas ao capricho da burguesia endinheirada.

Antónia Perpétua ao saber que uma casa situada no Largo do Quebedo (e cujo proprietário é o Dr. Carmona, conhecido cirurgião desta cidade) estava vaga, ocupou-a.

Ao ter conhecimento do facto, a esposa do Dr. Carmona, rapidamente pediu a intervenção da Polícia de Segurança Pública, que a intimou a comparecer na esquadra e a obrigou a abandonar a casa, ficando a camarada Antónia em situação desesperada. Ao pedir à mulher do Dr. Carmona para a deixar habitar a casa, mesmo pagando uma pequena renda, nem que fosse à custa da própria comida, a burguesa Carmona respondeu-lhe que a casa iria ser sujeita a obras. Acontece que a casa está vaga Há 5 MESES.

CAMARADAS. A Frente Socialista Popular, ao tomar conhecimento deste ato repugnante e típico da decadente mentalidade capitalista, não pode permitir que uma pobre mulher e 4 filhos menores, entre os quais uma miúda de 13 anos, ao abrigo da legislação fascista, passe as noites debaixo de uma árvore, enquanto a casa da burguesa Carmona continua vaga.

A camarada Antónia ocupou novamente a casa da Carmona, no dia 4. A F.S.P. pede o apoio de todos os trabalhadores socialistas, para apoiarem a tomada de posição da camarada Antónia.

UNIDOS VENCEREMOS A INJUSTIÇA, A PREPOTÊNCIA E A LEGISLAÇÃO FASCISTA.

ABAIXO AS LEIS FASCISTAS

ABAIXO A BURGUESIA

VIVA A CLASSE TRABALHADORA

PELA AUTOORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Frente Socialista Popular

Largo da Palmeira, 13 de março - Setúbal

Comissão Regional de Setúbal

14 DE MARÇO Comício no Pavilhão do Naval promovido pela União dos Sindicatos de Setúbal, de apoio ao MFA.

15 DE MARÇO Realizou-se no Pavilhão do Naval a 1.^a Assembleia do Distrito de Setúbal. Estiveram presentes delegados dos vários concelhos. O Governador Civil interveio saudando os

presentes e afirmando: “Esta é a primeira Assembleia realizada no país. É a verdadeira expressão da unidade do povo”.

Uma das deliberações da Assembleia foi no sentido de apoiar “a presença do MDP na coligação governamental como medida para reforçar a aliança Povo/MFA, (...) para fazer avançar a Revolução”.

MOÇÃO CONTRA O SETUBALENSE

O jornal *O Setubalense* reacionário de esquerdistas, é um jornal de ataque a democratas honestos;

O jornal *O Setubalense* desempenhou papel importante no ataque reacionário à Comissão Administrativa da Câmara de Setúbal, dando apoio à reação neofascista e que dá cobertura a boatos alarmistas.

Não fez qualquer referência aos incidentes do dia 11 de Março em que o povo, com a classe operária à frente, veio para a rua defender a sua liberdade.

Propõe-se:

1º Um voto de desconfiança ao jornal *O Setubalense*;

2º Propõe-se uma comissão de inquérito ao referido jornal;

3º Que se proceda ao saneamento do jornal

Moção aprovada na 1ª Assembleia do Distrito de Setúbal

16 DE MARÇO Os trabalhadores da Indústria de Panificação do Distrito de Setúbal reunidos em Assembleia Geral, aprovam, por unanimidade, uma moção a enviar ao Conselho Superior da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro de apoio à criação do Conselho Superior da Revolução, onde “manifestam o seu júbilo pelas medidas recentemente tomadas por aquele Conselho, nacionalização da banca e das companhias de seguros, e manifestam a sua integral confiança no processo revolucionário em curso e na direção desse processo”.

- Comunicado da Direção do Sindicato dos Caixeiros Profissionais em Armazém e Profissões Similares do Distrito de Setúbal em que se afirma: “Em nome dos milhares de trabalhadores que representa e certa de expressar a po-

sição da classe solidariza-se e apoia firmemente as medidas anunciadas pelo porta-voz da Assembleia do MFA, Capitão Vasco Lourenço (n. 1942). (...) Entende que deverão ser tomadas medidas concretas anti-monopolistas e anti-latifundiárias que subordinem definitivamente o poder económico ao poder político e cortem a base de apoio à reação imperialista”.

17 DE MARÇO Manifestação de apoio às nacionalizações e ao MFA. Com o apoio do PCP, PS, UJC, UEC, MJT, MDM e União dos Sindicatos de Setúbal.

- Francisco Rodrigues Lobo (n. 1931) na reunião da CMS profere uma intervenção contra as ocupações das casas.

18 DE MARÇO Um numeroso grupo de moradores dos bairros dos Pinheirinhos, Castelo Velho, Liberdade, Nova Cintra e Quatro Caminhos invadiu os Paços do Concelho com o objetivo de pressionar a Comissão Administrativa a apoiar as ocupações feitas por moradores de barracas e casas abarracadas.

- No Pavilhão do Clube Naval Setubalense, o MDP realizou um comício em que foram apresentados os concorrentes do Distrito à Constituinte. António Sobral leu a biografia dos 16 candidatos, assinalando “a notável atividade política dos candidatos contra o fascismo”. Tomaram ainda a palavra Álvaro Monteiro, José Vilhena, Daniel Cabrita e Fernando Gravatinha. Foi referida “a ação do M.D.P./C.D.E. no 11 de Março” e foi ainda sublinhada “a necessidade de uma permanente vigilância contra a reação”.

19 DE MARÇO Assembleia dos trabalhadores da SETENAVE com a presença de elementos do MFA.

INTERVENÇÃO DE FRANCISCO LOBO NA REUNIÃO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CMS DE 17 DE MARÇO DE 1975

“Disse o Vice-Presidente senhor Francisco Rodrigues Lobo que nos últimos dias e com maior intensidade neste fim-de-semana foram ocupadas imensas casas que se encontravam devolutas. Muitos dos ocupantes – disse – vieram à Câmara participar o ato e pedir o direito à ocupação. A Câmara nada tem a haver com semelhantes atitudes que a Comissão Administrativa em princípio até reprova pelo oportunismo e pela injustiça de que se revestiram tais ocupações. É sabido que a Comissão tem em curso um processo para a ocupação dessas casas no qual se tem em vista fundamentalmente atender aqueles que mais necessitam discutindo com os proprietários a renda a pagar.

O que está sucedendo – continuou – é que a maioria dos invasores não são os que se encontram em piores condições. São indivíduos que pagam rendas de casa elevadas ou que pretendem uma casa com mais divisões ou até mais bonita e os pobres desgraçados que vivem em condições mais miseráveis continuarão na mesma situação. É facto que grupos revolucionários iniciaram o processo e incitam-no mas julgamos que os resultados obtidos serão mais negativos que positivos. Além do egoísmo e da injustiça já referidos outro aspeto negativo será a confrontação que naturalmente se fará com as Forças Armadas se estas tiverem que intervir para a desocupação. Considerava uma injustiça e até um crime estarem casas fechadas quando existem só em Setúbal para mais de quinze mil pessoas vivendo em barracas ou em instalações semelhantes mas precisamente por essa razão a Comissão Administrativa tem em curso o processo a que já se referia”.

Ata da Comissão Administrativa da CMS de 17 de março de 1975

- A célula d'O *Setubalense* da FSP emite um comunicado defendendo-se de uma moção aprovada na Assembleia Geral do Distrito de Setúbal, na qual o periódico é acusado de ser “reacionário-esquerdista”. A respetiva Comissão Redatorial emite, também, uma violenta declaração contra aquela tomada de posição por parte da AGCS e incrimina o PCP sem o explicitar.

21 DE MARÇO Sessão de esclarecimento, no Clube Naval Setubalense, promovida pela CA da Câmara e elementos da 5.^a Divisão do MFA sobre o processo de ocupação de casas em Setúbal. A sessão de esclarecimento/comício foi assim noticiada pelo *Diário de Lisboa*: «As casas desocupadas até segunda-feira» foi a palavra de ordem da Comissão Dinamizadora Distrital de Setúbal do M.F.A., durante a sessão de esclarecimento realizada no Clube Naval Setu-

balense. O ginásio registava das maiores enchentes de sempre, segundo nos sublinharam algumas pessoas da cidade, mas após aquela sugestão os populares começaram a abandonar o recinto.

Em Setúbal, tem-se registado desde há algum tempo uma onda de ocupações de casas, que tem causado sérios problemas ao município. Sabe-se que existem cerca de seiscentas barracas, situadas na periferia da cidade e ocupadas pela população trabalhadora, como nos declarou o soldado Carvalho integrado na Mesa que presidiu à sessão de esclarecimento. (...). Foi, todavia, o alferes Botas quem por último apontou as vias para a solução do problema. Após referir que as casas teriam de ser desocupadas até segunda-feira, facto que motivou a saída de inúmeros populares, anunciou que seriam feitas listas de pessoas necessitadas de

A REDAÇÃO D'O SETUBALENSE RESPONDE À MOÇÃO APRESENTADA E APROVADA NA ASSEMBLEIA GERAL DO CONCELHO DE SETÚBAL

Analisar e comentar esta proposta, é ser forçado a reconhecer a incoerência e a infantilidade do seu conteúdo.

Entre o primeiro e o segundo pontos da nota introdutória à proposta, há uma monstruosa incoerência. Enquanto no primeiro ponto se afirma que somos um jornal reacionário de esquerdistas, no segundo assevera-se que damos apoio à reação neofascista. Em que ficamos? Chamar “reacionário de esquerdistas” a um jornal que tem dado dimensionada cobertura a sessões e comícios políticos do P.S., P.C.P., M.E.S., F.S.P., M.J.T., L.C.I., P.R.P./ B.R., M.D.P./ C.D.E., M.R.P.P. será o mesmo que, publicamente, denunciar todos estes partidos ou movimentos políticos como reacionários. E quem é reacionário não serve os verdadeiros e justos direitos do Povo. Logo, quando diz que o está defendendo, estará a traí-lo.

Depois, a leviandade de se garantir que não fizemos “qualquer referência” aos acontecimentos de 11 de Março!!! Que melhor testemunho que o nosso jornal do dia 12 (DOZE) de março? E o do dia 17 de março?

E que imprudência referir que “o povo, com a classe operária à frente, veio para a rua defender a sua liberdade”. Quem se permite falar de liberdade do povo quem dela não deve ter o mínimo conceito ao pretender que se “tape a boca” a um órgão de comunicação social que tem tomado uma posição inequivocamente definida na defesa desse mesmo povo, oprimido durante quase meio século e que, pelos vistos, ainda tem “tutores paternalistas” que pretendem privá-lo dos seus meios de defesa?

O próprio texto da proposta (?) dispensaria estes comentários. No entanto, eles pareceram-nos pertinentes, não só para que não restem dúvidas como, também, para reafirmarmos a nossa neutralidade e deixarmos clara a nossa posição face à proposta (?):

- Não reconhecemos à Assembleia em evidência idoneidade para interferir na vida deste periódico;
- Só hipoteticamente podemos conceber que se constitua a proposta comissão de inquérito que, ainda nesta condição, repudiamos;
- Não permitiremos a ingerência seja de quem for nos assuntos internos d'O Setubalense.
- Os problemas de saneamento, a justificarem-se, só aos trabalhadores e diretor desta empresa dizem respeito.

Finalmente, não compreendemos como se apoia em tão larga escala o Primeiro-ministro do Governo Provisório e de imediato se esquece o apelo que ele tem feito no sentido de se acabarem com ódios e perseguições. Que não é com perseguições e desuniões que se reconstrói o País. É dando as mãos. É trabalhando. É conjugar movimentos num sentido único: o do interesse coletivo. O interesse sagrado da Pátria que tem de ser de todos os portugueses de boa vontade, e não um feudo de alguns. Isto é uma linguagem que não agrada ou “não é entendida” por alguns senhores. Que nos perdoem a franqueza e a desmistificação. Mas não damos cobertura a “manobras concertadas” no sentido da destruição do que é válido. Até porque “SÓ A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA”. E nós somos revolucionários consequentes. Já o éramos antes do aparecimento de “certos revolucionários”.

É PARA NÓS PONTO DE HONRA PERANTE OS NOSSOS LEITORES, ÚNICOS JUÍZES DO NOSSO TRABALHO, QUE NENHUMA FORÇA POLÍTICA DOMINARÁ ESTE JORNAL, NÃO OBSTANTE AS VÁRIAS TENTATIVAS.

A NOSSA LINHA REVOLUCIONÁRIA MANTER-SE-Á INTRANSIGENTE, CUSTE O QUE CUSTAR E DOA A QUEM DOER.

A REDAÇÃO

habitação e das casas devolutas, cabendo à Comissão Administrativa municipal, em conjunto com representantes dos moradores e do M.F.A., distribuir corretamente as casas”.

- Inicia-se uma Semana de Teatro organizada pela Comissão de Cultura e Recreio da Câmara Municipal de Setúbal. A iniciativa é justificada num comunicado em que se afirma: “No momento político que atravessamos o Teatro é uma das mais poderosas armas políticas no aspeto cultural. Veículo de comunicação que pode usar meios de fácil apreensão pelo público, o Teatro deverá hoje ser colocado ao serviço da consciencialização política dos portugueses”.

22 DE MARÇO No Clube Recreativo da Palhavã foi apresentado o filme “Greve-Ocupação” do realizador romeno Martin Kamitz (n. 1938).

- Inauguração, na Casa Bocage, de uma exposição subordinada ao tema: “O poder popular em Cuba”. A exposição foi acompanhada da projeção de diapositivos sobre “Che Guevara”.

- Sessão de esclarecimento promovida pelo núcleo de Setúbal do MES, na sede do Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”.

23 DE MARÇO O MFA, com a colaboração dos Sindicatos dos Pescadores de Setúbal e o Sindicato dos Estivadores de Setúbal, promoveu uma sessão de esclarecimento no salão da FNAT dedicada aos pescadores, estivadores e seus familiares. A sessão foi acompanhada de um filme sobre a pesca.

24 DE MARÇO Intervenção da vereadora Odete Santos, na reunião da CA da Câmara de acordo com a respectiva ata: “As importantes conquistas obtidas a seguir à intentona de 11 de Março, destacando entre elas a nacionalização dos



Creche e Centro Cultural Bairro Salgado 74. Edifício já foi demolido, na esquina da Rua Almeida Garrett com a Av. Alexandre Herculano.

bancos e das companhias de seguros. A reação porém não desistia e logo lançou nova ofensiva. A arbitrária ocupação de habitações constituía uma das suas facetas. Era evidente tratar-se de plano concertado pois surgiu simultaneamente em vários concelhos. Pretende criar-se um ambiente de desordem. Ainda na véspera tinham sido partidos vidros de montras na Rua Augusto Cardoso. Não tinha havido o propósito de roubar, mas apenas de causar prejuízos e praticar distúrbios. Pretende-se criar um clima de insegurança e convencer que não há proteção para a propriedade privada.

Atos semelhantes têm sido explorados com idênticos fins noutros países. Setúbal tem estado na vanguarda dos concelhos onde aqueles fatos se vêm verificando”.

25 DE MARÇO Francisco Ferreira, da Associação de Amizade Portugal Cuba, dinamizou uma visita guiada à exposição na Casa Bocage sobre “O poder popular em Cuba”.

- Reunião da Comissão Coordenadora para o Problema da Habitação, composta por representantes do M.F.A., Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal e uma Comissão Municipal composta por Comissões de Moradores. Decidiu-se durante a sessão de trabalho que a distribuição de casas devolutas deveria ser precedida de inquérito, devendo, igualmente, ser sempre feita mediante um apertado controlo de prioridades.

29 DE MARÇO Comício do PCP, na Praça de Touros Carlos Relvas, para apresentação dos candidatos pelo círculo de Setúbal às eleições à Assembleia Constituinte.

Álvaro Cunhal (1913-2005), que presidiu ao comício, referiu na sua intervenção: «A democracia por que luta o Partido Comunista, a Democracia que queremos instaurar em Portugal, deverá ter simultaneamente duas características essenciais: as mais amplas liberdades (incluindo liberdade de Imprensa e de organização de partidos políticos) e profundas transformações económicas e sociais que alguns chamaram «socializantes» e nós dizemos deverem ser a caminho do socialismo».

3 DE ABRIL O comandante-geral da G.N.R. e da P.S.P., general Pinto Ferreira visitou Setúbal. Falando aos graduados das duas corporações, acentuou que: “Estas são unidades ao serviço do povo e não de repressão, como outrora, devendo o melhor entendimento estar na base da segurança e tranquilidade das populações. E referiu que cada um tem de possuir a competência necessária para ocupar o seu lugar e lutar pelos seus direitos, não podendo esquecer que terá de se integrar na sua missão com o espírito da revolução em que todo o País está empenhado. Em palavras aos agentes, o General Pinto Ferreira esclareceu-os do significado da fusão, que se encontra em adiantado estu-



Assistência de uma representação teatral promovida pelo Grupo Autónomo Experimental Sobe e Desce.

Foto de Joaquim Canelas.

do”. Finalmente, ocorreu uma reunião com o Governador Civil.

4 DE ABRIL – Abertura da campanha eleitoral.

- Comunicado da administração da SETENAVE contra o excesso de contestação por parte dos trabalhadores da empresa e a falta de produtividade.

- Ocupação de um armazém para a instalação do grupo de teatro Sobe e Desce.

16 DE ABRIL Manifestação de apoio às nacionalizações e à Reforma Agrária, promovida pelo PCP.

22 DE ABRIL Trabalhadores do Instituto da Família e Ação Social (IFAS) iniciam uma greve parcial.

25 DE ABRIL Eleições para a Assembleia Constituinte, Resultados nacionais: PS 37,9%, PPD 26,4%, PCP 12,5%, CDS 7,6 %, MPD 4,2%.

Deputados eleitos por Setúbal: P.C.P. (7) - António Dias Lourenço, membro do C.C, diretor do «Avante» e operário metalúrgico; Américo Lázaro Leal, membro do C.C. e operário corticeiro; José Nunes de Almeida, serralheiro mecânico; António Marques dos Santos, operário metalúrgico; Hermenegilda Rosa Pe-

ESTATUTOS DO CONSELHO DE MORADORES

A – DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DO CONSELHO DE MORADORES

- 1 - O Conselho de Moradores será a união de todas as Comissões de Moradores da cidade de Setúbal, com vista a uma luta organizada em torno da resolução dos problemas dos bairros da cidade (habitação, equipamento social, saúde, transportes, etc.).
- 2 - Deverá ser unitário e apartidário.
- 3 - Deverá colocar-se na vanguarda das lutas do povo pela conquista dos seus direitos, e portanto, ser AUTÓNOMO E INDEPENDENTE de toda e qualquer entidade junto da qual se faça representar.
- 4 - A atuação deste Conselho deverá orientar-se a partir das assembleias ou plenários dos respetivos bairros, e submeter-se à crítica das massas populares.
- 5 - Atuar sempre em coletivo, repudiando todas as ações individuais e egoístas.
- 6 - Tentar sempre ligar a luta nos bairros com a luta nas empresas.

B – REGULAMENTO

I

DA ASSEMBLEIA

- 1 - O Conselho de Moradores reunirá em Assembleia, em sessões ordinárias, quinzenalmente, com a presença de 3 elementos de cada comissão.
 - a) Haverá sessões extraordinárias, sempre que necessário.
- 2 - Os elementos de cada comissão terão direito a 1 voto.
 - b) Os elementos de cada comissão de bairro poderão sempre votar em Assembleia de Conselho de Moradores, desde que isso esteja de acordo com o espírito das assembleias de bairro.
 - b) Quando as comissões entenderem que as questões postas ultrapassam o espírito das discussões tidas nas assembleias de bairro, irão consultar as bases.
- 3 - As Assembleias do C. de M. podem ser públicas, mas os observadores só terão direito ao uso da palavra (nunca a voto), quando autorizados pela Assembleia, por se entender que os assuntos que gostem de ver tratados, devem ser postos diretamente às suas comissões de bairro.
- 4 - As reuniões começarão à hora marcada, havendo um prazo de tolerância de 15 minutos, findo o qual começará com os elementos presentes.
- 5 - Haverá um livro de presenças, sendo estas registadas à entrada, findo o período de tolerância, as presenças serão registadas a vermelho.
- 6 - Haverá um livro de atas, no qual serão passadas as atas, tendo estas de ser assinadas por todos os elementos do C. de M., depois de lidas e aprovadas pela Assembleia.
- 7 - A ordem de trabalhos será assente na Assembleia anterior e poderá ser alterada no próprio dia, pela Assembleia.
- 8 - As mesas das assembleias serão sempre compostas por 3 elementos (um presidente e dois secretários):

- a) Os dois secretários serão sempre nomeados pelo secretariado, dentre os elementos que o compõem;
- b) O presidente será nomeado com rotação a todas as comissões de bairro, mediante uma escala que se fará pela ordem alfabética do nome dos bairros;
- c) Sempre que qualquer dos elementos da comissão escalada para exercer a presidência da mesa, não pretender exercê-la por algum motivo, deverá a presidência ser exercida por um elemento da comissão imediatamente a seguir na escala.

II

DOS ELEMENTOS

- 1 - O Conselho de Moradores funcionará com 3 elementos de cada comissão de moradores.
- 2 - Não poderão ser elementos do C. de M.: senhorios, industriais da construção civil e quaisquer outros indivíduos, cuja atividade seja a exploração da força de trabalho de outrem.

III

DO SECRETARIADO

- 1 - Existirá um secretariado com 10 elementos eleitos na 1ª reunião do C. de M., de entre os elementos componentes da Assembleia.
- 2 - Cada comissão de bairro não poderá ter mais de um elemento no Secretariado.
- 3 - Os elementos do Secretariado são fixos, não são remunerados e o seu cargo terá uma duração de 6 meses.
 - a) A exoneração de qualquer dos elementos poderá verificar-se sempre que a Assembleia do Conselho o determinar.

- 4 - O Secretariado tem as seguintes atribuições:

- a) Executar as decisões da Assembleia do Conselho;
- b) Convocar as sessões extraordinárias;
- c) Marcar as presenças dos elementos da Assembleia;
- d) Elaborar as atas;
- e) Tomar a seu cargo os livros de presença e atas;
- f) Nomear dois secretários, entre os seus componentes, a cada mesa da Assembleia.
- g) Para tarefas específicas, poderá solicitar ao C. de M. um grupo de trabalho.

IV

Os princípios fundamentais do Conselho de Moradores podem ser alterados, mediante decisão da Assembleia do mesmo.

C- TAREFAS IMEDIATAS

- I – Apoio à luta dos bairros das barracas;
- II – Apoio à luta pela baixa das rendas;
- III – Apoio à luta pelas infraestruturas nos bairros e localidades da periferia (sanidade, energia elétrica, água, etc.);
- IV – Arranjar SEDE para o Conselho de Moradores.

situação política, considerando haver “uma intenção de sabotar a Revolução para a via socialista”.

10 DE MAIO A Reunião Inter-Câmaras (RIC) elabora um violento comunicado contra as greves.

12 DE MAIO Manifestação dos trabalhadores da firma António Xavier de Lima, junto do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, exigindo a intervenção estatal na administração que se encontra em grave situação financeira.

- A Comissão Administrativa da Câmara toma, de novo, posição contra a ocupação de casas.

- Reunião nas instalações do INATEL com a presença dos representantes do Governo Provisório e de vários sindicatos, com o objetivo de sanear o inspetor de Trabalho Almeida Santos.

14 DE MAIO Nacionalização da Sociedade Industrial de Celulose (SOCEL), localizada à beira-rio, a nascente da cidade.

17 DE MAIO Reunião das Comissões de Moradores convocada pelos bairros de Pinheirinhos, 4 Caminhos e Maltalhado. Presentes: Bairro 25 de Abril, Bairro Dias, 1º de Maio, Humberto Delgado, Castelo Velho e Liberdade.

19 DE MAIO Reunião geral de sócios convocada pela Comissão de Delegados de Setúbal do Sindicato dos Bancários na sala do INATEL (ex-FNAT). Ordem de trabalhos: informações; nivelamento das normas contratuais; reestruturação do sistema bancário; atividade sindical no Distrito de Setúbal.

24 DE MAIO Um comunicado da Comissão de Trabalhadores da SOCEL afirma: “A fábrica

TOMADA DE POSIÇÃO DA RIC CONTRA AS GREVES

A RIC do Distrito de Setúbal reunida em dez de maio de mil novecentos e setenta e cinco analisou e discutiu o surto de greves dos trabalhadores de algumas Câmaras.

Estas greves tiveram início como tem sido amplamente divulgado na Câmara Municipal do Porto por desacordo entre os salários dos Serviços Municipalizados e dos Serviços Camarários. No nosso Distrito também os trabalhadores de alguns municípios aderiram já à greve apoiando a resolução dos trabalhadores do Porto.

Não pondo em causa a justeza das reivindicações a RIC de Setúbal chama a atenção para as consequências desta greve neste momento pois o seu aproveitamento pela reação deixa de servir os interesses dos trabalhadores para causar a instabilidade e o caos fazendo perigar as conquistas democráticas.

Os trabalhadores neste momento podem ter outras formas de luta e não foram esgotadas todas as possibilidades de diálogo com o Ministério para a resolução do conflito.

Compete também ao Ministério e para isso tem vindo a ser alertado desde há algum tempo pelas Comissões Administrativas da situação dos trabalhadores numa resposta pública clara e precisa sobre este assunto de modo a desfazer equívocos entre os trabalhadores e não deixar alargar este conflito para trágicas consequências. Assim a RIC de Setúbal apela para as entidades competentes e para os trabalhadores no sentido de um entendimento sobre tão grave problema esperando uma resolução rápida e satisfatória.



Exposição de desenhos de crianças realizada em 16 de junho de 1975, promovida pelo Grupo Autónomo Experimental Sobe e Desce.

Foto de Joaquim Canelas

tem produzido cem mil toneladas de pasta de papel por ano. Este ano iremos produzir mais cem mil. Com efeito, pretendemos produzir até ao fim do ano corrente duzentas mil toneladas de papel”. Para a Comissão de Trabalhadores está ali “a cumprir-se verdadeiramente a Batalha da Produção”.

26 DE MAIO A Casa Bocage, iniciou uma “Semana de Solidariedade com o Povo de Angola”.

28 DE MAIO O Governador Civil promoveu uma reunião com os três ramos das FA, Forças Militarizadas, Câmara, partidos políticos e sindicatos para analisar a situação política.

- Sessão de canções e poesia angolana, com a presença de José Afonso.

29 DE MAIO Os Tipógrafos d’O *Setubalense* impediram a saída do jornal *República*.

30 DE MAIO Início da “Luta dos 500\$00 por assalhada” decidida numa reunião de inquilinos dos bairros da Azeda, S. Gabriel e Amoreiras.

1 DE JUNHO Visita a Setúbal da cosmonauta soviética Valentina Tereshkóva (n. 1937). Foi recebida com honras, nos Paços do Concelho. O hasteamento da bandeira da União Soviética no mastro principal do edifício da Câmara Municipal provocará a demissão do Presidente da CA da CMS, Vítor Zacarias.

- No dia da criança um helicóptero do MFA lança cravos sobre a cidade de Setúbal para assinalar a “unidade Povo/MFA”.

3 DE JUNHO Reunião dos trabalhadores desempregados, no Círculo Cultural de Setúbal. É distribuído um comunicado no qual se afirma que “o problema do desemprego que hoje se agrava em todo o mundo é fruto das socie-

dades capitalistas; estamos pois certos que esse problema em Portugal só desaparecerá quando chegarmos à sociedade socialista”.

6 DE JUNHO O Governador Civil emite um comunicado exonerando o Presidente da CA da CMS.

13 DE JUNHO A Movauto inicia o processo de reconversão para a fabricação de frigoríficos.

15 DE JUNHO Entrada em doca do petroleiro «Montemuro», da SOPONATA. A Setenave inaugura “a sua atividade de reparação naval. (...). O funcionamento destes estaleiros permite a criação, até final de 1975, de 3600 postos de trabalho e a obtenção de 4 500 000 contos. Dado que 92 por cento da sua atividade é dirigida ao mercado externo, a Setenave poderá ter contributo significativo para o equilíbrio da balança de pagamentos”.

20 DE JUNHO Reunião do Conselho de Moradores.

21 DE JUNHO Comício de solidariedade com “a luta do povo angolano e MPLA promovido pelas organizações locais da FSP, MES, LCI, LUAR, PCP e PRP-BR, realizado na Escola Técnica de Setúbal.

23 DE JUNHO Os trabalhadores da SAPEC ocupam as instalações da unidade fabril, tendo “sequestrado um administrador” que tem liberdade de circular dentro da fábrica, mas não lhe é permitida a saída. Reivindicam a intervenção do Estado na empresa, saneamento da Administração, a não transferência de 11 000 contos de dividendos e a eliminação de gastos superfluos.

25 DE JUNHO Os trabalhadores da SAPEC ocu-

param as instalações da empresa e retêm no seu interior, o administrador Marc Velge e o diretor geral.

28 DE JUNHO Assembleia geral dos moradores que lutam pela da limitação das rendas de casa. Foi criada uma “Comissão Provisória Revolucionária para prosseguir a luta”. Foi dada a informação de que foram feitos mais de 3000 depósitos na Caixa Geral de Depósitos.

30 DE JUNHO Os trabalhadores da empresa Bronzes Cetóbriga iniciam um processo de luta pela manutenção dos postos de trabalho.

2 DE JULHO Reúnem-se delegações da FSP, LCI, LUAR; MDP/CDE, MES e PCP para analisar a situação política e discutir “propostas de ação para a luta de massas” no sentido de “combater a crise económica e política e para avançar no processo revolucionário”.

- Reunião do Conselho de Moradores em que é decidido: “Unir todas as CM com vista a uma luta organizada em torno dos problemas de bairro e cidade: habitação, equipamento social, saúde, transportes; ser unitário e apertidário; ser autónomo e independente de toda e qualquer entidade junto da qual se faça representar; atuar a partir das assembleias ou plenários dos respetivos bairros; atuar em coletivo; tentar sempre ligar a luta dos bairros com a das fábricas”.

- O jornal *O Setubalense* noticia que já existem cerca de 3000 pessoas que terão aderido à luta dos quinhentos escudos por assoalhada e que estarão a efetuar os pagamentos na CGD.

4 DE JULHO Os funcionários da Junta Autónoma do Porto de Setúbal criam o Conselho Revolucionário dos Trabalhadores. Segundo um dos seus principais impulsionadores, Rogério Seve-

DECISÕES DA REUNIÃO DA FSP, LCI, LUAR; MDP/CDE, MES E PCP

- 1 – Impulsionar o movimento popular de massas em torno dos principais problemas económicos e políticos sentidos pelas massas trabalhadoras.
 - 2 – Ultrapassar as velhas estruturas do Estado burguês, pelo esforço de criação dos órgãos unitários que os trabalhadores já criaram ou venham a criar nas empresas, campos e quartéis, no decurso da sua luta contra a reação capitalista.
 - 3 – Impulsionar a realização de Assembleias Populares, onde estarão representados os órgãos unitários dos trabalhadores, de modo a estes deterem ao nível de cada Zona um verdadeiro poder.
- Neste comunicado conjunto há uma nota final que clarifica que: “as organizações presentes esclarecem que o PRP-BR se recusou a discutir a Ordem de Trabalhos, tendo por isso abandonado toda esta plataforma comum de trabalho”.
- Assinado pelas delegações de Setúbal da FSP, LCI, LUAR; MDP/CDE, MES e PCP.

rino, este Conselho era uma estrutura política que pretendia “seguir as regras do COPCON”.

- Nota oficiosa do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente (MESA), que considera que a luta dos 500\$00 por assoalhada era “ilegal e sujeita a penalidades”.

6 DE JULHO Um plenário dos moradores envolvidos na luta pelos 500\$00 por assoalhada responde ao Ministério do Equipamento Social e Ambiente propondo o saneamento do ministro. Propõe igualmente a participação numa manifestação em Lisboa, a realizar em 9 de julho, com as seguintes palavras de ordem: “Fora com a canalha, o poder a quem trabalha; Dissolução da Constituinte, já; Casas sim, barracas não; Nacionalização imediata da construção civil; A luta continua, o Ministro já para a rua”.

7 DE JULHO É ocupado o Asilo Dr. Paula Borba. Os maus-tratos aos idosos e a comida “estragada” que é confeccionada são o pretexto para a ocupação. A ação é patrocinada pela LUAR.

8 DE JULHO Ocupação da Quinta de Miraven-

tos, propriedade de uma cidadã francesa, por trabalhadores e pais das crianças que frequentavam o Colégio Marga. Pretendiam formar uma cooperativa de ensino.

9 DE JULHO É publicado o Documento Guia Povo – MFA, que consagra a democracia direta e a organização popular de base.

– Manifestação dos moradores de Setúbal, em Lisboa, pelo avanço da luta dos 500\$00 por assoalhada.

11 DE JULHO Realiza-se mais uma reunião do Conselho de Moradores. Estiveram presentes mais de uma dezena de Comissões. O Conselho de Moradores é formado por três elementos de cada CM. Não podem integrar este Conselho “os senhorios, industriais de construção civil, ou outros que lucrem com a exploração do homem”. São definidas como tarefas imediatas “o apoio à luta dos bairros de barracas; o apoio à luta pela baixa das rendas de casa, o apoio à luta pelas infraestruturas nos bairros e localidades da periferia”.

12 DE JULHO Morrem, num acidente de viação,

PROJETO DE ORGANIZAÇÃO POPULAR DO COPS (COMITÉ DOS ORGANISMOS POPULARES DE SETÚBAL)

Projeto de Organização Popular (Nas fábricas, bairros/povoações e quartéis), do COPS

A MAIS NINGUÉM SE NÃO ÀS CLASSES TRABALHADORAS COMPETE DECIDIR DA SUA PRÓPRIA FORMA DE ORGANIZAÇÃO. NESSE SENTIDO, NÃO SE APRESENTA ESTA PROPOSTA COM CARÁCTER EXAUSTIVO E DEFINITIVO, MAS PROPÕE-SE A SUA DISCUSSÃO EM TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO, HABITAÇÃO E UNIDADES MILITARES DA ZONA; ONDE SERÃO DEFINIDAS AS CONDIÇÕES PORMENORIZADAS DE A LEVAR À PRÁTICA.

I – SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA

O fascismo como forma de expressão do capitalismo fez com que Portugal se encontre económica e politicamente dependente do estrangeiro. Vemo-nos, assim, obrigados a importar grandes quantidades de bens alimentares, sendo as nossas exportações reduzidas a estreitos sectores como: têxteis, cortiça, vinho e material eletrónico. Todas as medidas no sentido de aumentar a exportação são boicotadas pelos países capitalistas estrangeiros, também em crise, que não nos compram esses produtos. Ao nível da importação de bens alimentares exigem o pagamento antecipado em ouro.

Vemos assim que todas as medidas drásticas no sentido de avançar com o processo revolucionário esbarram, por um lado, com o boicote e sabotagem económica do capitalismo internacional e nacional e com ausência de saneamento dos quadros do capital e do fascismo a ocupar ainda importantes cargos no atual aparelho de Estado burguês, por outro, com o recrudescimento da campanha contrarrevolucionária ao nível dos órgãos de informação externos e internos ao serviço do capital, e com a deturpação do sentido das eleições da Assembleia Constituinte e subsequente exploração.

II – INDEFINIÇÃO POLÍTICA E DILUIÇÃO DO PODER

Após o 25 de Abril dois órgãos de poder político surgem em Portugal: o M.F.A e o Governo Provisório. Qualquer deles encerra no seu seio profundas contradições.

a) A Análise do MFA

O MFA desde o 25 de Abril incluía no seu seio elementos «spínolistas e outros» cuja atuação política se refletia na tentativa de encontrar uma solução neocolonialista para o problema colonial português e na tentativa de manutenção do sistema capitalista e imperialista em Portugal.

Se até ao 11 de Março estas contradições se refletiram em intentonas contrarrevolucionárias, depois disso tal não se verificou; mas como observa Vasco Gonçalves no seu documento aprovado na generalidade na Assembleia do M.F.A., essas contradições refletem-se agora na questão de que «É muito mais fácil caracterizar uma atitude antifascista do que uma atitude Socialista até porque só esta obriga a uma opção de classe e põe em causa os tabus correspondentes à origem de classe da maioria dos elementos do MFA. Daqui as discussões, as dúvidas e as dificuldades relativas à definição política».

b) Análise do Governo Provisório

A existência de um Governo Provisório de coligação e de compromisso de classes só foi possível

pela existência de contradições no seio do MFA; daí que no Governo se encontrassem representados partidos dos interesses capitalistas e imperialistas em Portugal. Assim se justifica a sua quase nula operacionalidade. Disto tudo resulta e é determinante a resposta dos trabalhadores a nível político e organizativo.

III – CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO PODER PELOS TRABALHADORES

A superação destas contradições só é possível através de uma resposta organizada dos trabalhadores que vise estabelecer formas capazes de tomar e exercer o poder político e económico como forma de atingir o Socialismo.

Para isso é necessária uma clara definição ideológica a nível da classe, definição do inimigo, e a existência de uma vanguarda organizada.

A tudo isto terão de responder as formas de organização propostas.

Deste modo consideramos um importante avanço do processo revolucionário a institucionalização do Poder Popular na Assembleia do MFA.

EM RESUMO

I

- 1.º - Os trabalhadores terão de se organizar para tomar o Poder.
- 2.º - É necessário elaborar uma proposta de organização dos trabalhadores que vise criar as formas organizativas capazes de tomar e exercer o poder político e económico como única forma para atingir o Socialismo.
- 3.º - Tal proposta de organização deve ter em conta:
 - a) Esclarecimento político dos trabalhadores;
 - b) Saneamento e recolocação de pessoal;
 - c) Controle operário;
 - d) Armamento e treino dos trabalhadores.
- 4.º - Se criem Comitês de Vigilância Armada como formas de organização que visem promover a tomada do Poder pela classe operária.

II PROJETO DE ESTATUTOS

- 1.º - Que os Comitês de Vigilância Armada sejam eleitos em assembleias de EMPRESAS, BAIRROS E QUARTÉIS.
- 2.º - Que os Comitês de Vigilância Armada não sejam órgãos de poder paralelos, mas estejam enquadrados nos órgãos políticos dos trabalhadores.

III PROJETO DE ORGANIZAÇÃO

- 1.º - Os Comitês de Vigilância Armada nas empresas serão eleitos em plenário de empresa, onde deverão estar pelo menos 2/3 dos trabalhadores.
 - Os C.V.A. de Bairros/Povoações serão eleitos em plenário de Bairro/Povoação.
 - Os C.V.A. de Quartéis serão eleitos em Assembleia Geral de Unidade.
- 2.º - A eleição de cada elemento será revogável desde que a Assembleia que o elegeu assim o considere.
- 3.º - As Comissões de Trabalhadores como órgãos unitários de base essenciais ao exercício e tomada do Poder pela classe operária devem ter representação num SECRETARIADO dos C.V.A. através de uma eleição numa reunião INTER-COMISSÕES DE TRABALHADORES.

É necessário avançar com a realização destas reuniões.

4.º - Os restantes elementos do secretariado serão eleitos em reuniões:

- Comités de Vigilância Armada nas Empresas;
- Comités de Vigilância Armada nos Quartéis;
- Comités de Vigilância Armada nos Bairros/Povoações.

5.º - A nível Regional o processo seria semelhante.

Esta proposta foi aprovada para ser levada a discussão nos locais de trabalho, habitação e unidades militares da zona, numa reunião preparatória da Assembleia Popular; pela maioria das Comissões de Moradores e de Trabalhadores do Concelho de Setúbal; assim como, por representantes de Sindicatos, coletividades, e outros organismos democráticos e populares. Nessa reunião foi ainda aprovado:

1 – DEMISSÃO DO COMITÉ DE UNIDADE DOS ÓRGÃOS DEMOCRÁTICOS E POPULARES.

2 – EFETUAR A ELEIÇÃO DO COMITÉ NUMA REUNIÃO REPRESENTATIVA DE TODOS OS ÓRGÃOS UNITÁRIOS DE BASE (COMITÉ COORDENADOR PROVISÓRIO).

4 militantes da LUAR: José Manuel Lopes, delegado sindical da MOCAR; José de Oliveira, operário da INAPA; Carlos Rangel, futebolista do Grupo Desportivo do Montijo e Hermenegénio Borges da Silva, membro da Comissão de Moradores do Bairro Alves da Silva (Setúbal).

14 DE JULHO Ocupação da Cooperativa Agrícola 1.º de Maio, na Gâmbia.

- Manifestação, frente ao Tribunal Judicial de Setúbal, pela anulação de uma sentença contra um participante na luta dos 500\$00 por asoalhada.

15 DE JULHO Os militares do COPCON desalojam os ocupantes da Quinta de Miraventos. Esta intervenção porá fim ao projeto da criação de uma cooperativa de ensino, iniciado pelos pais das crianças do Colégio Marga (8 de julho).

16 DE JULHO A Bula *Studentes Nos*, do Papa Paulo VI, cria a Diocese de Setúbal.

18 DE JULHO Manifestação do PS na Fonte Luminosa, em Lisboa. Várias centenas de setubalenses participam nesta manifestação. Barricadas à saída de Setúbal e, depois, em Almada para tentar impedir a participação na manifestação do PS.

- Nascimento do Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares de Setúbal (CUODP). É uma iniciativa impulsionada pela União dos Sindicatos do Sul, importante estrutura de coordenação sindical ligada à Intersindical e também pela Comissão Coordenadora da Assembleia do Povo de Setúbal.

21 DE JULHO A CA da CMS envia ao Conselho Superior da Revolução, ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e à Quinta Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas um telegrama onde manifesta o seu “total apoio e adesão às decisões históricas da Assembleia do MFA”.

- Comunicado do Comité de Unidade dos Or-

COPCON DESALOJA OCUPANTES DA QUINTA DE MIRAVENTOS

A ideia surgiu quando nós vimos o Colégio Marga fechar as portas e as nossas crianças sem aulas. Eram mais de 40 crianças pequenas sem terem para onde ir e os pais com um problema enorme porque não tinham onde as pôr para irem trabalhar. Como havia conhecimento de uma quinta de uma francesa que nunca lá estava e cujo espaço tinha condições excecionais até para os miúdos aprenderem a ver a Natureza e a agricultura de outra forma, nós decidimos ocupar as instalações. A esta iniciativa espontânea dos pais, aderiram muitos dos moradores daquela zona do concelho e vizinhos da Quinta de Miraventos.

Tudo foi feito de uma maneira muito ordenada e pacífica. Isso verificou-se no dia 8 de julho e fizemos questão de não ocupar a habitação propriamente dita, ficámos por uma sala que deveria ser a de visitas, onde nos reuníamos para tomar as decisões. Logo após a ocupação surgiram, não sei de onde, os militares que nos acompanharam até ao final do processo. Explicámos as razões da ocupação, eles aceitaram-nas e passaram a conviver connosco a toda a hora do dia. Foi uma convivência curiosa, até pacífica, embora admita que o facto de eles estarem armados nos assustava pois nunca sabíamos o que podia vir a acontecer.

Não fomos capazes de concretizar a ideia, embora tivéssemos reunido dias seguidos para decidir o que fazer e por onde começar. Tínhamos pensado em fazer uma cooperativa de ensino. Apenas duas professoras do Colégio Marga aderiram à iniciativa e lembro-me de estarmos lá sempre com os miúdos, incluindo os meus dois filhos pequenos, e de eles se sentirem muito satisfeitos por terem espaço livre para brincar e uma zona de jardins e de campo muito vasta. Entretanto as coisas não deram certo com a proprietária, nós pretendíamos pagar-lhe uma renda mas ela nunca chegou a dar-nos resposta. Como privilegiávamos o diálogo escrevemos várias cartas mas não tivemos resposta. Depois a Rádio Renascença quis saber o que estávamos ali a fazer e eu fui escolhida para explicar a situação. Sei que tempos depois a proprietária fez saber que não estava nada interessada em alugar o espaço para o fim que pretendíamos. Contudo, isso soubemos mais tarde. Dias depois da divulgação da nossa ação, na Rádio Renascença, aparece-nos o COPCON a pôr-nos dali para fora.

Sim, enquanto membro do MRPP ocupei algumas casas em Setúbal por força da necessidade da população. Tinha sido constituída a Comissão de Moradores do Bairro Salgado, a que aderi de imediato e, não sei porquê, as pessoas começaram a chamar-me presidente e a irem a minha casa pedir-me para ocupar esta ou aquela casa porque precisavam dela para viver. Um desses casos foi o Arquivo Histórico da cidade mas o pedido que me fizeram não foi aceite e acabei por conseguir convencer as pessoas de que o arquivo da cidade não devia ser destruído. Lembro-me que, depois das pessoas me terem feito esse pedido, bateu-me à porta um dos responsáveis pelo Arquivo Histórico a pedir-me para explicar à população a importância daquele edifício. Foi isso que fiz e o edifício não foi ocupado. Para se perceber a movimentação das pessoas em torno das ocupações é preciso saber que a população sentia na pele as enormes dificuldades em que vivia, a maioria sem quaisquer condições e com famílias numerosas. Por isso estavam dispostas a ocupar e a pagar uma renda para melhorarem de vida.

Entrevista de Maria Emília Palmeirinha. Pedro Brinca e Etelvina Baía (Coord.), *Memórias da Revolução*, vol.2, p. 79

MOBILIZAÇÃO DOS SOCIALISTAS DE SETÚBAL PARA O COMÍCIO DO PS NA FONTE LUMINOSA, EM LISBOA

Estava em Setúbal, com muitos camaradas de partido e, respondendo à convocação para um comício em Lisboa, fomos daqui largas centenas de pessoas nos mais diversos meios de transporte. Eu também fui no meu carro, esperando dificuldades na estrada por via de algumas barreiras que tinham sido entretanto colocadas.

Essas dificuldades aconteceram logo à saída de Setúbal, na Estrada Nacional 10, onde havia uma barricada para impedir as pessoas de se movimentarem. Claro que nós nem parámos e as pessoas tiveram que se desviar, caso contrário poderia ter havido um acidente grave. Foram organizadas por gente do PCP, que à semelhança do que fazia na cidade, tentava impedir que os cidadãos se movimentassem e expressassem livremente. E creio que estariam armados, pois eles andavam sempre com armas naquelas circunstâncias. Mas se não passássemos a bem, passávamos a mal e não tiveram outro remédio senão desviarem-se do nosso caminho. Quando chegámos à entrada da ponte 25 de Abril demos com nova barricada e, tal como na primeira, nem sequer parámos.

Todos nos mobilizámos e quando chegámos vimos gente de outras forças políticas como o PPD e do CDS. De facto encheu-se o largo da Fonte Luminosa de gente de todo o país e a participação de Setúbal foi praticamente total. Estou convencido que só os que estavam doentes ou sem transporte é que não foram ao comício.

Durante o comício houve várias intervenções onde se apelou à intervenção do povo para salvaguarda da democracia e evitar que o poder caísse nas mãos de novos ditadores. Foi o maior comício realizado neste país e com uma projeção política enorme porque logo a seguir deu-se o 25 de Novembro. De certo modo, este comício marcou o início da intervenção das Forças Armadas para corrigir as coisas, porque o que se prometeu ao povo em termos do programa do MFA andava a ser sujeito a desvios graves. De facto, Setúbal naquela altura era um caldeirão de extremismos. Havia várias forças de extrema-esquerda e grandes movimentações políticas e sociais, todas elas coordenadas pelos comunistas ou pela Intersindical.

As forças e os movimentos estavam muito ativos e desenvolviam muitas ações políticas e sociais. Algumas delas com razão mas outras eram exageros autênticos. Mas não é por aí que se perde a democracia, pelo contrário, a confrontação de ideias sempre foi indispensável.

Isto desde que seja uma confrontação dentro dos parâmetros da democracia e não, como chegou a acontecer, ou seja, ser um grupo minoritário a querer impor a sua vontade. Esta tentativa de imposição era frequente mas nas primeiras eleições livres as dúvidas dissiparam-se e viu-se o que isso representava. O PCP ficou com cerca de 12% dos votos e o PS venceu as eleições.

Entrevista de Soares Feio Pedro Brinca e Etelvina Baía (Coord.),
Memórias da Revolução, vol.2, pp. 71 e 72.

PROPOSTAS DO CONSELHO DE MORADORES, DE 19 DE AGOSTO DE 1975

- 1 - Exigir ao Governo que todos os prédios e respetivo solo urbano com rendimentos superiores a 15 000\$00 sejam nacionalizados;
- 2 - Que se pague de renda 10% per capita;
- 3 - Levantamento do agregado familiar de cada morador;
- 4 - Criação duma cooperativa de construção civil;
- 5 - Que o dinheiro da Caixa Geral de Depósitos reverta a favor da Cooperativa de Habitação. Que esse dinheiro seja aplicado na construção de habitação social.

ganismos Democráticos e Populares a convocar uma reunião de todas as CM, CT, sindicatos, coletividades e outros órgãos populares.

22 DE JULHO O *Distrito de Setúbal* anuncia que “Setúbal já tem Bispo”, explicando que é o Dr. Manuel da Silva Martins (n. 1927), Vigário Geral da Diocese do Porto.

23 DE JULHO Reunião dos trabalhadores da fábrica de conservas Unitas. A fábrica está encerrada há cerca de mês e meio.

23 DE JULHO Eleição do Secretariado do Conselho de Moradores. As comissões que passam a integrar este Conselho são as seguintes: 25 de Abril, Monte Belo, Batista/Tebaida, Quatro Caminhos, Reboreda, Amoreiras, Pescadores, Humberto Delgado, Maltalhadado e Azeda.

- Demissão do Governador Civil de Setúbal, Fuzeta da Ponte, no cargo desde 19 de Setembro de 1974.

1 DE AGOSTO Nasce o COPS (Comité dos Organismos Populares de Setúbal), estrutura de coordenação e de centralização das Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e Sindicatos. A reunião será palco de intensa disputa entre os elementos daquelas influenciados pela extrema-esquerda e os influenciados pelo PCP.

6 DE AGOSTO Viriato Soromenho Marques, responsável pela Casa da Cultura, em entrevista ao jornal *O Setubalense* explica os objetivos desta estrutura destinada à promoção cultural da juventude setubalense.

8 DE AGOSTO O V Governo Provisório presidido por Vasco Gonçalves decide nacionalizar a SETENAVE.

9 DE AGOSTO Reunião ordinária da RIC (Reunião Inter Câmaras) do Distrito de Setúbal a qual aprova um comunicado de apoio ao Diretório do Conselho da Revolução.

11 DE AGOSTO Toda a contracapa do jornal *O Setubalense* é ocupada com um artigo de Rogério Severino com o título: “A hora é de luta – vamos olear as espingardas”.

13 DE AGOSTO O *Setubalense* noticia que, após várias reuniões, o Comité dos Organismos Populares de Setúbal (COPS) conseguiu chegar a acordo sobre a criação de um Comité Coordenador Provisório e de uma estrutura organizativa de funcionamento.

19 DE AGOSTO O Conselho de Moradores apresenta uma proposta ao Governo Provisório

COMUNICADO DA COMISSÃO DINAMIZADORA DA LUTA DOS INQUILINOS SOBRE A POLÍTICA DE HABITAÇÃO

ÀS COMISSÕES DE MORADORES ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES À POPULAÇÃO DE SETÚBAL E DO PAÍS

Foi aprovada na reunião de inquilinos, em Setúbal em 1/9/1975, a seguinte proposta: Considerando que no art.º do ponto III (propostas) do PROGRAMA DO COPCON, que diz, em relação à habitação, o seguinte:

Há que definir uma política justa que atacando frontalmente os grandes proprietários que fizeram da especulação o seu modo de vida, defenda os pequenos proprietários que através de rendimentos aceitáveis conseguem garantir a sua subsistência e a dos seus familiares. Relativamente a este problema há que estabelecer um limite para as rendas, entrando em linha de conta com a localização, tipo de construção, número de assoalhadas, etc. As comissões de moradores terão um papel decisivo no estabelecimento do critério adotável. Considerando tudo isto, propomos o seguinte:

- 1 - Nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e nacionalização como socialização das grandes e médias empresas de construção civil. Estas nacionalizações são feitas sem qualquer indemnização.
- 2 - Eliminação total das novas licenças para construções de luxo.
- 3 - Desenvolvimento imediato da construção social.
- 4 - Socialização imediata da habitação com exceção da casa própria.

Ficou ainda por decidir e discutir nas bases a percentagem de pagamento das rendas de casa havendo várias propostas:

1.ª PROPOSTA

Que a renda de casa seja paga segundo:

- a) Ordenados até 4 000\$00: 5%;
- b) Ordenados de 4 a 6 000\$00: 7%;
- c) Ordenados de 6 a 8 000\$00: 8%;
- d) Ordenados de 8 a 10 000\$00: 10%;
- e) Ordenados de 1 a 12 500\$00: 12,5%;
- f) Para cima de 12 600\$00: 15%;
- g) Este desconto será por pessoa trabalhadora.

2.ª PROPOSTA

Quem tiver vencimentos mínimos, deverá ter habitação por conta do Estado;

- a) Vencimentos até 10 000\$00: 10%;
- b) Vencimentos de 10 a 15 000\$00: 15%;
- c) Vencimentos de 15 a 20 000\$00: 25%.

3.ª PROPOSTA

Esta proposta tem em conta: A data de construção do prédio, sua localização, número de assoalhadas, tipo de construção, número de filhos do agregado familiar, rendimento da família.

Exemplo:

De 5 anos – na cidade – número de assoalhadas. – construção normal – nº de filhos.
 $3 \times 1,2 \times 1,2 \times 4 \times 1 \times 0,9 = 15,5$.

Pagaria 15,5 do total do rendimento da família.

Propõe-se:

Anos de idade do prédio:

Menos de 5 anos – 1,2

5 a 10 anos – 1

10 a 20 anos – 0,6

Mais de 20 anos – 0,4

Localização:

Centro da cidade – 1,2

Até 3 km – 0,9

Mais de 3 km – 0,6

Número de assoalhadas:

1, 2, 3, 4, etc.

Tipo de construção:

Luxo – 1,2

Normal – 1

Número de filhos:

Sem filhos – 1,2

1 filho – 1

2 filhos – 0,9

3 filhos – 0,8

Mais de 4 – 0,5

Fórmula – $3 \times a \times b \times c \times d \times e = \%$

Assim convocam-se as Comissões de moradores para uma reunião na sexta-feira, dia (?), às 21 horas na Escola Primária frente ao Liceu para discutir estas propostas e a sua viabilidade.

1 de setembro de 1975

cujo ponto principal era a nacionalização de todos os prédios com valor superior a quinze mil contos.

20 DE AGOSTO Manifestação, em Lisboa, de apoio ao “Documento do COPCON”. Várias organizações de Setúbal vão promover a participação na manifestação.

– Ocupação, no Bairro Salgado, de uma casa para creche e Centro Cultural.

19 DE AGOSTO Reunião do Conselho de Moradores em que se analisa o problema dos 500\$00 por assoalhada. São apresentadas várias propostas sobre habitação, para serem discutidas pelas Comissões de Moradores.

21 DE AGOSTO A Quinta de Miraventos entregue ao Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), pela proprietária.

25 DE AGOSTO Criação da FUP (Frente de Unidade Popular): aliança entre o PCP, MDP e mais cinco partidos da extrema-esquerda (PRP, MES, FSP, LCI, FSP).

1 DE SETEMBRO A reunião dos inquilinos que lutam pela aplicação dos quinhentos escudos por assoalhada emite um comunicado propondo: “Nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e nacionalização com socialização das grandes e médias empresas de construção civil. Estas nacionalizações são fei-

COMUNICADO DA CÂMARA DE SETÚBAL SOBRE O PODER POPULAR

Na sequência de vários documentos aprovados pelas diversas instâncias do poder que servem de sustentáculos ao avanço do processo revolucionário, foi elaborado e tornado público na última semana de agosto o documento «Linhas de Ação Programática e Tarefas do V Governo Provisório». Partindo de uma análise realista da situação do País e tomando como ponto de apoio o Documento Guia sobre o poder popular, aprovado em assembleia do M.F.A. contém essas «Linhas de Ação Programática» no seu n.º 2 alínea f) o capítulo intitulado «Descentralização Político-Administrativa» e que aos órgãos da administração local clássicos e organizações populares em embrião dizem respeito. Para uma localização correta passamos a transcrever: Descentralização político-administrativa.

Uma estratégia de descentralização administrativa torna-se imperativa na presente fase por três ordens de razões: conduzir à desburocratização do atual aparelho do Estado, superando a sua atual falta de resposta às tarefas essenciais a desenvolver; maximizar o aproveitamento das iniciativas e recursos locais, possibilitando adequada mobilização para o desenvolvimento económico e social; e pôr ao alcance do controle das estruturas unitárias de base, em formação, centros de decisão regional e local finalmente dotados de capacidade e meios de ação.

A estratégia de descentralização será conseguida por dois processos paralelos: a formação de órgãos de execução e planeamento no âmbito regional – que integrarão os órgãos periféricos agora dependentes de cada ministério do aparelho central – e, a nível local, o reforço dos meios financeiros e técnicos, à disposição dos executivos municipais mediante um processo de redistribuição progressiva dos recursos tendentes a reduzir as desigualdades das respectivas áreas e a promover a resolução das necessidades mais prementes das populações correspondentes.

Numa primeira fase, dada a existência das Regiões Militares e o seu papel predominantemente político-militar, o primeiro passo para a formação de órgãos regionais consiste na institucionalização de juntas de administração e desenvolvimento, que se articularão às decisões da planificação nacional através dos respetivos departamentos.

O controlo da atuação dos órgãos descentralizados regionais pelo poder político revolucionário será assegurado, nesta fase, por órgãos de fiscalização e orientação do Governo Central e pela articulação às Regiões Militares ou Comandos Territoriais, bem como por representantes municipais e de trabalhadores, tendendo-se para a formação de órgãos autárquicos de harmonia com o desenvolvimento das estruturas populares de base (comissões de moradores e comissões de trabalhadores).

Do mesmo modo, os executivos autárquicos de âmbito local obrigar-se-ão ao constante diálogo com os órgãos de base populares em formação que reivindiquem a participação e a crescente interferência na ação desses executivos – o que pressupõe lhes sejam devolvidas responsabilidades crescentes em domínios essenciais ao bem-estar das populações, pressupondo-se também a sua conseqüente e progressiva legitimação à medida que se processar o desenvolvimento das organizações unitárias populares de base local.

A descentralização de órgãos ministeriais, que tem vindo a ser feita com critérios nem sempre convergentes, por iniciativa de diversos ministérios, passará a ser coordenada, à luz da estratégia da descentralização referida, cabendo, naturalmente, ao Ministério da Administração Interna, a competência na condução das ações legislativas ou outras necessárias à respectiva institucionalização».

Considera esta Comissão Administrativa ser este o caminho correcto para a resolução das duas insuficiências maiores de que enfermam os órgãos tradicionais de administração local – a saber:

a insuficiência da resposta às carências concretas das populações; a insuficiência de ligação orgânica entre estes órgãos (câmaras e juntas) e as unidades organizativas de base das populações (C.M e C.T).

Por outro lado, parece a esta CA muito estranho o facto de ao invés de sobre esta proposta concreta de trabalho vinda das instâncias superiores do poder central se fazer uma discussão positiva ou simplesmente a sua aceitação e passagem à concretização imediata, ela se ignore ostensivamente contrapondo «condições» que em última análise pugnam pela abolição efetiva do poder popular ou, ao contrário do que afirmam, pretender evitar a orientação dum poder paralelo às estruturas administrativas arcaicas – têm como finalidade a criação dum poder popular fantoche, paralelo sim, mas efectivamente sem poder. É opinião desta C.A. que tais «condições» não conduzirão a mais do que à permanência de uma organização administrativa local que deu as suas «provas» ao longo de 48 anos, evitando assim a edificação de uma estrutura administrativa local que dê às populações organizadas na base o poder real de intervirem na administração local em todos os campos que lhes digam respeito.(...).

Com efeito, deve ser do conhecimento geral o espartilho de forças que tem condicionado sob os pontos de vista económico, técnico, de pessoal e outras capacidades de resposta das autarquias locais às necessidades presentes canalizadas pelas comissões de moradores.

É com a publicação das «Linhas Programáticas» e outras medidas concretas do V Governo, nomeadamente o reforço do financiamento às CA das Câmaras, que se começam a antever as possibilidades de resolução de alguns dos problemas mais instantes do povo Português. Também a carência de uma legitimação das CA por uma ligação às bases (CM e CT) através do acompanhamento e iniciativa em certos casos de organização do poder popular que irá permitir a curto ou médio prazo a substituição das CA por elementos efetivamente representativos não baseados em percentagens eleitoralistas, também esta carência deixou de ter sentido no momento em que foi aprovado o Documento-Guia confirmado pelas «Linhas Programáticas». Apoiada nestes dois documentos e no documento do COPCON considera a CA ser tempo de lhe dar uma concretização prática.

Há que garantir a ultrapassagem das insuficiências apresentadas a partir da criação de um poder popular real que a curto ou médio prazo poderá substituir a moribunda organização administrativa tão nossa conhecida e isto através de uma verdadeira intervenção das populações organizadas na administração política local. Está em vista a modificação quantitativa e qualitativa do modo de resolver os problemas locais que se põem às pessoas. É opinião desta CA que uma ligação real das organizações de base às estruturas atualmente existentes e cuja função é resolver os seus problemas, tem de passar:

Por um balanço das possibilidades reais e atuais de a Câmara satisfazer as necessidades do conjunto da população do concelho, tomando como base o rol de carências canalizadas pelas CM. Considerou-se que este balanço deve constituir uma tarefa imediata desta CA.

Sobre estes dados deverão debruçar-se os organismos de base e dizer como resolver a contribuição (que é de admitir «a priori») entre o que é preciso fazer e as (im)possibilidades reais de execução.

Como finalidade última pretende esta CA modificar, com o apoio das CMs, todos os conceitos e métodos de administração de molde a atingir uma máxima rentabilidade. É ponto assente para esta CA que esta finalidade só se conseguirá através do compromisso real, de intervenção direta, com valor decisivo das populações na resolução dos seus problemas.

O que em duas palavras quer dizer «Poder Popular».

Comunicado da CA da CMS, Setúbal 6 de setembro de 1975

tas sem qualquer indemnização; Eliminação total das novas licenças para construções de luxo; Desenvolvimento imediato da construção social e socialização imediata da habitação, com exceção da casa própria”.

- Comício do MRPP em Setúbal, na Praça de Touros Carlos Relvas, com a presença do secretário-geral Arnaldo Matos (n.1939). João Aldeia (n.1952), estudante universitário e membro do Secretariado das Comissões de Moradores de Sesimbra, também falou neste comício.

8 DE SETEMBRO Milhares de pessoas manifestaram-se em apoio do “Poder Popular”. A manifestação terminou com uma concentração em frente ao Quartel do RI 11. Algumas dezenas de soldados saíram do quartel e vieram juntar-se aos manifestantes.

A manifestação foi apoiada pela FSP, LCI, LUAR, MES, MDP/CDE e PRP/BR.

12 DE SETEMBRO A PSP colabora com os moradores dos bairros populares levando as crianças à praia e ao Jardim Zoológico.

17 DE SETEMBRO A Comissão de Moradores do Bairro do Liceu ocupa as instalações do campo de ténis, para ali instalar um infantário. Esta ocupação teve grande impacto na cidade e não foi pacífica, mesmo entre os elementos da Comissão de Moradores, sendo que, enquanto uns sustentavam que “os campos de ténis eram para os fascistas e que o ténis era para os capitalistas”, outros não concordaram com a ocupação de uma associação desportiva. Foi o caso de Jaime Graça que numa entrevista ao jornal *Setúbalna-Rede*: “Discordei por completo, pois achava que poderiam existir outros sítios onde pudéssemos instalar o infantário sem prejudicar uma associação desportiva”, divergindo igualmente da forma como a ocupação decorreu: “As coisas



Ocupação de casa para Centro Cultural.

O Setubalense, 19 de setembro 1975

foram feitas um bocado nas minhas costas, por dirigentes da Comissão de Moradores”.

- Reunião das Comissões de Moradores de S. Sebastião, na sede da Junta de Freguesia, para a eleição dos representantes para a Assembleia de Moradores da Junta de Freguesia e da Assembleia Popular.

17 DE SETEMBRO A Comissão de Moradores do Bairro Alves da Silva ocupa as instalações de uma antiga fábrica de conservas para centro cultural.

20 DE SETEMBRO Formação de uma segunda Comissão de Moradores no Bairro de São Gabriel.

- Algumas CM forçam o encerramento “voluntário” das *boîtes*.

24 DE SETEMBRO Reunião de mais de duas dezenas de Comissões de Moradores, no Campo de Ténis. Principais problemas analisados: formação de um grupo de trabalho sobre habitação; saúde; idosos; formação de um grupo de trabalho sobre cooperativas de consumo; reorganização do Conselho de Moradores”.

- Abre a creche do Bairro Salgado.

COMUNICADO DA RIC SOBRE O PROGRAMA DO VI GOVERNO PROVISÓRIO

Por uma leitura atenta do programa do VI Governo Provisório apresentado pelo 1º Ministro indigitado, verificando-se que o poder popular, isto é, a estrutura da aliança Povo - MFA aprovada pela Assembleia do MFA não se encontra aí consignada. Essa grave omissão, por contrariar todo um processo já encetado como forma de avanço da revolução rumo ao socialismo deve ser denunciada.

Alertamos pois as Comissões de Trabalhadores e de Moradores, órgãos de base do poder popular, como motores da revolução. À omissão de qualquer referência ao poder popular, as comissões de moradores e trabalhadores devem responder com o reforço da sua unidade contrariando quaisquer manobras tendentes à desagregação daquilo que foi tão duramente conquistado pelas forças progressistas. A RIC do Distrito de Setúbal, alerta pois todos os órgãos populares de base para mais esta tentativa legalista de calar os verdadeiros revolucionários a possibilitar o assalto ao poder na tentativa de anular completamente os objetivos da construção de sociedade sem classes que se pretende.

COMUNICADO DA REUNIÃO INTER-CÂMARAS (RIC), SETÚBAL, 16 DE SETEMBRO DE 1975

O PAPEL DOS MILITARES NO COMITÉ DE LUTA

Penso que um dos grandes trunfos do CL foi o facto de ter militares. E de facto os militares que lá estiveram serviam muito como catalisadores da discussão. Eles começavam muitas vezes por dar informações sobre questões militares o que era porreiro eles poderem introduzir. Quando se geravam conflitos, eles, porque nunca assumiram uma posição muito partidária, serviam um bocado como catalisadores e intermediários na discussão. Sendo soldados – a maioria deles era de facto soldado – tinham uma certa autoridade para discutir questões políticas, coisa que os outros não tinham porque eram identificados. Enfim, as pessoas achavam que os militares deviam discutir essas coisas. Digamos que para além do respeito normal, que havia, na altura, às fardas, eles mantiveram uma posição que eu acho muito concreta ali dentro, de tentar que os conflitos não se agravassem e situar o problema na dimensão política que eles tinham (até porque a sentiam muito aqui no RI 11).

Depoimento de uma ativista do Comité de Luta, Chip Dows e outros, *Os Moradores à Conquista da Cidade – Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Sociedade Editora o Armazém das Letras, Lisboa, 1978.

26 DE SETEMBRO Intervenção indireta do Estado (apoio financeiro) na fábrica de Conservas Unitas.

– Plenário convocado pela pró-Comissão de Moradores da Praça do Brasil, nas instalações do ex-colégio Marga. Presentes cerca de 200 pessoas.

- Várias Comissões de Moradores e Comissões

de Trabalhadores de Setúbal irão participar numa grande manifestação, em Lisboa, dos SUV's (Soldados Unidos Vencerão) que reuniu cerca de 10 000 soldados.

Os manifestantes ocupam e desviam dezenas de autocarros da Carris atravessando a ponte sobre o Tejo para libertar dois oficiais milicianos pertencentes aos SUV e que estavam presos na Trafaria.

29 DE SETEMBRO Plenário de cerca de 300 moradores do Bairro do Liceu. Da Ordem de Trabalhos constam os seguintes temas: “creches e jardins de infância (ocupação do Campo de Ténis); ocupações (legitimidade de se ter uma casa); habitação social (proteção às classes trabalhadoras); proposta de rendas tendo em conta a idade, localização, número de assoalhadas, tipo (luxo ou não) da habitação, número de filhos e rendimento familiar.

- Reuniões das CM, dos grupos de trabalho da habitação e das Cooperativas de Consumo.

1 DE OUTUBRO Reunião da CA da Câmara com mais de 30 Comissões de Moradores para fazer o balanço dos melhoramentos: escolas, creches, água, habitação, etc.

Reunião de 20 CM com o presidente da CA da Câmara e com o Secretariado da Luta dos Inquilinos do Bairro do Liceu, sobre ocupação das casas. A Câmara diz que já fez 400 contratos de arrendamento.

4 DE OUTUBRO O Grupo de Intervenção Revolucionária (GIR) colocou um explosivo na boíte “A Sorte do Azar”.

6 DE OUTUBRO O Comité de Luta nascerá de uma Assembleia das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores e das Comissões de Soldados, realizada no salão nobre da Câmara Municipal. Foi eleito um Secretariado Misto de Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e Comissões de Soldados, com a seguinte constituição: Quatro comissões de moradores: Bairro do Liceu, Quatro Caminhos, Maltalhado, S. Gabriel; seis comissões de trabalhadores: Entrepósito (automóveis), SAPEC (adubos), UNITAS (conservas), SETENAVE (construção naval), SECIL (cimento), Bronzes Cetóbriga.

Segundo o jornal *O Setubalense* estiveram presentes mais de 500 pessoas: “Dum lado os votantes (elementos das comissões) do outro a população interessada em assistir”.

Foi aprovada uma moção exigindo a extinção da Assembleia Constituinte e a demissão do VI Governo Provisório, apresentada pela Comissão de Moradores dos Quatro Caminhos.

7 DE OUTUBRO Manifestação dos metalúrgicos, seguida de concentração junto às instalações da delegação do Ministério do Trabalho, em Setúbal. Os trabalhadores exigiam a publicação da portaria sobre a contratação coletiva para o setor, que tinha sido elaborada pelo V Governo Provisório presidido por Vasco Gonçalves. A manifestação é apoiada pelo PCP, FUR e UDP.

10 DE OUTUBRO Comício do PRP, no Ginásio da Escola Industrial e Comercial de Setúbal, com a presença de Carlos Antunes (n.1940). Neste comício, Carlos Antunes afirma: “A opinião da Direção do PRP/BR é que o tempo que corre não é tempo para palavras mas tempo de ação”. (...) o essencial neste momento é o problema da tomada do poder, da insurreição”.

11 DE OUTUBRO Visita a Setúbal de uma Delegação do Conselho Mundial da Paz. A Comissão Administrativa da CMS promoveu uma sessão extraordinária para receber esta Delegação. A sessão decorreu no Salão Nobre da CMS.

13 DE OUTUBRO Reunião do Comité de Luta, nas instalações do INATEL. Presentes cerca de 300 pessoas. Na mesa estiveram a CT da SECIL, CM do Bairro do Liceu, CT do Entrepósito, CT da fábrica UNITAS, CM do Maltalhado, CT da empresa Bronzes/Cetóbriga e Comissão de Luta do RIS.

Faltam comissões de: Bairro dos Quatro Caminhos, S. Gabriel, Setenave e Sapec. Pontos dis-

MANIFESTAÇÃO DO METALÚRGICOS EM SETÚBAL

A força da classe operária rumo à solução das suas justas reivindicações, esteve bem expressa na grandiosa jornada de luta em que milhares de operários metalúrgicos, nas ruas da nossa cidade, souberam demonstrar que a força máxima do País reside na própria classe operária.

A manifestação, convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, foi mais uma prova evidente de que a luta não para rumo ao Socialismo.

A manifestação concentrou-se frente às instalações do INATEL; desfilando frente ao RIS (Regimento de Infantaria de Setúbal); Av. Luísa Todi; Largo dos Combatentes; Av. 5 de Outubro, rumo à Delegação de Setúbal do Ministério do Trabalho.

De uma das varandas da Delegação, falou o representante do Ministério do Trabalho em Setúbal, salientando «que o Ministério do Trabalho vai convocar as associações patronais para continuar as negociações do contrato coletivo com os Sindicatos.

Sobre a tomada de posição dos metalúrgicos face às ambiguidades da atual direção do Ministério, o seu delegado em Setúbal afirmou: Darei conhecimento ao Ministério do Trabalho da efetivação desta manifestação, e da determinação demonstrada pelos metalúrgicos de continuarem a defender as suas reivindicações.

Um representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal foi o orador seguinte.

O exemplo que decorre neste momento em todo o País, destina-se a demonstrar aos patrões reacionários, ao VI Governo Provisório, e às forças interessadas na divisão dos trabalhadores, que estamos coesos numa luta que é de todos nós, explorados deste País, e que estamos plenamente conscientes de que só essa união nos permitirá levar por diante a nossa luta contra a burguesia. Como todos sabeis, o patronato reacionário não desarma nas suas tentativas de impedir a execução da Portaria de Regulamentação de Trabalho, aprovada no V Governo Provisório – único Governo verdadeiro revolucionário que até qui tivemos.

O patronato tenta a todo o custo pressionar o VI Governo a declarar a Portaria ilegal. Para isso, conta com a força do capitalismo internacional – interessado em derrubar a revolução rumo ao Socialismo – e de alguns ministros que demonstram claramente que os seus interesses se identificam mais com os exploradores do que com as massas exploradas».

O representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal, numa breve análise ao momento político presente, acrescentou: “Assiste-se, neste momento, a uma tentativa de hipotecar o País às forças da Social-democracia Europeia, mendigando empréstimos àqueles que não hesitarão em cobrar, com juros políticos, as migalhas que nos emprestam.

Assiste-se, neste momento, ao assalto do poder pelos incapazes; pelos oportunistas; pelos caixeiros-viajantes da social-democracia, que não têm a honestidade de reconhecer a sua incapacidade para dirigir os negócios da Nação.

São esses incompetentes, em que não confiamos, que se permitem rever decretos aprovados pelo V Governo Provisório, numa clara demonstração de que o que pretendem é devolver ao capitalismo aquilo que, muito justamente, lhe conseguimos retirar: o direito de nos explorarem.»

O orador, depois de afirmar que o atual ministro do Trabalho tinha afirmado numa reunião com os representantes dos Metalúrgicos que “desconhecia por completo a luta dos mesmos”, a multidão gritou “Abaixo a Reação”, “Abaixo a Social-Democracia”.

Seguidamente foram lidas diversas moções de apoio à luta dos trabalhadores Metalúrgicos, da qual se destaca a dos trabalhadores do Entreposto, que teve como preâmbulo uma frase de Vasco Gonçalves: “A questão central do Socialismo, é a questão do poder.

Só a tomada do poder pelos trabalhadores permite estabelecer uma sociedade Socialista”

Os trabalhadores do escritório do Entreposto, conscientes de que as reivindicações dos metalúrgicos são uma verdadeira luta de trabalhadores, e que só estes podem avançar para o Socialismo, com a unidade de todos os verdadeiros trabalhadores progressistas: apoiam a greve dos metalúrgicos”.(...).

“Como agora foi proferida uma palavra de ordem em que se diz: Soldados, sempre, sempre, ao lado do povo. Nós, Comissão de soldados e sargentos, podemos afirmar, que estamos sempre ao lado do povo trabalhador português.

Queremos afirmar, tudo isto que aqui estou a dizer, não é demagogia. Nós soldados, demos já provas de que estamos ao lado do povo, tal como no 8 de setembro, aqui em Setúbal, quando se realizou uma manifestação do Poder Popular, em que fomos para o lado dos trabalhadores manifestarmo-nos com eles.

Também no 29 de setembro, e após uma manifestação operária defronte das nossas instalações, demos provas, que estaremos sempre ao lado dos trabalhadores revolucionários desta cidade”. O representante dos soldados e sargentos do RIS continuou a sua alocução afirmando: “Nós, militares, também não acreditamos na pura demagogia que nestes últimos dias tem afetado o espírito dos trabalhadores.

Há senhores que preparam golpes; há senhores, que afirmam que determinadas organizações preparavam golpes. É falso! Eles põem em risco unidades militares, e nós temos de estar bem conscientes da Traição de muitos políticos.

Nós soldados, nós, povo trabalhador, já fizemos a nossa opção de classe. Não podemos permitir mais, que a burguesia roube aquilo que nós alcançámos”.

A multidão de manifestantes, quando o soldado falou na traição de certos políticos, gritou “Abaixo a Guerra Civil”. “Abaixo a Social-Democracia”.

Reportagem do jornal *O Setubalense*, 10 de outubro de 1975

cutidos: Saneamentos à esquerda, em Setúbal; Conservas Unitas saneiam comissão sindical; Bairro do Liceu prepara-se para ocupar as casas vagas existentes para evitar oportunismos; Manifestação de apoio aos militares progressistas em 16 de outubro.

15 DE OUTUBRO Manifestação, em Lisboa, organizada pela Comissão de Trabalhadores da SAPEC com o objetivo de exigir medidas para o saneamento financeiro da empresa e distribuição de adubos às cooperativas agrícolas.

- *O Setubalense* faz uma longa entrevista a Carlos Antunes, dirigente do PRP-BR, em que este afirma que o desvio das armas pelo Capitão Fernandes é um “ato justo (...). Se pudessemos ter feito um ato desses, tê-lo-íamos feito”.



ENTREVISTA A CARLOS ANTUNES

SEM EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO,
NÃO HÁ PODER REVOLUCIONÁRIO

- Entendendo os SUV como uma forma superior da organização dos trabalhadores fardados como vê o PRP/BR a sua ação na construção do socialismo em Portugal?

- O SUV é efetivamente o grande salto qualitativo que se dá no processo político e revolucionário português, porque já não é mais o MFA. Repare: quando o MFA desaparece, que é composto por indivíduos de várias correntes mas todos eles pequeno-burgueses pela sua condição, em que o reformismo pretendia que a classe operária pedisse àqueles senhores para fazer a revolução, que só pode ser feita pela classe operária quer ela esteja fardada quer não. Ora, neste momento o grande salto que se dá é o SUV, que são os trabalhadores fardados e isto é que é importante porque coloca numa maneira total o problema do Exército Revolucionário. Porque sem Exército Revolucionário não há Poder Revolucionário: sem Poder Revolucionário não há socialismo.

O Setubalense, 15 de outubro de 1975

16 DE OUTUBRO Manifestação de apoio aos militares do RIS, RALIS, CICAP e RASP, convocada pelo Comité de Luta. A concentração foi na Praça de Bocage e percorreu várias ruas da cidade. Presentes milhares de pessoas.

- Início da greve dos pescadores de Setúbal.

17 DE OUTUBRO Saneamento de três jornalistas d'*O Setubalense*.

- Conflitos dentro da Comissão de Moradores do Bairro Afonso Costa e entre a CM e a população do Bairro.

18 DE OUTUBRO Plenário de moradores onde é discutida a ocupação das restantes casas vagas.

20 DE OUTUBRO Reunião do Comité de Luta. Presentes 500 pessoas. A reunião do CL decide ocupar o jornal *O Setubalense*. Foi ainda dado um voto de confiança e apoio à Comissão de Moradores do Bairro Afonso Costa



Foto do livro de Pedro Brinca e Etelvina Baía,
Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois.

pela coragem demonstrada em revelar as anomalias que se passam no Bairro. A reunião do Comité de Luta teve ainda a presença de jornalistas alemães, que tiveram autorização para filmar a reunião e que ofereceram a

MANIFESTAÇÃO DE APOIO AOS MILITARES DO RIS, RALIS, CICAP E RASP.

Palavras de ordem da manifestação de 16 de outubro de 1975

- Saneamento dos reacionários major Passos e capitão Souto, já.
- Unir, Avançar, Armar, Poder Popular.
- Governo de Direita Não / Governo Revolucionário SIM
- Fora com a canalha/o Poder a quem trabalha.
- Reacionários fora dos quartéis, já.
- Soldados, sempre, sempre ao lado do povo.
- Operários, camponeses, pescadores, soldados e marinheiros unidos venceremos.
- Prá Frente Comissão de Luta do RIS.
- Transportes gratuitos aos soldados, já.
- Abaixo o pré-miséria.
- Prá Frente soldados do RIS.
- Azevedo, Veloso, Charais / fora que estão a mais.
- Pela ditadura do proletariado.
- Inquérito Popular ao 7 de Março, Já.
- Reabertura do C.I.C.A.P.
- Morte ao Fascismo e a quem o apoiar.
- República e Renascença/Imprensa revolucionária ao serviço da classe operária.
- Os SUV venceram / os SUV vencerão.

quantia de 30 contos ao CL, como forma de solidariedade.

Foi marcada reunião com trabalhadores da construção civil, delegados sindicais e sindicato do sector e moradores. Impunha-se uma reunião “donde saísse proposta de ocupação das restantes casas vagas que evitasse oportunismos”. Intervenção dum porta-voz da Comissão de Soldados: “Nós não estamos aqui a representar o MFA. O MFA já acabou há muitos meses se é que alguma vez existiu. Estamos, sim, ao lado da classe operária de Setúbal (...) nós estamos aqui para defender as liberdades democráticas ao lado do Povo. Tem que ser a classe operária a libertar-se”.

- O jornal *O Setubalense* entrevista Manuel Serra. O líder da Frente Socialista Popular.

- O Secretário de Estado das Pescas esteve em

Setúbal para tentar resolver a greve dos pescadores da sardinha.

21 DE OUTUBRO Os trabalhadores de *O Setubalense* com o apoio do Comité de Luta ocupam o jornal e saneiam o diretor e proprietário Carlos Bordalo Pinheiro.

22 DE OUTUBRO O Centro Regional da Reforma Agrária (CRRRA) de Alcácer do Sal é destruído à bomba.

- A Reunião Inter Câmaras de Setúbal (RIC) elabora um comunicado apelando aos trabalhadores do Distrito de Setúbal para que participem na “grande manifestação unitária pelo avanço e reforço das Assembleias Populares” que se vai realizar em Lisboa a 23 de outubro.

- Sai o primeiro número d’*O Setubalense* depois

VISITA A SETÚBAL DA DELEGAÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

(...) Finalmente disse o Vice-Presidente, senhor Francisco Rodrigues Lobo, que esta reunião não podia ser encerrada sem que nela se referisse e para que ficasse registada na respetiva ata que a Delegação do Conselho Mundial da Paz visitou a cidade na passada sexta-feira, concedendo-lhe essa distinção e convivendo com a sua população, para melhor conhecer os seus problemas. Passava a fazer o relato dessa sessão.

Depois de entusiástica receção à entrada dos Paços do Concelho – recordou – foram os elementos da Delegação que se deslocaram a Setúbal acompanhados até ao salão nobre que se encontrava completamente cheio, designadamente com elementos do Poder Popular – Comissões de Moradores e de Trabalhadores e representantes de entidades oficiais.

No referido salão realizou-se uma sessão, tendo então dirigido aos visitantes as seguintes palavras: “A Comissão Administrativa do Concelho de Setúbal, ao promover esta sessão extraordinária, fá-lo com a consciência plena da importância de que se reveste para nosso País a presença de uma Delegação do Conselho Mundial da Paz.

Formulamos votos para que os contactos havidos, as observações feitas, as conversas trocadas, vos dêem uma panorâmica da atual realidade Portuguesa, considerando um País que emergiu há dezassete meses das trevas do obscurantismo, do terror e da ignorância a que foi votado durante duas gerações, das quais grande parte das suas gentes sofre ainda os efeitos negativos aproveitados por grupos com vista a retardar ou fazer retroceder as novas formas de vida conquistadas para uma sociedade mais justa.(...)

As nacionalizações, a participação, digo a participação dos trabalhadores na gestão das empresas a tomada das terras pelos camponeses, as pressões populares, designando a rápida libertação das colónias portuguesas com a entrega dos seus governos aos partidos mais progressistas como o M.P.L.A (Movimento Popular de Libertação de Angola), o P.A.I.G.C (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e a FRELIMO (Frente Libertação de Moçambique), a criação de órgãos populares na administração pública o expandir do pensamento livre e progressista da intelectualidade o emparceiramento das forças militares e populares na conquista desses bens, são indubitavelmente uma das mais brilhantes páginas da história deste povo.

Estas conquistas, em que os trabalhadores do Distrito de Setúbal têm tido ação preponderante, foram sem dúvida obra de anos de luta subterrânea duma minoria de Portugueses conscientes e corajosos mas não podem restar dúvidas a ninguém que Portugal se humanizou e se elevou no conceito mundial e hoje é alvo das atenções dos povos oprimidos da Europa e do Mundo. O fenómeno das vanguardas revolucionárias é, aliás, comum em todos os processos na libertação dos povos.

O caso Português que pela sua posição geográfica representa um nó difícil no seio de uma Europa dominada pelo Capitalismo Internacional é sem dúvida um perigo pelo que não faltarão tentativas para a sua destruição. O povo Português consciente, traçou o rumo que pretende atingir a breve trecho o socialismo puro, sem ambiguidades ou carapaças e por mais duma vez após o vinte e cinco de Abril pôs à prova a coragem das vanguardas revolucionárias na rua em defesa das suas conquistas enquanto os pseudo representantes das maiorias hoje tão proclamadas se esconderam em casa, aterrorizados, esperando, como abutres, os possíveis despojos, próprios da sua alimentação. Mas isso não chega para assegurar a meta que pretendemos atingir – o direito que assiste a todos os povos: a sua liberdade!. Antes de findar pediu o orador a atenção para as realizações das forças progressistas deste país e solicitou a cooperação de todos para que ele jamais imerja na noite fascista e em formas de Governo pseudo democráticas.

Ata da CA da CMS, 14 de outubro de 1975

AO POVO TRABALHADOR DO DISTRITO DE SETÚBAL

Realiza-se na próxima 5.ª feira, dia 23, em Lisboa, uma grande manifestação unitária, pelo avanço e reforço das Assembleias Populares, em defesa das conquistas da Revolução.

Considerando que esta iniciativa surge na sequência de amplas manifestações locais em que os trabalhadores, as massas populares se mostram empenhadas em opor uma firme barreira à ofensiva das direitas e consolidação dos órgãos do Poder Popular.

PROPÕE-SE:

1. — Que a RIC interpretando o sentir revolucionário das massas populares do Distrito manifesta o seu total apoio à manifestação.
2. — Que a RIC apele às Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e Assembleias Populares do Distrito no sentido de aderirem e participarem nesta demonstração da vontade popular em não ceder nas conquistas já alcançadas e de avançarem rumo ao Socialismo.

RIC (Reunião Intercâmaras) de Setúbal.

Anúncio com apelo à participação na manifestação em Lisboa.

Diário de Lisboa, 22 de outubro de 1975.

do processo de ocupação. No cabeçalho do jornal deixa de constar o nome do diretor e proprietário: Carlos Bordalo Pinheiro e passa a ter a informação: “Esta edição é da responsabilidade dos trabalhadores”.

- Comunicado da Comissão de Moradores do Bairro General Humberto Delgado a informar da participação dos moradores do Bairro na Campanha *um saco de cimento*. O mesmo comunicado informa, ainda, que a SECIL participa também nesta campanha prometendo oferecer 200 sacos, dos quais já ofereceu alguns à CM.

23 DE OUTUBRO Os pescadores da sardinha veem satisfeitas as suas reivindicações e terminam a greve.

- O Secretariado de Setúbal da FUR repudia o relatório do Estado Maior General das Forças

Armadas (EMGFA) sobre os acontecimentos do 7 de Março. Considera que foi um “relatório forjado à pressa pelo EMGFA”.

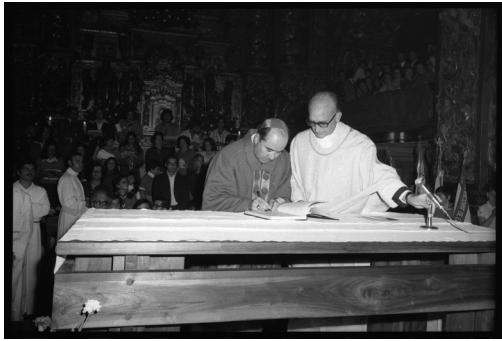
24 DE OUTUBRO Trabalhadores da Virgílio C. Silva (construção civil) em luta contra corrupção na empresa.

- O *Setubalense* anuncia que na primeira edição da responsabilidade dos trabalhadores a venda do jornal atingiu 10 mil exemplares, contra os 3500 exemplares do tempo da anterior Administração. Para o jornal este sucesso de vendas deve-se ao apoio dado pelas Comissões de Moradores e pelas Comissões de Trabalhadores do Comité de Luta, que venderam o jornal nos seus locais de trabalho.

Em *Editorial* é explicado que a reivindicação dos trabalhadores “não respeita a condições salariais, é sim uma luta verdadeira pelo avanço das forças revolucionárias contra o capital, uma luta contra a burguesia dignamente representada pelo ex-diretor deste jornal”.

O jornal integra ainda um comunicado da “Frente de Luta do jornal *O Setubalense*” onde afirma que “conta com a colaboração do povo português em geral, e dos setubalenses em especial, e de todos os órgãos de poder popular. Agora o jornal é do povo e para o povo”. Terminando com as palavras de ordem: “Informação revolucionária ao serviço da classe operária; *Renascença, República, O Setubalense* a mesma luta; Morte ao fascismo e à social-democracia”.

25 DE OUTUBRO Reunião do Secretariado Misto do Comité de Luta nas instalações do jornal *O Setubalense*. A reunião prolongou-se até às três da manhã. Foram discutidos os seguintes pontos: 1- Organização do Comité de Luta (CL); 2 - Necessidade de alargamento do Comité; Discussão da ordem de trabalhos do Plenário a realizar no dia 27 de outubro.

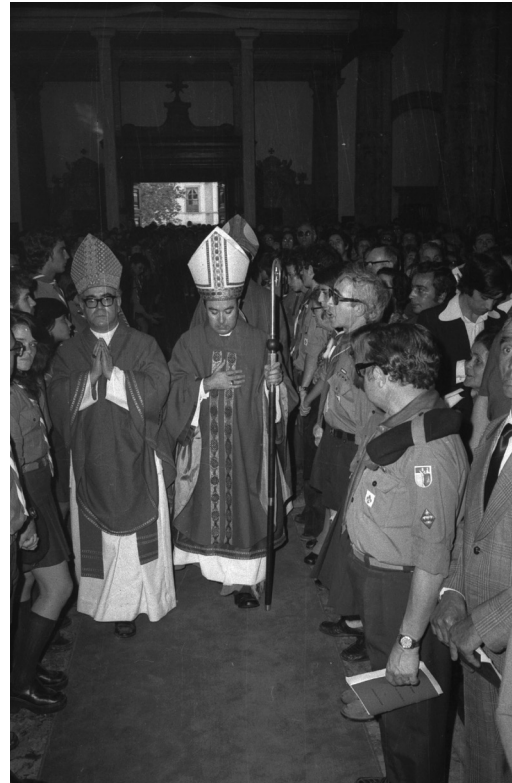


26 DE OUTUBRO É ordenado D. Manuel Martins (n.1927) como Bispo da recém criada Diocese de Setúbal. Esta ordenação vai ser fortemente contestada por alguns setores da população, tendo sido promovida uma manifestação contra a vinda do Bispo.

27 DE OUTUBRO Reunião do CL, no Salão Nobre da Câmara. Presentes cerca de 300 pessoas. Durante a reunião é dada a informação de que os camponeses que ocupavam o palácio e as propriedades do latifundiário Branco Núncio, em Alcácer do Sal, estavam a ser ameaçados por milícias dos agrários.

É decidida a ida a Alcácer do Sal para apoiar ocupação da casa de José Núncio. Os manifestantes passam pelo RIS. Face à recusa do comandante em deixar sair os soldados, estes mobilizam-se e colocam-se ao lado dos manifestantes do Comité de Luta, rumo a Alcácer do Sal.

- Conferência de imprensa da FUR, na sede da Frente Socialista Popular, contestando o inquérito oficial do 7 de Março, elaborado pelo EMGFA. Intervieram elementos da LCI, do MES, LUAR, FSP e PRP-BR. Na conferência de imprensa foi informado que as organizações maoistas UDP e FEC(ml) tinham sido convidadas e recusaram. Igual convite teria sido feito ao PCP e ao MDP-CDE que recusaram, igualmente, estar presentes.



Ordenação de D. Manuel Martins como primeiro bispo da Diocese de Setúbal.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Câmara Municipal de Setúbal

29 DE OUTUBRO Casa ocupada na Praça do Brasil por jovem casal e Comissão de Moradores.

31 DE OUTUBRO O supermercado Ribassado, no Bairro 25 de Abril, é ocupado pelos trabalhadores. Estes continuam as vendas e os pagamentos dos salários, conforme ordens do COPCON.

2 DE NOVEMBRO Reunião, no Salão Nobre da Câmara, para analisar a situação da habitação em Setúbal. Estiveram presentes representantes do Fundo de Fomento da Habitação, do Planeamento Habitacional de Setúbal, representantes de Comissões de Trabalhadores do sector da construção civil, Sindicato da Construção Civil e representantes de Comissões de

ENTREVISTA AO BISPO DE SETÚBAL

Quando fui nomeado nunca me tinha passado pela cabeça ser Bispo e, por outro lado, tinha visto nos jornais da época que os cristãos e os padres de Setúbal iam manifestando o perfil do Bispo que queriam. Achei que aparecer lá um Bispo que eles desconheciam e, com certeza, nada coincidente com o que eles esperavam, seria motivo de sofrimento para mim.

Assim, fiz o possível para não aceitar a nomeação. Sabia que era uma terra agitadíssima, sabia das minhas limitações para assumir funções de tanta responsabilidade e, por outro lado, sabia como o Verão Quente tinha o seu ponto alto em Setúbal. Naquele dia, deu-se uma manifestação contra a ordenação de mais um Bispo pois acreditava-se que isso ia tornar mais forte uma força reacionária. Por outro lado, no processo revolucionário em que o país vivia, um Bispo só por si já era a expressão da reacção. E acreditava-se que este elemento da reacção tinha como circunstância agravante o facto de ser do norte reacionário.

De tal maneira que fui ordenado na Sé Catedral num clima bastante tenso, pois as pessoas agitaram-se ao verem chegar 18 autocarros, os luxuosos carros dos bispos e os sinos a rebate. Foi aí que os jovens começaram a formar grupos, a agitar-se e a lançar insultos, de tal maneira que acho que só não houve tragédia porque não calhou. A coisa foi de tal maneira que a polícia sentiu-se incapaz de dominar a agitação e afastou-se. Foi preciso virem os militares para garantirem a pacificação. Ninguém foi capaz de dar um bofetão aos miúdos, pois tratavam-se de garotos.

Aquilo deixou uma impressão tão desagradável à gente do norte que quase todos os dias eu recebia telefonemas a perguntarem-me se eu estava bem. Nesse dia fez-se um convívio entre bispos e familiares no salão da Anunciada e a noite passei-a na rua a conhecer a cidade. Sempre fiz isso, nunca tive receio e nunca sofri uma beliscadura fosse de quem fosse. Sinceramente que, desde a primeira hora, senti-me estimado e bem acolhido. Talvez por andar sempre nas ruas, entrar nos cafés, fazer visitas a todo o lado, desde as paróquias, às cadeias e às fábricas.

As pessoas começaram a criar confiança e depois era com o Bispo que vinham desabafar, desde as comissões de trabalhadores, às comissões de moradores e às pessoas anónimas que vinham desabafar. Às vezes eram os próprios empresários que, com medo, antecipavam-se pois os trabalhadores já ameaçavam os patrões que vinham fazer queixa ao Bispo. E houve um jornalista que disse a D. Januário para falar de Deus e Jesus Cristo e deixar aqueles assuntos para os políticos. Mas ele não sabe que falar de Deus e de Jesus Cristo sem falar na justiça e nos direitos fundamentais das pessoas sabe a blasfémia, é um sacrilégio. Deus não está nada interessado em que eu lhe salve a honra e os direitos porque os direitos e a honra de Deus estão encarnados em todas as pessoas e em especial em todas as que sofrem. E era essa a minha missão que eu tinha em Setúbal.

Entrevista do Bispo de Setúbal.

Pedro Brinca e Etelvina Baía (Coord.), *Memórias da Revolução*, vol.2, p.131.

Moradores. Foi feito um ponto da situação, tendo sido dada a informação, pelo arquiteto Manuel Salgado (n.1944), de que 900 famílias vivem em barracas e 2000 vivem em partes de casas; 2000 famílias vivem em casas degradadas, frequentemente sem luz e água.

– A ocupação da mesma casa por duas famílias,

no Bairro da Reboreda, leva a Comissão de Moradores a impor a desocupação até ao resultado de um inquérito que defina qual das famílias tem mais carências, para ocupar a casa. Entretanto, uma das famílias reocupa e um plenário de moradores decide nova desocupação.

3 DE NOVEMBRO É nomeado o novo Governador



dor Civil do Distrito de Setúbal, Helder da Silva Madeira. A posse decorreu no Ministério da Administração Interna.

- A Comissão de Moradores da Quinta Alves da Silva ocupou um armazém com o objetivo de instalar uma creche, jardim-de-infância e centro cultural. Avaliando o desempenho do Comité de Luta, um dos elementos da CM entrevistado pel'O *Setubalense*, considerou “que tem sido a melhor solução até agora possível, mas ainda trabalha um pouco como cúpula; ambos os lados têm que aproximar-se”.

- O *Setubalense* transcreve um comunicado dos SUV denunciando manobras militares que escondem a intenção de um golpe militar da direita. Tratava-se de um exercício dos três ramos das Forças Armadas durante o qual, de acordo com o plano, as tropas seriam concentradas a Norte do País enquanto o inimigo estaria a Sul.

- Reunião do CL na Câmara. Na primeira página d'O *Setubalense* de 5 de novembro, em “manchete” destaca: “Comité de Luta – Dinamização do Poder Popular a nível das bases; O Poder Popular só se conquista com armas na mão...Pacificamente só avança a burguesia”. Segundo o mesmo periódico estiveram presentes cerca de 300 pessoas. Ordem de Trabalhos: Ponto prévio – informações: autocrítica do processo do Comité de Luta; 1 - Apresentação do Plano de Trabalho do Grupo de Habitação; 2 – Proposta do Secretariado para novas formas de organização; 3 – Inquérito do 7 de março. Foram dadas informação sobre saneamentos à esquerda de militares e de trabalhadores no Centro de Reforma Agrária em Elvas.

Foi denunciada a existência de uma situação de caciquismo no Faralhão, por parte do Patriarcado: “O meio essencialmente rural deixa-se manipular, de uma forma crédula, pelo Patriarcado que continua a usar os métodos de antes do 25 de Abril. Daqui lançamos o nosso alerta aos trabalhadores do Faralhão para que analisem quem os defende na realidade”.

Depois de ter sido feita a autocrítica pelo Secretariado, reconhecendo a existência de “anomalias”, o mesmo secretariado declarou: “a partir de agora ir-se-á desenvolver um trabalho muito mais válido”.

5 DE NOVEMBRO Os estivadores do porto de Setúbal iniciam um processo de luta: exigem ocupação permanente e melhores condições de trabalho, com destaque para a construção de uma “Casa do Conto” (Local onde aguardam diariamente se são selecionados para o trabalho).

7, 8 E 9 DE NOVEMBRO Realização do “Segundo Colóquio Arqueológico de Setúbal”, com a presença de cerca de cinquenta arqueólogos nacionais e estrangeiros.

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO GRUPO DA HABITAÇÃO DO COMITÉ DE LUTA

Um elemento do Grupo da Habitação apresentou uma proposta de trabalho, em que um dos pontos se referia concretamente à ocupação imediata do terreno da Quinta da Bela Vista. Impunha-se o início urgente das infraestruturas, para o Plano Integrado de Setúbal. Essa primeira fase avançará com a construção de 3000 fogos. No campo habitacional foram apresentadas e aprovadas as seguintes propostas:

1.ª PROPOSTA

- 1 – Discussão das formas de apoio para rapidez na substituição dos bairros de barracas.
- 2 – Início da construção do Plano Integrado de Setúbal segundo proposta do AC.
- 3 – Ocupação de casas.
 - Definição das rendas de casa com base no rendimento.
 - Definição dos critérios das famílias ocupantes.
- 4 – Discussão pelo Grupo de trabalho da sua forma de organização para pôr em prática os pontos anteriores.
- 5 – O grupo de trabalho reunirá todas as 5ª feiras, às 21 horas, na Câmara Municipal.

2.ª PROPOSTA

Apoio inequívoco do Comité de Luta ao aceleração das operações SAAL. As Comissões de Moradores das operações SAAL devem exercer um controlo efetivo sobre os projectos das equipas técnicas para evitar os atrasos na sua entrega. O Comité de Luta exigirá do Estado o financiamento imediato das operações SAAL transferindo a verba do subsídio não reembolsável para as Comissões de Moradores. Proceder imediatamente ao empréstimo de 3% às Associações de Moradores pondo a verba desse empréstimo à ordem das Associações. Organizar todos os desempregados da C. Civil através do sindicato em brigadas para apoio à construção das operações SAAL, sendo os salários destes operários pagos pelo Estado. Que cada empresa de C. Civil destaque 3 operários para trabalharem nas operações SAAL responsabilizando-se os restantes operários dessas empresas em suportar o trabalho dos seus camaradas. Transferir imediatamente os moradores das barracas para os prédios devolutos, enquanto as operações SAAL estiverem em construção. Não incentivar mais operações SAAL.

3.ª PROPOSTA

O Grupo de Trabalho, reunido em 31-10-75, apoia na generalidade a proposta da Comissão de Trabalhadores do AC, propondo:

- 1 - Ocupação imediata do terreno da Bela Vista iniciando o AC as obras de infraestruturas, sem concurso;
- 2 - Que as empreitadas de construção dos edifícios sejam entregues a empresas

PROPOSTA DO SECRETARIADO DO COMITÉ DE LUTA PARA NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÕES

Neste ponto analisou-se o apoio a dar a uma Manifestação Popular Anti-Fascista e Anti-Imperialista de apoio à luta dos Soldados da Base Aérea 6.

É do seguinte teor, convocatória para essa manifestação.

CAMARADAS:

Todos os seis governos da burguesia têm tentado impôr, e por vezes conseguiram, medidas antipopulares. Mas o VI Governo a todos tem levado a perna. Tem feito todos os possíveis para que os fascistas levantem a cabeça impunemente. Por isso nós dizemos:

VI GOVERNO – TRANSIÇÃO PARA O FASCISMO

VI GOVERNO NÃO – GOVERNO POPULAR SIM!

Tentou calar as vozes da vontade popular, selando a R.R. e negando o aval à República.

Concretamente no Montijo os patrões da «Gazeta do Sul» abandonaram as instalações não satisfazendo o pagamento dos ordenados aos trabalhadores por estes quererem pôr o jornal ao serviço do Povo.

Não permitimos que calassem a R.R., não permitimos que calem a República e a Gazeta.

REPÚBLICA, RENASCENÇA, SETUBALENSE, GAZETA AO SERVIÇO DA LUTA DO POVO!

Tenta reprimir o Povo, mas como não tem soldados que lhe obedecem, quer constituir um exército profissional de mercenários. A isto nós dizemos:

CONTRA O AMI – OFENSIVA POPULAR!

Deixa andar os fascistas à solta, os pides vêm passar os fins de semana a casa e vão tomar cafés só com dois guardas. A isto nós dizemos:

MORTE AO ELP E A QUEM O APOIAR!

Mantêm-nos na dependência o beija os pés aos imperialistas, mantêm os anti-nacionais e anti-democráticos como são o Pacto Ibérico e a NATO, permite inclusivamente que estes ponham bases no nosso território prontas a reprimir o Povo português, como é o caso da base da NATO no Montijo. A isto nós dizemos:

FORA A NATO, FORA A CIA – INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

Mas o Povo não permitirá isto. Os nossos órgãos da vontade popular, erguidos e unidos, não serão esmagados pela burguesia.

TRABALHADORES, MORADORES, SOLDADOS – ASSEMBLEIAS POPULARES!

O que temos de fazer não é andar para trás, mas o contrário: unir ainda mais os operários da cidade aos operários do campo. (Sejam eles do Sul ou do Norte pois todos eles andam enganados).

OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS – UNIDOS VENCEREMOS!

Temos que nos unir aos soldados e militares progressistas, pois estes são filhos do Povo fardados que temporariamente estão na tropa; eles não podem estar contra os seus pais, e familiares, contra o seu Povo fazendo o jogo da burguesia exploradora. A isto nós dizemos:

OS SOLDADOS, SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO!

O Povo por sua vez não lutará contra os seus filhos e irmãos fardados e de não permitirem que eles nos seus lares e terras fossem oprimidos, não serão os muros dos quartéis, que nos irão separar deles e impedir de continuar a dar-lhes o nosso apoio que agora será contra os reacionários que ainda estão nos quartéis. A isto nós dizemos:

**7 E 11 MARÇO – INQUÉRITO POPULAR!
REACIONÁRIOS FORA DAS BASES, JÁ!**

O Povo do concelho do Montijo e aqueles que queiram aderir a esta manifestação, apoiam os soldados na sua luta contra os reacionários que já passaram ao ataque. Como exemplo destes ataques temos a prisão, despromoção e passagem à disponibilidade de um militar progressista, a ameaça de morte a outro militar da Força Aérea. Com estes procedimentos tenta a burguesia impedir a organização da classe dos soldados. A isto nós dizemos:

**VIVA A JUSTA LUTA DOS SOLDADOS DA B. A. 6!
O POVO ESTÁ COM OS SOLDADOS DA B. A. 6!
Todos à manifestação!**

Dia 10 de Novembro às 19.30h, concentração no largo da praça de toiros do Montijo.
Secretariado de apoio à Manifestação

Moção CONTRA A POLÍCIA JUDICIÁRIA

Do Sindicato dos Técnicos e Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal, transcrevemos a seguinte moção de apoio aos camaradas rodoviários:

Energicamente repudiamos o ataque brutal e pidesco de que foram vítimas, pelos salazaristas assassinos da Polícia Judiciária, dois trabalhadores Rodoviários e um Dirigente Sindical.

Os brutamontes da Polícia Judiciária esquecem-se de que houve um 25 de Abril que nos restituiu a Liberdade a que temos direito.

Os vândalos da Polícia Judiciária esquecem-se de que têm que estar ao serviço do Povo e não do Capital como agora o fizeram.

Os carrascos da Polícia Judiciária esquecem-se que, se o Povo trabalhador Português que os sustenta quiser, esmagam-nos a pás e tiram-lhes o direito de pertencerem à nossa sociedade, sociedade esta que incontestavelmente terá que ser socialista.

Os esbirros da Polícia Judiciária que se ponham à tabela, pois estamos fartos dos pides e seus lacaios.

Se for preciso, e isto é um aviso sério, o Povo Trabalhador Português acabará com a v/ arrogância de uma vez para sempre.

**VIVA A CLASSE OPERÁRIA!
ABAIXO A PIDE E SEUS LACAIOS!
VIVA PORTUGAL LIVRE!**

O Setubalense, 5 de novembro de 1975

**COMUNICADO DA DIREÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE SETÚBAL**

CAMARADAS:

A Grandiosa Manifestação dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Setúbal não pode deixar dúvidas a ninguém do seu alto significado.

Esta Grandiosa Manifestação desmente categoricamente aqueles que nos acusam de estarmos a ser comandados por grupos minoritários.

Os trabalhadores demonstraram inequivocamente que a luta deles não é política, mas sim o trabalho.

Os trabalhadores também demonstraram que são ordeiros, pacíficos, mas Revolucionários.

O convite indireto que nos foi feito para desistirmos foi por todos nós energicamente repudiado.

Na verdade, o senhor Ministro do Trabalho (?), ao mandar encerrar o seu Ministério e suas Delegações, pretendia transformar os trabalhadores em vândalos e destruidores.

NÓS DISSEMOS NÃO!!!

Não foram os trabalhadores que mandaram destruir a Rádio Renascença mas sim um Conselho dito de Revolução, mas que todos sabemos ser um Conselho de Reacionários, salvo algumas exceções.

CAMARADAS: A nossa luta continua e continuará até à assinatura do nosso Contrato Coletivo Vertical.

Jamais abandonaremos a luta e estamos cientes que o Povo de Setúbal nos ajudará, caso seja necessária a nossa permanência por vários dias junto da Delegação do Ministério do Trabalho.

CAMARADAS: Daqui ninguém arreda pé! Com chuva, com sol, com nevoeiro, com fome, com sono, com cansaço, não desistiremos.

EM FRENTE PELO CONTRATO COLETIVO VERTICAL.

tação seguiu pela Avenida Luísa Todi, Praça de Bocage, Avenida 5 de Outubro, concentrando-se junto à delegação de Setúbal do Ministério de Trabalho.

O Ministro do Trabalho mandou encerrar as instalações da delegação local. No entanto o Delegado do Ministério do Trabalho, Ferreira Bastos, acaba por não cumprir as ordens ministeriais e em intervenção dirigida aos manifestantes explica o seu procedimento: “Como é do vosso conhecimento o Ministro do Trabalho invocou razões de segurança para encerrar as instalações. No entanto, e apesar disso, o vosso Sindicato pediu-me para estar aqui e aqui estou porque é o meu dever. A minha

obrigação é atender e ouvir os trabalhadores, tomar contacto com as suas lutas. Além disso a minha presença demonstra claramente que a Delegação de Setúbal não receia que as manifestações de trabalhadores façam perigar a segurança dos bens e das pessoas”.

A concentração continuou durante toda a noite.

– Assembleia do Comité de Luta onde alguns dos seus membros põem em causa a representatividade deste organismo. O Secretariado do Comité de Luta elabora um comunicado em que manifesta um certo desânimo.

- O Comité de Luta adia reunião e incumbe o

MANIFESTAÇÃO E GREVE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE 12 DE NOVEMBRO DE 1975

Estava em Setúbal a preparar a manifestação dos trabalhadores da construção civil, que nesse dia iria ocorrer a nível nacional, e a greve que se seguiu. Cada um de nós, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que na altura tinha sede em Setúbal, tinha uma função específica e a minha era a de organizar a manifestação no concelho. À tarde reuniram-se milhares de trabalhadores de todas as empresas do setor, junto à Delegação do Ministério do Trabalho, e foi a partir daí que desfilámos pela cidade regressando ao final do dia à delegação do Ministério do Trabalho.

Quando lá chegámos, reunimos com o Delegado, Ferreira Bastos, falámos das nossas intenções que tinham mesmo de passar pela decisão do Ministério do Trabalho. Na altura exigíamos a oficialização do novo contrato coletivo de trabalho e, por outro lado, reclamávamos contra a temida escalada da direita em Portugal.

Todos os trabalhadores sentiam esse perigo e o que é facto é que tínhamos razão, pelo que aconteceu poucos dias depois, a 25 de Novembro.

Quando reunimos com o Delegado, pedimos autorização para usar as instalações e ele ofereceu-nos a chave do edifício. Mandou os trabalhadores do Ministério para casa e nós passámos lá três dias e três noites, o tempo que durou a greve da Construção Civil. E a nossa luta era de tal modo compreendida e apoiada que, durante aquele tempo, a população e os próprios militares do quartel do 11 iam dar-nos comida, bebida e tabaco. Nunca nos faltou nada. Durante esse tempo, estivemos sempre em contacto com Lisboa, onde decorria a maior manifestação de todas e o cerco à Assembleia da República.

Como estávamos sempre em contacto, soube de vários episódios caricatos que por lá iam acontecendo, como foi o caso de um helicóptero carregado de frangos para os deputados que se diziam reféns, embora sássem quando lhes apetecia.

No meio disto tudo os parlamentares vitimizaram-se bastante. Como não gostavam de ser apupados quando saíam do parlamento, enquanto os do PCP eram aplaudidos pela mesma razão, a maioria decidiu ficar lá dentro.

Mas os frangos não chegaram lá, porque os milhares de manifestantes apoderaram-se da comida destinada aos deputados. Paralelamente à manifestação, os nossos dirigentes sindicais iam negociando com o Ministério do Trabalho o nosso caderno reivindicativo, mas pelos vistos, sem grande sucesso.

A greve da construção civil teve um impacto enorme no País, de tal forma que a certa altura já tínhamos o pessoal da Reforma Agrária e muitos outros sectores laborais prontos para avançarem sobre Lisboa. Em Setúbal éramos milhares, pois a construção civil tinha um peso enorme no concelho, e a adesão à greve de três dias foi de 100%.

Entrevista de Maximiano Ribeiro. Pedro Brinca e Etelvina Baía (Coord.),
Memórias da Revolução, vol.2, p.147.



Manifestação junto ao Quartel do 11.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

Secretariado de convocar todas as comissões de trabalhadores e moradores para uma nova reunião a realizar no dia 17 de novembro, no Salão Nobre da CMS.

– É aprovada uma moção, no Regimento de Infantaria de Setúbal, de repúdio pela destruição da Rádio Renascença.

- Reunião dos retornados setubalenses, no INATEL, para elegerem uma Comissão que os represente junto do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) e de outras entidades oficiais. É referido, na convocatória, que “os participantes na reunião terão que se identificar com a guia de desembarque, ou bilhete de identidade, sem o que não poderão participar nos trabalhos”.

13 DE NOVEMBRO Continua a manifestação da construção civil. Os trabalhadores passaram a noite no Largo do Quebedo, cercando as instalações de Setúbal do Ministério do Trabalho com diversa maquinaria.

14 DE NOVEMBRO O Primeiro Ministro acaba por assinar o contrato vertical da construção civil. Os manifestantes em frente da Delegação do Ministério do Trabalho desmobilizam e retiram as máquinas que completavam o cerco.

16 DE NOVEMBRO O Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e UCP's do Alentejo, promovem uma manifestação contra a política do VI Governo. A manifestação é apoiada também pelo PCP e pela FUR. Estes partidos, em

Setúbal, promovem uma forte mobilização para a participação na manifestação de Lisboa. No final da manifestação é lida uma mensagem do general Otelo Saraiva de Carvalho (n. 1938).

17 DE NOVEMBRO Nova reunião do Comité de Luta com a seguinte ordem de trabalhos: 1- Organização; 2- Reestruturação do Comité; 3- Inquérito do 7 de Março

20 DE NOVEMBRO Manifestação em Lisboa (Belém) e Setúbal contra o VI Governo Provisório.

22 DE NOVEMBRO A Banda de Música da GNR dá um concerto no ginásio da Escola Comercial e Industrial de Setúbal sob a regência de José Eduardo da Encarnação Ferreira (n.1941).

23 DE NOVEMBRO Cooperativas agrícolas vendem diretamente aos consumidores através de algumas Comissões de Moradores.

24 DE NOVEMBRO Trabalhadores da Movauto repudiam a suspensão de funções do VI Governo Provisório e apoiam a luta dos trabalhadores da Direção Geral dos Preços contra desemprego.

– Reunião do CL com a seguinte ordem de trabalhos: Informações; Análise da situação político-militar - «o que não pretendemos do próximo Governo»; Orientação da passagem à prática da discussão das propostas de organização; Cooperativas – CM; Ligação cidade-campo.

- *O Setubalense* noticia a morte do general Francisco Franco, o último ditador da Europa.

- Artigo n' *O Setubalense*, de Viriato Soromenho

Marques sobre a separação da Igreja e do Estado, “sobre a incapacidade da burguesia em cumprir o conjunto das tarefas das revoluções burguesas”.

25 DE NOVEMBRO Manifestação/concentração frente ao Quartel do RI 11 a pedir o apoio dos soldados e armas para distribuir aos trabalhadores.

O Setubalense vai para as bancas contrariando as ordens dos militares e do estado-de-sítio e apela, na primeira página à resistência ao golpe.

O Comité de Luta estabelece contactos constantes com a Comissão Administrativa da Câmara, propondo formas de articulação e resistência.

- Ao fim da tarde helicópteros da Força Aérea sobrevoam a casa onde estava instalada a rádio “Voz da Revolução”, rádio controlada pelo PRP e ligada ao Comité de Luta. Mais tarde militares do movimento do 25 de Novembro arrombarão a porta e confiscarão os materiais da estação emissora.

26 DE NOVEMBRO Moção de apoio ao novo Governador Civil do Distrito de Setúbal, pela CA da Câmara.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

AFONSO, Aniceto, “A Revolução dos Cravos”, *História de Portugal*, volume XIV, coordenação de João Medina, edição Ediclube, Lisboa, s/d.

AMEAL, João, *Setúbal sete séculos de História*, Edição da C.M.S., Setúbal, 1950.

ARAÚJO, Luísa, *100 anos Sociedade Musical e recreativa União Setubalense*, Setúbal, 2004.

BANDEIRINHA, José Manuel, *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

BATISTA, Pedro, *Da Foz Velha ao Grito do Povo – A oposição maoista à Ditadura, Memórias (1948-1974)*.

BRINCA, Pedro e Baía, Etelvina, *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal-25 anos depois*, edição do Setúbal na Rede, Setúbal, 2 vols. 2001.

CABRAL, Manuel Vilaverde, “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a propósito de alguns livros recentes”, in *Análise Social* n.º 48, 1976, p.914.

COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, edição Estuário/ Instituto Politécnico de Setúbal /Escola Superior de Educação /Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2014.

COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*. Edição Estuário/Instituto Politécnico de Setúbal/Escola Superior de Educação, Setúbal, 2011.

CANÁRIO, Rui, “Movimentos de moradores e educação popular na Revolução Portuguesa de 1974”, in *Trabalho Necessário*, Ano 12, n.º 18 de 2014.

CRUZ, Maria Alfreda, *Margem Sul do estuário do Sado*, Oficinas Gráficas da Gazeta do Sul, Montijo, 1973.

Estudos Locais do Distrito de Setúbal. – Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal, 25, 26 e 27 de Novembro de 1988. Edição ESE-IPS, Setúbal, 1990.

DOWS, Chip e outros, *Os Moradores à Conquista da Cidade – Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Sociedade Editora o Armazém das Letras, Lisboa, 1978.

FARIA, Carlos Vieira de, “História Urbana de Setúbal. Olhar o passado perspectivar o futuro”, *Setúbal na História*, Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão (LASA), Setúbal, 1990.

FARIA, Carlos Vieira de, *Setúbal. Novo fenómeno urbano*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1981.

FARIA, Carlos Vieira, *As cidades na cidade, Movimentos Sociais e Urbanos em Setúbal (1966-1995)*, Esfera do Caos, Lisboa, 2009.

Livro Branco da 5ª Divisão (1974-1975)”, Livraria Ler Editora, Lisboa, 1984

LOBO, Francisco, *Histórias de Setúbal*, edição URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Setúbal, 2008.

PINHO, Jaime *et al*, *Fartas de Viver na Lama – 25 de Abril O Castelo Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Edições Colibri, Lisboa, 2002.

ROSA, Maria Teresa Serôdio, *Relações Sociais do trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*, Edições Afrontamento, Porto, 1998.

Rosas, Fernando, “Notas para um debate sobre a revolução e a democracia”, *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*, coord. Raquel Varela, Bertrand Editora, Lisboa, 2012.

VARELA, Raquel, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Bertrand Editora, Lisboa, 2014.

Viva o Poder Popular, letra popular, música José Afonso, edição LUAR, reedição da Associação José Afonso, Setúbal, 2013.

FONTES

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- Arquivo da PIDE/DGS.
2. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal
3. Arquivo Distrital de Setúbal
4. Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal
Imprensa Local (Setúbal)
- *Distrito de Setúbal, O*,

- Notícias de Setúbal
- *Setubalense, O,*
- 5. Imprensa Nacional
- *Avante*
- *Diário de Notícias*
- Diário de Lisboa
- Expresso, O,
- Jornal de Notícias
- *Século, O,*

ENTREVISTAS

Carlos Tavares da Silva; Abílio Ferreira; Henrique Guerreiro; Jorge Luz; Paulo Valdez; Pedro Nunes; Arlindo Mota; Francisco Gil; João Mário; Viriato Soromenho Marques; Fátima Brinca; Valentim Pinto; Cristina Moura; Carlos Luz; Adriana Espanca; Acácio Lopes; Albino Mendonça; Jorge Santos; Beijamim Carvalho; Alberto Pereira; Quaresma Rosa; Sertório Herrera; Luís Fernandes.

SIGLAS

AC - Assembleia Constituinte
 AGCS – Assembleia Geral do Concelho de Setúbal
 AMI – Agrupamento Militar Independente
 ANP – Ação Nacional Popular
 ARA - Ação Revolucionária Armada
 CA – Comissão Administrativa
 CCS – Círculo Cultural de Setúbal
 CCT - Contrato Coletivo de Trabalho
 CDS – Centro Democrático e Social
 CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
 CISL - Confederação Internacional de Sindicatos Livres
 CM – Comissão de Moradores
 CMS – Câmara Municipal de Setúbal
 CT – Comissão de Trabalhadores
 COPCON – Comando Operacional do Continente
 CODP - Comité dos Organismos Democráticos e Populares
 CL – Comité de Luta
 CR - Conselho da Revolução
 CM - Conselho de Moradores
 CRRR - Centro Regional da Reforma Agrária
 CVA - Comités de Vigilância Armada
 CVRAS - Comité de Vigilância Revolucionária Antifascista de Setúbal
 ELP – Exército de Libertação de Portugal
 EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas
 FAF - Frente Anti Fascista

FEC-ML - Frente Eleitoral Comunista – Marxista Leninista
FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
FRELIMO - Frente Libertação de Moçambique
FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
FSP – Frente Socialista Popular
FUR – Frente de Unidade Revolucionária
GAPS - Grupo Autónomo do Partido Socialista
GIR – Grupo de Intervenção Revolucionária
GC - Governador Civil
IARN - Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
IMA - Indústrias de Montagem de Automóveis
INATEL – Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
JOC - Juventude Operária Católica
JSD - Juventude Social-Democrata
JSN - Junta de Salvação Nacional
LCI – Liga Comunista Internacionalista
LP – Legião Portuguesa
LUAR - Liga de Unidade e Ação Revolucionária
MAI - Ministério da Administração Interna
MESA - Ministério do Equipamento Social e do Ambiente
MDM - Movimento Democrático das Mulheres
MDP – Movimento Democrático Português
MDS – Movimento Democrático de Setúbal
MFA - Movimento das Forças Armadas
MES – Movimento de Esquerda Socialista
MESA - Ministério do Equipamento Social e Ambiente
MJT - Movimento da Juventude Trabalhadora
MP – Mocidade Portuguesa
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MT - Ministério do Trabalho
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP – Partido Comunista Português
PCP (ML) – Partido Comunista Português (Marxista Leninista)
PPD – Partido Popular Democrático
PRP-BR – Partido Revolucionário do Proletariado
PS – Partido Socialista
PL – Partido Liberal
PSP - Polícia de Segurança Pública
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PUP - Partido de Unidade Popular
RIC - Reunião Inter Câmaras

RIS – Regimento de Infantaria de Setúbal
RALIS – Regimento de Artilharia de Lisboa
RDA - República Democrática Alemã
RR – Rádio Renascença
SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local
SA – Secretariado Misto
SUV - Soldados Unidos Vencerão
UDP – União Democrática e Popular
UEC - União dos Estudantes Comunistas
URML - União Revolucionária Marxista Leninista
UN – União Nacional
U.S.D.S. - União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal

ÍNDICE REMISSIVO

25 de Abril 20, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 33, 37, 39, 40, 41, 45, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 71, 77, 78, 79, 80, 84, 87, 92, 93, 101, 106, 121, 134, 140, 144, 146, 147, 155, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 211, 212, 213, 217, 220, 223, 232, 234, 242, 252, 286, 290, 294, 298, 299, 313, 315, 319

11 de Marco 47, 50, 51, 52, 56, 64, 69, 70, 71, 72, 82, 83, 85, 108, 111, 133, 167, 196, 217, 219, 251, 280, 282, 284, 285, 294

25 de Novembro 47, 61, 62, 63, 64, 72, 78, 89, 90, 98, 111, 118, 121, 122, 126, 127, 168, 175, 182, 188, 190, 217, 239, 298, 321, 323

28 de Setembro 47, 48, 49, 50, 71, 136, 144, 147, 149, 166, 170, 179, 180, 182, 192, 193, 219, 251, 254

7 de marco de 1975 64, 65, 66, 82, 83, 216, 283

5 de outubro 28, 30, 56, 122, 166, 167, 170, 182, 254, 255, 256, 307, 308, 309, 312, 320

1.º de Maio 28, 31, 32, 55, 56, 104, 164, 165, 167, 168, 189, 191, 228, 230, 232, 296

Abílio Ferreira 29, 31, 32, 33, 37, 40, 42, 154, 227

Acácio Barradas 208

Acção Católica 169

Adelino da Palma Carlos 47

Adilo Costa 29, 31, 227

Adriana Espanca 31, 32

Adriano da Encarnação 233

Afonso Cautela 263

Afonso do Carmo 287

África 32

Albergue Distrital 23

Alberto Antunes 54, 55, 287

Alberto Pereira 33, 37, 38, 40, 149, 153, 154, 156, 164, 195

Albino Mendonça 34, 35, 36

Alentejo 25, 131, 164, 212, 322

Aliança Democrática 182

Almada 66, 123, 134, 135, 148, 177, 204, 219, 237, 246, 249, 296

Alto da Guerra 90, 130

Álvaro Barreto 263

Álvaro Batista Guerreiro 144

Álvaro Cunhal 30, 31, 56, 150, 198, 286

Álvaro Dias 43

Álvaro Guerreiro 146, 275

Álvaro Henrique da Silva 255

Álvaro Monteiro 233, 282, 287

A manifestação das betoneiras 138

Américo Lázaro Leal 286

Amílcar Lyra 188

anarco-sindicalista 20

Aniceto Simões 53

Antónia de Carvalho 240

Antónia Perpétua 281

António Caboz 257

António Caldeira 168

António de Spínola 40, 51, 71, 230, 248

António Dias Lourenço 286

António Ferrer 193

António José de Almeida 56

António Lourenço de Faria 178

António Marques dos Santos 286

António Moreira de Freitas 255

António Quaresma Rosa 33

António Rodrigues 287

Arlindo Mota 193, 198

Artur Cortez Pereira dos Santos 287

Artur Fernando Senteiro Marques 40, 230

Ary dos Santos 235, 238

Asilo 203, 204, 293

Assembleia Constituinte 47, 52, 53, 54, 55, 57, 68, 100, 119, 156, 165, 167, 171, 173, 176, 177, 196, 286, 294, 306

Assembleia Geral da População do Concelho de Setúbal 277

Assembleia Geral do Concelho de Setúbal 81, 107, 112, 187, 201, 202, 215, 278, 284

Assembleia Nacional 52, 183, 195

Associação de Amizade Portugal Cuba 285

Associação de Moradores do Bairro da Liberdade 267, 274

Associação de Moradores do Bairro da Liberdade. 274

Associação de Moradores do Bairro do Castelo Velho 274

Avante 286

Avelino Gonçalves 196

Avenida de Goa 134

Avenida dos Combatentes 223

Avenida Duarte Pacheco 178

Avenida Luísa Todi 30, 43, 223, 243, 252, 320

Azedo 80, 92, 93, 95, 114, 130, 245, 291, 299

Azeitão 40, 257

Bairro 25 de Abril 24, 40, 290, 313

Bairro Carmona 24

Bairro da Azeda de Baixo 80, 245

Bairro da Conceição 24, 30, 135, 178, 276

Bairro da Fundação Salazar 40, 78, 135

Bairro da Liberdade 40, 76, 90, 99, 267, 268, 274

Bairro do Liceu 25, 119, 212, 304, 306, 308

Bairro dos Pescadores 24, 135

Bairro Humberto Delgado 24, 40

Bairro Marcelo Caetano 24, 40

Bairro Presidente Carmona 135

Bairro Salazar 24

Bairro Salgado 28, 90, 285, 297, 301, 304

bairros-de-lata 22, 25, 27, 75, 78, 80, 99, 111, 211, 212, 214, 240

bairros populares 77, 92, 93, 94, 96, 134, 173, 304

Banco de Portugal 51

Barracas pobres 79

Barracas ricas 79

Barreiro 134, 135, 148, 219, 246, 249, 264, 266

Barreiros 25, 103, 105, 126, 212

Base Aérea n.º 6 125

Beijamim Carvalho 153

Biblioteca Municipal 256, 279

Bispo 61, 204, 205, 206, 207, 299, 313, 314

bispo auxiliar de Vila Real 206

Bispo de Setúbal 204, 206, 207, 314

Bispo do Porto 206

Bispo Vermelho 207

Blanqui Teixeira 257

Bocage 28, 29, 30, 31, 50, 104, 132, 138, 139, 164, 165, 223, 225, 226, 232, 233, 238, 252, 265, 266, 267, 279, 285, 291, 309, 320

Bombeiros Sapadores 235

Brecht 245

Bronzes Cetóbriga 119, 292, 306

Bula Studentes Nos 296

Café Central 104

Caixa de Previdência do Distrito de Setúbal 259

Caixa Geral de Depósitos 96, 292, 299

Caixa Nacional de Pensões 135

Caixeiros do Distrito de Setúbal 38, 226

Caixeiros do Distrito de Setúbal 39

Câmara de Almada 135

Câmara Municipal de Setúbal 22, 23, 28, 29, 30, 35, 40, 41, 50, 53, 60, 83, 85, 88, 107, 108, 109, 110, 121, 123, 127, 129, 130, 132, 135, 137, 145, 147, 150, 152, 155, 181, 195, 223, 224, 226, 227, 230, 236, 251, 263, 267, 274, 275, 276, 277, 285

Campanha de Dinamização Cultural do MEA 256

Cândida Santos 114, 120

Capitão Adelino Reis Moura 152, 153

Capitão Costa Martins 246

Capitão Fernandes 308

capitão Reis Moura 84

Cardeal Patriarca 205, 233

Cardoso Ferreira 181, 182

Carlos Alberto 193

Carlos Antunes 122, 259, 306, 308, 309

Carlos Barradas 267

Carlos Domingos 169, 194

Carlos Lopes 31

Carlos Luz 29, 30, 33, 164, 168

Carlos Machado 264

Carlos Monteiro 189, 232

Carlos Nascimento 31

Carlos Paredes 238

Carlos Rangel 296
Carlos Tavares da Silva 33, 40, 166, 177, 178, 193, 240, 255
Casa Bocage 252, 266, 267, 285, 291
Casa de Bocage 252
Casa de Santana 23
Casa do Gaiato 23, 201, 202, 203
Casa dos Pescadores 38, 135, 255
Casa dos Pescadores de Setúbal 255
Casal da Figueiras 75, 79
Cascais 249
Castelo Velho 23, 75, 76, 79, 87, 92, 93, 99, 104, 107, 157, 174, 246, 274, 282, 290
Cavalaria 7 67
Centro de Recreio Popular 276
Centro de Reforma Agrária 315
Centro de Saúde de Setúbal 237
César Pratas 259
Chile 32, 195, 248
ciclo conservêiro 19, 211
cidade vermelha 21, 62, 123, 174, 217, 219
Cine Esplanada das Pontes 258
Círculo 27, 33, 34, 37, 41, 69, 78, 80, 81, 98, 99, 106, 164, 169, 174, 188, 198, 212, 213, 219, 223, 240, 254, 256, 279, 280, 286, 291
Círculo Cultural 27, 33, 34, 37, 41, 69, 78, 80, 81, 98, 99, 106, 164, 169, 174, 212, 219, 223, 240, 254, 256, 279, 280, 291
Clube de Campismo 133, 193, 238
Clube Desportivo da Camarinha 276
Clube do Pessoal da Siderurgia Nacional 230
Clube Naval 31, 35, 42, 73, 84, 131, 142, 164, 165, 185, 202, 226, 229, 230, 238, 246, 247, 252, 265, 266, 282, 283
Clube Recreativo da Palhavã 238, 257, 259, 285
Colégio Marga 293, 296, 297
Colóquio Arqueológico de Setúbal 315
Comércio do Funchal 195
Comissão Administrativa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 50, 60, 62, 77, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 96, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 120, 121, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 166, 168, 181, 194, 208, 216, 217, 218, 228, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 243, 251, 252, 254, 255, 259, 260, 266, 274, 275, 276, 277, 282, 283, 285, 286, 287, 290, 302, 306, 311, 323
Comissão de Moradores 64, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 98, 109, 114, 117, 140, 157, 245, 277, 289, 296, 297, 304, 306, 309, 312, 313, 314, 315
Comissão de Moradores da Quinta Alves da Silva 315
Comissão de Moradores das Pontes 88
Comissão de Moradores do Bairro Alves da Silva 296, 304
Comissão de Moradores do Bairro do Liceu 304
Comissão de Moradores do Bairro General Humberto Delgado 312
Comissão de Moradores do Bairro Salgado 297
Comissão de Moradores no Bairro de São Gabriel 304
Comissão de Turismo 166, 168
Comissões de Moradores 26, 57, 58, 60, 77, 80, 81, 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 133, 134, 138, 159, 163, 165, 169, 171, 174, 176, 177, 187, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 277, 279, 286, 288, 290, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 323
Comissões de Moradores de S. Sebastião 304
Comissões de Trabalhadores 57, 58, 81, 98, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 121, 126, 127, 146, 163, 165, 166, 168, 169, 171, 187, 207, 213, 215, 216, 217, 267, 295, 299, 300, 302, 305, 306, 312, 313, 314, 322
Comité de Luta 61, 62, 72, 89, 90, 97, 105, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 174, 187, 215, 217, 305, 306, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 320, 323
Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares 105, 111, 112, 113, 114, 215, 296
Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares de Setúbal 296
Comité dos Organismos Populares de Setúbal 105, 114, 215, 294, 299
Confederação Internacional de Sindicatos Livres 263
Conferência Episcopal 204
Congresso Regional do Escutismo 249
Conselho de Estado 183

Conselho de Moradores 88, 110, 111, 215, 288, 289, 292, 293, 299, 301, 304
Conselho Mundial da Paz 306, 311
Conselho Revolucionário dos Trabalhadores 292
Conselho Superior da Revolução 59, 60, 282, 296
Conservas Unidas 104, 299, 305, 308, 317
construção civil 25, 59, 61, 90, 96, 126, 130, 138, 140, 141, 157, 159, 212, 232, 233, 238, 239, 240, 244, 260, 266, 280, 289, 293, 299, 300, 301, 310, 312, 313, 317, 319, 320, 321, 322
contrato coletivo de trabalho 59, 229, 255, 321
Convento da Arrábida 278
Cooperativa Agrícola 1.º de Maio 296
Coronel José Alves Carvalho Fernandes 34
Cova do Canastro 40, 75, 78, 130, 140, 231, 232
Cristianismo 266
Cristina Moura 98, 121
Curvas 25, 212
Daniel Cabrita 196, 282
Daniel Mendes 225
Daniel Proença de Carvalho 72
Delegado do MFA 152, 153
Dia Mundial da Infância 255
Diário de Lisboa 68, 69, 148, 172, 205, 224, 225, 233, 243, 246, 252, 253, 254, 257, 258, 263, 274, 276, 280, 283, 312
Diário de Notícias 237
Dimas Pereira 31, 33
Diocese de Setúbal 204, 205, 207, 296, 313
Direção Geral da Administração Local 131
Direção Geral de Portos 235
Diretor Escolar do Distrito de Setúbal 232
Ditadura Militar 21, 132
Documento dos Nove 154
Documento Guia Povo 112, 156, 293
Documento Melo Antunes 154
Domingo de Trabalho Voluntário 254
Eduardo Bastos Albarra 287
Egas Nunes Sales 156
eleições 29, 38, 42, 45, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 68, 100, 112, 156, 158, 159, 167, 171, 173, 174, 176, 177, 180, 182, 196, 197, 219, 224, 225, 226, 227, 237, 246, 251, 252, 259, 270, 286, 287, 294, 298
Emídio Silvano Campos 132
Emissora Nacional 51
Empregados de Escritório do Distrito de Setúbal 38, 225
Encontro Nacional dos Trabalhadores Estudantes 267
Entrepósito Industrial de Automóveis 233
Equimetal 25
Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas 66
Escola Preparatória de Bocage 232, 233
Escolas do Magistério Primário 232
Escolas Normais Unificadas 232
esquerda radical 50, 52, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 66, 70, 72, 97, 98, 110, 111, 114, 116, 117, 119, 122, 160, 163, 173, 175, 181, 187, 188, 195, 197, 203, 206, 216
esquerda-revolucionária 173
Estádio da Luz 141, 265
Estado-Maior-General das Forças Armadas 60, 72, 73, 84
Estado Novo 21, 22, 23, 24, 56
expresso 45, 56, 70, 196, 317
Externato Diocesano 266
Ezequiel Vicente 259
Faralhão 25, 90, 183, 212, 315
fascismo 21, 30, 32, 48, 60, 124, 126, 140, 155, 170, 172, 175, 180, 181, 188, 195, 196, 218, 219, 220, 248, 249, 253, 256, 258, 276, 282, 294, 310, 312, 318
Fátima Brinca 62, 63, 118, 119, 123, 187
Fausto 246
Feira de Santiago 169, 245
Fernando Alvim 238
Fernando Batalha Pedrosa 40, 230
Fernando Caldeira Marques da Costa 144
Fernando Camarinhas 193
Fernando dos Santos Pais 287
Fernando Gravatinha 259, 282
Fernando Mendes 287

- Fernando Pereira 78, 80, 81, 169
 Fernando Ribeiro 63, 64, 122
 Fernando Rodrigues 31, 36, 48, 49
 Fernando Rosas 46, 61
 Ferreira Bastos 61, 320, 321
 Firma Xavier de Lima 263
 Florinhas de Setúbal 23
 Fontainhas 30, 76, 92, 93
 Fonte Luminosa 114, 296, 298
 Fonte Nova 30, 223, 317
 Forcas Armadas 27, 30, 31, 39, 40, 41, 45, 49, 50, 58, 60, 66, 67, 69, 72, 73, 83, 84, 88, 117, 119, 125, 136, 155, 170, 179, 180, 184, 190, 224, 225, 232, 234, 238, 247, 251, 257, 283, 287, 296, 298, 312, 315
 Franca 29, 173, 227
 Francisco Fanhais 235, 255
 Francisco Ferreira 285
 Francisco Lobo 42, 43, 70, 76, 77, 83, 84, 85, 89, 90, 94, 99, 107, 108, 131, 134, 135, 137, 139, 141, 146, 149, 153, 156, 276, 283
 Francisco Pinto Balsemão 178
 Francisco Queiroz 168
 Francisco Sá Carneiro 178
 Francisco Soares Feio 158
 Freguesia de S. Julião 133
 Frei Bento Domingues 257
 Fundação Gulbenkian 252
 Fundação Salazar 40, 78, 79, 135, 232
 Fundo de Fomento da Habitação 135, 313
 Fuzeta da Ponte 152, 153, 248, 252, 299
 Gâmbia 90, 104, 257, 259, 296
 General Costa Gomes 53
 General Humberto Delgado 32, 312
 General Spínola 47, 48, 71, 190
 General Vasco Gonçalves 60
 Germinal 20
 golpe-de-Estado 21, 27, 45, 85, 165, 211, 224, 248, 280
 Governo Civil 42, 129, 132, 152, 166, 233, 236, 267
 Governo Civil do Distrito de Setúbal 42, 233
 Governos Cívicos 31
 Grândola Vila Morena 32, 52, 226
 Grémio da União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal 248
 Grito do Povo 49, 174, 246
 Grupo Desportivo da Camarinha 257
 Grupo Desportivo do Montijo 296
 Grupo Dinamizador da Luta das Rendas de Casa 98
 guerra colonial 19, 31, 45, 165, 169, 179, 194, 242
 Hélder Madeira 60, 166, 233
 Helena Afonso 168
 Helena Macedo 240
 Henrique Guerreiro 168, 194, 240, 242
 Herdade Zambujal 259
 Hermenegónio Borges da Silva 296
 Hermenegilda Rosa Pereira 55, 286
 Hospital de São Bernardo 208
 Hospital de Setúbal 229, 240, 241, 245, 263
 I Governo Provisório 47, 196
 Igreja Católica 28, 37, 57, 69, 190, 192, 193, 201, 203, 204, 205, 206, 207
 II Governo Provisório 48
 II Guerra 19
 IMA 25, 48, 103, 126, 212, 213, 256
 Inter-Comissão dos Bairros de Barracas 106
 Intersindical 51, 112, 263, 264, 287, 296, 298
 Itália 173
 Jacinto Teles 119, 120, 121, 122
 Jaime dos Santos Forreta 178
 Jaime Rebelo 70
 João Bárbara 63, 81, 94
 João Cândido Belo 39, 229, 246
 João da Maia Barbosa 232
 João José Mendes de Matos 40
 João Manuel Fernandes Lopes 280
 Joaquim Canelas 59, 82, 95, 100, 199, 233, 255, 265, 286, 291
 Joaquim Carvalho Luís 51
 Joaquim Lourenço 235
 Joaquim Magalhães Mota 178
 Joaquina Soares 40, 193, 240
 Jorge Luz 29, 31, 33, 37, 38, 39, 40, 67, 168, 193, 227
 Jornal do Centro 195
 Jornal do Fundão 237
 jornal República 56, 187, 291
 José Afonso. 30, 31, 47, 65, 291
 José Armando Carvalho 193
 José Barrosinha de Oliveira 151
 José Canhoto Antunes 259
 José de Oliveira 296
 José Fernando da Silva Rosa Mendes 40, 230
 Josefino Ferreira 255
 José Manuel Jara 195
 José Manuel Lopes 296
 José Manuel Marques Figueiredo 287
 José Manuel Ribeiro 172, 249
 José Maria da Silva Belo 40, 230
 José Mário Branco 246
 José Nunes de Almeida 286
 José Pina 168
 José Sequeira Pontes de Oliveira 178
 Júlio Santos 42, 149, 151, 156, 158, 166, 195, 274, 276
 Junta Autónoma das Estradas 23
 Junta Autónoma do Porto de Setúbal 235, 238, 252, 292
 Junta Central da Casa dos Pescadores 135
 Junta de Freguesia 109, 132, 133, 237, 277, 304
 Junta Distrital 163, 166, 168, 177, 255
 Karl Marx 176
 Lar do Gaiato 202
 Largo da Ribeira Velha 223
 Largo das Areias 30
 Largo do Quebedo 281, 322
 Largo Dr. Francisco Soveral 223
 Legião Portuguesa 27, 34, 68, 195, 223, 224
 Lei da Greve 249
 Lenine 176, 265
 liberdade 27, 28, 31, 33, 40, 49, 53, 54, 56, 76, 81, 87, 90, 92, 93, 99, 107, 132, 152, 179, 180, 184, 185, 189, 190, 194, 196, 198, 223, 225, 234, 238, 240, 249, 250, 256, 267, 268, 274, 275, 282, 284, 286, 290, 292, 311, 319
 Liceu Nacional de Setúbal 259
 Liga dos Cancerosos Pobres 23
 Lígia Penim 168
 Livramento 131
 Luísa Bastos 238
 Luís da Conceição Serra Pinto 40, 230
 Luís Fernandes 193
 Maçonaria 56, 183
 Magalhães Mota 55, 65, 178, 278
 Mague 25
 Maio de 1968 173
 maioria silenciosa 48, 49, 170, 182
 Major Mexia 151
 Maltalhado 75, 76, 92, 93, 119, 290, 299, 306
 Manuel Abrantes 171, 185, 186, 187, 257
 Manuel Alegria 257
 Manuel Correia 238
 Manuel do Nascimento Gomes 132
 Manuel Esquivel 183
 Manuel Ferreira 266
 Manuel Góis 40, 41, 42, 233
 Manuel Mata Cáceres 287
 Manuel Paulino da Cunha Morgado 156
 Manuel Salgado 26, 265, 314
 Manuel Serra 169, 170, 172, 249, 258, 264, 277, 310
 Manuel Vinhas 259
 maoísmo 173
 Mao-Tsé-Tung 264
 Marcelo Caetano 24, 32, 40
 Marcelo Rebelo de Sousa 56, 179
 Marcos Antunes 233
 Marc Velge 292
 Margem Sul 134, 164, 165, 168, 183, 186, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 243,

256, 264
Maria Assunção Vitorino 55, 287
Maria de Fátima Delgado Silva 132
Maria Isabel Velez 150
Maria Lamas 32
Mário José Brandão Ferreira 42, 236
Mário Moura 69, 77, 190, 191, 192
Mário Ramos 266
Mário Soares 56, 114, 169, 171, 172, 249
Marques da Costa 144, 146, 275
Martín Kamitz 285
marxismo 181, 195, 266
marxista-leninista 33, 173
Maurício Pinto da Costa 232
mendicidade 22, 23, 24, 211
Mercado da Conceição 131
Ministério da Economia 248
Ministério das Corporações 59
Ministério do Equipamento e do Ambiente 97
Ministério do Equipamento Social e do Ambiente 293
Ministério do Interior 42, 233, 236
Ministério do Trabalho 61, 101, 163, 166, 195, 216, 247, 249, 255, 266, 306, 307, 320, 321, 322
Ministro do Trabalho 196, 246, 287, 307, 320
Misericórdia 37, 203, 208, 219, 229, 232, 263, 265
Mitrena 25, 247
Moita 135, 240
Montalvão 91, 92, 93, 131
Montijo 124, 125, 135, 198, 246, 296, 317, 318, 319
MOVAUTO 25, 103, 118, 212, 213, 267, 292, 323
Movimento da Juventude Trabalhadora de Setúbal 242, 264
Movimento Sindical 37, 38, 64, 101, 112, 164, 166, 171, 184, 186, 194, 195, 263
Movimento Socialista Popular 169, 186, 240, 257
NATO 32, 104, 124, 267, 318
Nossa Senhora da Anunciada 207
Notícias da Amadora 238
Notícias de Setúbal 28, 37, 68, 69, 97, 171, 183, 190, 191, 192, 193, 202, 203, 205, 207, 208, 238, 241, 258
Núncio Apostólico 205
Nuno Portas 134, 138
Nuno Teotónio Pereira 237
Octávio Pato 165, 194, 240
Odete dos Santos 42, 60, 236
O Distrito de Setúbal 39, 55, 136, 142, 172, 183, 188, 189, 190, 247, 248, 249, 251, 266, 278, 280, 299
Olhos de Água 22, 23
Orlando Barros 146, 148
O Século 140
O Setubalense 30, 68
O Setubalense 27, 28, 29, 32, 33, 34, 37, 38, 49, 52, 54, 55, 59, 60, 62, 63, 65, 68, 69, 70, 71, 77, 84, 85, 88, 96, 99, 101, 110, 114, 117, 118, 119, 122, 123, 126, 133, 148, 154, 157, 165, 167, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 194, 207, 217, 223, 224, 227, 228, 233, 234, 235, 240, 243, 249, 254, 256, 257, 258, 264, 265, 267, 274, 278, 279, 282, 283, 284, 291, 292, 299, 304, 306, 308, 309, 310, 312, 315, 317, 319, 323
Otelô 121, 127, 139, 154, 323
Otelô Saraiva de Carvalho 121, 127, 139, 154, 323
O Tempo e o Modo 195
Pacos do Concelho 28, 41, 150, 226, 227, 230, 236, 256, 282, 291, 311
Padre Américo 201
Padre Mário de Oliveira 32
Palácio da Bacalhoa 278
Papa 207, 296
Papa Paulo VI 296
Partido Liberal 182, 249, 253, 254
Partido Republicano 20
Patrício Paul 265
Paula Borba 203, 208, 293
Paulo Valdez 65, 70, 71
Pavilhão do Naval 65, 66, 70, 84, 167, 175, 226, 228, 240, 254, 258, 259, 277, 278, 281
Pedro Nunes 71

Peixe Frito 25, 92, 93, 130, 131
Pereira de Moura 240, 241
Pinheirinhos 75, 76, 86, 87, 92, 93, 107, 282, 290
Pinheiro de Azevedo 126
Pinto Balsemão 56, 178
Pipa 131
Plano Integrado de Setúbal 77, 316, 317
Poco de Mourô 25
Poder Popular 53, 57, 58, 61, 64, 65, 83, 88, 98, 99, 100, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 122, 123, 154, 155, 156, 163, 176, 187, 188, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 285, 295, 302, 303, 304, 305, 308, 310, 311, 312, 315
Polícia Judiciária 73, 319
polícia política 27, 34, 45, 164, 183, 219, 223
Pontes 88, 91, 175, 178, 258
Praça de Bocage 28, 29, 30, 31, 50, 104, 138, 139, 164, 165, 223, 225, 238, 279, 309, 320
Praça de Touros Carlos Relvas 165, 172, 175, 178, 235, 249, 286, 304
Praça do Brasil 90, 92, 93, 134, 305, 313
Praça Machado Santos 223
Praias do Sado 25, 90, 183, 212, 247, 257
PREC 50, 51, 61, 65, 156, 168, 172, 174, 181, 182, 201, 219
Presidência da República 42, 127, 155
Presidente da República 53, 56, 60, 156, 183, 247, 282, 296
Professor Rui Luís Gomes 32
programa do MFA 52, 57, 84, 298
PROPAN 39, 105, 229, 243, 247
Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal 232
PSP 23, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 146, 205, 254, 279, 304
Quaresma Rosa 33
Quartel de Beja 159
Quartel de Vale de Zebro 34, 224
Quartel do 1134, 35, 36, 50, 62, 66, 67, 81, 118, 123, 158, 188, 224, 238, 280, 321, 322
Quatro Caminhos 22, 75, 76, 86, 87, 92, 93, 107, 119, 282, 299, 306
quinhentos escudos por assoalhada 89, 95, 214, 292, 301
Quinta de Miraventos 293, 297, 301
Quinta Divisão do Estado-Maior das Forças 296
Quinta Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas 155
Rádio Renascença 57, 59, 124, 187, 297, 320, 322
Rádio Voz de Setúbal 63, 217
RAL1 51
Raul Rego 56
Reboreda 25, 90, 92, 93, 212, 299, 314
Reforma Agrária 47, 51, 58, 64, 89, 216, 286, 310, 315, 321
região pastoral de Setúbal 192, 233
Renato Custódio Nogueira 42, 130, 236
República 20, 42, 53, 56, 60, 61, 124, 127, 155, 156, 183, 187, 188, 201, 232, 237, 247, 254, 266, 282, 291, 296, 310, 312, 317, 318, 321
República Democrática Alemã 266
Revolução 21, 27, 32, 33, 34, 38, 40, 41, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 68, 69, 72, 73, 75, 77, 84, 88, 94, 98, 101, 103, 105, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 132, 133, 139, 147, 152, 153, 155, 157, 159, 163, 165, 166, 169, 171, 173, 174, 175, 177, 182, 183, 185, 189, 190, 192, 195, 198, 199, 200, 206, 211, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 234, 239, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 264, 276, 281, 282, 286, 290, 296, 297, 298, 299, 305, 307, 309, 314, 320, 321, 323
Revolução Cubana 173
Revolução Cultural Chinesa 173
Revolução Russa 118, 157, 173, 217
Revolução Vietnamita 173
Ribeiro Teles 138
Ricardo Botas 67, 84
RICOQ de Queluz 67
Rocha Barbosa 263
Rogério Palma Rodrigues 156
Rogério Peres Claro 188
Rogério Severino 170, 171, 182, 186, 187, 223, 227, 257, 292, 299
Rua Alves da Silva 231
Rua Augusto Cardoso 85, 285
Rua do Romeu 31
Rua General Daniel de Sousa 230

Rui Barbosa de Matos 42
 Rui Canário 77
 SAAL 23, 64, 79, 80, 89, 90, 94, 95, 107, 111, 120, 127, 214, 246, 316
 Sado 25, 27, 64, 65, 90, 108, 131, 183, 212, 213, 247, 257, 279
 Salazar 23, 24, 32, 37, 39, 40, 41, 71, 78, 79, 135, 169, 207, 232
 Salgado Zenha 56, 171, 172, 249
 Salvador Allende 195
 Santa Casa da Misericórdia 208, 229, 232, 265
 Santa Clara Gomes 259
 Santuário do Cristo-Rei 204
 São Gabriel 92, 93, 95, 114, 119, 304
 SAPEC 48, 102, 103, 105, 119, 126, 213, 292, 306, 308
 Seara Nova 195, 238
 SECIL 21, 48, 103, 108, 119, 126, 266, 278, 306, 312
 Secretariado Misto do Comité de Luta 120, 312
 Secretário de Estado da Urbanização e Urbanismo 134
 Secretário de Estado do Trabalho 259, 287
 Seminário de Almada 204
 Serafim Silveira Júnior 184
 Serra da Arrábida 21, 108, 166, 177, 278
 Sertório Herrera 102, 139, 151
 Serviço Nacional de Emprego 246
 Serviços de Higiene e Limpeza 42, 231
 Setenave 24, 25, 39, 48, 88, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 119, 123, 126, 166, 173, 174, 212, 213, 229, 233, 234, 240, 246, 247, 248, 249, 251, 263, 267, 282, 286, 292, 299, 306
 SetubalnaRede 63
 Signetics 247, 259
 Silvério Jones 266
 Sindicato 38, 51, 59, 61, 139, 140, 151, 216, 224, 225, 226, 229, 233, 234, 238, 240, 242, 244, 246, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 276, 282, 285, 287, 290, 307, 310, 313, 316, 317, 319, 320, 321
 Sindicato da Indústria Hoteleira do Distrito de Setúbal 246
 Sindicato dos Caixeiros do Distrito de Setúbal 226
 Sindicato dos Metalúrgicos 139, 151, 244, 307
 Sindicato dos Mineiros dos Distritos de Beja e Setúbal 263
 Sindicato dos Motoristas do Distrito de Setúbal 253
 Sindicato dos Operários Metalúrgicos do Distrito de Setúbal 276
 Sindicato dos Professores 244, 259
 Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal 233, 259
 Sindicato dos Químicos 38, 224
 Sindicato dos Têxteis 259
 Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal 257, 258
 Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local 256
 Sindicato Livre dos Pescadores de Setúbal 233
 Sindicato Livre dos Pintores da Construção e Reparação Naval e Oficinas Correlativas 260
 Sindicato Nacional dos Caixeiros e Profissões Similares do Distrito de Setúbal 242
 sindicatos 20, 28, 30, 37, 58, 81, 101, 103, 104, 105, 107, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 136, 148, 163, 165, 166, 175, 177, 186, 196, 219, 226, 229, 238, 244, 245, 260, 263, 264, 280, 281, 282, 285, 290, 291, 296, 299, 307, 327, 329
 SIPAVEL 39, 229, 243, 245
 Soares Feio 158, 257, 298
 Sobe e Desce 59, 95, 100, 286, 291
 SOCEL 25, 102, 103, 105, 126, 212, 213, 216, 238, 243, 290
 Social-Democracia 179, 181, 188, 198, 238, 253, 256, 258, 307, 308, 312
 Sociedade Democrática União Barreirense 276
 Sociedade Industrial de Celulose 290
 Sociedade Luz e Progresso 190
 Sociedade Musical União e Progresso 257
 Sorefame 25
 Sottomayor Cardia 172, 249
 Tancos 51
 Tavares da Cruz 259
 Teatro da Cornucópia 245
 TECNISADO 102
 TELED 104
 Telmo Rego de Oliveira. 277
 tenente-coronel Ferreira da Cunha 59
 Teodósio 31
 Terroa 25, 76, 131

Tetra 75
 Tino Flores 246
 Torralta 25, 259, 266
 Totta Acores 65
 Trafaria 305
 Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal 238
 Tribunal Judicial de Setúbal 296
 Troia 25, 108, 233, 259
 trotskismo 173
 União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal 260, 329
 União dos Sindicatos do Sul 104, 112, 238, 245, 296
 União Elétrica Portuguesa 260
 União Nacional 188, 329
 União Soviética 7, 150, 151, 152, 159, 172, 218, 256, 291
 Unitas 104, 119, 299, 305, 306, 308, 317
 Valdemar de Sá 31
 Valdemar Santos e Vicente Bolina 193
 Valentim Pinto 10, 98, 99, 123, 205, 327
 Valentina Tereshkova 150
 Vasco Gonçalves 48, 56, 60, 114, 152, 156, 248, 254, 294, 299, 306, 307
 Vasco Lourenço 282
 Vendas de Azeitão 257
 Verão quente 5, 16, 47, 55, 57, 58, 61, 166, 190, 204, 207, 314
 Vértice. 238
 V Governo 56, 112, 154, 155, 156, 252, 299, 302, 303, 306, 307
 Valdemar de Sá 31
 Valdemar Santos e Vicente Bolina 193
 Valentim Pinto 98, 99, 123, 205
 Valentina Tereshkova 150
 Vasco Gonçalves 48, 56, 60, 114, 152, 156, 248, 254, 294, 299, 306, 307
 Vasco Lourenço 282
 Vendas de Azeitão 257
 Verão quente 47, 55, 57, 58, 61, 166, 190, 204, 207, 314
 Vértice. 238
 Vigário Episcopal 190, 204
 VI Governo 59, 119, 124, 305, 306, 307, 318, 322, 323
 Virgílio C. Silva 312
 Viso 25, 75, 77, 174
 Vítor Dias 259
 Vitória Futebol Clube 138, 141, 142, 143, 218, 265
 Vitor Mesquita 267
 Vítor Zacarias 42, 81, 84, 109, 150, 151, 152, 153, 154, 166, 236, 291
 Zeca Afonso 35, 70

